Rio das flores

Miguel Sousa Tavares

Rio das flores

Título: Rio das flores

Autor: Miguel Sousa Tavares

Género: Romance

Badana da capa:

Sevilha, 1915 -

Vale do Paraíba, 1945:

trinta anos da história do

século XX correm ao

longo das páginas deste

romance, com cenário no

Alentejo,

Espanha

e

Brasil.

Através da saga

dos

Ribera
Flores,
proprietários
rurais
alentejanos,
somos
transportados para os
anos
tumultuosos
da
primeira metade de um
século
marcado
por
ditaduras e confrontos
sangrentos,
onde
o
caminho que conduz à
liberdade

parece
demasiado estreito e o
preço a pagar demasiado
alto.
Entre
o
amor
comum à terra que os viu
nascer e o apelo pelo
novo e desconhecido,
entre
os
amores
e
desamores de uma vida e
o confronto de ideias que
os separam, dois irmãos
seguem
percursos
diferentes, cada um deles

buscando à sua maneira o lugar da coerência e da felicidade.

Rio das Flores resulta de um minucioso e exaustivo trabalho de pesquisa histórica, que serve de pano de fundo a um enredo de amores, paixões, apego à terra e às suas tradições e, simultaneamente, à vontade de mudar a ordem estabelecida das coisas.

Três gerações

sucedem-se na mesma casa de família, tentando manter imutável o que a terra uniu, no meio da turbulência causada por décadas de paixões e ódios como o mundo nunca havia visto. No final, sobrevivem os que não se desviaram do seu caminho.

Badana da contracapa:

Miguel Sousa Tavares nasceu no Porto. Licenciado em Direito, abandonou a advocacia para

se
dedicar
em
exclusivo ao jornalismo.
Ganhou os principais
prémios de jornalismo
em
Portugal,
tendo
vencido, em 1987, o 1º
Prémio de Reportagem
em Televisão no FestRio
(Festival de Cinema e
Televisão do Rio de
Janeiro),
com
uma
reportagem sobre a Ilha
do Corvo, nos Açores.
Estreou-se

na

edição com *Sahara, A*

República

da

Areia,

publicando depois os

livros

de

crónicas

políticas *Um Nómada no*

Deserto e *Anos Perdidos.*

Eterno viajante, relata em

Sul algumas das histórias

das viagens que fez

durante anos à volta do

mundo. Escreveu ainda

um conto infantil, *O*

Segredo do Rio, um

juvenil,

O

Planeta

Branco, e publicou um livro de pequenos textos e contos, *Não te Deixarei Morrer,' David Crockett,* editado no Brasil.

Em 2003 publica o seu primeiro romance, *Equador,* que rapidamente se transformou num dos maiores *best-sellers* da literatura portuguesa, tendo vendido mais de 300.000 exemplares em Portugal. Com edições na Holanda, Brasil, Espanha

(espanhol
e
catalão),
França,
Alemanha,
Grécia, República Checa,
Sérvia,
Bósnia-
Herzegovina
e
Itália
(onde venceu a 25a
edição
do
Prémio
Literário
Grinzane
Cavour para o melhor
romance
estrangeiro),

tem

ainda

direitos

vendidos para Inglaterra

e Estados Unidos.

Rio das Flores é o

seu segundo romance.

Miguel Sousa Tavares

www.oficinadolivro.pt

© 2007, Miguel Sousa Tavares

e. Oficina do Livro — Sociedade

Editorial, Lda.

Rua Bento de Jesus Caraça, 17

1495-686 Cruz Quebrada

Tel: 21 005 23 50, Fax: 21 005 23 40

E-mail: info@oficinadolivro.pt

Título: Rio das Flores

Autoria: Miguel Sousa Tavares

Revisão: Oficina do Livro

Composição: Informaster, Lda.

em caracteres Sabon, corpo 12

Capa: Oficina do Livro

Fotografia da capa: Augusto Brázio

Impressão e acabamento:

Rolo & Filhos II, S.A. e Offset Mais,

Artes Gráficas, Lda.

1ª edição: Outubro, 2007 — 100 000

exemplares

ISBN 978-989-555-318-1

Depósito Legal nº 265780/07

“A loucura é viver

na

solidão

dos

outros,

numa

ordem

que

ninguém partilha.

Durante

muito

tempo achei que

escrever

podia

resgatar-me

da

dissolução e da

escuridão, porque

implica uma sólida

ponte

de

comunicação com

os ouros e anula,

por isso, a solidão

mortal.... Depois,

compreendi

que

aqueles

aquém

chamamos loucos

estão,

muitas

vezes, para além

de

qualquer

resgate.”

Rosa

Montero, A Louca

da Casa.

Mãe

I

Diogo Ascêncio Cortes Ribera

Flores - conforme constava do seu registo

de baptismo - tinha quinze anos de idade

quando o pai o levou pela primeira vez a

ver uma tourada. Foram a Sevilha, na

abertura da Feria de San Miguel, a feira de

Setembro de 1915, touros de Santa Coloma, cartaz com José Gómez Ortega,

dito Joselito “El Gallo”, e Juan Belmonte.

A sua avó paterna, Gloria Ribera, era sevilhana, filha de pai e mãe sevilhanos. Fora em Sevilha que o pai de Diogo, Manuel Custódio Ribera Flores, vivera parte da sua infância e juventude, vinte anos atrás. Aí se habituara a regressar, em vida de sua mãe e na companhia dela, para visitar os avós, ano sim, ano não. Mas, desta vez, muitos anos depois e já nem os seus avós nem a sua mãe eram vivos, tratava-se de uma excursão de homens, para os touros e para a farra de San Miguel. Manuel Custódio escolhera viajar apenas com o filho mais velho, dois amigos de sempre, companheiros do campo, da mesa e das tertúlias no café Central de Estremoz, um moço de estrebaria que guiava a carruagem e tratava das cavalgaduras, mais o seu criado pessoal, para se ocupar das roupas e do

expediente ocasional.

A mãe ficara na quinta, a vê-los partir da entrada da casa, às primeiras horas da manhã daquela quinta-feira do final de Setembro, ainda o sol mal dispersara a névoa suspensa sobre a charca em frente ao terreiro da casa, onde o primeiro restolhar das asas dos patos afastava os gritos nocturnos das corujas e das rãs. Diogo não estava feliz por abandonar tudo aquilo que lhe era tão familiar, o seu território de intimidade e de refúgio, abandonar a mãe, que adorava, e o irmão mais novo, Pedro, que deixara ainda adormecido no quarto que ambos partilhavam, com um sentimento de inveja

e de tristeza. Custava-lhe pensar que não

iria passar o final daquelas férias de Verão

no monte, a armadilhar a rede de pássaros para caçar tordos no olival, a explorar a

ribeira

que

atravessava

a

herdade,

caminhando pelo meio da água de calças

arregaçadas assustando as rãs e os

pequenos peixes, que não iria visitar o

velho moinho de água abandonado onde

uma vez matara uma cobra à pedrada, que

não iria passear-se até onde o rebanho

pastava, no limite da propriedade, num

terreno de arribas escarpadas sobre a

ribeira e de pedregulhos enormes que

pareciam ter caído do céu e terem ficado

para sempre enterrados na terra, onde o pai

gostava de caçar perdizes rápidas como um sopro e silenciosas como um pensamento, e onde ele gostava de passar longas horas à conversa com o pastor, o Virgolino, que distinguia ao longe todos os pássaros, escutava todos os sons num raio de quilómetros, sabia as histórias de toda a gente, desde os “antigos” até aos vivos, e, enquanto falava, ia desenrolando um lenço sujo que sacava do bolso do colete e lá de dentro tirava um pedaço de queijo duro e seco de ovelha ou um resto de chouriço que cortava minuciosamente com o seu canivete sempre à mão e dividia com ele.

A mãe fizera-lhe um sinal da cruz na testa, apertara-o contra o seu xaile de lã grossa, dissera-lhe “deixa-me olhar para ti, outra vez, meu filho”, e ele pousara-lhe um beijo na mão fria daquela manhã, hoje tão distante na sua memória.

Em boa verdade, nem o pai nem a

mãe lhe tinham pedido a sua opinião para

aquela viagem. Ninguém lhe perguntara se

ele queria ir ou se preferia ficar. Um dia, estavam à mesa a jantar e o pai anunciou

simplesmente que iria à Feria de Sevilha

com o Joaquim da Vila, comerciante em Estremoz, e o dr. António Sacramento,

latifundiário nos arredores e juiz na

comarca. E, então, fixara-o como se há

muito não o visse e perguntara:

- E tu, Diogo, que idade tens agora?

- Fiz quinze em Junho, meu pai.

- Hum, já tens idade para te fazeres

homem. Vens connosco também.

Ele olhara para a mãe em busca de

auxílio, mas ela baixara os olhos, como se

o pai tivesse dito alguma coisa que a

envergonhasse. E assim a sua partida fora

decidida, sem mais conversa.

Partiram ainda antes das oito da

manhã, numa longa estirada que os levou,

quase noite, até à fronteira de Ficalho, ficando hospedados numa estalagem onde

o pai reservara antecipadamente cama e

comida para todos e mudas para os

animais. Levavam quatro cavalos de sela e

dois de tiro atrelados no landau coberto do

pai, além do novo cão de caça de Manuel

Custódio, um cachorro braque chamado

Campeão, e o Estremoz, perdigueiro do

Joaquim da Vila. Alternavam os cavalos

com a carruagem, mas Diogo passou a

maior parte do tempo sentado à frente,

junto ao Azevinho, o condutor. A certa

altura, o pai, o dr. Sacramento e o Joaquim

da Vila apearam-se dos cavalos e seguiram

à frente da caravana, com os cães e as

espingardas, a caçar de salto pelas bordas

do caminho. Duas horas depois, tinham

caçado quatro perdizes, uma lebre e uma

codorniz, que ficaram penduradas de fora da carruagem, a faisander, para serem comidas daí a dois dias, ao jantar.

A partir do segundo dia de viagem, passada a fronteira, embrenharam-se na difícil subida da serra de Aracena, mata espessa de sobreiros, azinheiras e ocasionais eucaliptais, com esteva e silvados cobrindo o solo até quase à altura de um homem. Esparsas casas e minúsculos povoados eram atravessados por vezes, mas pareciam habitados apenas por velhos ou crianças de colo, ou até mesmo abandonados de toda a gente. Os poucos que cruzavam olhavam-nos com curiosidade mas desconfiança, que só se

desfazia um pouco quando eles se aproximavam e os habitantes podiam ver, pelas suas roupas, pelos cavalos e pela carruagem, que se tratava de fidalgos portugueses de posses, em viagem para Sevilha. Dizia-se, por fé de alguns, que aquele era território de bandidos fugidos à justiça e de assaltos, e a maior parte do tempo o pai obrigou Diogo a viajar dentro da carruagem, onde sempre estava algum dos adultos, de arma pousada no banco e carregada com os cartuchos.

Ao alto da mais íngreme das encostas, chegaram, ao cair da tarde, à aldeia de Aracena, povoado de umas duzentas casas e encavalitado no topo da serra, onde se albergaram numa estalagem já de qualidade superior. Tiveram direito, à vez, a um banho quente, com a água trazida em grandes bacias e despejada

numa banheira de zinco, com um bom naco de sabão azul e branco pousado na borda para desentranhar a poeira e sujidade do caminho. Os criados jantaram na cozinha e eles numa mesa junto ao grande fogão de sala, aquecendo-se num lume forte de sobro e entretendo-se, enquanto esperavam pelo jantar, com umas lascas de excelente presunto da serra curado à lareira e vinho do planalto andaluz. Sevilha estava agora só a um dia de marcha e a disposição dos homens era francamente alegre, contando histórias e anedotas e antecipando os quatro dias de festa que os esperavam na capital da Andaluzia. Veio a sopa de legumes com grão e batatas, as perdizes caçadas de antevéspera, estufadas com enchidos, azeitonas e toucinho, e um assado de perna de porco com salada de alface. Vários

jarros de vinho vieram e regressaram

vazios e Diogo também teve direito a um

copo cerimonial, que definitivamente lhe

amoleceu o corpo e o espírito e o fez daí a

pouco cair adormecido em cima do próprio

tampo da mesa. E foi assim, numa

modorra reconfortante, entre o consciente

e o inconsciente, que foi ouvindo, como se à distância, as vozes dos homens à

conversa e o som da lenha estralejando na

lareira, até que, meio adormecido, sentiu

que o pai lhe pegava ao colo, subia com

ele as escadas até ao quarto e, mesmo sem

o despir, o enfiava entre os lençóis da

cama. Essa foi a última, a primeira, a única

vez que mais tarde se lembraria de o pai

lhe ter pegado ao colo.

Partira com o pai para Sevilha com

quinze anos e três meses de idade e

regressara, treze dias depois, feito um

homem. A mãe notou-o logo, assim que o

viu descer do cavalo, ambos ensopados em

suor e requebrados de cansaço, mas o rosto

do filho com um brilho novo, um brilho de

descoberta no mais fundo do castanho

escuro dos seus olhos. Notou até como ele

lhe falava agora de forma diferente, como

se qualquer coisa de intransponível se tivesse vindo interpor entre eles, e como

respondia com uma sobranceria ridícula, e

até

aí

desconhecida,

às

perguntas

insistentes do irmão, olhando-o de cima a

baixo, muito para além dos escassos cinco

anos de idade que os separavam.

Sevilha deslumbrara-o, assim que

passara a ponte sobre o Guadalquivir e

avistara ao longe a cúpula da Giralda elevando-se acima dos telhados da cidade. Tinha atravessado como num sonho a Calle de Alcalá, a avenida fronteira ao palácio real de Afonso XIII, a catedral, a Plaza Mayor e o extenso Parque de Maria Luisa, sob cujas árvores frondosas, algumas trazidas das Américas, os sevilhanos vinham abrigar-se do calor assassino dos meses de Verão, os namorados vinham ajustar casamentos e os amantes traições a cumprir.

Tivera direito a um quarto só para si, no Hotel de Inglaterra, onde se hospedaram. Ele nunca tinha estado num

hotel, só ouvira falar aos adultos, e passou um tempo infinito a explorar as gavetas da mesa-de-cabeceira, da cómoda e do armário do quarto em busca de segredos esquecidos por algum hóspede anterior, uma eternidade a experimentar a cama, a cheirar os lençóis, a abrir e fechar as torneiras da casa de banho e a escutar a animação crescente que vinha das ruas estreitas do centro e que ele espiava, de janela aberta. Desceu até ao piso térreo para esperar pelo pai e o seu séquito e, enquanto esperava, perdeu-se pelos extensos salões do hotel, espreitando em todas as salas e através de todas as portas, passando a mão pelos azulejos árabes das

paredes para se certificar de que eram reais, tão excessiva lhe parecia a sua

beleza, atordoou-se de olhar os tectos

altíssimos de caixotões de madeira escura

trabalhados em arabescos, frisos e flores,

deliciou-se ao contacto do veludo gasto e

suave dos sofás da sala grande e caminhou

como um sonâmbulo sobre os espessos

tapetes orientais dos corredores. Parecia-

lhe flutuar dentro de um sonho, como nos

livros de fadas que lera na infância:

princesas deslizantes, lindas de morrer,

desembarcavam

dos

elevadores

ou

atravessavam o átrio e os salões parecendo

não pisar o chão, apenas o afagar, um leve

roçar

dos

seus

vestidos

de

seda

interrompendo

as

conversas

à

sua

passagem, suspensas e etéreas nos braços

de cavalheiros que ele diria reis ou

senhores do mundo. Esmagado por tanta

grandeza, tanto esplendor, afundara-se

num canto de uma poltrona, sem ousar olhar a direito para coisa nenhuma,

ouvindo o som das rolhas de garrafas de

champagne saltarem no bar, vozes alegres

que riam e falavam altíssimo, às vezes até

no francês que a mãe lhe ensinava,

fósforos riscados na penumbra ambiente

dos candeeiros de petróleo que acendiam longos charutos de cintas douradas, e um cheiro a tabaco de homem e a perfume de senhoras que aos poucos tomava conta do salão e o deixava prostrado, inebriado de um prazer novo que não sabia identificar. O pai e os amigos desceram dos quartos e todos eles saíram para jantar. Parecia que Sevilha inteira flutuava como ele dentro de um carrossel de sensações, de excitação, rumo a um ponto qualquer onde tudo aquilo teria forçosamente de explodir num apocalipse. As pessoas acotovelavam-se nas ruas estreitas, senhoras e cavalheiros cruzavam-se com olhares noutras circunstâncias tidos como indiscretos,

casais

passeavam

filhos

absurdamente vestidos de marujos, amas

passeavam berços de crianças sobre rodas,

mendigos estendiam a mão aos passantes,

ciganas rolavam os olhos negros nos olhos

assustados dos que cruzavam, agarrando-

lhes a mão e prometendo-lhes uma sina

sem sombras, angariadores de clientes dos

hotéis e restaurantes interpelavam todos os

bem-postos, e jovens moços, vestidos

pobremente de toureiros sem quadrilha,

caminhavam em grupos de dois ou três,

com um olhar que suplicava a glória de

uma tarde ou mesmo a glória de uma

morte numa tarde de arena.

A custo, abriram caminho até ao

restaurante que procuravam, na Plaza de

América. Instalaram-nos numa mesa ao fundo da sala, uma sala que parecia uma

antevisão do caos, com um barulho

ensurdecedor das conversas misturado

com o lamento de um cântico flamenco

que uma cigana entoava do outro extremo

do restaurante, acompanhada à guitarra por

dois facínoras de cicatrizes talhadas à

navalha na cara escura, uma nuvem de

fumo pairando como nevoeiro acima da

luz trémula dos candeeiros a petróleo, as

correrias afogueadas de um batalhão de

criados de casaco branco, levantando bem

ao alto e misteriosamente em equilíbrio

bandejas de copos de cerveja e de vinho,

tapas e pratos fumegantes de comidas

estranhas, e uma espécie de sussurro geral,

que era o sopro dos leques agitados pelas

senhoras, sorrindo, como se nada fosse, a

cavalheiros

encharcados

em

suor

escorrendo pelos colarinhos de goma das

camisas e pelas lapelas dos casacos.

Em toda a sua curta vida, nunca

Diogo tinha imaginado um tal ambiente de

orgia, de festa a tresandar a vinho, a fumo,

a excesso, a tentação de mulher e a

perdição de homem. Era como um

catálogo vivo de todos os vícios possíveis

de um homem, não faltando sequer, junto

ao corredor de passagem para a cozinha,

uma mesa onde quatro fregueses, de rosto

silencioso e fechado, jogavam cartas,

alheios ao ruído ensurdecedor e à confusão

reinantes. Pela primeira vez na vida, Diogo

entreabria a porta de um mundo onde os

homens deitavam as cartas e se perdiam,

como

crianças,

numa

licenciosidade

irresponsável. E soube, então, que

pertencia a esse mundo, soube por que

razão o pai o trouxera naquela viagem.

Saíram do restaurante duas horas depois, o dr. Sacramento de colarinho já

desabotoado e rosto afogueado, o Joaquim

da Vila trocando o passo e insistindo em

contar histórias sem nexo, e apenas o pai,

aparentemente imperturbável, composto

como sempre, alto, de passo firme e o

olhar, que pareceu a Diogo perpassado por

uma indizível tristeza ou desprendimento,

fixo num ponto longínquo, para além da

algarraza das ruas, agora percorridas por

caleches com os cavalos de crinas e caudas

enfeitadas de papéis coloridos e jovens

senhoras de cabelos, chapéus e olhos

negros como carvão montando à amazona,

ao lado de uma silenciosa escolta de

cavaleiros andaluzes de mortífero olhar de

nobres bandidos, apertados nos seus

coletes de botões de madrepérola. E, sobre

tudo isso que passava, num desfile agora

ornamentado e ensaiado, uma poeira fina

suspensa no ar, que tudo parecia cobrir com um púdico manto de apagamento.

Uma cigana, belíssima nos seus já

vinte e muitos anos, um filho ao colo que

mamava de um peito perfeito e descoberto

sem pudor, saltou-lhes de repente ao

caminho e agarrou a mão de Diogo, antes

que este a pudesse retirar ou que algum

dos outros conseguisse fazer um gesto para

o proteger. Ajoelhou-se aos seus pés, o

peito completamente fora do vestido e

exposto ao olhar extasiado de Diogo, e

lançou-se numa lengalenga indecifrável de

que ele não alcançou uma só palavra.
Então, o pai sorriu, estendeu uma moeda à cigana e ela agarrou mais firmemente na mão de Diogo e começou:
- Nino, amor mio, dulzura mia,
¡cómo eres guapo! Vas a vivir dos vidas, no una sola. Te vas a casar, harás hijos... pêro distintos. Vas a viajar... muy lejos. Vas a amar, muchísimo, vas a sufrir y harás sufrir. Al final, te perderás, te encontrarás, no sabría decirlo, pêro la decisión será tuya. El camino lo harás tú.
Levantou-se, fez uma espécie de vénia de despedida, sempre com a criança presa ao bico do peito, e desapareceu entre a poeira e a semiescuridão da rua. Todos se riram, mas Diogo ficou sem jeito, sem estar seguro de ter percebido bem a leitura da cigana, sem saber se aquilo era importante ou não. O pai passou-lhe um

braço pelos ombros, um gesto tão raro

nele, e sorriu-lhe:

- Bem, Diogo, meu filho. O teu

destino parece que está traçado, pelo

menos a parte amorosa. Chegou a altura de

começarmos a tratar de transformar as profecias em realidades. Estás pronto para

começar a ser um homenzinho e a guardar

segredos de homem?

O Joaquim da Vila e o dr.

Sacramento

riram-se,

com

ar

de

entendidos, mas ele não estava igualmente

certo de ter percebido o que o pai lhe

queria dizer. Tudo lhe estava a acontecer

demasiado depressa e atordoadamente,

como num sonho que não conseguia

decifrar. Como quer que fosse, já tinha

decidido, assim que entrara por Sevilha

adentro, que estava pronto para o que quer

que viesse.

- Estou, pai. Estou pronto.

A casa de meninas era toda em

veludos, cor de pêssego, vermelhos,

negros, alcatifas espessas onde elas andavam descalças, luz ténue de castiçais

de velas em todos os cantos e mesinhas de

apoio, de novo o fumo e o cheiro dos

charutos dos homens e agora o perfume

barato de mulheres da vida. Elas iam dos

quinze até aos trinta anos, eles dos trinta

até ao infinito. E, no meio, havia ele,

sentado numa ponta de um sofá, de pernas

cruzadas, estarrecido de pavor, fingindo

não ver coisa alguma, nem sequer o pai,

que passava as suas longas mãos com que

outrora o castigava pelas coxas de uma

jovem ninfa que lhe segredava ao ouvido coisas que o faziam sorrir, de um sorriso que Diogo nunca vira antes e que não sabia interpretar. Uma senhora mais velha, arrastando um longo vestido bordado até ao chão e um majestoso passo de imperatriz do lugar, entrou no salão e o pai levantou-se para lhe beijar a mão e manter com ela um diálogo sussurrado, entremeado por olhares lançados a ele. Ela assentiu com a cabeça ao que o pai lhe dizia e veio buscá-lo, estendendo-lhe a mão, que ele beijou também, fazendo-a soltar uma gargalhada surpreendentemente jovem para

a

idade

madura

que

aparentava. Foi falando com ele baixinho,

dizendo qualquer coisa que ele nem

escutou,

atordoado

que

estava,

conduzindo-o pela mão através de um

corredor até um quarto no fundo, onde o

introduziu, fazendo-lhe sinal para que

esperasse ali. E ele assim fez: viu um

quarto iluminado por dois castiçais de

velas, uma única janela fechada, uma larga

cama de lençóis postos como se fosse ali

que ele ia dormir, e uma cómoda com uma

bacia, um jarro de água e duas toalhas cor-

de-rosa pousadas. A alcatifa do chão era

azul-celeste e havia um inesperado quadro

do Sagrado Coração de Jesus na parede por cima da cómoda.

Diogo tinha feito rapidamente toda a

inspecção do quarto, jurando a si próprio

nunca mais esquecer cada pormenor

daquela noite em que, pela primeira vez,

iria conhecer o corpo inteiro de uma

mulher, vê-la nua sem ter de se esconder,

poder mexer nela à vontade, sentir o que

era penetrá-la, como tinha ouvido ao

Virgolino contar nas lonjuras do monte, ou

como ouvira uma vez contar a uma criada

da cozinha, sem que ela percebesse que ele

estava à escuta. E deu por si a rezar para que a primeira mulher que lhe estava

destinada na sua vida de homem não fosse

aquela

intimidante

senhora

que

o

conduzira até ao quarto.

E não foi. Foi uma rapariga dos seus

vinte anos, que se fazia tratar por Jolie, que tinha um sorriso rasgado e ainda de

menina, um corpo magro, onde as ancas e

as costelas eram bem marcadas, um peito

pequenino mas de bicos grandes e escuros,

uma teia de aranha entre as pernas e umas

pernas compridas, como uma centopeia.

Pousou-lhe um beijo ao de leve na boca e

começou calmamente a despi-lo, enquanto

lhe fazia a tão temida pergunta:

- Então, é a tua primeira vez?

Ele viu-a descer-lhe as calças pelas

pernas abaixo e espreitou também, a medo,

para se certificar de que estava à altura das

circunstâncias.

- Não... é a segunda - respondeu,

sem grande ânimo.

Mas, apesar do empenho aparente dela
e
da
sua
própria
falta
de
conhecimento na matéria, não se deixou enganar pelos seus suspiros e gritinhos de suposto prazer. Soube que tinha sido um fiasco, mas, não obstante, desfrutou de todo o prazer de a ver nua, uma mulher completamente nua ao seu dispor, de mexer nela, de perceber a consistência gelatinosa de um peito, a sensação quente e húmida de entrar dentro dela e, sobretudo, a força de saber que tinha possuído uma mulher e que doravante podia falar de igual para igual com qualquer homem, podia voltar à escola,

entrar no café da vila com outra aura, entrar na igreja como um pecador e não apenas como um suplicante. Depois de tudo rapidamente acabado, apeteceu-lhe que ela desaparecesse dali, sentiu-se um pouco sujo na sua presença e demasiado inchado de orgulho para partilhar com ela essa sensação.

“Cest fini, Jolie” , murmurou para si mesmo.

O seu primeiro dia enquanto homem começou cedo, porque ele mal tinha conseguido dormir, virando-se e revirando-se na cama, passando em revista, ao detalhe, o quarto, a cama e Jolie. O pai tinha marcado encontro na recepção do hotel às dez da manhã e, muito antes disso, já ele deambulava pelas ruas, fazendo

horas, enfiando-se, sem rumo certo, pelas estreitas vielas e becos da cidade, vendo os empregados limpar as casas, varrendo para a rua o lixo dos pátios interiores, esses fabulosos pátios árabes das casas andaluzas. Inesperadamente, chuviscava em Sevilha e era como se essa chuva de molha tolos varresse, também ela, os restos da noite passada. Nas ruas, nas avenidas e praças, nos passeios cobertos de detritos, Sevilha registava os sinais da primeira noite de folia do San Miguel, mas, a par de alguns bêbados e vadios que dormiam ainda nos bancos de jardim ou nas esquinas dos becos, já alguns cavalheiros

aperaltados,

de

cabelos

sedosos da brilhantina e cheirando a água-

de-colónia e banho fresco, circulavam

pelas ruas, montando a passo os seus

cavalos enfeitados e olhando com um ar de

comiseração e desprezo os vestígios da

madrugada de festa.

Mais tarde, durante a manhã, as

nuvens partiram para sul e o sol de Sevilha

regressou, prenunciando a tarde de fresta.

Saiu sozinho com o pai, que tinha alugado

uma caleche, na qual percorreram grande

parte da cidade, visitando várias lojas,

onde o pai comprou arreios para cavalos,

uma funda para a espingarda, dois chapéus, mantilhas e medalhas para a mãe

e umas polainas para as botas de Pedro.

Visitaram a catedral, onde Manuel

Custódio se ajoelhou e rezou durante uns minutos e, em todo o tempo, o pai limitou-se a falar da cidade e a chamar-lhe a atenção para as coisas de que mais gostava. Diogo reparou como ele estava feliz e descontraído, falando um espanhol fluente com o cocheiro e os empregados das lojas, recostado para trás no assento da caleche, uma cigarrilha pendurada no canto da boca e a sua cara, habitualmente fechada e sisuda, distendida num sorriso suave e íntimo. À uma hora, passaram pelo hotel, onde os esperavam o dr. Sacramento e o Joaquim da Vila e todos juntos saíram para almoçar, desta vez num restaurante muito calmo, com uma esplanada ao ar livre, de mesas cobertas por toalhas azuis de quadrados. Almoçaram um combinado de tapas, acompanhadas por um tinto de verano e ao som de um violoncelista cego

que tocava árias andaluzas, assistido por
um rapaz numa cítara marroquina.
Aproveitando uma breve ausência do pai,
o dr. Sacramento encarou Diogo, com o ar
pasmacento com que parecia encarar tudo
na vida:
- Então, meu rapaz, ontem à noite
divertiste-te?
Diogo fez que sim com a cabeça,
corando de imediato.
- Tratou-te bem a tua pequena?
Diogo sentiu que tinha de estar ao
nível daquela conversa de homens, que
deveria dizer alguma coisa adequada à
situação, mas a verdade é que ele próprio não sabia a resposta. Se ela o tinha tratado
bem? Fizera o que tinha a fazer, não era?
Respondeu que sim, embaraçado com a
conversa. Mas o dr. Sacramento parecia
verdadeiramente interessado no assunto:

- Como é que ela se chamava, a

menina que te roubou a virgindade?

- Jolie, foi o que ela disse.

O dr. Sacramento riu-se e piscou o

olho ao Joaquim da Vila, em tom

entendido.

- Ah, Jolie, Jolie! Assim nunca irás

saber o verdadeiro nome da primeira

mulher da tua vida! Mas também não é

importante: o mais provável é esqueceres-

te do nome artístico dela, com os anos.

E aí, o dr. António Sacramento, juiz titular da comarca de Estremoz, inclinou-se para a frente, agarran-do-lhe no braço e

fixando-o nos olhos, e debitou uma sábia

sentença:

- Meu rapaz, olha: eu já não me

lembro do nome da primeira mulher com

quem fui para a cama, nem se era feia ou

bonita, loira ou morena, espanhola ou

portuguesa.

Mas

lembro-me

das

circunstâncias e dos amigos com quem

estava. Provavelmente, daqui a uns anos,

não te lembras nem do nome da Jolie, mas

há uma coisa de que te irás lembrar a vida

toda: que quem te deu pela primeira vez

uma mulher a provar foi o senhor teu pai.

Deves-lhe isso, e isso um filho não

esquece.

Quando saíram do restaurante, a

cidade parecia tomada por um frenesim em crescendo, uma massa de gente em

movimento, como que atraída por um

invisível íman, dirigindo-se toda na mesma

direcção. Uma multidão que caminhava

compacta, como um rolo compressor, a pé,

a cavalo, de carruagem, de charrete, pelas

ruas, pelos passeios, através dos jardins.

Faltava ainda mais de hora e meia para o início da corrida e, apesar disso e de os bilhetes estarem de há muito esgotados, Sevilha inteira caminhava em direcção à Maestranza, como os adoradores do Sol caminham em direcção ao poente. Uma corrente surda, crescente, de conversas, de interpelações, de exclamações e gritos desgarrados dividia a multidão que caminhava para a praça em dois grupos distintos e irreconciliáveis: os fiéis de Joselito e os de Belmonte. Ambos eram filhos dilectos de Sevilha, genuínos andaluzes marcados pelos deuses para brilharem na arena.

José Gómez Ortega, chamado Joselito “El Gallo” ou “Gallito”, tinha apenas vinte anos de idade, mas já tomara a alternativa há três, ali mesmo, na Real Maestranza da sua Sevilha natal. Neto, filho e irmão de matadores, era

bonito, elegante na arena e representante de um toureio clássico que parecia sair-lhe sem esforço, naturalmente, como dom já nascido com ele. Irmão do grande Rafael "El Gallo", por muitos considerado o melhor toureiro de sempre de toda a história de Espanha, superara o irmão, não na técnica, mas na valentia. Rafael era irregular e medroso, tendo chegado a dizer, após uma chuva de críticas: "As broncas leva-as o vento, mas as cornadas levo-as eu." Como todos os matadores, Joselito também tinha medo, mas enfrentava-o preparando-se escrupulosamente antes das temporadas e aperfeiçoando sem cessar o domínio de todas as sortes, de que nenhuma lhe escapava. Aprendera como nenhum outro a ligar os naturais em redondo, levando o grande Guerrita, já então retirado, a exclamar que, com

Joselito, nascera o toureio moderno. A sua quadrilha, que incluía o irmão Fernando “El Gallo”, era unanimemente considerada a melhor de toda a Espanha e a sua estrela brilhara sozinha, sem rival, em todas as praças de touros para que era constantemente solicitado. Reinou a sós, tão jovem ainda, até ao dia em que apareceu nas praças Juan Belmonte - e isso fora pouco mais de um ano antes. Belmonte nascera no Triana, o mais andaluz de todos os bairros de Sevilha. Era o contrário de Joselito: pequeno, feio, atarracado, de braços e pernas curtas, filho de um modesto lojista da cidade, ninguém

o ensinara nem vocacionara para ser matador. Mas desde pequeno que não

pensava noutra coisa e, aos treze anos de

idade, começou a aprender sozinho,

invadindo os campos de gado, em noites

de lua cheia, e toureando por sua conta e

risco, sem “ajudas” nem público, antes de,

na manhã seguinte, ir ajudar o pai na loja.

Aos dezassete anos, vestiu pela primeira

vez um traje de luces, em Portugal; aos

dezanove, foi colhido pela primeira vez,

em Valência, e enfim começaram a reparar

nele. O lendário “Lagartijo” havia dito um

dia que a fórmula para aprender a tourear

bem era saber subtrair o corpo subtilmente

à passagem do touro, porque *o te quitas tú*

o te quita el toro. Belmonte, porém, tinha invertido a fórmula de “Lagartijo” e, com

isso, revolucionou a arte de tourear: com o

seu jogo de ancas, de braços e de muleta,

era ele que parava o touro, fazendo-o

circular à mão, mandando nele - templando, conforme passou a ser dito daí em diante. Belmonte citava o touro de frente, recebia-o quieto, em terrenos por si escolhidos e jamais pisados antes, e mantinha-o ali, até o despedir, dessa sorte mandando na lide desde o seu início - ni te quitas tú, ni te quita el toro. A sua técnica era de tal forma arrojada e nunca antes vista, que El Guerra havia aconselhado, meses antes, a quem o quisesse ver tourear, que se apressasse porque aquele rapaz não iria durar muito.

Manuel Custódio era um devoto do "Gallito". Exclamava para quem o quisesse ouvir que ali estava reunida toda a ciência e arte da faena, aperfeiçoadas ao longo de séculos e reveladas à luz do dia, em todo o seu esplendor, pelo toureio de Joselito. António Sacramento também

tendia mais para Joselito, que tinha como um toureiro mais clássico, mais puro, e,

sobre essa pureza de estilo, era capaz de

dissertar longamente no Café Central de

Estremoz, noites e aguardentes a fio, até

fazer cair para o lado, de exaustão, os seus

oponentes. Mas também não lhe era

indiferente o toureio espectacular e sempre

sobre o risco de Juan Belmonte: a sua frase

preferida era a de que “cada corrida é uma

corrida e só no final se pode cavar a

sentença”. Já o Joaquim da Vila era capaz

de matar e de morrer em defesa de

Belmonte - “o toureiro mais louco que a

Espanha já viu, o louco mais lúcido da

Península, desde a ocupação romana”.

Três meses antes, Manuel Custódio

tratara de comprar os bilhetes através do

correspondente em Estremoz, e agora ali

estavam eles sentados nos seus magníficos

lugares à sombra, contemplando a Maestranza a encher-se de uma multidão

que, mesmo assim, seria apenas uma terça

parte dos que tinham ficado lá fora e que

aparentemente se iriam contentar em

seguir a corrida através das reacções que

vinham lá de dentro e que ultrapassavam

os muros da velha praça barroca e se

derramavam sobre a cidade subitamente

silenciosa, na expectativa das notícias que

iam chegando da arena.

Naquele 30 de Setembro de 1915, a

cada um dos espadas calhavam dois touros

de Santa Coloma. A rivalidade entre

ambos, que se iniciara nesse mesmo ano,

estava então no auge e era objecto de uma

autêntica guerra civil entre aficionados,

divididos entre a “facção José” e a “facção

Juan”. Entre os próprios, porém, a

rivalidade surda das primeiras corridas

fora dando lugar, enquanto a época avançava, a um respeito mútuo, que para a

crítica se manifestava até na forma como

qualquer deles parecia absorver coisas do

outro: José, o temple de Juan; e este, o

domínio natural de José. Contava-se que,

numa dessas corridas em que dividiam o

cartaz, tendo surgido um desentendimento

entre os “segundos” de ambos sobre a

ordem dos touros, perguntaram a Belmonte

a sua opinião e ele respondera apenas: *“Lo*

que diga José.”

Nos dois primeiros touros, ambos

estiveram ao nível da sua fama. Belmonte

recebeu o seu em verónicas sucessivas e

ritmadas, alternando com meias verónicas

e chi-cuelinas e, no capote, brilhou nos

naturais e nos pases de pecho, matando em

volapié, ou seja, investindo sobre o touro

já sem força e estocando firme e profundo,

até que o animal ajoelhou na areia e caiu de lado, morto. Joselito esteve regular e

elegante com a capa, mas foi no capote

que toda a beleza da sua arte começou a

tornar-se evidente, mesmo aos olhos de

Diogo, que pouco ou nada percebia do

assunto. Toureou sobretudo por derechazos

e naturais, pouco a pouco subjugando o

touro, até finalmente o ter exausto à sua

frente. Aí levantou a sua bela cabeça e

olhou a Maestranza em silêncio, como um

gladiador esperando a decisão do povo e

de César. Depois, o seu olhar regressou ao

touro, quieto na sua frente, apontou-lhe o

estoque, esperou uns segundos a ver se ele

carregava e finalmente investiu em

volapié, juntando-se ao miúra negro num

abraço de morte e de despedida.

Ao intervalo, a Maestranza estava

dividida, como seria de esperar, mas os

mais entendidos concordavam que não havia ainda, entre Juan e José, um

vencedor da tarde. Diogo bebia uma

limonada gelada, enquanto circulava os

olhos pela praça. Apesar de ser fim de

tarde e de se ter já entrado no Outono,

Sevilha estava ainda quente e abafada e

pelas galerias e anéis da Maestranza os

leques das senhoras abanavam sem cessar.

Mulheres lindas, elegantes, os cabelos

negros sedosos brilhando mesmo na

sombra,

uma

leveza

de

promessas

imaginadas no olhar, que deixavam Diogo

aturdido.

O segundo touro, Belmonte recebeu-

o estático, a meio da praça, nos médios,

depois de o ter observado a investir sobre as capas dos espadas da sua quadrilha. Vinha forte e carregado de vida. Vinha desembalado, com uma fúria que nada parecia capaz de travar. Mas ele não se mexeu quando o touro investiu pela primeira vez para a sua verónica. Por cima do ombro, viu-o seguir em frente com o balanço que levava e, então, rodou lentamente sobre os calcanhares, sem sair da mesma posição e voltou a citá-lo. Deixou que ele invadisse os seus terrenos, deixou que o seu corno lhe passasse a centímetros do corpo, sempre sem se mexer, e voltou a fazer o mesmo, por largas, meias verónicas e chicuelinas, até que ele percebesse quem mandava ali, no meio da praça. Depois, retirou-se para as tábuas, ficando a assistir à sorte de bandarilhas. Quando o touro ficou sozinho

no centro da praça, castigado mas altivo,

Juan Belmonte afastou-se das tábuas, deu

uns passos em frente e, com um gesto

circular da mão, dedicou o terceiro tércio,

que se iria seguir, a toda a assistência. A

multidão levantou-se para aplaudir e ainda estava de pé quando ele iniciou o “tércio

da morte” e do capote, recebendo o touro

com um natural sublime de calma junto às

tábuas. E por aí se quedou longo tempo,

alternando naturais com derechazos e

depois com trin-cheras, da direita para a

esquerda. No fim, matou recibiendo, com a

mão direita segurando a espada, encostada

ao peito e o touro carregando sobre si. A

Maestranza levantou-se inteira a um só

tempo e os gritos estalaram: “Belmonte,

Belmonte!”

- Caramba! Isto é ou não é um

toureiro? - gritava o Joaquim da Vila,

possesso, agarrado ao colete de Manuel Custódio e abanando-o.

- Tenho de reconhecer que foi uma grande faena -

concordou Manuel Custódio, tentando manter a distância.

- Grande? Porra, sr. D. Manuel, isto foi o melhor que o senhor já viu e que há-de voltar a ver!

- Espere um pouco, Joaquim. Espere um pouco...

De facto, estava escrito que aquela tarde seria de Joselito “El Gallo”. Com a capa, ele segurou o seu touro, chamado Cantinero, a meia praça, com uma elegância que era quase soberba, os braços volteando a pesada capa com naturalidade

e estilo, os pés rodando para variar a

direcção da sorte, mas conseguindo

também fixar o touro nos terrenos por si

escolhidos, mostrando que observara bem

a técnica de templar de Juan Belmonte.

Mas, com o capote, ele arrasou o

Cantinero. Massacrou-o com naturais e passes de peito, trouxe-o literalmente à

mão até onde queria, preparou-o, como

num ritual, para uma morte grandiosa, de

tal sorte que, no fim de tudo, parecia ser o

próprio touro a suplicar que o matasse.

Mas, antes disso, Joselito pousou um

joelho no chão e chamou o touro para que

passasse rente à sua cabeça em dois

derechazos suaves, primeiro de frente e

depois de costas. Por fim, com aquele

monstro negro completamente humilhado

à sua frente, vencido e atordoado pelos

gritos da multidão de pé, ele sacou o

estoque da capa e parou hirto a contemplar

o adversário, a espada caída ao longo do

corpo, com a ponta assente no chão. Fez-se

um silêncio impressionante na praça - um

silêncio de morte, pensou Diogo.

- Virgem da Macarena, que o mate

de um só golpe... - murmurou Manuel Custódio, entre dentes.

Joselito apontou o estoque ao

Cantinero. Falou-lhe qualquer coisa que

nem Diogo nem ninguém em toda a praça

conseguiu ouvir, fez um gesto com a mão

esquerda como que a despedir-se dele e,

quando avançou direito ao touro, este

avançou

também

direito

à

morte:

encontraram-se a meio caminho. Como

diziam os aficionados, o Cantinero morreu ai encuentro e, nessa tarde memorável de Setembro, Joselito “El Gallo”, filho, neto e irmão de toureiros, filho, neto e bisneto de sevilhanos, andaluz tan claro y rico de ventura, tornou-se o primeiro toureiro de sempre a quem a praça concedeu, em homenagem à sua fantástica lide, a orelha do seu adversário. Ele e Juan Belmonte saíram ambos nesse final de tarde pela “Porta do Príncipe” da Maestranza, levados em ombros pela gente da rua, que tinha poupado durante meses para poder assistir a esse dia glorioso.

Se, ao abandonar a Maestranza, já o Sol ia baixo e a sua imaginação longe, Diogo pudesse adivinhar o futuro, saberia que Joselito haveria de morrer menos de cinco anos depois, em Talavera de la Reina, colhido pelo touro Bailador, da

viúva Ortega - um touro aparentemente inofensivo mas que via bem ao longe e que se fixou no vulto e não no capote. Ao saber da sua morte, Guerrita comentou: “Se acabaron los toros!” “Irmão” da Virgem da Macarena, Joselito teve direito a missa de corpo presente na Catedral de Sevilha e durante muitos anos, no dia da sua morte , 16 de Maio, todas as quadrilhas que entravam na arena se perfilavam e guardavam um minuto de silêncio em sua memória.

Quanto a Juan Belmonte, fadado para morrer novo por El Guerra, toureou até 1936, com 42 anos. Conta-se que uma vez o seu grande admirador e amigo, o escritor e dramaturgo Valle-Inclán, lhe teria dito que ele era um toureiro tão grande que só lhe faltava morrer na arena. Ao que Belmonte respondeu: *“Se hará lo*

que se pueda, don Ramón.” Morreria sim, aos setenta anos de idade, suicidando-se com um tiro de pistola, segundo rezou a lenda, ferido de morte pelo amor impossível por uma jovem cigana.

- Conta-me, Diogo! Conta-me a história do assalto!

- Outra vez, Pedro? Já ta contei duas vezes!

- Só mais esta vez, Diogo!

Diogo olhou com ternura para o irmão, sentado ao seu lado na margem da ribeira, segurando uma cana de pesca feita de bambu, com a qual tentava inutilmente, havia mais de meia hora, pescar o que quer que fosse. Pedro era assim, sempre impaciente por fazer alguma coisa, sempre curioso por saber tudo, incapaz de jamais sossegar e ficar simplesmente a olhar ou a escutar o silêncio das coisas, como Diogo

tanto gostava. De noite, quando ambos se

iam deitar no quarto que partilhavam,

Pedro resistia a cair logo no sono,

insistindo em falar e em ouvir histórias,

por vezes continuando ainda a falar, já

Diogo adormecera há muito, com a

facilidade com que sempre adormecia em

qualquer ocasião, bastando que estivesse com sono. Mas para Pedro, que era ainda

uma criança nos seus dez anos, era como

se a vida toda à sua frente não pudesse

esperar e tivesse urgência em ser vivida.

Diogo guiava-se pelos sentidos: adormecia

quando tinha sono, acordava quando já não

tinha; Pedro, não: era como se adormecer

fosse um pouco morrer e a ânsia de viver

não

consentisse

esse

intervalo

de

consciência.

Quando passeavam juntos pelo

campo, Diogo gostava de caminhar em

silêncio, atento à paisagem, aos sons, às

plantas e aos bichos, absorto na sua

observação e nos seus pensamentos. Pedro

caminhava numa permanente inquietação:

ora tentava surpreender os pássaros com a

sua fisga, ora corria atrás das vacas para as

espantar, ora se atar-dava a contar as

ovelhas para confirmar que o rebanho estava completo, ora batia com um pau nos

sobreiros para ver se não estavam secos

por dentro, não se esquecendo nunca de

verificar o algarismo escrito a cal na casca

das árvores, indicando o ano da próxima

tirada de cortiça, de tal modo que, quando

voltava a passar pelo mesmo local, ele já

conhecia as árvores não pelo seu aspecto

ou porte, mas pelo algarismo escrito na sua

casca.

Mas, mesmo diferentes como eram,

Diogo amava profundamente o irmão,

como a mais ninguém, nem sequer à mãe.

Admirava a força e a determinação

daquele miúdo ainda tão pequeno, a sua

pressa em crescer e ser homem, e sentia-se

quase com a missão de o proteger de si

próprio e dos perigos de que ele não se

dava conta, de vigiar a sua impaciência, o

seu destemor. E, muitas vezes, como agora, dava por si a representar um papel

que não era o seu, apenas para saciar a

admiração que sentia que Pedro tinha

também por ele, o irmão mais velho, com

o natural ascendente do primogénito, de

vários anos de avanço, em sabedoria e em

experiência.

- Então, olha, foi assim. Vínhamos,

como já te contei, na estrada de Aracena para a fronteira, e vínhamos atrasados, porque se tinha partido uma roda da carruagem e demorámos muito tempo a substituí-la
pela
roda
sobresselente.
Entretanto, começou a cair a noite e rapidamente tudo foi ficando escuro. Acendemos duas lanternas na frente da carruagem e uma atrás, o pai e o Joaquim vinham a cavalo, eu e o dr. Sacramento dentro da carruagem, o Azevinho de condutor, e o Hernâni ao lado dele. Reparei que o pai e o Joaquim da Vila tinham tirado as espingardas das fundas e seguiam com elas atravessadas na garupa dos cavalos. Ouvimos, daí a pouco, um ruído nas estevas, como se alguém se

deslocasse agachado, mas, quando o pai parou o cavalo e ficou à escuta, o Azevinho disse: “É javali, patrão”, e continuámos a andar. Daí a uma meia hora, a Lua começou a nascer atrás de nós, em quarto crescente, e já podíamos ver um pouco mais do caminho à nossa frente. Continuámos a andar em silêncio, o pai tinha acendido um cigarro e o Joaquim vinha debruçado sobre o pescoço do cavalo, como se tivesse adormecido. A certa altura, todos ouvimos ao mesmo tempo outro restolhar no mato à nossa esquerda e, logo de seguida, um movimento surdo, que pareceu de passos, correndo, à direita da estrada. Aí, o pai parou o cavalo e fez sinal ao Azevinho para parar também a carruagem. Ficámos todos quietos, a escutar, eu sentindo o coração bater com tanta força que não

conseguia escutar outro som que não o dele.

- Estavas com medo, Diogo?

Estava sim, Pedro, acho que estava borrado de medo.

Mas depois pegaste na outra espingarda do pai, não foi?

- Foi. Depois o pai disse: “Todos os homens arma dos!” O dr. Sacramento pegou numa das suas espingar das e passou a outra pela janela, com um punhado de cartuchos, ao Hernâni, que tremia como se estivesse com febre. Depois, passou-me a segunda espingarda do pai e colocou uma caixa de cartuchos no assento, entre nós os dois, e disse-me: “Vigias essa janela e eu fico com esta. Cuidado para não acertares no teu pai ou no Joaquim. A tudo o resto que mexa, atira.” Então, o pai e o Joaquim

colocaram-se um de cada lado da carruagem e atrás dela, cobrindo a retaguarda. E retomámos o caminho, mais uns dez minutos, muito devagar e atentos a tudo, mas sem ouvir mais nada. E, de repente, quando saíamos de uma curva, vimos, a uns trinta metros, iluminado pela luz da Lua, um vulto branco a cavalo, parado no meio do caminho. O pai gritou: “Alto! Quem vem lá? Fale ou atiro!” Mas, antes que o outro fizesse qualquer movimento, soou um tiro vindo do mato, à nossa esquerda, e a lanterna da carruagem do lado do dr. Sacramento desfez-se em peda ços. Depois, já te disse que não me lembro muito bem do que se passou a seguir. Lembro-me de ver clarões de tiros que vinham dos dois lados da estrada, de ouvir um grito do Hernâni “minha Mãe Santíssima!” e, atrás de mim, os tiros em

cadeia do pai e do Joaquim da Vila. Às tantas, apercebo-me de que, ao meu lado, o dr. Sacramento disparava e voltava a carregar, uma e duas vezes, e então vi os arbustos a mexer à minha direita, a uns dez metros de nós, e disparei para lá os dois tiros da espingarda. Pareceu-me ter ouvido um gemido e o barulho de um corpo pesado a cair, e logo depois estávamos a galopar quase às escuras e eu ainda a tentar voltar a carregar a espingarda mas sem conseguir porque as mãos tremiam-me, e só parámos passado muito tempo, não sei dizer quanto, no meio de uma grande clareira, onde não era fácil eles chegarem-se a nós sem serem vistos de longe. O Hernâni tinha uns chumbos num ombro, um dos cavalos da carruagem também tinha sido chumbado, mas não havia marcas de balas em lado nenhum e

em menos de uma hora já estávamos em Ficalho, sem mais nenhum alerta.

- Mas mataste-o, não mataste? - Os olhos de Pedro brilhavam de ansiedade e ele tinha até largado a cana de pesca para agarrar o braço do irmão.

- Não, acho que não o matei. Não sei sequer se o chumbei ou se só o assustei...

- Mataste-o, mataste-o! Diz que sim, diz que o mataste!

- Mas porque é que tu queres tanto que eu o tenha morto?

- Porque era um bandido! Temos de matar os bandidos todos: foi o pai que mo disse!

Diogo olhou para o irmão, pensativo. Nunca lhe tinha ocorrido que pudesse ter morto o assaltante. Recordava-se apenas de se ter sentido seguro quando pegou na arma que o dr. Sacramento lhe estendia, já

carregada, e como o medo que o paralisava

tinha

desaparecido

instantaneamente,

assim que fizera fogo em direcção ao que

pensara ser alguém emboscado no mato.

Sim, a segurança incrível que tinha

experimentado nesse instante, a sensação

de força, de autodefesa, o prazer no

disparo da arma, o recuo dela no seu

ombro, o clarão da pólvora na escuridão, o

ruído do impacto dos chumbos nas estevas.

Mas nunca tinha pensado seriamente que o desfecho final do seu tiro pudesse ter sido

a morte de homem.

Não, Pedro. Eu acho que não o

matei. Nem sequer sei ao certo se ali havia

alguém.

E o pai, achas que o pai matou

algum dos bandidos?

Não faço ideia, Pedro.

Ele não disse se tinha morto algum?

Diogo riu-se, lembrando-se do

comentário que o pai havia feito à noite, na

estalagem de Ficalho, já todos lavados,

jantados e sossegados, em roda da lareira

da sala:

- Pensar que meia Europa se anda a matar na Flandres, com tanques, canhões,

metralhadoras, granadas e aviões, e nós

aqui, de regresso da Feira de Sevilha,

pacatamente a cavalo, a defendermo-nos a

tiros de caçadeira de um assalto de

bandidos do mato! Estamos mesmo com

um século de atraso! O que me dizes tu a

isto, António?

- E soltou uma palmada nas costas

do

dr.

Sacramento,

que

fumava

placidamente o seu charuto cubano com

prado em Sevilha.

-

Antes

assim,

compadre!

E

descansa, que não perdes pela demora.

Aposto que, da próxima vez que viermos à

Feira de Sevilha, já vai ser de automóvel e

em estrada como deve ser. E Deus nos

conserve os nossos bandidos de caçadeira

e nos guarde dos outros, de metralhadoras e aviões!

Essa é que é essa! - rematou

filosoficamente o Joaquim da Vila.

II

O tempo agora voava, parecia fugir-

lhe debaixo dos pés. Maria da Glória tinha

quarenta anos, menos oito que o marido, Manuel Custódio. E tinha feito vinte e dois anos de casada, pouco mais do que a idade de Diogo, o mais velho dos dois filhos.

Diogo continuava em Lisboa, havia já dois anos, a frequentar sem grande entusiasmo o curso de Agronomia que o pai lhe mandara tirar à capital, como morgado que era, destinado a administrar no futuro a Herdade de Valmonte. Vinha a casa apenas nas férias de Natal e de Páscoa e nas férias grandes, que duravam de finais de Julho a princípios de Outubro. Era pouco para ela, que o vira partir para Lisboa tão novo ainda, tão tímido, tão companheiro que era da mãe e do irmão.

Maria da Glória sentia muito a ausência do filho. Dos dois, era o único parecido com ela: reservado, senhor da sua solidão e do seu silêncio, reflexivo e quase

tão sensível como uma rapariga. Pedro, o filho mais novo, pelo contrário, era o retrato do pai: impetuoso, destemido, irascível muitas vezes, sempre atento aos trabalhos da herdade e sempre pronto a dar ordens ou a descompor os trabalhadores, alguns deles homens que tinham idade para ser seus pais. Diogo era amado e respeitado por quase toda a gente de Valmonte; Pedro era sobretudo respeitado.

Diogo era quem estava a estudar Agronomia para mais tarde saber como gerir a herdade, enquanto que Pedro já se tinha percebido que nunca acabaria nenhum curso superior. Já reprovara dois anos e a escola era coisa que não lhe dizia nada. Em contrapartida, os trabalhos da herdade, tratar dos cavalos, recolher o gado, fazer o corte da cortiça, limpar as oliveiras, sair para caçar sempre que podia,

com o pai, com o feitor, com os amigos, ou sozinho com os cães, isso era o que verdadeiramente lhe dava prazer e consumia o melhor do seu tempo e do seu talento. Não precisava de estudar o ofício: já sabia tudo por experiência, apesar da sua imaturidade, e era esperto o suficiente para continuar a aprender por si o que lhe interessava e que escola alguma lhe ensinaria.

Maria da Glória sabia como era profundo e inato aquele apego dos filhos à herdade, cada um à sua maneira. Vinha-lhes lá do fundo dos tempos, passado de geração em geração. Ela percebia-o e sabia ainda como isso era importante para a continuidade das coisas que, afinal, representavam igualmente toda a história da sua vida. Nascida também numa tradicional família de agricultores de

Estremoz, os Cortes, Maria da Glória vivera uma infância desafogada e feliz no campo, muito embora fossem sete irmãos - dos quais ela era a mais nova - e as terras que a sua família possuía não se equivalessem, em extensão e em qualidade, às dos Flores. Mas cedo aprendera o valor da terra e o que a sua posse podia significar ali de diferença entre uma vida desafogada e uma vida de miséria ou de privações. E melhor o percebera ainda quando, tinha apenas quinze anos de idade, os pais lhe morreram, numa viagem de regresso de Lisboa, no naufrágio da barca que os trazia de Vila Real de Santo António, no

Algarve, para Mértola e que foi apanhada num pego do rio, junto à confluência do Guadiana com o Vascão. Aí, entre os altos penhascos solitários do rio, onde apenas o moleiro, lá em baixo junto à água, e as águias planando lá no alto em busca de caça habitavam, e aonde ela se deslocara na companhia dos irmãos para depositar flores na sepultura líquida dos pais, Maria da Glória percebera que, daí em diante, a sua vida e sua fortuna iriam depender apenas da sorte. E ela deu-se quando o jovem Manuel Custódio Ribera Flores, proprietário da imensa Herdade de Valmonte, se tomou de amores por ela e, alheio a todos os conselhos em contrário dos seus - que o queriam ver casado com uma rapariga que tivesse por dote mais do que uma promessa afundada no Guadiana - , só esperou pelos seus dezoito anos para a

fazer sua mulher e a levar como troféu de caça para casa. E assim se vira - órfã de pais, de dote e de terras - senhora dona por casamento da casa e dos dois mil hectares de terra dos Flores, de Estremoz. Sim, ela sabia bem o valor da terra! Sabia o que lhe tinha custado a si: a sua juventude e a sua beleza, gastas pelos excessos e pelas traições do marido, e pelo filho mais velho, que tão depressa viera e para sempre lhe desfizera aquela cintura de bailarina e a altivez daquele peito ainda adolescente, a sua solidão de coração e de espírito, que em tão pouco tempo a transformara de menina em mulher madura, ali encerrada na solidez daquelas paredes senhoriais e no

horizonte
demarcado dos dois mil hectares de terra.
Mas, pelo casamento com Manuel
Custódio, havia saído daquele futuro que,
aos quinze anos, lhe parecia sem
esperança, e os seus filhos estariam para
sempre ao abrigo de um golpe da fortuna
ou de uma volta do rio.
Uma vez, uma amiga de infância e
de escola, com quem partilhara antes os
segredos e os sonhos de adolescentes, os
livros da Condessa de Ségur da Biblioteca
Popular de Estremoz e o projecto insensato
de um príncipe encantado encontrado ao
virar
da
esquina,
em
plena
vila,

perguntara-lhe, de visita a casa:

- Tu amas o teu marido, Maria da

Glória?

Ela olhara a amiga, como se a

pergunta não fizesse sequer sentido e respondera, sem uma hesitação para pensar

na resposta:

- Claro, é o meu homem.

Não, não era o príncipe encantado

dos sonhos de adolescente. Era arrogante,

autoritário, rude por vezes, fazendo-a

sentir-se

eternamente

em

dívida,

eternamente obrigada a mostrar-se grata e

obediente. Raramente lhe dirigia um

elogio; apenas, em certas ocasiões, um

olhar de macho com cio - o que nele era

uma forma de cumprimento e de

aprovação. E, todavia, havia nessa relação, sem romance nem paixão, uma segurança de que ela gostava: quando se referia a ele, em conversa com uma amiga, como “o meu homem”, ou quando se dirigia aos criados, falando dele como “o meu marido”.

E havia também outra qualificação, que apenas usava para si própria e que se forçava a repetir baixinho até à exaustão, quando, noites adentro, esperava, fingindo-se adormecida, que ele regressasse das suas excursões de amigos às casas de meninas de Estremoz, de Elvas, de Badajoz, rezando para que, pelo menos, voltasse vivo, inteiro e sem doenças: “o pai dos meus filhos”.

Nestes últimos tempos, o pai dos seus filhos dava-lhe mais preocupações do que os próprios filhos. Ultimamente, de facto, Manuel Custódio andava cada vez mais envolvido na política. Na verdade, ele nunca deixara de vociferar, em público ou em privado, à mesa de casa, entre amigos, ou no café da vila, entre todos, contra o “crime sem castigo” do assassinato do Senhor D. Carlos e do Príncipe herdeiro D. Luís Filipe, já lá iam treze anos passados. E nunca se conformara com a instauração

da

República, dois anos depois, e que, no seu julgamento, não fora mais do que o aproveitamento da cobardia da soldadesca e dos oficiais de Lisboa, recuando, sem pudor, perante a arruaça popular. Tal como ele via as coisas, o 5 de Outubro de 1910 não passara de uma “revolta de maçons e merceeiros lisboetas”, que derrubara um regime que era querido e popular entre o povo e os homens-bons do país inteiro.

- Tememos a Deus, servimos o país e obedecemos ao nosso Rei. Qualquer português de orgulho sabe isto! - era a sua frase preferida, que repetia em casa, no café, nas tertúlias de amigos ou nas discussões políticas em que cada vez mais frequentemente se envolvia. Nascera monárquico

e

haveria
de
morrer
monárquico e viesse quem viesse para o
fazer mudar de ideias ou tentar calá-lo.
A medida que a jovem República se
ia degradando na instabilidade, no
caciquismo, na intriga e na incompetência
governativa, acumulando a dívida do
Estado e expondo a seus olhos e em sua
opinião a vacuidade insuportável dos seus
próceres bem-falantes, assim a raiva de
Manuel Custódio se ia acumulando e a sua
fama
de
feroz
anti-republicano
espalhando-se como rastilho de fogo na
planície. Adquirira o hábito de ir todos os
fins de tarde ao Café Central de Estremoz,

onde, entre prosélitos, discípulos, amigos condescendentes ou simples curiosos atraídos pelos seus discursos inflamados, ele montava banca e exercia política, entre uns copos de abafado e uns torresmos de porco salgados.

Numa dessas ocasiões, estava ele sentado na sua habitual mesa do fundo, dissertando no meio da sua corte de ouvintes, quando entra no café o grande republicano e presidente da Câmara, bacharel Joaquim Gomes, trinta anos antes seu colega de escola. Vinha também rodeado do seu próprio grupo de apaniguados e, pelo canto do olho, pareceu a Manuel Custódio, treinado que estava pela vida do campo a tudo ver ao derredor, que tinha vindo expressamente para se pegar com ele. Mas continuou como se o não tivesse visto entrar, aliás falando ainda

mais alto e concluindo o que estava a dizer, acerca das despesas da corte no tempo da Monarquia, então violentamente criticadas pelos republicanos e que hoje pareciam ridículas, quando comparadas com o desperdício de dinheiros públicos do governo do dr. António José de Almeida - “o rei dos demagogos, o maior vendedor de feira que este país já conheceu”.

A sala fez um silêncio sobre esta frase. Ele próprio se calou, deixando o efeito das suas palavras pairar sobre a audiência. E, tal como tinha antecipado, o presidente da Câmara, o mui respeitado Joaquim Gomes, encostado ao balcão entre a sua gente, rodou o corpo na direcção da mesa onde perorava Manuel Custódio e disse, em atitude de sereno desafio:

- A diferença, senhor Manuel

Custódio, entre a Monarquia que o senhor defende e a República que eu represento, é que hoje qualquer um pode estar aí a fazer propaganda contra o regime e no tempo do Senhor D. Carlos era comer e calar.

A resposta de Manuel Custódio, passados uns momentos de silêncio de duelo, haveria de correr célere no dia seguinte, pelas boticas e cafés de Estremoz, daí chegando a outros lugares do Alentejo. Contou-se, então, que ele se levantou, muito hirto, deu-se vagares a pegar na bengala e a largar uns cobres sobre a mesa para pagar a despesa, a fazer um gesto circular de despedida para os seus, antes de avançar em direcção à saída e parar dois passos à frente do presidente da Câmara e calmamente encarar com ele:

- Não. A diferença é que dantes os burros não falavam e muito menos

governavam. E o país agradecia.

A República parecia, de facto,

perdida e à deriva. O poder autocrático e distante dos últimos tempos da Monarquia

fora substituído por um poder dissoluto,

deli-quescente, que parecia sem rumo. A

aristocracia caduca e inculta dera lugar a

uma

pequena-burguesia

ávida

de

acreditação social e de importância

pública. Aos marqueses de berço e aos

condes de ocasião dos saldos finais da

Monarquia,

tinham-se

sucedido

os

maçons, os comerciantes lisboetas, os

banqueiros em ascensão, os funcionários

da província, os jornalistas panfletários, os intelectuais auto-designados. O Estado, que confiscara os bens da Igreja e os dos aristocratas eLivross, abandonara à sua sorte as colónias de África por absoluta incapacidade de gestão e arruinara-se na aventura militar da Flandres, onde o Corpo Expedicionário Português fora dizimado em dois dias de Abril de 1918, sacrificado à mais imbecil estratégia militar de todos os tempos - a chamada “guerra das trincheiras” - e à necessidade diplomática de restabelecer boas relações com a antiquíssima e “fiel aliada” Inglaterra, de modo a que o Império Português de África pudesse continuar eternamente - adormecido e abandonado, decerto, mas

português de jure.

A República falhara rotundamente na sua tentativa de levar a instrução e o "progresso" a todas as freguesias do país. Um Portugal profundo e obscuro, fechado sobre si mesmo e desconfiado de tudo o que lhe parecia estranho ou alheio, resistia a cada tentativa de reforma, a cada apelo cívico à "cidadania", e ignorava por completo as vantagens da "civilização das luzes" sobre as antiquíssimas trevas em que se habituara a viver. Pelo contrário, desde há uns anos que não parava de crescer o número dos que, todos os meses de Maio, seguiam em romaria até à aldeia estremenha de Fátima, onde uma absurda crença popular pretendia que Nossa Senhora tinha aparecido a três jovens miseráveis pastores, flutuando sobre uma azinheira e prometendo "a salvação de

Portugal” e “a conversão” da nascente Rússia bolchevique. Fora alguns restritos círculos político-intelectuais da capital ou do Porto, ignotas tertúlias de cidades do interior e alguma oficialidade dos destacamentos militares aí sediados, nenhuns outros portugueses seguiam com atenção ou sequer entendiam os floreados absurdos dos discursos dos deputados que supostamente os representavam

no

Parlamento de Lisboa ou a grandiosidade

oca dos debates que aí ocorriam. Nessa deriva sem sentido em que o regime se

consumia, homens-bons da província,

como Manuel Custódio, homens anti-

regime, capazes de argumentar com uma

linguagem chã e em nome de valores tão

retrógrados quanto familiares, não apenas

mantinham o seu espaço de influência,

como crescentemente eram ouvidos como

se deles viesse a única e segura sabedoria:

a da continuidade das coisas, a da

imutabilidade das verdades de sempre.

Todas as sextas-feiras, Manuel

Custódio instituíra o ritual de receber

alguns amigos para jantar em Valmonte e

discutirem política. O grupo permanente

incluía sempre o juiz António Sacramento,

vizinho de propriedades e companheiro de

caça ou de excursões a Sevilha, que agora era já desembargador na Relação de Évora. Vinha no seu Ford T (preto, obviamente, como o próprio Ford determnnara: “podem escolher qualquer cor desde que seja o preto”) passar o fim-de-semana à sua herdade de Estremoz, começando as folgas pelo jantar habitual das sextas-feiras em Valmonte. Aos cinquenta anos de idade, o desembargador mantinha-se ainda solteiro, demasiado habituado às espanholas” ou demasiado treinado na linguagem dos códigos jurídicos para ser já capaz de alguma conversa de aproximação com uma senhora disponível e que para aí estivesse virada. Para grande desgosto e alguma irritação de Manuel Custódio, o dr. Sacramento, que nunca fora, a bem dizer, um monárquico muito convicto, fora-se tornando aos poucos um republicano

inspirado nas ideias da “igualdade”, das “luzes”, da “cidadania”, e outras coisas que, para o seu amigo, não passavam de perigosas utopias de “bem pensantes”.
Todavia, Manuel Custódio admirava o juiz, a sua vontade de não ter querido limitar-se a ser mais um latifundiário alentejano, por berço e herança - antes arranjando profissão e vocação própria. Admirava a sua cultura e o seu jeito natural para a caça e outros desportos masculinos. E gostava, claro, do confronto político com ele, do prazer daquelas discussões de sexta-feira à noite.
Os outros parceiros fixos dessas tertúlias gastronómico-políticas incluíam normalmente o Joaquim da Vila, abastado comerciante local e também companheiro de caça, o proprietário da farmácia da vila, Filinto Paz, um proto-imbecil sentencioso,

se bem que sempre simpático e prestável,

espécie de fiel da balança das discussões,

por vezes acompanhado da sua horrenda e

idiotíssima mulher, D. Conceição, e o padre Júlio Benfeitor, prior da igreja e

paróquia de S. Sebastião, autêntica

caricatura viva do padre de província

demonizado pelos republicanos: gordo,

suado e acomodado, capaz de vender uma

indulgência plenária em troca de um bom

convite

para

jantar

e

fatalmente

subserviente perante o senhor D. Manuel

Custódio e as suas, por vezes, vulcânicas

opiniões. Mas não era estúpido, o padre

Júlio: tratava apenas de sobreviver, num

tempo difícil para a padragem, quando,

poucos anos atrás ainda, os maçons procuravam padres, como ratazanas, nos esgotos de Lisboa, os perseguiam, prendiam, arrastavam pelas ruas e, às vezes até, permitiam que a populaça os açoitasse ou matasse de pancada.

O padre Júlio não esquecia que mesmo um homem culto e católico, como Raul Brandão, dividira os padres em duas categorias: o “ateu” e o “devasso”. O primeiro era “o padre banal e charro”, que despachava, com a fé de um amanuense, confissões e missas, casamentos, baptizados e extrema-unções; o segundo era “o padre eleiçoeiro, o padre janota, mamando charutos à porta das tabacarias, o padre intriguista, fazendo cerco às viúvas

ricas, por vezes amigado, criando mulheres e filhos, jogadores correndo as feiras, bêbados e devassos". A custo, Raul Brandão reconhecia ainda a existência de uma terceira e excepcional categoria de padres que não se integrava nas duas anteriores, e, a custo, o padre Júlio tentava passar aos olhos da sua freguesia por uma raridade pertencente a essa terceira categoria. Mas os tempos não estavam fáceis, não, para os servidores do Senhor: era necessário não desperdiçar a hospitalidade de casas como as da D. Maria da Glória e de Manuel Custódio, e necessário também que o comum povo e os ódios anticlericais soltos e alimentados

pelos republicanos e pela maçonaria não o denunciassem publicamente como serventuário dos senhores do antigamente.

- Sabe uma coisa, padre Júlio? -

Manuel Custódio recostara-se para trás na cadeira, à cabeceira da mesa, visivelmente satisfeito com a cena que contemplava: os amigos estavam ali reunidos, convocados pela sua hospitalidade, pelo seu gosto da discussão e da boa mesa; Maria da Glória, a sua mulher, olhava-o da outra cabeceira, a sua beleza moura impondo-se ao redor, os olhos levemente esverdeados e ainda com a luz de outrora, e um sorriso esquivo mas familiar prolongando-lhe o desenho da boca, enquanto vigiava pelo canto do olho o serviço - impecável como sempre e como só ela sabia organizar; Diogo e

Pedro, os seus filhos, homens feitos ou quase feitos, cada um à sua maneira, esperavam que o pai abrisse a discussão política que antecedia invariavelmente a sobremesa, o café, o brandy e os charutos, com a atenção e o respeito de sempre; o sabor do ensopado de borrego, com batatas novas e grão, demorando-se-lhe na boca, antecedendo o pato assado com azeitonas, que era apenas um ritual para quem porventura ainda tivesse apetite ou gula; e o seu olhar, passeando-se pela magnífica sala de jantar do monte e detendo-se nos reflexos que a luz do lume vivo de azinho acendia nos azulejos moçárabes das paredes, verdes e brancos, e no dourado das panelas de cobre areado, alinhadas nas prateleiras. Cada coisa no seu sítio, tudo familiar, tudo antigo, certo, seguro, imutável.

- Quer ouvir uma opinião que o vai,

talvez, escandalizar, padre Júlio? Eu acho que a única coisa de jeito que os republicanos fizeram foi expulsar daqui os Jesuítas, tal como o Marquês de Pombal, há cento e cinquenta anos. Não fazem cá falta nenhuma!

Ao padre Júlio não custava muito, também, concordar com o seu anfitrião. Os Jesuítas sempre tinham adoptado uma atitude de superioridade e desdém para com o clero secular, a que o padre Júlio pertencia. Tal como se viam a si próprios, os Jesuítas não se deixavam confundir com o clero ignaro e boçal da província: eles consideravam-se uma elite dentro da Igreja e olhavam os padres de paróquia como uma casta acomodada e retrógrada. Não admira que, desde a sua instalação, a República tivesse feito do clero regular, e em especial dos Jesuítas, o seu principal

inimigo, procurando separá-los do restante clero, a quem insinuava tréguas, em troca de apoio. E muitos desses pobres padres de província, como o padre Túlio, haviam visto aí uma tábua de salvação a que se tinham agarrado com mãos ambas. Mas os republicanos não se tinham quedado por aí: depois de expulsos os Jesuítas e praticamente proibidas as ordens, seis escassos meses após chegarem ao poder, e sem sequer esperarem por uma Assembleia Constituinte, haviam feito publicar a "infame" Lei da Separação do Estado das Igrejas, redigida pelo radical anticatólico Afonso Costa, ministro da Justiça. Se, por um lado e em nome da separação, a lei expropriava a favor do Estado quase todos os bens da Igreja Católica, incluindo as residências dos bispos, por outro lado e em nome do princípio de dividir para reinar,

prometia uma pensão do Estado aos padres que não afrontassem a República e a própria lei e que, pelo contrário, se mostrassem dispostos a não obedecer aos seus bispos. Outras disposições incluíam o direito de intervenção do Estado na nomeação dos membros do clero e na regulação das actividades de culto, a obrigação de os seminaristas fazerem o liceu nas escolas públicas, a limitação dos actos de culto na via pública e, mesmo dentro dos templos, só entre o nascer e o pôr do Sol, a proibição de os padres andarem vestidos como tal nas ruas e o inacreditável direito de fiscalizar as missas e demais actos de culto, através da presença de um “fiscal” da República.

Tamanho era o intuito persecutório da lei contra uma religião que, teoricamente, era professada pela quase totalidade da

população portuguesa, que o próprio Papa Pio X se apressou a publicar uma encíclica contra ela e a dar instruções secretas aos bispos portugueses com vista a uma resistência clandestina, como no tempo dos primeiros cristãos de Roma. Claro que a inesperada descida da Virgem Senhora sobre a azinheira de Fátima fora, literalmente, uma bênção caída dos céus para um clero que, desde a implantação da República, em 1910, vivia acossado nos seus bens, nas suas pessoas e nos seus seculares direitos. Mas o acontecimento fora recente, as próprias excursões anuais de fiéis a Fátima eram semiclandestinas e não havia ainda condições para começar a tirar livremente partido do sinal enviado pelos céus, nos púlpitos das igrejas do país.

E era neste quadro, de desabamento de um mundo até aí seguro e tranquilo, que

gente como o padre Júlio se esforçava por

sobreviver, servindo a Deus sem dar nas

vistas, obediente ao novo regime na igreja

e nos cafés de Estremoz, nostálgico do

antigamente na mesa de confiança de

Manuel Custódio.

- Sim, os Jesuítas não despertam

muitas simpatias em ninguém... - começou

a ele a concordar, antes de se ver

interrompido

pelo

juiz

António

Sacramento:

- Pois eu acho exactamente o

contrário: a expulsão dos Jesuítas foi um

erro gratuito dos republicanos. Com o

devido respeito por si, padre Júlio, o

senhor pode ser tido como uma excepção.
A maior parte do clero dependente dos
bispos seculares representa, de facto, o ultra-montanismo
católico:
são
reaccionários sem emenda. Os Jesuítas, ao
menos,
dedicavam-se
ao
ensino,
à
instrução pública, às missões nas colónias.
Não ficavam aí, pelas aldeias, a fornicar e
a fazer filhos sem pai às beatas de
sacristia, pregando virtudes vãs, enquanto
enchiam a barriga do bom e do melhor e
fingiam seguir os mandamentos do
Evangelho.
- Credo, Deus me valha, que o
senhor doutor, quando solta a língua, vai

mesmo de arraso! - E o padre Júlio

benzeu-se, por dever de ofício, olhando o

tecto de madeira da sala de jantar, como se

nele vislumbrasse o Céu.

- Já lhe disse, padre Júlio: tome-se

pela excepção e não pela regra. Mas nem

Deus Nosso Senhor me pode desmentir quando afirmo e sustento que, nesta terra,

Ele está muito mal servido de servidores.

Credo, Deus me valha! - repetiu o

padre, aproveitando para encher novo copo

daquele excelente tinto da colheita do ano

anterior, extraído às vinhas de xisto de

Valmonte.

- Ó padre, não se amofine. - Manuel

Custódio entrava, com verdadeiro deleite

na discussão que iniciara, como o caçador

que vê enfim ao alcance de tiro a presa que

vinha perseguindo. - O que o nosso doutor

Sacramento quer, com esta absurda defesa

dos Jesuítas, é fazer-nos outra vez a pregação das virtudes da instrução republicana, das “luzes”, como eles dizem.

- E, então, tu, porventura, és contra um país instruído?

- Não, eu sou é contra um país estúpido. Contra um país que desperdiça recursos a dar instrução à força a quem a não pediu, não a quer, não a entende e não sabe o que fazer com ela. Vai dar ali instrução ao meu moço de estrebaria, a ver se ele a quer para alguma coisa: vai largar o emprego que tem e onde ajuda os pais a serem menos pobres, a troco de quê - de voltar da escola para ordenhar vacas, outra vez, só que agora, em lugar de ter aprendido melhor o seu ofício, aprendeu a recitar a tabuada e o abecedário enquanto ordenha uma vaca?

- Ó pai, francamente! - Diogo

juntava-se agora à discussão, incapaz de se manter alheio. - O que está a dizer é de um reaccionarismo tão aberrante que até lhe fica mal.

- Ah sim, filho, e então porquê: não temos todos o direito de ter opinião, não é isso que proclamam hoje em dia?

- Sim, ninguém diz o contrário, mas não é isso que torna todas as opiniões válidas e aceitáveis...

- Ouve lá! - Manuel Custódio estava a começar a irritar-se. - E quem és tu para me dizeres se a minha opinião é ou não válida e aceitável? Só porque andas a estudar em Lisboa já te imaginas superior intelectualmente?

- Não é isso que o rapaz te está a dizer. - O dr. Sacramento acudia, em auxílio de Diogo. - E, se o mandaste estudar para Lisboa, farias bem em ouvir,

de vez em quando, o que ele tem para dizer. E é claro que o Diogo tem razão: é

perfeitamente retrógrado e até pouco

cristão defender que a instrução para todos

é uma coisa inútil. O que faz a riqueza das

nações não é apenas a agricultura ou o

comércio que têm e as minas que possuem.

É também a instrução do seu povo. Olha a

França, a Inglaterra, a Alemanha: as

nações ricas são sempre nações instruídas.

- E o que fazes tu com essa

instrução?, foi o que eu perguntei. Depois

de saberem ler, escrever e fazer contas, se

calhar, até, depois de aprenderem história,

geografia e francês, os camponeses vão

querer voltar para os campos e os mineiros

para as minas? Quem os substitui, então?

- Vão passar a fazer melhor o seu

ofício,

certamente.

Serão

também

melhores cidadãos, sem dúvida. E não te preocupes porque, mesmo que eles

queiram largar os empregos que tinham e

subir na vida - o que é um direito seu que

não podes negar-lhes -, outros haverá

sempre para ocupar os seus antigos postos.

Não é obrigatório ser-se analfabeto para

trabalhar a terra ou descer à mina.

- Pois eu, António Sacramento, nota

bem o que te vou dizer... Foi essa fé na

instrução do povo, nos direitos civis e

políticos com que vocês enchem a boca,

que conduziu à Rússia dos bolcheviques e

há-de conduzir à desgraça da nossa terra.

Nota bem o que te digo.

- Não, pai! - Diogo voltava à carga,

encorajado pela intervenção do juiz. - Não

é a educação nem a justiça social que

conduzem à revolta, é justamente o

contrário: a ignorância e os abusos. Se há coisa que devemos à República é

exactamente a instrução obrigatória para

todos.

- Ah, sim? E que mais lhe devemos,

já agora?

- A separação entre o Estado e a

Igreja, apesar dos exageros e dos abusos

cometidos. O registo civil, o divórcio civil

para quem não é católico, o sufrágio

universal, o...

- Disparates! Fantasias de jacobinos

ignorantes! O nosso povo é católico e há-

de permanecê-lo para sempre. Em Portugal

ninguém se regista sem ser baptizado,

ninguém se casa para se divorciar depois,

ninguém compreende que se tenha

chegado ao cúmulo de querer proibir os

padres de andarem vestidos de padres nas ruas. Afinal, que liberdade é essa.'

- O sufrágio universal...

- O sufrágio universal? Ó filho, não

me venhas com o sufrágio universal, que

essa até dá vontade de rir! Sabes quem é

que vai ganhar as eleições parlamentares,

aqui, em Estremoz? Sabes quem vai ser o

próximo presidente da Câmara?

- Não, não sei! - respondeu Diogo,

verdadeiramente

espantado

com

a

pergunta.

- Pois vai ganhar quem eu disser ou

quem disser aquele pateta do Joaquim

Gomes, o cabo eleitoral dos republicanos

em Estremoz. E só esperar para ver qual de

nós os dois está disposto a gastar mais

dinheiro com a eleição e depois contam-se os votos - se não houver chapelada deles.

Aí tens o teu sufrágio universal: o povo vota em quem lhe mandarem os que ele respeita ou teme. E é assim no país inteiro!

- Bem, compadre, essa não lhe fica muito bem...

- Não me fica muito bem, compadre António? E não me fica muito bem, porquê? Acaso estou a dizer alguma mentira, alguma coisa que vossemecê não saiba? E assim que as coisas acontecem e não é por acaso: porque o povo, apesar da vossa instrução para todos, direitos políticos e civis e tudo isso, não está preparado para escolher de livre vontade. E, por isso, segue aqueles que toma como uma elite: seja a velha elite, de berço e de antiguidade e respeito, seja a nova elite, autopromovida como tal, mas bem-falante e capaz de enganar os tolos. Porque, por mais

proclamações

que

façam

da

igualdade para todos, haverá sempre uma

elite que governa e que guia e conduz os

outros. E a desgraça dos povos é quando

essa elite não existe ou não se assume.

Pai - volveu Diogo -, não há elite

alguma se o povo não a respeitar.

Não, Diogo, é exactamente ao

contrário: não há elite digna desse nome

que não se faça respeitar pelo povo.

- E como é que se faz respeitar, pai,

pelo chicote?

Manuel Custódio olhou-o quase com

raiva:

- Olha, Diogo: dá graças a Deus por teres um pai que te está a educar para que

pertenças à tal elite que, ao que parece,

queres

negar.

À

elite

pertence-se,

naturalmente, pelo berço e, a seguir, pelo mérito e pelo exemplo. Espero bem que tu, que és tão igualitário, o venhas a perceber por ti, porque, se o não perceberes, não vais pertencer a mundo nenhum: os iguais a ti desprezar-te-ão como um renegado e os de baixo não te reconhecerão como um dos seus.

Fez-se um silêncio pesado. Diogo percebeu que tinha chegado a altura de se calar. O juiz olhava, como que distraído, uma gravura inglesa na parede. Maria da Glória suspirou baixinho: “Está a ficar frio.” Mas Manuel Custódio ainda não tinha acabado:

- E, já agora, se queres saber, o chicote - que aqui não se usa, como bem

sabes - só tem cabimento e justificação

quando aquele que o usa o faz por

autoridade natural, mas também pelo

mérito e pelo exemplo dados. Se, quando

terminares o teu curso, mostrares aqui que

aprendeste qualquer coisa que eles não

sabem e que pode melhorar a exploração

da

herdade;

se

deres

o

exemplo

trabalhando e usando a favor de todos o

que aprendeste, terás o respeito que te é

devido e, se o não tiveres, até tens o direito

ao chicote. Porque deste o exemplo. Mas

se, porventura, esqueceres tudo o que a tua

mãe e eu te ensinámos, e se só quiseres ser

um desses filhos-família que vivem a

derreter o dinheiro e as terras que

herdaram de gerações de gente honesta,

nesse caso, não terás o respeito de

ninguém, a começar por mim. Diz-me, diz-

me tu, António Sacramento, que és homem de leis e de justiça: o que tem isto de

errado? Qual é a alternativa a uma

sociedade sem uma elite de mérito?

- É isso mesmo, pai! - E todos se

viraram para de onde vinham estas

palavras: para Pedro, que olhava o pai com

os olhos brilhantes de admiração.

III

Manuel Custódio viria a morrer

quatro anos depois, em 1925, exactamente

um ano antes de ter podido assistir ao

triunfo de um golpe militar que instauraria

em Portugal uma ditadura retrógrada e

tradicionalista, ao gosto daquilo que

pregava

e

com

que

aparentemente

sonhava. Ou talvez não: porque, daí em

diante, os que pensavam como ele viriam a reduzir todos os outros ao silêncio e nunca

lhe teria sido possível continuar as

discussões políticas com os adversários,

tão do seu agrado.

Mas morreu tal como secretamente

sempre desejara - se é que alguma vez

desejou mesmo encarar de frente a ideia da

morte, coisa de que Maria da Glória nunca

o ouviu falar e nunca suspeitou que sequer

lhe ocorresse. Teve morte de caçador, num

dia em que saíra para caçar galinholas, a

sua caça favorita, acompanhado pelo seu

braque, o Campeão, pelos dois filhos e

pelo feitor da herdade, o Tomé da Amieira.

Caçavam num terreno “sujo” e difícil, um

entranhado de silvados e arbustos altos,

onde a custo ele se embrenhava, arranhado

nos braços e na cara e mantendo a

espingarda ao alto, por cima da vegetação.

Extenuado, tinha acabado de chegar ao cimo de um cerro íngreme, quando ouviu o

ligeiro silvo da galinhola, levantando do

chão onde estava oculta e partindo

disparada, no seu característico voo aos

ziguezagues por entre as árvores, tornando

quase impossível um tiro certeiro. Mas,

apesar do cansaço, ele reagiu rápido e por

instinto: apontou, meteu-a em mira,

calculou numa fracção de segundo a sua

trajectória, “correu a mão” para diante e

disparou para um ponto à frente dela.

Fulminada, a ave caiu “seca” e, no mesmo

instante, o Campeão lançou-se para a

cobrança.

E foi aí, no alto desse cabeço, que

Diogo foi o primeiro a dar com o pai,

minutos decorridos. Manuel Custódio jazia

de joelhos, com a espingarda caída à sua

frente e a cabeça apoiada na terra, em

estranho equilíbrio. Junto a ele, o Campeão gania baixinho, a galinhola

morta a seus pés, e com a língua lambendo

suavemente a nuca do dono. Diogo gritou

“pai!”, sabendo de antemão que nenhuma

resposta teria. Ajoelhou-se também ao seu

lado e levantou-lhe a cabeça com ternura,

vendo que da boca aberta lhe escorria uma

espuma que se misturava com a terra que

ele engolira ao ajoelhar, ferido de morte:

morrera a comer a terra de Valmonte,

fulminado no coração, ajoelhado num

gesto de humildade perante a morte que

ninguém jamais lhe vira em vida.

Ali os encontrou Pedro, passados uns

minutos, quando assomou por sua vez ao

alto do cabeço: Diogo estava sentado sobre

o resto de um tronco de árvore, ao rés do

chão, segurando o pai nos seus braços,

como uma Madona segurando o corpo do

Cristo morto. Manuel Custódio jazia de cabeça pendente sobre o ombro do filho, o

corpo torcido numa posição absurda e a

sua bela cabeleira negra ponteada de fios

brancos, que tanto desvelo e orgulho lhe

dava, caída em desalinho sobre a cara suja

de terra. Pedro estava ainda à beira de

fazer vinte anos - menos cinco do que

Diogo, que regressara já definitivamente

de Lisboa e da Universidade, com o título

de engenheiro agrónomo no bolso e o

destino de morgado de Valmonte à sua

espera. Mas, enquanto que Diogo ficou

paralisado pela cena à sua frente e pela dimensão da tragédia de que começava a tomar consciência, Pedro reagiu, num tom calmo e de comando que Diogo lhe não conhecia e a que instintivamente se sentiu obrigado a obedecer.

- O pai morreu, Diogo. Um ataque de coração fulminante: não deve ter tido tempo para perceber nem para sentir nada.

Olha, matou esta galinhola antes de morrer: em cheio no peito! Vai lá abaixo dizer à mãe e manda subir uma carrinha para o transportarmos.

Diogo chegou a casa sem fôlego pela corrida, as pernas trementes pelo choque.

“Como hei-de dizer à mãe que o pai morreu?”

Maria da Glória estava na sua pequena salinha de passagem entre a sala de jantar e o salão, com duas janelas

abertas sobre o pomar de limoeiros das traseiras da casa, onde tanto gostava de passar os tempos livres da hde doméstica - no Verão de janelas abertas sobre o Pomar, no Inverno com a pequena lareira acesa e ela sentada numa pequena mesa em frente do lume. Mas, nesse momento, estava em pé, a folhear uns papéis pousados sobre a cómoda que lhe servia de arquivo. Olhou o filho Pahdo e afogueado e percebeu logo que alguma coisa de grave se tinha passado. Mas não se descontrolou - “o que tiver de vir, virá”, era o seu lema de vida, desde sempre.

- Filho, o que foi? Senta-te aí, bebe um copo de água. Lurdes - gritou em direcção à cozinha -, traz-me um copo de água para o menino Diogo! Rápido!

Diogo deixou-se cair sobre o sofá junto à lareira, olhando a mãe. Gostaria de

conseguir chorar para a ocasião, mas não lhe chegavam lágrimas aos olhos. Só então lhe ocorreu - talvez pela primeira vez na sua vida de filho - que o pai era também o marido da sua mãe. O homem dela.

- Mãe, aconteceu uma desgraça...

- O teu irmão...?

- Não, mãe. O pai...

Maria da Glória respirou fundo.

Nunca estaria preparada para a morte de um filho. Nunca. Sabia de certeza que não seria capaz de sobreviver a uma notícia dessas. E à morte do marido, seria capaz?

- Diz, filho.

Lurdes trouxe o copo de água. Diogo agarrou nele com ambas as mãos e bebeu um gole profundo, antes de se voltar de novo para a mãe.

- Está morto, mãe. Morreu naquele cerro alto, junto à mata do Evaristo, depois

de ter morto uma galinhola. Está lá o Pedro com ele...

- Morreu como, Diogo?

A voz da mãe soou-lhe agora de uma inesperada dureza, quase como se o culpasse a ele pela morte do pai. Ele estremeceu e a resposta saiu-lhe murmurada:

- De coração, mãe. Deve ter sido:

demos com ele já morto, tombado no chão. De facto, Manuel Custódio não morrera tombado no chão, mas sim ajoelhado, e fora apenas ele que dera com o pai morto. Movido por um instinto de auto-protecção absurdo, ele não foi capaz de contar à mãe exactamente como as coisas se tinham passado. Talvez temendo

que ela virasse a sua ira contra o mensageiro e não contra a mensagem.

Ela tinha assim quarenta e quatro

anos quando o marido lhe morreu - sem

aviso nem razão, nem mesmo idade

adequada para tal. Vinte e seis anos casada

com ele, dia por dia, noite por noite,

sempre junto e disponível para aquele

homem que agora lhe morrera, sepultando

com ele o seu absurdo e inconfessado

desejo de ainda vir a ser mãe mais uma

vez. Ainda tinha regras, ainda (mesmo que

olhasse bem para os seus filhos já feitos

homens) se sentia mulher e não viúva. “Eis

como as coisas podem ser irónicas!”,

pensou para consigo. A maior parte ou

quase todas as mulheres da sua idade que

conhecia, há muito que tinham desistido da

sua feminilidade, como se fosse assunto

encerrado. Dedicavam-se aos filhos ou aos

netos, dormiam em quartos separados dos maridos e até mesmo, quando em conversa

entre elas se referiam à sua vida sexual, em

tom de confidência cómico-trágica, não

era raro que exclamassem qualquer coisa

como “felizmente, ele resolveu dar-me

tréguas definitivas já há um tempo!”. Ela,

porém, não.

Mesmo então, contemplando o corpo

frio do seu homem, não conseguiu deixar

de sentir também uma imensa pena de si

própria. Chorou por dentro, enquanto à sua

roda as amigas, as tias, as vizinhas ou as

simples intrusas choravam alto e bem à

vista de todos. Ela, se chorava, era em seco

- tal como os seus dois filhos, verdadeiros

Ribera Flores, verdadeiros filhos de um pai

que lhes ensinara em pequenos, para valer

toda a vida, que “um homem não chora”.

Mas, por dentro, Maria da Glória chorava.

Chorava coisas inconfessáveis talvez, coisas que não confiaria a ninguém, nem

sequer ao marido agora morto e que enfim,

quem sabe, talvez pudesse escutar-lhe os

pensamentos, bem mais e bem melhor do

que alguma vez escutara em vida. Chorava

por si própria. Pelo filho que já não teria, pela mulher casada que já não seria mais,

pelo lugar definitivamente ausente do

homem que já não teria mais à mesa, na

casa, na cama, na vida - no bem e no mal,

na saúde e na doença, na felicidade e na

tristeza, tal como se haviam jurado há

tanto tempo atrás, na capela de Valmonte.

Junto ao corpo do morto, chorava o seu

próprio corpo, que via ao espelho ainda

jovem e apetecível, em que as ancas não

haviam

arredondado

desproporcionadamente com os partos, o

peito não descaíra como se fosse velha, as

pernas não tinham perdido a sua rigidez de

sempre, o pescoço não ganhara rugas, nem as costas acumulavam cansaços incuráveis.

Chorava essa súbita inutilidade das coisas,

como esse corpo ainda vivo, os seus

vestidos de cores alegres de que tanto

gostava para sempre arrumados na

naftalina dos armários à espera de noras ou

netas, o cuidado com que se preparava

para os jantares, para a missa de domingo

na vila, para receber os amigos do marido,

para o baile anual de Ano Novo do Clube

de Estremoz, as festas de família ou dos

amigos, esse prazer para sempre perdido

que era o de ver como o olhar apreciador

de Manuel Custódio, todavia tão pouco

dado a galanterias, a acolhia quando

aparecia arranjada para jantar ou para sair.

E, sim, chorava a sepultura em vida do seu

desejo de fêmea ainda desperto e por

saciar. “O que vier, virá...”

A vida em Valmonte mudou quase da noite para o dia. A casa estava agora mais silenciosa, sem o som da voz poderosa de Manuel Custódio, dando ordens ou chamando pela mulher ou os filhos, e o das suas passadas largas no soalho de madeira dos corredores e salas. A sua ausência viera juntar-se quase logo a de Diogo, que agora passava largas temporadas em Lisboa, parecendo descobrir na cidade um encanto que nunca lhe haviam despertado os anos de estudante que lá vivera. Mas agora era diferente: já não ficava em casa dos tios maternos que o haviam acolhido antes, mas sim no Hotel Avenida Palace, na esquina entre a Avenida da Liberdade e a estação de comboios do Rossio. Os empregados tratavam-no por “senhor engenheiro” e ele experimentava um vivo

prazer pela vida de hóspede. Gostava do

pequeno-almoço no quarto, do primeiro

charuto do dia fumado numa poltrona de couro da sala de espelhos, lendo a

imprensa da manhã. Gostava do ar solene

com que lhe entregavam a correspondência

ou os recados na recepção, quando ao fim

do dia regressava para se mudar para o

jantar. Raramente lá almoçava, mas, em

contrapartida e a menos que tivesse algum

convite ou algum jantar de amigos

combinado, do que mais gostava era de

ficar no restaurante do hotel, de largas

janelas rasgadas sobre a Avenida da

Liberdade e ainda iluminado a velas por

estrita vontade da gerência. Nem se

importava nada de jantar sozinho, se assim

calhasse, com o som do pianista do

restaurante em fundo, distraindo-se a

observar

discretamente

os

restantes

hóspedes, em particular os estrangeiros, e

a imaginar o que seriam as suas vidas e

que facto relevante os teria trazido até ali.

Tornou-se um conhecedor e um apreciador do serviço do restaurante, da sua excelente

garrafeira e dos seus pratos de referência -

os hors-d'oeuvres, os ovos mexidos com

espargos verdes, o foie gras trufado, o

rodovalho assado no forno com tomate

farei, o empadão de lebre ou o pato

estufado com azeitonas. E também ele se

foi tornando conhecido dos empregados:

os seus gostos, as suas preferências, os

seus hábitos, as suas manias. O café era

sempre servido na salinha de leitura e

nunca à mesa, o conhaque tinha de vir

acompanhado por um copo de água e a

caixa de charutos escusava de lhe ser apresentada juntamente com um cortador porque ele gostava de os abrir com os dentes, trincando a ponta. E eram essas pequenas coisas, essas atenções, essas comodidades que o dinheiro comprava, que lhe tornavam tão agradável a vida de hotel.

Outras coisas, também, tinham mudado na vida de Diogo. Comprara um automóvel, um Panbard de 1924, com 72 cavalos de potência, dois lugares e cor azul berrante. Vinha de Estremoz para Lisboa sozinho no Panhard, de janela aberta e atento ao caminho, através de uma estrada que começava por ser de terra e gravilha, depois passava a vestígios de alcatrão sobre a terra (o “maquedame”, como lhe chamavam os alentejanos), e só próximo do Tejo, já com Lisboa à vista, se

transformava

em

estrada

asfaltada.

Adorava conduzir, adorava a sensação de

liberdade e de viagem que o automóvel lhe

dava, e também o fascinava a máquina em

si - o seu motor, que estudara ao pormenor,

o chassis, a coluna de direcção, os travões

de disco dianteiros, a direcção de

cremalheira, as molas da suspensão e todos os acessórios interiores. Tornara-se um

especialista em mecânica automóvel e,

quando em Estremoz, passava horas

perdidas na Garage Auto-Estremoz, à

conversa com o mecânico Joaquim

Manuel, vendo-o mexer nos motores e

discutindo com ele cambotas, pistões e

carburadores. Assinava a revista inglesa do

Royal Automobile Club, que depois

oferecia ao Joaquim Manuel, e assim se

mantinha actualizado sobre as constantes

novidades que a todo o tempo iam

aparecendo

nesse

fascinante

mundo

emergente dos automóveis.

Mas os automóveis e as cada vez

mais prolongadas e agradáveis estadas no

Hotel Avenida Palace não esgotavam os

seus novos interesses, que o mantinham

tanto tempo afastado de Valmonte. A

morte do pai, de certo modo, libertara-o de uma vida que antes lhe parecera

programada e sem desvio possível: estava

destinado a ser o morgado da herdade, a ali

viver e ali pôr em prática, ao serviço da

herdade e da família, os conhecimentos de

Agronomia para que fora despachado

quatro anos para Lisboa a fim de aprender.

Agora, liberto da presença tutelar e

absorvente do pai, tendo tomado posse do

dinheiro que lhe coubera em herança,

Diogo sentia, pela primeira vez na vida,

que esta lhe pertencia. Havia um novo

espaço, um novo horizonte, uma nova

liberdade à sua frente e ele montava no seu

Panbard e fazia-se ao caminho, ao seu

encontro.

Desgraçadamente,

a

sua

nova

liberdade coincidiu com a morte da

liberdade no país. Em Maio de 1926, um

obscuro general comandando um quartel de Braga, no extremo norte de Portugal,

sublevou-se contra o governo da República

e veio por aí abaixo, arregimentando à

passagem a soldadesca dos quartéis

ociosos da província, até instalar as suas

tropas no Terreiro do Paço, em Lisboa,

inaugurando um novo regime a que viriam

depois a chamar Estado Novo, muito

embora a sua difusa filosofia política,

baseada num nacionalismo pacóvio e num

autoritarismo primário, fosse tão velha

quanto os mais velhos vícios do país. E aí,

sem que Diogo, então à beira de fazer

vinte e seis anos, o pudesse adivinhar,

acabou para sempre, no tempo da sua vida,

a liberdade em Portugal.

A Ditadura Nacional era um

movimento militar, ainda sem líderes

políticos civis. O que unira os cabecilhas

que haviam derrubado a República democrática era uma confusa ideologia

que tinha a seu favor um programa político

a que grande parte dos portugueses era

perigosamente sensível, após dezasseis anos de desordem instaurada, de caudilhismo partidário e de arrogância larvar dos vates da República: a restauração da “Ordem Pública”. Fosse isso o que fosse ao certo, alguns sectores agarraram de imediato a oportunidade de aderirem, em nome da “salvação da Pátria”: os grandes capitalistas que outrora tinham mantido cativa a Monarquia, trocando créditos à Casa Real por

concessões de monopólios e oportunidades

de negócio nas colónias de África; a Igreja

Católica, que fora despojada de grande

parte dos seus privilégios, humilhada e

forçada a esconder-se ou exilar-se; e bem

assim

uma

certa

pequena-burguesia,

provinciana ou citadina, que se habituara a viver paredes meias com a padralhada e

que, acima de tudo, preservava a ordem e a

continuidade das coisas e temia a

emergência

do

anticristo

e

dos

bolcheviques - que, embora soubesse

distantes, lá nas terras brancas da Rússia,

sabia também, por instinto de classe, ser um mal escondido e expansivo, como um vírus em incubação; e, finalmente, como não poderia deixar de ser, os grandes terratenentes - aristocratas semiarruinados das quintas vinhateiras do Norte, para quem a manutenção do próprio estatuto de nobreza de que se reclamavam se confundia com a viabilidade económica dos seus domínios de sempre, ou os latifundiários das grandes propriedades do Sul, que pareciam para sempre adormecidos pelo calor abrasivo dos estios na planície e pelos rendimentos certos que assegurava uma mão-de-obra extensa, dócil e miseravelmente paga. Todos eles

confiavam na Ditadura Nacional, não apenas para repor a “ordem pública”, mas, antes de mais, a ordem natural das coisas. A ordem de sempre. A que fizera “o esplendor de Portugal”, isto é, a que nos últimos cinquenta anos dispersara pelos quatro cantos do mundo milhões de portugueses, que só tinham escolha entre a fome e a emigração: assim vira o país partir açorianos e cabo-verdianos para a América e para as costas do Pacífico para fornecer marinheiros para a caça a baleia - os únicos que se atreviam a perseguir a remos o monstro marinho e arpoá-lo à mão a cinco metros de distancia, tão grande era o seu desespero de sobreviver; assim vira Portugal partir milhares de beirões para as colónias africanas de

Angola

e

Moçambique para roçar mato em terras tão

perdidas que nem saberiam dizer onde estavam, semeando as sementes que

levavam nos bolsos, seu único tesouro,

além dos mulatinhos que rapidamente

espalhavam, com raiva e sémen, pelas

povoações à volta; assim vira partir

madeirenses para o Transval ou para o

Havai,

para

donde

quer

que

um

conterrâneo já instalado lhes enviasse um

bilhete de barco e uma promessa de

trabalho; assim vira partir, desde o início

do século, levas e levas de minhotos e

transmontanos para os Brasis, largando as vinhas e eiras do Douro e Minho pelos seringais sem saída da Amazónia e, antes, pelos prósperos vales de café do Paraíba. Um país miserável, exangue, fugia de si mesmo e partia, sem o saber, para nunca mais regressar: era essa a ordem natural das coisas. Uma espécie de fatalidade portuguesa, a de um povo que ainda agora, trezentos e cinquenta anos decorridos sobre a fatal batalha de Alcácer-Quibir, travada nas areias incandescentes de uma tarde de Agosto em Marrocos e onde se perdera o rei, a independência e toda a elite nacional de então, continuava a alimentar a lenda do regresso desse patético rei D. Sebastião - o mais imbecil, incompetente e irresponsável governante de toda a história de Portugal.

Diogo interrogava-se muitas vezes o

que pensaria o pai do actual estado de coisas. Num primeiro momento, não duvidava que ele tivesse aderido aos revoltosos anti-republicanos. Afinal de contas, era monárquico desde sempre e não ignorava que a mudança de regime, mesmo que não visasse aparentemente a restauração monárquica, vinha ao encontro das suas ideias conservadoras e retrógradas. Mas, por outro lado, a ideia de ditadura não deveria assentar muito bem a um homem como Manuel Custódio, para quem os combates se travavam em campo aberto, fazendo frente aos inimigos e não silenciando-os. E a verdade é que havia agora um silêncio cauteloso que se ia

crescentemente instalando no país e que Diogo sentia, palpável, nos cafés, nas conversas entre os amigos, na leitura dos jornais, no próprio lobby do Avenida Palace. O gosto pela discussão política, que nos últimos anos fora uma espécie de nova fé comum a todos os portugueses, dera lugar a um súbito alheamento, como se de repente houvesse uma infinidade de coisas mais importantes e mais urgentes a fazer e que tinham sido deixadas para trás, esquecidas. Mas, se não se discutia política abertamente como outrora, se os jornais só tinham notícias que pareciam reportar-se a um país surreal, a cidade, porém, fervilhava de boatos.

Apesar do seu nome, a Ditadura Militar não tinha separado a nação entre as Forças Armadas e os civis: pelo contrário, dividira tudo a meio, militares e civis. Havia numerosas

unidades e chefias militares, além da polícia militarizada criada pelos republicanos - A Guarda Nacional Republicana, dita GNR -, que se sabia não estarem, nem de coração nem de cabeça, com o novo regime, e sobre as quais circulavam constantes rumores de sublevação iminente. Quando, naqueles agitados tempos de boataria, Diogo ia de visita a Estremoz, era assaltado por todos, num dos cafés da vila - o Café Alentejano, “o mais elegante e higiénico de todos os cafés de província”, como rezava a publicidade -, à saída da missa de domingo

na Igreja de Santa Maria, mesmo nas

esquinas das ruas ou no Largo do Rocio, pelos amigos ou conhecidos que queriam à

viva força saber novas políticas da capital.

Os jornais nacionais eram devorados

assim que chegavam a Estremoz e a

própria imprensa local - o Brados do

Alentejo,

cujo

lema,

inscrito

em

cabeçalho, era “Alentejo, conhece-te a ti

próprio e dá-te a conhecer!” -, quando não

sabia, inventava. Nesse tempo, a província

não estava ainda a povoar Lisboa, como

sucederia anos mais tarde. Havia nas

pequenas e médias cidades de província

uma intensa vida cultural e política,

determinada pelas elites locais. Em

Estremoz, por exemplo, eram célebres as

récitas no Teatro Bernardim Ribeiro, ao

qual a grande actriz Amélia Rey Colaço

chamava “um amorzinho de teatro” e o

jornalista Alves da Cunha, mais eloquente,

baptizara com o nome de “bocetazinha da arte”. Havia imprensa dos dois campos, os

progressistas e os conservadores (só no

Alentejo, havia vinte e seis jornais!),

clubes de debate, tertúlias, cafés, onde

todos os dias se desfazia ou restaurava a

reputação da Pátria, manifestações, greves,

comícios políticos, saraus de música e de

literatura em que, como na eleição para os

corpos gerentes dos bombeiros ou do clube

local, era a política que determinava o tom.

A

grande

maioria

das

sublevações
militares que haviam marcado os últimos
anos da Monarquia e os dezasseis anos de
República tinha tido origem nos quartéis
de província, que tanto forneciam revoltas
ao país como mancebos para as meninas
casadoiras da terra ou animação ao
comércio local.
Mas ninguém mais, em Estremoz
inteiro, parecia tão interessado e tão entusiasmado
com
o
rumo
dos
acontecimentos políticos como Pedro. Se
Diogo tinha dúvidas sobre o que pensaria o
pai se estivesse vivo, Pedro não as tinha.
- Que pena que o pai aqui não esteja
agora: devia estar feliz com tudo isto!
Pedro falava enquanto metia à boca

simultaneamente uma azeitona curada e um bocado de pão, o olhar já pousado na terrina de sopa de beldroegas com tomate e queijo de ovelha. Como sempre e como em quase tudo o resto, era sôfrego a comer. De pouco tinham servido os anos e anos a fio que a mãe o repreendera pelas suas maneiras à mesa. Ele comia como se o mundo fosse acabar logo a seguir e a verdade é que contara sempre com o olhar complacente do pai, que não conseguia disfarçar que gostava da vitalidade animal do filho. Pedro era assim a comer, a trabalhar no campo, a dar ordens ao pessoal desde miúdo, a arrear e a montar o cavalo ou a caçar de salto, onde constantemente se adiantava à linha de caçadores que deviam caminhar num movimento sincronizado em forma de ferradura,

e

que

ele

estava

permanentemente a desfazer, adiantando-

se.

Estavam sentados à mesa da sala de

jantar do monte, Maria da Glória e os seus

dois filhos, os seus dois homens que agora

lhe restavam. Ocupavam apenas uma

ponta da imensa mesa, Maria da Glória na

cabeceira onde sempre se sentara, do lado

da copa e da cozinha, os filhos um de cada

lado, como se a protegessem.

- O pai devia estar feliz com tudo isto, o quê? - interveio Diogo que, ao

contrário do irmão, parecia distraído,

fazendo um esforço para se concentrar no

prato.

- Ora, com o novo regime, com

Portugal, com o regresso da gente de bem

ao poder!

Diogo levantou os olhos para o

irmão: ele estava mesmo convicto do que

dizia. Sorriu-lhe:

- Vá lá, Pedro, gente de bem há em

todo o lado. E gente de mal também. Em

que é que estes são tão melhores que os

outros, que os republicanos?

- Bem, Diogo, parece que só tu é que

não vês! Que raio fazes lá em Lisboa, para

não dar por nada? Olha, tal vez te fizesse bem passar mais tempo aqui, no campo.

Epercebias como as pessoas falam e estão

aliviadas.

- Mas que pessoas, Pedro?

- As pessoas como nós. - E, dizendo

isto, Pedro olhou o irmão fixamente. “Não

te afastes de mim, agora!”, pare cia dizer o

seu olhar.

- Ah, as pessoas como nós... Sim, os

donos das herdades...

- Sim, claro! Tu não és dono de uma

herdade?

- Sou...

- E então, não achas que pelo

caminho que as coisas estavam a tomar, em breve teríamos aqui os comunistas a

darem volta à cabeça dos trabalhadores e a

tornarem isto ingovernável como estava o

próprio país?

- Pedro, quantas vezes tenho de te

explicar que os republicanos não são

comunistas? - A sua voz e o tom

mantinham-se suaves, um irmão mais

velho acalmando o mais novo.

- Sim, já ouvi isso muitas vezes. Mas

o que eles fizeram, Diogo, o que eles

fizeram foi abrir a caixa de Pandora.

Começaram a prometer tudo às pessoas, a

instrução, os sindicatos, o direito à greve,

um mundo sem Deus nem valores de

família...

- Ei, ei, o que aí vai, rapaz! Olha,

nessa parte de Deus, ou melhor, da Santa Madre Igreja, o nosso pai, como sabes, não

deveria estar de acordo contigo.

- Sim - atalhou Maria da Glória,

intrometendo-se na conversa. - O vosso

pai, nunca percebi bem porquê, era muito

anticlerical. Nesse aspecto, estava mais

próximo dos republicanos do que dos

monárquicos.

- Sabe porquê, mãe? - Pedro

retomava a iniciativa. - Porque o pai nunca

gostou de quem não fazia nada. E a

verdade é que a maior parte dos padres que

a gente conhece por aí não fazem mais

nada do que viver às sopas dos outros. Mas

mesmo o pai reconhecia que a Igreja

preenchia um vazio na vida desta gente e
que contribuía para...
- Para os manter sossegados -
concluiu Diogo. - Para lhes ensinar que,
como disse o Cristo, também o reino deles
não é deste mundo.
Fez-se uma pausa. Maria da Glória
parecia divertida com a conversa, mas
Pedro estava com uma expressão de
incredulidade séria.
- Tu começas a preocupar-me, mano!
Estás a ficar jacobino, o que é o primeiro
passo para muitos perigos. Ainda acabas aí
a pregar a revolução proletária pelos
campos!
Diogo riu-se. Levantou o copo de
vinho tinto e fez uma saúde na direcção de
Pedro:
- Tchim-tchim, mano! Não te
preocupes: sou demasiado preguiçoso e comodista

para
virar
revolucionário.
Apenas acho, e falando a sério, que há um meio-termoentre uma coisa e outra: nem o comunismo nem a miséria sao as únicas alternativas e as únicas fatalidades. E também, desculpa lá, não gosto de ditaduras. Não gosto que me proíbam de dizer o que penso, de ver toda a gente aos segredinhos, cheia de medo.
- O Pedro também não gosta que lhe proíbam de dizer o que pensa - acorreu Maria da Glória.
- Sim, mãe. Mas a questão é saber se também se importa ou não que proíbam os outros?
- Olha, Diogo, não vou fugir à tua armadilha: queres mesmo saber o que penso? -E Pedro debruçou-se para a frente sobre

o

prato,

momentaneamente

esquecido de comer. - Penso que tens

razão, em teoria: o ideal seria vivermos

sempre num país civilizado, como a

Inglaterra, onde toda a gente tivesse uma

opinião abalizada e respeitável sobre os

assuntos de que fala. Mas isto é Portugal,

meu querido mano: aqui falam todos e

ninguém se entende, porque a República

deu

a

todos

o

sagrado

direito

constitucional à asneira. Mas, como bem

sabemos, vozes de burro não chegam ao

céu e não acrescentam nada aos males da

terra - só os agravam. Como dizia o nosso pai, nenhum país progride se as elites não assumem o poder. E, se não o assumem porque aquilo a que tu chamas democracia faz com que as elites sejam esmagadas pelos ignorantes ou pelos simplesmente invejosos, então há alturas em que o único caminho é o da força. O da ditadura, justamente. Eu acho que este é um desses momentos. Prefiro ver Portugal restaurado em ditadura do que destruído em democracia.

E, dito isto, voltou a recostar-se para trás na cadeira e a concentrar as suas atenções no jantar que tinha à frente. Mas, perante o silêncio do irmão, ainda acrescentou, rematando o assunto:

- Mas, claro, cada um tem as suas preferências...

Diogo também se recostou para trás

na cadeira de palhinha italiana. Soltou um meio suspiro, meio assobio entre dentes, e exclamou, dando-se por vencido:

- Uf! Discute-se mais política à mesa de Valmonte do que em todos os cafés de Lisboa!

Maria da Glória fechou a discussão, sorrindo:

- Há uma coisa que eu tenho que dizer ao Pedro: esta sempre foi uma mesa democrática.

Felizmente.

E

há-de

continuar a sê-lo para sempre, meus queridos!

Olhou

para

ambos,

com

um

sentimento misto de ternura e espanto:

ternura por serem seus filhos, espanto por

serem já dois homens feitos. Tão

diferentes um do outro e, todavia, tão

agarrados às mesmas coisas: à família, a

ela, à casa, à herdade, à vida e ao espaço do campo e, sim, à liberdade. Seriam

felizes ali para sempre os dois, tão

diferentes na maneira de ser, na maneira de reagir e de ver as coisas? Como era

estranho, pensou, que dois homens, tão

novos e tão sensíveis ao que entendiam ser

a justiça, pudessem ter ideias concretas tão

diferentes. Diogo, “o meu liberal”, como

ela dizia, e Pedro, “o meu maioral”.

Esperou, tranquilamente feliz, que Pedro

acabasse de devorar a sobremesa de

encharcada de ovos e mais meia dúzia de

figos de mel colhidos por ela nessa mesma

tarde junto ao poço velho, e levantou-se,

disfarçando um brilho de contido orgulho,

ao

ver

como

eles

se

levantavam

imediatamente e lhe beijavam a mão,

exclamando, como o pai lhes tinha

ensinado desde crianças: “A bênção,

minha mãe!”

Maria da Glória tinha-se retirado

para a zona da cozinha, depois do jantar. O

que, acima de tudo, a mantinha alegre e activa, depois da morte de Manuel

Custódio, era o governo da casa, a crença,

talvez errada, de que, sem ela, a vida em

Valmonte não saberia seguir o seu curso

normal. Na longa varanda contígua à sala

de jantar, sob o alpendre cá fora, Diogo e

Pedro tinham-se sentado nas poltronas de

madeira de costas curvas revestidas de

almofadas

a

que

chamavam

espreguiçadeiras. Sempre fora assim, no

tempo do pai e do avô e do pai do avô. A

varanda fora construída virada a poente,

talvez pensando nas longas tardes de Verão

alentejano, em que o sol só era suportável

ao final do dia, quando as cigarras calavam

enfim o seu interminável grito diurno de

insectos abrasados e eram substituídas pelo

inextricável diálogo entre os pássaros

nocturnos e as rãs, que, na charca logo

adiante, se chamavam umas às outras e se

respondiam entre elas, a noite inteira pela frente: “Estás aí? Viste bem o calor que fez

hoje?”

Gerações

de

Flores

tinham-se

sentado como eles, naquela mesma

varanda, em noites assim. Diogo pensava

nisso, enquanto acendia com um longo

fósforo o seu Partagas, comprado na

Havaneza, ao Chiado. Pedro só fumava

ocasionalmente cigarros, que agora eram

moda mesmo entre as mulheres. Mas

bebia, gole a gole, a sua aguardente de

zimbro, e também ele convocava a

memória dos antepassados, ali, na varanda,

ao lado do irmão, numa noite de lua quase

cheia, com o calor do dia finalmente

sepultado à sombra das azinheiras e o

fantástico concerto das rãs na charca

celebrando essa mágica hora de tréguas.

E, pela centésima vez na sua vida, Diogo pensou na incrível, inexplicável,

magia daquele lugar. Deus sabe que, sobretudo depois da morte do pai, tinha tentado descobrir outras raízes, outras varandas, outra vida. Esforçara-se por amar Lisboa e a vida de Lisboa, como quem descobre uma nova amante, novos fascínios, novos vícios. Procurara em Lisboa uma outra ocupação que o aliviasse da monotonia e responsabilidade da função de administrador vitalício de Valmonte, para que o destino e o sangue o haviam fadado, e cuja perspectiva lhe dava uma sensação de desânimo absoluto.

Juntamente com o seu melhor amigo e colega de curso, Francisco Menezes, andava a tentar montar uma empresa de import-export com o Brasil, através de um

alemão, Herr Gabriel Matthäus, que ele

conhecera no bar do Palace e que, vivendo

no Rio de Janeiro e sendo um homem com um espírito empreendedor e aventureiro

que saltava à vista, estava naturalmente

destinado a ser o sócio brasileiro daquele

empreendimento comercial. Indo eles

avante no seu projecto, esperava Diogo

que este lhe proporcionasse uma outra

ocupação que o distraísse do isolamento de

Valmonte e que, ao menos, lhe servisse de

pretexto para regulares viagens a Lisboa,

que

lhe

limpariam

a

cabeça

do

provincianismo tacanho da vida de

Estremoz - ao invés, tão do agrado de

Pedro, que a nada mais parecia aspirar da

vida ou do mundo.

Mas nada, nada dava a Diogo esta

sensação de estar em casa como ali.

Aquele era o seu território, o seu mundo, a

sua varanda, a sua lua. Suspirou fundo,

feliz: dali, debaixo de uma Lua que parecia

fazer parte da própria terra, via a sua luz derramada sobre a lagoa onde as ras

gritavam de alegria, via-a recortada entre a

sombra das árvores reflectida no chão do

montado de azinheiras e> a esquerda, no

pomar de citrinos cujo perfume invadia o

seu quarto em noites como esta, quando

dormia de Janela aberta e no chão se

desenhava um cone de luz prateada onde

ele se fixava, antes de adormecer. Ao

longe e de vez em quando, ouvia o balir

das ovelhas que vinham beber à charca, o

som abafado dos cascos dos cavalos presos

na estrebaria, o ruminar baixo das vacas

que pastavam ainda junto aos sobreiros e

que Pedro conhecia e vigiava, uma por

uma. Se apurasse mais o ouvido, ouviria

também, talvez, um cântico rouco e

cadenciado, como se dormente - um

“cantar alentejano” dos homens de Val-

monte, afinando as gargantas com uma

aguardente de medronho bebida à porta da botica da herdade, de braços dados em

linha mal definida e mal segura, coro

cambaleante de bêbados exaustos de sol e

trabalho, disputando às corujas e aos

morcegos

o

silêncio

daquela

noite

suspensa sob a Lua, de tréguas e mistérios.

Ou talvez ouvisse o estalar seco da casca

de cortiça de um sobreiro que se distendia,

enfim, do calor que o sufocara todo o dia.

A noite descera sobre a planície e,

aspirando-a como coisa sua, ele sabia que

pertencia ali: tudo aquilo era seu, mesmo

que não quisesse.

Sentiu que Pedro se levantara e que

chegara junto das suas costas. Sentiu a

mão dele que lhe pousava no ombro, como

há muito tempo, quando eram crianças e

Pedro só se ia deitar se Diogo o

acompanhasse.

- Então, Diogo? Não fiques assim, abatido. Esta terra tem muita força: é

nossa. Eu sei que tu sabes isso.

Diogo voltou-se de viés e agarrou a

mão do irmão, que estava pousada no seu

ombro direito.

- É a terra que é nossa ou nós é que

somos da terra?

Pedro

riu-se,

tranquilo,

feliz.

Semanas e semanas a fio, meses e meses a fio, administrava Valmonte na ausência de Diogo, sem dúvidas, sem hesitações e sem queixas, num misto de prazer e de dever, que para ele se confundiam. Mas nada o

DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe Le Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

---

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O Le Livros e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: LeLivros.love ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste LINK.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e

poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

---

deixava mais em paz consigo e com tudo o

resto do que ver o irmão de volta a casa,

ver como ele observava todos os detalhes

mesmo que o não dissesse, como gostava

de ver as buganvílias em flor no grande pátio de entrada, os figos de mel que a mãe

colhera para a sobremesa, o feno cortado e

empilhado no campo, o gado cuidado e

tratado, a ribeira que continuava a correr,

mesmo Verão adentro.

- Ah, Diogo, porque é que queres

sempre complicar tudo? Tu pertences aqui,

tanto como eu. Podes correr o mundo

inteiro, podes torturar essa cabeça de

agrónomo arrependido, mas hás-de sempre

querer voltar aqui, por que aqui é a tua

casa.

- Talvez, talvez tu tenhas razão...

- Tenho, sim. Olha, e agora fazias

bem era ir-te deitar como eu, porque

amanhã temos a feira e vamos lá levar
catorze vacas, um semental e cinco
cavalos, e temos de fazer também boa figura ao lado deles.
- Ah, já me tinha esquecido! -
suspirou Diogo. - A Feira de S. Tiago! Foi
por isso que eu vim, afinal! Vamos lá
dormir para passear as vacas amanhã.
- Não é só passear as vacas. Essa é a
parte do trabalho: à noite, passeamos as
miúdas da terra!
- Passeamos?
- Vá lá, Diogo, não te armes em
santinho! Passeamo-las, sim: tiramo-las
para dançar no bailarico e depois, com um
bocadinho de jeito, levamo-las para trás da
igreja e elas fingindo que não querem e
que são muito virtuosas, saltamos-lhes
para cima e, quem sabe, ainda tiras os três
a uma, à sombra da Santa Maria!
Aquela parte Diogo nunca dominara

bem. Aliás, pensando com toda a franqueza, era um assunto que sempre fizera grande cerimónia em abordar com o irmão. Como toda a gente em Estremoz, ouvira falar várias vezes da fama de garanhão do irmão: contava-se na vila que Pedro não tinha escrúpulos nem temor em tentar saltar para cima de qualquer mulher que se pusesse mais ou menos a jeito, ou nem sequer tanto. Viúvas e casadas, solteiras sem dote, ciganas e filhas de camponeses, raparigas das lojas da vila, lavadeiras ou amas de leite, a tudo ele acorria e de tudo consumia em lho deixando, qual animal com cio à solta.

- E - rematava agora Pedro, com uma gargalhada melíflua - se não tivermos sorte, temos sempre a casa da queridíssima D. Esmeralda, que Deus conserve assim, mais o seu sempre renovado harém de

meninas de Badajoz!

- Pois quê, meu querido mano,

continuamos a frequentar as meninas de

Badajoz no harém da D. Esmeralda, como

daquela vez em que, devias ter uns catorze

anos, a mãe nos obrigou, a mim e ao pai, a

sairmos de noite à tua procura, convencida

de que estavas para aí afogado na ribeira, e

tu entretido a tratar da sífilis?

- O que queres tu? - E Pedro sorriu,

nada embaraçado. - Eu não vivo em

Lisboa, como o menino: queres que me

ponha nas ovelhas? Pois é, eu vou às de

Badajoz, importadas; nem todos tiveram a

sorte de ter um paizinho que o levou às de

Sevilha!

Certo é que a ida à feira acabou por ser bem mais interessante do que Diogo

tinha antecipado. Durante a manhã,

passeou-se pelo recinto na companhia do

irmão, fechando juntos uns quantos
negócios de compra e venda de gado e
alfaias e cumprimentando os conhecidos e
amigos que iam encontrando.
Também na exploração de Valmonte
os dois irmãos eram diferentes, embora
aqui se complementassem. Diogo era
principalmente um teórico e um estudioso
da agricultura. Assinava revistas inglesas e
francesas sobre a criação de gado, estava a
par dos últimos progressos de maquinaria
e sempre pronto a investir em novidades e
dominava bastante bem as modernas
descobertas sobre a utilização racional dos
solos, a rotação dos terrenos de cultivo e a
sua alternância com os pastos e a floresta,
além de ser um verdadeiro conhecedor das técnicas de irrigação, que estudara a fundo
desde os romanos e os árabes, que tantos
vestígios da sua arte haviam deixado na

zona. Pedro era, acima de tudo, um homem do terreno: gostava de sujar as mãos na terra, de passar dias inteiros no campo envolvido nos trabalhos agrícolas e, embora, ainda tão novo, tivesse fama de ser um patrão duro e exigente, ninguém o podia acusar de não dar o exemplo e ordenar coisas que ele próprio não fosse capaz ou não estivesse disposto a fazer. No pino do Verão, com temperaturas assassinas que frequentemente chegavam aos 40 graus, ele lá estava, no campo, participando da gadanha e da debulha do trigo. E, pelo meio-dia, com o sol caindo na vertical sobre a planície, as árvores estalando sob o calor e as cigarras gritando

em desespero por tréguas, muitas vezes se sentava com os seus trabalhadores à sombra de um sobreiro e, tal como eles, sacava do seu rancho de “comida de ganhão”, como lhe chamavam, à base de alho, azeite, coentros, pão e um corte de toucinho para engrossar o caldo. Ou então, se a horta tivesse corrido bem, ficava-se por um gaspacho, que mais não era do que uma água mantida fria dentro de um recipiente de cortiça chamado tarro, acrescentada de azeite e vinagre e onde boiavam pedaços de pão, tomate, cebola e pimento. Mas a verdadeira paixão de Pedro era o gado. Conhecia um por um todos os cavalos, éguas, vacas e bois da herdade: com um só olhar, conseguia dizer se estavam doentes ou se tinham pastado de mais ou de menos e sabia sempre onde estavam a cada hora do dia. O seu gozo

maior eram as ferras e as agarras dos

novilhos, misto de trabalho e de festa e

que, conforme à tradição, eram sempre participadas pelos vizinhos ou amigos,

terminando em grandes almoçaradas. No

final dos dias de trabalho, com o tempo

quente, mandava buscar a casa uma camisa

lavada e um bocado de sabão azul e branco

e tomava banho na ribeira que corria nos

fundos da herdade, ensaboando-se todo nu

e deixando-se ficar depois mergulhado na

água fria até sentir os músculos doridos a

distenderem-se devagar e um cansaço justo

tomar conta de todo o corpo.

Agora, percorrendo a Feira de S.

Tiago, era Pedro que indicava ao irmão os

animais que valia a pena comprar e era ele

que fixava o último preço do gado que

tinha para vender e do qual não se

afastaria. Diogo ouvia as explicações do

irmão, mas não interferia na decisão final,

que era dele. Depois do almoço, enquanto

Pedro voltou à feira para um leilão de ovelhas, Diogo preferiu dar um passeio até

ao Castelo e ao Paço Real, sobranceiros à

vila e de onde, em dias claros, se avistava

tudo em redor, até cinquenta ou mais

quilómetros de distância. Diogo gostava de

subir até lá acima, de ver de perto a torre de menagem do castelo, com os seus 27

metros de altura, e o Palácio Real, onde

agora estacionava um Batalhão Militar de

Ciclistas e que antes fora o maior museu

de armamento do país. Era uma pena,

pensou ele, que um palácio com tanta

história não tivesse melhor aproveitamento

do que albergar militares ciclistas. O

Palácio Real de Estremoz tinha sido

mandado construir por D. Afonso III, em

1258, e fora residência de D. Dinis, dito

“O Lavrador”, e da “Rainha Santa” - D.

Isabel, de Aragão - que lá morreu. Morreu ela e o seu neto, o célebre D. Pedro I, “O Justiceiro”, que mandara arrancar o coração em vida aos dois assassinos da sua amante D. Inês de Castro.

Mais recentemente, numa tarde de Julho como esta, do ano de 1833, o palácio fora cenário de uma tenebrosa cena das muitas que Portugal atravessou na Guerra Civil fratricida entre os partidários de D. Pedro IV, o rei liberal, o primeiro Imperador do Brasil, e seu irmão D. Miguel, o rei absolutista: 39 prisioneiros da facção liberal que ali estavam detidos - a maioria deles militares, mas também alguns civis e

até uma criança de seis anos, filho de um dos presos políticos - foram chacinados a golpes de machado. Dizia-se na vila que, nos degraus da escadaria de mármore do palácio, ainda havia marcas de sangue que nenhuma lavagem conseguia apagar, e que, às vezes, na lua nova, ainda se ouviam os gritos abafados dos 39 filhos de Estremoz que ali foram massacrados. Quando Diogo era criança e à noite não conseguia adormecer, a criada Imaculada costumava assustá-lo dizendo que, se não dormisse ou se fizesse barulho, poderia acordar os mortos do palácio, que sairiam lá do alto, vogando pelos campos fora em busca de vingança. Talvez tenha sido então que ele decidiu que, quando fosse grande, seria liberal, como a mãe lhe chamava.

Nessa tarde, o seu passeio ao Castelo não acabou, Porém, com a tradicional

visita à loja do sr. Augusto, um cigano que tinha uma espécie de caverna atulhada de toda a espécie de inutilidades e velharias e onde Diogo gostava de se perder, examinando detalhadamente cada peça amontoada sem nexo ao longo das três divisões da loja. O que procurava, em especial, eram coisas romanas ou árabes, que queria sempre saber onde tinham sido encontradas: fragmentos de colunas e capitéis, almofarizes de mármore, restos de bicas de água, azulejos e mosaicos do chão em pequeníssimas pedras coladas como as de Pompeia, instrumentos e utensílios agrícolas de ferro, restos de faiança ou, até, uma página do Corão gravada sobre uma tábua colorida de madeira, que comprara ao sr. Augusto numa das suas incursões.

Amontoava

tudo

o

que

comprava num pequeno escritório que

montara em Valmonte e de que a mãe era o

único visitante igualmente curioso.

Mas o sr. Augusto estava fechado,

também ele deveria ter ido para a feira, e

assim, dando meia-volta, conformado,

Diogo veio descendo a pé as ruelas

serpenteantes que conduziam do Castelo

ao Rocio, detendo-se de vez em quando

para melhor admirar uma casa mais bonita ou uma fachada mais rica de mármore,

naquela vila em que a abundância de

mármore rosa e branco nas pedreiras

próximas servia para marcar o contorno

das portas e janelas, das esquinas e beirais

das casas caiadas de branco. Mesmo os

passeios das ruas calcetadas eram em

mármore, como as fontes, os terreiros das igrejas e praças do centro ou os enfeites dos jardins. A sua terra de Estremoz era linda!

O grande largo do Rocio estava agora apinhado de gente que se preparava para a festa que se seguiria à feira.

Não estariam todas as cerca de vinte mil almas das dez freguesias do concelho, mas estavam muitas delas e muitas outras que tinham vindo dos concelhos vizinhos, Évora, Borba, Elvas, ou até de Santarém e Lisboa. Havia ainda espanhóis de Badajoz, a uns quarenta quilómetros de distância, e muitos feirantes de outras terras mais longe e que ainda não se tinham posto ao caminho de volta para suas casas. Estava-se naquela hora em que o Sol tinha acabado de se pôr e no céu viam-se farrapos de nuvens vermelhas e rosa a

ocidente, enquanto que do outro lado, do lado de Espanha, Vénus já despontara no firmamento e em breve a Lua iria nascer dali também. A iluminação pública havia sido ligada, para logo se apagar e regressar após uns cinco minutos e alguma hesitação bruxule-ante nos candeeiros de ferro da praça. A luz deles, Diogo pôde ver uma nuvem de poeira que subia do chão e, no ar quieto do fim do dia, ficava a pairar sobre a multidão, confundindo-se com o fumo dos fogareiros a carvão acesos nas inúmeras bancas de comes e bebes que tinham ocupado todos os pontos estratégicos.

O Joaquim Peixeiro, que durante anos ganhara a sua alcunha vendendo

peixe do rio, sabendo a lodo e a limos,

tinha reconvertido a sua actividade nestes

últimos tempos. Comprara uma furgoneta

em segunda mão, contratara um motorista

ajudante, que era o sobrinho, e, volta e

meia, tocava-se para Sesimbra ou Setúbal,

onde ia comprar verdadeiro peixe do mar,

que trazia, conservado em sal, e vendia às

gentes do sequeiro de Estremoz e

arredores. Ninguém diria que ele fosse

capaz de tamanha revolução tecnológica,

sendo homem conhecido pela sua infinita

Preguiça, que numa ocasião lhe ia até

custando a vida, quando adormeceu

sentado sobre umas pedras em pleno

mouchão do rio e caiu à água quando uma carpa mordeu no anzol da cana que

segurava e ele, com o balanço, foi atrás

dela, para dentro de água. Não sabendo

nadar, nem aliás pescar, foi salvo por um

caçador que assistiu à cena da margem e lhe estendeu um ramo seco de azinheira a que se agarrou, rumo à vida. Mas o certo é que o Joaquim Peixeiro, talvez instigado pelo sobrinho - na verdade, ao que se murmurava, filho da cunhada, irmã da mulher, e dele próprio, já que o cunhado, por via dos excessos alcoólicos a que se entregava, há muito que não hasteava bandeira -, aventurara-se ao estatuto de primeiro importador de legítimo peixe do mar em Estremoz, terra em que pelo menos uns dois terços dos habitantes não faziam ideia do que era o mar e onde ficava. O cheiro a sardinhas, às belas sardinhas gordas e prateadas de Julho, que agora subia no ar da praça proveniente de várias das barraquinhas de comida, devia-se assim à excursão matinal a Setúbal que o Joaquim Peixeiro empreendera nessa madrugada. E ele próprio, ufano e

orgulhoso, sentindo-se mesmo com direito a vir a ser considerado benemérito da terra na próxima assembleia geral da Associação de Beneficência, estava encostado ao balcão da barraquinha Cantinho do Bem-Estar, da D. Hortense, aspirando aquele perfume portentoso da sardinha de Setúbal, com que o seu empreendedorismo, a sua modernidade, o seu génio empresarial, impregnara o Rocio de Estremoz. Porém, não comia sardinhas - que, àquela hora (e isto apenas confessava

aos

muito

íntimos)

lhe

“pesavam no estômago”. Comia, sim,

deliciado,

umas

febras

na

grelha,

acompanhadas de quando em quando por

uns nacos de toucinho rigorosamente banha,

umas

farinheiras,

“só

para

experimentar”, e umas rodelas vadias de

chouriço de sangue, tudo acompanhado

por incontáveis copos de vinho branco

fresco - enfim, nada que, àquela hora, lhe

pesasse no estômago. A Diogo bem lhe apetecia também umas sardinhas no pão, que aquele cheiro era irresistível para quem passava. Mas tinha um jantar no Palace Hotel, com mesa marcada e onde, quando chegou, já Pedro o esperava, eufórico com os negócios que concluíra durante o dia, falando alto e centrando nele a roda de atenções do grupo de amigos com quem iriam jantar. Ultimamente, cada novo hotel que nascia numa terra de Portugal, de norte a sul, recebia invariavelmente o nome de Palace. Estremoz ganhara o seu uns oito anos atrás e justificava o nome com um amplo hall de

chão em mármore preto e branco e uma imponente escadaria, toda em mármore

branco, que dele subia para os quartos. A

sua cozinha, que se gabava de ser “das

melhores dos hotéis de província”, tinha

fama de atrair espanhóis e lisboetas

viajando de Espanha para a capital e vice-

versa. Paravam ali, dizia-se, maravilhados

pela sua cabeça de xará de porco em

vinagrete, as migas de espargos selvagens,

os pezinhos de coentrada, as migas de

bacalhau, a perdiz estufada com os seus

dezassete temperos de lei, o coelho

desfiado à S. Cristóvão, a carne de porco

do alguidar, o cabrito assado no forno e,

em sua época, os tordos em vinha-d'alhos e

o pombo bravo estufado com ervilhas.

Mas Diogo não estava em maré de

comezainas: ficara-lhe a tentação das

sardinhas assadas lá de fora, e nada na

ementa do Palace de Estremoz, por mais justificada que fosse a fama, chegava aos

calcanhares da comida da mãe, em

Valmonte. Para além disso, o seu

pensamento ficara preso de um breve

encontro que tivera no largo, antes de

entrar no hotel. Vira uma banca de flores e

aproximara-se com intenção de comprar

uma rosa vermelha para prender na lapela

do casaco de linho branco. Olhou as flores

expostas e acabou por escolher antes uma

rosa amarela, que lhe pareceu mais bonita

e mais discreta. Ia-se a virar, para

perguntar à vendedora quanto era, quando

escutou a voz dela, uma voz juvenil e

grave, ao mesmo tempo:

- O senhor morgado só leva isso?

Diogo atrapalhou-se: não gostava de

ser tratado por morgado, esse título que se

referia ao iníquo sistema sucessório em que o filho varão mais velho herdava tudo,

como forma de defesa da propriedade familiar, evitando a sua divisão entre vários herdeiros. A República pusera fim legal aos morgadios e ele, embora tivesse saído pessoalmente a perder, estava de acordo.

- Não sou morgado, isso já acabou.

-

Desculpe-me...

senhor

engenheiro... menino Diogo...

Ele

olhou-a

então

e

ficou

sobressaltado: era linda. Devia ter uns dezoito ou dezanove anos, a pele morena, lisa, de uma frescura de flor como as que vendia, uns olhos escuros rasgados,

denunciando traços de cigana, longos

cabelos pretos caindo soltos sobre uns

ombros largos e direitos, um corpo de choupo, esguio e comprido, escondido

num vestido leve estampado a preto e

branco e que apertava à frente por uma

resma de botões dos quais os primeiros

estavam negligentemente desabotoados,

deixando ver o princípio de um peito que

arfava ligeiramente e que se percebia ser

grande e quase irresistível de tentar

adivinhar. Antes de voltar a abrir a boca, já

sabia que estava apanhado por ela.

- O que é isso do menino Diogo?

Como sabes que me chamo Diogo e que

sou engenheiro?

Ela sorriu - o mais bonito, o mais

branco, o mais devastador sorriso que ele

jamais vira. Sorria com os dentes, com os

lábios, com as narinas abertas, com os

olhos onde cintilava uma luzinha no meio

da sua escuridão. Pareceu-lhe, até, que também sorria com os ombros.

- Não se lembra de mim, pois não,

menino Diogo?

Ele olhou à roda, disfarçadamente,

com vergonha de que alguém a ouvisse

tratá-lo por “menino Diogo”.

- Bolas, não me chames menino

Diogo!

- Está bem... senhor engenheiro. -

Novo sorriso dela, novo tiro directo aos

olhos dele.

- Não, não me lembro de ti. Quem és

tu?

- Sou filha do Manuel da Azinhaga,

antigo rendeiro do seu paizinho. Tínhamos de arrendamento aquele couto lá na

extrema, chamado Coelheiros, lembra-se?

Eu lembro-me do me... do senhor

engenheiro, quando às vezes ia com o meu

pai a contas com o seu. Uma vez até me deu um saco de azeitonas, lembra-se?

Sim, agora Diogo lembrava-se:

lembrava-se dela muito miúda, vinha na carroça com o pai a Valmonte, tinha um olhar assustado e ficava sempre sentada na carroça, enquanto esperava pelo pai, muito calada, tímida. Sim, dera-lhe um saco de azeitonas que estava a comer, um dia que a vira lá, e ela não disse nada, nem sequer agradeceu,

estendeu

apenas

a

sua

mãozinha suja de criança pobre e guardou o saco muito depressa debaixo do banco da carroça. Lembrava-se de o pai dizer que o Manuel da Azinhaga era o mais esperto de

todos os seus rendeiros, parecia que adivinhava antecipadamente os anos de

chuva e os de seca, e as suas sementeiras

raramente falhavam. Coisa rara num

cigano, ele não apenas gostava da lavoura,

como parecia trazer consigo um saber de

gerações. Fez uma bela terra do seu couto

arrendado e, quando o pai lhe propôs a

renúncia ao arrendamento, negociou com

ele uma indemnização e foi viver para a

vila, onde abriu um próspero armazém

chamado a Loja Popular, onde vendia de

tudo um pouco: mercearias, vinhos,

utensílios

agrícolas

e

de

cozinha,

ferragens, petróleo, fósforos, sabão, feijão,

arroz, sementes, panos e lençóis e

cartuchos para a caça, que enchia ele

próprio nas noites de Verão, sentado no

alpendre de casa, com vista para a rua.

Não ficara rico, mas hoje era uma das

forças vivas da terra, um comerciante

respeitado e invejado, com crédito na banca e lugar de membro efectivo na

Associação Comercial e nos Bombeiros.

Uma vez, à mesa de Valmonte, ainda em

vida do pai, tinham comentado isso e a

mãe acrescentara que a única filha do

Manuel da Azinhaga não só ajudava o pai

na loja, como era também uma aluna dizia-

se que brilhante do Liceu do Carmo.

Então, era ela!

- Pois, agora me lembro! E como te

chamas? Desculpa lá, mas esqueci-me do

teu nome.

- Maria do Amparo. Amparo, como

todos me chamam.

- Um nome premonitório, pensou ele. Uma mulher linda, um nome que sugeria confiança.

- E quantos anos tens tu agora, Amparo?

- Vou fazer dezanove, senhor engenheiro.

- Ah... -Diogo não sabia o que dizer a seguir, mas precisava com urgência de dizer alguma coisa. - E estás a gostar da festa?

Ela riu-se outra vez.

Parecia divertida com o embaraço dele, o morgado.

- Mas a festa ainda não começou! Agora estão todos a comer, a seguir é que vem o bailarico: três bandas e um rancho.

O senhor engenheiro não vem também ao

bailarico?

- Bem... se me prometeres que danças pelo menos uma vez comigo...

- Terá de pedir autorização à senhora

minha mãe...

“Muito esperta, de facto”, pensou ele

para consigo.

- E tu, não tens nada a dizer sobre

isso?

- Logo se vê! Não levanta caça quem

não sai ao cabeço...

- Bem... pois... logo se vê. Tenho de

ir andando. Olha, quanto te devo por esta

rosa?

Outra vez o mesmo sorriso. Os

dentes cintilando de brancos, o olhar de

gata atenta e desafiadora, o peito que parecia subir ainda mais no decote.

- Essa é oferta minha! - E riu-se,

outra vez.

Ele

inclinou

a

cabeça,

em

agradecimento mudo, murmurou “então

até logo” e virou costas, devastado de

paixão. “Uma mulher destas em Estremoz!

Na Feira de S. Tiago!”, pensou, enquanto

caminhava em direcção ao Palace,

aturdido.

Quando, após o jantar no hotel, saiu

lá para fora, Para o largo terreiro do Rocio,

já o baile havia começado e parecia bem

animado. Diogo comprou uma aguardente

numa das barraquinhas de bebidas,

acendeu um Corona para a digestão e, de

copo na mão, afectando um ar distraído,

foi andando até à zona do baile - um palco de madeira sobre o qual tocava a orquestra

de quinze elementos e dançavam alguns pares, com adequada circunspecção. À roda do palco, dispostas em cadeiras trazidas de casa, alinhavam-se as mães das meninas dançáveis, como cães de guarda das suas crias - as pobres cujas, sentadas atrás ou ao lado das respectivas mães, procuravam disfarçar no olhar a ansiedade por um convite de algum cavalheiro, que suas mães entendessem aceitável para a função, coisa que elas faziam com uma subtil inclinação da cabeça ou um discreto gesto com que abanavam o seu excesso de peso ou de nostalgia.

À passagem de Diogo, os conhecidos e até os desconhecidos cumprimentavam-no com a deferência devida ao morgado de Valmonte e os olhares femininos, quer das filhas quer das mães, varriam-no com mal disfarçada cobiça: ali estava alguém que

todas as mães de Estremoz desejariam ver convidar para dançar as respectivas filhas. Diogo era alto e bem parecido, jovem engenheiro formado em Lisboa, filho rico da terra, culto, inteligente e com maneiras e hábitos de cavalheiro do mundo. E solteiro, sem aventuras nem devassas conhecidas nos bordéis do Alentejo e arredores. Só tinha contra si um ligeiro temor que começava a inspirar a sua fama de ser do “contra”, em matéria de política - o que rapidamente se começava a perceber não ser atitude prudente nem aconselhável nos tempos da jovem ditadura que se viviam.

Na noite quente de Julho, Diogo sentia no ar um cheiro a gado, a sardinhas e também a fêmea. Com o seu casaco de linho branco, a sua gravata com motivos de folhas e ramagens e a rosa amarela que

Amparo lhe oferecera na lapela, ele destoava com o seu ar de gentleman farmer entre aqueles rostos sanguíneos, suados, ansiosos dos moços da vila, os comerciantes de gado, os espanhóis, ciganos e estremenhos de passagem. Em Lisboa, o seu berço e nome, assim como os seus fatos cortados nos melhores alfaiates da Baixa e o estatuto que lhe dava ser latifundiário no Alentejo e hóspede residente do Avenida Palace, abriam-lhe, sem esforço, as portas de qualquer baile de sociedade ou de salão. Mas aí, ele era um entre iguais; aqui, porém, era rei e senhor, e o que vestia, ainda que displicentemente, era sempre tido como a

última

manifestação da elegância e da moda.

Senhor da sua condição, caminhava

como príncipe da noite em direcção ao estrado de dança, puxando baforadas do

seu charuto, que ficavam suspensas no ar

sem vento, como se dançassem ao ritmo

do bolero que a orquestra tocava.

Procurava ansiosamente Amparo e tentava

fazê-lo sem dar nas vistas, fingindo

procurar coisa alguma. Descobriu-a quase

ao chegar em cima da pista: ela dançava

nos braços de um rapaz de Estremoz, de

cabelo negro acamado em brilhantina e, à

vista imediata, excelente dançarino. E ela

sorria-lhe, falando por cima do ombro

dele, na sua expressão aquela luz inquieta

que Diogo vira dançando-lhe nos olhos.

Instintivamente, ele recuou e começou a

dar meia-volta para lhe virar as costas, mas

nesse niomento ela viu-o também e fez-lhe um gesto com a mão que parecia querer dizer “não te vás embora!”

E não foi. Apresentou-se à mãe de Amparo, pediu-lhe licença, logo concedida, e, nas duas horas seguintes, dançou com ela cinco muito comentadas e observadas danças. O seu cabelo não refulgia de brilhantina nem ele brilhava como dançarino, mas notou como ela deslizava naturalmente nos seus braços e no seu ritmo, como uma poldra em volteio.

E cinco danças e duas horas depois, Diogo Ascêncio Ribera Flores, neto de condessa sevilhana e filho de senhores da terra alentejanos, educado em Lisboa para ir conquistar o mundo e expandir a sua lavoura, estava cativo do olhar, da voz e do

corpo adivinhado de uma cigana, filha do

nada.

A noite já ia adiantada - isto é, meia-

noite - quando Pedro o veio encontrar à

beira da pista de dança. Tinha estado a

observar o irmão, com um olhar curioso e um pouco apreensivo.

- Vamos, Diogo? Aqui o pessoal está

a pensar fazer uma passagem pela casa da

D. Esmeralda, que hoje, de certeza, tem

novidades prontíssimas, que, digo eu,

estão ansiosas por conhecer a fina flor dos

garanhões de Estremoz, benza-os Deus!

- Benza-os Deus! - responderam em

coro os três amigos que acompanhavam

Pedro.

- Bem, Pedro - Diogo falava com o

irmão, mas continuava ainda com o olhar

perdido algures -, a D. Esmeralda e as suas

novidades não são coisa que me inspire

muito agora...

- Vá lá, vem daí! Isto já deu o que tinha a dar!

- Não, vai tu. Eu vou andando para Valmonte. Pedro deteve-se, de mãos nas ancas, como se citasse um touro:

- Ouve, qual é o teu problema? É essa miúda, a filha do Manuel da Azinhaga? Se estás com tesão por ela, a coisa arranja-se já: no banco de trás do carro, ou na vacaria lá em casa, atrás de um mouchão. Se quiseres, eu trato já disso. Com estas miúdas, não tem que saber, é só dizer!

Diogo virou-se, como se tivesse levado um murro. De repente, pareceu possesso, agarrou o irmão

pelos

colarinhos, encostou a testa à dele e falou

entre dentes:

- Nunca mais, Pedro, nunca mais fales assim da Amparo!

Pedro recuou dois passos, tentou

libertar a mão que lhe agarrava o colarinho

e respondeu, sinceramente espantado:

- Mas o que te deu, Diogo? Não

conheces esta terra, não sabes o que a casa

gasta, não sabes quem somos nós?

Diogo largou-o, afastou-o mesmo,

com um gesto de repulsa.

- Tem cuidado, Pedro. Um dia pode

acontecer que a vejas sentada à mesa, em

Valmonte, ao lado da mãe e ao teu lado,

como tua cunhada!

Virou costas e afastou-se, deixando

atrás de si um silêncio de espanto. Ainda

ouviu nas suas costas, segundos depois, a voz de Pedro chamando-o, mas como se

falasse com ele próprio:

- Diogo... mas tu endoideceste,

Diogo!...

IV

Três pancadas batidas suavemente na

madeira da porta do quarto acordaram-no

de um sono profundo, onde cavalgava à

solta junto à ribeira de Valmonte.

- Quem é?

Era o serviço de quartos do Avenida

Palace e o seu pequeno-almoço. Uma

rapariga nova e bonita, na farda azul e

branca das empregadas dos quartos, entrou

segurando uma bandeja com o seu pequeno-almoço habitual, que foi pousar

na mesinha aos pés da cama: chá e sumo

de limão acabado de espremer, torradas

com manteiga e compotas, um ovo mexido

e um exemplar da edição matinal de O

Século. Enquanto ela abria a janela do

quarto, deixando entrar a luz baça daquela manhã chuvosa de Fevereiro e o som do trânsito de pessoas, “americanos” e automóveis que vinha lá de baixo, da Praça dos Restauradores, ele observou apreciativamente a sua silhueta estreita recortada contra a luz. Como habitualmente, dormia nu e de repente deu-lhe um impulso de saltar assim da cama e agarrá-la pela cintura, quando ela se estivesse a voltar para ir embora. Mas limitou-se a perguntar-lhe:

- Como está o dia?

- Está mauzinho. - E fez uma espécie de vénia graciosa. - Não deseja mais nada, senhor engenheiro?

Ele abanou a cabeça, vendo-a sair e fechar delicadamente a porta. “Desejar, eu desejo: desejo-te a ti, agora!”, pensou ele, enquanto se levantava e se dirigia para a casa de banho privativa do quarto. Estava há quase um mês em Lisboa e já tinha saudades de mulher: do corpo de Amparo, de que apenas conhecia os contornos adivinhados sob a roupa, nos fugazes encontros que o seu namoro, ainda meio clandestino, consentia. Se o corpo de Amparo, a sua boca fresca e sempre molhada, as suas mãos, a sua voz suave e calma e a sua cabeça alegre e determinada o excitavam cada vez mais, outras coisas o detinham,

quando

parecia

estar

na

iminência de se atirar de cabeça, propor-

lhe o abismo, prometer-lhe tudo, oferecer-lhe a sua vida: a distância social entre eles,

o olhar ou os silêncios acusadores de

Pedro, a decepção que adivinhava poder

causar à mãe, os comentários da vila,

quem sabe, a própria memória do pai a

atormentá-lo do Além. Desde o seu

encontro na Feira de S. Tiago, em Julho

passado, que ela o mantinha cativo e à

distância prudente que convinha a uma

rapariga na sua situação, mais do que da

sua condição. Fosse ela como Pedro tinha

dito que eram todas as raparigas do seu

meio, e ter-se-lhe-ia entregue, se não logo

na primeira noite em que se conheceram,

em qualquer outra de todas as noites do

Verão e do Outono que se seguiram, em

que ele logrou, através dos múltiplos e

habituais estratagemas que os apaixonados

sempre descobrem nestas ocasiões, estar a

sós com ela. Mas, se Amparo não repelia

os seus avanços de forma clara, se também ela lhe devolvia os mesmos sinais de

ternura e paixão, nunca o deixara passar

além de beijos de namorados, mãos dadas,

corpos que se encontram ocasionalmente,

como se não fosse por querer. Nunca

tinham

falado

nisso,

sequer

implicitamente, mas a mensagem que ela

lhe transmitia não consentia outras

interpretações: “Estou aqui para ser amada

por ti, não para ser desfrutada. Escolhe.” E

aproximava-se o fim do Inverno sem que

ele tivesse ainda escolhido.

Com o pensamento em Amparo,

tomara banho, vestira-se, comera o

pequeno-almoço no cadeirão do quarto e acendera agora o primeiro cigarro do dia, enquanto começava a leitura de O Século, a que se seguiria, conforme o ritual de todas as manhãs, a ida ao Octávio, o seu barbeiro da Barbearia Central da Baixa.

Bateram à porta outra vez e ele admirou-se: àquela hora, não esperava visitas.

Era Francisco Menezes e vinha com um ar alvoroçado.

- Passei há pouco, na Avenida, pelo David Ferreira, aquele meu amigo que é jornalista. Estão a receber telegramas desde as primeiras horas da manhã: estalou uma revolta militar no Porto, esta madrugada. As forças da GNR e de Caçadores 9 já ocuparam o Quartel-General, o Governo Civil e os Correios. Prenderam o general Sampaio, chefe da Guarnição Militar, que se declarou fiel ao

governo, e nomearam o Jaime Cortesão novo governador civil. Parece que estão a combater por todo o lado: no Marquês de Pombal, Praça da Batalha, Santa Catarina, Santo Ildefonso, Cemitério do Prado.

Diogo, desta vez é a sério!

Tal como a maior parte dos seus amigos, Francisco também era do "reviralho", como chamavam os jornais aos republicanos antiditadura. Mas ele era bem mais empenhado que Diogo, que não ia além das opiniões de café e de barbearia.

Francisco, pelo contrário,

conspirava sem cessar, nos círculos intelectuais, jornalísticos, militares. Tinha informadores em todos os meios, sabia quem estava de que lado, com quem se podia ou não podia contar, quando a hora chegasse para o que ele esperava viesse a ser um levantamento nacional, de norte a sul do país, que restabeleceria a Constituição de 1911, a ordem republicana e o regime democrático. E, tal como ele dissera, essa hora parecia agora ter chegado, naquela chuvosa manhã de 3 de Fevereiro de 1927 - pouco mais de oito meses decorridos sobre o levantamento militar de Braga, que instaurara a ditadura.

Na Praça dos Restauradores e no Rossio já havia pequenos ajuntamentos de pessoas, à porta dos cafés, dos bancos e das principais lojas de comércio, que comentavam as notícias que iam chegando do Porto e que se espalhavam rapidamente pela capital.

- É preciso que Lisboa não fique quieta! É preciso que não abandonemos os nossos compatriotas democratas do Porto, nesta hora em que se joga a salvação da Pátria! Cidadãos de Lisboa, corramos às armas, corramos aos quartéis! - gritava um senhor, de chapéu, fato cinzento e bengala ameaçadora cortando os ares, qual sabre imaginário, de pé sobre uma cadeira da esplanada do Café Nicola, no Rossio. Uma pequena multidão de circunstantes ouvia-o com atenção, acenando alguns com a cabeça, em sinal de concordância. Mas,

constatou Diogo, ninguém parecia muito

apressado em desatar a correr - às armas

ou aos quartéis.

Quem é este tipo, conhece-lo? -

perguntou Diogo a Francisco.

- Um republicano demagogo e

inofensivo. - E Francisco encolheu os

ombros, afastando-se.

Francisco tinha outros planos para

ajudar ao levantamento de Lisboa. Sabia

onde encontrar as pessoas certas e as

informações certas sobre o que se estava a

passar. Arrastando atrás de si Diogo,

desatou a correr Chiado acima, até uma casa na Rua Nova do Almada, em cujo

terceiro andar bateu à porta de forma

especial: três pancadas, pausa, duas

pancadas, pausa, três pancadas.

A

porta

abriu-se
e
foram
rapidamente introduzidos numa sala onde se lhes deparou uma verdadeira cena de conspiração: uma vintena de homens, todos à paisana, excepto um fardado de major e outro de tenente, formavam pequenos grupos que falavam em surdina ou estavam debruçados sobre uma mesa onde fora estendido um mapa militar do
Norte
de
Portugal,
com
posições
assinaladas na carta de forma curiosa: feijões brancos representavam as forças leais ao governo, feijões vermelhos as forças revoltosas. Uma extensa nuvem de

fumo pairava sobre as cabeças inclinadas

para o mapa, as expressões eram graves, os apertos de mão firmes mas breves. Nem

sombra da bravata do velho republicano

que perorava aos cidadãos de Lisboa.

Diogo soube logo que estava no centro dos

acontecimentos.

Francisco apresentou-o ao tenente

fardado, cujo olhar, simultaneamente vivo

e calmo, se deteve brevemente em Diogo.

- O tenente Joaquim Videira, meu

colega de tropa e meu amigo.

O tenente fez o ponto da situação, a

pedido de Francisco:

- O levantamento no Porto está a ser

comandado pelo general Sousa Dias e pelo

coronel Freiria e todo o centro da cidade já

está nas nossas mãos. Os do governo

retiraram-se para o quartel da Serra do Pilar, onde têm o apoio da artilharia e são

comandados pelo coronel Raul Peres, de

Infantaria 18. Infelizmente, os nossos não conseguiram tomar a estação de radiotelegrafia do Bom Pastor e o inimigo está em contacto permanente com as suas unidades fiéis, ao contrário do que sucede connosco. Sabemos que eles já têm unidades a caminho para tentarem cercar o Porto e evitar a chegada de reforços aos nossos e já lá têm o ministro da Guerra, o Passos e Sousa, na Serra do Pilar, a coordenar as operações.

- Há hipóteses de poderem chegar rapidamente reforços aos nossos? - inquiriu Francisco.

O tenente Joaquim Videira alisou o bigode, pensativo:

- Não sabemos. Tudo vai depender das comunicações com as outras unidades.

Já chegaram reforços de Penafiel e

Infantaria de Amarante, que conseguiram

embarcar num comboio para Campanhã.

Sabemos que há tropas de Valença, de

Santo Tirso e de Guimarães, comandadas

pelo major Severino, que estão a caminho,

bem como Infantaria 13, de Vila Real. As

outras unidades que estarão do nosso lado,

não sabemos se têm comunicações com o

Porto.

- E do lado deles, como é que as

coisas estão em matéria de reforços?

O tenente fez uma careta:

- Mal. Mal para nós. Há um

destacamento vindo de Coimbra e de

Aveiro, comandado pelo coronel Craveiro

Lopes, que estará a chegar a Gaia; há um forte destacamento com tropas de Braga,

Valença e Viana em marcha e aviões

estacionados em Espinho. Meu caro amigo, ou conseguimos sublevar Lisboa e as unidades aqui à roda, ou o Porto não creio que se aguente muito tempo!

Nos cinco frenéticos dias que se iriam seguir, Diogo percorreu Lisboa sem cessar, a bordo do seu Panhard azul, acompanhado de Francisco. Corriam de um quartel para o outro, de uma reunião para outra, de um encontro secreto para outro. Visitavam as casas dos oficiais ou dos políticos de renome ainda indecisos, tentavam aliciar para a causa os sargentos e cabos que tinham influência sobre os soldados, iam às redacções dos jornais para tentar convencer os jornalistas mais influentes e os directores a esquecerem a censura e apostarem no triunfo da revolta do Porto, que em breve iria restabelecer a legalidade democrática no país inteiro, se

todos cumprissem o seu dever. E, várias vezes ao dia, regressavam ao quartel-general da conspiração, que se mudara entretanto para o Hotel Bristol, onde se dava conta das diligências de cada um e se contavam quartéis, unidades, armas e apoios. Nesses dias sem descanso nem horários, como se a vida estivesse suspensa - e estava! -, Diogo teve oportunidade de conhecer mais de perto o amigo de Francisco, o tenente Joaquim Videira. Impressionava-o o ar calmo dele, mas uma calma feita de cepticismo e de resignação. O tenente Joaquim Videira lutava pelo triunfo da revolta democrática, jogava nele todo o seu futuro e a sua carreira militar, mas não alimentava grandes esperanças nesse desfecho.

- Vamos ser derrotados - dizia ele. -

Eu conheço a nossa tropa e os nossos

oficiais: até ao fim, ninguém se vai querer comprometer, à espera de saber para que lado cai a balança. E como, aqui em Lisboa e nas unidades do Sul, é o governo que está com a iniciativa, é para esse lado que vai cair a balança. Foi assim no 5 de Outubro de 1910: a Monarquia só foi derrubada porque nenhuma das suas unidades nem nenhum dos oficiais que teoricamente lhe eram fiéis quiseram arriscar um tiro que fosse antes de perceber para que lado soprava o vento. E foi assim que uma Monarquia com mais de 750 anos de história caiu derrubada por um bando de marinheiros e de arruaceiros civis ajuntados na Rotunda!

- Mas você, Joaquim - Diogo estava sinceramente espantado -, você não é republicano, não está metido nisto pela restauração da República?

O tenente Videira olhou-o e sorriu.
Engoliu mais um gole de aguardente,
sentado à mesa da taberna de ocasião,
junto ao quartel da Penha de França, onde
tinham feito uma pausa para almoçar.
Sorriu, mas o seu era um sorriso triste,
conformado.
- Meu caro Diogo: eu, e quem quer
que tenha vivido e aprendido com os
últimos anos da República, não posso ser
republicano. Sou republicano quanto às
ideias,
masmonárquico
no
coração.
Lamento que a Monarquia não tenha
sabido democratizar-se, lamento que a
República tenha confundido liberdade com
libertinagem. Uns e outros prepararam a
cama para a ditadura.

- Por que se bate você, afinal?

- Sou novo, Diogo: tenho 27 anos.

Sou casado e tenho dois filhos. Se me bato por alguma coisa, ainda que confusa, é por viver num país que seja livre e onde os meus filhos possam crescer em liberdade. Sou oficial do Exército, fui educado para estar no quartel ou na frente de batalha a defender o meu país - não para andar aqui nas ruas a conspirar e a tentar reunir forças para enfrentar camaradas de armas. Essa questão deveria estar resolvida pelos políticos e deveria ser consensual. Mas não é, e eu não tenho escolha: tal como sinto o meu dever de militar, a minha obrigação é justamente a de me bater contra uma ditadura governada pelos militares. Não sei se isto lhe parece muito confuso...

Diogo olhou-o nos olhos, com

admiração e respeito. Não, não era confuso: era tremendamente simples. Sem

o saber, o tenente Joaquim Videira acabara

de lhe explicar as razões pelas quais ele

próprio estava nas ruas a conspirar, em

lugar de ficar tranquilamente em Estremoz

ou no Avenida Palace a gozar os

privilégios de classe que o novo regime lhe

assegurava. Levantou-se, deixando uma

nota para pagar a despesa. Estendeu a mão

e apertou a do tenente Videira.

- Vamos embora, então. Vamos lá

tratar desse assunto!

A verdade é que o tenente tinha

razão. Não obstante o envio a Lisboa,

numa traineira, de uma delegação dos

revoltosos do Porto, chefiada pelo escritor

Raul Proença, nada parecia capaz de fazer

decidir os conspiradores da capital. O

grosso das forças militares disponíveis e dos oficiais simpatizantes com a revolta

hesitava, hora após hora, enquanto que as forças do governo se concentravam e engrossavam na região a norte de Lisboa, prontas para uma dupla missão: ou acorrer à capital, em caso de sublevação desta, ou servir de retaguarda às forças enviadas para cercar os revoltosos do Porto. E o Porto foi resistindo, sempre isolado. A 3 e 4 de Fevereiro, os revoltosos conseguiram manter o domínio do centro da cidade, rechaçando as tentativas de ataque inimigo. Mas, a partir do dia 5, a artilharia estacionada na Serra do Pilar e Monte da Virgem começou a causar pesadas baixas entre os sublevados. Os reforços governamentais tinham isolado o Porto,

impedindo a chegada de ajuda aos

revoltosos sitiados. Comida e munições

começavam a escassear, as posições

ocupadas no início do levante estavam quase destruídas pelo fogo de longa

distância e os feridos eram já às centenas,

entre militares e civis. E, de Lisboa, nada.

Na tarde do dia 6, exauridos e sem

esperanças de socorro, os militares

revoltosos pediram um armistício, que lhes

foi negado. No dia seguinte, o chefe dos

rebeldes, general Sousa Dias, tentava já só

negociar uma rendição que poupasse a

represálias os sargentos e soldados. Nessa

madrugada, à hora em que, finalmente,

chegavam as notícias da sublevação em

Lisboa,

o

Porto

rendia-se

incondicionalmente. Desta forma, graças a hesitações sem fim, o governo conseguia o melhor dos cenários para lidar com a revolta: assim que o Porto, sem o apoio de Lisboa, era forçado a render-se, as tropas à disposição do ministro da Guerra eram libertadas da Serra do Pilar, para se irem ocupar da revolta tardia de Lisboa. E, uma cidade de cada vez, o governo enfrentava e resolvia o problema.

O levantamento de Lisboa, que ficaria conhecido entre os revoltosos vencidos do Porto como a “revolução do remorso”, começara, de facto, tardiamente, a 7 de Fevereiro. E não fora mais do que uma agitação dispersa de forças civis, escassamente armadas, construindo barricadas de circunstância em pontos

emblemáticos da cidade. Em seu apoio,

tinham

só

praticamente

grupos

de

marinheiros e o navio Carvalho Araújo,

que, puxado por rebocadores, visto que

tinha as máquinas avariadas, bombardeou

sem

sentido

a

cidade.

As

forças

governamentais de reserva, estacionadas a

norte de Lisboa, chegaram à cidade e

começaram a varrer, no dia 8, todos os

focos de resistência - o último dos quais, no Largo do Rato, comandado por Agatão

Lança, combateu até à última munição, contra uma força governamental onde se distinguiram dois tenentes que, mais tarde e por ironia do destino, viriam a ser dois dos mais célebres dissidentes e opositores da ditadura: Henrique Galvão e Humberto Delgado.

A 9 de Fevereiro tudo estava terminado, em Lisboa e no país. Diogo não poderia sabê-lo então, mas aquela tinha sido a mais importante e a última verdadeira hipótese de derrubar a ditadura que iria vigorar em Portugal durante quase cinquenta anos. Mas muitos perceberam desde logo que aquele era o fim de um ciclo. Percebeu-o o Times, de Londres, que saudava “o fim da desordem”, e percebeu-o o chefe da Ditadura Militar e Presidente da República, marechal Carmona, que, numa entrevista ao Le Journal, anunciava

o “fim da tolerância e das tréguas”, a proibição dos “agrupamentos políticos” e “a depuração do funcionalismo”. A revolta abortada, dizia ele, “foi um incidente lamentável, mas providencial: deu oportunidade para ver onde estavam os inimigos”. Uma centena de pessoas tinha morrido no Porto e outras tantas em Lisboa; havia milhares de feridos, extensos danos em edifícios públicos e casas particulares, em ambas as cidades; a tropa estava definitivamente dividida entre revoltosos, contra-revoltosos e cobardes sem posição assumida. O tempo, de facto, não era de tréguas e os vencedores da revolta de Fevereiro de 1927 não as concederam. Logo a 10 de Fevereiro,

todos os implicados civis que ocupavam

funções públicas foram demitidos. A 19,

quinhentos presos, entre militares e civis, eram deportados para as colónias do

Atlântico ou de África, e a 22 seguir-se-ia

nova leva de mais 570 presos, a bordo do

paquete Lourenço Marques. Entre eles,

seguiam os principais chefes militares da

revolta, como o general Sousa Dias, que

iria vaguear de colónia em colónia, até

morrer, sete anos mais tarde, em Cabo

Verde, sem ter voltado a pisar areias de

Portugal. Com ele, nessa manhã cinzenta

de 22 de Fevereiro, embarcou no Lourenço

Marques e com destino à inóspita colónia

africana de S. Tomé e Príncipe o tenente

Joaquim Videira - que terminara no Largo

do Rato a bater-se pela vitória em que

nunca acreditara.

Sentado no restaurante do Avenida

Palace, onde acabara de jantar com

Francisco, Diogo lia estas notícias na

edição de O Século. Pensava no tenente Joaquim Videira, com mulher e dois filhos

em Lisboa, que agora, expulso do

Exército, sem soldo e sem carreira, vogava

a bordo de um navio, na noite atlântica, a

caminho do desterro em S. Tomé. E eles

ali, os dois, que, por não serem nada de

importante nem conhecidos de ninguém,

que, por serem apenas dois jovens

engenheiros agrónomos brincando as

revoluções, haviam escapado às purgas

que se tinham seguido à rendição da

revolta de Lisboa, e assim tinham podido

saborear em paz (mas com uma conversa

já instintivamente travada com murmúrios

e olhares cautelosos à roda) o jantar da tão

elogiada cozinha do Palace. Lendo o jornal

em voz alta, Diogo deteve-se na entrevista

que o Presidente Carmona dera a mais um

jornal estrangeiro e onde, do alto da sua

ignorância

castrense,

o

marechal

proclamara, vaidoso: “Sim, o regime poderá vir a ter um certo ar de família com

os

fascismos

espanhol

e

italiano.”

Subitamente enjoado, afastou o jornal,

molhou ainda uma vez o charuto no copo

de cognac Rémy Martin, e afastou também

o copo.

- E tudo acaba assim! Sem

grandeza...

-...A

portuguesa

-

concluiu

Francisco, que estava sorumbático e

acabrunhado como nunca.

- Achas que haverá uma outra

oportunidade, que mais alguém se

revoltará?

- Não, Diogo, deixa-te de ilusões!

Agora é ditadura para muitos e bons anos -

os melhores anos das nossas vidas. Vais ver os jornais, agora: vão ser só apelos à

ordem e à obediência. O que restava de

bom, de digno, em Portugal, está morto

para muito tempo. Aqui, já não ha nada

nem ninguém: os únicos de nós que

prestavam estão agora embarcados, a

caminho de África. Mil deportados

políticos! Achas que resta alguém, além

desses mil, que tenha coragem e vontade

de mudar as coisas? Conforma-te, Diogo:

esta orra de país ajoelhou de vez!

- E então, o que fazemos nós agora?

- O que fazemos? Quem - tu e eu?

- Sim, por exemplo. Somos novos,

não temos família nem responsabilidades...

Francisco olhou o amigo em

silêncio, durante breves instantes, como se estivesse à procura da resposta para si

mesmo.

- O que fazemos, tu e eu? Olha,

fazemos o nosso negócio com o Brasil, ou

vamos embora daqui, ou conformamo-nos,

casamos, temos filhos, habituamo-nos...

Sei lá!

Separaram-se no átrio do Palace, que

agora estava agitado com a chegada de

hóspedes estrangeiros desembarcados do

Sud-Express da noite - o primeiro que

chegara a Lisboa depois de levantado o

estado de sítio. Apertaram brevemente as mãos, como se cada um tivesse vergonha de si perante o outro. Mas Diogo estava indeciso, agitado de mais para ir dormir, deprimido de mais para ficar por ali.

Olhou à volta e viu uma estrangeira, com toilette de Paris, elegante e bonita, que lhe sorriu, inclinando ligeiramente a cabeça.

Ele sorriu também, ao mesmo tempo que se lhe tornava claro, com uma lucidez quase palpável, que não pertencia ali, que Lisboa não lhe dizia nada. Nada que fizesse sentido.

Dirigiu-se à recepção e pediu que lhe fossem fazer as malas ao quarto e que as descessem. Depois foi à caixa e pediu a conta, que pagou com um cheque sobre o Banco Burnay, sem perder tempo a conferi-la.

Quando

as

suas

malas

chegaram, pediu ao porteiro que as

colocasse na bagageira do Panhard, deu-

lhe uma gorjeta, viu a estrangeira do

sorriso promissor que o olhava da porta do

hotel, ligou a chave de ignição e escutou,

reconfortado, o barulho dos 72 cavalos do

motor que acordavam. Subiu lentamente a

rua de Lisboa que ostentava o mais bonito nome de todas - Avenida da Liberdade -,

passou a Rotunda, onde a República

triunfara em 1910 e onde, poucos dias

antes,

os

revoltosos

se

haviam

entrincheirado jurando restabelecer o

espírito republicano de 1910, e começou enfim a acelerar, deixando tudo aquilo para trás. À saída do Campo Grande rodava já a cem à hora, a estrada começava a ficar deserta e havia uma névoa no horizonte que anunciava a lezíria do Ribatejo. Abriu a janela toda e o ar frio da noite entrou pelo Panhard adentro e foi como se começasse a limpá-lo daqueles dias cinzentos, daquela cidade derrotada.

Chegaria a Estremoz pela madrugada, dormiria na sua cama de sempre, nos lençóis de linho pesados e húmidos que o trariam de volta às noites de infância, de manhã acordaria com o cheiro a café e compotas que vinha da copa, a mãe esperá-lo-ia com um sorriso do tamanho

do mundo e à noite, depois de um dia inteiro a retomar posse do que era seu, iria ter com Amparo e pedir-lhe que se casasse com ele.

V

- A mãe não pode consentir neste casamento!

Pedro parecia um animal enjaulado, percorrendo em três ou quatro passadas todo o comprimento da pequena salinha de estar onde Maria da Glória gostava de se sentar, como agora, a seguir ao jantar, bebendo pequenos goles do seu cálice de licor de cereja, que ela mesma fazia todos os anos, e distraindo-se com as cartas da "paciência" que estendia sobre a mesa. O frio de Fevereiro entrara dentro da casa, apesar das janelas e portadas vedadas com rolos de serapilheira, que também ela, com a ajuda das criadas, cosera dentro dos seus

invólucros de algodão grosso. Como era habitual, a mesa onde jogava sozinha às cartas pela noite fora e a que chamavam camilha, tinha no seu interior, junto ao centro e oculta pelas saias que vinham até ao chão, um buraco circular onde assentava uma larga sertã de cobre cheia das brasas do lume. E era aí que ela aquecia os pés e o calor deles lhe subia pelo corpo acima, quando um arrepio de frio vinha trespassar as suas inúteis noites perdidas de viúva a sós com as cartas e as memórias. Também Pedro interrompia às vezes a sua deambulação pela pequena sala para se deter de costas junto à lareira que ardia em frente à mesa da mãe e ficar a aquecer-se por um bocado. O seu nervosismo, que era evidente e não simulado, acabara por

distrair

definitivamente Maria da Glória do seu

jogo de cartas. Era como se, de repente,

parecesse estar a ouvir o marido a falar:

- Mãe, não pode consentir que o

Diogo se case abaixo da sua condição! Tão

abaixo, que eu até tenho vergonha de

imaginar a própria festa de casamento!

Vamos ser humilhados perante a vila

inteira e vamos ver ainda quem é que

aceitará vir...

Maria da Glória suspirou. Se ali

estivesse o marido, o mais certo seria a

opinião dela não contar para nada, naquele

assunto. Mas a viúva de Manuel Custódio

Ribera Flores detinha agora um novo

estatuto, mais simbólico do que real, mas

assim mesmo de alguma importância: era o chefe nominal da família ou, melhor

dito, a guardiã da vontade presumida do

defunto chefe e seu marido.

- Pois, Pedro, realmente o Diogo não

deveria casar-se abaixo da sua condição...

Homem algum deveria casar-se abaixo da

sua condição...

- Não é apenas casar-se abaixo da

sua condição, mãe: ele quer-se casar com a

filha dum antigo rendeiro nosso, uma

miúda que nem sabe sentar-se à mesa,

dessas que andam por aí a abrir as pernas a

quem passar e exactamente à espera da

sorte grande de fisgar alguém como nós!

- Mas ela não é dessas, pois não,

Pedro? - Maria da Glória ficara hirta e a

sua firmeza impressionou o filho.

- Não, mãe, para dizer a verdade, não consta que tenha sido dessas. Mas isso só

prova que é esperta, soube-se guardar...

- E é algum crime ser esperta, é mau

ter-se sabido guardar - ou por esperteza,

como tu dizes, ou por natureza?

- Mãe! - Pedro arrastou uma cadeira

e veio sentar-se em frente dela, segurando-

lhe a mão, para a forçar a olhá-lo de frente.

- Mãe, diga-me uma coisa: acha que o pai

aprovaria este casamento?

Maria da Glória não retirou a mão do

filho nem evitou o seu olhar:

- Queres que te diga o que penso,

com toda a verdade? Penso que o teu pai

não aprovaria este casamento, com toda a

certeza. Mas esse foi sempre o problema

do Diogo,como bem sabes: ser dono de si mesmo, construir a sua vida, para além da

vontade do pai. Se o pai fosse vivo, o mais

provável é que o Diogo fugisse com a

Amparo, para se ir casar e viver longe

daqui. Dou graças a Deus por o casamento

o manter aqui connosco.

- E como sabe a mãe que ele se vai

manter aqui?

- Porque ela - ela, Pedro! -, porque vem de baixo e nasceu aqui a comer o pão que o diabo amassou e a ver o pai dela arrancar à terra todos os anos o seu sustento, ela - ouve-me bem, ela, e não o Diogo! - é que dá o verdadeiro valor à terra e a tudo isto. É ela que o vai fazer ficar em Valmonte.

Pedro quedou-se a olhar para a mãe.

Nunca lhe tinha ocorrido aquilo.

- A mãe acha que ela é assim tão ligada à terra e que a compreende como nós?

Maria da Glória soltou a mão do filho e contemplou a lareira que ardia à sua frente, como se nela buscasse o fio das suas memórias.

- Ouve, Pedro: o pai da Amparo, o Manuel da Azinhaga era o melhor rendeiro do teu pai. Pegou numa terra de mato e

esteva e, em cinco ou seis anos, tornou-a a terra mais produtiva de Valmonte. Ao princípio, o teu pai tinha orgulho no que via e comentava comigo: “Este homem trabalha a sério e sabe o que faz!” Mas, com o correr dos anos, era como se ele lhe fizesse sombra e o teu pai foi começando a ficar impaciente, ao ver que a terra mais bem cultivada destes dois milhares de hectares não estava sob a sua direcção e seu mando. Contava os meses até ao final do prazo do arrendamento e, quando chegou a altura de renovar ou denunciar, chamou cá a casa o Manuel da Azinhaga, aqui mesmo, nesta sala, a seguir ao jantar e à minha frente, e quando o pobre homem chegou, de chapéu na mão e os olhos postos no chão, o teu pai disse-lhe sem rodeios que não ia renovar o contrato. Ainda me lembro da cara do Manuel da

Azinhaga,

completamente

atarantado,

parecia que tinha levado um coice de mula

em plena cara: “Mas como? O patrão está

a dizer que me tenho de ir embora?” E o

teu pai, com uma frieza que me arrepiou,

respondeu-lhe: “É isso mesmo... mas não

vais de mãos a abanar. Vou-te pagar uma

indemnização pelo fim do contrato e outra

pelas benfeitorias que fizeste, porque eu não me esqueço do que era aquela terra

quando ta entreguei.” O pobre do Manuel

ficou mudo e o teu pai disse-lhe quanto é

que lhe ia dar - acho que foram dez contos,

uma fortuna para a época -, ele continuou

calado e juro-te que me pareceu ver que

chorava.

- Mas o pai - interrompeu Pedro -

também lhe ofereceu ficar aqui, a trabalhar

para nós, e ele recusou...

- Pois foi verdade, sim. O teu pai ofereceu-lhe vários lugares, chegou até a prometer-lhe o lugar de feitor para daí a dois anos, quando o velho Anselmo se reformasse, ofereceu-lhe casa e trabalho para a mulher, mas ele recusou tudo. Disse que só trabalharia terra que fosse sua, ou então mudava de vida. E mudou.

- Sim, é verdade que o velho Manuel da Azinhaga estava muito ligado à terra.

Mas, talvez por isso mesmo, a filha não esteja: esta gente, às vezes, o que quer é o contrário do que os pais foram. Eu acho que ela deve gostar mais de atender os fregueses, lá na loja do pai, na vila.

- Estás enganado, Pedro. Eu era capaz de jurar que é ao contrário: ter terra, ser dono de terra, é uma ambição de todos e tão antiga como o mundo. Que mais

pode desejar a filha de um caseiro, que

nunca teve terra sua, do que tornar-se dona

de terra pelo casamento? Ela nunca vai

querer sair daqui e o teu irmão vai-se

quedar por ela. Não por ele - ele, por si, iria correr mundo.

Pedro tinha voltado para ao pé da

lareira. Maquinalmente, colocou mais um

tronco de azinho no lume que, porém, ardia vivo. Ficou pensativo por instantes,

antes de voltar a falar, já num tom de

quase resignação: Devo, portanto, apoiar

este casamento?

- Deves sim, Pedro. E, como eu sei o

que tu gostas do teu irmão, pensa nisto: ele

está feliz, casa-se com a mulher que ama.

- Mas eu não sei, mãe, se os

melhores casamentos são os casamentos

por amor...

Maria da Glória sorriu interiormente:

aquele era mesmo o seu filho Pedro, como

o conhecia.

- Um casamento por amor não é, à

partida, melhor ou mais adequado do que

outro: é apenas mais bonito - ouviu-se ela

dizer, sem pensar muito no que dizia. Às vezes, as pessoas casam-se por amor e o

amor desaparece ao fim de uns anos e não

fica nada ou quase nada; e, outras vezes, as

pessoas casam-se sem amor e, ao fim de

uns anos de casamento, descobrem que

amam o outro. No amor, é tudo muito

estranho, filho!

Pedro olhou a mãe, calando a

pergunta que obviamente lhe ocorria, mas

que nunca se atreveria a fazer: “E a mãe,

em qual dos casos se encaixou?”

Chovia, chuva miudinha, naquela

manhã de Abril. A pequena capela do

monte não chegava para conter todos os

convidados da boda e os retardatários

espalhavam-se cá fora, abrigados da chuva

sob o alpendre da capela ou debaixo de

guarda-chuvas trazidos à cautela. Eram

para cima de cento e cinquenta os que tinham correspondido ao convite, fosse

porque

o

nome

dos

Flores

tinha

importância em Estremoz e à roda, fosse

porque um casamento é sempre um

casamento - ocasião de mesa farta, vinho

velho,

toilettes

novas,

animação

e

namoricos sem consequências. Outros

cinquenta convidados, porém, tinham inventado desculpas várias, reconfortando-se ao encontrarem-se uns aos outros na missa algo despovoada desse domingo na vila e juntos desfazerem na reputação dos Flores, como se assim acrescentassem a própria.

Também do lado de fora da capela de Valmonte os mexericos corriam, sussurrados, porém assassinos:

- Pelo menos sempre se casou com uma rapariga da terra!

- Pois, mas cigana: os ciganos não têm terra. Hoje aqui, amanhã além.

- Mas estes já cá estão há umas três gerações!

- É? Mas, olha, ainda vão ser

precisas outras três antes que aprendam a
comer à mesa e a passarem por Flores!
- Ah, se o velho Manuel Custódio
aqui estivesse, até morria outra vez!
- Bem, também não sejam assim tão
radicais: pelo menos sempre é sangue
novo para a raça dos Flores!
- E lá que a rapariga tem raça, isso
tem! Parece uma égua por domar!
- E será que o nosso engenheiro tem unhas para ela?
- Bem, se não tem, então é que só sai
a perder com este casamento!
E a cigana saiu da capela pelo braço
do seu engenheiro e marido, justamente
quando a chuva, em sua homenagem, fez
uma pausa. Vinha linda, como vêm todas
as noivas, só que ela era de si mesma
linda. O velho Manuel da Azinhaga, se
bem que não tivesse pago o casamento - o
que seria uma ofensa para os Flores -, não

se tinha poupado a despesas na hora de ver

a sua filha caminhar para o altar ao

encontro de tudo aquilo com que ele

sonhara Para ela uma vida inteira. Tinha

mandado vir de Lisboa a Ritinha da

Madalena, tida como uma das melhores

Modistas dos melhores salões e famílias da

capital. Alugara em Évora um imponente Chevrolet preto de estofos e Pele branca e

respectivo motorista e, depois de muito

consultar, oferecera ao noivo, e seu agora

genro, um impressionante anel de safiras

azuis que Diogo só viria a usar em

ocasiões festivas e na presença do sogro.

Fora mais comedido consigo próprio e

com a sua mulher, tendo encomendado

para ambos uma fatiota julgada à altura da

ocasião, no alfaiate e costureira locais. E

ambos estavam estarrecedores: ela, com

um modelo lilás, copiado de uma revista

inglesa que a costureira local tinha visto e

que retratava algumas senhoras da

aristocracia britânica a caminho das

corridas de Ascott, e ele enfiado dentro de

um fraque de fazenda comprada em

Badajoz, com um colete de botões de ouro

fingido negociado aos ciganos das portas

da vila. A pobre D. Ermelinda tropeçava

nos sapatos de salto que nunca antes havia experimentado, os pés transbordando-lhe

como cotos daquela servidão apertada, e

levava um incrível chapéu com plumas,

que ora lhe descaía para cima da cara

quando falavam com ela, ora ameaçava

levantar voo no caminho da capela para a

casa. E o digníssimo e orgulhoso Manuel

da Azinhaga, esse, parecia um pinguim de

asas abertas, caminhando curvado ao peso

da indumentária, de pernas arqueadas

desfazendo qualquer hipótese de elegância

natural, e como que enforcado no nó da

gravata que o padre Júlio fizera o favor de

lhe ajustar. Mas a família toda - pai, mãe, primos, tios e tias - desfilava orgulhosa

atrás da sua princesa Amparo, lançando à

volta olhares de mal disfarçado orgulho e

triunfo: ela, sim, com a sua beleza que a

todos impressionava, com o seu subtil

menear de ancas, misto de gazela e deusa

grega, com o seu olhar de carvão incandescente, os ombros direitos, a pose

de altivez natural, o cabelo negro de

cigana entremeado de pétalas de rosas

brancas, ela caminhava pelo braço de

Diogo e entrava pela casa dos Flores

adentro como se fosse sua condição

natural desde sempre estar ali. Quinze anos

antes viera até ao monte na carroça do pai,

de olhos postos no chão e aceitara de

Diogo um saco de azeitonas. Agora,

chegara de Chevrolet, se bem que alugado

por um dia, e aceitara de Diogo uma aliança de ouro de lei que lhe brilhava no dedo e ouvira-o dizer, tendo como testemunha a melhor sociedade de Estremoz, que lhe seria fiel no amor, na saúde, na riqueza, na doença ou na pobreza. E saíra da capela com uma outra identidade: Maria do Amparo Ribera Flores.

Diogo estava menos triunfante, menos seguro de si mesmo do que ela. Acabara de se casar com a mulher que amava - isso ele sabia. Com uma mulher de vinte anos a cuja beleza e sensualidade homem algum poderia ficar indiferente. Que era inteligente, trabalhadora, resguardada e seguramente agradecida.

Ser-lhe-ia fiel, amiga e reconhecida.

Esperaria por ele quando tivesse de

esperar, estaria ali quando ele precisasse,

seria discreta quando fosse de o ser,

exuberante quando ele o desejasse. De

tudo isso Diogo estava certo e confiante. O

que o fazia sentir-se ligeiramente inseguro,

um pouco confuso até, não era ela, mas

sim ele mesmo. Era pensar que talvez

fosse novo de mais para se casar e se

prender, para fazer filhos e família, para se

acomodar de vez àquele vasto pedaço de

terra, dois milhares de hectares, rios,

ribeiros e lagoas, floresta e pastagem, vales e montes, escarpas de esteva

selvagem e planícies cultivadas e, todavia,

tudo tão pouco, comparado com o mundo

inteiro que ele não conhecia! Mas alguém

lhe estendeu uma primeira taça de

chamPagne, e depois outra e mais outra.

Amigos de Lisboa e de stremoz, da
infância e da escola de Agronomia,
abraçavam-no e reclamavam um brinde
pessoal ou o reviver de uma memória
comum, velhos tios cumprimentavam-no
com um ar solene e novos tios, do lado da
noiva, apresentavam-se e colocavam-se
“ao dispor do menino Diogo, meu novo
sobrinho”, e assim, aos poucos, ele foi
varrendo do pensamento as névoas de
pesar ou de lucidez que antes o
inquietavam. Por volta das onze da noite,
depois de já longas horas de comida,
bebida, charutos, valsas e mazurcas,
abraços e fotografias, o noivo estava consideravelmente bêbado, a custo se
mantendo
ainda
em
pé,

amparado

premonitoriamente pelo braço discreto da

noiva de nome premonitório: Amparo.

À meia-noite, os noivos despediram-

se dos convidados que ainda faziam a festa

como se fosse a última das suas vidas - e

alguns deles bem conscientes de que

haviam passado vinte e oito anos desde o

último casamento em Valmonte. Sempre

apoiado no braço de Amparo, Diogo

escalou a custo os degraus para o andar de

cima e para o seu novo quarto de casado,

que a mãe redecorara e reconvertera do

antigo quarto principal das visitas. Bebeu a

infusão de chá de cidreira com sais de

frutos que a mãe passara discretamente a

Amparo, antes de eles terem começado a

subir as escadas para o andar de cima e de

ela ter feito ao filho o sinal da cruz na testa com que sempre se despedia dele quando o

via partir para Lisboa ou outro lado.

Deixou-se cair na cama, sentindo

que o chão flutuava e o tecto rodava sem

parar por cima da sua cabeça. Abriu

apenas o colarinho, aliviado, rolou os

olhos, vendo tudo turvo e uma figura

branca de longos cabelos negros agora

completamente soltos, que o fixava

preocupada, e deixou cair a cabeça

pesadamente sobre a almofada.

- Diogo, estás muito mal?

- Estou péssimo, Amparo. Acho que

vou morrer! Desculpa, mas hoje não

consigo fazer nada, nem estou digno de ti:

a tua noite de núpcias vai ter de ficar para

amanhã!

“Isso é o que tu julgas!” - pensou ela, sorrindo. Apagou as luzes todas do

quarto, deixando apenas duas velas acesas.

Em esforço, soergueu aquele corpo morto

e encostou-o às costas da cama. Despiu-lhe

o casaco do fraque e o colete, à custa de

persistência

e

ginástica.

Depois,

descalçou-lhe os sapatos e as meias, fez-

lhe escorregar as calças pelas pernas

abaixo e, sem que ele desse qualquer sinal

de consciência, desapertou-lhe os botões

de punho, desfez-lhe o nó da gravata e

começou a desabotoar-lhe a camisa.

- Amparo - murmurou ele, de voz

arrastada -, não é preciso vestires-me o

pijama... eu não uso pijama...

- Não, meu amor, não é preciso.

Ele fechou os olhos, rodou a cabeça

para o lado oposto e pareceu mergulhar num coma instantâneo.

“Paciência!”,

pensou
ela
para
consigo. “Tinha sonhado que me ia despir para ti e que iria ficar morta de vergonha e de excitação ao fazê-lo, e afinal tenho de o fazer só para mim! Mas esta é só a primeira noite da nossa vida juntos e hás-de ter tempo para ver e apreciar.”
No espelho do armário em frente à cama via o seu corpo que se ia desnudando aos poucos, enquanto fazia deslizar por ele abaixo o vestido de noiva que a Ritinha da Madalena tantas vezes lhe havia feito provar, e depois a combinação, a saia de baixo, as meias e as cuecas. O Seu Corpo moreno brilhava à luz trémula das velas, o seu Peito exuberante de miúda estava espetado na direcção dele e ele dormia sem ao menos lançar um olhar ao espelho.

Amparo agarrou no frasco de óleo de poejos colhidos na ribeira, cheirando a flores do mato, e lentamente começou a esfregar-se de cima para baixo, sentindo um calor húmido descer-lhe pelo corpo e subir-lhe ao juízo. Entrou na cama toda nua, virou-o para si e encostou-se ao corpo dele, que agora apenas vestia umas ceroulas de algodão. Começou a percorrê-lo com as mãos e, inclinan-do-se, fez-lhe deslizar as ceroulas pelas pernas abaixo, até lhe saírem pelos pés. Muito tempo sonhara com aquele momento em que pela primeira vez veria um homem nu, deitado ao seu lado e ao seu dispor. Olhou-o com um sentimento de desejo e de posse que nem a visão de uma coisa mole e adormecida entre as pernas dele conseguiu desfazer. Mas ela sabia que não era assim: tinham-lhe ensinado que não era assim,

que

essa

coisa,

agora

murcha

e

desfalecida, crescia de repente e sem aviso,

tornando-se um falo ameaçador capaz de a

romper por dentro e fazê-la sofrer das

dores e da vergonha dessa submissão a que

as mulheres se condenam por casamento.

Mas ela queria essa dor e essa vergonha.

Essa danação do casamento.

Ele resmungou qualquer coisa, do

fundo do torpor em que estava submerso.

Amparo pousou-lhe delicadamente um

beijo sobre a boca e murmurou-lhe:

- Chiu, está tudo bem, estou só a

desfrutar a minha noite de núpcias.

- Hum? O que se passa? - resmungou

ele, tentando virar-se outra vez de lado, o

que ela lhe impediu, seguran-do-lhe

suavemente no ombro. Ele esboçou um

gesto de contrariedade, mas logo desistiu e, abrindo a boca, começou a ressonar.

Amparo olhou para ele e sorriu. O

morgado

de

Valmonte,

o

senhor

engenheiro, o menino Diogo estava

bêbado como uma carroça, com uma

mulher linda, virgem e nua, sentada na

cama ao seu lado e à sua disposição. Mas

não se importou: agora, o morgado, o

engenheiro e o menino eram também o seu

marido, o seu homem. E tinha todo o

tempo do mundo para ele. A começar já

por esta noite.

Lentamente, sem pressa alguma,

começou a percorrê-lo de cima para baixo,

com a palma da mão aberta, com a boca,

molhando-o ao de leve, e com o nariz,

aprendendo o seu cheiro. Nunca antes lhe

permitira ela nada de semelhante, mas

agora era diferente: soubera esperar e merecer este momento. E devagar chegou

lá abaixo, onde dormia o monstro

adormecido do seu adormecido marido.

Contemplou-o

assim,

exposto,

inconsciente, sem nada a escondê-lo dela.

Instintivamente, estendeu a mão a medo e

tocou-o. Gostou de o sentir na sua mão, da

consistência da pele, da vida que nele

sentia fervilhar, apesar de adormecido.

Segurou-o com uma mão primeiro, depois

com ambas, virou-o, levantou-o, mediu-lhe

o peso, foi-se apoderando dele aos poucos,

até que um gemido de Diogo a fez parar de

repente, envergonhada e temerosa do que

seria a reacção dele. Mas ele calou-se e ela

continuou a mexer-lhe e a brincar com ele,

sentindo um calor húmido descer-lhe pela

barriga abaixo e instalar-se entre as suas

coxas. Depois, quase imperceptivelmente

de início, e a seguir já claramente,

começou a senti-lo crescer dentro da sua mão fechada em volta dele. Novo gemido

veio da cabeceira da cama, mas, desta vez,

ela não parou nem se tolheu: estava

fascinada com o que via e o que sentia.

Irresistivelmente, foi aproximando a cara

daquele membro agora palpitante de vida,

até que, quando já estava tão perto que lhe

pareceu impossível recuar, puxou-o para si

e provou-o.

Diogo

tinha
despertado
por
completo. Aliás, fora despertando aos poucos, havia já um bocado, quando o chamamento do sexo (que, como se sabe, nos homens é independente da cabeça) o arrancou ao seu sono etílico. Ao princípio, nem se lembrava onde estava, depois foi tomando consciência do que se estava a passar: a sua mulher, casada com ele há não mais do que umas horas, explorava-o indecentemente,
sem
pudor
algum,
enquanto o fazia adormecido. Mas aquilo era bom, caramba, se era bom, as mãos dela afagando-o, envolvendo-o, fazendo-o crescer como homem apto para o seu dever

dessa noite, a língua quente e molhada descendo-lhe pelo pescoço, pelo peito, pelo estômago, pelas coxas! Sem saber como reagir e o que pensar, deixou-se ficar quieto, fingindo-se ainda adormecido, só não conseguindo impedir-se de soltar um gemido, de vez em quando. Pensar até onde é que ela iria, onde é que pararia, enchia-o de um prazer desvairante e de um terror absoluto. Sentiu, apesar das nuvens do álcool no cérebro, que aquela noite, e por iniciativa dela, marcaria para sempre a vida sexual de ambos e o tipo de casamento que iriam ter até ao fim dos dias. Por isso, e porque beneficiava da imensa vantagem de se poder fingir adormecido e, mais tarde, simular que nada sabia do que se tinha passado, ele continuou a jogar o seu jogo disfarçado, deixando

que
ela
se
expusesse
completamente. E assim talvez tivesse
ficado pela noite fora, não fosse ter
perdido o controle da sua imobilidade,
quando sentiu a boca dela entre as suas
coxas.
- O que fazes, Amparo? - perguntou,
como se tivesse acabado de acordar.
Ela não respondeu. Continuou. E
continuou ainda, como se estivesse
sozinha e não lhe devesse explicações.
Aliás, explicar o quê?
- O que fazes? - E agora tinha-lhe
agarrado a cabeça com as mãos.
- Amo-te - respondeu ela.
Então, ele puxou-a para cima de si,
mergulhou a boca na dela como um

possesso, viu enfim, e pela primeira vez, o

que há tanto desejava ver - aquele peito

grande, empinado e de bicos escuros e

grossos - e agarrou-o com mãos ambas e

depois abocanhou-o como se mamasse, e

foi a vez de ela começar a gemer baixinho.

- Vem - disse ele. - Vem para baixo

de mim!

- Gosto de estar assim, por cima de ti

- respondeu ela.

- Não, mas agora vens para baixo de

mim!

Ela rodou, obediente, e sentiu que

todo o peso e todo o fogo dele que ela despertara tombavam sobre si.

- Por favor, Diogo, faz devagar! Não

quero que me doa, quero que seja bom,

muito, muito bom!

Ele parou um instante a contemplá-

la. Estava linda, nua, deitada à sua espera,

o corpo moreno, húmido do óleo com que
se esfregara, brilhando com reflexos de
ouro a luz da vela. E entrou nela devagar,
conforme ela pedira. Devagar e cada vez
mais fundo, até que um dique se rebentou
algures, não sabia se dele, se dela, se de
ambos, e, quando mais tarde foi saindo
devagar de dentro e de cima dela, viu que
havia uma mancha espessa sobre o lençol
de unho branco e sangue que coagulava no
exacto sítio em que a possuíra pela
primeira vez.

Mais tarde ainda, deitado de lado para melhor a ver, acariciando-lhe o peito
exposto em direcção ao tecto, ele falou
enfim:

- Cheiras a flores...

- É óleo de flores, uma tradição da
noite de núpcias das mulheres ciganas.
Gostas?

- Muito. Que flores são?

- Flores da ribeira. Para um Ribera

Flores.

VI

Mas Amparo tinha também outros

talentos. Era uma doceira de mão-cheia,

como se dizia: ninguém, como ela, tinha a arte de fazer compotas, marmelada e doces

de frutos, sabendo exactamente quando os

colher das árvores e quando interromper o

ponto de cozedura do açúcar. Ninguém

como ela, que percorrera em miúda todos

os recantos escondidos de Valmonte, sabia

onde estava o melhor pomar de laranjeiras

ou tangerineiras, onde encontrar os

verdadeiros figos de mel de Setembro, em

que silvados se enfiar para colher as

amoras selvagens. Ela sabia podar no

Outono, plantar na Primavera, como

enxertar as árvores para as fortalecer,

quando procurar as beldroegas da ribeira

anunciando a chegada do Verão, quando ir

à procura dos poejos nascidos em plena

água com as primeiras chuvas do Outono.

Sabia como dispor e manter uma horta,

como escolher os muros onde as

buganvílias cresceriam sem sol a mais nem

a menos, como fazer crescer uma trepadeira de hera por uma azinheira

acima, como tazer o corte da cortiça nos

sobreiros sem ferir a árvore, como encher

o jardim de canteiros de flores que

perfumassema casa em cada estação do

ano, como fazer ascaneiras de água das

nascentes, de modo a fazê-la circular

primeiro pela horta, depois pelo jardim e

enfim pelo pomar, só então se perdendo na

terra

para

alimentar

os

lençóis

subterrâneos de que dependia a vida da

herdade.

Tudo isso ela aprendera em miúda,

acompanhando o pai pelos campos e

estevas de Valmonte ou observando e

ajudando a mãe na horta da courela de que

eram rendeiros e da qual comiam tudo o

que era legumes e fruta. Aprendera com o

pai a ter uma verdadeira devoção pela

água, pelo que ela significava de possibilidade de vida e de prosperidade.

Lembrava-se como, ainda nem sequer

tinha idade para ir à escola, dois anos

sucessivos de seca tinham arruinado todas

as sementeiras da courela e os haviam

reduzido à miséria quase absoluta.

Lembrava-se de então ver a mãe a fazer o

almoço que iria levar ao pai no campo -

nada mais do que uma aguada com azeite,
um dente de alho e urtigas a boiar dentro
do tarro de cortiça e onde, nos dias felizes,
o pai encontraria também um pedaço de
toucinho a dar alguma cor e alguma
substância àquela sopa de pobre. E
lembrava-se de ver o pai voltar alquebrado
ao fim do dia e, nas noites de Inverno,
sentar-se junto ao lume no banco de
madeira que ele próprio havia feito e sacar
do bolso algumas bolotas que apanhara do
chão e começar a roê-las, como se fosse
comida - aquela comida roubada aos porcos que vagueavam no montado de
Valmonte. Ou então, por alturas de
Novembro e do Verão de S. Martinho,
chamá-la para ao pé de si, junto aos toros
de azinho que ardiam no chão e que
serviam para os aquecer daquele frio
desumano e para aquecer a comida nas

brasas, sentá-la ao colo e dizer-lhe:

- Adivinha o que eu trouxe para a

minha Princesa? E ela respondia sempre,

como se de cada vez fosse uma surpresa: -

O quê, pai?

E ele estendia-lhe uma mão-cheia de

castanhas, que depois enfiavam dentro de

um púcaro de barro para assar na borralha

do lume. Ela abraçava-se-lhe ao pescoço e

os olhos do pai brilhavam, húmidos de

alegria. Um dia de festa!

Anos depois e lentamente, a vida deles começou a virar para o lado do sol.

Duas

colheitas

excepcionais

haviam

trazido um sorriso de volta ao olhar do pai

e algumas cantigas esquecidas às manhãs

da mãe, passadas na cozinha ou na horta.

Podiam enfim comprar um porco todos os anos, que a horta e as bolotas alimentavam e cuja matança, nos frios de Dezembro, atulhava a casa de enchidos dependurados a fumar sobre o lume e de arrobas de carne guardadas em vasilhas de sal ou de azeite, assegurando uma reserva de comida para quase metade do ano. A mãe comprara um outro vestido, o pai investira numa mula, numa carroça e num arado novo, ela fora mandada para a escola - primeiro para a escola primária da aldeia e depois, como a sua sede de aprender e a sua inteligência fossem julgadas excepcionais, para o colégio da D. Adozinda. Aos poucos, o pai - que aos seus olhos de adolescente lhe parecia já velho, embora não tivesse ainda quarenta anos - foi fazendo dos cinquenta hectares daquela courela tomada de arrendamento ao senhor Manuel Custódio

Ribera Flores o canto mais bem cuidado e mais produtivo de toda a herdade de Valmonte. Mas ela sabia que isso não chegava ao pai, sabia que havia nele um desejo secreto e profundo, alimentado por gerações de deserdados e famintos: um desejo louco de terra, de terra que fosse sua. E, sentado pensativo junto ao lume, ou olhando o Sol pôr-se sobre a terra à sua frente no alpendre da casa, ouvia-o murmurar, como se falasse para si mesmo:

- Um dia hei-de ir falar com o morgado...

Mas, quando enfim esse dia chegara, ele foi a mando do patrão e não a rogo seu. E foi para ouvir o senhor D. Manuel Custódio dizer-lhe, de olhos de homem para olhos de homem, que não só não lhe vendia a courela, como também o seu arrendamento chegara ao fim. Dava-lhe

uma indemnização por todos aqueles anos perdidos de sol a sol, curvado sobre a terra dos Flores, e dava-lhe uma das casas do monte para viver com a mulher e a filha e onde ficaria como seu empregado, até que pudesse suceder no cargo ao velho feitor Anselmo, que em breve já teria dado o que tinha a dar.

Nesse dia, que ela nunca esquecerá, Amparo vira o pai regressar a casa mais cedo e mais curvado que nunca, atravessar a porta sem sequer lhe dar o beijo que sempre lhe dava no regresso do campo, nem ao menos olhar para a mãe que o esperava fingindo que aquele era como se fosse um dia como os outros, e sentar-se na sua cadeira junto ao lume, ficando por longo tempo a contemplar as chamas que dançavam em frente aos seus olhos.

- Então, homem, fala! Que te queria

ele? – perguntou enfim a mãe, incapaz de

se conter por mais tempo.

Sem tirar os olhos do lume, o pai

falou:

- Quer acabar com o arrendamento,

que a gente se mude lá para o monte e que

eu fique a trabalhar como empregado da

herdade, até passar a feitor, quando o

Anselmo se reformar.

- E tu, que respondeste?

Amparo ouviu o suspiro do pai, viu-o rodar finalmente no banco e encará-las, e

o seu olhar estava cansado de resignação,

mas também de determinação.

- Respondi que não trabalho mais

terra que não seja minha.

A mãe ficou calada por instantes,

como se absorvesse todo o futuro contido

naquela frase. Amparo teve medo que ela

se fosse zangar, que se virasse contra o pai,

que quisesse argumentar com ele. Mas,

quando ela falou, fez-se paz para sempre

entre todos eles:

- Fizeste bem.

E fora assim, sete anos atrás, que

eles haviam deixado a terra e a casa

arrendadas em Valmonte e se haviam

mudado para a vila. Com a indemnização que o patrão lhe pagara, mais as curtas

poupanças que havia posto de lado nos

últimos anos, o pai abrira um “armazém

geral” junto ao Rocio. A mãe ajudava-o na

loja, atendendo os clientes, Amparo

ajudava nas contas e na escrita, e o pai não

parava de correr feiras e mercados e

aldeias, de fazer encomendas e ajustar

preços, comprando o que depois vendia no

armazém, com lucro. Em breve, começou

a prosperar, a obter crédito junto do banco

local e a expandir as existências e o

negócio, até criar a reputação de vender

qualquer coisa aos melhores preços, de

Elvas a Évora. Aparentemente, o desejo de

terra e as saudades de terra haviam

morrido para sempre, excepto, talvez,

quando em algumas noites vinha até à

ombreira da porta da cozinha e ficava a ver

a filha cuidar da pequena horta do quintal,

na casa da vila, que agora era toda a terra em que mexiam. Não dizia nada: ficava

apenas a olhar, mas Amparo era capaz de

jurar que o seu olhar reflectia a tristeza dos

Verões sem água na ribeira.

Ela herdara também essa fome de

terra, que tivera o pai e que tivera o avô, e

que, nas raízes da sua família de ciganos

vagueando de terra em terra, era como

uma marca de berço. Essa fome não se

explicava facilmente: não era apenas uma

vontade de terra que matasse a fome, de

riquezas, de prosperidade, de olhar todos
os dias o que fosse seu. Era um desejo
mais profundo que atinge aqueles que,
tendo nascido ou vivido no campo, parece
que só assim é que não se sentem
deserdados, desamparados, sem poiso nem
beira. Ela vira como o seu tio Aurélio,
irmão da mãe, que no levante da vida se
tornara proprietário de uma pequena courela de meia dúzia de hectares, lá para
os lados de Avis, já velho e doente mas
com dinheiro suficiente para viver
tranquilamente os últimos anos de vida,
recusara mudar-se para a casa da vila, onde
viviam os filhos, preferindo ficar só no
monte, agarrado àquele torrão que
ninguém conseguira convencê-lo a vender.
Ela conhecera muita gente assim, que,
quando ficava sem terra, era como se
ficasse sem chão, ricos que nunca se

cansavam de querer comprar mais e mais

terra e pobres que nunca aceitavam vender,

nem que fosse uma courela alagadiça, sem

préstimo algum. Não, aquela fome não se

justificava. Era mais do que ambição, era

uma doença.

E, agora, ela tinha ali à sua frente, ao

seu dispor e para seu desfrute, os milhares

de hectares da terra rica de Valmonte - seus também, por comunhão de bens nupcial.

Assim, de repente, sem esforço algum da

sua parte, apenas porque Diogo se

apaixonara por ela um dia, na Feira de S.

Tiago. Tudo o que o seu pai não havia

conseguido, após anos e anos curvado

sobre a terra dos outros, tudo o que

sucessivas gerações dos seus haviam

sonhado e falhado, conseguira-o ela com o

seu olhar, o seu corpo, a sua voz, o seu

encanto. E os seus filhos, se os tivesse

como esperava, cresceriam ali, donos e herdeiros daquela terra, e nunca teriam de saber o que era a felicidade de um pai por, de vez em quando, conseguir trazer uma mão-cheia de castanhas para a ceia da filha. Porque só assim era possível, naquelas paragens e nestes tempos, sair da miséria: por um golpe de sorte ou um acaso da natureza. Sim, um acaso, porque o que lhe acontecera nem sequer era natural: os filhos e filhas dos ricos eram quase sempre mais bonitos e atraentes do que os filhos e filhas dos pobres. Alimentavam-se melhor, iam aos médicos, tratavam dos dentes, vestiam-se à moda e cuidavam-se bem mais. Falavam mais bonito, aprendiam maneiras e

frequentavam-se apenas uns aos outros.

Pouco a pouco, tão discretamente

quanto a sensatez lho aconselhava,

Amparo foi tomando pé nas coisas da casa,

nos domínios que, por longa tradição,

eram os das mulheres: aos homens, o

cultivo das terras, o gado, a floresta, a

caça, as feiras; às mulheres, o governo da

casa e da cozinha, o cultivo da horta e a

criação da capota, as roupas e as limpezas.

Entre nada de substancial fazer, o que seria

malvisto, ou querer fazer de mais, como

que roubando o lugar à sogra, o que seria inconveniente e imprudente, Amparo foi

descobrindo,

tacteando,

conquistando

paulatinamente o seu lugar em Valmonte.

Ao contrário do costume, porém, inibia-se

de tratar a sogra por mãe, e procurava não

fazer nada que fosse contrário à forma como ela fazia. Aliás, sabia que tinha muito a aprender com Maria da Glória, algumas coisas que não custava imitar e outras que, a bem dizer, demoravam gerações a aprender: como pôr a mesa, que bebidas oferecer em cada altura, como dar ordens às criadas, como mandar dobrar as camisas dos homens depois de engomadas, como comer à mesa, quando falar e quando ficar calada. Era todo um mundo novo que ela queria absorver sofregamente mas sem dar nas vistas e cuja entrada Maria da Glória lhe franqueava, ensinando-a, sem que lhe falasse de cima

para baixo, mas também sem deixar de a corrigir quando o entendia necessário.

- Dona Maria da Glória, ponho um

pau de canela nas compotas de laranja? -

perguntava ela à sogra, tentando imitar o

que vira, numa tarde em que estavam as

duas na copa a encher boiões de vidro com

doces e compotas de laranja, amoras e

figo.

- Só nas de laranja amarga -

respondia Maria da Glória, como uma

professora primária corrigindo a aluna.

- Vem cá, Lurdes, prova-me aqui esta

compota - dizia ela para a criada,

estendendo-lhe o frasco de compota de

amoras para que ela lá mergulhasse o dedo

e provasse.

Maria da Glória observava em

silêncio pelo canto do olho, esperava que a

criada saísse e só então lhe dizia:

- Amparo, não se prova com o dedo
e, aliás, a única criada que pode provar é a
cozinheira Maria.
Entre as duas estabelecera-se como
que
um
período
de
adaptação
e
conhecimento mútuo, sem desconfianças
prévias, mas igualmente sem grandes
intimidades - até ver, pelo menos. Nos
anos ou décadas que se iriam seguir,
teriam de viver juntas naquela casa, dividir
o mesmo espaço funcional e as mesmas
tarefas, almoçar e jantar juntas vezes sem
conta, partilhar o destino, as alegrias ou
tristezas da família: tudo aconselhava a
que

fossem

aprendendo

a

fazê-lo

tranquilamente, sem querer apressar as

coisas ou ficar reféns de julgamentos prematuros. Maria da Glória vira-a chegar

à

família,

não

propriamente

com

desconfiança, mas com algum medo da

difícil adaptação a que a sua diferença de

condição fatalmente obrigaria: não sabia se

ela seria receptiva a aprender tantas coisas

novas, algumas das quais, inevitavelmente,

nem sequer fariam sentido a seus olhos.

Ela sabia bem que há uma diferença entre

uma rapariga de determinado meio, que foi

educada e preparada para um papel que depois assume naturalmente, e outra, como Amparo, que nada, a não ser a sua encandeante beleza, preparara para viver em salões. Mas Maria da Glória sabia também que Amparo era inteligente e ambiciosa, e no bom sentido, que não desperdiçara as oportunidades que lhe tinham dado a infância vivida no campo e os estudos em Estremoz; sabia que era trabalhadora, que ajudara sempre os pais, que nunca criara má fama nem dera nas vistas, a não ser por ser bonita e boa aluna, e sentia, como mulher e como mãe, que o filho a amava e que ela era a mulher que estaria sempre ao lado dele e lhe alegraria a vida, que a sua beleza e a natureza dele o dispensariam de andar a procurar lá fora o que tinha em casa, e que era ela que trazia sangue novo aos Ribera Flores e que

poderia encher a casa do sangue novo de uma nova geração. “Talvez - pensava ela para consigo o meu filho não se tenha casado tão bem quanto o berço e as qualidades lho facultariam, mas casou-se suficientemente bem para a vida daqui, na herdade. E isso deve chegar-lhe para ser feliz.”

Também Pedro ia observando a cunhada, entre a curiosidade natural e atenta e um fingido alheamento.

Correspondendo aos olhares e pequenos gestos disfarçados da mãe, que não o perdia de vista quando Amparo estava por perto, ele via-se até a reservar-lhe atenções de cavalheiro, que estava habituado apenas

a guardar para a mãe: deixava-a passar à
frente nas portas, não a interrompia
quando ela falava, perguntava às vezes
pela sua saúde ou pelo estado da horta que
ela acarinhava e, a custo, é certo, continha-
se para não se servir antes dela. Mas não
chegara ainda ao ponto - nem ela, aliás -
em que se sentisse à vontade, quando a sós
com ela. Nessas alturas, se ela não o
fizesse antes, tratava de se lembrar
subitamente de qualquer coisa que deixara
por fazer noutro lado e afastava-se,
murmurando uma desculpa. Mas se,
enquanto cunhado, ainda a considerava em
teste, já como observador isento todos os
dias lhe ia descobrindo novo motivo de apreciação: era o sorriso dela ou o seu riso
solto, os cabelos negros e sedosos, quando
de manhã emergia do banho cheirando a
lavanda, os ombros altos e direitos, as

mãos de dedos compridos, a sua
desenvoltura e elegância montada a
cavalo, quando saía para acompanhar
Diogo nos longos passeios que este
gostava de dar pela herdade, a luz nos seus
olhos ao fim do dia, quando regressava a
casa com Diogo, e Pedro não conseguia
impedir-se de sentir inveja pelo que
imaginava que eles pudessem ter estado a
fazer, quem sabe, lá por alturas do cerrado
da Boa Viagem, nos altos penhascos sobre
o rio, onde não haveria mais testemunhas
do que as águias planando em busca de
caça no solo. Pedro tinha a sensação, a
cada dia que passava, de que ambos, ela e
também Diogo, iam desabrochando a
olhos vistos. O seu instinto de macho dizia-lhe que o jovem casal deveria ter
uma vida sexual bem estimulante e que
talvez fosse até ela, e não Diogo, quem

mais se empenhava nisso. E, pensativo,

dava consigo a imaginar que se cansava da

sua vida de devaneios sexuais e ocasionais

pela vila e arredores, e também ele trazia

consigo para Valmonte uma fêmea

esplêndida como Amparo, poupando-lhe

tempo, dinheiro e dissabores venéreos,

naquela sua existência de homem de

mulheres de ocasião. Mas logo sacudia

esses pensamentos, ciente como estava de

que o casamento não servia a um homem

como ele, que não nascera para partilhar o

que era só seu - vícios, hábitos, o quarto de

solteiro e os pensamentos íntimos.

Raramente almoçavam juntos os

quatro - a mãe, os dois filhos e a nora.

Pedro gostava de comer no campo, junto com o rancho de homens, cuja refeição

partilhava, a fim de dar o exemplo e não

perder tempo a vir a casa. Se estivesse em

Estremoz ou nas terras em volta aonde os negócios da herdade o levavam - para ver gado, acertar a venda do trigo ou a compra de forragens -, almoçava nas tascas e restaurantes locais, onde se sentia também como peixe na agua. Diogo vinha umas vezes a casa, partilhando a sala de jantar a sós com Amparo, ou então almoçava também no campo, mas combinava antecipadamente com ela onde se encontrariam ao meio-dia e ela levava-lhe a comida num cesto de vime, como tinha visto a sua mãe fazer todos os dias, invariavelmente, quando o pai estava no campo. Era ela também que cozinhava para o marido, mas, ao contrário da mãe,

não era “comida de ganhão”, mas sim

comida de patrão o que levava ao seu homem: cabeça de xará, escabeche de

perdiz, omolete de espargos verdes ou

fígados de porco de coentrada. Porque os

filhos não estavam presentes, ou porque

apenas estava Diogo e ela queria preservar

a intimidade do filho com a sua mulher,

Maria da Glória, por seu lado, preferia

almoçar sozinha na sua pequena sala, que

era uma espécie de santuário privado, onde

os próprios filhos pediam licença para

entrar.

Assim, era ao jantar que se reuniam

todos - por vezes, com a companhia das

visitas da vila ou da vizinhança, do eterno

padre Júlio, sempre com o mesmo apetite

voraz, ou do dr. António Sacramento,

agora conselheiro jubilado e que fora em

vida o melhor amigo de Manuel Custódio

e o seu mais estimulante contraditor

político. Pobre dr. Sacramento, que um princípio de tuberculose retirara do activo,

justamente quando acabara de tomar posse

do seu assento no Supremo Tribunal de

Justiça, em Lisboa - ao menos poupando-o

a antecipáveis dissabores, que a sua

formação

legalista

e

republicana

seguramente augurava, em confronto com

as novas leis da ditadura! Mas, além de o

ter reformado do tribunal, a tuberculose

retirara-o também da caça - o seu grande

prazer - e deixara-o igualmente diminuído

de visão para aquilo que, a seguir à caça,

era o seu desporto favorito de solteirão

inveterado: mirar, remirar e voltar a mirar

as mulheres, não se dispensando de, em

elegantíssimo português, lhes dizer o que

lhe ia na alma mais profunda ou noutras

profundezas

menos

confessáveis,

aproveitando bem aquela espécie de

indulgência plenária em matéria de

assuntos licenciosos que se concede àqueles que já só ameaçam com um olhar

inofensivo. A deficiência visual tornou-se

patente aos olhos de todos numa ocasião

em que, sentado à mesa de Valmonte e

depois de mais de uma hora de olhar fixo

nos olhos negros de Amparo, se saiu com

o cumprimento:

- A menina tem uns olhos verdes

como eu nunca vi iguais!

Nas

mais

das

vezes,

porém,

jantavam apenas os quatro na ampla mesa

da sala de jantar, que era, sem dúvida

alguma, o móvel mais importante da

história dos Ribera Flores. Nessas noites,

Maria da Glória mandava retirar as tábuas

do centro da mesa, porque lhe fazia

confusão aquela distância cerimonial entre

eles, e sentava-se na sua cabeceira do lado

da cozinha, com Diogo em frente de si, Pedro à sua direita e Amparo à sua

esquerda. E a ela parecia-lhe que assim

faziam uma família. Falavam do que

acontecera na herdade, ou do que

acontecera na vila, ocasionalmente e com

cautelas, do que ia acontecendo no país e,

muito raramente, do que acontecia no

mundo - o que só parecia interessar

verdadeiramente a Diogo. Numa noite em

que a conversa começara com os preparativos para o jantar da Consoada de Natal e seguira para o resultado das contas anuais da exploração da herdade, que logo depois seriam fechadas, Pedro anunciou a sua intenção de denunciar o contrato com um dos rendeiros, um sujeito de poucas falas chamado Gaudêncio.

- Avisou-me ontem, quando por lá passei, que não ia poder pagar a renda para o próximo ano.

- E porquê, não disse? - perguntou Diogo.

- Embrenhou-se para lá numas explicações muito Pinas: que não semeou em Março porque não havia sinais de chuva, e depois, quando semeou em Maio, choveu de mais e as sementes morreram, não teve pastagens de Verão para o gado e teve

de

comprar

palha,

as

uvas

apodreceram porque começou a chover na

semana em que ia vindimar - enfim, tudo

ao contrário, diz ele.

- E foi verdade, filho? - interveio

Maria da Glória.

- Ó mãe, não sei se foi verdade ou

não, não estava lá para ver. O que sei é que

fez sol e chuva quando para nós também fez sol e chuva e nós lá nos safámos mais

ou menos...

- Coitado, se calhar, teve mesmo

pouca sorte... - insistiu Maria da Glória,

sem grande convicção.

- Pois, mãe, não sei se se poderá

chamar pouca sorte ou se a verdade é que

andou a gastar o dinheiro para as sementes nas tascas de Estremoz, e não vindimou em Setembro, quando nós vindimámos, porque andava por lá a embebedar-se todas as noites...

- Vê lá, filho, não me quero meter nessas coisas porque tu é que andas com eles no campo e tu é que sabes o que se passa. Mas olha que ele tem quatro filhos pequenos para criar: se a gente os corre dali, o que vai ser daquela família?

- Mãe, para isso há a Santa Casa da Misericórdia de Estremoz. Nós não estamos cá para isso nem para dar o exemplo aos outros rendeiros de que, se não cumprirem o contrato, não lhes acontece nada.

- Dá-lhe um prazo, Pedro. Dá-lhe até Maio para pagar a renda. - Diogo tinha resolvido intervir também, incomodado

com o que Amparo pudesse pensar daquilo, com as reminiscências que aquela história lhe poderia trazer, lembrando-se de quando o pai de Diogo e de Pedro havia também despedido como rendeiro o próprio pai de Amparo. As razões, as circunstâncias e as próprias condições do despedimento eram diferentes, sem dúvida, mas a história era a mesma, a mesma de sempre: os donos da terra dispensavam os serviços dos sem terra.

- Vá lá, Diogo, tu conheces as regras: o prazo é igual para todos os rendeiros e todos eles sabem, desde o dia 1 de Janeiro de cada ano, que têm de pagar no dia 1 de Janeiro seguinte e que têm um ano inteiro para se administrar sabendo

isso. Se agora abrimos uma excepção com o Gaudêncio e o deixamos continuar até Maio sem pagar, depois teremos de deixar outro até Junho, outro até Setembro, e outro pagar só um ano mais tarde. Está lançada a anarquia completa!

- Pois, talvez seja assim, sem dúvida que tens razão no que dizes. Mas custa-me mandar fora um homem com uma mulher a cargo e quatro filhos pequenos para criar! Afinal de contas, Pedro, podíamos dar-lhe esse prazo até Maio, sem ninguém ficar a saber: dizíamos-lhe que, para seu próprio bem, calasse a boca!

- É, e na próxima bebedeira que ele apanhar, aqui ou na vila, vai espalhar aos quatro ventos que os Flores lhe têm muito respeito ou muito apreço e que o deixaram ficar no arrendamento sem pagar! Imagina o efeito que isso causará nos outros

rendeiros, que se esmifram de sol a sol

para honrarem os seus contratos e

continuarem na terra! Assim, mais vale

não ter rendeiros ou dar-lhes a terra de vez

e abdicar das rendas!

- Uma vez não são vezes, Pedro -

voltou Maria da Glória.

- Chama-o cá a casa, Pedro:

pregamos-lhe um susto e de certeza que o

homem entra nos eixos. Salvamos-lhe a família e fica a dever-nos um favor que

nunca mais esquecerá. - Diogo estava

agora empenhado na questão: não queria

que Amparo sentisse que ele vacilava

naquele momento e que a sua vontade

contava menos do que a do irmão.

Por distracção, ou porque se sentisse

em desvantagem na discussão, Pedro

lembrou-se então de se virar para Amparo,

que se mantivera muda e com os olhos em

baixo, assistindo à conversa:

- E tu, cunhada? Tens alguma

experiência disto, o que achas?

“Que idiota!” - pensou Diogo. “Só

faltava esta, a única coisa que ele não

podia fazer: pedir a Amparo que atraiçoe

os seus.”

Mas, para sua grande surpresa, ela não ficou pensativa, nem se mostrou

hesitante, como se, desde o início da

discussão, tivesse estabelecido claramente

a sua opinião:

- Há anos atrás, como vocês sabem,

o vosso pai acabou com o arrendamento do

meu pai, não porque ele não tivesse pago

ou não trabalhasse bem a terra, mas porque

a trabalhou tão bem que o vosso pai a quis

de volta. Era um direito seu, mas foi uma

injustiça para o meu pai. Este caso é

completamente diferente, e eu não consigo

ter respeito nem sentir piedade por gente como o Gaudêncio, que não aproveita as oportunidades. Quanto aos filhos que tem, isso, como diz o Pedro, é tarefa da Santa Casa da Misericórdia, não me parece que seja vossa.

Caiu um silêncio de chumbo sobre a mesa. Nem sequer Pedro se atreveu ou sentiu motivado para explorar o triunfo que Amparo acabara de lhe colocar aos ombros. E Maria da Glória resolveu a situação como sempre o fazia:

- Vamos tomar café na salinha.

E levantou-se, pensando que o seu marido, se fosse vivo, era bem capaz de ter gostado a sério daquela nora. Até era bem capaz de se apaixonar por ela e, se bem o tinha conhecido, não deixaria de pensar que ela estava mal empregue para o filho.

Dava-se bem conta de como em pouco

tempo Amparo se tornara uma verdadeira

Flores, como se sempre tivesse jantado

naquela mesa. O que a preocupava agora, a

ela, Maria da Glória, era saber se era isso que Diogo esperava e desejava.

Havia qualquer coisa de infantil na forma como Maria da Glória levava a peito

os

Natais

em

Valmonte.

Entrado

Novembro, já ela se agitava na expectativa

dos preparativos, já começava a combinar

com a cozinheira Maria os doces dessa

Consoada, já ia à capoeira marcar o peru

da ceia e recomendar que só lhe dessem

bolotas a comer, já assentara com o padre

Júlio os mesmo preparativos de sempre

para a Missa do Galo, já massacrara a

cabeça de Diogo para que ele não se

esquecesse de encomendar na casa Terra Nova, da Rua dos Bacalhoeiros, em Lisboa, o bacalhau graúdo que ela haveria de cozer com as couves da horta. E, entrado Dezembro, antes ainda do almoço solene da matança do porco, as suas atenções já estavam completamente viradas para os enfeites da casa, o musgo o presépio, a busca pelo pinheiro perfeito que haveria de servir de árvore de Natal. Dezembro era o seu mês preferido e nem os trabalhos acrescidos para preparar as festas e a recepção e instalação dos chatérrimos parentes Flores de Lisboa, que não falhavam um “Natal na província” e que nada acrescentavam ao trabalho que davam, nada disso lhe diminuía o

entusiasmo e a alegria de miúda com que comandava todas as operações natalícias, como se disso dependesse, sabe-se lá, a salvação de Portugal ou a glória de Valmonte.

O facto é que a alegria de Maria da Glória acabava por contagiar todos, filhos, nora e empregados, como antes contagiava também Manuel Custódio - que tinha sido tudo menos um coração impressionável.

Faltavam agora cinco dias para o Natal e Pedro pensava em como tudo isso, naquela actividade desenfreada e feliz da mãe nesta altura do ano, era, afinal de contas, um sinal reconfortante da continuidade das coisas, do mundo que ele

conhecia e que era o único de que gostava e onde sentia tudo posto em ordem.

Pensava nisso enquanto se dirigia, distraidamente e pelo passo do seu cavalo, para as terras que anos antes haviam sido dadas de arrendamento ao Gaudêncio e de que ele vinha agora retomar posse - a menos que, contra todas as suas previsões, o Gaudêncio tivesse conseguido desenterrar dinheiro debaixo do chão. Uma semana antes mandara-lhe um recado, por um moço da herdade, de que estivesse preparado para a sua visita e tratasse de arranjar forma de saldar as contas ou teria de sair no primeiro de Janeiro.

Levava a sua Benelli de caça atravessada sobre o selim e coberta por

uma manta, com os cartuchos nos canos e o travão desactivado: levava sempre a sua espingarda de caça e um dos cães, quando saía a passear. Chegou ao velho monte que fazia parte do arrendado pelo Gaudêncio e, à vista do estado degradado das paredes de cal e xisto da construção, não pôde deixar de pensar que, de facto, aquele rendeiro estava a mais, nada parecia ocupar o seu esforço e o seu zelo. Dois dos miúdos brincavam à frente da casa, uma delas a mais velha, uma rapariga dos seus catorze ou quinze anos, com uma cara bonita e um olhar de rufiazinha selvagem, um vestido sujo de nódoas de gordura entranhadas e cujo colo, já semi-rasgado, deixava perceber um peito juvenil que despontava pelo decote inocente. Desmontou e encarou-a:

- Olá, tu és a...?

- Sou a Ritinha. - Estranhamente, ela olhava-o sem mostrar sinais de acanhamento. - E aquele além é o meu irmão mais velho, o Amílcar. - E apontou com a cabeça em direcção à porta do monte, em cuja ombreira aparecera um rapaz com a cara marcada por borbulhas e um olhar oblíquo, de raposa, que saudara Pedro com uma leve inclinação de cabeça.

- Ah, pois, a Ritinha, já me lembro!

O teu pai está em casa?

Mas não foi preciso que a miúda respondesse: o Gaudêncio, com a barba por fazer e os suspensórios das calças esticados no limite, surgira também à porta da casa, afastando o filho e trazendo a

mulher ao lado - uma figura igualmente descuidada e suja.

- Estava à sua espera, patrão Pedro...

- Ora, ainda bem! Assim, vamos direitos ao assunto: estás em condições de me pagar no dia 1 de Janeiro, ou não?

O Gaudêncio não disse nada. A mulher pousara-lhe Uma mão sobre o ombro e nenhum dos dois parecia querer descolar da porta, poderia haver perigo no ar e instintivamente foi recuando devagarinho em direcção ao seu cavalo e à sua arma, concentrando-se em que o seu movimento fosse o mais natural possível. Gaudêncio semicerrou os olhos, parecendo olhar para além dele, e então falou:

- Não: em dinheiro, não estou em condições de lhe poder pagar, senhor Pedro.

Pedro continuou a recuar imperceptivelmente, pesando a resposta.

- Em dinheiro, não... E então, vês uma outra forma de nos pagar?

- Bem, isso depende de si, senhor Pedro. - Gaudêncio agora olhava de lado para a mulher. Ela inclinou a cabeça, concordando.

- Ah, em espécie! E que tens tu para oferecer?

O olhar do rendeiro desviou-se para onde instantes antes dois dos seus filhos brincavam e agora estavam quietos, suspensos daquela conversa que a sua

inteligência de crianças percebia poder ser

decisiva nas suas vidas. Deteve-se na filha, Ritinha, e dela volveu a Pedro.

- Ela?

Gaudêncio baixou a cabeça e

assentiu, em silêncio. Pedro desviou

também o olhar para a Ritinha, sem

disfarce:

como

se

avaliasse

uma

mercadoria.

- Hum... e está preparada?

Foi a vez da mulher de Gaudêncio

inclinar a cabeça, afirmativamente. A

transacção estava assim estabelecida e

nisso Pedro era mestre.

- Seja! Mas é agora mesmo que eu

cobro: vocês saiam de casa com os miúdos

e dêem-nos uma hora. E em Maio volto cá

para receber a renda e já não aceito mais pagamentos em espécie!

Eles

não

responderam

nada.

Chamaram os restantes filhos, incluindo

Amílcar, que avançou arrastando os pés e

fazendo uma festa no cabelo da irmã à

passagem e lançando um breve olhar

indecifrável a Pedro. Ajudado pelo filho

mais

velho,

Gaudêncio

aparelhou

rapidamente e sem dizer palavra a mula a

uma carroça que estava debaixo do

telheiro e fez sinal para que todos

subissem lá para cima. Ritinha deu

também dois passos em direcção à carroça,

mas a mãe deteve-a, murmurando-lhe

qualquer coisa ao ouvido, enquanto lhe

ajeitava o vestido e lhe dava um beijo na

testa, e assim partiram, qual família de

saltimbancos expulsos da cidade.

Pedro assistira a toda a cena encostado ao seu cavalo, mirando a

Ritinha de soslaio e sentindo-se inchar

dentro das calças. Quando ficaram a sós e

a carroça já não se distinguia no horizonte,

ele chamou-a, que ali continuava parada,

olhando ao longe a poeira da carroça que

levava a sua família:

- Vem cá! - Ela aproximou-se,

devagarinho. – Tira isso!

Obedecendo ao seu gesto, ela despiu

a parte de cima do vestido sujo, expondo

um peito de adolescente, de bicos escuros,

virados para cima.

- Vamos para casa, então. Agora!

Ela virou-se e entrou em casa, à

frente dele.

Nessa noite, em Valmonte, Pedro esteve mudo e ausente. Por vontade sua,

não teria mesmo aberto a boca o jantar

inteiro, não fosse Diogo tê-lo interpelado

directamente:

- É verdade, Pedro, o que vamos

decidir em relação ao Gaudêncio? Já

pensaste melhor no assunto?

Já, já está decidido: passei por lá no

outro dia e dis-se-lhe que ele tinha prazo

até Maio para nos pagar. Uma vez sem

exemplo e, depois disso, não há mais

moras.

Diogo olhou o irmão, sinceramente

espantado:

- Eh lá, que este coração gélido se

deixou comover! O que foi isso, mano? O

espírito de Natal?

Sem levantar os olhos do prato,

Pedro resmungou entre dentes:

- Sim, deve ter sido isso...

Diogo olhou Amparo, com um

sorriso triunfante. Parecia querer dizer-lhe:

“Estás a ver, não somos assim tão maus

patrões quanto isso; até o Pedro, que é um

brutamontes, se deixa comover às vezes!”

Depois, olhou a mãe, em frente de si: ele

sorria ainda, mas ela não. Ela estava

estranhamente ausente e impenetrável.

Como se não tivesse estado atenta à

conversa.

VII

A lua-de-mel no campo entre

Amparo e Diogo durou ainda uns largos meses. O tempo suficiente para eles

criarem uma rotina de hábitos e de

intimidade e para Diogo começar a sentir-

se escasso de horizontes e novidades. Se ela não dava quaisquer sinais de saturação ou cansaço com a sua nova vida - antes pelo contrário, a cada dia parecia descobrir novos motivos de interesse e entusiasmo em Valmonte -, já ele mostrava indícios claros de impaciência e nervosismo. Não pelo casamento em si, e menos ainda pela pessoa de Amparo, mas pelo tipo de vida que o ocupava e prendia ali. Antes mesmo que ela o notasse ou que ele o dissesse, foi Maria da Glória a primeira a vir em seu socorro:

- Diogo, e o teu negócio em Lisboa? Aquele negócio com o Brasil, que tu querias montar? Não precisas de ir lá pôr as coisas a andar?

Ele agradeceu à mãe com um olhar mudo, uma espécie de código entre os dois, e logo no dia seguinte tratou de

começar a pôr as coisas a andar. Em breve se despedia de Amparo, com um apaixonado beijo na cocheira que agora fazia as vezes de garagem, e foi com um redescoberto prazer que de novo se viu ao volante do seu Panhard na estrada para Vila Franca de Xira. Aliás, chegado a Lisboa, uma das primeiras coisas de que tratou foi vender o Panhard e substituí-lo por um Citroen de seis cilindros, de cor verde-escura e estofos pretos. Era um modelo acabado de sair nesse ano de 1929, chamado Berlinda, e que rivalizava no mercado com os Durant and Rugby e os Auburn. Custou-lhe a astronómica quantia de trinta e oito contos e quinhentos, que sacou da parte em dinheiro que lhe coubera na herança do pai. Mas o prazer de deslizar suavemente pelas ruas e avenidas de Lisboa, sentindo o suave

ronronar do motor de seis cilindros e o ligeiro chiar da borracha mole dos pneus no asfalto, valia bem a despesa.

Voltou a instalar-se no Avenida Palace e, à parte o hotel que parecia imutável no seu charme eterno, veio encontrar uma cidade que mudara velozmente durante o ano quase inteiro que ele vivera retirado no Alentejo. Logo na manhã seguinte à sua chegada, um radioso 24 de Abril, ao sair à rua, depois de tomado o pequeno-almoço no Palace, foi como que arrastado por uma multidão fervilhante que se dirigia em passo de corrida, Rossio e Rua do Ouro abaixo, em direcção ao Terreiro do Paço. Levado pela

onda, ele foi atrás e desembarcou no Terreiro do Paço a tempo de assistir a um

espectáculo

inolvidável:

o

Conde

Zeppelin, o grande dirigível alemão,

levando a bordo uma tripulação de oito

pessoas, com o seu construtor, o dr. Hugo

Eckner, ao leme, e oito passageiros, entre

os quais o chefe do governo da Prússia,

Otto Braun, sobrevoava a praça principal

de Lisboa a uns setenta metros de altitude

e com uma escolta espontânea de três

Vickers e um Avro que haviam descolado

do aeródromo da Granja do Marquês.

Regressava dos Estados Unidos, a

caminho da sua base de Friedrichshafen,

completando assim a primeira ligação ida

e volta transatlântica - dois anos depois de

Lindbergh haver ligado com o seu avião

Spirit ofSaint Louis a América do Norte à

Europa num voo sem escalas, e sete anos

depois de Gago Coutinho e Sacadura

Cabral terem ligado a Europa à América do Sul, utilizando sucessivamente três

aviões, até que o último deles conseguiu

enfim atingir terras de Vera Cruz.

Durante cerca de vinte minutos, o

Conde Zeppelin por ali andou às voltas,

contornando o Castelo, descendo sobre a

Mouraria e a Baixa e sobrevoando o

pagode amontoado no Terreiro do Paço.

Diogo estava fascinado com o espectáculo,

com os movimentos lentos e graciosos do

dirigível, como uma gigantesca ave

planando sobre a cidade. Imaginava o que

seria estar ali dentro e ver Lisboa de cima,

ou o que seria atravessar o Atlântico

suspenso daquele imenso balão de pano e

daquela cabine em forma de torpedo.

Comentava-se à sua volta que só tinha

demorado seis dias a cruzar o Atlântico

Norte e que doravante as rotas de longa

distância eram suas, pois tão cedo não se vislumbrava a possibilidade de construir

um avião com capacidade e autonomia

para cobrir distâncias dessas, levando a

bordo umas trinta pessoas. Nesse ano de

29, Lisboa tinha já uma carreira aérea

regular Para Madrid, operada por um

Junkers, capaz de levar oito passageiros:

mas a distância era de apenas 600

quilómetros e durava só três a quatro

horas. Ao passo que ali, à vista de todos,

estava o futuro da aviação de longa

distância.

Ainda aturdido pelo espectáculo não

programado Diogo chegou ao escritório da

Praça da Figueira do seu grande amigo

Francisco Menezes. Era a partir dali que

eles esperavam poder vir a montar,

juntamente

com

o

seu

sócio-

correspondente no Rio de Janeiro, Herr

Gabriel Matthäus, uma empresa de import-export e representações com o Brasil.

Importariam de lá café, madeiras e tecidos

de algodão, primeiro para Portugal, depois

eventualmente para outros destinos na

Europa, e exportariam para lá parte do

muito de que o Brasil tinha necessidade:

têxteis e vestuário, vinhos, máquinas e

ferramentas agrícolas e artigos de luxo.

Terminada a conversa de negócios,

apanharam um eléctrico para o Chiado e

daí foram a pé para o Tavares Rico, onde

Francisco tinha marcado mesa para os
dois. Era o melhor, o mais luxuoso, o mais
requintado restaurante de Lisboa e
celebrava agora os seus 150 anos de
história com nova remodelação, das várias
que já tivera desde que nascera como
simples tasca fundada por dois irmãos em
1779. E, entre a sua decoração art déco,
cheia de veludos e candeeiros de ferro
forjado com abatjours de vidro pintado da Boémia, eles celebraram o seu reencontro
(não se viam desde o casamento de Diogo)
com uns canapés de lagosta acompanhados
com champagne Taittinger, seguidos de
um arroz de perdiz cuja receita se atribuía
ao escritor Fialho d'Almeida, e terminando
com uns crepes Suzette flambe-ados em
Grand Marnier. “Ah”, pensou Diogo,
acendendo enfim o seu Sancho Panza,
“como é bom estar de volta a civilização!”

-Então, Diogo, diz-me, que estou
curioso: como é o casamento, essa nobre
instituição? E coisa boa e recomendável?
- Bem, Francisco, depende de com
quem nos casamos, obviamente...
- Pois, no teu caso, pareces ter-te
casado com uma excelente mulher e, se me
permites a franqueza, uma estupenda fêmea...
-
De
facto...
-Diogo
corou
ligeiramente. -Tanto uma coisa como
outra.
- E que tal? Estás satisfeito,
compensa-te de... - Francisco fez um gesto
largo com a mão, que tanto podia abranger
o Tavares Rico como o mundo inteiro -...
de tudo isto?

O tom da conversa era brejeiro,

como é de costume entre dois homens

novos que não se vêem há um tempo, mas

Diogo ficou pensativo antes de responder.

- Bem, compensar de tudo... de tudo

isto, não, não com pensa, nem eu esperava

tal coisa. Parece que o ser humano, como

deves imaginar, nunca está inteiramente satisfeito ousaciado com coisa alguma.

Mas, se dividirmos as circunstâncias da

vida em compartimentos diferentes, como

eu penso que deve ser, então, sim, estou

completamente satisfeito com aquilo que

eu esperava de um casamento – do meu

casamento. Como tu dizes, tenho uma

mulher

excelente,

bem-disposta,

trabalhadora, interessada, inteligente, com

vontade de aprender, enfim, a companhia

ideal para uma vida passada lá na herdade.

E... e...

- E...?

- E uma fêmea estupenda, realmente.

- E Diogo sorriu, fingindo-se embaraçado.

- Nesse aspecto, meu invejoso amigo, devo

dizer-te que não desejo nem me vejo a

cobiçar ou ter necessidade de nenhuma

outra. O que é uma inestimável vantagem sobre vocês, os solteiros, e um excelente

ponto de partida para ter vontade de fazer

outras coisas.

Francisco apertou-lhe o braço, por

cima da mesa, sorrindo também: um

sorriso de amigo, sem malícia.

- Folgo em ver-te assim, Diogo! Da

última vez que aqui estiveste, foste de

volta lá para as tuas vacas bastante

deprimido...

- Tens razão. E, por falar nisso, como

vai a merda da política? Cada vez pior,

não?

Francisco

piscou-lhe

o

olho,

instintivamente espreitando à volta:

- Vai tão mal que o melhor é falarmos lá no escritório, está bem?

Ia fazer três anos que fora instaurada

a Ditadura Militar e dois anos que a

revolta de 27 havia sido sufocada. A

repressão fora feroz: os implicados ou

suspeitos

tinham

sido

presos

ou

deportados, forçados a exilar-se, na melhor

hipótese;

os
partidos
políticos
da
República tinham sido abolidos e os seus
chefes presos ou vigiados; criara-se uma
polícia política e a censura à imprensa fora
instaurada; os monárquicos e a Igreja, que
haviam
apoiado
o
golpe
militar,
recuperavam
aos
poucos
os
seus
privilégios e atenções. Mas o novo regime
ainda não sabia muito bem que orientação

adoptar e de que ideologia se reclamar. Na sua essência, os triunfadores do golpe militar de 28 de Maio de 1926 eram uma casta de provincianos ignorantes e incultos, que havia demonstrado a sua incompetência militar em 1918, deixando todo o Corpo Expedicionário Português ser massacrado em poucas horas pela artilharia Krupp e a infantaria do Kaiser. Esse fulminante massacre, aliás, fora toda a contribuição portuguesa para a Primeira Guerra Mundial e a última vez, por anos e anos a vir, em que o Exército Português ousaria enfrentar um inimigo em campo aberto. Agora, curvados ao peso de medalhas de feitos heróicos que ninguém conhecia, louvavam-se cá dentro de uma coragem e panache de salvadores da Pátria para que ninguém igualmente os havia convocado. À falta de melhor e de

mais leituras, dera-lhes para se reverem na inspiração fascista do Duce italiano, cuja estética militar os seduzia e lhes parecia todo um programa nacional. Mas faltava-lhes o Mussolini português.

Foi então que alguém atentou num obscuro professor de Finanças Públicas da Universidade de Coimbra, nascido numa vilória da Beira em modesta família de apelido Salazar. Porém, não procuravam nele um Duce para Portugal mas apenas um salvador para as Finanças Públicas.

António de Oliveira Salazar tinha trinta e sete anos quando o foram buscar a Coimbra. Fora ministro das Finanças durante cinco dias, demitira-se e

regressara, com novas condições, dois anos mais tarde. Era um típico beirão, baixinho, desconfiado, sorrateiro, de voz melíflua, quase feminina, e falsa modéstia, que exibia aos quatro ventos. Olhando à roda para os seus contratantes, rapidamente percebeu que poderia tomar conta do país em dois tempos, desde que lhes alimentasse a vaidade, lhes satisfizesse os privilégios e lhes servisse, pronta a adoptar, uma qualquer doutrina legitimadora da ditadura. Solteiro, sem família,

sem
vícios
nem
prazeres
conhecidos, sem vida pessoal nem amigos,
avarento consigo e com as Finanças
Públicas,
Salazar
rapidamente
havia
começado a ganhar uma reputação de
homem íntegro e probo, que salvara as
Finanças Públicas da bancarrota e se
propunha - modestamente e se o
deixassem - salvar a Pátria, por acréscimo.
Mas, debaixo da sua capa de
humildade e de despojamento, Salazar era
vaidoso e ambicioso. O seu objectivo
último era simples: o poder, o poder para
sempre. Para o país, ele defendia a

censura,

com

argumentos

banais:

“Compreendo que ela irrite, mas não é legítimo, por exemplo, que se deturpem os

factos para justificar ataques injustificados

à obra do governo, com prejuízo para os

interesses do país. Seria o mesmo que

reconhecer o direito à calúnia.” Mas, se ao

país servia a censura, à sua própria vaidade

era necessária alguma exposição. Viria a

escolher um homem de letras e um

jornalista prestigiado, António Ferro, para

dele fazer o seu confidente atitré e o seu

intermediário privilegiado para se mostrar

aos portugueses. “Eu sei, evidentemente -

dizia ele a António Ferro -, que os grandes

homens, os grandes chefes, os grandes

ditadores

não

se

embaraçam

com

preconceitos,

com

fórmulas,

com

preocupações de moral política. Mas - lá

vai uma confissão impolítica - eu não

aspiro a tanto. Sou um simples professor

que deseja contribuir para a salvação do

seu país, mas que não pode fugir, porque a sua natureza não lho permite, a certas

limitações de ordem moral, mesmo no

campo

político.”

Nem

Diogo

nem

Francisco o podiam adivinhar então, mas o "simples professor" seria feito, três anos mais tarde, chefe do governo e detentor de todo o poder pelos militares. Sem "aspirar a tanto", ficaria lá quarenta anos e, apesar das "limitações de ordem rnoral" que a sua natureza lhe impunha, mandou perseguir, prender e exilar e fechou os olhos a que a sua polícia política torturasse e até, em situações extremas, matasse os que se lhe opuseram. Sempre, sempre sustentado pelas Forças Armadas, cortejado pelos monárquicos e abençoado pela Santa Madre Igreja. A sua filosofia era simples: tratar do "nosso caso comezinho", sem olhar ao que se passava lá fora, de onde só poderiam vir más influências. Para tal, e paulatinamente, ele foi regulando, um a um, todos os sectores da vida dos portugueses: o trabalho, a religião, os

tempos livres, os livros que se podia ler, as distracções que o povo podia ter e as opiniões que podia exprimir. Sob o governo sábio de Salazar, as únicas preocupações que os portugueses deviam ter era trabalhar e obedecer às leis do Estado. Se o fizessem, viveriam felizes e tranquilos para sempre - aquilo a que Salazar chamava “viver habitualmente”, o grande desígnio da nação portuguesa. Quanto à política, Salazar explicara, num dos seus célebres discursos, o quanto os portugueses lhe agradeciam não terem de se preocupar com o assunto: “O País, longa e duramente experimentado por estéreis lutas políticas, tem gozado, como o maior dom da Revolução, esta calma que lhe permite dedicar-se mais confiadamente à sua vida. Têm-se-lhe poupado, sempre que possível,

os
sobressaltos,
as
preocupações, as amarguras, e o seu espírito não tem sido torturado com as nossas dúvidas e dificuldades.” Ele sozinho dispunha-se assim a arcar com esse patriótico sacrifício de pensar na política. Só havia um problema que Salazar
reconhecia:
“Esta
aparente
simplicidade da vida política criou em muitos a convicção de que também eram capazes de fazer assim...” Mas, justamente para esses ingénuos, que poderiam ser levados a ver a sua obra como coisa banal, ele criara a censura à imprensa, ao cinema que despontava, aos livros e a tudo o que

cheirasse a arte, logo a subversão, e criara

também a prisão do Aljube, onde todas as

ilusões políticas fatalmente haveriam de

morrer.

Lá, no seu desterro alentejano onde vivera no último ano, sem voltar a pôr os

pés em Lisboa, Diogo não se dera conta de

quanto a ditadura já tinha feito o seu

caminho e se implantara solidamente. No

Alentejo,

como

no

resto

do

país

provinciano, a censura e a polícia política

ainda não se haviam completamente

instalado e a “ordem pública” era mantida

pela GNR, uma força criada pela

República, cujos chefes só agora estavam a

ser

sistematicamente

afastados

e

substituídos por outros que dessem

garantias de adesão ao novo regime. Da

capital à província, as coisas chegavam

ainda muito lentamente, e só mesmo ao

voltar a Lisboa e rever os amigos, ao ler a

imprensa da capital e escutar as conversas

de café, é que Diogo se foi aos poucos

dando conta de um certo clima de medo e

secretismo, um ar de asfixia geral e

crescente, que se apoderara de toda a vida pública. Os cafés de Lisboa, onde antes do

golpe de 1926 se conspirava todos os dias

e abertamente contra o governo em

funções, eram agora lugares estranhos,

onde ninguém levantava a voz e todos

pareciam observar-se mutuamente. Na

imprensa, pontificavam os jornalistas como António Ferro, que defendia “uma política do espírito”, que pusesse Portugal “na vanguarda do seu tempo”, e Manuel Múrias, mais singelamente obcecado com a lei e ordem e o regresso aos valores sagrados e grandiosos do Portugal de Quinhentos. Mas, cada um à sua maneira, ambos se mostravam fascinados com a figura de Salazar, a sua “obra de reconstrução nacional” e o seu nacionalismo extremo. Ou com a figura de um certo Marinetti, “futurista” italiano, grande propagandista e mentor do Duce Mussolini. E, se Ferro ansiava por trazer o “espírito” nacional para a causa de Salazar,

dando ao regime a chancela cultural e “modernista” que ele visionava - desde escritores como Fernando Pessoa ou Teixeira de Pascoaes a pintores como Almada Negreiros, passando pelo ballet clássico e pelos ranchos folclóricos -, já Múrias contentava-se em mandar calar os que desalinhavam, fiel ao princípio, que doravante se tornaria doutrina, de que quem não estava com Salazar estava contra a Pátria.

Menos de quatro anos mais tarde, Ferro iria ser escolhido por Salazar para dirigir o então criado Secretariado da Propaganda Nacional, onde a sua “política do espírito” poderia ser posta em prática, “para integrar Portugal na hora que passa” e “dar à vida nacional uma fachada impecável de bom gosto”. Havia, porém, uma limitação de que Ferro trataria de dar

publicamente conta, ao anunciar a criação dos prémios literários anuais do Secretariado: quem não concordasse com os “princípios morais” de Salazar só tinha “um caminho a seguir: nao concorrer aos nossos prémios”. Isto porque, explicava ele, “como escritor, podemos ler, admirar, certas obras literárias, inconformistas, que consideramos dissolventes e Perigosas, quanto mais fortes. Mas, como dirigente de um organismo que se enquadra dentro do Estado Novo, não podemos aceitar nem premiar tais obras”. Fernando lessoa, já então considerado o maior génio literário do seu tempo, parecia enquadrar-se bem. Logo em 1928, ele escrevera um polémico

panfleto intitulado Interregno - Defesa e

Justificação da Ditadura Militar em

Portugal. E, assim, não admira que fosse

dos primeiros a concorrer ao prémio criado pelo Secretariado de António Ferro.

Ofereceu a concurso o seu livro de poesia

Mensagem,

um

panegírico

dos

descobrimentos

portugueses,

de

que

muitos poemas passariam de boca em boca

e de geração em geração. Foi-lhe atribuído

o prémio, mas apenas na “categoria B”,

sob pretexto de que o livro tinha menos de

cem páginas, mas na realidade para poder

dar o prémio principal a um medíocre

poeta cujo alinhamento com o regime era absoluto. Em textos subsequentes, Pessoa ridicularizara o tal Marinetti, ídolo e inspirador de Ferro, e escreveria sobre Salazar: “Salazar é considerado um grande ser, um homem de inteligência clara e de vontade firme. Não é lógico, mas é humano, e entre os homens é o humano que vinga.” Daí em diante, o compagnon de route calava-se e o poeta retirava-se para a sua luminosa solidão e para o seu obscuro ofício de escriturário, dedicando-se, nos intervalos, à escrita da mais extraordinária obra literária que Portugal alguma vez tivera. Já Pascoaes, longe no seu retiro habitual dos penedos da serra do Marão, haveria de comentar amargamente, olhando para a obra social do salazarismo: “Há dois problemas em Portugal: o dos que comem de mais e o dos que comem de menos.” Quanto a Almada Negreiros,

fundador
do
futurismo
português,
admirado e respeitado por todos os
intelectuais do seu tempo, fossem da
situação
ou
da
oposição,
só
por
intervenção de alguns fiéis do regime é
que não veria, mais tarde, chumbado o seu
projecto dos frescos para a nova gare
marítima de Lisboa, cujo motivo eram os
emigrantes que embarcavam para longe.
“Pertenço a uma geração construtiva” -
escrevera
Almada

uns
anos
antes,
profeticamente.
“Não
tenho
culpa
nenhuma de ter nascido português.” Pouco antes da instauração da ditadura, em pleno apogeu do caos republicano, Almada desabafara: “Viver, eis o que é impossível em Portugal!” Segundo ele, a República “provara a todos os cérebros conscientes a ruína da nossa raça”. E, por isso, escolhera exilar-se em Madrid. Mas, mais tarde, meditando no balanço entre o caos republicano e a ordem da ditadura, ao lembrar “as agruras e sofrimentos” arrostados pelos artistas da sua geração, exclamava, desanimado: “Onde estão eles,

hoje? Mortos uns, destroçados outros,

asfixiados todos!”

De volta ao escritório de Francisco,

na Praça da Figueira, após o magnífico

almoço no Tavares Rico, Diogo acabava

justamente de ler no jornal dessa manhã a frase

de

Salazar

sobre

o

“viver

habitualmente”,

muito

louvada

pelo

editorialista do jornal, como síntese

perfeita de todo um programa político,

social e cultural, que continha em si a

chave

bastante

da

felicidade

dos

portugueses. Fechou o jornal, pensativo,

acendendo um cigarro cujo fumo ficou a

ver elevar-se em direcção ao tecto, como o

Conde Zeppelin se elevara sobre o Terreiro

do Paço, nessa manhã.

- Francisco, diz-me uma coisa: tu

achas que estes tipos vieram mesmo para

ficar?

Francisco virou a cara para olhar

para ele e para o jornal que ele tinha

pousado sobre a mesa.

- Eu acho que sim, Diogo. Acho que o melhor é não termos ilusões sobre isso.

- Mas porquê? Os portugueses

livraram-se de uma ditadura e, menos de

vinte anos depois, já querem outra?

- Infelizmente, meu caro...

- Mas porquê, porque dizes tu isso?

Francisco acendeu também um

cigarro e veio sentar-se na poltrona de

couro inglês, em frente à de Diogo.

- Os republicanos andaram a brincar

à política, Diogo. Talvez a Monarquia não

fosse muito popular, quando a derrubaram

em 1910. Mas duvido que a maioria do

povo aprovasse o assassinato do Rei D.

Carlos e do Príncipe herdeiro e a

instauração da República. E digo-te isto, como republicano, que sempre fui, ao

contrário de ti, que és monárquico...

-... constitucionalista.

- Sim, constitucionalista, claro, mas

monárquico: acreditas que os Braganças

herdaram algum dom divino para governar

Portugal. - E Francisco sorriu, trocista. -

Mas, honra te seja feita, as ditaduras não

fazem o teu fato, tal como a mim.

-

Mas

-

interrompeu

Diogo,

ignorando a provocação do amigo -, pelo

que dizes, acreditas que a ditadura faz o

fato do povo, dos portugueses...

- Infelizmente, Diogo! Vou-te dizer

uma coisa terrível, mas que é aquilo que

penso e depois de muito meditar nisto,

entre o amargurado e o conformado: acho que os portugueses não gostam o

suficiente da liberdade para se importarem

muito com a ditadura. Desgraçadamente,

não somos ingleses, nem sequer franceses!

Nem ao menos espanhóis!

- Francamente, Francisco! Nem

pareces um republicano: pareces um

monárquico iluminado a falar do vil povo!

- Não disse que era o vil povo, disse apenas que é o povo português, tal como o vejo: preferem a ordem à liberdade, preferem que alguém decida por eles, em vez do fardo de terem de ser eles a decidirem e a baterem-se pelo seu destino. E verdade que, tal como te ia dizendo, os dezasseis anos de República contribuíram em muito para o descrédito da democracia...

- De facto, foi um caos...

- Foi pior do que um caos, Diogo. Foi o triunfo

da

demagogia,

da

mediocridade, do oportunismo político, do

caciquismo de aldeia, da instabilidade

política constante e, finalmente e como era

inevitável, da ruína económica do país.

Como republicano, tenho de confessar

amargamente que só tenho uma resposta

para a pergunta “O que deu a República a

Portugal?” E a resposta é: “Nada.”

- E o que lhes dá Salazar e a ditadura

desses militares imbecis?

- Coisas que, para ti e para mim,

significam pouco, mas que para eles, os

que simplesmente lutam todos os dias para

poder sustentar a família, significam muito

mais do que a liberdade de poder ler

jornais não visados pela censura: a paz, a tranquilidade, a certeza de que amanhã

acordam e não há uma revolução nas ruas

nem uma dívida urgente do Estado que é

preciso pagar com mais um imposto

extraordinário.

- E isso vale a liberdade?

- Para eles, vale.

- E para ti, Francisco?

- Para mim, não. Mas eu não sou o

povo: sou um privilegiado, como tu és.

Diogo

mexeu-se

na

poltrona,

desconfortável. Voltou a acender o cigarro,

que se tinha apagado.

- Francisco, esta conversa, para mim,

é importante: sou novo de mais para me conformar com o "viver habitualmente",

de que fala o Salazar. A tua opinião conta

muito para mim e o que tu estás a dizer é grave. Estás a dizer que aquilo que para

nós é essencial, que é a liberdade - a liberdade de se poder dizer o que se pensa, viver sem censura, sem polícia política, para o povo não é importante ou até é mesmo prejudicial?

- É, é isso mesmo...

- Então a liberdade, Francisco, é um privilégio de classe? As democracias são um governo de privilegiados?

- Não: de países ricos, que nós não somos.

Diogo levantou-se, começando a percorrer a sala em passadas nervosas. Falou, quase exaltado com o amigo:

- Francisco, eu conspirei contigo contra esta ditadura! Não foi um sport de Inverno, foi uma coisa convicta, um acto de consciência e de cidadania. Talvez nós sejamos privilegiados, mas isso também acarreta obrigações: a de sermos, por

exemplo, uma elite que tem o dever de se bater pela liberdade e não deixar que o seu país se transforme numa ditadura de gente que odeia a inteligência, a cultura, a coragem! O que tu estás a dizer - e eu acredito que é o desespero que te leva a falar assim - é que aquilo em que nós acreditamos é um devaneio de gente rica e de países ricos.

- Não, não é um devaneio. Mas também não é uma necessidade que eles sintam.

- Então, é o quê, Francisco: um luxo? Quem não tem dinheiro não tem vícios, é isso que tu estás a dizer? Não basta aos pobres não terem pão, ainda têm de se conformar em não ter liberdade?

- Mas pode haver liberdade sem pão?

Tu e eu almoçamos no Tavares Rico e custa-nos não haver liberdade para, no fim

do almoço, com os brandies e os charutos, podermos discutir política livremente. Mas o problema deles é diferente: não são os brandies, nem os charutos, nem a falta de liberdade - é o almoço. Acorda, Diogo: o mundo em que tu vives não é o mundo em que todos vivem!

Diogo parou, estarrecido. De repente, foi como se tivesse tido uma revelação.

- Francisco: sou teu amigo íntimo. Podes-me contar tudo, que eu nunca te trairia. Diz-me: viraste comunista?

Francisco soltou uma gargalhada, e pareceu a Diogo que espontânea e sincera.

- Não, podes crer que não. Se virar comunista, prometo avisar-te.

- Então, viraste fascista? És mais um

seduzido pelo “Estado Social” daquele

palhaço do Mussolini, aquela caricatura de

imperador romano?

- Também não, podes estar tranquilo.

- E Francisco recostou-se para trás na

poltrona,

aparentemente

tranquilo.

-

Limito-me a pensar contigo em voz alta o

que muitas vezes tenho pensado para comigo: porque é que, e acredita que é

verdade, a ditadura e o Salazar são

populares entre tantos portugueses?

- Queres que eu te diga porquê? -

Diogo parecia agora mais relaxado. -

Porque os portugueses não prestam!

Aquele tão exaltado espírito de aventura e

de coragem dos navegadores de outrora

morreu algures. Talvez na Índia, talvez em

Alcácer-Quibir, talvez esgotado no Brasil.

Mas aqui não ficou. Os portugueses de

hoje não prestam! Gostam de obedecer e

calar e só protestam pela calada ou a

coberto do anonimato. Tu ouve-los falar,

quando se juntam nos cafés em grupos de

três ou quatro, e, para eles, todos os

políticos e poderosos são uma cáfila, que

eles

estão

prontos

para

enfrentar

imediatamente, se ninguém os segurar.

Mas, quando se encontram a sós e expostos, quando não há ninguém para

fazer número com eles nem podem ficar

protegidos pelo anonimato, não se atrevem

nem a enfrentar a autoridade do polícia de

turno!

- É possível que tenhas razão... Bem, vamos tratar um bocado do nosso negócio e da nossa sobrevivência?

Diogo voltou a sentar-se, já mais calmo.

- Sim, vamos a isso: vamos lá pôr em marcha o nosso projecto com o Brasil. Sempre é um horizonte bem mais vasto do que esta nossa pequenez lusitana!

O negócio com o Brasil foi avançando a passos firmes e rápidos. A Atlântica C.a - Companhia Luso-Brasileira de Representações, Lda saiu do papel e ganhou vida num cartório notarial da Baixa, com um capital social de sessenta contos, integrado em partes iguais pelos seus dois sócios portugueses e o sócio alemão. Em meados do ano de 1930, quando os efeitos do estoiro da bolsa de

Nova York, no ano anterior, se faziam sentir já em toda a Europa e Estados Unidos, ocasionando um vendaval de falências de empresas e o correspondente exército de desempregados, eles arrancavam, confiantes em que o seu negócio de vaivém através do Atlântico Sul, porque era novo e porque era diferente, poderia escapar ao clima geral de pessimismo que se abatera sobre o mundo capitalista. De certa forma, tinham razão para esse optimismo: o problema português não era o de falência das empresas, era o da inexistência de empresas. Os poucos que se aventuravam a criá-las, financiá-las e levá-las para o mercado aberto eram uma excepção numa

classe empresarial que, como já era tradição vinda de muito atrás, não se atrevia sequer a existir sem previamente garantir o favor do Estado. A grande aposta de Diogo e de Francisco era justamente essa: nascer e sobreviver, talvez mesmo prosperar, sem mendigar os favores políticos e a protecção do regime. E, lenta mas firmemente, eles foram criando o seu espaço e fazendo os seus negócios: ao fim do primeiro ano, já ganhavam dinheiro, embora nada estivesse ainda consolidado.

Por força da Atlântica, Diogo passara nesse ano mais tempo em Lisboa: pelo menos, uma ou duas semanas por mês. Mas continuavam a pertencer-lhe também as decisões principais que tinham que ver com a parte agrícola de Valmonte: o que cultivar, quando e onde, que

experiências fazer, que culturas abandonar, que técnicas utilizar. Aos poucos, foi deixando cada vez mais, e com indisfarçável alívio, a gestão dos assuntos correntes da herdade a Pedro. Era este que geria o pessoal, distribuía as tarefas diárias, tratava do gado, vistoriava as cercas, os caminhos, as canadas de água, ordenava as obras necessárias, organizava as idas às feiras, tratava com os fornecedores e compradores.

Entre Estremoz e Lisboa, Diogo estava dividido: queria ter um pé firme em Lisboa e, por isso, decidiu-se a abandonar as suas mordomias do Palace e a alugar

uma casa na capital. Encontrou um amplo

quarto andar na Rua das Janelas Verdes, com uma vista magnífica sobre o Tejo e

todos os navios que passavam a barra e

vinham acostar à cidade. Não tinha um

terraço aberto sobre o campo, como em

Valmonte, mas tinha uma bela varanda

sobre Lisboa, onde à noite se vinha sentar,

fumando e bebendo o seu cognac,

contemplando

as

luzes

da

cidade

reflectidas nas águas paradas do Tejo.

Trouxe uma cozinheira de Estremoz e

contratou também uma governanta que

fazia igualmente o “serviço de fora”: a

mesa, os quartos, a roupa, as limpezas. E

começou a trazer também Amparo para

organizar a vida doméstica.

Amparo só tinha estado duas vezes

em Lisboa: uma com os pais, durante dois

dias, outra com a escola, durante outros

dois dias. Vira os Jerónimos, a Torre de

Belém, a Sé, o Castelo, Alfama, o Terreiro do Paço e o Chiado e não ficara com

vontade de voltar. Lisboa parecia-lhe

incompreensível e excessiva. Desde que se

conhecia que tentara sempre aprender com

o desconhecido e não se deixar nunca ficar

de parte. Estudara, lera, aprendera,

observara tudo, com atenção e inteligência.

Com o casamento com Diogo, dera um

salto muito para além do que as suas

origens mais do que humildes permitiriam

supor. Mas o mais longe que estava

preparada para ir eram os domínios da

herdade e a curta vida social de uma vila

do Alentejo, com os seus rituais da missa

de domingo, o baile do clube, as festas das duas feiras anuais e alguns jantares onde a sua beleza e juventude e o estatuto de mulher de um Flores jogavam em sua defesa. Mas Lisboa era outra coisa. Sobretudo nos meios que Diogo frequentava e onde tudo o que aprendera e lera lhe parecia ter sempre cinquenta anos e três gerações de gosto em atraso. Onde Diogo se movia com naturalidade, ela movia-se com dificuldade. Ele, se quisesse e apenas se quisesse, podia até aparecer vestido ao contrário da moda, sacar do bolso um canivete para cortar o laço de um embrulho a uma senhora, sentar-se ao contrário numa cadeira com um ar

displicente.

Tudo

isso

era

visto

naturalmente como os traços de identidade

próprios de um fidalgo de província, com

estudos feitos em Lisboa. Mas ela, não; a

ela não lhe perdoavam uma toilette

deslocada, uma frase imprevista, a troca de

um talher ao jantar: era a “saloia”, a

“cigana” de Estremoz que tinha seduzido o

fidalgo, que com ela acabara por casar, à

falta de melhor e de mais escolha local.

Um dia foram jantar à Costa do Castelo, a casa de uma prima segunda de

Diogo, casada com um marquês, sem

outros préstimos conhecidos. Havia uns

dez casais à mesa, numa imensa sala de

jantar com as paredes forradas a azulejos

azuis do século XVIII. A geografia protocolar tinha-a deslocado para longe de Diogo, do lado oposto da extensa mesa, e ela sentiu-se desde logo desprotegida, sem a sua presença por perto. Em vão, tentou várias vezes ao menos um olhar dele que a apoiasse, mas ele, como peixe na água, estava lançado em conversas e discussões apaixonadas com os seus parceiros de lado e era como se tivesse esquecido a presença dela e, de facto, tivesse vindo sozinho ao jantar. Amparo fixou-se no marido, embrenhado numa discussão com o seu vizinho, enquanto que, reparou ela, a senhora sentada à esquerda dele, o ia olhando cativada e, de vez em quando, lhe agarrava o pulso ou a mão, com toda a naturalidade e coquetterie.

Amparo

olhava-o, via-o bonito, novo, rico,

inteligente, com aquele à-vontade que era

uma das suas grandes qualidades, de quem

parecia estar sempre no seu mundo - fosse

com os trabalhadores da herdade, fosse

com o marquês casado com a prima -, e

deu consigo a pensar: “O que acrescento

eu à vida deste homem? O que perdia ele

se não me tivesse a mim?”

Sentindo-se abandonada e sozinha,

começou a olhar a toda a volta, tentando

fixar tudo, todos os pormenores, para lhes

decifrar um sentido e extrair uma lição,

como sempre se tinha habituado a fazer.

Mas havia ali, naquele ambiente, qualquer

coisa que ela pressentia, mas que lhe

escapava. Havia a luz do fogo que ardia na

lareira e que fazia dançar as figuras dos azulejos joaninos,
que fazia brilhar a prata

dos castiçais de velas, das travessas e dos talheres, e que fazia cintilar um raio de luz no cristal dos copos ou nas jóias das senhoras. Era uma atmosfera quente, confortável, um perfume flutuante de coisas que pareciam vir de muito longe e desafiar a eternidade. Sim, ela também tinha um anel de esmeraldas que Diogo lhe oferecera no primeiro aniversário do casamento; também havia talheres de prata em Valmonte, que saíam dos armários da copa no Natal ou nos jantares mais importantes; também havia uma lareira na sala de jantar, sempre acesa nas noites de Inverno, e também ela espalhava calor e reflexos de luz à volta. Mas não era igual: havia ali, naquela casa, naquela gente, naquele jantar, qualquer coisa de mais sólido ou de mais arrogante, que ela não

sabia dizer o que era. Como se todos eles se conhecessem há séculos e estivessem a

repetir um ritual mil vezes estabelecido, do

qual apenas ela estava excluída. Mas o seu

marido fazia parte deles.

- Minha querida: os ovos não se

comem com faca. – A senhora que lhe

falou, sentada em frente dela, lançou-lhe

um sorrisinho trocista e o cavalheiro

sentado ao lado da senhora, que toda a

noite ainda não tirara os olhos do decote

de Amparo, sorriu também, sentindo-se

intimado a escolher o seu campo.

Ela olhou a criatura de frente e não

disse nada. Olhou-a apenas, sabendo que

essa era a sua única defesa. E, tal como

esperava, a outra baixou os olhos. Mas não

a língua: olhou para o lado e comentou,

como se não falasse com ninguém:

- É muito nova ainda...

Amparo continuou calada, não

dando parte de achada. E foi o dono da

casa, sentado três lugares à sua esquerda,

que veio em seu auxílio:

- Ah, mas a juventude não é nenhum

defeito! Quanto mais não seja, sempre é

um bálsamo para os olhos, sobre tudo

quando vem de mãos dadas com a beleza!

Não acha, minha querida Olga?

- Sim, claro... Juventude e beleza! E

isso a nossa... Amparo - é assim que se

chama, não é...? -É.

- ...isso a nossa Amparo tem, temos

de concordar! Em Estremoz, deve ser o

bastante, suponho...

E o dono da casa voltou em seu socorro (“Sempre serve para alguma coisa

um marquês”, pensou ela):

- Em Estremoz e aqui também, digo

eu. Juventude e beleza terão sempre

indulgência plenária à minha mesa!

E o marquês soltou uma gargalhada, satisfeito com a sua rima e com a sua verve.

- Vamos embora, por favor, tira-me daqui! - sussurrou ela a Diogo, quando enfim se levantaram da mesa e ela se conseguiu aproximar dele.

- Vá lá, querida, está um ambiente simpático e toda a gente me tem feito elogios a ti! Tenta tirar partido das coisas!

Ela não teve tempo de responder. O marquês já o chamava em altos berros:

- Diogo, vai um charuto?

- Como não? Ora, o que temos aí? -

E desapareceu, rumo à caixa de charutos, ao salão e à discussão política com os cavalheiros, deixando-a outra vez sozinha nas garras das senhoras a quem a juventude já desertara e a beleza nunca

chegara.

Mas logo depois e ironicamente, as

coisas alteraram-se. Um cavalheiro menos

velho e outro menos estúpido vieram

sentar-se ao pé dela e, aparentemente,

tinham um desejo genuíno de saber “como

iam as coisas no campo”. Se havia futuro

para a agricultura em Portugal e no

Alentejo

particularmente,

se

o

investimento saía muito caro, se a rentabilidade era boa, se a aposta na

cultura intensiva do trigo nas extensas e

quentes planícies do Sul era bem ajuizada.

E aí, para grande espanto dos cavalheiros,

que se tinham aproximado e puxado a

conversa mais por mérito dos seus

atributos à vista do que pelos seus

presumidos conhecimentos na matéria,

Amparo começou a debitar de sua ciência

e de sua experiência. E em breve tinha

tomado conta da cena e formara-se uma

pequena roda de circunstantes atentos às

suas opiniões.

Já Diogo estava num transe mais

apertado.

Debatia-se

contra

três

convidados, que o atacavam à vez: um

empresário de negócios com Angola que

se dizia espoliado pela República, de rosto

sanguíneo e os poucos cabelos brancos

brilhando sobre o suor do crânio, um subsecretário de Estado do governo com o

cabelo cuidadosamente penteado para trás

e acamado em brilhantina, um fato

cinzento de riscas e um emblema do

Colégio Militar ao peito, e o próprio dono da casa, o marquês marido da sua prima, que era o paradigma da aristocracia afastada em 1910, com a implantação da República: tão pouco dotado de inteligência quanto o era de boas maneiras e de pedigree familiar.

- Aqui o meu primo - explicava o marquês aos outros dois - é um rapaz com ilusões liberais. Ainda é muito novo para perceber o valor da ordem e da autoridade.

- Não, não! - interrompeu Diogo. - Eu sei o valor da autoridade e compreendo a importância da ordem. Só não sei é se a ditadura será ordem e se a autoridade que não é legitimada será autoridade ou

prepotência.

- Mas como legitimada, senhor

engenheiro? - Era o subsecretário de

Estado, de voz baixinha e insinuante.

- Como? Através de eleições, claro!

Que outra forma há de legitimar a

autoridade, nos tempos de hoje? Já não

vivemos na Idade Média...

- Ah, as eleições! - Era agora a vez

do empresário africanista. - As eleições! A

famosa democracia! Olhe o que se passa

ali ao lado, em Espanha...

- O que se passa em Espanha?

Houve eleições, ganharam os republicanos

e os socialistas e há um governo legítimo

em funções. Um governo escolhido pelo povo: conhece melhor alternativa para

governar as nações?

Diogo

referia-se

às

eleições

legislativas de 28 de Junho desse ano,

1931, que tinham levado a esquerda ao

poder em Espanha, dois meses depois de

outras eleições, as municipais, terem dado

o golpe final na desacreditada Monarquia,

forçando a partida para o exílio do

desprestigiado Rei Afonso XIII e a

proclamação pacífica da República. Nada

que não fosse previsível e que o filósofo

Ortega y Gasset, grande referência

intelectual da Espanha, havia prenunciado

meses antes: *“Delenda est monarchia!”*

- Ah, meu caro, desculpe que

contrarie as suas ilusões: os republicanos e

os socialistas vão dar cabo da Espanha!

Oiça o que lhe digo. - E o velho empresário aproximou-se do ouvido de

Diogo, salpicando-o com perdigotos de

eloquência. - A Espanha vai-se dividir em duas e, no fim, os seus não vão ganhar!

- Hão-de lamentar amargamente - interveio o subsecretário de Estado - terem posto fim à ditadura provisória e esclarecida de Primo de Rivera. A verdade, verdadíssima, é que nunca, como com ele, a Espanha se desenvolveu e prosperou, e foi ele que pôs fim ao caos e à anarquia e afastou o regime corrupto e incapaz do parlamentarismo democrático.

- Ditadura provisória? E esclarecida? - contrapôs Diogo. - Quando ele tomou o poder (por golpe de Estado, note!), em 1923, declarou que era por quinze, vinte, trinta dias: e ficou lá mais de seis anos, até ser expulso por toda a intelectualidade de Espanha e inclusivamente pelos próprios militares que lhe tinham servido o poder numa bandeja... Não sei se está a ver as

semelhanças...?

Fez-se um silêncio - provisório e esclarecido. Também a Ditadura Militar em Portugal se estabelecera provisoriamente, três anos depois da de Primo de Rivera em Espanha, e também tinha em comum com ela uma difusa ideologia que aliava a atracção pelo fascismo italiano ao catolicismo social, resultando numa amálgama de Estado corporativo, onde o antagonismo de classes e os conflitos sociais e diferenças políticas tinham sido oficialmente banidos, “a bem da Nação”, que o governo representava. E, tal como Salazar, também Primo de Rivera justificara o seu Directório Militar pelo imperativo de

“libertar
a
Pátria
dos
políticos
profissionais... que ameaçam conduzir a
Espanha a um fim trágico e desonroso”.
- Está enganado, meu caro amigo. -
O subsecretário de Estado continuava no seu tom de voz baixo e melífluo que, por qualquer razão, provocava em Diogo uma sensação de perigo e desconforto. - Está redondamente enganado. Se Primo de Rivera governou em ditadura esclarecida durante seis anos, foi porque o povo o quis. O povo sabia o que tinha sido o desastre do parlamentarismo democrático, essa falsa encenação de democracia fundada no caciquismo local dos partidos. A Espanha estava à beira da miséria e da

desagregação quando ele tomou o poder.

- Mas, então - interrompeu-o Diogo -

, porque caiu a sua ditadura esclarecida?

- Essencialmente, por culpa do Rei e

dos monárquicos, que - desculpe-me,

senhor marquês, mas isto é a verdade

histórica - chegavam a conspirar contra o

governo com os próprios inimigos da

Monarquia.

Coitados,

esperavam

sobreviver à queda de Primo de Rivera, e

foi o que se viu!

- Foi tudo junto por água abaixo! -

suspirou o marquês, com um ar triste.

- Mas, se foi por água abaixo, é

porque a Espanha não quis nem o Rei nem

Primo de Rivera - voltou Diogo à carga.

- Não. - O subsecretário de Estado

encarou-o com um olhar desafiador. -

Porque os povos são ingratos. Os

espanhóis esqueceram-se do que viveram com a anarquia dita democrática e agora

resolveram

voltar

a

ela.

Hão-de

arrepender-se mil vezes!

- Isso é uma jura? - Diogo desafiava-

o também.

- Eu só juro por Deus e pela minha

Pátria. Não, isto não é uma jura. Isto é uma

previsão do que vai acontecer em Espanha.

E, ou me engano muito, ou não terá de

esperar assim tanto para confirmar que eu

tinha razão.

- Ordem e autoridade, Diogo!

Nenhum povo vive sem elas durante muito

tempo. Chega uma altura em que todos os

povos preferem a ordem sem liberdade à desordem com democracia. - Era o empresário, agora, passando o braço por cima do ombro de Diogo em tom paternal.

- Mas, se é assim, se acreditam mesmo nisso, porque não perguntam ao povo? Porque não vão a eleições?

O subsecretário de Estado riu-se e, antes de mal-educadamente virar as costas à discussão, encarou Diogo e respondeu:

- Já perguntámos: o povo responde todos os dias que está connosco.

Diogo afastou-se também. Sentia a cabeça azoada, uma espécie de névoa que o impedia de pensar claro. Olhou a sala e os circunstantes, que pareciam animados, seguros, descontraídos: aquela era a sua gente, de berço, de educação. E, todavia, era como

se

alguma

coisa

de

irreconciliável o fizesse sentir distante

deles. O marquês marido da prima passou por ele, segurou-lhe no braço e murmurou-lhe, em tom de amigo:

- Diogo, tu és parvo ou fazes-te? Não

sejas ingénuo nem infantil: não convém

desafiar estes tipos assim! Mais vale tê-los

do nosso lado, e tu e os teus têm tudo a

ganhar com este regime. Afinal de contas,

tens uns milhares de hectares de terras a

defender, lá no Alentejo, e de certeza que

não queres comunistas por perto! Eu

concordo contigo que estes fascistas não

são gente muito agradável para se ter a

jantar em casa, mas, que queres, sempre é

melhor do que aqueles imbecis perigosos

dos republicanos! Ou não achas?

Ele não achava nada. Apressou as

despedidas, ajudou Amparo a vestir o

casaco à saída, agradeceu o jantar à prima

e ao marquês e, enquanto se dirigia para o Citroen, respirou o ar fresco do Outono em

Lisboa. Não se viam estrelas no céu e

havia uma atmosfera húmida anunciando

chuva. Então ela enfiou o braço no dele,

encostou-se ao corpo dele, e disse-lhe:

- Diogo, leva-me embora daqui!

- Vamos sim, querida, vamos embora

daqui.

- Vamos voltar para o monte. Aqui

nenhum de nós vai ser feliz!

Diogo parou um instante para a

contemplar à luz fraca do candeeiro de

iluminação pública. As primeiras gotas de

chuva começaram a cair. Ela estava linda,

como sempre. O peito espreitava de dentro

do decote do vestido de noite que ele lhe

tinha comprado no Paris em Lisboa, no Chiado, e os seus dentes brancos

brilhavam na luz cinzenta da rua. Deu-lhe

um intenso desejo do corpo dela e

apressou o passo para o carro. Mas ela fê-

lo parar e olhá-la:

- Promete-me que vamos embora!

Que voltamos para o Alentejo e para

sempre!

- Não te prometo isso. Mas prometo-

te que estou disposto a ir até onde for

preciso, até ao fim do mundo, para me ver

livre deste sufoco.

VIII

Mais do que as folhas do calendário,

eram os sinais do campo, os sinais da casa,

a forma como a luz do Sol entrava pelas portadas e desenhava sombras no soalho

de madeira, ou a forma como a luz da Lua

entrava pela janela do quarto à noite e

vinha pousar-se ao lado da almofada,

como se fosse um amante furtivo, que lhe davam a certeza de que o Verão tinha chegado. Maria da Glória enchia a alma e o corpo com todos os sinais do Verão: o cheiro do mato e da bosta dos animais que se incrustava na cozinha, como se viesse agarrado às botas dos homens ou as saias das mulheres, o cheiro da horta - o perfume do aipo, dos orégãos, dos coentros - que entrava à noite pelo quarto adentro e se juntava à luz do luar para não a deixar adormecer em paz. Parecia que no Verão o seu corpo despertava de um longo torpor e que os pensamentos - essa yadia libertinagem do cérebro - emergiam de uma hibernação que se lhe tinha tornado, desde a morte do marido, quase uma condição de sobrevivência. Seis anos passados desde que se vira viúva, aos quarenta e quatro anos, tinham-lhe

ensinado que, se a cabeça estivesse ausente
e o corpo adormecido, a vida podia ser
vivida tranquilamente.
Mas a chegada do Verão era terrível.
Tudo despertava, a natureza inteira - e a
sua também. Sim, ela conhecia as regras
do jogo e nunca lhes fora rebelde. Uma
mulher, quando se casava, casava-se para
sempre com o mesmo homem, o seu
homem. Era-lhe fiel e dedicada, enquanto
ele fosse vivo, e era-lhe fiel e dedicada,
mesmo depois de ele estar morto. Por
desgraça sua, vira-se viúva demasiado
cedo, mas tanto fazia que tivesse sido aos
quarenta e quatro como aos sessenta e
quatro ou aos vinte e quatro: havia um
papel, uma função social e um estatuto estabelecido para as viúvas naquela
sociedade onde tinha sido criada, e ela
sabia qual era e nunca, verdadeiramente,

tinha desejado, nem no seu mais íntimo, pô-lo em causa. Mas isso era o que ela pensava e o que tinha aprendido ser justo. Outra coisa era o que o seu corpo pensava. E, mais do que uma vez (muitas, para vergonha sua!), não era a cabeça, mas sim o corpo que, de noite, deitada na cama além dela vazia, lhe assaltava a determinação e a paz que o seu espírito buscava. E tudo era mil vezes pior no Verão, com a luz do luar ou o cheiro das ervas entrando pelo quarto adentro. Então, era aquilo a viuvez! Fazer de conta que não estremecia, fingir que não pensava, esforçar-se por sentir apenas, nas

noites de Inverno, o frio que dividia

consigo a cama e não a ausência do homem que outrora a dividira, e, nas noites

de Verão, convencer-se de que era so a

natureza, lá fora, que acordava para a vida

e não o seu corpo oficialmente adormecido

para todo o sempre! Os seis anos de viuvez

foram deslizando, penosos, ao longo do

seu corpo e dos seus pensamentos,

correram devagar pelos seis Invernos e

seis Verões que se tinham seguido e ela

quase que conseguiria contá-los, dia por

dia, como se observasse a areia a escorrer

por uma ampulheta. Cada dia, cada mês,

cada ano a afastavam mais do lugar onde

tinha sepultado a sua juventude juntamente

com o seu marido. Cada dia, cada mês,

cada ano a aproximavam mais de um

tempo que não tinha definição nem lógica,

que ela não sabia onde arrumar, como

organizar e enfrentar. E assim chegara aos cinquenta anos, sem saber o que fazer deles. Sem saber ao certo o que fazer da vida, daí em diante.

Esforçara-se por manter a casa em ordem, a vida de todos os dias em ordem. Passava a maior parte das tardes e noites de Outono e Inverno na sua pequena salinha, junto à copa, de onde podia ouvir o que se passava na cozinha, sentada à sua mesa de camilha, os pés enfiados na braseira sob a mesa, quando o frio das noites de Dezembro vinha arrepiar ainda mais a sua solidão. E, sentada à mesa, escrevia distraídas cartas às amigas de Lisboa ou do Porto, à sua antiga colega de escola Maria Carolina, que vivia em Faro, no Algarve, às tias e primos e sobrinhas, que algures viviam uma outra vida, tão diferente da sua, quem sabe, talvez ainda

mais só. Ou, então, ncava horas a fazer

paciências com as cartas, a pôr em ordem

as contas da cozinha e do governo da casa que depois entregaria a Pedro, ou tão-somente a olhar para o fogo que ardia na

pequena lareira da salinha e a comtemplar

à distância as fotografias de um outro

tempo: ela Manuel Custódio no dia do seu

casamento; ele junto à sua vaca preferida,

a Ranhosa; ela com Diogo ao colo no dia

do baptizado dele à saída da capela do

monte; ela no campo, vestida de ceifeira,

com trinta e dois anos e um ar de miúda

feliz, rindo-se para o fotógrafo, como se

não houvesse outra hipótese que não a

eternidade da juventude.

Ao longo de todos esses anos em

Valmonte, ela aprendera a ver o tempo

escoar-se ao seu próprio ritmo, que, como

se sabe, nunca é igual ao longo da vida, e

aprendera também que tudo se pode perder

de um instante para o outro, tanto a tristeza

como a felicidade. E assim os anos foram passando, escorrendo ao longo da vidraça

da janela da salinha onde ela se sentava, de

costas voltadas para fora, de modo a que a

luz incidisse sobre aquilo que tinha em

mãos. Houve dias luminosos, como os

anos de juventude, em que a luz cegava de

tão intensa. Houve dias de uma luz ténue e

coada, como os anos de maturidade, com

um rasto de poeira suspensa no raio

oblíquo do Sol, que penetrava através da

janela e deixava no ar lembranças, sorrisos

distantes, nostalgias ainda por arquivar.

Houve dias sombrios, de uma ausência de

luz pesada e absoluta, que no seu espírito

se confundiam com as tragédias e os

desgostos que tinham assombrado a casa.

E houve dias molhados, com o vidro

encharcado de grossas lágrimas de chuva

que escorriam livremente até secarem de

cansaço junto à madeira gasta do caixilho.

E havia, agora, estes dias de névoa, estes anos cinzentos de viuvez, em que a própria

vida parecia esperar que ela lhe desse um

destino.

Sim, mantivera a casa a funcionar,

como se nada fosse: no Outono faziam-se

as compotas, recolhiam-se as pinhas,

enceravam-se os soalhos; no Natal cortava

um pinheiro e fazia a árvore na sala de

visitas, colhia musgo e fazia o presépio,

com pedras e lagos de água verdadeira,

como se os filhos ainda fossem crianças, e

mandava cobrir as árvores do pomar com

os seus vestidos de palha para que as

geadas as não secassem; na Primavera

limpava a casa de alto a baixo e fazia

barrelas na ribeira para as roupas da casa,

vigiava a arrecadação do grão, do feijão,

do café e das ervas secas nas gavetas

fundas do imenso armário da copa a que

chamavam “mercearia”; e no Verão ocupava-se da horta de cheiros, da

capoeira, das caiações da casa, pincelando

a cal fresca as marcas do fumo das lareiras

na parede. Mantivera tudo como desde

sempre, sabendo bem que era isso que

todos - os seus filhos, as suas empregadas,

as visitas da casa - esperavam dela. Como

se nada de importante tivesse mudado -

apenas o lugar vazio na cama ao seu lado.

Amparo viera, porém, mudar algumas

coisas. Não a rotina das coisas, mas a

alegria das coisas. Tinha, como Maria da

Glória, aquela mistura de dever e de

satisfação em fazer com que tudo

funcionasse como devia ser, em Valmonte.

Mas tinha também uma alegria de jovem

casada que em Maria da Glória já não fazia

sentido. Amparo tinha tido a delicadeza e a

sensibilidade de fingir que aprendia com

ela - e muitas coisas aprendia, mas o

essencial ela sabia-o, ou por experiência ou por intuição. Não tinha tido a presunção

de ocupar o lugar de Maria da Glória na

organização doméstica da casa, não dava

ordens às criadas que contrariassem as

dela ou que se lhes antecipassem, nao

reivindicava o mérito daquilo que tinha

feito por si, Pelo contrário, deixava que

Diogo e Pedro pensassem que, como

sempre, tudo era obra e decisão da mãe.

Ao princípio, Maria da Glória

pensara que aquela atitude era uma

estratégia cautelosa da nora. Mas depois

percebera que ela era genuína: não

aspirava a roubar-lhe o lugar, fosse ele

qual

fosse,

apenas

desejava

verdadeiramente ser aceite, ser útil,

retribuir o tanto que tinha recebido pelo

seu casamento com Diogo. Era uma

rapariga vinda da pobreza que se esforçava

por merecer o que tinha conquistado. E, aos poucos, em silêncio e disfarçadamente,

Maria da Glória foi-lhe cedendo espaço,

importância

e

responsabilidades.

E

quando, por vezes ao jantar, os filhos lhe

gabavam

a

cozinha,

ela

respondia

naturalmente:

- Não fui eu que estive na cozinha:

foi a Amparo.

E agora, sentada naquela noite de

Junho na varanda sob o alpendre, ouvindo

todos os sons nocturnos que só no Verão se

ouviam tão nítidos, ela escutava também o

choro do bebé, que vinha do quarto de

Amparo e de Diogo. O seu primeiro neto:

nascido em Valmonte, como convinha a

um Flores, e baptizado com o nome de

Manuel, como o avô. E pensava que a vida

é mesmo assim: uns que morrem, outros

que nascem, coisas que acabam e outras que começam. A continuidade das coisas,

a lei da natureza. Ali estava um Manuel

Flores, seu neto, seis anos depois de outro

Manuel Flores, seu marido, a ter deixado

como que apeada em vida. Fechava-se um

ciclo, fechava-se o seu tempo de

interregno, acabava o seu estatuto de viúva

sem sentido para a vida, as suas noites de angústia, as exigências do corpo que a sobressaltavam e envergonhavam perante si mesma: agora era avó. Qualquer coisa tinha acabado para que outra começasse. Mas porque é que agora, ali, naquela noite de Junho que lhe trazia à memória tantas outras noites mágicas de Junho - quando, sentada no mesmo lugar, conseguia aspirar o perfume a homem do seu homem e olhava disfarçadamente o seu corpo de felino em repouso que, logo depois e mais tarde, poderia ser seu e por ela desfrutado -

, porque é que agora sentia realmente que qualquer coisa tinha acabado, mas não conseguia sentir que qualquer coisa de igualmente importante tinha começado? Levantou-se e olhou as estrelas que brilhavam como diamantes na noite limpa. Uma vez, lembrou-se, sentada ali mesmo

com Manuel Custódio, numa ocasião em que ele estava particularmente feliz e terno, como nem sequer era seu hábito, ele tinha-se levantado também para olhar as estrelas. E, então (estava a vê-lo como se fosse agora, a camisa branca brilhando na escuridão, o corpo seco e ligeiramente curvado como um tronco de salgueiro), ele virou-se e disse:

- Quando eu morrer, vou ficar lá em cima, sentado numa estrela, a olhar para ti e a tomar conta de ti.

Um berro do seu neto despertou-a das recordações. Sentiu um inesperado arrepio de frio na noite quente de Junho e aconchegou o xaile aos ombros. Virou costas às estrelas e entrou dentro de casa, para onde a chamava um choro de criança.

A paternidade trouxera alguma calma a Diogo, a sua ansiedade habitual

recuara, o sufoco ganhara mais ar para

espirar - mesmo a política e o estado do

país,

que

sempre

o

ocupavam

e

consumiam, tinham como que passado

para segundo plano. Nas suas visitas a

Lisboa para tratar dos negócios da

empresa, que agora se tinham tornado mais

dispersas, descobrira uma paixão recente:

o cinema. Quase todos os meses abria uma

nova sala na capital e Diogo já as conhecia

todas: o Roxy, o Rex, o Chiado Ter-rasse,

o Éden, o Politeama, etc, etc, um nunca

mais acabar de salas que todos os dias anunciavam nos jornais as suas matinées

com dois filmes e as suas soirées - desde

as populares até às mais sofisticadas. O Royal Cine, no bairro da Graça, estreara o primeiro filme sonoro exibido em Portugal: Sombras Brancas nos Mares do Sul, de W. S. Van Dyke. Tinham sido semanas de sala esgotada, com intermináveis filas de gente que se sentava nas cadeiras de palhinha para assistir àquele milagre do cinema em que os actores falavam e o som era síncrono com a imagem. Logo depois, era a vez de o S. Luiz estrear o primeiro filme sonoro

português: A Severa, de Leitão de Barros.

“Ir ao sonoro” transformou-se mesmo numa expressão corrente e popular, que abarcava o que de mais chie podia haver como programa nocturno. Toda a gente previa que o cinema tinha vindo para ficar, para destronar o teatro e a ópera, e os mais futuristas previam até o dia em que os filmes seriam a cores no ecrã.

Lisboa, à semelhança de várias outras cidades europeias, concentrava o grosso da sua vida intelectual nas tertúlias dos cafés: A Brasileira, do Chiado, que servira já de cenário a gerações de escritores, pintores, actores; o Nicola, no Rossio, ou o Martinho da Arcada, onde Fernando Pessoa parava habitualmente, numa discreta mesa de canto. Diogo cruzara-se várias vezes com a que era então a elite cultural do seu tempo,

conhecera alguns deles pessoalmente,

conversara, discutira com eles. Constatou

que

muito

poucos

pareciam

dar

importância

à

censura,

aos

jornais

controlados, aos livros banidos, às peças

de teatro e aos filmes cortados ou

simplesmente proibidos. Era como se houvesse coisas mais importantes a

discutir e a fazer, ou como se o talento que

mostravam fosse superior e indiferente às

várias formas que a ditadura tinha de o

vigiar e de assegurar que ele não fosse

posto ao serviço de “ideias subversivas”.

Muitos,

como

o

próprio

Almada,

trabalhavam aliás para o Estado Novo,

como arquitectos, escultores, ceramistas

ou propagandistas da escrita. Parecia até

haver, entre os que não se tinham eLivros,

uma divisão de águas que se estabelecia,

não pela política, mas pelo talento: com

raras excepções, os que tinham talento não

se importavam com a ditadura; e os que se

importavam não tinham talento.

Se eles podiam ser vistos como um

espelho do sentimento do país, então,

aparentemente, os portugueses estavam

conformados com a ditadura. No ano anterior, 1931, tinham estalado, na

Madeira e Açores e depois em Lisboa, com cinco meses de intervalo, duas revoltas militares facilmente sufocadas pelo regime e que, tudo o indicava, tinham sido o estertor final do reviralhismo republicano. A revolta em alguns quartéis de Lisboa durara apenas um dia de Agosto e terminara com 40 mortos, 200 feridos e mais 600 prisioneiros políticos que, uma semana depois, sem julgamento nem despedida das famílias, eram embarcados a caminho da deportação. Só que, desta vez e avisadamente, foram mandados Para bem mais longe do que a ilha da Madeira ou as de S. Tomé e Príncipe: foram enviados para a ilha de Timor, a norte da Austrália, a mais remota possessão portuguesa no mapa-mundo.

Passo a passo, a ditadura instalava-se. Nem a crise económica importada do

crash nova-iorquino de 1929, que, entre outras coisas, fizera subir o preço do trigo e do pão e disparara o número de desempregados, abalara a solidez do regime. A única ameaça séria ao regime vinha agora da República espanhola, instalada do lado de lá da fronteira e cujo contágio e capacidade de exportar a destabilização política muito se temiam.

Os dois vizinhos ibéricos viviam um curioso intercâmbio: enquanto os republicanos e socialistas espanhóis davam abrigo aos oposicionistas portugueses eLivross, do lado português acolhiam-se os eLivross espanhóis anti-republicanos. O chefe destes era o general Sanjurjo, que iria viver para o Estoril, a “Riviera

portuguesa”,
onde
montaria
quartel-
general. Aliás, para grande escândalo do
embaixador da República Espanhola em Lisboa,
Sánchez-Albornoz,
que
se
queixava de que o general Sanjurjo recebia
e conspirava livremente com os seus
conterrâneos que o visitavam e parecia até
ser acolhido com especial deferência pelas
autoridades portuguesas, sendo convidado
habitual dos principais acontecimentos
mundanos, como os banquetes e bailes do
recém-inaugurado Casino do Estoril, uma
das obras emblemáticas do novo regime.
Com o decorrer dos anos, aliás, o Estoril
tornar-se-ia terra de acolhimento de vários

refugiados

políticos

de

diversas

proveniências e nacionalidades, com

especial predominância de reis sem trono,

caudilhos sem povo e generais sem

ditadura.

Em 1932, inevitavelmente, Salazar

chegara ao lugar supremo: presidente do

Conselho de Ministros. E verdade que, acima dele e nominalmente, havia o

Presidente da República, mas os poderes

deste, que a Constituição de 1933

confirmaria, haviam sido voluntariamente

esvaziados de qualquer conteúdo efectivo

e reduzidos a funções protocolares. Quem

mandava, governava, punha e dispunha de

tudo livremente era o presidente do

Conselho: Salazar. Logo no discurso da

tomada de posse, a 5 de Julho, anunciou as regras do jogo: ali chegado, não havia mais amigos nem aliados. Era ele, o Exército, que lá o colocara e o deveria manter, e Deus, que o destinara para aquela missão de sacrifício.

Aos capitalistas, que nele tinham saudado o homem que restabelecera a credibilidade das Finanças Públicas e afastara o temor do comunismo, Salazar avisava que toda a iniciativa privada dependia do favor e das boas graças do Estado - no que, aliás, se limitava a reproduzir o que fora, durante séculos, a história da iniciativa privada portuguesa, desde

o

tempo

das

Descobertas, pelo menos. Aos operários, trabalhadores e camponeses, que, nos tempos difíceis que se viviam, a prudência aconselhava a não hostilizar, ele oferecia o Estado Social Corporativo, onde as lutas de classe desapareciam a favor do benefício de todos, pois que, reflectia ele, sem sombra de ironia, “não seria justo fazer do operariado uma classe privilegiada”. Aos monárquicos, que tao entusiasticamente haviam apoiado a sua ascensão ao poder, vendo nele o homem que afastara de vez o pesadelo republicano

e que, mais dia menos dia, restabeleceria a velha, boa e tradicional Monarquia portuguesa, Salazar aplicava candidamente que era uma pena que o destino tivesse levado tão cedo o Rei D. Manuel II - que morara, sem descendentes, apenas três dias antes, no seu exílio em Londres, para onde se havia retirado assim que a República o afastou do trono, em 1910. Sem querer alienar desde logo o apoio monárquico, Salazar não fechava a porta às suas pretensões, mas também não tinha uma palavra sobre elas. Não podendo ignorar que havia um pretendente designado pelos monárquicos ao trono de Portugal - o notoriamente incapaz D. Duarte Nuno de Bragança -, o primeiro-ministro limitava-se a exaltar as qualidades do rei que já não o podia ser, lamentando que a morte o tivesse levado, e abstinha-se de qualquer

referência ao candidato que o queria ser. E,

com essa ambiguidade, entreteria os

monárquicos daí em diante. Relativamente

à Igreja Católica, que tivera um papel

preponderante na sua carreira até ao topo,

através da acção política dos Centros Católicos onde ele próprio militara,

Salazar dava ordem de missão cumprida e

retirada de cena: o lugar da Igreja, dizia ele

agora com todo o cinismo, não é na

política. Enfim, restavam as Forças

Armadas e, porque eram forças e porque

eram armadas, Salazar reservava para elas

todos os encómios e a promessa de todas

as atenções e mordomias. A sua própria

sobrevivência e a do regime dependiam

delas e, por isso, a sua política, aqui, era clara e iria sê-lo cada vez mais: tudo o que

pedissem, ele dava; excepto o poder, que

elas tinham acabado de lhe dar.

O regime adoptara o nome oficial de

Estado Novo e criara o seu próprio partido político - a União Nacional - aliás, único consentido e único com sentido, visto que nele cabiam “todos os portugueses de bem que amam a sua Pátria”. Por todo o país organizavam-se as estruturas distritais e concelhias da União Nacional, com todos os “homens de bem” das terras.

A Estremoz, a União Nacional chegou logo em 1932 e Pedro foi um dos primeiros a inscrever-se, dos primeiros a contribuir financeiramente, dos primeiros a tornar-se assíduo das suas reuniões e comícios. Ao contrário de Diogo, que, depois do nascimento do filho, como que se tinha desinteressado das outras coisas, recolhido a um universo de fraldas, biberões, pó de talco e sussurros de mulheres pelas madrugadas adentro, Pedro estava possuído de uma febre de agitação e

vida que não o deixava quieto. Com o advento da República espanhola e depois da Feira de Sevilha de Abril, a que nunca faltava, tinha interrompido as suas frequentes visitas à Andaluzia, para as touradas e para as farras de amigos em todas as tascas e bordéis dos pueblos que conhecia como a palma das suas mãos.

Agora embrenhara-se na política - tanto a espanhola como a portuguesa - e eram os seus amigos espanhóis que vinham visitá-lo com frequência. Mas eram mais reuniões conspirativas do que encontros de amigos. Às vezes, ao jantar, ele anunciava:

- Mãe, vêm aí uns amigos meus, depois do jantar. E, assim que eles chegavam, enfiavam-se todos no antigo escritório do pai, que em breve estava submerso no fumo dos cigarros e dos puros formando uma nuvem cinzenta que

flutuava ao lado das lombadas dos livros

que

Manuel

Custódio

havia

conscienciosamente

encadernado

e

arrumado, raramente encontrando tempo

para os ler. Numa dessas noites, quando estava reunido com dois dos seus amigos

de Sevilha, abriu-se a porta e eles

depararam

com

a

cara

de

Diogo

espreitando, de cabelos desalinhados e

olhos vermelhos de mais uma madrugada

sem dormir, ao lado do bebé.

Ouvindo as vozes na biblioteca,

Diogo viera em busca de uma bebida e de uma conversa de circunstância que o distraísse daquelas noites de terror ao lado do berço do filho, que Amparo não deixava de forma alguma que dormisse fora do quarto, entregue a uma ama ou a uma criada. Quando entrou na biblioteca, a primeira coisa que Diogo reparou foi nos dois espanhóis, de camisa azul-escura, os cabelos escrupulosamente acamados em brilhantina, um dos quais fumava um cigarro na ponta de uma longa boquilha de prata e marfim.

- Ah, Diogo, jovem pai! Entra! -

exclamou Pedro, apresentando-o à roda, com um gesto circular da mão.

- Este é o meu irmão mais velho:

acaba de ser pai e está retirado da política.

Felizmente...

Diogo ignorou a ironia da frase do irmão. Estava demasiado cansado para pensar nisso. Ouviu as apresentações, apertou as mãos que se lhe estenderam e perguntou, sem verdadeiro interesse na resposta:

- Então, que assunto determinante os mantém aqui acordados, a esta hora da madrugada, em lugar de se estarem a divertir por aí, na palpitante noite de Estremoz?

Um dos espanhóis olhou-o fixamente, como se o interpelasse:

- Hablamos de España.

- Ah, sim? - Diogo serviu-se de um brandy com gelo.

- Qué pasa en Espana?

O outro espanhol chegou-se à frente

e só então Diogo reparou que ele tinha

realmente um ar sinistro:

- Cómo qué pasa? Pasa que los

anarquistas,

los

comunistas

y

los

socialistas

y

republicanos

están

destruyendo a Espana. Y después, va a

seguirse Portugal!

-

Sí,

destruyendo?

-

Diogo

continuava com um ar entre o cansaço e o

desinteresse.

Os dois espanhóis entreolharam-se e

procuraram silenciosamente a ajuda de

Pedro.

- Ah, o meu irmão anda fora do

mundo! E, pensando bem, é melhor assim:

antes disso, andava fora da realidade...

Diogo estava a começar a sentir-se

irritado e a atitude condescendente de

Pedro ainda mais o enervava.

- Não, eu não estou nem fora do

mundo, nem fora da realidade, meu

querido irmão: ainda leio jornais. E, tanto

quanto sei, a Espanha é governada por um

governo legítimo, que ganhou eleições e

que foi escolhido pelo povo: ao contrário do nosso, que resultou de um golpe militar

e

que

ninguém

escolheu.

Estarei

enganado?

Fez-se um silêncio embaraçado.

Ninguém parecia com vontade ou presença de espírito para resolver aquele incómodo causado pela súbita aparição de Diogo.

Finalmente, foi o primeiro dos espanhóis que havia falado, e que parecia o mais velho, que quebrou o silêncio, com uma voz rouca mas que se esforçava por soar delicada:

- D. Diogo, nosotros no lo vemos así.

Y la mitad buena de Espana tampoco.

Llegará el tiempo de escoger - allí, como aqui. Y yo creo, sinceramente, que los Flores, de Estremoz, estarán en el mismo campo. El campo dei honor, de los valores

cristianos y...

- *De la Pátria!* - concluiu Diogo,

levantando o copo, como se brindasse.

- Exactamente.

Diogo sorriu e pousou o copo.

Pensando bem, disse Para consigo,

cheirava melhor no quarto, com o cheiro a

fraldas sujas do seu filho Manuel, do que

ali. Fez uma saudação de cabeça e, antes

de virar costas, deixou cair, em forma de

despedida:

-Si, nos veremos por ahí... Los que

no mueren se encuentran.

Mas Diogo não estava retirado do

mundo, ao contrário do que dissera Pedro.

Tinha tornado mais esparsas as suas idas a

Lisboa, tinha decidido tentar viver o seu papel de pai - tendo de escolher entre ser

posto de lado ou compartilhá-lo com

Amparo - e tinha feito um esforço para não

procurar nem alimentar tantas discussões políticas, respeitando o que concluíra ser o sentimento de conformismo dominante entre os portugueses, em relação ao estado de coisas. Mas continuava a dar os seus longos passeios a pé ou a cavalo, com ou sem Amparo, quando estava na herdade, e continuava a seguir de perto os assuntos referentes à sua exploração. Sentava-se muitas vezes à noite, na salinha da mãe, para jogar cartas com ela ou ficar apenas à conversa, ou mesmo calados, olhando ambos o fogo que ardia na lareira: sempre se tinham entendido bem um com o outro, assim em silêncio. E criara outros interesses: o cinema, quando estava em Lisboa, ou a leitura minuciosa da lllustrated Lon-don News, uma revista inglesa cuja assinatura fizera e que recebia semanalmente em Valmonte, permitindo-

lhe estar a par de tudo o que se passava no mundo - ou, ao menos, no mundo britânico - e dar cartas no Café Central de Estremoz, nas tertúlias de domingo de manhã ou das noites de quinta-feira.

Era uma tertúlia de amigos, sete ou oito, que vinha desde os tempos do liceu e que se estabelecera exactamente para os manter em contacto, depois que a Universidade, os casamentos, o trabalho e a política os tinham separado. O seu melhor amigo desse grupo era Rafael Monteiro, o mais culto e o mais alegre deles todos. Acabado o liceu, em Évora, onde tinham andado juntos, Diogo fora estudar Agronomia para Lisboa, e Rafael fora para Coimbra estudar Direito. No regresso, já advogado, montara banca em Estremoz, mesmo na Praça Central, e em breve começara a criar fama e clientela na

cidade e à sua volta: em Mora, Arraiolos,

Elvas, Évora, Montemor. Tanto defendia

pobres como ricos, inocentes como

criminosos, casos de terras como crimes,

republicanos como salazaristas. Dizia-se

que levava caro aos ricos e grátis aos

pobres, mas todos concordavam que tê-lo

do seu lado em tribunal era uma vantagem

à partida, porque na barra o seu estilo era mortífero, como o da serpente: podia

passar um julgamento inteiro com um ar

desinteressado e ausente, mas, assim que o

adversário ou as testemunhas contrárias

abriam o flanco, saltava em cima deles e

arrasava-os. E, para o final, guardava o seu

melhor: as alegações, onde juntava a uma

lógica argumentativa demolidora uma

selecção cuidada de referências e citações

de toda a ordem, que revelavam a sua grande cultura e deixavam a audiência

presa das suas palavras e os juízes

impressionados com o alto nível da sua litigância. Fora do escritório e do tribunal, Rafael tinha ainda a grande qualidade de ser outra pessoa. Jamais falava de direito ou da vida profissional, falava, sim, de tudo o resto: de cubismo e de Picasso, de Roosevelt e do New Deal, das nacionalidades espanholas, das modas das senhoras de Paris, da Guerra da Manchúria ou, acima de tudo, da sua grande paixão: a aviação. Ao ouvi-lo discorrer longamente sobre todos os assuntos à mesa do café, ao prestar atenção às suas ideias sempre anticonvencionais, ninguém diria estar perante um homem de leis, antes um

anarquista sem causa certa. Tirando uma: tal como Diogo, era abertamente contra o salazarismo e não se esforçava por escondê-lo.

Casara-se com uma rapariga do Norte, que havia conhecido na Universidade, em Coimbra. Ao fim de quatro anos de casados, não tinham filhos e todos os Verões, quando os tribunais fechavam para férias de Junho a Outubro, ele pegava na mulher e ia viajar: tinha estado em sítios tão extraordinários como o Egipto, Malta, a Turquia, a Finlândia ou Vilnius, na Lituânia. Também o seu casamento era sui generis, para os padrões da época: Luísa, a sua mulher, discutia de

igual para igual com ele, saía sozinha à noite e ia sentar-se no café a ler um jornal e a beber whisky irlandês que encomendava especialmente. Volta e meia, desaparecia para temporadas em Lisboa, de onde regressava esfuziante, passeando no Rocio de Estremoz as últimas criações da moda, compradas no Chiado e na Baixa. Um domingo de manhã, estavam sentados os três numa mesa de canto do Café Central - Luísa, Rafael e Diogo - bebendo vinho branco, acompanhado de torresmos. Diogo fazia horas para se encontrar com Amparo, que deixara na missa das onze - um ritual familiar, que

ele, todavia, não cumpria nem se preocupava que ela cumprisse. Já Rafael e Luísa, como toda a vila sabia, não só não iam à missa, como nem sequer, para grande escândalo local, se tinham chegado a casar na Igreja. Diogo estava bem-disposto, reconfortado por um sol outonal que entrava pela janela do café e o aquecia do outro lado do vidro.

- Que fazes hoje, Rafael?

- Ah, hoje é um dia especial: vou a Évora, para a viagem inaugural do meu novo avião, que chegou há quinze dias dos Estados Unidos e só ontem é que ficou montado e pronto. A Luísa não quer vir comigo, quererás tu vir?

- Eu? Eu nunca andei de avião, Rafael! Não estou preparado para uma coisa dessas! Tinha de pensar muito nisso, preparar-me

psicologicamente,
fazer
testamento, despedir-me da Amparo, não
fosse o Diabo tecê-las...
- Não, Diogo, não é nada disso!
Todas as primeiras vezes têm de ser sem
preparação. Olha, vou dizer-te o que deves
fazer: não dizes nada à Amparo que vais
andar de avião comigo. Diz-lhe que vamos
almoçar a Évora por qualquer razão e,
quando lá chegares, sobes para bordo e
fechas os olhos: o resto é comigo! Aceitas?
- Aceito! - E Diogo fechou os olhos,
rindo-se.
- Ah, grande homem! Quando
aterrares, já não vais ser o mesmo! -
comentou Luísa, agarrando-lhe o braço.
E assim foi. Chegados ao aeródromo
de Évora, Diogo sentia-se um autómato,
não

acreditando

que

se

tivesse

voluntariado para aquilo e que dentro em

breve estivesse a voar. A voar!

- Ele ali está: que coisa mais linda, é

ou não é? - E Rafael apontava para um

pequeno avião de dois lugares, de carlinga

pintada de azul e as asas e a cauda pintadas

de amarelo. Um biplano aberto de dois

lugares e uma hélice à frente, que parecia

saído das trincheiras da Flandres e da Primeira Guerra Mundial.

- Que avião é este? - perguntou

Diogo, profundamente desconfiado.

- Isto, meu caro amigo, é um Curtiss

P-l, um modelo de 1925, conhecido como

Hawk - o “Falcão” -, com o qual o

Doolittle conseguiu fazer o primeiro voo

invertido da história da aviação e ganhou a
Taça Schneider!
- O que é um voo invertido?
- De cabeça para baixo.
- Ah...
- Não te assustes: ainda não estou em
condições de o experimentar.
Diogo quedou-se a olhar para o avião, aterrorizado.
- Quem é que fez isto?
- Os americanos: a melhor coisa que
eles fizeram desde os filmes de cowboysl
Mandei vir este de Detroit, esteve ao
serviço da US Navy, antes de ser
licenciado como avião civil.
- E como é que tu sabes que está em
condições de voar?
- É suposto. - E Rafael sorriu, dando-
lhe uma palmada no ombro. - Mas isso,
meu caro baptizado, só lá em cima é que
vamos ter a certeza!

Diogo subiu em silêncio para o lugar da frente, o do passageiro. Ouviu o motor a pegar e as asas do avião a estremecer, viu um mecânico tirar os calços de baixo das rodas, ouviu a aceleração do motor e sentiu o avião começar a mover-se e dirigir-se para o início da pista de descolagem. Houve um chiar de travões e a asa esquerda rodoo sobre si mesma, alinhando o avião com a pista. Ficaram assim um bocado e ele pensou por instantes que havia algum problema mecânico e que Rafael tinha decidido abortar o voo. Mas logo depois escutou o ruído tremendo do motor em aceleração máxima e foi abanado pela força com que toda a estrutura do frágil Curtiss estremecia, como se se fosse desintegrar, peça sobre peça. Sentiu a mão de Rafael, sentado

atrás

dele,

que

pousava,

tranquilizadora, sobre o seu ombro, e no

segundo seguinte começaram a rodar na

pista, em direcção às árvores, no fim dela.

Rodaram e rodaram e rodaram, no que lhe pareceu uma eternidade, demasiado longa

e demasiado lenta. Se bem que aquela

fosse a primeira vez que voava, Diogo

percebeu instintivamente que, àquela

velocidade, não conseguiriam descolar do

chão antes de atingirem as árvores. Mas,

assim que o percebeu, realizou logo

também que já não tinham espaço para

conseguir travar antes delas: não havia

escapatória. “Que estúpido que eu fui! E

com um filho de meses!”, pensou, antes de

se preparar para morrer de encontro às

árvores. Fechou os olhos e encostou-se

para trás, à espera do choque.

E, imediatamente a seguir, estava

morto: sentiu que se elevava da terra, de

todas as preocupações do mundo, de todas

as coisas boas e más da vida. Levitava

acima de tudo isso. Era assim a morte:

uma partida suave da terra, elevando-se lenta, mas definitivamente, acima da vida,

fora dela, para além dela. Abriu os olhos: o

Curtiss inclinava-se suavemente sobre a

asa direita, lá em baixo viu a pista,

surpreendentemente longe e minúscula, e,

para lá dela, campos e campos de sobreiros

a perder de vista e, mais além ainda, um

rio que corria entre searas de milho e

casinhas brancas, absurdamente pequenas.

Olhou para cima, quando o avião se

endireitou, e viu que uma nuvem branca

vinha em grande velocidade em direcção a

eles, como se os quisesse abraçar e dar-
lhes as boas-vindas lá em cima. Então,
virou-se para trás e viu que Rafael lhe
sorria, com um olhar feliz e tranquilo por
detrás dos óculos de voo. Fez-lhe um sinal
com a mão, de polegar para cima, e ele
sorriu também. Recostou-se no assento e
abriu a boca para engolir o ar. Rafael
puxou o manche para si e, com um ligeiro safanão, o Curtiss subiu ainda mais,
pulando sobre a nuvem e apontando o
nariz em direcção ao céu. No lugar da
frente, Diogo abriu os braços, como se
quisesse voar sozinho, e inclinou-se
fazendo o gesto de curvar sobre a direita.
Atrás dele, Rafael fez-lhe a vontade e
durante alguns segundos, eternos e
mágicos, o avião curvou sobre a planície
do Alentejo acompanhando a trajectória
desenhada pelos braços abertos de Diogo.

- Sim, não há dúvida de que a

aviação vai ser o futuro: o futuro do

transporte civil e, antes ainda, o futuro das

armas de guerra.

Pedro disse isto e ficou calado,

olhando o céu, como se meditasse no

alcance daquilo que dissera. Os dois

irmãos estavam sentados junto ao ribeiro, onde tantas vezes se sentavam em

crianças, partilhando os seus segredos ou

aquele comum amor pela terra que era sua.

Desde pequenos que se tinham habituado a

refugiar-se ali e, particularmente no Verão,

para se certificarem de que o ribeiro não

secara.

- Porquê o futuro das armas de

guerra? - Diogo pensava o mesmo, mas

queria ouvir a explicação do irmão.

- Porquê? Olha, por todas as razões.

Na próxima guerra, a aviação militar não

vai ter nada que ver com a da Guerra de

14-18, aqueles solitários e heróicos

combates aéreos, em que os pilotos nem

sequer tinham pára-quedas para saltar de

um avião em perdição e em que, em caso

de derrota nesses combates singulares,

perdia-se o quê? Um avião de madeira e um soldado, entre milhões de outros lá em

baixo!

- E, em tua opinião, onde é que vai

estar a grande diferença?

- Na capacidade de bombardeamento

aéreo. Os aviões vão deixar de servir para

esses combates singulares, tipo torneio

medieval, e vão passar a ter um grande

depósito de carga, atulhado de bombas.

- Para bombardear o quê?

- Tudo, Diogo: linhas de caminhos-

de-ferro, estradas, exércitos inimigos,

fábricas, navios, cidades. Tudo!

Diogo ficou pensativo. Era evidente

que o Pedro tinha razão, mas havia uma

coisa que ele dissera que não percebera se fora por acaso ou não.

- Tu falaste na próxima guerra...

Achas que vai haver uma próxima guerra?

Pedro sorriu. Ele sabia que a sua

opinião interessava ao irmão. Nesse Verão,

tal como Diogo fizera antes, também ele

tinha ido viajar pela Europa. Estivera em

Espanha, em França e em Itália, tal como o

irmão e quase todos os portugueses que

viajavam e que não iam simplesmente a

Paris. Mas, ao contrário de Diogo, não fora

a Inglaterra, rmas sim à Suíça, a partir da Itália, e daí à Alemanha.

- Sim, Diogo: não tenho dúvidas de

que vai haver outra guerra na Europa.

- E quando?

Pedro abriu os braços, querendo dizer “não sou bruxo!”.

- E quem contra quem, Pedro?

Pedro sorriu, outra vez.

- A Alemanha, seguramente: contra

quem se lhe opuser. E a Itália de Mussolini

provavelmente também.

- A Alemanha?

- Sim, a Alemanha. A Alemanha de

Hitler.

- Porque achas que o Hitler vai

chegar ao poder?

- Não tenho uma dúvida.

- E porquê?

- Ora, porquê, Diogo? Para que te serve leres essa revista inglesa que devoras

como se fosse uma Bíblia? Porque os

alemães o vão levar ao poder. Porque ele é

a única esperança de restauração do

orgulho da raça alemã. Porque ele tem

ideias firmes e corajosas, numa Europa

que perdeu de vez a grandeza de outros

tempos e já nemacredita na missão

civilizadora dos impérios coloniais. Uma

Europa

que

contemporiza

com

os

bolcheviques russos e onde os estudantes

da selectíssima Universidade de Oxford,

símbolo supremo da tua tão admirada

Inglaterra, não tiveram vergonha de votar

uma proclamação onde juram jamais voltar

a morrer em combate pelo rei ou pelo país!

Hitler é o oposto disso: ele veio para

devolver aos alemães o orgulho na Pátria e

o orgulho nos combates que valem a pena!

- E que combates tão orgulhosos são esses, que justificam, em tua opinião, mais

uma guerra com milhões de mortos e

centenas de cidades destruídas na Europa?

Pedro hesitou na resposta.

- É uma questão de... uma questão de...

- Uma questão de quê?

- Eu ia dizer que é uma questão de carácter, Diogo, mas não te quero ofender. Digamos que é uma questão da maneira como se vive a vida e os valores que cada um tem...

- Os valores da guerra, os da morte? Para restaurar o orgulho da raça alemã? A missão civilizadora da Europa, como tu dizes? A guerra como missão civilizadora?

Pedro suspirou: odiava discutir política com Diogo. Era como se tudo aquilo que desde sempre os tinha juntado, em sítios como aquele à beira do ribeiro, em tantas e tantas ocasiões da vida, de repente se quebrasse sem remédio.

- Diogo, cada um pensa o que pensa...

- Sim, mas tu... de onde te vêm essas

ideias, caramba? Fomos ambos educados

da mesma maneira, somos filhos do

mesmo pai e da mesma mãe...

- Que queres, tu saíste à mãe e eu saí

ao pai...

Diogo levantou-se, agitado.

- Não, Pedro, aí é que te enganas: o nosso pai era um autocrata, um senhor

medieval à moda antiga, se quiseres. Um

conservador, um reaccionário, um homem

que, por vontade sua, nunca mudaria um

átomo ao mundo onde crescera e

aprendera a viver. Mas não era, nunca foi,

um adepto das ditaduras. Como esta

ditadura fantoche, que tu tanto veneras e

que até representas, aqui, em Estremoz! Tu

é que estás, ou melhor, queres estar

enganado. O nosso pai sempre defendeu o

poder das elites e sempre desprezou a

lógica e a moral democráticas. Vá lá,

Diogo, sê honesto: tu ouviste-o dizer isto,

vezes sem fim!

- Mas tu pensas - Diogo virou-se de

frente para o irmão, que continuava

sentado numa pedra -, tu pensas que o pai

ia achar que o Estado Novo representa

uma elite? Que aqueles patetas enfatuados, que vomitam baba patriótica por todos os

lados, são uma elite? Que aquele falso

franciscano beirão do Salazar representa o

melhor que temos? Tu achas?

- Salazar, para o caso de não saberes,

é um brilhante professor de Finanças

Públicas e apenas o homem que salvou

Portugal da bancarrota. Duarte Pacheco é o

melhor ministro das Obras Públicas que o

país teve desde o Marquês de Pombal...

- Ora, Pedro, que grande elite! Uma

elite que é tão brilhante que tem

necessidade de silenciar todos os outros,

não vá alguém desmascará-los!

Pedro levantou-se. Deu três passos

em direcção ao ribeiro, abaixou-se e

apanhou um ramo que colocou à tona de

água para deslizar pela corrente abaixo, como fazia em miúdo. Quando falou, em

contraste com Diogo, foi num tom

absolutamente calmo.

- Não, Diogo. Não é por isso que

existe a censura e as outras restrições. É

porque a liberdade - ou a libertinagem, que

os portugueses confundem com liberdade -

já causoudemasiados danos ao país, e não

é possível permitir que, num momento em

que se tenta a dolorosa restauração da

dignidade e do orgulho nacional, um

bando

de

demagogos

irresponsável

prossiga tranquilamente a sua obra de

destruição. Porque, depois, eles piram-se

para Paris e é o povo que fica cá a arcar com as consequências!

Pedro

falara

muito

calma

e

pausadamente, e Diogo fez um esforço

para responder no mesmo tom:

- É mesmo isso que tu pensas,

Pedro? Que uma elite, como tu achas - de

que tens a sorte de fazer parte e eu não -, se arrogou o direito de decidir o que é bom

para o país, e todos os outros ou

concordam ou vão para Paris, ou acabam

na prisão, ou degredados em Timor ou

África?

- Acabam degredados os que se

revoltaram com armas na mão e causaram mortos e feridos...

- O teu Estado Novo não se estabeleceu também com armas na mão e contra um governo legítimo, votado em eleições?

- Nenhum governo é legítimo quando não serve os interesses nacionais. E derrubá-lo, sim, é um fim legítimo e patriótico.

- E quem é que decide isso - tu e os teus? Por mandato divino?

- Por amor a Portugal, Diogo! E tenho pena, acredita que tenho uma infinita pena de não estarmos juntos nisto, como sempre estivemos em tudo o resto...

Diogo ficou a olhar para o irmão em silêncio. Depois, falou, com uma tristeza que parecia vir de muito fundo:

- Também eu, Pedro. Tenho tanta

pena!

Ficaram os dois calados por um

tempo, olhando a agua que corria, uma

espécie de pudor e cerimónia de repente instalada entre ambos.

- Pelo menos, Diogo, para mim as

coisas estão claras: sei o que penso, o que

quero e o que tenciono fazer.

- Mas tu, desculpa-me se me engano,

pareces-me bastante à deriva...

“Sim, ele tem razão”, pensou Diogo.

- Ao menos, ainda me sabes

observar! Sim, tens razão, estou um

bocado perdido. Tenho aqui a mulher que

eu amo, um filho que cresce e outro já a

caminho. A mãe, tu, esta terra que é a

minha casa, os amigos. Mas falta-me

horizonte, percebes? Sempre me faltou, e

agora mais do que nunca. Queria viajar

pelo mundo, conhecer outras coisas, outras

culturas, outros povos, e ter um país livre à minha espera, quando voltasse. Mas aqui

sufoco, foi preciso que Rafael me levasse a

dar uma volta de avião para que eu

tornasse a sentir o que era respirar a

liberdade!

- Porque não viajas, Diogo? Tu e a

Amparo vão viajar durante uns tempos e

deixam o Manuel com a mãe. Ou deixas a

Amparo, se ela não quiser ir, e vais

sozinho o tempo que precisares. Eu tomo

conta da herdade e da tua família como a

coisa mais preciosa do mundo e estaremos

sempre todos à tua espera.

- Sabes, Pedro - Diogo falava agora

como se pensasse em voz alta -, isso já me

tem ocorrido, mas há uma coisa que me

faz confusão na ideia de viajar: eu sou

livre para partir e voltar, mas há outros que

não são. Vivemos num país e numa situação em que os que estão cá dentro e

são contra o regime estão proibidos de

sair; e os que estão lá fora e são contra o regime estão proibidos de voltar...

- Pois, mas tu não. Tu és livre para

uma coisa e outra, conforme disseste...

- Sim, por enquanto, pelo menos,

tenho essa liberdade e essa possibilidade.

Mas sinto - como é que te hei-de explicar?

- que, quando partisse, estaria a abandonar

uma prisão, e, quando regressasse, estaria

a voltar à prisão.

- Estás a ser melodramático, estás a

tentar convencer-te de uma coisa, de um

sentimento futuro totalmente hipotético e

fabricado.

- Não, Pedro: aí é que nós pensamos e sentimos de forma realmente diferente.

Tenho medo de uma coisa que tu não

temes: que, depois de conhecer a

liberdade, de ter viajado e vivido em

países livres, não me volte a habituar a

viver de outra maneira. Tenho medo que a liberdade se torne um vício, enquanto que agora é apenas uma saudade.

IX

Os tempos estavam complicados em Valmonte. Os tempos estavam complicados em todo o Alentejo, em Portugal, na Europa e no mundo. As consequências do estoiro da bolsa de Nova York, em Outubro de 1929, haviam-se espalhado aos poucos como uma epidemia, atravessando o Atlântico a partir da América e atingindo as principais nações europeias. Todos queriam vender e ninguém queria comprar. Como resultado, as empresas entraram em subprodução e começaram a falir. Os créditos que tinham

contraído junto da banca não foram pagos
e os bancos viram-se de repente a braços
com receitas incobráveis e com um efeito
de histeria que levou as pessoas a correrem
ao levantamento de depósitos. Em breve,
começaram eles próprios a não conseguir
cumprir e apelaram aos governos: alguns
foram ajudados a tempo, uma grande parte
sucumbiu. Um exército de milhões de
desempregados, vindos da indústria e dos
serviços, nasceu numa Europa ainda mal
refeita dos efeitos catastróficos da imbecil
guerra de 14-18. Durante um tempo,
pensou-se que Portugal poderia escapar
incólume: fechado sobre si mesmo, com
uma indústria e serviços incipientes, uma
economia fundada na agricultura e nas relações em circuito fechado entre a
Metrópole e as possessões coloniais
africanas, acreditou-se que se conseguiria

escapar ao desespero que varria o mundo capitalista. Mas a curto prazo as esperanças começaram a esfumar-se.

O primeiro impacto foi sentido a nível da emigração: se, em 1929 e seguindo os números de uma tendência que vinha desde o início dos anos vinte, 40 000 portugueses tinham emigrado legalmente para o estrangeiro, dois anos depois, em 31, o número tinha caído para 6000 e iriam ser precisos muitos anos até que a emigração voltasse a readquirir o seu triste estatuto de alternativa económica.

Paralelamente, o Brasil passara a proibir a exportação de capitais e os que haviam emigrado para os Estados Unidos viam-se

agora necessitados de todos os dólares que haviam poupado: de um só golpe, a

balança de pagamentos do país entrara em

colapso.

A seguir, veio a crise económica. Se

a

indústria,

porque

era

incipiente

comparada

com

os

países

mais

desenvolvidos da Europa, não sentiu um

abalo profundo, já a lavoura não escapou.

Dos

sete

milhões

de

portugueses

recenseados em 1930, mais de metade -

4,7 milhões - dependiam, directa ou

indirectamente,

da

agricultura.

Ironicamente, foram os pequenos, que

praticavam uma lavoura familiar, quase de

sobrevivência, os que melhor aguentaram

o impacto da crise. E seriam os maiores, os

que mais haviam investido, os que se

haviam modernizado e estavam nas fileiras

da exportação, que iriam pagar o grosso da

factura. Grande parte desses estavam sobretudo no Alentejo, onde as grandes

propriedades permitiam um tipo de lavoura

extensiva, que não existia no Norte. Ao

contrário do que sucedia no resto do país,

não havia pequenos proprietários nem

agricultura de subsistência familiar no Alentejo: havia grandes latifúndios com um só dono e uma imensidão de assalariados rurais que para eles trabalhavam. E tudo o que era o essencial da sua produção e da sua riqueza entrou em crise, a partir de 1930: a arroba de cortiça, a principal da suas produções e que representava quase 30% das exportações portuguesas, valia 23 escudos em 1929 e 11 escudos em 1933; a carne de porco, que valia 150 escudos a arroba, caiu

para 60; e o azeite desvalorizou um terço no mesmo período de tempo.

Cortiça, gado e azeite eram exactamente as três principais produções de Valmonte. Durante dois anos aconteceu que a herdade deixou simplesmente de dar lucro. Depois, a partir de 32, começou a perder dinheiro. Os pequenos rendeiros deixaram de poder pagar as suas rendas e Pedro, perante a complacência impotente de Diogo e o silêncio de Maria da Glória, foi-os dispensando, pura e simplesmente. Mas não havia quem ficasse com as terras que eles tinham abandonado, nem a herdade poderia pegar nelas sem aumentar a sua mão-de-obra - o que era

inimaginável nos tempos de crise que se viviam. As terras até aí dadas de arrendamento ficaram ao abandono e o problema que agora se punha era o de saber se outras não deveriam também seguir o mesmo caminho. Certas coisas não tinham solução, outras precisavam de uma resposta: a cortiça formava-se por si nos sobreiros e tinha de ser extraída a cada ciclo de nove anos, sob pena de as árvores adoecerem e, a prazo, morrerem. Um sobreiro demorava trinta anos, depois de plantado, até dar cortiça: deixá-lo morrer estava fora de questão. Mas já as azeitonas, por exemplo, valeria a pena colhê-las se o preço à saída do lagar não compensava a mão-de-obra na apanha? Estas questões trazia-os a todos preocupados, sobretudo Pedro, para quem era quase incompreensível que uma crise

económica desencadeada na bolsa de Nova York pudesse afectar os resultados de uma exploração agrícola no Alentejo, do lado oposto do mundo. Na sua maneira de entender as coisas, e tal como aprendera de pequeno, uma herdade bem tratada, bem cuidada, com o mato limpo e as árvores desbastadas, as sementeiras feitas na época certa e as colheitas planeadas com antecedência, com o gado vacinado e vigiado, com suficientes pastagens nos anos de chuva e forragens nos anos secos, só podia dar lucro - porque não havia fonte de riqueza como a terra, para quem a sabia cuidar e amar. Era essa a parte do trabalho que lhe competia em Valmonte e de que ele se desempenhava com inquestionado zelo e ciência. No campo - “a minha Universidade”, como ele dizia, metendo-se com Diogo - Pedro era mestre e senhor e,

apesar dos seus jovens vinte e oito anos,

não havia praticamente ninguém, nem

mesmo entre os velhos, que lhe pudesse

ensinar qualquer coisa que ele não

soubesse já. Essa era, aliás, a razão

principal e quase única por que o

respeitavam. Temiam-no porque era patrão

e de difícil trato, mas respeitavam-no

porque amava o que era seu, sabia o que fazia e trabalhava nisso tanto ou mais do

que todos.

Nada do que acontecia no campo lhe

escapava. Não só sabia exactamente o que

cada trabalhador estava a fazer em cada

dia, que tarefas tinha levado a cabo e quais

se arrastavam, como também sabia tudo

sobre o gado. Conhecia cada cabeça pelo

nome, sabia a sua idade e o seu historial

certos, e um só olhar, que aos outros até

parecia ser desatento, permitia-lhe detectar

de imediato qualquer problema numa vaca ou numa bezerra: quando o veterinário chegava para examinar o animal, já ele tinha feito o diagnóstico certeiro. O mesmo sucedia com as sementeiras ou com as árvores, de que era infalivelmente o primeiro a aperceber-se de doenças que tivessem, o primeiro a concluir quando é que uma oliveira precisava de ser esgalhada ou uma azinheira desbastada.

Era sempre ele, no início de cada Verão e apenas acompanhado pelo velho André da Cruz (assim chamado porque, há mais de trinta anos, lhe competia marcar as árvores com uma cruz de cal branca), que percorria o montado assinalando os sobreiros prontos para o corte da cortiça e mostrando ao André da Cruz até onde é que cada corte poderia ser feito, sem perigo de desgastar a árvore. Tinha

também, e herdado da mãe sem dúvida,
aquele dom mágico de fazer crescer tudo
aquilo que plantava, fossem searas de trigo
ou sementeiras de tremocilha para o gado,
fossem plantas para rodear os muros da
casa, fossem árvores. Porque certas
pessoas, por mais que se esforcem, parece
que dão mau olhado àquilo que plantam,
enquanto que outras têm esse dom de fazer
prosperar tudo o que sai das suas mãos. Na herdade comentava-se essa sua aptidão
inata dizendo-se que era porque ele falava
sozinho com as árvores, fazia-lhes festas
com a mão e, por diversas vezes até, fora
visto a beijá-las, como se se tratasse de
mulheres. Era tudo verídico, mas não
chegava como explicação: a verdade é que,
quando plantava uma árvore, por exemplo,
ele começava por enfiar os dedos na terra
do local escolhido e às vezes mudava-o

uns centímetros apenas porque não tinha gostado da consistência da terra; punha-se de cócoras, com a cara junto ao chão, para sentir a força e a direcção do vento nos locais de plantio; e sabia determinar exactamente a quantidade de luz que, ao longo do ano, cada árvore iria receber aonde ele a tivesse plantado. De certa forma, sentia que, em muitos aspectos, a sua vida se confundia com a vida de tudo o resto que ali vivia, árvores ou animais, como se todos fossem filhos da mesma sementeira.

Já Diogo amava o campo de forma diferente. Acima de tudo, gostava de o contemplar. Podia passar horas inteiras perdido a olhar o campo, fosse de dia ou de noite, na varanda da casa ou à sombra de uma árvore. Depois, gostava de o sentir, de o cheirar, de observar como as estações

do ano o percorriam e mudavam. Pedro passeava-se pelo campo com o olhar do lavrador, Diogo com o do visitante, eternamente espantado. Pedro amava a terra - aquela terra, em concreto; Diogo estava apaixonado por ela, mas como poderia estar por outra que a seus olhos o merecesse. O que gostava, mais do que de tudo, era de passear pela herdade, a pé, a cavalo ou de charrete, com Amparo e agora com o filho Manuel, ou sozinho. Gostava de ir até ao ribeiro e nele tomar banho nas tardes de calor lancinante de Julho e Agosto, de sair com os amigos para a abertura da caça às perdizes e aos coelhos em Outubro, de ver as chuvas de Novembro abrirem regatos por todos os lados, de ficar de tocaia, num abrigo montado nas árvores, para, em noites de lua cheia, esperar os javalis, de ver o

ondular das searas de trigo ao vento, de entrar na adega e sentir o cheiro a mosto das uvas fermentando nas imensas talhas de barro em que faziam o vinho que se bebia à mesa em Valmonte. De resto, no que às suas tarefas dizia respeito, ele era o agrónomo, “o engenheiro”, como dizia Pedro, meio a sério, meio a brincar. Ele aconselhava o que se devia semear e onde, que máquinas tinham aparecido e poderiam ser úteis à exploração, que rendimento poderia dar cada hectare disto ou daquilo, onde é que o gado poderia pastar sem prejudicar as culturas, que terrenos deveriam ficar em pousio enquanto outros iniciavam a exploração. O

seu saber era útil e atento, mas, como ele próprio reconhecia sem problema algum, era Pedro a alma daquela herdade, era dele que Valmonte não poderia prescindir sem grave prejuízo. 1933 tinha sido um ano complicado para todos, no Alentejo. Havia a crise dos preços da produção agrícola, que fazia com que o ano estivesse a ser ainda mais ruinoso que o anterior. De comum acordo, os dois irmãos haviam tomado a decisão de não vender gado nas feiras agrícolas a que tinham ido e onde os preços dos leilões eram de tal forma baixos que Diogo achara melhor não fechar negócios. Mas não tinham tido sucesso nas diligências feitas junto de outros grandes ganadeiros da zona para que não vendessem também, como forma de pressionar a subida dos preços: a maioria deles estava endividada perante os bancos

e sem capacidade para aguentar um ano inteiro sem receitas da venda do gado. Grande Parte da cortiça extraída estava ainda por vender, apesar do preço de saldo que se praticava, e, em Novembro, tinham tomado a decisão de deixar metade das azeitonas no chão para os porcos, porque o preço da azeitona à entrada do lagar não justificava a jorna do rancho a contratar para a apanha.

Amparo engravidara outra vez, apenas quatro meses após o nascimento de Manuel, em Junho do ano anterior. Ao contrário do que sucedera com o seu primeiro filho, passara uma gravidez difícil. Primeiro, eternamente enjoada, ao ponto de não se conseguir manter de pé, dias a fio. Depois, com problemas na posição da criança, que não parecia acomodar-se ao útero, deixando-a com

dificuldades em respirar e obrigando-a a passar os últimos meses da gravidez deitada na cama do quarto ou estendida sobre almofadas no salão. Para ela, sempre tão cheia de actividade e de vontade de participar em tudo, foi como que o cumprimento de uma sentença de prisão. Tanto mais que Diogo, decerto aborrecido com os seus enjoos, o seu mal-estar e a sua má disposição, longe de lhe acudir e de a confortar, passava cada vez mais tempo em Lisboa - “a negócios”, como ele dizia. De facto, gastando o melhor do seu tempo no cinema, em jantares e tertúlias de amigos, discutindo política furiosamente e, quando estava em Valmonte, embrenhado na leitura da Illustrated London News ou numa selecção de livros e artigos sobre o Brasil - um assunto que ultimamente atraía o seu interesse, desde a história à

geografia, passando pela economia e pela política: tinha-se tornado um especialista em Brasil.

Portugal trazia Diogo acabrunhado, mais do que os problemas financeiros da herdade. Passo a passo, ele sentia que a ditadura se instalara para ficar. O Secretariado da Propaganda Nacional, presidido por António Ferro, graças à sua energia e capacidade realizadora, havia-se transformado imediatamente num poderosíssimo instrumento de propaganda do regime, tanto mais que a censura velava para que todas as visões discordantes fossem silenciadas à nascença. Como Salazar explicara a António Ferro, com toda a desfaçatez, “a censura tem um

aspecto moralizador: o jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado,

como todos os alimentos". Tratada a

propaganda e a censura, criou a sua polícia

política - a PVDE, Polícia de Vigilância e

Defesa do Estado - e os Tribunais Militares

Especiais, duas organizações que não

tardariam a mostrar a sua utilidade na

repressão de uma tentativa de revolta em

Bragança, no extremo norte do país, e

numa "intentona" inventada pelo próprio

Salazar, tudo resultando em mais uma leva

de prisões políticas e deportações para as

colónias.

Definitivamente,

o

medo

instalara-se no dia-a-dia dos portugueses,

e, em Lisboa mais ainda do que em

Estremoz, Diogo sentia esse medo,

palpável, silencioso, pegajoso, que pairava no ar, que se insinuava entre ele e os seus amigos de ontem, que condicionava as conversas, determinava as carreiras de cada um, seleccionava agora as amizades. O medo que sentia à sua volta metia-lhe nojo, embora por vezes fosse forçado a compreendê-lo até. Funcionários jovens com todo um percurso profissional a fazer, diplomatas que juravam representar o país e não o regime, militares que viam alguns dos seus camaradas de curso e de caserna serem destituídos de todas as honras e deportados para África e que continuavam obedientes a cumprir “ordens superiores”, escritores e intelectuais que fingiam não se sentir incomodados pela censura porque a “profundidade” da sua obra estava para além da compreensão dos censores, jornalistas

fascinados

com

o

“renascimento da Pátria” e arregimentados

para a “defesa do Império” ou a

“restauração

do

orgulho

nacional”,

sacerdotes e bispos que, no lugar da

miséria e da iniquidade, preferiam ver a

“caridade cristã” do regime, a humildade em que vivia Salazar e o culto que

devotava à Virgem de Fátima, e até

futebolistas dispostos a morrer em campo

pela honra patriótica de uma vitória (uma

que fosse!) contra a Inglaterra ou a

Espanha - essas duas sombras seculares

pairando sobre o orgulho lusitano. Todos

eles, essa fina flor da nação, funcionários e

diplomatas,

militares

e

escritores,

intelectuais

e

padres,

jornalistas

e

futebolistas, pareciam ter-se acomodado -

e porque não? - à paz do Estado Novo.

Durante um tempo, Diogo tinha

acreditado que a ditadura haveria de cair,

se não às mãos dos opositores internos, ao

menos às da repulsa estrangeira. Ele, que

pelas suas leituras regulares da imprensa

inglesa, se tornara um admirador da

democracia da velha Inglaterra, imaginara,

candidamente, que “o mais velho aliado de Portugal”, a ele unido por um tratado de

amizade e assistência que era antigo de séculos e o mais antigo do género em toda a Europa, fatalmente haveria de se opor, de combater ou, ao menos, de ajudar a minar o regime ditatorial implantado em Portugal em 1926. Estava, mais uma vez, redondamente enganado.

Acima de tudo, os amigos ingleses manifestavam um profundo desprezo por Portugal e pelos portugueses, esse povo sobre o qual, segundo rezava a lenda, já os romanos, dois mil anos antes, haviam estabelecido que “não se governam nem se deixam governar”. Perante o caos e a anarquia que tinham caracterizado os dezasseis anos de República, após a queda da Monarquia, em 1910, os ingleses, se bem que democratas e tolerantes, tinham chegado rapidamente à conclusão de que mais valia aos portugueses uma ditadura

que restabelecesse alguma ordem do que a continuação da desordem em que tinham vivido nos anos anteriores. Aliás, olhando para Portugal e para os portugueses, eles não alcançavam grandes diferenças entre o velho aliado europeu e qualquer território africano governado por régulos primitivos. Como explicava o embaixador inglês em Lisboa, Sir Charles Barclay, escrevendo ao Foreign Office em 1929, “a nação portuguesa, em parte devido à grande mistura de sangue negro, e em parte devido ao enervante clima, é física e mentalmente degenerada... incapaz de um esforço regular ou de um raciocínio lógico”. Aliás, concluía Sua Excelência, enervada pelo clima e exaltada por algum encontrão de um negro nas ruas de Lisboa, “se a exterminação sem dor de uns

milhares de habitantes de Lisboa fosse possível, o resultado seria provavelmente

bem mais auspicioso”. Opinião partilhada

por um outro ilustre inglês, R. A. Gallop,

que, pela mesma altura, publicou as suas

impressões sobre Portugal num opúsculo

intitulado

Notas

sobre

o

Carácter

Português. Nele, os portugueses eram

caracterizados como um povo que, além

do hábito generalizado de cuspir na rua e

“satisfazer em público as necessidades

vitais mais vis”, era tolerante “com a

porcaria, a distinção racial, a deformidade

e doença dos mendigos”, embora fossem

“excepcionalmente amigos das crianças e,

para um povo do Sul, dos animais”.

Tolerantes com os negros e com os animais: degenerescência e virtude, ao mesmo tempo.

Não admira assim que os ingleses tenham passado sucessivamente da fase de desconfiança em relação à ditadura, à de compreensão e aceitação e, finalmente, à de apoio envergonhado. Em 1931, o novo embaixador inglês em Lisboa, Sir C. Russell, resumia, nua e cruamente, a moral das coisas: “Se se realizassem eleições livres, ninguém duvida de que o governo seria derrotado por enorme maioria. Não porque a ditadura não mereça a gratidão do país, mas porque o eleitor comum não sabe valorizar o seu bom trabalho.” O mesmo pensava a ditadura e, por isso mesmo, para evitar a ingratidão democrática, decidiu pôr termo a eleições livres. E, instigado pelo seu embaixador em Lisboa, o Foreign

Office promoveu as visitas a Portugal do
príncipe de Gales e dos navios-bandeira da
Royal Navy e acabou a sugerir ao Times
um artigo elogioso para a ditadura do
Estado Novo, destinado a contrariar a
imagem negativa que o regime português tinha na imprensa britânica e que
constituía “uma ameaça aos milhões de
libras investidas (por ingleses) nas
colónias portuguesas de África”.
Embora não pudesse conhecer o teor
dos relatórios que os embaixadores
ingleses em Lisboa mandavam para
Londres e estivesse longe de imaginar a
atitude complacente e cúmplice da
Inglaterra com a ditadura portuguesa,
Diogo percebia, pela leitura da imprensa
britânica, e especialmente da sua querida
Illustrated London News, que não havia -
nem da parte da Inglaterra nem da

República espanhola - nenhum desejo de

contribuir de forma determinada para que

a

democracia

fosse

restaurada

em

Portugal. Por qualquer ângulo que olhasse

a situação política em Portugal, ele era

forçado a concluir racionalmente que o Estado Novo se implantava cada dia mais

firmemente e que os que se lhe opunham

estavam cada vez mais numa situação de

cerco. Era isso mesmo que os jornais

gritavam todos os dias: quem está pela

Pátria, adere; quem não está, não tem

futuro em Portugal. Mas ele tinha uma

terra a defender, em Portugal. Tinha uma

propriedade de família, por cujo destino

lhe cabia velar como filho mais velho na

ausência do pai, e tinha uma família que amava e cujo futuro passava igualmente por essa terra e por esse país, que era também o seu. O cerco estava montado e ele estava lá dentro.

Também as suas relações com Amparo tinham estado difíceis, ao longo do ano.

Enjoada, maldisposta, desconfortável quase todos os dias, Amparo tinha pouca paciência para escutar os seus desabafos sobre a situação política do país.

- Devias preocupar-te é com a situação na herdade! Em breve, vais ter dois filhos para criar e é daqui que eles, que todos nós vamos ter de viver - dizia-lhe ela, contribuindo ainda mais para o

exasperar.

Amparo não se dava a esforço algum

para o acompanhar nos seus devaneios

intelectuais. Interessava-lhe muito pouco

ou nada os assuntos que ele lia na sua

revista inglesa -as campanhas da Inglaterra

no Egipto e no Sudão, a situação no

Extremo Oriente ou a política económica

do New Deal do Presidente Roosevelt nos

Estados Unidos. Quanto à política

portuguesa, que tanto o obcecava, passava

de largo, fingindo não perceber nada do assunto e insinuando não haver remédio

para esse mal. Era inteligente e estava

longe de ser ignorante: pelo contrário,

fazia escolhas e, tudo o que lhe parecia útil

aprender, aprendia. Mas, no que não lhe

parecia trazer utilidade alguma à família

ou à vida deles, ou que, até, a poderia

prejudicar, ela preferia fingir-se de

ignorante ou desinteressada. Subtilmente, tentava atrair-lhe, sim, a atenção para os assuntos domésticos: o filho que ensaiava os primeiros passos, o novo sofá da sala que escolhera em Estremoz com a sogra, a safra dos figos e das amoras para as compotas, que fora nesse ano excepcional. Mas, sem que ela o percebesse, tudo isso contribuía ainda mais para deixar Diogo abatido e com a sensação de estar só, mesmo dentro da sua própria casa: estava ele angustiado com a sorte de dois conhecidos que tinham sido presos pela PVDE, e ela embevecida com os primeiros passos do filho; ele acabrunhado com os discursos sibilinos de Salazar, e ela entusiasmada com as compotas de amora! E, se à sua roda e fora de casa todos se iam calando e evitando as conversas que a prudência não aconselhava, e em casa

tinha um irmão que apoiava a ditadura e

uma mulher que achava que o assunto não

tinha importância alguma, com quem

desabafaria ele - com as árvores?

Assunção nasceu em Julho, com um

mês de intervalo sobre o primeiro

aniversário do irmão. Tal como Manuel,

nasceu também em Valmonte, após um

parto longo e complicado, assistido pelo

médico da família, Dr. Suggia, e a parteira

encartada de Estremoz, a D. Jesuína - que

foi, aliás, quem melhor deu conta da

situação, numa altura da tarde em que as coisas pareceram complicar-se seriamente

e Maria da Glória entrava e saía do quarto

da parturiente, levando e trazendo toalhas

e alguidares, passando pela sala onde

Diogo aguardava notícias e comentando

apenas:

- Está a correr e ela está a portar-se

com muita coragem, a tua mulher!

Às nove da noite, finalmente, dez

minutos depois de ter escutado o primeiro

choro do bebé, chamaram-no ao quarto,

que fora arrumado à pressa, mas que ainda

guardava, visíveis a um olhar atento, as

marcas de uma luta vital que ali se travara.

O

médico

deu-lhe

os

parabéns,

informando-o de que era uma menina e

soltando um suspiro de alívio que logo

revelou a Diogo que a luta fora incerta.

Depois, viu a sua filha adormecida encostada ao ombro da mãe e viu o rosto

quase desfigurado de Amparo, de longos

sulcos negros debaixo dos olhos, a cor

pálida e exangue, a expressão devastada

que um sorriso a custo esboçado não conseguia suavizar. Percebeu que ela tinha estado muito perto de se perder, que tinha andado tempo de mais sobre essa ténue linha de fronteira, indecisa entre ficar do lado da vida ou tê-lo deixado assim, sem aviso, com uma filha acabada de nascer e um filho de um ano para criar, sozinho.

Saiu do quarto e foi festejar com Pedro, para os cabarets de Lisboa.

Voltaram já de manhã, sem ter dormido, e veio encontrar Amparo, que estava deitada na cama, recostada numa profusão de almofadas, a dar de mamar a filha. Já recuperara alguma cor e sorriu-lhe, agora mais genuinamente. Tinha um peito de fora, inchado de leite e com o bico a ser sugado pela filha, o cabelo despenteado e comprido, caindo em madeixas soltas sobre as almofadas. Ele parou a olhá-la e

sentiu vergonha de si próprio ao achá-la incrivelmente atraente e sensual assim. Aquilo que para Diogo era motivo de descrença e desânimo, para Pedro, pelo contrário, era motivo de exaltação e entusiasmo. Ele não levara a brincar a sua filiação e militância na União Nacional de Estremoz: era assíduo nas reuniões e generoso nos financiamentos. Trabalhava, gastava-se, expunha-se, não tinha pudor nem cerimónia em andar de porta em porta a solicitar adesões à causa, não ignorando embora o quanto ela era ainda pouco popular em Estremoz. Mas ele acreditava sinceramente que o Estado Novo era o que de melhor podia ter acontecido a Portugal, depois da fraqueza e da indecisão dos últimos tempos da Monarquia, depois do caos e da demagogia republicana. E acreditava que Salazar era o homem - não

enviado pela Virgem de Fátima, mas desejado pelos homens de bem de Portugal - que a Providência tinha posto no caminho dos portugueses para restaurar algumas noções essenciais, tais como os valores da honra, da terra, da família, do trabalho, o orgulho de pertencer a uma nação que tinha um Império espalhado pelo mundo e a um Estado que agora honrava os seus compromissos, pagava as dívidas, vivia com o que tinha e, acima de tudo, era soberano e fazia-se respeitar.

Com Salazar, ele ganhara um líder; com o Estado Novo, ganhara uma causa e uma ideologia.

Apesar disso, procurara nunca mais discutir política com Diogo. Esforçava-se por respeitar as suas diferenças, respeitar o seu estatuto de irmão mais velho - que, para ele, contava muito -, respeitar a sua

nova condição de pai e respeitar, porque o amava, a sua angústia e o seu visível mal-estar com o país. Tinha pena que as ideias políticas os tivessem afastado, mas, no que dependesse de si, nada, absolutamente nada, o separaria do irmão.

Além do mais, não era só Diogo que andava ocupado e distraído com a sua absorvente condição de pai, que tivera dois filhos no espaço de um ano. Também Pedro tinha andado distraído e ocupado com outros assuntos, para além da política e da exploração da herdade. Pela primeira vez na sua vida, ele tinha-se apaixonado e, pela primeira vez na sua vida, tinha-se sentido à toa, numa situação que não controlava e que nem mesmo entendia bem.

Ao pensar na maneira como tudo aquilo lhe tinha acontecido, dava-se conta,

aliás, de como a história lhe parecia inverosímil: quer o objecto da sua paixão, quer as circunstâncias dela. Numa tarde de domingo, em Julho, tinha aparelhado a sua égua favorita, a Riba d'Aguia, para dar uma volta de observação ao estado das searas de milho e trigo e à vinha. Ao fim de uma hora, tanto ele como a montada transpiravam sob o calor inclemente da tarde. O sol trespassava o seu chapéu de palha e empapava o cabelo de suor, que escorria para a cara e para a nuca e que ele ia limpando com o lenço de algodão que trazia atado ao pescoço. Maldisse a crise, que os tinha levado a adiar por mais um ano as obras projectadas para o tanque grande de granito e que iriam permitir que a água da mina fosse desviada para ali, a caminho dos campos, transformando o inútil tanque de recipiente de aguas

estagnadas para rãs numa fabulosa piscina de água corrente para eles se banharem em dias de Verão como aquele. O pensamento levou-o naturalmente a inflectir o Passo pesado da Riba d'Águia a caminho do estábulo, desviando-o em direcção ao trilho que conduzia à ribeira. O seu curso era agora uma sombra dos dias de Outono e Inverno, e mesmo da Primavera, mas, ao menos, sempre tinha fundura suficiente para que ele se pudesse despir e entrar na água, ficando deitado sobre o seu fundo lodoso, expulsando para a margem as rãs e sapos que se imaginavam únicos donos do lugar.

A égua resfolegou à vista da água e foi então que ele, olhando em frente, distinguiu um vulto de qualquer coisa que não pertencia ali: uma mancha de cor, que ocupava uma das grandes pedras sobre a

ribeira. Aproximou-se a passo, curioso, e deteve-se a uns vinte metros do vulto, sem ter ainda sido descoberto. Por momentos, julgou que o calor lhe tinha provocado alguma espécie de miragem: sentada sobre a pedra e de costas para ele, estava uma rapariga nova, de longos cabelos castanhos caídos sobre as costas, calças arregaçadas até ao joelho descobrindo umas pernas bem desenhadas, descalça, uma camisa de homem que manifestamente lhe estava grande e saía por fora das calças e, montado em frente dela, estava um cavalete, no qual ela pintava a pincel. Uma pintora, na ribeira de Valmonte!

Finalmente, ela apercebeu-se da sua presença e da do cavalo. Voltou-se subitamente, assustada, o pincel suspenso no ar. Tinha uns olhos grandes e rasgados, um olhar lânguido, uma boca grande, um

cabelo que brilhava com reflexos de luz. Mas não era bonita: faltava-lhe qualquer coisa na expressão, no desenho da cara, que pudesse acrescentar ao seu tom geral estouvado a natureza de uma aparição. Mas não deixava de ser uma aparição. Pelo menos, aos olhos de Pedro.

- Olá! - disse ela, finalmente, olhando-o, enquanto ele desmontava do cavalo e o abandonava para que se dessedentasse na ribeira, sem nunca tirar os olhos dela.

- Olá - respondeu ele, em tom neutro.

- Espero que não faça mal eu estar aqui! - disse ela, começando a limpar o pincel nervosamente, num pano

incrivelmente sujo que sacou da sua frente.

- Quem é a menina? - Pedro foi

sentar-se noutra pedra, a poucos metros

dela, continuando sempre a encará-la.

-

O

meu

nome?

Chamo-me

Angelina... Angelina Dória.

- Dória? Do sr. Ângelo Dória, do

Cartório?

- Isso mesmo: do Cartório -

respondeu ela, em tom de alívio.

- Filha?

- Sim.

- Ah, e é pintora, pelo que vejo?

- Bem, estou a aprender... Fiz o curso

e agora estou a praticar...

- O curso?

- O curso de Belas-Artes, em Lisboa.

- Fez o curso de Belas-Artes em

Lisboa?

- Fiz...

Ele riu-se, sacudindo a cabeça, como

se lhe custasse a acreditar.

- Caramba, Estremoz está a ficar

uma terra de intelectuais!

Ela acabou de limpar o pincel e guardou-o numa caixa que trazia consigo.

- Não sou intelectual: sou pintora.

Ou melhor, espero vir a sê-lo.

Pedro levantou-se e encaminhou-se

para onde ela estava. Instintivamente, ela

levantou-se também, limpando as mãos

sujas de tinta à camisa. Ele aproveitou para

reparar que ela não era alta nem baixa, mas

que tinha uma cintura estreita e um peito

que despontava levemente sob a abertura

da camisa e que parecia sedutor.

- Posso ver o que pinta? - E estendeu

a mão, como se esperasse ser convidado

com um gesto dela.

- E eu, posso saber antes quem é

você?

- Claro, desculpe: esqueci-me de me apresentar. - Fez uma ligeira inclinação de

cabeça. - Chamo-me Pedro Ribera Flores.

- Ah, o dono disto tudo! - E ela fez

um gesto largo com o braço, querendo

designar todo o horizonte à volta.

Pedro sorriu.

- Não: um dos donos, e só até onde a

vista alcança! Estendeu-lhe uma mão, que

ela apertou.

- E até onde é que a sua vista

alcança?

- Neste momento, alcança uma

jovem pintora, sentada na beira do ribeiro

onde eu me vinha banhar...

- Mas pode banhar-se à vontade! O ribeiro é seu!

- Não, não posso.

- Porque não?

- Porque você está aí e eu costumo tomar banho nu. Ela riu-se e o seu riso, notou ele, era bonito e leal.

- Ah, mas eu viro as costas e vou-me já embora! Não lhe quero estragar o seu banho! Aliás, invadi-lhe a propriedade sem pedir licença: era o que faltava que também o impedisse de tomar banho!

- Não, não, não vá! Deixe-me ver o que estava a pintar.

Ela afastou-se do cavalete para que ele pudesse observar o óleo que lá estava colocado.
“Estranho”, pensou ele, havia um desenho a lápis, que reproduzia a paisagem em frente ao quadro, de forma fiel. E, sobre o desenho, ela tinha

começado a aplicar grossas pinceladas de cor que esbatiam o desenho e tornavam a paisagem incompreensível.

- Então, o que acha? - perguntou ela, nas suas costas.

Ele virou-se devagar, hesitando na resposta. Por qualquer razão que não lhe interessava agora analisar, não queria afastá-la, vê-la partir assim como tinha aparecido.

- Acho estranho: ao princípio, parecia que você ia desenhar a paisagem, tal como ela é, mas a seguir, começou a... a...

- A estragar tudo?

- Não, mas a complicar as coisas... como aquele francês, comunista, que faz tudo torcido, parece que não sabe desenhar. Como é que ele se chama?... É o...

- Picasso?

- Isso mesmo, Picasso!

Ela

riu-se,

e

agora

parecia

francamente divertida.

- Não é francês: é espanhol, mas vive

em França. E desenha fabulosamente bem.

Se você visse os primeiros quadros que ele

fez, em miúdo, os retratos do pai dele,por

exemplo, ia perceber como ele desenha bem!

- Então, porque é que faz tudo

distorcido, disforme?

- Porque é assim que ele vê as

coisas,

no

fim.

Primeiro,

vê-as
completamente nítidas, como todos nós as vemos, e, depois, vê-as com um olhar que é só dele, e então elasganham a forma desse olhar. Aí é que está o génio dele: vê o que todos vemos, mas vê também para além disso. Um quadro não se pinta só com o olhar, pinta-se também com os sentimentos, com a alma, com o estado de espírito, com os sonhos, os pesadelos, tudo isso. É o consciente e o inconsciente, o visível e o obscuro. É isso a arte moderna.
- A pintura abstracta?
- Sim, há quem lhe chame pintura abstracta, por
oposição
à
pintura
figurativa, concreta. Eu não gosto da classificação.

- Porquê?

Ela fez uma pausa, como se

esperasse essa pergunta há muito tempo.

- Porque é uma classificação errada,

que não significa nada. Eu, por exemplo,

estudei um tempo com o mestre José

Malhoa, que é um pintor figurativo

absolutamente fantástico: não é antigo nem

moderno, nem concreto nem abstracto, é

eterno. Mas a pintura dele não é aquilo que

eu sinto, nem aquilo que eu quero fazer.

- Quem é, então, o pintor português

que mais a atrai?

- O Amadeo de Souza-Cardoso, que é bem mais próximo do Picasso.

- Também é comunista?

Ela riu-se, outra vez: o primarismo

intelectual, genuíno ou forçado, que Pedro

fazia gala em exibir, parecia diverti-la

francamente.

- Mas que obsessão é essa com os comunistas?

- Não, a obsessão é deles: parece que têm todos que se declarar comunistas, para poderem ser reconhecidos como grandes pintores. Como aquele outro espanhol que pinta esqueletos e cavalos abandonados no deserto e relógios a derreterem-se ao sol...-

Quem, o Dali?

- Sim, esse!

- Mas esse não é comunista: pelo contrário, é fascista e exibicionista!

- Ah, então você não gosta dele?

- Acho-o genial. Um dos maiores pintores de sempre.

- E é fascista? A sério?

- É. Fascista e surrealista.

- O que é isso?

Ela recolheu a tela do cavalete e começou a guardar os pincéis e as tintas.

Embrulhou a tela que estava a pintar num

papel pardo que trazia e pôs-se a arrumar

tudo meticulosamente, mas sem pressa.

- O surrealismo, Pedro? É difícil de explicar o que é. Quando se viu muita

pintura, quando se gosta muito de pintura,

às tantas o surrealismo torna-se uma coisa

evidente e natural por si. Mas assim, a

partir do nada, é difícil de dizer como é

que se chega lá e como é que a pintura

surrealista faz toda a lógica e todo sentido.

- Angelina: eu sou ignorante, mas

acredito que não sou estúpido. Tente

explicar-me.

Outra vez o sorriso dela, que era a

coisa mais bonita que tinha. E agora,

meigo, pareceu a Pedro.

- Está bem: o surrealismo é uma

fusão perfeita entre técnica e a

sensibilidade. À partida, você tem um

cenário tecnicamente perfeito ao nível da

pintura - tão perfeito que parece quase uma fotografia. Nenhum pormenor capa; as

lmhas, as sombras, os contornos estão

rigorosamente desenhados: é o real

absoluto. Depois, o retrato começa como

que a perder o juízo, a fartar-se de tamanha

fidelidade e, de repente, é como se você

estivesse aqui a olhar para o ribeiro e, à

força de o ver sempre nítido e imutável,

fechasse os olhos e, quando os abria, via

qualquer coisa de absurdo, que não está lá,

mas que, na sua imaginação, podia estar.

Como...

- Como você, por exemplo...

Ela olhou-o, antes de responder.

Olhou-o e, sem que soubesse dizer porquê,

percebeu naquele instante que se tinha

apaixonado por ele. Em quinze minutos.

- Isso mesmo. - E suspirou

profundamente. - O surrealismo é isso:
quando o real se torna tão excessivo ou tão
insuportável, que se transforma em surreal.
Todo o resto do Verão eles foram aos
poucos
aprofundando
uma
relação
improvável,
nascida
daquele
extraordinário encontro à beira do ribeiro
numa tarde de Julho. Ele convidou-a para
vir pintar todos os dias, se quisesse, a
Valmonte, e disponibilizou-se para a levar
aos cenários que, na sua maneira de ver a
pintura, melhor poderiam servir para a
inspirar. E aí, como ele dizia, rindo-se, ela
tratava logo de “assassinar a paisagem”.
Era, de facto, uma estranha relação: ela

ficava horas a ouvi-lo dissertar sobre a

situação do gado, o estado das colheitas, a

avaria no tractor, a dificuldade de

escoamento da produção a preços rentáveis

- coisas que nada lhe diziam, mas que ela escutava, atenta e divertida. E ele passava

horas a falar e a vê-la pintar telas em que não reconhecia coisa alguma daquilo que

via, se olhasse em frente. Mas fazia mais

do que isso, ainda: de manhã, passava pela

cozinha e encomendava à Maria da

Cozinha, que era quem reinava naquele

local desde sempre, um farnel para dois,

que depois vinha buscar por volta do meio-

dia e levava num cesto de vime, ao

encontro dela: tortilha de batata e tomate,

pastéis de bacalhau com arroz de feijão ou

costeletas de porco panadas, queijo, paio,

fruta - deixava essa parte ao critério da

Maria da Cozinha, que andava espantada,

agradavelmente espantada, com aquelas

encomendas do seu “querido menino”

Pedro.

Um

dia,

disfarçadamente,

ele

começou a levar mais coisas, para além do farnel com o almoço. Levava umas mantas

e

umas

almofadas,

que

arrumava

discretamente na mala do carro em que a

ia buscar a Estremoz todas as manhãs.

Primeiro, a pretexto de que era o lugar

mais abrigado do sol, nos dias de Verão,

depois a pretexto de que era o mais

abrigado do frio, quanto entrou o Outono,

tinha criado o hábito de a levar para

almoçar no velho moinho de água, de há muito abandonado, suspenso sobre a ribeira. Deu-se mesmo ao trabalho de trazer uma vassoura, varrer o chão todo e libertar as paredes das teias de aranha e das silvas que entravam pelas janelas sem vidros nem portadas. E era ali, sentados no chão e com os pés praticamente na água, que eles almoçavam, na pausa dos trabalhos de ambos. Depois, trouxe as almofadas e os cobertores para estarem mais confortáveis, e um dia, em que chovia lá fora e eles estavam ali ao abrigo da chuva e de todos os males do mundo, um dia em que, surpreendendo-lhe de repente o olhar, a viu incrivelmente exposta e doce, inclinou-se sobre ela e beijou-a na boca, suavemente. Ela, porém, retribuiu o beijo com paixão e intensidade, e ele ficou como que perdido, à deriva na

boca dela. Ela agarrou-o Pelo pescoço e tombaram de lado, abraçados. Continuou a beijá-la, enquanto as mãos dela se encostavam ao seu peito e deslizavam pelos seus músculos. Ele fez o mesmo e sentiu-lhe o peito fremente, inchado de desejo. As pernas dela enrolaram-se nas dele e ele abriu-lhe a blusa, quase rasgando-a, e expondo um soutien do qual o peito dela transbordava, oferecendo-se. Pedro tentou desapertar-lho, mas os seus dedos pareciam trôpegos e a ânsia não os ajudava. Ela riu-se:

- Eu faço isso.

Desapertou o soutien atrás, mas não o tirou, deixan-do-o solto. Em vez disso, levantou-se e começou a despir o resto: a saia, as meias de lã, as botas. Quando ficou inteiramente nua da cintura para baixo, e só então, tirou o soutien e deixou-se ficar

em pé, a olhar para ele. De olhos

semicerrados, ele fez um gesto com a mão:

“Vem cá!” Ela abanou a cabeça, sem

mudar de posição:

- Não, agora é a tua vez de te

despires.

Ele levantou-se também e começou a

despir-se, sem nunca parar de a olhar.

Ficou de pernas abertas, orgulhoso por ver

como ela contemplava a sua excitação, com a cara ligeiramente de lado e um

sorriso entre os lábios. Angelina curvou-se

então sobre os cobertores, de gatas como

um felino, as suas longas pernas dobradas

em ângulo recto o cabelo caindo sobre a

cara, a pele branca brilhando na penumbra

do moinho.

- Anda cá tu, agora...

Ele foi, rápido e impetuoso e fez

tudo, rápida e impetuosamente. Não ouviu

dela nem um queixume, nem um

murmúrio de excitação, nem uma palavra.

Apenas sentiu que lhe agarrava os cabelos

com força por detrás da cabeça e que

arqueava levemente o corpo para facilitar

os movimentos dele. Quando, exausto,

tombou a cabeça de lado no peito dela e,

minutos depois, rodou a cara para a olhar,

reparou que ela continuava com a cabeça ligeiramente de lado, o mesmo sorriso na

boca e contemplava o tecto do moinho, de

olhos bem abertos. Só então pareceu

verdadeiramente concentrar-se nela.

- Angelina?

- Sim...

- Diz-me uma coisa. Tu não és

virgem, pois não? Ela sorriu, sem se

mexer.

- Então, tu acabas de fazer amor

comigo, como é que queres que eu seja

virgem?

- Sim, claro. Antes disso, quero eu dizer... eras virgem? Não, pois não?

- Isso preocupa-te?

- Se me preocupa? Que raio de

pergunta! Então não há-de preocupar?

Ela sentou-se sobre os cobertores, afastando-lhe docemente a cabeça do colo, estendeu a mão para a bolsa, sacou um maço de Chesterfield, meteu um cigarro na boquilha e acendeu-o com o seu Zippo.

- Estás a falar a sério, Pedro? Preocupa-te que eu seja virgem? Agora é que te preocupa?

- Não, pensei nisso antes, mas, como não te vi dizer nada sobre o assunto nem travar as coisas, achei que... de uma maneira ou de outra...

- O quê?

- Que ou não eras virgem, ou...

- Ou quê?

- Ou não te importavas de deixar de ser...

- Ah, e o que concluíste, afinal?

- Pedro estava a achar a conversa desagradável, a despropósito, e o pior é que tinha sido ele a começá-la. “Pensando bem, o que me importa a mim isso? Ela é que tem de se preocupar com o assunto!”

- Concluí que não, Angelina.

- Não... Não quê?

- Que não eras virgem, antes de mim.

- Estava a começar a irritar-se com aquele interrogatório: então, ela não era virgem e ele é que era o réu?

Angelina reclinou-se sobre ele e pousou-lhe as mãos no peito. Ele estremeceu ao reparar outra vez como ela estava sensual e exposta na sua nudez, debruçada sobre ele. Ia falar, mas ela antecipou-se-lhe:

- Diz-me a verdade, Pedro: isso é grave, é importante para ti?

- Não sei se é grave. Importante é. E

é... é diferente.

- Diferente de quê? Diferente

daquilo a que estás habituado?

Ele hesitou.

- Não, diferente, sei lá, daquilo que seria normal esperar de uma rapariga como

tu.

- Como eu?

- Sim, da tua condição, do teu meio...

Ela pressionou-lhe mais o peito.

- Estás a sugerir o quê, Pedro?

- Nada. Juro que não estou a sugerir

nada.

- Então, onde é que está a

importância para ti de saber se eu já dormi

com um ou com mais do que um, antes de

ti? Eu perguntei-te alguma coisa sobre a

tua vida sexual passada?

- E diferente, Angelina...

- Porquê diferente? Eu deixo de ser respeitável a teus olhos por já não ser

virgem? Não queres voltar a estar comigo?

por causa disso?

- Não, não, nada disso!

- Então?

Ele suspirou. Demasiadas perguntas

para que não estava preparado. Nunca

tinha, aliás, imaginado que devesse estar.

- Angelina: por mais moderna que tu

sejas ou queiras aparentar ser, não podes

ignorar que há tradições e valores morais,

no meio em que nós vivemos, que...

- Convenções, Pedro!

- Seja: convenções. Chama-lhe o que

quiseres, mas há.

- E o que interessam elas?

- Interessam, sim.

- Para quê?

- Para quê? Olha, para o casamento,

por exemplo!

- Para o casamento? Mas tu

pediste-me em casamento?

- Não...

- Vais pedir-me em casamento? Ou melhor, ias pedir-me em casamento, mas agora, que descobriste que eu não era virgem, já não podes? É isso?

Ele afastou-lhe as mãos e levantou-se. Estava a ficar sem ar, a sentir-se acossado.

- Que raio de pergunta, que raio de interrogatório! Não podemos parar com isto? Uma coisa tão boa acaba assim, nesta discussão parva!

Ela baixou a guarda, enfim. Sentiu que continuar seria maldade sua.

- Podemos, tens razão. Peço-te desculpa: foste tu que começaste e eu senti-me ofendida. Era a última coisa de ti que queria ouvir, depois de ter feito amor contigo...

- Desculpa, Angelina, não te quis

ofender.

- Eu sei, são coisas que estão na tua

cabeça, mais do que no teu coração. Tu devias guiar-te mais pelo coração e menos

pela cabeça, Pedro. Se queres ser feliz...

Ela estava sentada no chão, ele

tinha-se encostado à parede que noutros

tempos fora caiada e que agora tinha só a

argamassa à vista por entre as pedras.

- O que eu queria, agora, é que tu

não me deixasses...

Ela sorriu-lhe.

- Não, eu não te deixava por isto.

Mas mete uma coisa na tua cabeça, Pedro

Ribera Flores: eu não estou aqui para que

te cases comigo. Não ando à procura de

noivo nem de casamento. Estou contigo

porque gosto da tua companhia, gosto de

estar contigo, por mais diferentes que nós

sejamos - e somos.

Ele abriu as mãos, simulando um

gesto de rendição. E desta vez foi ele que

avançou de gatas para o chão, onde ela

estava.

- E de fazer amor comigo outra vez,

não gostavas?

- Sim, querido. Mas... mais devagar

agora, pode ser?

X

De meados de Outubro até Junho, o

jantar em Val-monte era pontualmente às

sete e meia; de Junho a Outubro, às oito e

meia.

Quando não havia visitas, retiravam-se as tábuas do centro da mesa e esta

ficava em forma de quadrado, ocupada

apenas com os da casa. Com as tábuas

todas, na sua extensão máxima, a mesa de

jantar de Valmonte podia levar até vinte e

quatro pessoas. Na versão de todos os dias,

ficava a parecer uma jangada perdida na imensidão da sala, pousada sobre um magnífico tapete de lã de Arraiolos que fora presente de casamento de Maria da Glória e de Manuel Custódio e que ocupava quase todo o soalho de tijoleira vermelho-escuro. Era uma mesa de madeira escurecida pelos anos de cera que levava em cima, de carvalho francês - "madeira nobre e séria", como dizia Manuel Custódio, que gostava de a afagar com a mão, como se alisasse o pêlo da garupa de uma égua. Era, de facto, uma mesa de formação nobre: não queimava com a cera das velas, não manchava com as nódoas de vinho ou de gordura, não riscava com o roçar distraído dos talheres de prata, não guardava ressentimentos das discussões, desavenças ou mal-querenças que muitas vezes testemunhara e sempre

em silêncio.

Também o jantar, em si, seguia um

ritual, que os anos quer os de abundância

quer os outros - não tinham alterado. Na

estação de Inverno, servia-se uma sopa

quente de entrada e um prato - de bacalhau

ou de carne, excepto à sexta-feira, que era

de peixe (o bacalhau não contava como

peixe, era uma coisa à parte, um terceiro

género, uma espécie de remédio nacional)

- e, no final, a criada indagava de cada um

se ainda podia servir o bife da casa, uma

peça de lombo de vaca grelhada em

manteiga; depois, havia fruta, queijo e

marmelada e doce. Na estação de Verão, a sopa quente era substituída por uma

entrada fria figos com presunto, gaspacho

ou melão - e tudo o resto era igual, excepto

os doces, que normalmente cediam a vez

aos gelados feitos com a fruta da casa e

que eram uma das especialidades da Maria da Cozinha. No Inverno, mas no Inverno realmente frio, de Dezembro a Março, naquelas noites em que o manto translúcido da geada caía sobre os campos lá fora, jantava-se de lareira acesa. No Verão, se a noite estava agradável, com uma ligeira brisa refrescando o ar, eles gostavam de jantar no amplo alpendre, na mesa de pedra que lá havia e à luz de velas e candeeiros a petróleo para afugentar os mosquitos. Mas se estivesse demasiado calor, uma daquelas noites abafadas e sem vento em que o próprio ar parecia sufocar, comiam na sala de jantar, ao abrigo da frescura das suas grossas paredes caiadas e do chão de tijoleira.

Numa noite do início de Dezembro, Pedro tinha levado Angelina a jantar a Valmonte. Para compor a mesa, convidara

também um amigo seu, que tinha a virtude de quase nunca abrir a boca e, todavia, não ter um ar excessivamente estúpido: apenas tímido. Angelina sentou-se ao lado de Pedro e à esquerda de Diogo. Ao princípio estava constrangida, sentindo-se justamente o alvo de todas as observações. Depois, e graças a Diogo, foi-se soltando aos poucos, embrenhando-se com ele numa conversa sobre a pintura moderna. Ambos achavam que o maior pintor português contemporâneo, e talvez de sempre, era Amadeo de Souza-Cardoso, morto poucos anos antes, na flor da idade; ambos estavam fascinados pela

genialidade de Picasso, que em vão tentaram explicar aos outros: só Maria da

Glória parecia seriamente interessada em

compreender. Mas, depois, Diogo foi-se

apercebendo de que ela sabia bem mais de

pintura do que ele: ela estudava e ele

aprendia nas revistas. Ainda se permitiu

uma aparente vantagem, quando ela falou

no catalão Joan Miro e ele respondeu:

“Sabe que ele treina boxe com o

Hemingway?” Ela não sabia, mas sabia

outras coisas que ele ignorava por

completo. Por exemplo, que também havia

pintura moderna nos Estados Unidos e

que, garantia ela, não era possível

conhecer

bem

a

pintura

moderna

ignorando o trabalho de um tal Jackson

Pollock ou de um Edward Hopper - um

abstracto, o outro hiper-realista - ou

mesmo dos precursores de Hopper:

Thomas Cole, ou os pintores da Hudson

River School. Assustado, Diogo refugiou-se na arquitectura, mas ela conhecia

obviamente Mies van der Rohe ou Frank

Lloyd Wright, e ele só conseguiu sair mais

ou menos empatado quando se lembrou de

uma coisa que tinha visto na Scientific

American, revista de arquitectura, e que

ela não conhecia: o recentíssimo sanatório

de Paimio, na Finlândia, desenhado por

um quase desconhecido Alvar Aalto, e que

Diogo jurava ser a pedra fundadora da

arquitectura moderna, para muitos e bons

anos. Ela escutou-o, com um ar pensativo,

enquanto

acendia

um

dos

seus

Chesterfield, em boquilha de marfim.

- É difícil dizer o que é moderno na

arquitectura... A arquitectura é diferente da

pintura: os pintores renascentistas não são

modernos, mas são para toda a eternidade.

Daí para trás, sim, é difícil falar em

moderno, quando pensamos em todas aquelas Virgens, anjos e santos da pintura

medieval: o primeiro modernista da

pintura deve ter sido o Brueghel. Mas, na

arquitectura, por exemplo, existirá alguma

coisa mais moderna do que uma pirâmide?

- São artes diferentes: a arquitectura

tem uma funcionalidade que a pintura não

tem. Por isso, dura mais tempo e escapa

mais a modas.

- A pintura não tem funcionalidade?

- Não, não tem: você vive dentro de

casas, mas não vive dentro de quadros...

- Oh, Diogo, isso nem parece de um

homem culto! Um homem culto não vive

apenas entre paredes, também vive com o

que pendura nas paredes ou, se não

pendura nada, vive com a maneira como pinta as próprias paredes. A arte, qualquer

arte, não tem de servir um fim: a arte

oferece-se a si mesma e esse é o seu fim

natural.

Diogo

estava

entusiasmado

e

espantado: “Incrível como é que o meu

irmão, que só se interessa pelas vacas e

pela ditadura, arranjou uma mulher

destas!”

- Sim, Angelina, estou de acordo

consigo nesse ponto. A arte serve-se e

basta-se a si mesma. Mas, conforme o

ponto de vista social em que nos situemos,

tanto pode ser uma necessidade como um

luxo. Eu e você, porque tivemos essa sorte,

não poderíamos viver sem a arte; mas há

muita gente, demasiada gente, que pode

viver sem pintura, sem música, sem

literatura, porque tem outras necessidades mais urgentes e mais prementes. Mas, sem

arquitectura, não vivem: porque precisam

de uma casa, de um abrigo, de uma igreja,

de uma adega, de um poço, de qualquer

coisa que tem de ser desenhada para eles

por um arquitecto. E, quando constroem a

sua casa, muito mais importante do que

terem um quadro na parede - que, a maior

parte das vezes, são essas horríveis

pinturas da Senhora de Fátima ou do

Sagrado Coração de Jesus! - é terem tido

alguém que lhes desenhou a casa e que se preocupou com a luz, com os ventos, com o calor, com o frio, etc. Essa é a grande diferença da arquitectura para qualquer outra arte: não lhe basta a beleza, tem ainda de ser útil, funcional.

- Que utilidade tem uma flauta nas mãos de um pastor?

- Utilidade? Nenhuma, que eu veja...

- Mas todos eles têm uma flauta, ou todos eles gostam de música, nem que seja dos guizos das ovelhas.

Ela sorriu-lhe por cima da mesa.

Diogo reparou que ela não era bonita, mas, quando sorria, iluminava-se, havia um brilho no seu olhar que era de criança e o sorriso não estava gasto, era ainda infantil.

- Então, Angelina, você vai ficar muito tempo por Estremoz? - Amparo resolvera mudar o tom à conversa, que

aqueles dois ameaçavam monopolizar eternamente. Na verdade, não lhe cabia hierarquicamente esse papel, mas sim a Maria da Glória, ou mesmo a Pedro, antes dela. Mas havia qualquer coisa na conversa de Angelina, na importância que Diogo lhe dera, que a estava a enervar. Estavam as duas em frente uma da outra e Angelina levantou o olhar para ela, ao responder.

- Eu sou de Estremoz...

- Pois, eu sei. Mas esteve em Lisboa, a estudar, estes últimos anos, não foi?

- Foi, e agora voltei.

- Para ficar, para fazer o quê?

Angelina tocou com o pé em Pedro, debaixo da mesa, procurando apoio.

- Amparo, ela ainda não sabe bem, nem tem de ter pressa em saber. A Angelina quer ser pintora e um pintor tanto

pinta em Estremoz como em Lisboa, como na Cochinchina - acudiu enfim Pedro.

- E, para já, vai portanto pintar em Estremoz - ou, melhor dizendo, aqui, em Valmonte?

- Onde é muito bem-vinda, minha querida - atalhou Maria da Glória, levantando-se da mesa, sinal para todos os outros se levantarem também. - Só espero que um dia nos ofereça um desses quadros que pinta aqui. Estive muito atenta à vossa conversa e acho que tem razão: uma parede sem quadros é como se estivesse incompleta.

Mais tarde, quando Diogo entrou no quarto, pé ante pé para não acordar a pequena Assunção que dormia no berço ao lado da cama dos pais, Amparo estava deitada na cama, lendo um livro, dos

vários que ele lhe havia recomendado da biblioteca da casa: O Monte dos

Vendavais. Se bem se lembrava, era a segunda vez que ela o lia: era um dos seus favoritos, talvez por se identificar com a personagem de Catherine Linton. Tinha uma camisa de noite de renda branca que lhe deixava à vista o pescoço alto e grande parte do seu peito moreno abundante. Os cabelos incrivelmente negros espalhavam-se pela camisa e pela almofada e os seus olhos rasgados, de cigana, tinham esse brilho atiradiço, meio selvagem, que o atraíra desde o primeiro instante em que a vira. Com o tempo, com o casamento, com a maternidade, com a sua lenta ascensão de estatuto social em Valmonte, o olhar tinha-se-lhe tornado subtilmente mais desafiador, mais determinado. Mas, aos olhos dele, mais sedutor ainda. Mulher

alguma era mais bonita do que ela: e era sua mulher, todos os dias.

Despiu-se rapidamente e meteu-se na cama todo nu, quase gritando de frio dentro dos lençóis de linho que pareciam ferver de humidade e gelo. Rolou para o lado dela e encostou-se ao seu corpo quente. Ela protestou:

- Mas o que fazes todo nu com um frio destes?

- Adivinha...

- Não, isso não é assim, nem eu sou nenhuma botija. Ela afastou-o com o joelho, debaixo dos lençóis, mas ele não se importou. Lentamente, muito lentamente, como se estivesse distraído, começou a deslizar dois dedos pela coxa dela, para cima e para baixo, e depois espalmou a mão e foi fazendo o mesmo movimento. Subiu, muito devagar pela coxa acima,

reparou que ela não tinha nada por baixo da camisa de dormir, mas passou directamente para o estômago e aí se quedou uma eternidade, como se não quisesse mais nada. Encostou a sua perna à perna dela e foi subindo a mão até chegar ao vale entre o seu peito. O bebé gemeu a dormir, no berço ao lado, e ela soltou um suspiro quase imperceptível, fingindo continuar a ler. Ele aproveitou e agarrou-lhe o peito todo com a mão bem aberta, mas suavemente. Sentiu que o bico estava duro e continuou para o outro. Enfim, ela rodou a cabeça e ele procurou a boca dela, primeiro com um dedo, para que ela o chupasse, depois com dois dedos, depois com a sua boca e a língua. Então, ela virou-se completamente de lado, passou a sua perna por cima da dele e desceu a mão

direita entre as suas coxas, agarrando-lhe o sexo, como dona e senhora. Soltou-se do

beijo dele e murmurou:

- Chega-te aqui...

Tempo depois, olhando os desenhos

de estuque no tecto do quarto, sentindo de

novo o frio tomar-lhe conta do corpo de

cima a baixo, e pensando como era

incrível poder desfrutar do fantástico corpo

daquela mulher, Diogo disse, a meia voz:

- Não gostaste nada dela, pois não?

- Pareceu-me muito convencida.

T- alvez tenha razões para isso: é

uma rapariga com valor, que está a fazer o

seu próprio caminho.

- O caminho dela não passa por aqui, Diogo! E tu sabe-lo bem.

- Por aqui, por onde?

- Por aqui. Por esta casa, por nós.

Por Estremoz. A menina quer mais do que

isso: tem escrito na cara. E não tem nada a

ver com o teu irmão.

- Pois, isso também eu acho. Mas

faz-lhe bem a ele: abre-lhe os horizontes.

Ele só conheceu até hoje ou putas ou

meninas-família de província, snobes,

feias, devotas da igreja e com bigode. E,

além do mais, está apaixonado por ela!

- E ela por ele, estará?

- Não sei. Mas isso é entre eles.

Deixa-o descobrir por ele: seja qual for o

resultado da descoberta, acho que só lhe fará bem.

- Não, Diogo. Isso não é certo: acho

que ela o vai magoar. Vai usá-lo e, quando

estiver farta, deita-o fora. E logo o Pedro, coitado, que não percebe nada destes

assuntos!

- Mas vai usá-lo para quê, Amparo?

Amparo abanou a cabeça. De facto,

essa era uma pergunta de resposta difícil.

- Não sei, Diogo. Mas sinto-o.

O Ano Novo foi passado em

Valmonte, conforme era tradição antiga

deles. A família, alargada a tios, sobrinhos,

primos, cunhadas e cunhados de Maria da

Glória, acrescentava-se com os mais

íntimos da casa, da geração dos pais e da dos filhos. Ao todo, seriam umas trinta

pessoas, mas só os adultos tinham direito à

sala de jantar; as crianças, que eram todos

os que tinham menos de dezasseis anos,

ficavam-se pela copa, com evidente

benefício para ambas as categorias etárias.

O jantar de Ano Novo, assim como o de

Natal, era sempre um acontecimento

gastronómico de referência local, em cuja

preparação Maria da Glória, Amparo e a

Maria da Cozinha tinham investido vários

dias sem descanso. Serviu-se a açorda

alentejana com bacalhau e ovo, o borrego

do monte, alimentado a ervas o ano inteiro,

o arroz de miúdos do borrego, o ensopado

de lebre e a canja de pombo bravo, que

fechava sempre o capítulo dos salgados,

sendo seguida por uma profusão de doces

de ovos, dos quais os mais celebrados

foram a encharcada, o arroz-doce com

canela, o leite-creme queimado a ferro para ficar mesmo estaladiço e a siricaia -

uma improvável combinação de um doce

indiano, que um Bragança, antepassado

dos últimos reis de Portugal, trouxera da

sua estada em Goa, a que acrescentara as

ameixas verdes de Elvas. Depois veio

ainda à mesa um queijo de Serpa curado e

um queijo da serra amanteigado, trazido no

próprio dia de Seia por um parente de

Maria da Glória - queijos e doces

empurrados estômagos adentro com um

porto vintage de 20 anos, marca Borges, e

uma aguardente de zimbro, cor de âmbar.

Ao soarem no relógio de parede as doze badaladas da meia-noite, já no salão aquecido pela grande lareira de pedra alentejana, bebeu-se em Valmonte, sem que eles o soubessem, o último champagne que haveria de ser bebido por muitos anos: um Dom Pérignon demi-sec. Saudaram-se os vivos e, em especial, os dois mais recentes habitantes de Valmonte: os pequenos Manuel e Assunção, filhos de Amparo e Diogo. Os mais novos tomaram conta do salão e do gira-discos e, para mostrar que Estremoz não ignorava as novas modas, dançou-se a rumba e ouviram-se os grandes êxitos planetários do ano: Smoke gets in your eyes e Stormy weather. Mais tarde, remetida a juventude a outras paragens, o velho juiz António Sacramento sacou da viola, o velho Aquino Morais, vizinho de Encerra-Vacas,

a herdade que fazia extrema com

Valmonte,

pegou

na

sua

guitarra

portuguesa, e o filho deste, conhecido

como António “o Belo”, sacudiu a sua

brilhante melena negra, inchou o seu bem

proporcionado peito, derramou o seu olhar

melancólico pela sala e soltou o fado. O

fado de Alfredo Marceneiro, o mesmo que

corria como vento na pradaria por todos as salas, salões e casas de pasto dessa Lisboa

que idolatrava Marceneiro e sabia de cor

todos e cada um dos versos dos seus fados.

Também Diogo era apaixonado pelo

fado na voz de Alfredo Marceneiro.

Esperou até escutar o refrão do seu

preferido (“Adeus, cabecita louca/ hei-de

esquecer/ a tua boca/ na boca/ de outra

mulher...") e saiu discretamente para a

biblioteca, onde também ardia um fogo

vivo, propenso à melancolia. Gostava de

fado, mas não gostava da moral derrotista

e fatalista do fado: um lamento de

vencidos, de conformados, de gente

perdida numa nostalgia sem grandeza. O

fado, pensava ele, era bem o espelho de

um

Portugal

sem

esperança,

sem

horizonte, que substituía o risco pela

lamúria, a aventura - que, segundo rezava

a história, fora apanágio dos portugueses antigos - pela fatalidade do "viver

habitualmente", de que falava Salazar.

Tinha regressado de Lisboa nessa manhã,

deixando para trás uma capital empolgada com coisas sem importância, como a remodelação do velho Café Nicola, no Rossio - onde se contava que o poeta setecentista Bocage tinha por diversas vezes desafiado a autoridade e os bons costumes estabelecidos, coisa que agora pareceria de todo improvável de acontecer. É verdade que sentira em Lisboa a influência de um certo obreirismo a que dava rosto o ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, um brilhante e jovem algarvio da sua idade, que se formara no Técnico como engenheiro electrotécnico, com 19 valores, e aos

26

anos

já

era

professor

universitário. Ele, nas Obras Públicas, e

António Ferro, na Cultura, eram os únicos homens do regime que davam mostras de

não se conformarem com a áurea

mediocritas a que o “viver habitualmente”

de Salazar incitava todos os portugueses.

Mas, justamente ali ao lado do SPN, onde

Ferro

estimulava

e

subsidiava

os

filmezinhos que faziam a propaganda do

“bom povo português”, provinciano e

feliz, a quem um simples fado chegava

para fazer esquecer ou tornar naturais

todas as agruras da vida, ali ao lado, na

sala do Politeama, ele vira na véspera o

último filme de John Ford, A Patrulha

Perdida, e, olhando para as imagens na tela

do Politeama, sentira outra vez como

Portugal era pequeno - de tamanho e de

alma.

O seu amigo e conterrâneo Rafael

Monteiro, o advogado-aviador a quem

Diogo ficara a dever o seu baptismo do ar, veio sentar-se com ele ao lado do fogo da

biblioteca. Tinham crescido juntos no liceu

de

Estremoz

e,

agora

adultos,

comungavam das mesmas ideias políticas.

“Nada mais natural - pensou Diogo,

vendo-o sentar-se a seu lado. - Como poderia um advogado e aviador não estimar a liberdade? Advogar é desprezar as ditaduras e voar é ser livre...”

O ano de 1934 chegava ao fim sem deixar saudades aos que não estavam com a situação. Salazar estendia a sua teia, mexia meticulosamente as suas peças: desentendera-se com o Presidente da República, forçara um braço-de-ferro e fora o Presidente a capitular: ele, chefe do Governo, promoveria o velho Presidente Carmona a marechal e faria dele, daí em diante, um fantoche ao seu serviço.

Depois, subjugou os últimos resquícios da oposição de direita, o nacional-sindicalismo, organizou as primeiras

eleições do regime, nas quais a União Nacional, único partido autorizado a existir e a concorrer, recolheu 100% dos mandatos, formando um parlamento de ilustres eunucos, e acabou o ano a inaugurar os discursos radiodifundidos em directo através do Rádio Clube Português, a primeira rádio pró-regime a instalar-se.

Nada, num horizonte próximo ou longínquo, parecia agora capaz de abalar o seu poder absoluto - a menos que fosse o tédio a cansá-lo e isso não parecia provável: como sucede com todos os ditadores, os seus desejos confundiam-se com a realidade, e, olhando-se ao espelho, ele via, todas as manhãs, um povo inteiro

que o amava, venerava, trabalhava, sofria

e, se necessário, morreria por ele. Como

haveria de cansar-se de tanta glória, tanto amor, tanta gratidão! Salazar, o homem

sem mulher, sem amantes, sem filhos, sem

família, sem amigos, estava “casado com o

povo português”. Para toda a vida, bem

entendido: não havia divórcio na lei civil

do Estado Novo.

O mundo, aliás, tendia para os

ditadores. Hitler, aproveitando a morte do

velho Presidente Hindenburg, juntara as

suas funções de chanceler às de Presidente

da Alemanha. Anexara o Sarre e, a fazer fé

nas incansáveis advertências do deputado,

jornalista, soldado e aristocrata inglês

Winston Churchill, iniciara em grande

escala o rearmamento da Alemanha, com o

apoio de toda a indústria do Ruhr e em

especial da família Krupp. Lá longe, na

URSS, o “pai dos povos”, o bom do

Estaline,

em

quem

os

comunistas

portugueses depositavam tantas esperanças na regeneração da humanidade, iniciara as

suas purgas em grande escala, começando

logo por sacrificar o seu colaborador

íntimo Sergei Kirov, e inaugurando a que

viria a ser a mais célebre e tenebrosa

prisão política de todo o século, a

Lubianka, e os campos de concentração da

Sibéria. Em Roma, o patético Mussolini

ameaçava com as novas hostes romanas e

também ele purgava sistematicamente

quem ousasse sequer questionar o seu

génio universal, mesmo dentro do Grande

Conselho Fascista. Na Áustria, o chanceler

Dolfuss, depois de ter suspendido o regime parlamentar, dizimara os social-democratas, antes de acabar ele próprio assassinado pelos nazis da Áustria. Enfim, em Espanha, a extrema-direita, representada pela CEDA, que fora o partido mais votado nas eleições de Novembro do ano anterior, acabara finalmente por conseguir impor ao Presidente republicano Alcalá Zamora a sua entrada no governo de centro-di-reita chefiado por Lerroux. A CEDA, um agrupamento de partidos de direita que conseguira apear a esquerda socialista e

republicana do poder, reunia os católicos, os grandes agrários, os nostálgicos da ordem e os inimigos das autonomias regionais, deixando de fora, na direita, apenas parte dos monárquicos e a Falange - um corpo paramilitar fascista fundado por José António Primo de Rivera, filho do último ditador da Monarquia. A chegada ao poder da CEDA e do seu líder Gil Robles - que a esquerda acusava de simpatias nazis - provocou uma imediata revolta na Catalunha e nas Astúrias. Barcelona foi subjugada em dois dias, mas nas Astúrias a revolta só foi dominada após pesadas baixas e uma batalha rua a rua na cidade de Oviedo, entre as milícias operárias e os regimentos da Legião Estrangeira, reforçados por

tropas
marroquinas chefiadas pelo jovem general Francisco Franco - um dos “africanos”, como eram conhecidos os oficiais que tinham subido rapidamente na carreira, a partir das guarnições sediadas no Marrocos espanhol. Mais do que pela mestria militar, as tropas governamentais chefiadas por Franco iriam distinguir-se pela sua capacidade de ajuste de contas: cerca de vinte mil prisioneiros, centenas de revoltosos sumariamente fuzilados, torturas sem freio nas prisões. Evocando o exemplo da repressão após a Comuna de Paris, Calvo Sotelo, líder da direita monárquica, instigou o governo a não ter contemplações: “A execução dos membros da Comuna de Paris deu à França setenta

anos de paz social.”

De facto, olhando para o país e para a Europa, Diogo sentia que o ano de 1934 fora um ano de apertar do cerco - o cerco em volta das pessoas livres, dos que gostavam de pensar pela sua cabeça e não estavam disponíveis para jurar eterna obediência a chefes iluminados. Ele vira, na imprensa de Lisboa, uma fotografia de Gil Robles, passando revista às Juventudes do seu partido, no cenário emblemático do Escoriai: um grupo de jovens, alinhado em duas fileiras, saudava-o de braço estendido, gritando, segundo a legenda da fotografia, “Jefe! Jefe!”. Em alemão, Jefe podia-se traduzir por Fuhrer, em italiano

por Duce, e em português por “Chefe”. Em qualquer língua, em qualquer lado ou em qualquer contexto, aquela fotografia e aquela saudação significavam sempre o mesmo: o desejo de ser mandado, a apetência pela submissão, a estética da vassalagem. Felizmente, havia a Inglaterra e os Estados Unidos, duas grandes democracias ocidentais, onde o valor da liberdade individual, dos governos sufragados, da liberdade de imprensa estavam longe de se mostrar gastos. E havia o cinema de Hawks ou de Ford, os hvros de Fíemingway, de Steinbeck, de Graham Greene, de Bernard Shaw, de Virgínia Woolf, de Orwell, de Tennessee Williams ou de Scott Fitzgerald - como

esse espantoso Tender Is the Nigbt, que saíra nesse ano e que ele devorara - para lembrar que havia ainda pátrias para a liberdade e razões de crença e de esperança. Mas, onde quer que isso fosse, onde quer que se situassem essas terras da liberdade, não era aqui, seguramente. Já vira o suficiente, já lera o suficiente, já percebera o suficiente para o saber. Ele tinha exactamente a idade do século: 34 anos. Demasiadamente velho para se permitir ilusões, demasiadamente novo para se conformar com a falta de ilusões.

Diogo inclinou-se para a frente e remexeu o lume com o ferro da lareira. As chamas espevitaram subitamente, como se o fogo estivesse a dormir, à espera de que alguém o acordasse. Só então se deu conta de que Rafael não dissera ainda uma palavra desde que viera sentar-se no

cadeirão de couro a seu lado. Ficara também em silêncio, olhando o lume e bebendo pequenos goles do seu copo de aguardente. O melhor que a amizade tem, pensou Diogo para consigo, é a partilha do silêncio.

- Em que pensas, Rafael?

- Provavelmente, no mesmo que tu.

No ano que passou e no que agora começa...

- Não vai ser muito diferente, pois não?

- Não me parece, não...

-Pois... -Diogo esticou as pernas em direcção à lareira. - A mim e a ti falta-nos espaço. Mas há muita gente que se diz satisfeita. E não só os privilegiados: também os pobres. Estão sempre a rezar missas de acção de graças - pela paz, pela segurança, pelo Estado Novo. Pela

Senhora de Fátima e pelo Salazar, as duas entidades que dizem poder “salvar Portugal”. Tu ouves o que eles cantam na igreja à Senhora de Fátima: “Enquanto houver portugueses, tu serás o seu amor.”?

Caramba, será que eu, a quem a senhora da azinheira não diz nada, não sou português?

Rafael riu-se.

- Bem, Diogo, tu, pelo menos, tens dois filhos pequenos para criar: sempre é um projecto, qualquer coisa que escapa à mediocridade reinante. Mas eu e a Luísa, infelizmente, não temos filhos. Só nos temos um ao outro.

- Tens o teu avião, Rafael! Lá em cima és livre.

- Hum, não sei quanto tempo mais, Diogo. Sabes que estão a restringir cada vez mais as autorizações de voo para os aviões de turismo de particulares? Para

levantarali de Évora, é preciso enfrentar uma pequena batalha burocrática e os interrogatórios do polícia de serviço.

- Mas porquê?

- Porquê ao certo, não dizem. Mas acho que tem que ver com a situação em Espanha: têm medo que os aviões levem armas para a esquerda espanhola ou que as tragamde lá para a nossa oposição.

- A sério, já nem o céu?

- Já nem o céu!

Diogo levantou-se.

- Bom, vamos ter com os outros.

Esta é uma noite para tentar estar feliz. 1935 vai ser melhor! Sinto-o. Tchim-tchim! - E estendeu o copo a Rafael.

- Tchim-tchim!

Em Janeiro, as manhãs cobriam-se de um espesso manto de névoa branca que se seguia às geadas da noite. Eram as

noites mais preocupantes na actividade agrícola de Valmonte. A geada queimava as árvores e os rebentos e era necessário cobrir as mais frágeis com mantos de palha durante a noite e regá-las de manhã cedo, antes que as raízes sucumbissem. Se as geadas se prolongavam, as sementeiras do Outono morriam e era inevitável alimentar o gado com o feno guardado nos armazéns e esperar que ele chegasse para todo o Inverno. Mas, pelo frio, matavam-se os porcos e essas eram ocasiões solenes. Quase todos matavam: os senhores da casa, os caseiros e rendeiros, muitos dos trabalhadores, que dispunham de um espaço reservado na herdade para criarem o seu porco durante o ano. A diferença entre uns e outros era simples e via-se a olho nu: os “porcos da casa” eram mais magros, mais carne que gordura; os porcos

dos caseiros e trabalhadores eram tão gordos que chegavam a pesar catorze e quinze arrobas e, nos últimos dias antes da matança, já nem conseguiam manter-se em pé, jazendo deitados de lado à espera do dia fatal. Engor-davam-nos assim porque o porco representava meses de comida para eles, durante o ano. E, por isso, a matança constituía um dia tão importante na vida das famílias, que eram inteiramente mobilizadas para esse misto de ritual, trabalho e celebração. O porco era morto por um homem, destro com a navalha, que o sangrava pela garganta lentamente, enquanto o pobre soltava gritos lancinantes e tentava em vão soltar-se da malha formada pelos braços dos outros homens.

A razão por que o matavam de maneira tão bárbara não era por sadismo, mas por fome: o sangue que pingava era recolhido

num alguidar e, logo nesse dia, parte dele seria cozinhado e comido, e outra parte seria guardada para os chouriços de sangue. Tudo, aliás, se aproveitava no porco: uma vez morto e escorrido, eram queimados os pêlos, aberto ao meio e retiradas as tripas, que as mulheres iriam lavar ao ribeiro e que, mais tarde, serviriam para ensacar os enchidos. A pele era reservada para coiratos, que seriam assados na brasa e acompanhados com um vinho tinto de ocasião. As vísceras eram integralmente aproveitadas, assim como os pés, as mãos, a cabeça, as orelhas: tudo era conscienciosamente separado e colocado em baldes, para ser lavado e preparado. Até as amígdalas do bicho, a que chamavam molejas, eram saboreadas, sendo aliás a primeira coisa a ser provada no dia da matança. Bem esquartejado,

lavado e dissecado, as únicas coisas que

não se aproveitavam no porco deviam ser

os olhos e os dentes: tudo o resto tinha a sua utilidade e os seus adeptos. Limpo das

partes menos nobres, passava-se às carnes

junto à camada de gordura, que eram

transformadas em “enchidos” - paios,

chouriços, farinheiras - às vezes quase só

gordura, envolta nas tripas, atadas com um

nó nas pontas e logo penduradas no

fumeiro, onde iriam ficar durante meses:

esse era trabalho que ocupava as mulheres

o dia inteiro. Alguns, mais abastados,

talvez guardassem uma perna para fazer

um presunto, mas a regra era então salgar

toda a carne de primeira - pernas,

costeletas, lombos - e, eventualmente,

vender parte dela.

Os convites para a matança eram habituais entre familiares, amigos ou

vizinhos, pelo que, durante os meses de

Dezembro e Janeiro, eram raros os domingos em que não havia uma festa de matança. Num desses domingos de Janeiro, Pedro tinha acabado de sair do almoço da matança do porco de André da Cruz, o corticeiro. Vinha com a cabeça pesada do vinho de má qualidade que bebera e da aguardente de medronho que, logo pela manhã, o haviam forçado a experimentar, para acompanhar a moleja grelhada sobre as brasas acesas em pleno chão. O seu desejo era ir para casa dormir, mas tinha-se comprometido com Angelina a passar pelo estúdio dela na vila, e ela insistira para que não faltasse, dizendo que tinha uma coisa importante para falar com ele.

Com os frios de Dezembro e Janeiro, Angelina abandonara o seu ritual de ir pintar para Valmonte. Em vez disso,

transformara a antiga cocheira da casa dos pais em estúdio e agora era ali que passava o grosso dos seus dias, entre cavaletes com quadros por acabar e uma quantidade deles, já acabados ou não, encostados no chão uns aos outros. O espaço era exíguo e húmido e ela aquecia-se com um fogareiro a petróleo que só irradiava calor um metro à volta. Para se sentar, para descansar e para fazer amor com Pedro, trouxera de casa dos pais um velho sofá de pano verde desbotado e com as molas já a roçar no chão. Tinha um cinzeiro, dois castiçais com velas que gostava de ter acesas enquanto pintava, um banco de madeira em frente ao cavalete e o gira-discos onde passava a sua música preferida: jazz.

Recebeu Pedro vestida com umas calças pretas, um longo camisolão de lã castanha, cujas mangas, excessivamente

grandes, lhe serviam de luvas para o frio, e, por cima disso, uma bata já sem cor bem definida, tantas e tão grandes eram as manchas de tinta que a cobriam de alto a baixo. Tinha o cabelo preso ao alto com uma travessa de tartaruga, caindo-lhe em cascata desordenada dos lados da cara, uma mancha de tinta azul ao lado do nariz e um sorriso limpo, aberto, que sempre tinha em Pedro o efeito de lhe fazer baixar a guarda e calar as perguntas que tantas vezes tinha para lhe pôr e não punha. Ele gostava de se sentar no sofá, ficando a vê-la meio de costas, meio de lado, e, enquanto ela pintava ouvindo a sua música, ele lia o jornal ou simplesmente observava-a. Mas nessa tarde, depois de ele se ter sentado no sofá, ela abandonou o quadro em que estava a trabalhar e rodou o banco para ficar de frente para ele.

Olhou-o por um longo instante,
como se estivesse a fixar-lhe as feições.
- Pedro, tenho um pedido a fazer-te. -
Suspirou, olhando-o. - Antes que digas que
não, deixa-me dizer-te que para mim é
muito importante e davas-me uma
grandealegria se dissesses que sim.
- O que é?
- Queria pintar-te.
- Pintar-me?
- Sim, fazer o teu retrato. Ele sorriu-
lhe.
- Bem, também não me parece assim
um pedido tão extraordinário...
- Mas queria pintar-te nu...
- Nu? Tu queres pintar-me nu? - E,
levantando a cabeça para trás, desatou a
rir-se à gargalhada.
- Pedro, estou a falar a sério!
- Ah, ah, ah! Desculpa lá, mas só

consigo rir-me a imaginar a coisa! Pedro
Ribera Flores, nuzinho em pêlo, aqui
exposto no teu atelier para os visitantes
admirarem! Ah, ah, ah! Desculpa lá,
Angelina...
- Não, não quero que peças desculpa,
só quero que digas que sim.
A custo, Pedro parou de rir e conseguiu encará-la sério.
- Vá lá, meu amor, tu sabes que isso
não tem pés nem cabeça!
Mas Angelina tinha-se preparado
para a recusa inicial, instintiva, dele.
Deixou-o rir-se, escandalizar-se com a
ideia,
declarar
que
se
recusava
terminantemente a tal coisa, jurar que
estava absolutamente fora de questão. E,

depois, pegou-lhe na mão, sentou-se ao lado dele no sofá, encostou-lhe e cabeça ao ombro e começou a explicar-lhe as suas razões. Tudo resumido, ela queria guardar uma recordação do corpo dele, tal como agora era e tal como o tinha conhecido, amado e desfrutado. Queria guardá-la para sempre, antes que a inevitabilidade dos anos escorresse pelo seu corpo abaixo, apagando da memória dela a imagem desse corpo, no apogeu dos seus vinte e nove anos de idade. Era um desejo seu, íntimo e pessoal, um segredo, que ela guardaria para si e só para si, mesmo que a vida os separasse. Isto fazia sentido para ele?

- Não, não faz sentido nenhum: para isso, era mais lógico tirares-me uma fotografia, admitindo que eu consentia.

- Uma fotografia, sim, também

fixaria o teu corpo de agora para sempre.

Mas pelo olhar da objectiva da máquina,

não pelo meu olhar. Se eu te pintar, o teu quadro vai-me recordar sempre, não só

como tu eras quando me apaixonei por ti,

mas também como era o olhar com que eu

te vi. Um quadro tem uma liberdade que a

fotografia não tem: posso fixar-me naquilo

de que mais gosto em ti e no teu corpo e posso, acima de tudo, reviver infinitamente

a maneira como hoje te vejo quando olho

para ti.

- Mas porquê nu?

- Porque nu, és indefeso, és meu. A

nudez é uma forma de generosidade:

quando me despi para ti pela primeira vez,

no moinho de água, ofereci-te o meu

corpo, que é a coisa mais íntima que eu

tenho. Sabes que há pessoas, casais,

marido e mulher, que vivem uma vida

inteira juntos, têm relações, fazem filhos,

envelhecem fisicamente ao lado um do outro, e nunca se viram nus?

Ele abanou a cabeça, sem querer entender.

- Que tamanho teria esse quadro?

- Que tamanho? Bem, não pensei nisso. Teria o tamanho que tu quisesses.

- Podia ser pequeno?

- Podia, claro. Não precisa de ser à escala natural...

- E o que farias ao quadro?

- Ficaria comigo para sempre, junto a tudo o que me é mais querido.

Pedro puxou-a para si e procurou-lhe a boca. Ela encostou-se ao corpo dele de corpo inteiro, fechou os olhos e abriu a boca para a língua dele.

- Deixas?

Ele afastou-a ligeiramente para melhor a encarar.

- Tenho duas condições...

- Diz.

- Uma: não me pintas a cara. Pões uma máscara, fazes uma sombra, qualquer coisa. Outra: eu quero o mesmo. Também quero guardar uma imagem do teu corpo assim, para sempre. Mas, como não sei pintar, deixas-me fotografar-te nua.

Ela soltou-se do abraço dele, radiante.

- Está feito! Mas, em vez de te pintar de frente com uma máscara ou uma sombra, pinto-te de costas, com a cara a três quartos: vê-se o esboço do teu perfil e nada mais.

- E não te importas que eu te fotografe nua?

- Nunca ninguém o fez, Pedro. Fico louca com a ideia de que tu o faças!

Maria da Glória nunca se confessara ao padre Júlio. “Ou se é visita da casa, ou

se é confessor: as duas coisas juntas só pode dar confusão!”, concluíra ela, há muitos anos atrás. Na verdade, o padre Júlio ressentia-se um pouco da situação. Sabia, obviamente, que ela preferia confessar-se, aos domingos de manhã, na Igreja de Santa Maria, ao padre João, que era bem mais novo, mais “moderno” e suspeitadamente do “contra”. No tempo de Manuel Custódio - ele que não gostava de ir à missa (como, aliás, sempre fora tradição dos homens alentejanos) -, o padre Júlio confessava-o ocasionalmente, quando Manuel Custódio lhe soltava uma valente palmada nas costas e exclamava:

- Ó padre Júlio, vamos passar ali na capela antes do jantar, que eu estou a arrebentar de pecados!

Mas eram pecados de homem e eram apenas aqueles que o próprio Manuel

Custódio considerava como pecados. O

padre Júlio despachava aquilo sem criar

grandes problemas ao pecador, apenas

suaves penitências de cinco pais-nossos e

umas dúzias de ave-marias, acompanhadas

de uma exclamação que parecia dirigir-se

mais ao confessor que ao confesso:

- Vai perdoado, sr. D. Manuel, que a

misericórdia do Senhor é infinita. Mas não

seria possível conter-se um bocadinho mais nos pecados da carne - porque os de

espírito não há quem os não cometa?

Manuel Custódio ria-se desanuviado,

no recato do confessionário, e lá vinha

mais uma grossa palmada desabar nas

costas do aturdido sacerdote:

- Ora, padre Júlio! Cada um é como

é, e para isso é que Deus o pôs cá na terra.

Para ouvir, perdoar e calar!

E, se já antes, em vida do marido, a

Maria da Glória não ocorria confessar-se

ao mesmo padre que escutava os pecados

do seu homem, também após a morte deste

não vira motivo para variar de método de

arrependimento. Se pecados tinha, só o

padre João o saberia. Uma ou duas vezes,

entre o salão grande e a sala de jantar de

Valmonte, que continuara sempre a frequentar, o bom do padre Júlio tentava

vender o seu peixe:

- Como vai isso de fé, minha filha?

Ela respondia qualquer coisa, meio

embaraçada. Mas, sem que o padre Júlio,

desejoso de atrair uma ovelha daquela

categoria ao seu rebanho privado de fiéis,

o soubesse, não era a proposta dele que a

deixava atrapalhada, mas o alcance da

própria pergunta. Como vai isso de fé?

Excelente e inconveniente pergunta.

Pensava

na

resposta

a

essa

devastadora

pergunta,

ajoelhada

na

pequena capela da herdade, que fora

mandada erguer, uns cem anos antes, pelo

avô de Manuel Custódio, dedicada a Nossa

Senhora da Conceição. Não saberia dizer

se era a fé ou o bem-estar que sentia quando vinha ali sozinha que a fazia

quedar-se por vezes durante uma hora

inteira,

sentada

ou

ajoelhada,

contemplando a imagem da Senhora da

Conceição, sempre guardada por flores frescas nas jarras que a ladeavam e com a chama da lamparina de azeite a seus pés, que era acesa por cada um que entrava, fazendo dançar reflexos de luz nos azulejos azuis e brancos das paredes. Ali fora baptizado Manuel Custódio, ali se casara ela e ele, ali haviam velado os corpos dos pais dele, ali o chorara morto, se casara Diogo e Amparo, se haviam baptizado os filhos deles. A pequena capela, onde não cabiam mais de trinta pessoas apertadas, assistira a todas as alegrias e desgraças dos Flores, celebrara os nascidos, enterrara os mortos, casara os novos, escutara o desamparo dos velhos.

Ali, estranhamente, ela sentia-se em casa, no mais fundo da casa, no único lugar onde, se isso fosse possível, a vida fazia sentido. E até mesmo a morte.

Seria isto a fé? Ou seria apenas o desejo da fé - jamais satisfeito, jamais pacificado? Sentada na primeira fila da capela, ela meditava na fragilidade de todas as coisas. A neta, Assunção, a mais frágil de todas as plantas de Val-monte, que sobrevivia a custo, e à custa de sustos sucessivos, aos primeiros meses de vida, como se ainda não tivesse decidido se queria ou não viver. O neto, Manuel, só com um ano a mais do que a irmã e a quem a gravidez quase imediata e complicada de Amparo deixara meio órfão de mãe, quando mais precisava de colo, mama e mimo. A própria Amparo, que Maria da Glória estimava

verdadeiramente, como nora e como pessoa, com qualidades profundas que ela

aprendia a admirar cada vez mais, mas que

parecia de repente atordoada, um pouco

perdida, tendo enfrentado duas gravidezes

sucessivas, um segundo parto que quase a

matara e um marido dado a ausências,

físicas e mentais, que só tornava mais

inseguro o chão que ela pisava. Diogo, o

seu filho amado até ao absurdo, que vira

crescer, tornar-se adulto e pai, sem nunca

largar aquela melancolia, aquele mal-estar

que não se entendia, aquele eterno

desassossego que perturbava todos à volta.

E Pedro, o seu mais do que querido filho,

como todas as mães desejavam - seguro,

firme, inabalável, agarrado a coisas

simples e evidentes, tal qual o seu pai.

Agora, Pedro era o seu motivo de

preocupação

principal:

havia

aquela

rapariga, a Angelina, que se via que ele

amava apaixonadamente, que tinha vindo, por uma vez, perturbar a sua segurança, a

sua frieza, mesmo a sua arrogância. O que

seria dele, se aquele namoro corresse mal?

Se as gritantes diferenças entre ambos

fossem mais fortes do que a atracção que

os juntara?

Não queria ver sofrer os seus filhos.

Não os queria ver, ainda tão novos,

desfazerem as ilusões que tinham, como

feirantes desfazendo a tenda após a feira.

Por isso, estava ali hoje, ajoelhada aos pés

da Senhora da Conceição. Para pedir por

eles, pela família que lhe cabia velar. Os

filhos dela e de Manuel Custódio. A raça

dos Flores. A continuação da linhagem.

Tudo isso era mais importante do que ela própria. Guardava para eles a fé que tivesse. Para rezar por eles, para que fossem felizes, para que nada de mal lhes acontecesse. Porque havia no ar um sopro de tristeza, talvez mesmo um prenúncio de desgraça, que ela sentia e que a arrepiava, quando atravessava os corredores silenciosos da casa, e não, não era o frio que a fazia chegar o xaile mais aos ombros e pisar o soalho mais devagar para não perturbar essa frágil textura dos dias felizes que, como tudo o que é feliz, podia ruir a qualquer momento.

Benzeu-se e rezou em voz alta:

- Senhora da Conceição, guarda esta casa e os seus filhos e netos. Guarda as

suas mulheres e os filhos das suas

mulheres. Guarda os meus filhos, os meus

netos, todos os que aqui trabalham e

vivem. Afasta os perigos e as mortes. As

secas, as geadas e as trovoadas. As

doenças

e

os

desgostos,

os

desentendimentos e as tristezas. Senhora da Conceição, fica connosco, nesta casa

que é tua. Ámen.

Levantou-se e apagou a lamparina.

Ajoelhou-se em frente ao altar, fazendo o

sinal da cruz na testa, e saiu, fechando a

porta da capela atrás de si.

Durante três tardes a fio, Pedro lá foi

posando nu para o retrato de Angelina,

precariamente aquecido pelo fogão a

petróleo e embalado pelo som das últimas canções de Cole Porter que saíam do gira-discos dela: AU through the night, How could we be wrong? e a sua favorita entre todas, Anything goes. Tal como prometera, ela pintava-o de costas e em pé, olhando em direcção à luz, para uma janela alta na antiga cocheira, o braço apoiado no parapeito. Jogara com a luz e as sombras, para lhe deixar a cara na sombra e o dorso na luz. Ninguém, senão eles, poderia identificar o modelo.

Ao fim da terceira sessão, ela declarou-o liberto, explicando que, a partir dali, já não precisava dele para acabar o quadro. Arrastou-o para o sofá, sem o deixar vestir a roupa, e fez amor com ele de uma forma apaixonada e quase violenta, como nunca

antes.

Quando

se

recompuseram,

ela

deixou

escapar,

pensativa:

- Aprendeste muito comigo, sobre

isto...

Ele riu-se.

- Quem diria!

- Quem diria, não é? - suspirou ela.

Angelina levantou-se e começou a

vestir-se lentamente, deixando-o apreciar

bem o seu corpo esguio e proporcionado

que, aos poucos, ia tapando. Sabia bem

quanto, desde a primeira vez, ele gostava

de a ver despir-se e vestir-se. Caminhou

até à janela, agora ela voltada de costas

para ele, porque não tinha coragem de o

olhar no momento em que soltasse as

palavras que há muito lhe estrangulavam a

garganta.

- Pedro: eu não te disse a verdade

toda. Quis que posasses para mim, porque

te queria levar comigo para sempre. - Fez

um esforço tremendo e virou-se para o

enfrentar. - Vou-me embora, Pedro.

Assim de repente, ele nem percebeu

bem o sentido do que ela tinha dito. Foi como se uma bomba tivesse acabado de

rebentar dentro da cabeça dele. Começou a

vestir-se também, à toa, um ligeiro tremor

nas mãos, que o deixou assustado.

- Embora? Embora para onde?

-

Embora

daqui,

embora

de

Estremoz, embora da tua vida. Vou-me

embora, Pedro... - As lágrimas vieram-lhe

aos olhos e ela voltou a virar-se de costas para não o ver. - É só isso...

Pedro alcançou-a junto à janela,

virou-a pelos ombros e obrigou-a a olhá-lo

de frente.

- Diz-me isso na cara! Vais-te

embora?

- Vou, Pedro. - Tentou em vão libertar-se do aperto das mãos dele nos

seus ombros.

- Vais para Lisboa? Tens outro, é

isso? - A voz dele subira de tom e era

agora ameaçadora.

- Senta-te, Pedro, e ouve-me. Por

favor, não tornes tudo mais difícil!

A custo, conseguiu empurrá-lo para

o sofá e puxou para si o banco do cavalete,

sentando-se à sua frente.

- Quem é ele? - insistiu Pedro, o

rosto fechado, uma expressão dura no

olhar, que ela não lhe conhecia.

- Não é ninguém. Não há ninguém,

juro-te por tudo o que me é mais querido.

Não te troco por ninguém, nem é a ti que eu deixo. Eu amo-te, Pedro!

- Vais-te embora porquê, então?

- Quero seguir o meu sonho: quero

ser pintora.

- E tens de te ir embora para ser

pintora?

-Tenho sim, Pedro. Tenho de estudar,

de aprender com os outros, de viver num

meio onde as pessoas se interessem por

pintura, onde haja mercado, agentes,

galerias, exposições, vida cultural, tudo

isso...

- E onde é isso, então? Em Lisboa?

Ela sorriu, triste.

- Não, não é em Lisboa...

- Aonde, então?

- Paris.

Ele largou a cabeça para trás e soltou

um profundo suspiro.

- Paris... vais para Paris? -Vou.

- Portugal não te chega?

- Não.

- É o tudo ou nada?

- Isso mesmo. Tenho 23 anos, esta é

a altura de tentar. Se ficar aqui, nunca

passarei de uma pintora de província, a

pintar quadros de paisagens alentejanas ou

ruas da Mouraria. Pode ser que eu falhe,

que não tenha êxito nenhum - é mesmo o mais provável.
Mas nunca me perdoaria se

não o tivesse tentado e se não tivesse

querido saber se valho ou não alguma

coisa. Pensei muito nisto, Pedro. Muito,

mesmo. Acredita que pensei noites a fio

em tudo o que teria de deixar, a começar por ti, e nas dificuldades terríveis que me esperam, nas saudades que vou ter dos dias em que nada era mais importante e mais feliz do que ir até ao ribeiro em Valmonte e ficar a pintar enquanto tu conversavas comigo. Acredita que o que eu mais gostaria era de poder guardar as duas coisas e não ter de escolher nunca. Mas sei que é impossível.

- Nunca te ocorreu pensar em propor-me que fosse contigo para Paris?

Ela sorriu. Um sorriso doce e triste.

“Não, não é bonita”, pensou Pedro, olhando-a. “Arranjo melhor, não é nenhum drama!”

- Ocorreu, claro que ocorreu. Mas tu sabes tão bem como eu que isso nem sequer faz sentido. Que farias tu em Paris? Não há vacas em Montmartre, meu

querido! Em três dias, estavas a desesperar

por espaço, campo, tudo aquilo que te faz

ser como és e como eu gosto que sejas. Tu

pertences aqui - da mesma forma que eu

não pertenço, e tu sabes isso!

Ficaram calados. “Que mais poderei

dizer?”, pensava ele. “Que mais haverá a

dizer?”, pensava ela. Depois,

Pedro levantou-se vagarosamente,

sentindo-se pesado e gasto. Foi andando

até à porta e contou os passos que o

separavam dela: cinco. “Caramba, temos vivido fechados num buraco!”, foi o que

lhe ocorreu. Parou, com a mão na

maçaneta, e virou-se para a olhar. Uma

névoa toldava o olhar de Angelina, o seu

rosto estava estendido em frente, como se

esperasse alguma coisa dele. Uma súplica?

Não, não devia ser isso, de certeza. Um

beijo de boa-noite?

- Quando partes?

Ela encheu o peito de ar, consciente de que para sempre iria escutar no mais remoto do seu corpo a sua própria resposta naquele instante.

- Amanhã - disse, muito baixinho, como se quisesse que ele não ouvisse.

- Quando?

- Amanhã.

Ele assentiu com a cabeça.

- Ah, é melhor assim!

- Foi o que eu pensei... - começou ela a dizer, mas o resto já não chegou a dizer, porque Pedro tinha aberto a porta e saíra para a rua, sem virar a cabeça nem pronunciar mais palavra.

Doía-lhe tudo, desde que ela partira.

Doía-lhe fisicamente - até o orgulho, que ele situava algures entre o coração e a garganta. Por ele, nunca mais teria

pronunciado o nome de Angelina perante os outros, nunca teria confessado que a perdera, nunca, sequer, teria reconhecido que a amara. Mas, dois dias depois, à mesa do jantar, a mãe perguntara por ela. Ele hesitou antes de responder, mas depois, como lhe ensinara o pai (“pega o touro pelos cornos!”), levantou a cara do prato de sopa e enfrentou-os a todos - a sua família, o que lhe restava de mais certo, de imutável.

- A Angelina foi-se embora. Foi para Paris para ser pintora.

Fez-se um silêncio tremendo à mesa. Maria da Glória sentiu aquela declaração do filho como uma facada nela própria: num repente, abarcou toda a dimensão da dor do seu filho, percebeu que alguma coisa tinha morrido para sempre nele e teve medo, por ele, do que seria a sua vida

daí em diante. “O destino”, pensou ela,

“pôs-lhe uma oportunidade à frente para

ser feliz e depois roubou-lha. Deus tenha

misericórdia dele! Deus não permita que

aquele coração se transforme numa pedra!” Diogo olhava o irmão, que tinha

voltado a mergulhar a cara na sopa e comia

sem levantar os olhos do prato. Do outro

lado da mesa, encontrou o olhar de

Amparo, que parecia dizer-lhe: “Vês, eu

não te disse?” Mas também ela acusava o

golpe, também ela antecipava o que seriam

todos os jantares daí em diante, com o

peso da dor de Pedro sempre presente

entre eles.

Acabaram o jantar em silêncio, sem

que ninguém se sentisse disposto a fingir

que nada acontecera e a puxar outro

assunto à conversa. Maria da Glória

lembrou-se de uma frase que Manuel

Custódio tinha dito numa ocasião, sentado naquela mesma mesa e no dia em que tinha enterrado a sua mãe, quando um amigo da família que havia ficado para jantar depois do enterro tinha achado por bem falar da defunta: “Nós, os Ribera Flores, vivemos os nossos desgostos em silêncio: nem falamos, em tom natural, como se nada tivesse acontecido, nem choramos.” Levantou-se no final do jantar e encaminhou-se para a sua salinha.

Amparo foi atrás dela. Pedro cumpriu o ritual do final dos jantares, beijando a mão da mãe e pedindo-lhe a bênção, e murmurou entre dentes:

- Vou ver a égua que está para parir.

Diogo foi encontrá-lo no estábulo.

Ainda não havia luz eléctrica ali, e Pedro tinha trazido um petromax, que espalhava a sua luz e o seu cheiro pela estrebaria.

Uns oito cavalos estavam ali arrumados nas suas divisórias, comendo feno e batendo os cascos no chão de pedra. Pedro estava sentado no banco de madeira em frente às boxes, o candeeiro pousado aos pés e fumando uma cigarrilha. Não levantou a cabeça quando Diogo entrou e veio sentar-se ao seu lado. Os dois irmãos ficaram calados, lado a lado, em silêncio, a luz do candeeiro a petróleo alumiando a cena como num quadro flamengo. Diogo não sabia muito bem o que dizer, mas sabia que tinha de dizer alguma coisa.

- Pedro, tenho muita pena. Gostava muito da Angelina e sei que tu também gostavas, gostas, muito dela e ela de ti.

Pedro não disse nada. Diogo tossiu, incomodado. Meteu a mão ao bolso do casaco, tirou o maço e sacou um cigarro.

- Tens lume?

Pedro passou-lhe o isqueiro para a mão, sem sequer virar a cabeça.

- Sabes, estas coisas, às vezes, são

mais complicadas do que estamos à espera.

A Angelina não é uma pessoa vulgar,

normal. Talvez este não fosse o vosso

tempo. Ela quer mesmo ser pintora e isso

não tem nada a ver com os sentimentos em

relação a ti...

- E tu achas que isso me consola?

Falara sem sequer levantar a cabeça.

E Diogo não sabia o que lhe dizer. Nunca

esperara que o irmão se apaixonasse por

uma mulher como Angelina, nem que uma

mulher como ela, tão diferente em tudo de

Pedro, se apaixonasse por ele. E agora, que

ele se apaixonara por ela, ao ponto de

quase mudar a sua personalidade e a sua

abordagem a tantas coisas, ela ia-se embora, dei-xando-o assim, devastado,

sem chão, pensando que tudo o que lhe

tinha dado e tinha para dar não era suficiente para ela. E o mais terrível de tudo, pensava Diogo, é que não era mesmo: por mais que Pedro estivesse disposto a dar-lhe, por mais que ele fizesse, como tinha feito, um longo caminho para a encontrar, haveria sempre, no final, outras coisas que ele não poderia dar-lhe e que ela procurava. Poderia Pedro compreender isso? Poderia alguém, que tivesse amado como ele, compreender isso? E, como ele tinha dito, de que serviria compreender? Que consolo haveria nisso?

- Não sei que te dizer, Pedro. Realmente, não há consolo algum nisto, nem sequer em tu saberes que ela te ama e

que não foi por não te amar que se foi.

Diogo calou-se, sem saber mais o

que dizer. E, ao contrário do que seria

normal, foi Pedro quem lhe passou um

braço pelos ombros, vindo em seu auxílio.

- Diogo, agradeço o teu esforço. Dou

graças a Deus Por ter um irmão como tu,

com a tua sensibilidade. Mas nao precisas

de dizer nada: eu sei que posso contar

contigo e isso é tudo o que me basta,

agora. O resto, tudo o que eu sinto...

ninguém, nem mesmo tu, me pode ajudar.

- Mas não podes entregar-te à

tristeza, à depressão, Pedro! Tens de tentar

ver lucidamente as razões e...

- Vá, Diogo, deixa lá! Tu conheces-

me: eu arrumo a tristeza no coração, mas a

cabeça reage. O que eu penso é que levei uma lição e tenho de aprender com ela:

amei uma mulher que também dizia amar-

me. Mas, na hora de escolher, ela preferiu seguir a sua vocação do que seguir o coração. Nunca mais me vou esquecer desta lição, Diogo, nunca mais.

Diogo olhou-o, preocupado.

- Pedro, tens 29 anos: a vida não acaba aqui. Falhou uma oportunidade, mas terás outras para ser feliz.

Pedro levantou-se e agarrou no candeeiro, querendo indicar que a conversa terminara.

- Uma parte de mim morreu para sempre com a partida da Angelina. E uma parte importante, acredita.

Em finais de 1934, a rádio pública Emissora Nacional dotara-se de uma

Orquestra Sinfónica e começara a emitir os seus concertos em onda média. Maria da Glória tinha ficado imediatamente cativada com a novidade e agora, a seguir aos jantares, instalava-se na sua salinha, ligava o rádio, ouvia o noticiário das nove e seguia noite adentro a ouvir os seus concertos. Gostava particularmente de piano:
Schubert,
Chopin,
Mozart,
Beethoven.
Em
pequena,
costumava
também ficar longas horas a ouvir a sua mãe ao piano e lembrava-se de pensar que a mãe falava através do piano e que só ela a conseguia compreender. Quando a mãe

morreu, o piano foi para casa da sua irmã mais velha, que, ao contrário de Maria da Glória, tinha herdado algum do talento da mãe. Os concertos da Emissora Nacional tinham vindo como que retomar o fio à meada das suas noites de infância: o som não era tão envolvente como o do verdadeiro piano da mãe, mas a magia dos Nocturnos de Chopin ou da Viagem Fantástica de Schubert mantinha-se, intacta, e ela quase que conseguia ver os dedos percorrendo as teclas e as notas subirem pelas paredes e começarem a envolver a sala toda, enchendo a solidão da noite. Amparo e os filhos levantavam-se com

ela

da

mesa

e

vinham

habitualmente até à salinha ouvir o

noticiário. Depois, retiravam-se: Diogo ia

até à biblioteca ler ou então ficava à

conversa com Amparo na pequena salinha

de que dispunham também lá em cima,

junto ao quarto deles e ao dos filhos. Pedro

retirava-se cedo para a cama, ultimamente.

Raras vezes ia à vila, excepto para as suas

actividades políticas na sede local da

União

Nacional,

as

quais

nunca

abandonara, apenas abrandara, durante os meses de namoro com Angelina. Acordava

antes de todos, ainda noite fechada, e saía

a dar uma volta pelo campo com os cães,

levando sempre a tiracolo a sua caçadeira

Gree-ner, herdada do pai, não fosse

surpreender alguma peça de caça no

caminho. Quando voltava a casa para

tomar o pequeno-almoço com os outros,

levava já duas horas de campo nas pernas

e já tinha tratado com o maioral e o feitor

os trabalhos que havia para fazer durante o

dia.

Uma quinta-feira, a seguir ao jantar,

estavam todos reunidos na salinha de

Maria da Glória, Amparo com a bebé

Assunção ao colo, que a empregada lhe

trouxera depois de ter tentado em vão

adormecê-la. Na rádio soou o sinal horário

das 9 da noite e a voz nasalada, cheia de

maneirismos, do locutor anunciou:

- Emissora Nacional. Acabam de escutar o sinal horário das 21 horas. (Pausa). Noticiário. (Nova pausa). Em Berlim, foi hoje anunciado que o chanceler Hitler denunciou unilateralmente o Tratado de Paz de Versalhes e assinou um decreto reintroduzindo o serviço militar obrigatório em todos os territórios da Alemanha. Em Roma, o Duce Mussolini rejeitou a proposta de concessões para a paz apresentada pelo secretário do Foreign Office, Anthony Éden, e declarou que a guerra na Abissínia iria prosseguir até à vitória completa do Corpo Expedicionário Italiano. (Pausa). Noticiário nacional: o Presidente do Conselho, Professor Oliveira

Salazar, pronunciou hoje um importante discurso sobre a Ordem Pública, que a Emissora Nacional transmitiu na íntegra e de que agora recordamos algumas passagens mais significativas. (Pausa e escutou-se a voz fina, quase esganiçada, de Salazar lendo um texto): “Não se sabe se por inconsciência ou frivolidade, espírito doentio de crítica ou cálculo de futuras posições, pessoas de certa categoria, e parece que entre estas alguns funcionários públicos, se esquecem com frequência da responsabilidade que assumem em arrastar atrás dos seus devaneios ou simplesmente dos seus ódios pobre gente inculta que nos momentos decisivos nos vemos obrigados

a prender ou a metralhar. Deve ficar bem

entendido que, perante a consciência do

Governo,

os

primeiros

são

mais

responsáveis que os últimos. Havendo de

facto gente que não agradece nem quer

gozar os benefícios que lhe garante o

trabalho na ordem e na paz...”

Diogo levantou-se de um salto, atirando ao chão com fúria o jornal que

tinha entre mãos.

- Basta, mãe, basta! Desligue-me

isso, por favor! Não aguento mais esta

gente! Este país!

- Mas o que foi, filho? Sê razoável! -

Maria da Glória tinha-se levantado

também, tentando detê-lo a caminho da

porta.

- E, já agora, respeita também as opiniões dos outros - soltou Pedro.

Diogo parou e voltou-se para o irmão. -Pensei que tivesses aprendido alguma coisa, ultimamente...

- Com quê? - A voz de Pedro era de raiva.

- Com quê? Com a Angelina. Porque achas que ela se foi embora daqui? Por não aguentar mais este país e esta gentinha do Estado Novo!

- Que sabes tu disso. Vamos, que sabes tu disso? Maria da Glória interpôs-se entre os dois.

- Vá, não se zanguem por causa da política!

- Vá lá, Diogo, diz-me! - insistiu Pedro, desafiador. Diogo olhou o irmão e abanou a cabeça.

- Digo-te que o pior cego é o que não

quer ver.

Antes que Pedro respondesse de novo, Maria da Glória estendeu um braço

na direcção dele e, coisa tão rara nela,

levantou a voz para ambos.

- Eu disse-vos para pararem, não

disse?

Caíram ambos em silêncio, onde

estavam. Em fundo, continuava a ouvir-se

a voz de Salazar a falar da “defesa da

civilização

do

Ocidente”.

Assunção

rabujou, no colo de Amparo. E Diogo

inclinou-se e beijou a mão da mãe.

- A bênção, minha mãe. Desculpe-

me.

E retirou-se da sala, deixando atrás

de si um prenúncio de tempestade.

XI

Se alguém lhe tivesse dito que tudo aquilo que via era um sonho ou uma mentira, ele teria acreditado. Afinal de contas, olhando pela grande janela inclinada do lounge do Hindenburg, ele via nascer sobre o mar a manhã do dia 1 de Abril, o dia das mentiras.

Duas horas antes, cerca das cinco da manhã, o grande dirigível alemão tinha sobrevoado Lisboa à sua altitude de cruzeiro: 650 pés, cerca de 220 metros. Diogo tinha posto o despertador para acordar àquela hora, vestira-se rapidamente, saíra da cabine, passara os olhos por água e barbeara-se à navalha na

casa de banho, antes de vir para o lounge,

onde era o único passageiro acordado

àquela hora. Queria ver Lisboa na manhã nascente. Parecia-lhe inacreditável estar a

sobrevoar Lisboa, quase duas semanas

depois de ter partido exactamente dali,

rumo ao Brasil, rumo aos seus sonhos.

Mas Lisboa estava ainda meio escondida

pela noite e por uma espuma branca que

subia do Tejo, havia apenas umas escassas

luzes que se divisavam lá de cima, e ele

esforçou-se por acreditar que mesmo assim

conseguia ver a Torre de Belém, o Castelo,

a colina do Chiado e de Santa Catarina. Se

abrisse a janela e saltasse, logo estaria de volta a casa, estaria de volta à cama de

Amparo, ao riso dos filhos, às manhãs

orvalhadas de Valmonte. Mas, agora, já

não havia nada a fazer: agora, a sua vida

ficara lá em baixo e ele estava cá em cima,

numa

viagem

com

saída

de

Friedrichshafen, no Sul da Alemanha,

direito ao Rio de Janeiro, no Brasil. Agora,

precisamente às sete da manhã, o dirigível virara a oeste, deixando a costa de

Portugal e o voo sobre terra, e apontara

rumo ao Atlântico Sul, para baixo e para a

direita.

Na noite anterior, antes de embarcar,

enviara de Friedrichshafen um último

telegrama a Amparo, em Valmonte:

“EMBARCO

ESTA

MADRUGADA

SOBREVOANDO

LISBOA

DIA 1 NASCER DIA STOP

INCRÍVEL PENSAR QUE

VOU PASSAR TÃO PERTO

DE TI E TODOS STOP

TELEGRAFO

CHEGADA

STOP PENSO EM VOCÊS E

SEI QUE FIZ BEM STOP

BOA NOITE DIOGO STOP”

Nessa noite, ele e todos os

passageiros

do

voo

inaugural

do

Hindenburg directo para o Rio haviam-se concentrado, tal como indicado, no Kurgarten Hotel, em Friedrichshafen, por volta das sete da tarde. Tinham feito o registo e entregue a bagagem, assim como os passaportes e os bilhetes. Depois,

serviram-lhes um maravilhoso jantar no hotel, o mais afamado do Sul da Alemanha e que fornecia ao Hindenburg o serviço do seu cbefàt cozinha, durante a viagem. Para os preparar bem para a longa travessia aérea através do Atlântico, tinham-lhes servido caviar Beluga, salmão fumado da Noruega, truta do Reno com presunto, capão estufado com trufas e assado de veado. O champagne correra sem cessar e ele decidiu beber sem contenção, de modo a ficar com aquela ligeira embriaguez alegre e leve do champagne, que deixa as pessoas a flutuar - tal como ia ser dentro em breve o seu destino. Por volta das onze da noite, conduziram-nos do hotel - que, em tempos, fora a própria residência do conde Zeppelin, o inventor dos dirigíveis de passageiros - até ao hangar onde o

imponente Hindenburg, com os seus

setenta metros de comprido, os aguardava,

silencioso e esmagador. O Hindenburg

sucedera ao célebre Graf Zeppelin e

representava um passo em frente na

história da aviação: com os seus dois decks

sobrepostos, podia levar mais passageiros

e, podia também levar mais carga e mais

combustível - o que permitia, ao contrário

do Graf Zeppelin, fazer a viagem de

Friedrichshafen ao Rio sem escala no

Recife. Pelo menos, era isso que se

esperava dos seus quatro motores, naquela

viagem inaugural, para a qual cada passageiro havia pago duzentos marcos, o

equivalente a quinhentos dólares - o

mesmo que custava um camarote de 1ª

classe

num

dos

grandes
paquetes
transatlânticos que faziam a rota do Brasil. Só que o Hindenburg estava previsto que conseguisse fazer a viagem em cem horas, o que significava cinco a seis dias a menos que o mais rápido dos transatlânticos. E isto, apesar da contrariedade de última hora que fora a proibição de sobrevoo do território
francês,
determinada
pelo
governo de Paris, convencido de que os
voos
tinham
uma
componente
de
espionagem militar aérea. A interdição do

espaço aéreo francês obrigava-os a sair para norte, em vez de sair para sul, como seria lógico, tendo de sobrevoar toda a Alemanha e contornar a França pelo Canal da Mancha, descendo depois em direcção a Lisboa e daí então entrar oceano adentro.

Mas, naquela noite gélida do Sul da Alemanha, sentia-se a euforia no hangar, e todos, incluindo os passageiros, tinham consciência de estar a viver um momento histórico: estava ali o futuro das viagens intercontinentais. E Diogo estava a bordo, para a viagem inaugural.

Trinta e sete passageiros, entre os quais alguns jornalistas, e cinquenta e quatro tripulantes, incluindo dez comissários de cabine, embarcaram no

Hindenburg à meia-noite.

Os passageiros foram conduzidos às

suas cabines, onde já encontraram a sua

bagagem arrumada e as camas feitas, bem

como o aquecimento ligado (mais uma

novidade em relação ao Graf Zeppelin).

Alguns, que decerto tinham bebido ainda

mais champagne que Diogo ao jantar, caíram a dormir à vista das camas. Mas

foram

raros:

quase

todos

estavam

demasiado excitados para dormir e

preferiram ir conhecer as partes comuns

reservadas aos passageiros: a sala de jantar

e de pequenos-almoços, a “sala de escrita”,

o lounge e a promenade, uma espécie de

grande corredor com uma das paredes

inteiramente formada por janelas quase de alto a baixo. Foram também apresentados aos oficiais da tripulação, que era chefiada pelo capitão Lehmann, um nazi convicto que não escondia a sua militância, bem como o célebre dr. Eckener, o principal engenheiro responsável pelo desenvolvimento do programa dos grandes dirigíveis alemães. Sete anos antes, numa manhã no Terreiro do Paço, em Lisboa, Diogo vira o espectáculo inesquecível do Graf Zeppelin sobrevoando a cidade, levando a bordo justamente o dr. Eckener, o seu construtor. Ele, porém, ao contrário do capitão Lehman, era suspeito de pouca ou nenhuma simpatia pelos nazis e, por isso, viajava com o estranho estatuto de passageiro convidado - além do mais,

proibido de falar com jornalistas, quer a bordo, quer em terra. Felizmente, pensou para consigo Diogo, a ostentação nazi tinha-se quedado pelas duas imensas cruzes suásticas desenhadas na cauda do Hindenburg, poupando a decoração interior, a qual contemplava, sim, um imenso mapa-múndi na parede do lounge. Aparentemente, tudo parecia a postos para a descolagem, mas, por quaisquer motivos que não foram revelados aos passageiros, nunca mais se iniciavam

as

manobras.

Até

que,

finalmente, as escadas foram recolhidas e a

escotilha fechada. A “tripulação de terra”, que andava à volta de duzentas e cinquenta

pessoas, procedeu à amarração do nariz da

grande nave ao mastro de amarragem e,

depois, deslizando silenciosamente sobre

os trolleys, o Hindenburg começou a

emergir lentamente do hangar lá para fora.

Estava noite cerrada e, espreitando por

uma das grandes janelas inclinadas do

lounge, onde tomara posição a tempo, para

não perder nada da manobra, Diogo podia

apenas ver as luzes no solo e a multidão de

tripulantes de terra que se afadigavam em

roda do dirigível. Daí a pouco soou uma

ordem gritada por um megafone e o

Hindenburg começou a ser desamarrado simultaneamente do mastro e dos trolleys. Quinhentos braços de homem mantinham-no agora preso por cordas, precariamente suspenso sobre o chão, vinte metros abaixo.

“É agora!”, pensou Diogo e instintivamente benzeu-se.

A grande azáfama, os gritos e ordens que ainda há pouco se ouviam no solo tinham subitamente dado lugar

a

um

impressionante silêncio, tanto no exterior

como no interior da nave. Ficaram assim

por breves segundos como se ainda

hesitassem

em

desprender-se

definitivamente da terra. Depois, no

silêncio reinante, ouviu-se a ordem

decisiva: “Los Schiff!”. Liberto pelos

homens,

o

Hindenburg

elevou-se

lentamente até aos cinquenta metros,

sempre em silêncio. Logo a seguir, Diogo

escutou um motor a arrancar, depois outro,

outro ainda e mais outro: os quatro

motores Daimler estavam a trabalhar.

Graciosamente, como se não pesasse 214 toneladas, entre a estrutura e a carga a bordo, o Hindenburg rodou sobre a cauda e apontou a norte, iniciando a sua longa viagem de 11 000 quilómetros até ao Rio de Janeiro. Diogo olhou para o relógio de parede no lounge: eram exactamente 4h32 do dia 31 de Março de 1936, quando o voo nº 9 do LZ-129 começou a percorrer a Alemanha. Pensou que, acontecesse o que acontecesse, a sua vida acabara também de rodar 180° naquele exacto instante.

- O quê, Diogo, tu vais para o Brasil? Decidiste tudo sozinho e dizes-me isso assim, sem mais nem menos?

Amparo parecia fora de si, como Diogo raras vezes a vira. Estava de pé, na antecâmara do quarto deles em Val-monte, e encarava-o, sentado tranquilamente na poltrona onde costumava ler à noite. Sem

que nunca lho tivesse dito, Amparo

detestava aquela poltrona e o que ela

significava na vida deles: era sentado ali, longas horas antes de se ir deitar, enquanto

ela dormia exausta pelas noites brancas

que os filhos lhe davam, que ele lia as suas

queridas revistas inglesas ou os seus livros

sobre o Brasil, a maioria dos quais escritos

em francês. Línguas que ela não percebia,

assuntos que não a interessavam, horas

perdidas cuja utilidade não compreendia.

Quando se sentava ali enquanto ela fazia

por adormecer no quarto contíguo, era

como se Diogo lhe estivesse a mandar uma

mensagem silenciosa: o seu mundo era

mais vasto que o dela, e, nesse mundo, ela

não cabia. Nunca fora convidada a entrar,

nunca tinha querido forçar a entrada.

- Eu não vou para o Brasil, Amparo:

vou ao Brasil, o que é uma coisa diferente.

Não vou mudar de terra nem de vida, vou

numa viagem de negócios, que é uma

coisaque acontece às vezes na vida das pessoas.

- Meses...

- Sim, dois, três, talvez quatro meses.

Vou o tempo suficiente para tratar do que

tenho a tratar e volto logo. Não se vai ao Brasil como quem vai ao Porto...

- Mas posso saber ao certo,

finalmente, que assuntos tão importantes

são esses, no Brasil?

- Claro que podes, sempre pudeste,

mas nunca te interessou saber.

- Porque achei que esses tais

negócios com o Brasil eram uma coisa que

só te ocupava parte do tempo e em Lisboa.

Nunca imaginei que pudesse ser assim tão

importante que te levasse a viajar para lá durante meses...

Amparo, é assim: eu e o Francisco

Menezes temos uma sociedade juntamente

com um sócio alemão sediado no Rio de Janeiro, a Atlântica C.a, como tu sabes. Um terço é dele, o resto é nosso, em partes iguais. É uma firma de import-export, que funciona com ele instalado lá e nós cá, importando produtos brasileiros para toda a Europa, via Lisboa, e vice-versa, de cá para lá. Já investimos muito dinheiro, já conquistámos mercados fiéis, já temos fornecedores e clientes fixos, enfim, já fizemos o mais difícil e o suficiente para que tudo não vá agora por água abaixo.

- E porque haveria de ir por água abaixo?

- Porque, entretanto, surgiu um problema de que não estávamos à espera: o Gabriel Mattháus, o nosso sócio alemão, viajou até à Alemanha no Natal, como sempre faz todos os anos - porque tem a família, a mulher e os filhos, a viver na

Alemanha - e, quando estava planeado que voltasse para o Rio, por qualquer razão que não nos quis explicar exactamente, não o pôde fazer. Mandou-nos uma carta a dizer que tão cedo não conseguiria voltar ao Brasil e que, portanto, a menos que um de nós lá fosse, o negócio ficaria sem direcção. Decidimos assim que eu iria ao Brasil, para ver como estão as coisas por lá e assegurar que alguém possa ficar a substituir o Gabriel enquanto elenão puder voltar. E já agora, de caminho, passo na Alemanha, para ver se percebo qual é o problema do Gabriel que ele não nos quer contar e se tem ou não solução a prazo. É isto.

- Porque não vai o Francisco?

- Porque decidimos que era melhor ir eu.

- E porquê, porque és tu que queres

ir? Diogo suspirou.

- Essa não é a única razão, mas sim,

é verdade: eu quero ir. Sempre sonhei

conhecer o Brasil, como tu sabes, e, além

disso, Amparo, sinto que me faz bem

afastar-me daqui por uns tempos, ver

outras coisas, conhecer um novo país,

outro continente, um novo mundo.

- Um novo mundo? - O tom era de

ironia, mas a voz dela denunciava mais

raiva e frustração. - Este velho mundo não

te chega? A tua mulher, os teus filhos, a tua casa, o teu trabalho aqui, para que a

herdade não se afunde?

- Amparo, peço-te, não vás por aí.

Não tem nada a ver contigo e com os

nossos filhos: eu amo-vos e tu sabes isso

muito bem. Quanto à herdade, tenho a

certeza de queela fica muito bem entregue

nas mãos do Pedro.

- Então, porquê esse desejo de te

afastares?

- Não é um desejo, caramba, já te

expliquei: é uma necessidade, uma

necessidade de trabalho. Ou um de nós, eu

ou o Francisco, vai agora ao Brasil e

rapidamente,

ou

todo

o

nosso

investimento, em dinheiro e trabalho, está

perdido. Combinámos que ia eu, porque

faço menos falta para o negócio cá do que o Francisco, porque sempre tive mais

vontade de conhecer o Brasil do que ele e

porque, é verdade, estou a precisar de

respirar outros ares, afastar-me daqui um

tempo para ver se consigo gostar mais

deste país que me sufoca do que agora

gosto. Será que podes compreender tudo

isto?

Amparo

calou-se.

Sim,

poder

compreender, ela podia, claro. Até podia

concordar com as razões dele, até podia,

pensando friamente, achar também que só

lhe faria bem um tempo afastado de

Estremoz e de Portugal. O problema é que

qualquer coisa dentro dela lhe dizia que

esta viagem do marido era também uma

forma de afastamento, de criar uma

distância entre eles a que não estava

habituada e para que não estava preparada.

Era mais do que as noites dele sentado a ler na poltrona, enquanto ela adormecia

sozinha ou acorria ao choro dos filhos.

Agora, ele preparava-se para a deixar

durante meses, entregue à família dele e à sua ausência, na casa onde afinal ela só entrara por casamento. Anteviu as incontáveis noites a sós com Maria da Glória e Pedro, as notícias dele que chegariam velhas e espaçadas, e a sua imaginação à solta pelo sem-fim do Brasil. O seu ouvido, tornado apuradíssimo pelas noites de vigília maternal, escutou o princípio de choro da filha que acordava no quarto ao lado. Era necessário ir rapidamente dar a chupeta a Assunção antes que ela despertasse completamente. “Coisas que não te preocupam!”, pensou, olhando-o sempre sentado na sua poltrona voltada para o mundo. E assim o deixou,

virando costas, sem dizer nada.

Pedro ofereceu-se para o levar de carro até Lisboa e Diogo nem tentou

dissuadi-lo. Partiram de manhã, muito

cedo, uma dessas manhãs de neblina, tão

frequentes no Alentejo naquela altura do

ano. O nevoeiro estava pousado, denso,

sobre o lago em frente da casa e

espalhava-se à roda, em espessos tufos

brancos suspensos sobre a terra e por onde,

a espaços, se divisavam vacas ou ovelhas,

emergindo daquela nuvem translúcida

como se viessem de parte alguma.

Enquanto Pedro arrumava as malas no

porta-bagagem do carro, Diogo despediu-

se da mãe, parada na soleira da porta,

beijando-lhe a mão e estendendo-lhe a

testa para que ela lhe fizesse o sinal da

cruz. Não tivera coragem nem inspiração

para

tentar

explicar

à

mãe

convincentemente as razões da sua viagem

e, de qualquer maneira, sabia que ela

nunca lho exigiria. Por isso, agora, limitava-se a pedir-lhe a bênção e a

escutar, com ternura, o adeus dela:

- Volta depressa, meu filho!

Amparo tinha Assunção ao colo e

olhava em frente, como se não quisesse

ver nada em concreto. Abraçou-as a

ambas, mulher e filha ao mesmo tempo, e

estreitou o corpo dela contra o seu, mesmo

com Assunção entre ambos.

- Por favor, não fiques triste nem em

cuidados. Eu tenho mesmo de ir e verás

que vai ser bom também para nós.

- Agora não vamos falar disso,

Diogo. Vai, faz boa viagem e manda

notícias quando puderes.

Gostaria que ela tivesse ao menos forçado um sorriso, mas ela não o fez.

Gostaria que tivesse querido fazer amor

com ele nessa noite de despedida, mas ela

não quis. Gostaria de partir sem a ver

triste, mas não conseguiu. Depositou-lhe

um beijo ao de leve na boca e ela limitou-

se a fazer-lhe uma breve festa nos cabelos.

Ao menos, Manuel saltou-lhe para o colo e

abraçou-o com tanta força que ele pensou

que o filho estava já bem criado. Beijaram-

se, pai e filho, com uma intensidade tão

grande que Amparo teve de desviar os

olhos para não chorar e estendeu a mão ao

filho para que ele deixasse o pai partir.

- Pai, promete-me que me trazes um

papagaio, como disseste!

- Prometo, sim, meu querido. Mas tu

tens de te portar bem com a tua mãe, como combinámos.

O miúdo fez que sim com a cabeça, deixou escorregar uma lágrima pela cara abaixo e Diogo entrou no carro e sentou-se ao volante, sem dizer mais nada. A mão esquerda acenou pela janela aberta, os faróis acesos perfuraram a fraca luminosidade da manhã e Valmonte, sem se descobrir para um adeus ao seu morgado, ficou para trás lentamente.

Não parou em Lisboa nem um dia inteiro. Mal chegaram, deixou as malas no Avenida Palace e foi almoçar ao Aviz com Pedro. Havia dois ministros na sala e um conhecido jornalista da “situação”, mas ele

decidiu que não iria deixar que lhe

estragassem a sua refeição de despedida

em Portugal. Fora a excelência da comida

e do vinho, o almoço foi um bocado

sorumbático. A disposição de Pedro não tinha melhorado nos últimos tempos e as

suas relações tinham esfriado um pouco

desde que Diogo cometera a crueldade de

trazer a recordação de Angelina à

discussão entre eles. Ele sabia que também

Pedro não compreendia ao certo as razões

desta sua viagem ao Brasil e não perdera

muito tempo a explicar-lhe. Ninguém

compreendia, aliás, e, não estivesse ele tão

obcecado

com

a

viagem

e

tão

indisfarçadamente feliz com a perspectiva dela, teria percebido que os que menos a compreendiam eram todos os que mais o amavam - incluindo o irmão. Falaram pouco, pois que pouco havia para falarem, mesmo sobre os assuntos da herdade, confiados a Pedro e que em nada preocupavam Diogo, nesta altura.

Depois do almoço, Pedro deixou-o na Baixa, no escritório da Atlântica, onde passou o resto da tarde a rever com Francisco todos os assuntos que teria de tratar na Alemanha e no Brasil. Às sete, recolheu as malas no hotel e Pedro deixou-o na Estação de Santa Apolónia, onde apanhou o Sud-Express da noite, para Paris.

Jantou sozinho, no

vagão-

restaurante, entretido a observar os outros

hóspedes

e

indiferente

à

comida

indiferente que lhe serviram. Tinha

saudades de Amparo, dos filhos, da casa,

da manhã seguinte em que não iria acordar

em Val-monte. Mas estava imensamente

feliz. Feliz por estar a viajar, feliz por estar

sozinho, feliz por ir ao encontro da

Europa, feliz por ir à descoberta do Brasil.

Bebeu vinho branco a mais ao jantar,

acrescentou-lhe ainda um Cour-voisier em

copo de balão que o criado aqueceu, e

quando se levantou e se dirigiu para o seu

vagão-cama, não percebeu se era o balanço do comboio, o álcool bebido ou a euforia

que o tomara, o que o fazia caminhar aos tropeções pelo corredor oscilante do Sud-Express. Despiu-se a rir-se para si próprio, excepcionalmente vestiu um pijama e, com uma volúpia de solteirão, enfiou-se na cama, a fumar um cigarro e a ler o livro que comprara nessa tarde em Lisboa: Voyage au Bout de la Nuit, de Céline.

Meia hora depois, apagou a luz e mergulhou dentro dos lençóis para dormir sozinho e sem choros de crianças a primeira de muitas noites diferentes das dos últimos tempos.

Acordou a meio de Espanha, almoçou à passagem da fronteira com a França e, depois de uma tarde inteira a acabar o livro e a ler os jornais espanhóis, angustiando-se com a onda de loucura extremista que

varria

a

Espanha,

dividindo-a ao meio entre esquerda e direita, chegou a Paris ao final do dia e apanhou um táxi na Gare dAusterlitz, mandando seguir para o Hotel Lancaster na Rue de Berry, junto aos Campos Elísios, onde reservara um quarto. Às nove da noite, estava sentado a jantar no ambiente fantástico e luxuoso do Grand Café des Capucines, decorado em estilo art déco. Esmerou-se no menu: primeiro, um foie gras de ganso, acompanhado com meia garrafa de Sauterne; depois, uns escargots bourguignone, seguidos de rognon de veau flambé au Porto, terminando com uma salada verde e queijos, tudo acompanhado por um Bordeaux. No fim, acendeu um Cohiba e

refaste-lou-se para trás na cadeira,

saboreando um cognac Rémy Martin,

dentro do qual ia molhando a ponta do

charuto, conforme era seu hábito nas grandes ocasiões.
Paris continuava sempre

agitada, fervente de ideias, de discussões,

exposições, jornais, filmes, de gente em

constante

movimento

e

agitação,

emigrantes de todo o lado - judeus fugidos

da Alemanha de Hitler, aristocratas russos

emigrados após a Revolução Bolchevique,

anarquistas argentinos, pintores espanhóis

e

brasileiros

e

até

republicanos

portugueses eLivross após Salazar. Só a timidez o impedia de dar um salto ao célebre café Les Deux Magots, na Rive Gaúche, onde intelectuais e artistas de esquerda, como Picasso, Hemingway, Sartre e Simone de Beauvoir, rivalizavam com os habitues do Café de Flore, situado do outro lado da rua e cuja frequência era tida como de direita. Um microcosmo da própria França de 1936, dividida entre os fascistas emergentes e o embrião da Frente Popular de esquerda, que se começava a formar para as eleições iminentes.

Ninguém, muito menos um português da sua cultura e da sua geração, podia passar por Paris como quem passa por uma cidade qualquer. Diogo tinha

reservado três dias de hotel em Paris e passou o primeiro no Lou-vre e a visitar as galerias de Montmartre. Alimentara o secreto desejo de encontrar Angelina, de a convidar para almoçar e de conversar com ela, tentando perceber exactamente o que a levara a sair de Portugal e a abandonar Pedro à sua solidão e à sua amargura. Mas só havia uma forma de o conseguir, que era pedir a morada dela a Pedro ou um número de telefone.

- Não tenho o telefone, nem sei a morada - respondera Pedro, de maus modos, quando ele, cheio de cautelas, tentara abordar o assunto, de forma forçadamente desprendida.

- Pedro, hás-de ter uma morada, de certeza que ela te mandou a morada ou que te escreveu...

- Sim, escreveu-me para aí uma

carta, mas eu deitei-a fora. Queimei-a.

- E não ficaste com a morada?

- Para quê?

Diogo tinha olhado para o irmão e

percebera que não valia a pena dizer-lhe

mais nada. Mas a vida, às vezes, é feita de

impossíveis coincidências. Nesse primeiro

dia em Paris, depois de ter vagueado horas

pelo Louvre e pelas galerias de pintura da

margem esquerda - onde, absurdamente, pensara poder encontrar Angelina ou topar

com algum quadro dela já à venda -, ele

resolvera

enfiar-se

no

cinema,

aproveitando para ver um daqueles filmes

que a Portugal chegavam muito mais tarde,

e

quando

a

censura

deixava

que

chegassem: Anna Karenina, com Greta

Garbo. No dia seguinte, repetiu quase a

mesma dose: galerias, Rive Gaúche,

Campos Elísios e cinema à noite: Revolta

na Bounty, com Clark Gable e Charles

Lau-ghton.

À

saída,

no

vestiário,

esperando que lhe devolvessem a sua

gabardina, ouviu de repente uma voz

tranquila nas suas costas:

- O mundo é pequeno, Diogo!

Virou-se e a força do hábito fê-lo

reagir de repente, de sorriso rasgado:

- Cunhadita!

Ela riu-se também e caíram nos braços um do outro. Angelina tinha cortado o cabelo curto, usava uns estranhos brincos que pareciam um amuleto maia e a sua expressão, um pouco rude, tinha ganho alguma suavidade.

- Angelina, estás viva! Caramba, que coincidência extraordinária! Vê lá que pedi ao Pedro a tua morada para tentar ver-te aqui e ele respondeu-me que não a tinha.

Uma sombra passou pelo olhar de Angelina e a sua expressão sorridente alterou-se.

- Que é feito dele, Diogo?

- Está mal, Angelina. Ficou mal, depois de tu partires.

- Mal, como?

- Triste, calado, bruto, sai para o campo de madrugada e depois fecha-se no

quarto e só desce para jantar, sem abrir a boca. A única coisa que parece distraí-lo, infelizmente, é a porcaria daquela União Nacional e os patetas dos fascistas de Estremoz ou os de Espanha, que o vêm visitar às vezes, para conspirar nem quero saber o quê.

Ela suspirou profundamente, o peito inchando dentro da sua camisola de lã de gola alta.

- Pois, Diogo... Tu também me deves ter em má conta. Eu escrevi-lhe, mas ele nem me respondeu...

- Eu sei, ele disse-me. Mas não, eu não te tenho em má conta. Pelo contrário, acho que foste a coisa melhor que aconteceu ao meu irmão e só tenho pena que não tenha resultado com vocês os dois. Mas percebo, ou julgo perceber, as razões que te levaram a sair de Portugal.

Ela sorriu outra vez, mas agora um sorriso triste.

- Fico contente por ouvir isso, mas nem eu sei se fiz bem, Diogo. Só tempo o dirá... E tu, que fazes aqui?

- Estou de passagem, uns dias. Para a Alemanha e depois para o Brasil.

- O Brasil? Ah, Diogo, sempre conseguiste! Vais lá procurar qualquer coisa e depois vens buscar a Amparo e os miúdos, não é?

- Não, não: não vamos emigrar. Vou só em viagem de negócios. Aconteceram lá uns problemas e vou ver se endireito as coisas.

Angelina olhou-o, trocista:

- Hum, Diogo... Se bem te conheço, as coisas não vão ser assim tão simples. Esse Brasil não te vai sair da cabeça facilmente!

Ele sorriu, também. Ia dizer qualquer coisa, mas, nessa altura, um homem alto e mais velho apareceu por trás de Angelina e passou-lhe um braço pelos ombros.

- *Alors, Angeline, qu'est-ce qui te retiens?* - E lançou um olhar de viés para Diogo. Ela recuperou rapidamente do seu embaraço:

- *Ah, c'est un ami, du Portugal: Diogo... Jean-Paul.*

Eles apertaram as mãos e ficaram os três calados durante breves segundos.

- Bem, Diogo, tenho de ir. Foi tão bom ver-te!

- Espera, Angelina! Não poderíamos encontrar-nos para almoçar ou beber um café amanhã?

-

Amanhã?

Amanhã,

é-me

completamente

impossível.

Quando

partes?

- Depois de amanhã.

- *Ah, dommage,* como dizem os franceses!... Olha, Diogo, fica para a

próxima! Há mais marés do que

marinheiros, não é?

- Pois. Adeus, Angelina, também

adorei ver-te. Que tudo te corra bem. - E,

avançando, deu-lhe um beijo na cara.

- Para ti também Diogo. E tem

cuidado com o Brasil!

Começou a afastar-se, mas parou

dois passos à frente:

- Diogo...

- Sim?

- Estava a pensar... Não digas ao

Pedro que me encontraste, está bem?

Ele assentiu, com um gesto de cabeça. Ficou a vê-la afastar-se, de braço

dado com o seu Jean-Paul. Não, não diria

nada ao Pedro.

Chegou a Berlim dois dias depois, ao

princípio da tarde. O comboio parou

lentamente e guinchando os travões no

meio do fumo e do cheiro a óleo queimado

que envolvia a Ostbahnhof, fazendo-o

sentir-se dentro de um banho de vapor. A

estação estava cheia e soavam ordens

gritadas e apitos em todas as direcções.

Havia soldados por todos os lados, alguns

com cães dobermann, negros e com

focinhos de assassinos, seguros pela trela.

Gigantescas bandeiras com a suástica nazi

estavam colocadas em pontos estratégicos

da gare e havia numerosos cartazes com

palavras de ordem de apoio ao Plano

Quadrienal

que

Hitler

lançara

recentemente, além de vários outros de propaganda aos Jogos Olímpicos, que

teriam lugar em Berlim daí a uns meses.

Muito embora já tivesse sido objecto de

uma minuciosa revista à entrada da

fronteira com a França, Diogo teve de se

submeter a novo exame meticuloso dos

seus documentos e da sua bagagem,

acompanhado de uma detalhada entrevista

feita em francês por um simpático e

educado oficial, vestindo uma farda que

ele não conseguiu identificar. Enfim,

puseram-lhe um carimbo no passaporte e

ele pôde sair lá para fora, ao encontro

dessa gloriosa Alemanha nazi. Apanhou

um táxi e mandou-o seguir para o Hotel

Adlon, na Unter den Linden, 77, onde

mais uma rigorosa vistoria ao seu passaporte e à sua pessoa foi feita ao registar-se. No luxuoso lobby do Adlon, também havia cartazes de propaganda aos Jogos Olímpicos e uma solene fotografia emoldurada do Fuhrer sobre a parede da recepção. Estava cheio de homens de negócios, oficiais da Wehrmacht ou das SS fardados, jornalistas e estrangeiros de passagem e lindíssimas mulheres alemãs, de vestidos de noite compridos e estolas de peles. A atmosfera era sofisticada, silenciosa, ordenada. As pessoas sorriam ou falavam em voz baixa, os oficiais curvavam-se à passagem das senhoras e estas retribuíam os gestos de cavalheirismo com um leve movimento de ombros. De repente, sentiu-se um pacóvio ali no meio, um desamparado alentejano perdido no coração

do

Reich,

ali,

onde,

manifestamente,

uma

Europa

nova,

empolgada e intimidante estava a nascer.

Mandou subir as malas para o quarto,

enquanto despachava um telegrama para

Amparo, lá no fim do mundo alentejano:

“CHEGUEI AGORA A

BERLIM

STOP

SAUDADES E AMOR

STOP DIOGO STOP”

Do quarto, ligou para Gabriel

Matthäus, que já tinha sido avisado da sua

vinda e estava à espera do telefonema. No

seu português arrastado e cantante do Brasil, ele deu-lhe as boas-vindas e tratou logo de marcar um encontro. Diogo sugeriu um almoço no próprio Adlon e no dia seguinte, mas o alemão escusou-se com uma desculpa que ele não entendeu. Sugeriu então que Gabriel escolhesse um restaurante, mas ele respondeu que talvez não fosse boa ideia e que o melhor era jantarem em sua casa, visto que teriam mais tempo para falar e estariam à vontade. Diogo esperava que Gabriel se oferecesse para vir buscá-lo ao hotel, mas, em vez disso, ele deu-lhe a sua morada de casa e marcou o jantar para as oito da noite do dia seguinte.

E assim passou mais um dia sozinho, vagueando pelas ruas de Berlim, sem destino certo. Tinha pensado ir a um museu, mas era segunda-feira e os museus

estavam fechados, pelo que não lhe restou outro remédio para ocupar a manhã livre do que alugar um táxi e pedir-lhe que desse uma volta turística pelo centro da cidade. Por toda a parte eram visíveis os sinais da intensa mobilização para os Jogos Olímpicos e parecia evidente que os alemães tinham interiorizado e assumido a importância desse acontecimento, com o qual Hitler pretendia mostrar ao mundo o esplendor renascido da nova Alemanha. Dizia-se que ele vigiava diariamente o andamento dos trabalhos do Estádio Olímpico e que impusera sucessivas alterações ao projecto, por nunca lhe parecer que fosse suficientemente grande e esmagador e, nem mesmo depois de Albert Speer, o seu arquitecto favorito, ter ficado com o projecto, o Fiihrer sossegou. Fosse por adesão entusiástica ou também por

medo, o facto é que, a avaliar pelos seus retratos omnipresentes em todo o lado e pela suástica desfraldada em quase todos os edifícios, Diogo podia concluir, após um simples dia vivido em Berlim, que a Alemanha inteira estava rendida a Adolf Hitler. Dois anos antes, quando o velho marechal Hindenburg tinha morrido, Hitler decidira acumular em si os dois cargos, o de presidente e o de chanceler, passando a designar-se por Fiihrer - o Chefe. Conquistado o poder todo, fez-se plebiscitar: recolheu 90% dos votos, oficialmente - ele, que chegara ao poder sem nunca ter ganho uma eleição com maioria absoluta. A primeira coisa que fez, quando o conseguiu, foi suprimir todos os partidos, excepto o seu, o Nacional-Socialista. O termo “socialista” não era um erro de semântica nem uma

ilusão política. Hitler tinha uma sincera admiração pelos métodos e natureza do marxismo, chegando a declarar numa entrevista: “É mais o que nos une ao bolchevismo do que o que nos separa. Há, acima de tudo, um sentimento genuinamente revolucionário... Dei ordens para que os ex-comunistas sejam admitidos no Partido (Nazi)

imediatamente.

A

pequena-burguesia

social-democrata e os sindicalistas nunca

serão

nacionalsocialistas.

Mas

os

comunistas serão sempre.”

No mês anterior, Hitler anexara a Renânia ao Reich, fazendo tábua rasa dos

Acordos de Versalhes, que haviam

estabelecido

a

região

como

zona

desmilitarizada.

Passo

a

passo,

a

Alemanha ia alargando o seu espaço e a sua zona de influência no centro da Europa. Em Setembro, dando sequência às ideias expostas no Mein Kampf (“o Estado deve colocar a Raça no centro de toda a vida”), Hitler fizera aprovar as Leis de Nuremberga, para “defesa do sangue e da honra alemã”: os judeus alemães perdiam a cidadania, ficavam proibidos de se casar com alemães puros, de servir na polícia e nas forças armadas, de exercer medicina e outras profissões públicas e de adquirirem propriedade. Mas, conforme relatava a imprensa internacional, a necessidade de evitar que os Jogos Olímpicos de

Berlim

fossem

cancelados

ou
transferidos obrigara Hitler a restringir e suavizar, ao menos publicamente, a sua crescente perseguição aos judeus. E, na sua volta de táxi pelo centro da cidade, Diogo vira duas sinagogas, aparentemente abertas ao culto, e não vira nas ruas nenhuns sinais evidentes de discriminação entre a população - toda ela parecendo cativada pela mesma força e entusiasmo que a nova Alemanha propagandeava e afectava.
Sinal
desse
entusiasmo
empreendedor era, por exemplo, o recentíssimo automóvel Volkswagen - um estranho modelo de carro, curto e arredondado, de que já se viam alguns exemplares, ainda em testes, circulando

pelas novas avenidas de Berlim. Diogo não

resistiu a ir olhar de perto um modelo

desses, quando se apeou do táxi em frente a uma bierhaus onde decidiu almoçar. O

seu dia arrastou-se assim por Berlim,

pouco ajudado pelo facto de não falar uma

palavra de alemão e nada entender do que

escutava ou tentava ler: às quatro da tarde

já estava de regresso ao hotel, com um

indisfarçável sentimento de alívio.

E às oito estava tocar à campainha

da casa de Gabriel Mattháus, uma bela

casa independente, de três pisos, situada

numa ruazinha sossegada, que partia de

uma das avenidas centrais. Quem lhe veio

abrir a porta foi a mulher de Gabriel,

Helga, alta e bonita, com uns olhos azuis

intensos. Diogo avaliou que ela teria uns

dez anos a menos que o marido, talvez

trinta e sete, trinta e oito. Pediu desculpa por não falar português, como o marido, e,

num inglês hesitante, convidou-o a entrar

para a sala. Gabriel apareceu logo depois, acompanhado dos três filhos, cujas

apresentações fez: já vinham de pijama e

logo foram mandados para a cama.

Ficaram só eles os três na sala. Gabriel

serviu um Riesling, que Diogo se esforçou

por ir fingindo que bebia, disfarçando a

sua falta de entusiasmo por aquele vinho

doce e enjoativo.

Foram falando de banalidades, de

Lisboa e do Brasil, enquanto não passaram

à mesa, e depois, enquanto era servida a

sopa, Diogo reparou que eles evitavam

falar da Alemanha, como seria natural, e

reparou também que não havia empregada

alguma: era Helga quem recolhia os pratos

e trazia as travessas da cozinha. Gabriel

serviu então um vinho português, que

trouxera da sua última estada em Lisboa, e

começou a falar das actividades da Atlântica no Brasil.

- Tenho um dossier preparado para si, mas aproveito para lhe ir falando de quem é quem, nos escritórios do Rio, e como é que as coisas funcionam por lá. Nada que você não perceba rapidamente, em especial sendo português, mas sempre lhe poupará algum tempo a entrar naquilo, se puder aproveitar a experiência que eu tenho destes anos no Brasil.

Diogo ouviu-o com atenção, fazendo perguntas de vez em quando, enquanto Helga se mantinha calada, embora visivelmente atenta à conversa deles.

Diogo fazia alguma cerimónia com Gabriel: apenas o tinha visto pessoalmente umas três vezes em Lisboa, para além da correspondência de trabalho que haviam trocado ao longo dos últimos anos. E não

se atrevia a fazer-lhe as perguntas que verdadeiramente o interessavam, embora

continuasse intrigado com aquela espécie

de “convocatória” para vir à Alemanha

que Gabriel lhe tinha feito chegar. E

continuava sem saber que determinantes

motivos

tinham

levado

Gabriel

a

comunicar-lhes, a si e a Francisco, que

tinha de abandonar “provisoriamente” a

representação da Atlântica no Brasil.

Foi só depois do jantar, depois de

Helga se haver desculpado por ter de se

deitar cedo, ficando eles a sós na sala, que

Gabriel começou a abrir o jogo. E logo

sem rodeios.

- Diogo, ainda bem que você pôde

vir. E ainda bem que pode passar uns

tempos no Brasil! De outro modo, receio

que tudo isto fosse por água abaixo: a

firma não pode passar sem alguém lá, com autoridade, ou que, pelo menos, organize

as coisas antes de se vir embora. Receio,

meu amigo, que você tenha comprado uma

tarefa para muitos anos: prepare-se para,

ou você ou o Francisco, terem de viajar até

ao Brasil todos os anos, a partir de agora.

Porque eu... eu estou fora de combate.

- Mas porquê, Gabriel, qual é o seu

problema?

- Espere um pouco, já lhe digo. - E,

levantando-se, Gabriel dirigiu-se a uma

escrivaninha em frente ao fogão a lenha,

de onde regressou trazendo uma pasta que

pousou sobre a mesa.

- Isto contém uma procuração que fiz

há dias no Consulado de Portugal, aqui em

Berlim, e que lhes dá, a si e ao Francisco,

plenos poderes para gerirem a minha participação na Atlântica, podendo fazer

tudo com ela - inclusive, vendê-la ou

contrair dívidas em nome dela. E está junta

uma outra procuração que vos permite

abrir uma conta em meu nome num banco

internacional à vossa escolha, onde

deverão ser depositados os lucros da firma,

se os houver, ou o produto da sua venda.

Depois de o terem feito, peço-vos que me

indiquem o número da conta. E, assim,

vocês ficam com as mãos livres para

seguirem avante com este negócio sem se

empatarem comigo. Cada vez acho mais

que o negócio é bom e que tem futuro.

Mas não poderia sobreviver sem se acudir

ao Brasil e a ter de arrastar um parceiro

adormecido, como eu vou passar a ser.

- E porquê, então, Gabriel? Pode

dizer-me agora, finalmente?

- Posso, Diogo, posso. O porquê é fácil de explicar e de entender. Você sabe o

que se passa aqui, desde que os nazis

tomaram o poder: não há futuro para gente

comoeu, e o presente é cada vez mais

difícil e mais perigoso.

- Porque você...

- Sim, sou judeu, Diogo. Filho de pai

e mãe judeus, neto de judeus, seis gerações

de Alemanha. E agora dei xei de ser

alemão: sou untermenschen, isto é, menos

quenada.

Diogo ficou siderado, sem resposta.

Estupidamente, nunca lhes tinha ocorrido,

nem a ele nem a Francisco, que aquela

pudesse ser a razão para a súbita

comunicação de Gabriel de que não

poderia voltar a ir ao Brasil. E, todavia, o

próprio nome de baptismo dele deveria tê-

los alertado para essa hipótese.

- Mas, Gabriel, pelo menos, deixam-

no trabalhar, pode ir ao Brasil...

- Não, confiscaram-me o passaporte.

- E não o autorizam a emigrar?

Afinal de contas, o Hitler quer é ver-se

livre dos judeus!

- Sim, mas temo e desconfio que não

seja dessa maneira.

- Como? O que está a querer dizer,

Gabriel? - Diogo sentira um arrepio

percorrê-lo.

- Já não me deixam sair, Diogo: pedi

e foi-me recusado. Tarde de mais.

Devíamos ter ido no ano passado, mas a Helga não quis, não acreditou que as

coisas chegassem a este ponto. - Fez um

sorriso triste, e acrescentou: - Agora julgo

que já vai acreditando, mas agora já não há

nada a fazer!

-

Ela...

não

é

judia?

-

Instintivamente, Diogo apercebeu-se do

tom em que perguntara aquilo e teve

vergonha de si.

- Não, ela é alemã, ariana pura.

- Mas, Gabriel, se você já temia isto,

porque não ficou por lá, no Brasil, da

última vez que lá esteve, mandando depois

a família ir ter consigo?

- Porque eu vim de lá em Dezembro,

como você se lembrará, e as Leis de

Nuremberga saíram em Setembro. De acordo com a lei, os meus filhos são

judeus: também não estão autorizados a

sair.

Fez-se um silêncio. Gabriel remexeu

as brasas do lume e colocou mais uma

acha a arder.

- Vai uma aguardente alemã, Diogo?

- Pode ser.

Serviu dois copos, enquanto Diogo

olhava o lume, pensando o que dizer.

- E agora, Gabriel, o que vai você

fazer aqui?

- Bem, vou tentando sobreviver.

Neste momento estou a dar aulas de

português, numa escola particular. Sou mal pago, mas, pelo menos, ainda me deixam

trabalhar. A minha mulher arranjou um

trabalho de enfermeira no Hospital Inglês.

É provável que a ela não a despeçam, mas

tenho medo que venham aí leis que a

obriguem a divorciar-se de mim, que nos

separem à força: eu e os miúdos para um

lado, ela para outro.

- Não é possível, Gabriel, não

chegariam a esse ponto!

Ele sorriu.

- Não? Vão chegar muito mais

longe. Você não conhece os nazis: não têm

nada a ver com o vosso fascismo brando.

Estes têm o ódio aos judeus como o centro

da sua ideologia. Convenceram os alemães

de que os judeus são os responsáveis por

tudo, até por termos perdido a Guerra de 14-18. Versalhes foi uma conspiração

judaica. A crise de 29 foi uma conspiração

judaica. Hitler odeia os judeus e o

capitalismo por igual.

- Sim, acredito que sim. Mas o que

pode ele fazer: ou deixa os judeus irem-se

embora ou tem de os aceitar, porque, bem

vistas as coisas, mesmo os nazis hão-de

achar que os judeus fazem falta à

economia. Olhe, nós vivemos uma

situação semelhante quando o nosso Rei

D. Manuel, a pedido dos sogros dele, que

eram os Reis Católicos de Espanha, quis

expulsar os judeus... Gabriel voltou a

sorrir.

- Quando foi isso?

- Por volta de 1500.

- Meu amigo, você não está a perceber. Não estamos a falar dos tempos

dos cristãos-novos, nem sequer dos da

Inquisição. Estamos a falar do nazismo,

que é uma coisadiferente, uma gente

diferente, obcecados com a superioridade

da raça alemã e outros disparates, tão

absurdos para o século XX que só

podemos estar perante fanáticosde uma

natureza como o mundo nunca viu.

Diogo inclinou-se para a frente,

sentindo-se desconfortável na poltrona.

- Mas o que está você a querer

concluir, afinal?

Gabriel

não

respondeu

logo.

Levantou-se, olhando por cima do ombro

para a porta da sala como que a certificar-

se de que não havia ninguém a escutá-los.

Depois, caminhou até à lareira e segurou por breves instantes uma fotografia

emoldurada que o mostrava sorridente

numa praia do Rio de Janeiro. Pousou a

moldura no seu sítio e virou-se, encarando

Diogo.

- O que eu estou a querer dizer,

Diogo, é que hoje estou convencido de que

o plano de Hitler e dos nazis é exterminar,

fisicamente, todos os judeus da Alemanha.

E que, se o deixarem, talvez não fique por

aí.

Valmonte, 1 de Abril de

1936

Diogo

Escrevo-te

para

a

direcção que me deste do hotel

no Rio de Janeiro, onde irás

ficar. Recebi o postal de Paris e

o telegrama que mandaste da

Alemanha,

antes

de

embarcares. Achei Paris uma

cidade linda, a julgar pelo teu

postal, e bem que gostaria de

um dia, como prometeste,

poder conhecê-la contigo. O teu

telegrama

fez-me

mais

confusão,

sobretudo

por

imaginar

que

sobrevoaste

Lisboa na madrugada de hoje,

quando a nossa filha tinha

acordado e eu lhe tinha acudido

para a adormecer e me lembro

de ter ficado depois a pensar

exactamente onde estarias tu

àquela hora. Afinal, estavas

aqui, tão próximo de nós,

mesmo por cima das nossas

cabeças!

Agora,

quando

escrevo, da parte da tarde,

imagino-te já a sobrevoar o
mar, sem sinais de terra,
baloiçando
nessa
coisa
inacreditável
onde
a
tua
maluqueira te levou a embarcar
- como se não fosse mais
simples e, sobretudo, bem mais
seguro viajares para o Brasil de
navio, como fazem as pessoas
normais! Ah, Diogo, mas tu
tens de ser sempre diferente dos
outros, não é?
Imagino também (e com
todas as minhas forças o peço à
Senhora dos Viajantes!) que,

quando receberes esta carta, já
estejas a salvo no Brasil, há
vários dias. Espero bem que as
primeiras
impressões
não
desmereçam de tantas ideias e
tantas ilusões que te foste
fazendo sobre o Brasil! Ou, se
calhar, bem lá no fundo do meu
íntimo, o que desejo é que te
desiludas tão depressa que as
saudades de nós e de Valmonte
te tragam de volta assim que
puderes. Que dês por ti a não
querer
outra
coisa
senão
apressar aí os assuntos e marcar

logo um barco para vires a
correr para casa, onde te
esperam a tua mulher, os teus
filhos, a tua mãe e o teu irmão,
todas as coisas que sempre
foram a tua vida e que agora
são também a minha e a dos
nossos filhos. Não leves isto à
conta de egoísmo, mas do
pensamento normal de uma
mulher que lamenta a ausência
do marido e que - tu sabe-lo
bem
-
nunca
conseguiu
compreender nem aceitar a tua
partida. Torturo-me para não te
fazer a ti a pergunta que me
assalta todos os dias e a todas

as horas: quanto tempo ficarás
ausente? Tu disseste meses -
três, quatro meses -, mas
alguma coisa dentro de mim
(ou dentro de ti) me diz que,
felizmente, há-de ser mais do
que isso. Sei que ainda agora
partiste, que ainda agora, há
umas horas atrás, passaste aqui,
por cima das nossas cabeças, e
que é desesperadamente cedo
para me fazer esta pergunta.
Mas não consigo evitá-la,
porque, vês tu, mesmo quando
te ausentavas durante dias ou
semanas em Lisboa, o facto de
te saber tão perto fazia-me
sentir
de
uma

forma
completamente diferente de
agora. Agora, Diogo, sinto-me
à toa, como se estivesse sem
chão e sem poiso, nesta casa
onde te sinto a cada momento e
onde a cada momento sinto a
tua ausência.
Enfim, não te quero
deixar preocupado com a minha
tristeza.
Talvez
ela
vá
abrandando com o tempo, e tu
conheces-me: sabes que o que
sinto por dentro não mostro por
fora. Não dou parte de fraca,
nem com os miúdos nem com a

tua mãe. E, por aqui, está tudo relativamente bem: o Manuel

teve uma varicela, mas foi

muito bem tratado pelo dr.

Suggia e já está a recuperar,

com o mesmo apetite de

sempre. A Assunção cresce

todos os dias, como se tivesse

pressa de ser grande, e tem o

sorriso mais bonito do mundo.

A tua mãe ficou um bocado

abalada com a tua partida e

parece-me que também anda

preocupada com qualquer outra

coisa, de que não fala: escreve-

lhe logo que possas. Enfim, o

teu

irmão

continua,

infelizmente, ensimesmado e

desatinado:

meteu-se

numa

briga qualquer em Montemor,

por causa de umas vacas, diz

ele, e apareceu em casa todo

amassado. Muito gostaria de

saber o que vai naquela cabeça

para o poder ajudar, mas ele,

como sabes, não se abre com

ninguém, e curiosamente a

única pessoa com quem fala é

com a Assunção, que ainda não

lhe pode responder como um

adulto!

De resto, está tudo bem.

Tem feito um frio imenso, mas

a chuva não há meio de

aparecer, e bem que calhava

agora para as sementeiras!

Escuso de dizer que
espero uma carta tua todos os
dias (estou a exagerar, mas não
muito...). Que te amo e te
espero, como sempre.
A tua mulher,
Amparo.

XII

“A minha vida está suspensa a
sessenta metros de altura sobre as águas
escuras do mar. A minha vida está
suspensa há dois dias e duas noites, sem
referências nem horizonte, desde que
perdemos de vista a costa da ilha de
Santiago, em Cabo Verde, e entrámos pelo
oceano adentro. Agora sei o que é navegar,
sei o que é procurar terra sem saber se a
encontraremos, sei o que é olhar em frente,
pelas janelas basculantes do lounge deste
monstro deslizante - que são abertas

quando faz bom tempo, para respirarmos o ar do mar - e procurar, o mais longe que a

vista alcança, sinais de aproximação da

terra Brasil, destroços vegetais à tona de

água, gaivotas voando em nossa volta,

águas mais claras debaixo da nossa

sombra, uma pressão no peito, do lado de

onde bate a esperança.

“Voamos a 120 km/hora e raramente

ultrapassando os duzentos metros acima da

linha de água, excepto quando, ao terceiro

dia de viagem, uma frente de nuvens

baixas, escuras e ameaçadoras, nos fez

subir até aos 1600 metros, cavalgando e

oscilando por cima da tempestade, de

súbito recordados de quão frágil é o nosso

voo, quão frágil é a viagem neste mundo.

Tratam-nos com todas as comodidades

possíveis e imagináveis: camas que dariam

para um casal, lençóis de seda natural,

duche quente, peque-no-almoço luxuoso, almoço e jantar de chef internacional,

mesa de bridge durante a tarde (onde me

entretenho com um americano, um alemão

e um brasileiro) e bebidas servidas a toda a

hora, de tarde e de noite, no lounge de

onde vemos o Atlântico ficar para trás,

milha após milha, sempre igual e sempre

intimidante.

“Eu, Diogo Ribera Flores, filho do

campo e do sequeiro, herdeiro de

sobreiros, azinheiras e oliveiras, alentejano

por berço e condenação perpétua, deixei

mulher e filhos, deixei mãe e irmão, deixei

terra e Pátria, deixei esse ar espesso e

opressivo de um Portugal amordaçado,

para flutuar neste balão gigante sobre o

mar e sobre a vida, esperando que no fim

da viagem haja um Novo Mundo à minha

espera. Não podendo vir de caravela, vim

de Zeppelin, e, fosse eu dado aos relatos, como Pêro Vaz de Caminha, também

escreveria à minha Rainha - porque Rei

não tenho - o diário desta viagem e das

minhas descobertas. Ah, mas eu não tenho

essa consistência e perseverança dos

descobridores! Eu sou leviano e ligeiro,

sou mais dado às sensações do que às

realizações, mais depressa me sirvo a mim

do que à Pátria. Graças a Deus, não nasci

em 1500: nasci tarde de mais para o

desconhecido, cedo de mais para a lucidez.

Não sei o que procuro, mas sei do que

fujo. Não sei o que encontro, mas sei que

vou, que flutuo - como este grande balão,

devagar e em frente, suspenso sobre tudo o

que são as certezas, a terra firme onde os

outros são felizes e realizados e eu não.

Chego à janela entreaberta do Hindenburg

e olho para o mar, lá em baixo: aspiro a

sua humidade e o seu sal a plenos
pulmões, peixes-voadores sobrevoam a crista
das
ondas
vadias,
golfinhos
desenham a sua sombra logo abaixo da
linha de água, em vão procuro o perfume a
clorofila que anunciará a costa do Brasil,
vejo o retrato de Amparo, e do Manuel e
da Assunção, reflectido na superfície do
mar e não sei que lhes diga. Não tenho
razão alguma explicável para estar aqui.
Um capricho, disseste tu. Uma obsessão,
um egoísmo, uma infantilidade, sentenciou
o Pedro. E tudo verdade, que posso eu
dizer? E, todavia, flutuo. Estou entre mar e
terra, entre a Europa, cansada e demente, e
o Novo Mundo, onde tudo só pode ser
diferente. Flutuo, estou feliz, bebi de mais

ao jantar, o luar de prata dançando sobre a

água aqui debaixo faz-me sentir eufórico e

alheio, aproveito este intervalo, estes dias

em que não sou de lado algum, em que não

tenho pé em terra nem no mar, para pensar

no concreto da vida. E, quanto mais penso, mais me apetece que esta viagem nunca

mais acabe.”

Às primeiras horas da manhã de 4 de

Abril, o Hindenburg, vindo do norte depois

de ter entrado no Brasil passando por cima

da ilha de Fernando de Noronha, Recife e

Salvador, sobrevoava o Rio de Janeiro,

dirigin-do-se para o seu novo hangar, em

Santa Cruz, cerca de 60 quilómetros a sul

da cidade. Chovia copiosamente sobre o

Rio e Diogo apenas conseguiu colher uma

primeira impressão de uma cidade entalada

entre morros e raar, com uma ampla e

sinuosa linha de costa, contornando baías e

enseadas, e ao longo das quais as

construções pareciam dispor-se de forma

anárquica. Passaram ao lado do morro

chamado Pão de Açúcar, já conhecido dos

passageiros por uma fotografia que havia a

bordo do Hin-denburg, e situado na entrada da extensa baía de Guanabara,

semeada de pequenas ilhas, entre as quais

a ilha das Flores, ponto de desembarque

obrigatório dos emigrantes europeus que

chegavam ao Rio de Janeiro.

Não era o caso deles, visitantes de

luxo - aliás, como os passageiros de 1ª

classe dos navios de linha, que não eram

considerados emigrantes, mas sim turistas, dispensados de todas as formalidades de emigração. Em contrapartida, o seu desembarque foi certamente mais acidentado. O hangar estava inundado de água da chuva, que não parava de cair, e sopravam ventos fortíssimos que não permitiam a aproximação em condições para amarrar o dirigível ao seu mastro. Além disso, a maior parte dos 240 membros da “tripulação de terra” não sabia bem o que fazer na ocasião, segurando distraidamente as cordas descidas do Hindenburg, na esperança de

que alguém se dispusesse a coordenar a manobra. Finalmente, acabou por se desistir de amarrar ao mastro e foi à força de braços em terra e motores a bordo que o pesado e imenso balão foi descido até terra e enfiado a muito custo dentro do hangar - de onde, pelo menos, já não podia levantar. Toda a operação demorou cerca de uma hora e, quando enfim foram descidas as escadas e o primeiro membro da tripulação do Hindenburg pôs pé em terra, pararam-se os cronómetros e registou-se para a história do primeiro voo aéreo non-stop Europa-Rio de Janeiro: quatro dias e quatro noites de viagem, exactamente 100 horas e 40 minutos, para os 11 000 quilómetros percorridos.

Diogo acabara de conquistar o seu quinhão na história da aviação. Parte do seu sonho estava cumprida: chegar de

balão ao Brasil. No hangar cheirava a combustível e reinava uma confusão totalmente irremediável A custo, abrindo caminho por entre a pequena multidão que se agitava sem nexo aparente, respondendo a ordens gritadas em todas as direcções, dirigiu-se para a saída do hangar, sentindo o chão a balouçar debaixo dos pés, como se ainda estivesse no ar. Cá fora, a chuva tinha abrandado e parecia que ia mesmo cessar por completo. Ele não se importou com a chuva: caminhou uns passos para fora, acendendo um cigarro e aspirando o ar a plenos pulmões. O cheiro asfixiante a clorofila entrou por ele adentro como um sopro e deixou-o quase entontecido. Depois, veio-lhe também um discreto cheiro a maresia, seguramente da baía de Sepetiba, ali ao lado - mas, para quem tinha acabado de chegar das praias de iodo

do lado de lá do Atlântico, aquele sinal de mar próximo era tragado, de um só golpe, pelo cheiro inebriante do verde da floresta. Afastou-se ainda mais em direcção à mata logo em frente e aí começou a escutar a gritaria dos pássaros que vinha lá de dentro. Um raio de sol rompeu timidamente as nuvens e os primeiros pássaros, de todas as cores, começaram a levantar voo das árvores. Do hangar veio uma ordem, através de um megafone e num português cantado e alegre, a que ele não estava habituado:

- Pede-se aos passageiros do voo Hindenburg, acabados de desembarcar no Rio, que se queiram dirigir por gentileza ao salão de desembarque

para
cumprimento das formalidades legais de ingresso no Brasil.
Diogo sorriu para si mesmo. Abriu a
boca de par em par, como se fosse gritar, e
engoliu
nova
golfada
de
clorofila.
Abaixou-se sobre a terra molhada a seus
pés e colheu um pedaço, que levou à boca
e beijou ao de leve: terra brasil.
Do hangar de Santa Cruz, Diogo
seguiu no comboio construído pelos
alemães até à Estação D. Pedro II, já em
plena cidade. Aí, apanhou um dos carros
com motorista que aguardavam os
inesperados viajantes do ar e mandou
seguir para o Copacabana Palace. Pelo
caminho, o chauf-feur foi-lhe dando uma

primeira abordagem geográfica da capital do Brasil: a Avenida do Mangue, o centro, cruzado sem grandes detenças, e a Avenida Beira Mar. De janela aberta, aspirando aquele ar quente e húmido que se colava à roupa como uma segunda pele, ele foi aprendendo também os nomes daquilo que extasiadamente ia vendo: a baía da Urca, com a sua forma de concha exposta às batidas do mar, o morro sobranceiro do Pão de Açúcar, a larga e elegante baía de Botafogo, que parecia imaginada por um lápis negligente deslizando ao acaso sobre o mapa. Caramba, Deus não se poupara ao desenhar o Rio de Janeiro!

Quando, após uma meia hora de viagem, o motorista o depositou com as bagagens à porta do Hotel Copacabana Palace, no extremo do imenso areal da praia de Copacabana, ele já estava perdido

de paixão por aquela cidade. Homem do

campo, da terra e da secura, estava

esmagado pela textura líquida daquela

cidade, rodeada de mar, baías, lagoas e montanhas, sob um manto de humidade

quente que o fazia sentir-se como que

dentro de um casulo. Uma mão invisível,

vinda das montanhas por trás da cidade,

tinha pegado nele como um náufrago à

deriva e tinha-o feito seu refém, cativo

para sempre da luz que magoava, do calor

que entorpecia, da humidade que o

prostrava de exaustão feliz. Num ápice, o

Rio tomara conta dele e de cada um dos

seus sentidos.

Entrou pela porta envidraçada do

hotel e sentiu-se pairar sobre o chão de

mármore, reparando nas madeiras escuras

e exóticas, os trabalhos de estuque no tecto

da recepção, um som de vozes alegres no

ar, um cheiro indefinido a madeiras e

flores. Confirmou a sua reserva para um

mês, preencheu os papéis e subiu ao quarto

onde o aguardavam as suas malas e um cesto de frutas. Experimentou uma banana,

que achou deliciosa, e uma fatia de

abacaxi, muito mais doce que o ananás dos

Açores que se comia em Lisboa. Abriu a

porta do terraço do quarto e recuou

instintivamente com a intensidade da luz

reflectida nas águas do Atlântico, logo ali

à sua frente. Sem pensar mais, foi a uma

das malas, retirou o seu maillot de banho

que vestiu por baixo das calças mais leves

que tinha trazido, enfiou uma camisa

branca e saiu, levando uma toalha do

“banheiro”. Caminhou até à praia em

frente e despiu-se na areia, abandonando

tudo e entrando pelo mar adentro. A água

era transparente e morna, como ele nunca

tinha imaginado que fosse possível, e

havia restos de cocos boiando à superfície.

Nadou umas braçadas e mergulhou para ir

buscar a areia no fundo e ficar a vê-la na

palma da sua mão. Então, emergiu da água e voltou-se para trás, de onde tinha vindo:

à sua frente, o longo e elegante edifício

branco do hotel recortava-se num espaço

ainda semivazio. À direita estava o Leme,

onde a praia acabava num morro, para lá

do qual ele sabia que ficava Botafogo, o

Flamengo e outras baías ou enseadas.

À esquerda, no enfiamento do hotel,

cbalets recém-construídos e outros em

construção alinhavam-se ao longo da

suave curvatura da praia ao lado dos

primeiros edifícios em altura, os “arranha-

céus”, que começavam a erguer-se,

prometendo

povoar

Copacabana

rapidamente. E, ao fundo, o Forte de

Copacabana, onde, catorze anos antes,

estava o hotel a ser acabado, acontecera o

episódio que ficou conhecido como “os

dezoito do Forte”: um grupo de jovens

tenentes que haviam jurado derrubar o regime do Presidente Artur Bernardes, ao

serviço dos grandes fazendeiros de S.

Paulo, entrincheiram-se dentro do forte,

esperando em vão pelos reforços que

haveriam de chegar do levantamento de

outras

unidades.

Sozinhos

então,

acossados pelo Exército leal ao Presidente,

a maioria acabou por se render, mas não 29

deles, que optaram por rasgar em pedaços

uma bandeira do Brasil e jurar lutar por ela

até à morte. Dos 29 juramentados, 18 honraram a sua palavra e, quando já não havia mais esperança, abandonaram o forte e saíram, marchando pela calçada de Copacabana em direcção ao inimigo e à morte. Dois deles, apenas, sobreviveram.

Diogo sabia tudo isso, que aprendera ao longo dos anos em que, desterrado em Valmonte e sem razão plausível para tal, desatara a ler tudo o que arranjava acerca do Brasil, até que o seu sonho de um dia lá chegar se tornara uma obsessão sem cura.

E agora ali estava, acabado de chegar e já deslumbrado. Parecia impossível imaginar que ainda há poucas horas atrás viajava suspenso de um frágil balão que o trouxera de uma Europa fria e cinzenta, onde só parecia haver lugar para o ódio e para os extremismos, onde se afiavam espadas e se contavam exércitos, onde tudo parecia

gasto e cansado, onde “os amanhãs que cantam” nada mais tinham para oferecer do que ditaduras, perseguições, guerras e o grito universal de “morte à liberdade!”

Agora, não: agora, vinha-lhe o cheiro a selva da montanha em frente, o bafo quente do ar onde os pássaros evoluíam nas correntes sem esforço algum, cascas de cocos deslizavam ao sabor das ondas em direcção à areia, a água era cristalina e envolvente e o Rio estava aos seus pés, à espera de ser colhido. Ou era ele que estava aos pés do Rio.

Almoçou no hotel, no restaurante do terraço onde estava a ser construída a piscina do Palace. A conselho do maitre, experimentou coisas absolutamente desconhecidas e que o encantaram, desde a

“batidinha de cana” com limão verde,

pequeno, que ele nunca tinha visto, até à

“casquinha de siri”, feita com um

caranguejo mole, de areia, que não havia

na Europa, passando pela própria salada

com uma espécie de espargo grosso

chamado “palmito”. Mas, acima de tudo,

ele estava deslumbrado com o hotel em si

mesmo. E não era caso para menos.

A

arquitectura

do

Copacabana

Palace, desenhada pelo arquitecto francês

Joseph Gire, inspirara-se nas do Negresco e do Carlton, de Nice, e, tal como eles,

pretendia ser um hotel de praia, luxuoso e

imponente. E, na verdade, quando ficou

pronto, em 1922, foi o hotel que, por assim

dizer, inaugurou a praia de Copacabana -

até aí cortada da cidade e apenas povoada
por algumas cabanas dispersas.
Aliás, até ao início dos anos vinte,
tanto os prédios como as pessoas viviam
de costas voltadas para o mar. Fora a
necessidade de combater as constantes
epidemias que provara a urgência de abrir
avenidas e espaços por onde o ar do mar
penetrasse na cidade, e só em 1886,
segundo rezava a lenda, é que a praia de
Copacabana recebeu o seu primeiro e
célebre banhista: a actriz Sarah Bernhardt,
que, desprezando a vergonha pública e as
regras sobre a decência dos banhistas (que,
trinta anos depois, ainda haveriam de ser afixadas pelo prefeito do Rio), entrou pela
água adentro vestida como a ocasião
recomendava. O Copacabana Palace tinha
vindo mudar tudo isso: era um hotel de
praia e era suposto os hóspedes irem à

praia. Mas, nesse mesmo ano de 1936, fora

ainda mais longe e estava à beira de

inaugurar

a

primeira

piscina

com

dimensões olímpicas no Brasil, logo

destinada a tornar-se ponto de encontro

obrigatório da beautiful peo-ple carioca: de

manhã na piscina do Palace, à noite nos

seus salões, no casino ou no restaurante,

onde pontificava um afamado chef francês

e o caviar tinha de ser “grand grain, gris, sans sei”.

O proprietário, fundador e director

do Palace era Octávio Guinle, herdeiro da

maior fortuna brasileira. O Palace tinha-se

tornado na sua vida, ao ponto de habitar em permanência uma das duas suites

presidenciais, de forma a melhor vigiar

tudo o que acontecia no hotel. E tudo acontecia no hotel: desde a sua inauguração, o Palace tornara-se logo o centro da vida social, cultural e política do Rio e o Rio era a capital do Brasil. Não havia estrela de cinema, cantor internacional, bailarina de renome, maestro célebre, príncipe ou presidente

que visitasse o Brasil, que viesse ao Rio, e não ficasse hospedado no Palace. E o mesmo fazia a sociedade carioca e todos os políticos do país, da República Velha ou da República Nova, de todos os regimes e de todos os governos. Oficialmente, a política do Palace era não ter política, dar-se bem com todos; na prática e actualmente, vivendo sob um regime autoritário, isso significava que a família Guinle estava de muito boas relações com o regime de Getúlio Vargas. O irmão do Presidente, Benjamim Vargas, conhecido por “Bejo”, era um frequentador habitual das mesas de jogo do casino do Copacabana, onde gozava de privilégios que só a sua relação familiar justificava. Tinha, por exemplo, o mau hábito de ir para a sala de jogo munido do seu revólver, que não hesitava em utilizar, em

tiros para o ar, de cada vez que a sorte lhe virava costas. Numa célebre noite, farto de perder, “Bejo” pousou teatralmente o revólver em cima do pano verde da roleta e proclamou em voz bem alta a sua aposta final: “Dezassete, preto, ímpar!” A roleta girou e o croupier anunciou em voz baixinha: “Oito, encarnado, par...” Fez-se um silêncio de tragédia na sala toda, enquanto “Bejo” já ia estendendo a mão para o revólver. Mas, antecipando-se-lhe, numa jogada de inspiração, o croupier anunciou: “Perdão:

preto,

ímpar,

dezassete!” Benjamin Vargas recolheu revólver e fichas e a noite acabou em alívio geral.

Culto,

requintado,

de

gostos

apurados e exigentes, Octávio Guinle não desprezava um pormenor para fazer do Palace, mais do que um hotel, um estilo de vida, que pudesse criar fama além-fronteiras, como de facto já sucedia, e ser uma espécie de cartão-de-visita do Rio de Janeiro. Mais de mil empregados serviam os 230 quartos do hotel e a exigência de Guinle com a qualidade do serviço era de tal forma cuidada que ele redigira um "Código dos Empregados do Palace" onde, entre outras sábias determinações, se prescrevia a máxima de "não dar opiniões,

e,

quando

solicitadas,

evitar

o

prolongamento
da
conversa
e
os
comentários”. Ou, mais avisado ainda e
atendendo à notoriedade de alguns
hóspedes, o Código estabelecia: “Não
demonstrar
conhecimento
das
excentricidades dos clientes, que deverão
passar despercebidas, sem manifestações
de gestos, palavras ou actos.” Uma regra
que demonstrou a sua utilidade quando
Marlene Dietrich, enfiada num vestido
demasiado justo e que, segundo ela, não
lhe permitia abaixar-se, pediu ao camareiro
um balde com areia e gelo para poder
satisfazer as suas necessidades de pé e foi

atendida. Ou quando o então Presidente Washington Luís forçou a entrada no quarto da sua clandestina amante francesa e foi recebido por ela a tiro de revólver, tendo sido discretamente retirado pelos fundos com uma bala alojada no abdómen, mas oficialmente com uma crise de apendicite aguda da qual sobreviveria.

Mas Diogo não ignorava que o Copacabana Palace representava apenas um dos lados do Rio, uma das faces, terrivelmente contrastantes, do Brasil todo. E se, nos dois primeiros dias, por ali se deixou ficar saboreando as mordomias e luxos do hotel, sem pressa de se apresentar no escritório da Atlântica, no centro, não foi com medo de sofrer uma imensa desilusão, depois do Palace, mas sim porque sentia necessidade de descer consistentemente à terra, e também ao mar,

após aqueles quatro dias e quatro noites voando a meio céu, nessa espécie de limbo que era o Zeppelin.

O Brasil - ele sabia-o - vivia também uma efervescente situação política. Na Europa, comentava-se muito a ditadura fascizante de Getúlio Vargas, o Presidente. Mas, para quem, como ele, tinha saído de uma verdadeira ditadura fascista, aquela, além de não lhe dizer directamente respeito, tinha grandes e substanciais diferenças: Getúlio também chegara ao poder por golpe de Estado ou insurreição militar, mas depois disso fora eleito, de forma legítima, pelo Congresso e, embora a contragosto, governava no âmbito dos poderes que lhe dava a Constituição democrática de 1934. Era verdade que, fosse por convicção ou por conveniência, tinha quase toda a imprensa de referência a

seus pés, mas não havia censura oficial e mesmo o Partido Comunista publicava livremente os seus jornais. Mais importante ainda, Getúlio era popular, tinha oposição consentida, partidos formados livremente, e oficialmente não havia presos por delito de opinião. Dentro de dois anos, em 1938, haveria novas eleições para a Presidência e ele iria retirar-se do poder, pois que a Constituição não consentia a reeleição. Nada disto tinha comparação com o que se passava no Portugal de Salazar.

Isso fora assim exactamente até há
umas semanas atrás, quando Diogo tomara
a
decisão
de
vir
até
ao
Brasil.
Ultimamente, porém, o ambiente político
estava a mudar no país e, mesmo à
distância, seguindo os eventos pela
imprensa internacional ou brasileira,
Diogo dera-se conta dessa mudança, que,
no seu íntimo, se recusava a encarar de
frente,
tamanho
era
o
seu

sonho

longamente alimentado de ver no Brasil a

pátria dos descamisados da liberdade. Mas

as coisas estavam mesmo a mudar: em

finais de Novembro do ano anterior, a

imprensa afecta ao regime, em Lisboa, dava conta, com grande entusiasmo e

grandes parangonas, do falhanço da

“intentona comunista, organizada por

Moscovo no Brasil” e dirigida pelo célebre

capitão Luís Carlos Prestes - agora um

quadro superior do Komintern e outrora o

líder da lendária Coluna Prestes, onde

ganhara o epíteto de “Cavaleiro da

Esperança”. Durante dois anos e meio,

entre 1924 e 1927, o capitão do Exército

Luís Carlos Prestes encabeçara uma coluna

de 1500 homens, civis e militares, que,

partindo do Rio Grande do Sul e juntando-

se às forças revoltosas do major Miguel

Costa, estas saídas de S. Paulo, havia percorrido o Brasil inteiro, de Foz do Iguaçu ao Amazonas, do Sul ao Nordeste, a pé ou a cavalo, em lombo de burro ou de boi, para provocar um levantamento nacional contra o regime político ao serviço dos oligarcas de S. Paulo. Sem ideologia política definida, Prestes era movido por um genuíno sentimento de justiça social e dignidade política servidas igualmente, como logo se veria, pelo seu génio militar. Ele e os seus camaradas de armas representavam o que de mais generoso sobrara do “tenentismo”, que mais tarde iria levar ao poder Getúlio Vargas, na chamada “Revolução de 30”, mas que, aos olhos de Prestes e muitos outros, falhara na sua missão primordial de libertar o Brasil de um sistema político e social ainda semi-feudal. Getúlio e os seus

preparavam-se para ir ocupar o Palácio do Catete; Prestes e os outros tinham escolhido embrenhar-se no sertão, nos mangues, nos espinheiros, na selva, nessas terras do sem-fim do Brasil, que eles próprios não conheciam, numa desvairada aventura militar que o Brasil não entendia, mas secretamente admirava. De facto, do ponto de vista militar, ele inauguraria o que ficaria conhecido como a “guerra de guerrilha” - com um exército “popular” e heterogéneo, permanentemente em movimento, atacando de emboscada e jogando na surpresa e no apoio popular encontrado ao longo da marcha. Na verdade, a Coluna Prestes passaria à história com o título de “invencível”, mas jamais conseguiria, ao longo desses dois

anos e meio e 25 000 quilómetros percorridos (e minuciosamente anotados pelo “escrivão” da Coluna), levantar as populações por onde passava. E, na Primavera de 1927, ele e os seus 620 homens sobrantes atravessavam a fronteira para a Bolívia e depunham as armas. Fora, talvez, o maior feito militar da história do Brasil, a mais fecunda fonte de lendas e de ilusões acerca do nobre “Cavaleiro da Esperança”, mas, para efeitos práticos, um longo e arrastado fiasco político. A partir daí, aos trinta anos de idade, o capitão Prestes percebeu que a revolução só chegaria através de uma organização muito mais consistente, mais pensada, com mais meios e uma ideologia de massas. Isso requeria tempo, preparação e um campo de treino adequado: a União Soviética, de José Estaline. Em 1931, Prestes chega à

URSS, na companhia da mãe e das quatro irmãs - ela viúva, os filhos todos solteiros e recém-comunistas. Em Moscovo, ele, que fora rejeitado pelo Partido Comunista do Brasil, rapidamente vai subindo na hierarquia dos dirigentes comunistas internacionais, impondo-se aos olhos do Politburo do PCUS como a grande esperança para o triunfo da revolução bolchevique - no Brasil, primeiro; na América Latina toda, de seguida.

Mérito seu, acaba por conseguir convencer os russos de que o Brasil estava maduro para ser colhido: bastaria ele desembarcar lá e primeiro cairiam os quartéis, depois o povo acompanharia.

Estava no poder, então, Getúlio Vargas, que, em 1930, enquanto Prestes partia para o exílio soviético, chefiara um levante militar saído também do Rio Grande do

Sul e depusera a, a partir daí, chamada República Velha. Muitos dos que tinham apoiado Getúlio e o levaram à chefia do Estado, após o sucesso do levantamento, tinham estado também na Coluna Prestes e guardavam admiração e lealdade ao seu antigo chefe. Mas Prestes fora para outras paragens, seguira outro chamamento e agora era comunista - enquanto que eles queriam apenas repor as liberdades políticas, pôr fim aos privilégios dos descendentes dos antigos proprietários das fazendas de escravos do Vale do Paraíba e terminar com as fraudes eleitorais e políticas de toda a ordem. Para eles, a deposição da República Velha e a instituição da República Nova era o bastante; para ele, tudo isso era já um programa político do passado. Só lhe interessava agora o futuro e o futuro era o

triunfo do comunismo no Brasil.

Tendo decidido apadrinhar os planos

de Luís Carlos Prestes, o Politburo

escolheu a dedo uma equipa de dez

profissionais da revolução, comunistas de

várias nacionalidades, testados e treinados

para missões daquelas, e que foram

enviados clandestinamente para o Brasil

para ajudarem a montar o levantamento

comunista. Para escoltar Prestes, na sua

longa e secretíssima viagem até ao Brasil,

para lhe servir de correio privilegiado,

guarda-costas e assistente em todo o tipo de tarefas, o PCUS escolheu a jovem e

bonita alemã Olga Benário, dirigente das

Juventudes Comunistas Internacionais e

judia, apaixonada por estratégia militar,

corajosa até ao extremo, culta e dotada

para

línguas.

Sem
se
conhecerem,
embarcaram os dois em Moscovo, na
véspera do Ano Novo de 1934 e, trocando
constantemente
de
identidades,
passaportes, países de escala e meios de
transporte, chegaram finalmente ao Brasil
em 15 de Abril do ano seguinte, voando a
bordo de um hidroavião baptizado com o
nome do grande herói da aeronáutica
brasileira, Santos Dumont, em voo
nocturno
de
Montevideu
para
Florianópolis. Luís Carlos Prestes tinha
então 37 anos de idade e, porque gastara

toda a sua juventude com a causa

revolucionária, embarcou virgem: nunca

tinha conhecido mulher. Ela, não. E ela, que tinha mais uns dez centímetros de

altura que os escassos 1,60 metros de

Prestes, podia proclamar ao mundo, no

final da longa viagem a dois, que eram, de

facto, tal como os passaportes falsos

rezavam, marido e mulher, por direito de

paixão mútua e fulgurante.

Chegados ao Rio, eles e os membros

de elite da restante equipa de apoio

enviada por Moscovo foram tomados a

cargo pelo aparelho clandestino do Partido

Comunista

Brasileiro.

E

começaram

imediatamente a fazer planos para a

revolução bolchevique nas praias de

Copacabana e Ipanema - que Olga

Benário, entretanto, frequentava nas horas

vagas, completamente deslumbrada. O

secretá-no-geral do PCB, com o nome de

guerra de “Miranda” - que tanto Olga

como Prestes tinham em pouca conta -, garantia que, num dia, conseguiria

paralisar o país como uma greve geral de

apoio ao levantamento militar que

congeminavam. Por seu lado, Prestes

assegurava o apoio incondicional de uma

infinidade de aquartelamentos na capital,

em S. Paulo e nas principais capitais dos

estados. No final de Novembro de 1935,

rebentou uma revolta espontânea e

totalmente anárquica num aquartelamento

em Natal, no Rio Grande do Norte. O

“comité de crise” comunista, reunido de

urgência, concluiu que aquele era o sinal

de que o país inteiro estava pronto para o

levantamento. Alguns dos enviados de

Moscovo - e também “Miranda”, segundo

algumas fontes - ainda colocaram dúvidas,

mas Prestes sossegou-os de vez ao garantir

que tinha o apoio confirmado da Marinha

de Guerra, estacionada na baía de

Guanabara. E, na noite de 26 para 27 de Novembro, sete homens e três mulheres,

longamente industriados para uma hora

daquelas, decidiram que tinha começado a

Revolução Bolchevique no Brasil.

A revolução começou às três dessa

madrugada e acabou à uma da tarde do

mesmo dia. Na verdade, viria a registar

não mais do que uma centena de mortos e

um único herói: o tenente Agildo Barata,

que,

contra

todas

as

expectativas,

conseguiu, apenas com uns trinta homens,

tomar conta do 3.° Regimento de

Infantaria, na zona sul do Rio, onde estava

como preso, e resistir durante dez horas,

recusando

render-se

perante

o

bombardeamento de forças infinitamente

superiores e esperando em vão pelos

reforços que haveriam de chegar das

restantes unidades sublevadas... e que

acabaram por nunca chegar. Ao final da manhã, com o quartel do 3.° RI

semidestruído

pelas

bombas,

Agildo

Barata rendeu-se finalmente, mas sem

perder a boa disposição. Segundo o relato do próprio e de outras testemunhas presenciais, quando um dos oficiais que tomaram o regimento sublevado perguntou alto e em tom provocador: “Quem é o filho da puta do Agildo Barata?”, ele deu dois passos em frente e respondeu:

- O Agildo Barata sou eu. O filho da puta deves ser tu.

A revolução, longamente congeminada em Moscovo e preparada nas casas clandestinas do PCB no Rio e S. Paulo, tinha sido pulverizada ao fim de meia dúzia de horas. Nem a tropa se sublevou, nem os operários entraram em greve, nem o povo se juntou. Mas o pior estava para vir. Pelo que Diogo deduzira da leitura dos jornais, o Presidente Getúlio Vargas

vira na frustrada intentona um pretexto à medida das suas crescentes inclinações ditatoriais e das suas nascentes simpatias com o fascismo europeu. Decretou o “estado de sítio” por trinta dias, que depois substituiu pelo “estado de guerra”, prorrogado sucessivamente, e investiu o chefe da Polícia Federal do Rio, capitão Filinto Müller, de plenos poderes para investigar, prender e interrogar por qualquer meio todos os implicados no golpe falhado. O verdadeiro objectivo, porém, não era apenas o de prender os conspiradores e desmantelar o aparelho clandestino do PCB, mas também o de aproveitar para defenestrar todos os dirigentes da Aliança Nacional Libertadora - uma vasta coligação reunindo quase toda a oposição a Getúlio e que, meses antes, fora extinta por decreto presidencial.

Filinto Múller não se limitava a ter um nome alemão: tinha também inclinações nazis e, mais importante do que isso, a colaboração no terreno de oficiais da Gestapo enviados ao Rio, e até, ironia das coisas, a colaboração dos serviços secretos ingleses, também eles empenhados no combate global à “conspiração comunista internacional”.

O capitão Múller desempenhou a sua missão com zelo patriótico inexcedí-vel: prendeu livremente aos milhares, mandou espancar, torturar, seviciar, caminhando de confissão em confissão, até deitar mão a todos os cabecilhas do golpe mais os dirigentes da ANL, não comunistas, que vieram por arrasto. Mas, para conseguir chegar ao

núcleo duro que planeara a intentona e, sobretudo, para conseguir chegar ao seu

grande objectivo - Luís Carlos Prestes -,

Filinto Múller viria a contar com a

generosa colaboração do secre-tário-geral

do PCB, “Miranda”. Nem foi preciso dar-

lhe uma bofetada sequer: assim que se viu

preso, “Miranda” tornou-se imediatamente

no mais prolixo colaborador da polícia, a

quem forneceu nomes, moradas, cargos e

funções,

revelando

esconderijos

do

partido, nomes de código dos militantes e

estratégias de fuga montadas. Foi graças a

ele que Filinto Múller conseguiu chegar a

Prestes, escondido com Olga numa casa

dos arredores do Rio. Foi um momento de

júbilo pessoal para Filinto Múller, cuja

capacidade

investigatória,

manda

a

verdade que se diga, não residiu apenas no

uso indiscriminado dos mais fáceis

métodos de investigação como o são a

tortura e as sevícias, mas também num talento inegável para a dedução e o instinto

policial, a par de uma insaciável

obstinação. E havia razões para essa

obstinação: dez anos atrás, Filinto Múller

integrara também a Coluna Prestes, da

qual acabaria por desertar com os seus

homens e uma grossa quantia em dinheiro

dos fundos do exército rebelde. Em ordem

de serviço distribuída por toda a coluna,

Prestes tratou-o de “traidor” e “indigno”.

Agora, chegara o momento da vingança.

Ele, porém, não conseguiu encarar de

frente com o seu antigo comandante:

espreitou-o apenas por uma fresta de uma

porta, quando o trouxeram preso, e nunca

mais lhe quis pôr a vista em cima.

Mas ninguém na polícia sabia quem

era Olga, nem sequer que nacionalidade

tinha: a única coisa que ela afirmava era

ser Maria Prestes, mulher do “Cavaleiro da Esperança”. E foi mais uma vez a Gestapo,

na Alemanha, e a pedido do grande

simpatizante nazi que era o então

embaixador brasileiro em Berlim, que

forneceu a Filinto Múller a verdadeira

identidade da prisioneira: Olga Bená-rio,

judia e militante comunista, referenciada

na Alemanha desde os seus dezassete anos.

Duas semanas antes, quando passara

em Paris, Diogo havia reparado nuns

cartazes afixados em algumas esquinas,

que alertavam para a prisão de Prestes e

Olga no Brasil, pelo “governo fascista de Getúlio Vargas”, sugerindo que eles estariam a ser torturados às mãos da polícia brasileira (na verdade, fosse por respeito, por temor das repercussões públicas ou porque já nada mais havia para apurar, nenhum dos dois seria torturado).

Por curiosidade com tudo o que respeitava ao Brasil - e agora ainda mais, visto que para lá se dirigia - Diogo seguiu a sugestão de um dos cartazes e deu consigo, uma noite, numa sessão de solidariedade com os dois ilustres presos, num pequeno auditório de Montmartre. Quando chegou, a sala já estava repleta de gente atraída pela anunciada participação dos escritores Romain Rolland e André Malraux, e a pequena multidão acotovelava-se à porta, tentando ver lá para dentro, através da espessa nuvem de fumo e de calor que

vinha da sala. Ele acabou por desistir ao fim de um tempo, limitando-se a levar consigo para ler no hotel uns panfletos que davam conta da repressão que se abatera sobre a insurreição “democrática, popular e patriótica” que eclodira no Rio e logo morrera à nascença. Era difícil ver claro à distância o que realmente se teria passado, tanto mais que naqueles dias a própria França estava partida ao meio, entre a direita católica e fascista e a Frente Popular, reunindo nominalmente todos os antifascistas, mas que os seus adversários juravam ser inteiramente controlada pelos comunistas - uns a descoberto, outros na sombra, fazendo-se passar por “democratas”. Também em França, a

propaganda
tornara
impossível
a
informação credível e os jornais estavam
cheios, não de jornalistas, mas de
funcionários e militantes políticos, de
caneta em riste.
Muito mais percebeu ele a bordo do
Zeppelin, quando, após uma soirée de
bridge em que fez parceria com o sr.
Wilson Camargo, industrial de aço de S.
Paulo, retornando a casa depois de uma
viagem de negócios à Inglaterra e à
Alemanha, os dois se tinham sentado a beber
um
whisky
no
lounge
do

Hindenburg, olhando o luar que se reflectia sobre as águas do Atlântico lá em baixo, e quando já quase todos os passageiros se tinham retirado para dormir.

- Diga-me, Wilson, esta revolta do Prestes que agora abortou no Rio, você acha que era capaz de ter o apoio do povo ou foi uma aventura dele?

Wilson Camargo recostou-se na cadeira de verga, antes de responder. A bordo de um dirigível alemão e a caminho do Rio, em tempos como aqueles, qualquer conversa sincera com um estrangeiro desconhecido poderia trazer perigo. Mas também é verdade que o bridge aproxima os parceiros. Que, depois de se ter visto o parceiro cumprir com sucesso quatro espadas dobradas ou vir em nosso apoio nos oiros quando tudo já parecia perdido, há um elo de cumplicidade que se

estabelece e que perdura, pelo menos, durante uma noite. Em especial, se se jogou a bordo de uma coisa tão frágil e imprevista como um dirigível carregado de gás que flutua sobre a noite oceânica.

- Sabe, Diogo, o Luís Carlos Prestes é talvez o homem mais respeitado e admirado do Brasil. E não só pelos eventos da Coluna Prestes, que para sempre ficaram no arquivo das nossas lendas. Mas porque ele sempre deu a sensação de não querer nada para ele, ao contrário de quase todos os políticos que o Brasil consegue produzir. Tem muitos lugares, por esse país fora, onde a simples alusão ao nome de Prestes faz as pessoas sonharem e baixarem a voz, com admiração. Mas a forma como ele surgiu no Brasil agora, pela clandestinidade e de emboscada, visando a um levantamento militar feito

com os comunistas, me parece um completo despropósito.

- E porquê?

- Ora, por várias razões. Primeiro, porque o Exército mudou muito desde o tempo do “tenentismo” e da Coluna Prestes. Hoje, a maioria do Exército está com Getúlio e apoia a Constituição em vigor. Depois, porque o Brasil não é comunista. Comunismo é negócio dos intelectuais do Rio e de S. Paulo - gente como o Jorge Amado, o Graciliano Ramos, arquitectos como o Niemeyer e o Lúcio Costa, ou pintores como o Portinari e o Di Cavalcanti. Mas o Brasil é muito grande, meu amigo, é imenso. E, na imensidão desse Brasil, lá para cima, no Norte ou no Nordeste, não deve haver um único comunista ou que, pelo menos, se atreva a afirmar-se como tal. O povo é pobre,

iletrado e obediente. Troca de bom grado uma botina ou uma panela de feijão por todas as utopias marxistas e obedece a quem está próximo e manda e não a quem de longe prega a desobediência. Tem muitos lugares ainda, por esse interior, onde o voto é no cabresto, com o fazendeiro marcando a cédula para o seu agregado. O Brasil não é a Europa, meu amigo, e, se alguma vez, no Rio ou em S. Paulo, lhe parecer reconhecer qualquer coisa de semelhante com a Europa, desiluda-se: isso não é o Brasil. Se o Prestes tem desembarcado e se engajado na luta política pela via legal, por maiores que fossem os obstáculos que o governo colocasse no seu caminho, ele poderia ter uma hipótese de arrastar o país com ele. Mas a prazo e à vista de todos. Agora assim, desembarcado de anos em Moscovo

e ficar entocado no Rio, à espera de um levante nos quartéis, para então aparecer e dizer “aqui estou, sigam-me!”, isso, francamente, não sei como é que ele embarcou nessa ilusão. Alguém, talvez um desses comunistas avoados, o deve ter informado muito mal.

Após dois dias passados na praia e nas mordomias do Copacabana Palace, Diogo começou enfim a ocupar-se do que o tinha trazido até ali. Foi dar com o escritório da Atlântica no centro - duas salas habitadas por dez funcionários, mais um gabinete de director mergulhado numa suave quietude, acentuada pela penumbra que dava à sala a janela de estores corridos.

Nada de importante parecia poder acontecer ali, como se a própria existência da empresa fosse uma ficção sem sentido.

A ausência e falta de notícias de Gabriel Matthãus deixara os empregados como órfãos, sem saber o que fazer para além de dar caminho ao expediente corrente. Novas compras de produtos para exportação estavam suspensas, os fornecedores sem encomendas, os clientes sem respostas. A continuar assim, a Atlântica não demoraria mais do que escassos meses a afundar-se. Mandava ali, na ausência de Gabriel, um encarregado geral, de nome Aguinaldo Baptista, um sujeito dos seus quarenta e poucos anos, de

cabelo acamado em brilhantina reluzente e bigode fino acentuando-lhe as expressões da boca quando falava. “Seu” Aguinaldo recebeu Diogo como se recebesse o próprio Cristo Redentor, que abraçava o Rio lá do alto do morro do Corcovado. Rapidamente, Aguinaldo tratou de instalar o “doutor” Diogo no gabinete vazio que fora de Gabriel Matthãus, mandou trazer um cafezinho e uma limonada fresca, montou uma ventoinha para que o recém-chegado suportasse melhor o calor a que não devia estar habituado, e, isso feito, logo desembarcou ele próprio no gabinete, carregando um monte de pastas e arquivos que Diogo não tinha sequer solicitado, mas

que,
manifestamente, ele tinha prontos para uma ocasião tão esperada como aquela. Sem saber bem porquê, mas também lembrando-se das informações constantes do dossier que Gabriel lhe tinha dado em Berlim, Diogo resolveu confiar de imediato nos bons serviços de Aguinaldo Baptista. Assim, sempre era um problema a menos entre mãos.

- Então, sr. Aguinaldo, como vão as coisas por aqui?

- Ah, muito mal, doutor, muito mal mesmo! - E Aguinaldo sorriu, feliz, com o bigodinho a contornar-lhe os cantos da boca.

- Muito mal, o quê, a situação económica?

- Ah, não, essa vai bem: as coisas, por esse lado, vão bem, aqui no Brasil! O

que vai mal é a Atlântica.

- Então...?

-

Falta

de

perspectivas,

de

directrizes, está a ver, doutor?

Onde quer que a tivesse aprendido, parecia que Aguinaldo Baptista tinha

ensaiado esta frase muito tempo.

- Hum, perspectivas, directrizes...

Vamos já tratar disso, sr. Aguinaldo.

- Vamos?

- Vamos, sim. E para isso que eu cá

estou.

O encarregado sorriu abertamente,

agora o bigodinho chegando quase às

orelhas.

- Pois, eu já tomei a liberdade de lhe

trazer aqui umas pastas para o senhor
começar a tomar pé em toda a situação.
Diogo fez um gesto largo com a
mão, que Aguinaldo Baptista acompanhou embevecido.
- Deixe isso por agora. Eu estou mais
ou menos ao corrente da situação: antes de
embarcar para cá estive em Berlim com o
senhor
Gabriel
e
ele
deu-me
as
informaçõesnecessárias que me faltavam.
Aguinaldo assentiu com a cabeça e a
sua expressão passou adequadamente de
feliz a triste.
- Pois, estou a ver. E como está o sr.
Matthäus, se ouso perguntar?
- Está mal, está numa situação

complicada. Ele é judeu, não sei se sabe, e ser judeu na Alemanha, hoje em dia, é pior do que ser cão. Confiscaram-lhe o passaporte, não pode sair, não pode emigrar, não pode trabalhar. Por isso, passou-me uma procuração com plenos poderes para gerir a firma, que vamos ter de validar aí, no cartório, nos bancos, onde for necessário.

- A gente sabia que ele é judeu, mas ninguém esperava que as coisas chegassem a este ponto. Pobre doutor Gabriel, aqui todos gostávamos muito dele! - Aguinaldo falava em tom de enterro, como se se referisse já a um morto.

Diogo levantou-se e foi até à janela do escritório, situado num segundo andar, na Rua do Ouvidor, uma rua antiga e com um charme muito próprio, junto à grande Avenida Central, centro nevrálgico de

comércio e escritórios do Rio. Visto dali,

sob um céu cinzento, sem se enxergar o

mar nem os morros, sem escutar os gritos

dos papagaios nem o restolhar das palmeiras, naquela ruazinha de comércio

calcetada a pedra, o Rio parecia outra

cidade: talvez o Porto, com o seu ar de

urbe burguesa, antiga e sólida. Voltou-se.

“Seu” Aguinaldo esperava, sentado e em

silêncio, as palavras que iriam encher de

perspectivas e de directrizes a vida da

moribunda Atlântica C.a.

- Bom, Aguinaldo. Eu vou levar as

suas pastas comigo para ver no hotel e

ficar com um panorama completo da

situação da empresa. Mas o principal agora

é pensarmospara a frente.

Aguinaldo Baptista fez que sim com

a cabeça.

- E pensar para a frente é pensar

onde poderá estar a Atlântica daqui a três,
a cinco, a dez anos.
Aguinaldo fez que sim com a
cabeça.
- E onde poderá estar? - Diogo
falava agora consigo mesmo, em voz alta,
mas Aguinaldo Baptista sobressaltou-se.
- Onde... onde poderá estar? Aqui,
no Rio...?
Diogo riu-se.
- Sim, aqui no Rio, parece-me que
sim. Mas... a fazer o quê? O que vamos
nós exportar para a Europa, daqui em
diante?
- Café, como até aqui? -Não...
- Açúcar?
- Não.
- Bananas, cocos, fruta tropical,
cachaça?
- Não, nada disso, sr. Aguinaldo. Isso

é em tempo de paz. Mas a Europa vai
entrar em guerra, arrastada pelo Hitler.
Dentro de dois ou três anos, a Europa está
emguerra.
Aguinaldo
fez
uma
expressão
compungida, as curvaturas da boca e do
bigode descaíram-lhe, acompanhando o
estado do mundo. Diogo prosseguiu:
- O que temos de pensar é de que
precisa um continente em guerra, que a
gente lhe possa mandar daqui.
- Bem, o Hitler vai precisar de aço, de petróleo...
Diogo parou-o com um gesto,
deixando-o embaraçado.
- Nós não vamos fazer negócios com
o Hitler. Acabaram-se as exportações para
a Alemanha. Vamos fazer negócio com as

nações que entrarem em guerra contra

aAlemanha e com as que ficarem de fora.

Com a Inglaterra e a França, seguramente.

- Com Portugal...

- Não sei onde é que Portugal ficará:

se com a Inglaterra, se com o Hitler, se em

lado nenhum. Mas se ficar com os nazis,

também não faremos negócios com

Portugal.

Aguinaldo olhou-o, impressionado: as coisas iam mudar. Será que para

melhor?

- Bem, então, doutor, temos mesmo

que pensar, não é?

- O que precisará uma Europa em

guerra, Aguinaldo?

- Armas...

- Sim, armas, claro. Mas nem o

Brasil as produz nem nós somos

traficantes de armas. Esqueça tudo o que

não é produzido aqui ou que não é

essencial. O café, o açúcar, as frutas

tropicais, nada disso é essencial. Se, de

facto, houver guerra, como eu creio, a

devastação na Europa vai ser tamanha, que

as

pessoas

vão

lutar

desesperadamenteapenas para viver com o essencial. E o que será então o essencial?

Remédios e aparelhos clínicos para tratar

dos feridos, mas isso o Brasil também não

produz. Navios, comboios, etc, é igual. O

que resta?

Aguinaldo

coçou

a

cabeça

preocupado: alguma coisa tinha de restar

ou

a

Atlântica

desapareceria

nos

escombros da anunciada guerra europeia.

- Resta a comida, sr. Aguinaldo!

- A comida, doutor?

- Sim, a comida. Imagine a

Alemanha, a França, a Inglaterra, todos

envolvidos na guerra, com todos os

homens mobilizados e, se calhar, também

as

mulheres.Quem

vai

tratar

da

agricultura?

Aguinaldo assentiu, impressionado

com a inteligência do patrão.

- Comida, é claro! Como não pensei nisso!

- O Brasil não produz cereais como o trigo, o arroz, o milho, em quantidades suficientes e preços concorrenciais para podermos exportar. Mas produz outras coisas.

- Produz outras coisas... - Aguinaldo esforçava-se para se lembrar de alguma, antes que Diogo o dissesse, mas não conseguiu.

- Feijão e carne, sr. Aguinaldo!

Feijão e carne.

- Feijão e carne! Caramba, feijão e carne!

O rosto de Aguinaldo Baptista brilhava agora de felicidade. Feijão e carne, quem diria? Bendita guerra europeia que aí vinha.

XIII

Rio de Janeiro, 22 de

Junho de 1936

Querida Amparo

Recebi a tua última carta

no dia 10 e só agora te

respondo,

não

porque

as

saudades sejam poucas, mas

porque pouco tem sido o tempo

sobrante do muito trabalho que tenho tido por estes dias. As

fotografias da Assunção e do

Manuel, e de ti com eles,

deixaram-me feliz e roído de

desejo de poder estar aí,

abraçar-vos a todos, pegar ao

colo na Assunção, sair a brincar

com o Manuel... e guardar para

ti o melhor de tudo. Hoje,

agora, acredita que daria muito

para poder estar aí, ver a casa e
a herdade, ir até ao ribeiro,
beijar a minha mãe e abraçar o
Pedro.
Mas, já que vim até cá, é
para deixar as coisas resolvidas
e em andamento, de modo a
não ter que voltar passados uns
meses. Temo, por isso, que, e
ao contrário do que te dizia há tempos
noutra
carta,
não
consiga ir passar aí o Verão. Tu,
que sabes como eu gosto dos
dias e noites de Verão em
Valmonte, podes imaginar o
quanto me custa estar ausente.
Mas espero ao menos poder
estar de volta no fim do Verão,

para a abertura da caça, pois não seria capaz de ficar um ano inteiro sem caçar.

Não digo que os assuntos se tenham complicado por aqui, mas é um país diferente e, embora a gente fale a mesma língua e haja por aqui muitos portugueses com quem falar e me aconselhar, a maneira como as coisas se fazem tem pouco a ver com o que se passa aí. E não é só saber como as coisas se fazem: é preciso conhecer as pessoas, estabelecer relações, criar uma rede de fornecedores fixos e de confiança, até criar amizades que, mesmo depois à distância, nos possam ser úteis.

A acrescentar a isto e como já

te referi, vim encontrar o Brasil numa situação política turbulenta e instável (será que há, no mundo inteiro, um país onde hoje se possa viver com tranquilidade e sem ser em ditadura?). Houve a intentona comunista que abortou em Novembro passado, seguida da repressão aos implicados e muitos outros que não estavam implicados, mas que eram simplesmente oposicionistas. E a repressão tem sido, tanto quanto me consigo aperceber, cruel e extensa. Luís Carlos Prestes, o líder da rebelião, está preso e preso deverá ficar por

muitos anos. A sua “mulher”, uma alemã chamada Olga Benário, consta que vai ser entregue pelas autoridades à Gestapo e despachada para a Alemanha. O caso está a causar aqui grande escândalo nos meios políticos, não só porque, sendo judia e comunista, a espera a pior sorte nas mãos da Gestapo, como também porque ela está grávida de quatro meses de Prestes - o que quer dizer que, junto com ela, o governo de Getúlio entregará aos alemães um brasileiro que vai nascer em breve no cativeiro da Alemanha nazi. Dentro de um ano e meio, conforme está previsto na

Constituição,
deverá
haver
novas
eleições
para
a
Presidência e Getúlio não pode
concorrer. Mas diz-se por aí, à
boca pequena, que ele não vai
entregar o poder com essa
facilidade. Ele tem o apoio da
classe empresarial, que lhe
credita
as
melhorias
económicas e o controle da
dívida
orçamental,
tem

o

Exército, tem grande parte do mundo rural e mesmo do sindical. Enfim, com esta situação confusa por aqui e a guerra que infelizmente julgo que se está a preparar na Europa, o clima não está muito favorável aos negócios de uma firma exportadora entre o Brasil e a Europa. Mas é o que vim encontrar e é com isso que tenho tido de trabalhar.

No tempo livre que me resta, aos fins-de-semana, tenho ido até à praia, que, como te disse, fica mesmo em frente do hotel: é só atravessar a Avenida Atlântica, que está sempre ameaçada ou em obras, devido

às marés que a inundam. O tempo agora está mais fresco e mais suave e hoje é o primeiro dia do que eles chamam Inverno: um Inverno surpreendente, que até dá para ir à praia e tomar banho em águas que, para nós, são quentes. Outras vezes tenho passeado de carro, na companhia de amigos, portugueses ou brasileiros, que já vou fazendo. Ainda não fui

muito longe - só aos arredores do Rio e a Petrópolis, na serra, a antiga vila imperial (assim uma espécie de Sintra) para onde o Senhor D. Pedro II se retirava para apanhar fresco e escapar ao Verão do Rio, que dizem ser inclemente. O meu hotel fica na chamada “zona sul”, a nova área em expansão na cidade, junto às praias mais conhecidas: Copacabana (onde eu estou), Ipanema e Leblon. Mas os escritórios da companhia, onde trabalho,

ficam no centro e é aí que se conservam as memórias dos trezentos anos de presença portuguesa. Não sei se sabes, mas, no início da colonização, nós fomos ajudados pelos índios a expulsar os franceses, que também tinham apoio de outra tribo índia e se tinham instalado em Niterói, do outro lado da baía de Guanabara, em frente do Rio, e que aí queriam fundar a “França Antárctica”. Hoje, o Rio é a capital do Brasil, mas, estranhamente, Niterói é a capital do Estado do Rio de Janeiro! E também não deixa de ser uma ironia da História que, mais tarde, tenha sido para fugir dos franceses

que a corte de D. João VI e família se vieram instalar no Rio. O antigo Paço Imperial, onde viveram no início do desterro, está agora lamentavelmente em ruínas, mas, em contrapartida, ainda existe a Quinta da Boa Vista, no bairro imperial de S. Cristóvão, onde a família de D. João viveu os últimos anos antes do regresso a Portugal, e que tem uns jardins magníficos. Aliás, os jardins parece terem sido o único dom desse rei pateta, que doou ao Rio um magnífico Jardim Botânico, a que consagrava o melhor do seu tempo e do seu desvelo e

onde ainda hoje está viva a
“palma mater”, a primeira
palmeira-imperial trazida das
Antilhas para o Brasil e que ele
plantou com as suas próprias
mãos. Também visitei, junto à
Quinta da Boa Vista, o solar da
Marquesa de Santos, a amante
negra do Senhor D. Pedro I do
Brasil, que ele mantinha à vista
de todos, para grande escândalo
da pobre Imperatriz Leopoldina
- que já de si, a somar aos
desgostos que lhe causavam as
saudades da sua Áustria natal e
a vida de estróina que o marido
fazia
no
Rio,
nunca

se
conseguiu habituar ao clima do
Brasil e à vida da corte
portuguesa, onde pontificava a
sinistra
rainha
Carlota
Joaquina, essa espanhola tão
feia quanto devassa. E visitei
também, é claro, as duas mais renoma-das igrejas do Rio, a
Igreja da Glória e a do Carmo.
Esta última é o que hoje resulta
das sucessivas remodelações da
primitiva
capela,
que
foi
mandada erguer por D. João
VI, assim que desembarcou, e
para comemorar o sucesso da

travessia e o final da praga de piolhos que assolava a rainha e as suas damas da corte. Enfim, como deves imaginar, não me faltam histórias com que me entreter nem coisas para ver. E nem sei se prefiro a parte histórica da cidade, que lembra tanto Portugal, ou a parte nova, das praias, onde tudo é diferente e exuberante.

Tudo o que vejo, Amparo, tudo o que conheço, só aumenta o meu extasiamento com este país

fabuloso.

Havemos de vir cá os dois e tu vais confirmar que eu tenho razão e que tinha razão durante todos esses anos que sonhava conhecer o Brasil. Acima de tudo, para além da beleza da paisagem,

da

alegria

das

pessoas, da língua e da música extraordinárias, o que mais me fascina é a sensação de país novo, onde tudo pode ser ainda sonhado e concretizado. Mas falar-te-ei disso depois e com mais tempo. Pessoalmente e em breve, assim o espero.

E, por agora, é tudo. São

onze horas da noite, aqui.

Imagino-vos já a dormir em

Valmonte há um bom par de

horas e só gostava de me poder

ao menos materializar em

espírito e ir aí pousar-vos um

beijo de boas-noites, sem

sequer vos acordar.

Até amanhã, meu amor.

Diogo

Amparo pousou a carta do marido de

lado, sobre a mesa. Estava sentada na

varanda do monte, era fim de tarde, o Sol

recolhia-se a poente, uma luz coada,

alaranjada, descia sobre o horizonte a

perder de vista. Ela semi-cerrou os olhos,

tentando ver mais nítido o que já aparecia

difuso. No jardim em frente da varanda, os

filhos dela e de Diogo - sim, os filhos dela e de Diogo! - brincavam com um cão

rafeiro que tinha aparecido em Valmonte, ainda cachorro, e que eles tinham adoptado. E onde estava ele agora, Diogo? Sim, onde estava ele? Nas areias de Copacabana, no seu hotel de luxo com varanda sobre a praia, nos seus jantares e almoços de discussão política, como ele tanto gostava, exibindo o brilho da sua inteligência sobre os homens, o fascínio do seu corpo moreno e dos olhos verdes sobre as mulheres. Onde estava ele agora, enquanto ela vigiava as brincadeiras dos seus filhos e à noite, antes de eles adormecerem, lhes falava do pai ausente, que tinha voado para o Brasil num imenso balão e que todas as noites, antes de adormecer lá longe, lhes mandava um beijo em pensamento? E onde estava ele, quando a sua juventude se gastava na espera de um marido que partira porque

“sentia falta de espaço”, deixando-a em sua representação perante a sogra, o cunhado, o mundo que era, ou devia ser, o dele e aonde ela só chegara pela sua mão? “Espero voltar - escrevera ele - no fim do Verão, para a abertura da época de caça.” Não para passar o Verão com ela, com os filhos, para se ocupar do que era seu, de Valmonte, da solidão da sua mãe, do desvario do seu irmão. Não: para a abertura da época de caça. Porque “não seria capaz de ficar um ano inteiro sem caçar”. Num súbito acesso de raiva, Amparo agarrou na carta que tinha deixado sobre a mesa, amarfanhou-a até a transformar numa bola disforme e atirou-a para longe.

- O que foi, Amparo?

Sem que ela tivesse reparado, Maria da Glória tinha aparecido, vinda da casa, e

tinha observado o seu gesto de fúria.

Amparo rodou a cabeça e encarou com a sogra. Era a mais inteligente de todos os Ribera Flores: não valia a pena tentar enganá-la.

- Uma carta do Diogo...

- E o que diz ele que te deixou assim tão furiosa?

- Que já não vem no Verão. Mas espera poder vir para a abertura da caça...

Maria da Glória puxou uma cadeira para ao pé da nora e ficou também a contemplar por momentos as brincadeiras dos netos, no terreno em frente.

- Ah, sim, a caça! O sangue dos Flores! O ópio dos alentejanos! Tens de te habituar, Amparo, não há nada que uma mulher possa contra a caça, e, bem vistas as coisas, antes isso, antes essa caça às perdizes, aos coelhos e às lebres, do que

outras coisas que os homens também

costumam fazer.

- Mas é assim tão importante a

abertura da caça, ao ponto de se poder

tornar a razão decisiva para ele apressar o

regresso?

- Podes crer que sim, Amparo.

Lembro-me bem do que era essa obsessão

com a abertura da caça: as noites perdidas

a encher cartuchos, a limpar as armas, a ir

ao armeiro de Elvas para, como dizia o

meu marido, “rectificar a coronha”, o

treino dos cães, as longas saídas pelo

campo só para verificar como é que tinha sido a criação das perdizes, se havia searas

para comerem, bebedouros com água para

beberem, se os coelhos não tinham doença,

se iria haver sementeiras para as rolas e

bolotas para os pombos... E as longas

noites com os amigos da caça, aqui em

Valmonte, a discutirem até de madrugada
que carga é que deveriam pôr nos
cartuchos, que abertura é que deveriam dar
aos canos, se o cachorro braque já estava
pronto para caçar nesse ano ou se deveria
esperar mais um, se o pointer dava para as
perdizes ou só para as galinholas, se o
perdigueiro tinha nariz ou não - uma
conversa completamente parva onde eu
fazia figura de corpo presente e só servia
para ir buscar mais café ou mais uma
garrafa de aguardente. Não vale a pena,
Amparo: a caça é invencível com estes
homens. Podemos pôr o vestido mais
bonito, servir o melhor jantar do mundo, desfazer-mo-nos em atenções com os
amigos ou até em insinuações com eles,
tudo é inútil. Antes da “abertura” - como
eles dizem em tom solene, como se
falassem de uma solenidade impartilhável

- gastam-se em conversas e preparativos,

em que nós nem contamos. E depois da

“abertura”, nos dias de caça, deitam-se

cedo porque têm de se levantar ainda de

noite, saem de madrugada como se fossem

para a guerra e voltam ao fim do dia,

bêbados e exaustos, mais preocupados

com o estado dos cães do que com o da

família, atiram umas perdizes e uns

coelhos para a bancada da cozinha, assim

como

guerreiros

entregando-nos

os

despojos de guerra para que a gente se

ocupe deles, comem uma sopa à lareira

com um ar ausente e vão-se deitar logo de

seguida porque estão muito cansados. E o

mais engraçado de tudo é que dormem com a consciência do dever cumprido e

ressonam como bem-aventurados. E sabes que mais, Amparo? É preciso ter passado por isso, como eu, para conseguir ter saudades desse tempo! Desse tempo em que eu tinha um homem que voltava da caça, mal olhava para mim, e deitava-se a meu lado a ressonar a noite inteira, esperando que eu o reconhecesse como um herói!

Amparo ficou calada, olhando a sogra de viés.

- Não é disso que me queixo, D. Maria da Glória. Não me queixo de que o meu marido esteja aqui para ir caçar. Do que me queixo é que ele não esteja aqui e que a única razão verdadeiramente forte que tem para voltar seja a abertura da caça.

A senhora tinha um homem que estava em casa e que, quando podia, ia à caça. Eu tenho um homem que não está cá e que só

promete estar para ir à caça. Há uma diferença...

- Tens razão, há uma diferença. Mas o teu marido está em trabalho, não está a viajar por viajar. Não tenho dúvida alguma de que ele tem saudades tuas e dos miúdos.

- E de si, e do Pedro, também. Mas nada disso o faz apressar o regresso: só a caça. Foi o que ele escreveu e acredite que é o que ele pensa. Conheço-o bem.

Maria da Glória olhou a nora: gostava dela, mas gostava ainda mais do filho.

- Eu também o conheço bem, Amparo. Sei que é difícil para ti habituares-te a certas coisas no temperamento do Diogo. Mas acredita que

nada do que ele faz, esta viagem ao Brasil e tudo o mais, é sinal de que gosta menos de ti- Ele gosta muito de ti. O Diogo é um homem de família, sai a mim. Mas é também um homem que precisa do seu espaço, da sua solidão, de resolver as suas dúvidas e as suas angústias a sós para poder estar bem com os que ama. É demasiado impaciente para conseguir habituar-se a situações desconfortáveis. Quando se sente apertado, precisa quase de fugir, como se fosse à procura de ar. O Brasil vai-lhe fazer bem, vais ver.

- E eu, D. Maria da Glória?

- Tu?

- Sim, eu! Eu não conto? Não tenho também o direito de me

sentir

desconfortável, de precisar de mudar de

ares? Será que também tenho o direito de

fugir e voltar para aabertura da caça?

Maria da Glória olhou-a, assustada.

- É diferente, Amparo. Eu sei o que

tu queres dizer. Também o senti muitas

vezes, ao lado do teu falecido sogro, que

não chegaste a conhecer. E acredita que ele

era bem mais difícil de aceitar e de

compreender do que o Diogo. De geração

para geração, as coisas vão mudando,

Amparo. Lentamente, mas vão mudando.

Até hoje não sei se o meu marido me

amava. Nem sequer sei se eu própria o

amava. Estávamos ali, um para o outro -

ou eu para ele, quase sempre - até que a

morte nos separasse, como aconteceu. Tu,

pelo menos, sabes que o teu marido te ama. Não queiras tudo de uma vez. Tens

muito mais do que eu alguma vez tive.

- E isso deve bastar-me? Diga-me,

D. Maria da Glória! Sabe, eu confio muito

na senhora, admiro-a por muitas razões, e

confio

no

seu

juízo.

Diga-me,

sinceramente: acha que isso me deve

bastar? Saber que ele gosta de mim e dos

filhos, mesmo que me deixe sozinha com

eles até que o seu desconforto com a vida

se sossegue?

- Isso é contigo, minha filha, tu é que

sabes o que queres da vida.

- Mas, no meu lugar, isso bastar-lhe-

ia?

Maria da Glória voltou-se na cadeira

para a olhar nos olhos:

- Sim, a mim bastar-me-ia.

Sim, a ela bastar-lhe-ia. Ter o seu

homem de volta, ter um homem a seu lado

na cama, na mesa, na vida. Nem que fosse

apenas de quando em vez, mesmo que a

ele

lhe

apetecesse

passar

longas

temporadas ausente em Lisboa, no Brasil

ou na América. Sem dúvida que Amparo

era bem mais nova - ia fazer vinte e nove

anos em Setembro - e as suas necessidades

vitais eram outras. Mas também ela sabia o

que isso era e sofrera isso no corpo - viúva

aos quarenta e quatro anos e longe ainda

de sentir que a sua função de mulher, o seu

corpo

estivessem

saciados.

Manuel

Custódio faltara-lhe cedo de mais na cama,

e, se onze anos de viuvez obrigatoriamente

recatada a haviam de há muito conformado

com a eternidade do lugar vazio na cama, o seu homem continuava a faltar-lhe à

mesa, no terraço à noite para conversar,

junto à lareira nas noites de Inverno,

apenas para o ver adormecer quieto

enquanto ela tricotava camisolas de lã,

primeiro para os filhos e depois para os

netos. Faltava-lhe tudo isso e o resto,

aqueles hábitos que fazem a vida a dois e a

que só se dá importância tarde de mais: a

voz dele trovoando pela casa sem se

importar se alguém estava a dormir, as

suas passadas largas ecoando no chão de

madeira ou subindo pesadamente as

escadas, o cheiro a água-de-colónia de

homem que ficava à sua passagem depois

do banho, a baforada do fumo do seu

charuto que lhe chegava à cara de cada vez

que ele o acendia e que ela gostava de

sentir, embora protestasse sempre, e sim,

claro, o seu alvoroço nas manhãs de caça e

a agitação dele, dos companheiros de jornada e dos cães à chegada, o seu ar

profundamente ausente assistindo à missa

das onze, aos domingos, em Estremoz.

A vida ensinara-lhe que nenhum

homem é perfeito, que perfeita é apenas a

sua impudente imperfeição. Mas as

raparigas de agora pareciam não o saber ou

não o querer saber. Tal como ela via as

coisas, Diogo fora um excelente filho, era

um excelente pai e um excelente marido -

sendo certo que homem algum jamais seria

o excelente marido com que todas as

mulheres ousaram sonhar um dia. Não

maltratava a mulher ou os filhos, como

tantos outros; era educado, delicado e

cortês; não fazia dívidas, nem de jogo nem

outras; não era, ao menos na vila, onde

essas

coisas

se

sabiam

sempre,

frequentador

de

“espanholas”

-

ao

contrário do que fora o seu pai e era o seu irmão; não era marido que trouxesse para

casa nem humilhação pública para a

mulher, nem doenças vergonhosas ou

cartas de amantes escondidas nos bolsos

do casaco. Amava a casa, a terra e a

família, mais do que a própria Amparo podia adivinhar: era uma coisa antiga, que lhe vinha do sangue e que se fortalecera na infância e na juventude vividas ali, em Valmonte. E, se isso aparentemente não lhe chegava, não era porque ele não amasse o suficiente aquela terra, a sua mulher e a sua família, mas porque havia outras coisas na cabeça de um homem, por vezes, que uma rapariga simples como Amparo não podia entender. Mas ela, Maria da Glória, entendia-o bem: entendia-o, não só como mãe, mas também como mulher. Amparo dera-lhe a sua juventude, a misteriosa beleza morena dos

descendentes dos mouros, transmitida de geração em geração ao longo dos séculos

por aqueles que por cá se tinham quedado depois que o último rei mouro da Península, Boabdil, abandonara Granada, “chorando como uma mulher o que não soubera defender como um homem”. E tinha também essa sensualidade cigana, de mulheres de ancas estreitas e pernas altas, de peito empinado em desafio permanente à luxúria dos olhares masculinos, esses cabelos negros e sedosos como crinas de cavalo de troféu. Aos olhos de qualquer homem, ela era um troféu que muito poucos ousariam abandonar por meses de ausência em terras distantes e desígnios mal explicados. Sim, isso era verdade: o que restava da juventude exuberante de Amparo estava ali a consumir-se na espera de um homem ausente que deveria antes

estar a bebê-la todos os dias. E também era

verdade que ela dera a Diogo dois filhos saudáveis e perfeitos que educava e

cuidava com talento e dedicação, que se

revelara uma dona de casa como os

homens gostam e precisam, e que tinha

sido sempre uma cunhada amiga de Pedro

e uma nora atenta e delicada. E era

verdade ainda que, por seu mérito e

inteligência,

soubera

aprender

em

Valmonte o que tinha de aprender para que

a sua condição social de origem desse

lugar, aos olhos de todos ou quase todos, à

da sua família de casamento.

Mas Maria da Glória também via

que, por mais que Amparo se quisesse

esforçar, certas coisas ela não conseguiria

nunca dar a Diogo. Diogo era dominado

por uma curiosidade e interesse intelectual

e cultural que ela não podia acompanhar,

nem socialmente nem a sós com ele. O

mundo, tal como estava delimitado, chegava-lhe a ela perfeitamente. E, não o

podendo acompanhar, também não o podia

compreender. A seus olhos, a sede de

leitura de jornais e revistas do marido, as

suas eternas discussões políticas com toda

a gente, as suas conversas sobre os

pintores existencialistas, os progressos da

aviação ou dos motores ou os avanços do

nazismo na Alemanha eram tudo assuntos

que ela tendia a classificar como devaneios

ou mesmo luxos de homem mal habituado

e que, aliás, na situação política actual, só

podiam prenunciar problemas e sarilhos

inúteis.

Mas também Maria da Glória se

afastava da nora neste ponto da política,

cada vez mais nos últimos tempos. Fosse

por influência de Diogo e por perceber o

quanto a política tinha contribuído para a

sua decisão de ir “apanhar ar” ao Brasil, fosse por pressão do cada vez maior

envolvimento de Pedro na política - e no

campo oposto ao de Diogo -, fosse ainda

reminiscência do apego às discussões

políticas que Manuel Custódio sempre

tivera, ela dera por si ultimamente a ler

cada vez mais jornais e com mais atenção

e a fazer um esforço para conseguir ler as

revistas que continuavam a vir do

estrangeiro, enviadas a Diogo. E o que lia,

o que ouvia, o que sentia traziam-na

crescentemente apreensiva. Primeiro que

tudo, havia Hitler, cujo ódio anti-semita

chocava a sua costela de nobre sangue

judeu de gerações de cristãos-novos

alentejanos. Não conseguia perceber esse sentimento nem o ódio que igualmente destilava dos discursos de Hitler, de que ocasionalmente escutava excertos na rádio, embora não entendesse nada da língua.

Depois, havia a Espanha, ali a uns escassos cinquenta quilómetros de distância, onde os ódios políticos se tinham extremado depois da vitória da esquerda nas eleições de Fevereiro desse ano. Espanha era tema de conversas constantes em todos os cafés e tertúlias de Estremoz, alimentadas pelos relatos cada vez mais alarmantes dos que lá iam e contavam que toda a gente estava à espera de um putsch militar da direita ou mesmo de uma guerra civil. Dizia-se que o golpe seria comandado pelo general Sanjurjo, um militar baixo e atarracado com cara de sapo maldisposto, que vivia

eLivros em Portugal, depois de ter também

comandado um anterior golpe falhado, e

que teria o apoio político do antigo Rei

Afonso XIII, que também vivia no exílio

desde a proclamação da República, em

1931 - acontecimento para que contribuíra

decisivamente a imensa estupidez política

do próprio Afonso XIII, sempre pronto a apoiar qualquer ditadura de direita que lhe

propusessem.

E,

depois,

havia

a

situação

portuguesa, onde o Estado Novo se

impunha dia após dia, espalhando pelo

país os três mandamentos nacionais,

“Deus, Pátria, Família”, em nome dos

quais qualquer veleidade de oposição ou

era silenciada à nascença - através da

censura à imprensa, da propaganda, do saneamento político dos funcionários, do partido único e das eleições falseadas - ou era reprimida a posteriori, através da polícia política, dos julgamentos em tribunal especial, das prisões e deportações. E havia um quarto mandamento não dito, mas que andava na boca de todos e cada dia era mais evidente ser o único que verdadeiramente contava: a vontade de Salazar.

Como tanta gente da sua geração,

Maria da Glória não ficara com saudades algumas do tempo da 1ª República, os levantamentos militares constantes, a sucessão de governos sem fim, a corrupção das instituições, a insegurança, o oportunismo à solta, a incompetência e a leviandade dos demagogos republicanos. Também ela ansiara por ordem, estabilidade, governos que durassem e governassem, militares nos

quartéis,

padres nas igrejas, professores nas escolas

e operários nos campos e fábricas. Mas, ao

contrário de muitos outros que assim

haviam pensado e a quem o Estado Novo

tinha vindo acudir e parecia satisfazer, ela

não estava rendida aos méritos do novo

regime. Não sabia, talvez, o suficiente

acerca da política para explicar porquê,

mas o seu instinto não a deixava gostar do que via, do que ouvia, do que sentia.

Talvez fosse o homem, mais do que o

regime: ela não gostava de Salazar. Não

gostava da sua voz de falsete que soava a

manha em cada frase, não gostava da sua

cara de merceeiro beirão, mais esperto que

a freguesia, não gostava da sua pequena

estatura (lembrava-se de Manuel Custódio

ter dito um dia: “Desconfiem sempre dos

homens baixinhos na política.”). Mas,

acima de tudo, não gostava de alguns

traços tão louvados da sua personalidade: a

de homem sem mulher, sem amantes,

“casado com a Pátria”, sem filhos, sem

amigos, sem irmãos próximos, sem vícios,

sem luxos nem fraquezas, que nunca

ninguém vira comprar um livro, um

quadro, um disco, fumar um charuto ou até

um cigarro, ver uma tourada, ir à praia ou

ao cinema, gostar de futebol ou de jazz ou

mesmo de fado, que nunca viajara fora de Portugal nem sequer a Badajoz, que nunca

aceitara

deixar-se

confrontar

numa

discussão política ou num artigo de jornal.

Esse tipo de homem inspirava-lhe rejeição

e não admiração.

Desconfiança e não confiança. “O

mundo - dizia Diogo e ela dava-lhe razão -
é demasiado humano para ser governado
por homens que não são completamente
humanos. Dêem-nos homens normais, que
os
providenciais
raramente
trazem
felicidade.”
Mas Salazar era também uma
sombra suspensa sobre a sua felicidade
enquanto mãe: fora ele que levara Diogo a
afastar-se até ao Brasil, era ele que lhe
roubava o entusiasmo do regresso, a
vontade de vir a correr para casa, a simples
alegria de estar ali, despreocupado e feliz, com os seus.
Diogo - ela sabia-o bem -
jamais se adaptaria, jamais se renderia às
virtudes “patrióticas” de Salazar. Porque
tudo era demasiado mesquinho a seus

olhos e porque ele saía ao pai num orgulho que se confundia com teimosia: se gostava de alguém, gostava para a vida; se embirrava, não tinha cura.

Mas as preocupações com Salazar podiam agora esperar. As preocupações políticas, com a situação em Portugal e no mundo, também. Mesmo Diogo, apesar das saudades que sentia dele, não ocupava o centro dos seus pensamentos. O que verdadeiramente a ocupava e preocupava, nestes últimos tempos, era o seu outro filho, Pedro.

Depois que Angelina se fora, e passados os primeiros tempos em que vivia fechado no quarto ou embrenhado nos trabalhos do campo, como um forçado, Pedro parecia ter voltado à sua vida anterior, a única que conhecera e que parecera apreciar, até ao dia em que

tropeçou em Angelina. Voltara a frequentar as farras de amigos e as casas de prostituição nos arredores, voltara a empenhar-se nos trabalhos políticos da secção local da União Nacional, voltara a ir a todas as feiras e mercados de gado e continuava a dirigir os trabalhos da herdade sem uma falha, sem uma hesitação, como uma rotina. Mas fazia tudo isso agora de rosto fechado, palavras raras e um mau humor permanente que arrostavam os trabalhadores da herdade e as empregadas da casa. Entrava na sala de jantar à noite, beijava a mão da mãe, cumprimentava Amparo com um “boa noite” seco, sentava-se em frente do prato de sopa e comia em silêncio, respondendo por monossílabos, quando interpelado. Os raros sorrisos que Maria da Glória lhe surpreendia era quando lhe acontecia

brincar com os sobrinhos, em especial com a pequena Assunção, que estranhamente parecia atrair muito mais a sua atenção e o seu afecto do que o irmão mais velho.
Fazia agora com alguma frequência umas misteriosas viagens de três, quatro dias a Espanha, sem nunca dizer ao certo onde tinha estado e o que tinha ido fazer.
Também os seus inquietantes amigos fascistas espanhóis continuavam a aparecer ocasionalmente por Valmonte, às vezes ficando para jantar e dormir e, tal como ele, falando pouco, delicados de maneiras mas com qualquer coisa de perturbador nos seus olhares, nos seus silêncios, no seu aparente desinteresse por

qualquer assunto que não os que eram falados entre eles e Pedro, na biblioteca de

portas fechadas. Maria da Glória tinha

achado avisado não fazer perguntas, mas

não tinha ilusões de que o que quer que se

estivesse a preparar em Espanha, Pedro e

aqueles rapazes sorumbáticos, de cabelos

penteados para trás com brilhantina,

tinham que ver com isso. Eles não eram

agradáveis à vista, mas também era

verdade que Pedro nunca tivera amigos

particularmente agradáveis: ou eram

boçais e mal-educados, ou eram bem-

educados e calados, como se tivessem

segredos inconfessáveis.

No meio disso, ela perguntava-se

que marcas é que o primeiro amor

verdadeiro do filho lhe teria deixado.

Aparentemente, poucas: Angelina viera e

fora, e Pedro voltara a ser o mesmo de

sempre, como se a sua passagem pela vida dele não tivesse deixado rastro algum, para além de acentuar os silêncios e o mau humor com que andava. Isso era o que mais a intrigava: Angelina era uma mulher para marcar um homem - muito mais, por exemplo, do que Amparo. Seria possível que Pedro não tivesse aprendido nada com aquela mulher tão diferente de tudo aquilo a que estava habituado? Seria possível que, depois da partida dela, ele tivesse resolvido passar uma esponja sobre tudo o que havia vivido e conhecido, como se nunca se tivessem cruzado? Teria sido essa a forma que encontrara para se defender do seu desgosto? E tinha-o conseguido? Às vezes vinha-lhe um pensamento estouvado à cabeça: que Angelina é que teria sido a mulher certa para Diogo e Amparo a mulher ideal para Pedro. Mas logo se

arrepiava e penitenciava por uma ideia tão estúpida e tão desprovida de realidade. Apesar de tudo, não tinha dúvidas de que, por maior que tivesse sido e ainda estivesse a ser o sofrimento do filho - e ela sentia que sim, sofrendo também por ele -, Angelina só tinha feito bem a Pedro. Tinha-lhe revelado um mundo de informações, de inconformismo e de certezas transformadas em dúvidas, que ele desconhecia por completo e onde nunca teria entrado sozinho. Fatalmente, tinha-o feito pensar, duvidar, reflectir, deixar de ver tudo a preto e branco. Ou não? Será que o efeito fora justamente o contrário - o de o devolver ao seu antigo

mundo de certezas e valores rígidos, mais

fechado, mais intransigente ainda, mais

egoísta e cínico?

A caminho do Brasil, Diogo enviara

de Paris uma carta à mãe na qual contava o

seu encontro com Angelina, no cinema, e como ela estava acompanhada de um

homem, que se portara como seu novo

namorado e senhor. E escrevera: “Mãe,

peço-lhe que não conte nada disto ao

Pedro. Mas que, se algum dia o vir mostrar

desejo de ir à procura da Angelina a Paris,

ou mesmo - o que duvido -for ela a

escrever-lhe nesse sentido, não o deixe ir.

Só iria sofrer mais: eles não foram feitos

um para o outro. Poderiam viver ambos

uma vida inteira, aqui em Paris, por

exemplo, cruzar-se todos os dias, e nunca

se encontrariam um com o outro. Se se

encontraram

foi

só

por

ser

no

despovoamento do Alentejo.”

Quando Diogo anunciara a sua

decisão de ir ao Brasil, para o que se

previa ser uma estada de meses, Pedro não

fizera comentário algum e ficara-se, sem

interrogações, com a explicação que o irmão dera sobre a necessidade de ir ver

pessoalmente o estado dos seus negócios

no Brasil. Assim que ele partira, a sós com

Maria da Glória, tinha deixado escapar o

seu único comentário sobre o assunto:

- Mãe, agora e durante uns tempos,

para o bem e para o mal, só me tem a mim.

Espero que o fardo não lhe seja muito

pesado.

Ela rira-se. Conhecia-o bem.

- Não, meu filho: esse fardo é o meu consolo. Os dois filhos longe, isso é que seria um fardo para carregar.

Uma noite, a seguir ao jantar, quando os sobrinhos tinham vindo à sala de jantar dar as boas-noites, Pedro decidiu de repente que era ele que os ia deitar e carregou ambos ao colo até ao quarto. Cá em baixo, ela e Amparo ficaram durante um bocado a escutar as gargalhadas dos miúdos e um som de passos, que imitava um cavalo, no andar de cima. Olharam uma para a outra e sorriram, pensando o mesmo, certamente. Mais tarde, quando se levantaram da mesa e Amparo foi até ao andar de cima para tentar adormecer os filhos, que Pedro, obviamente, se limitara a fazer ficar despertos e excitados com as suas brincadeiras, Pedro e a mãe foram até

à salinha beber o café. Como sempre fazia, Pedro foi-se encostar à lareira, remexendo as brasas com a ponta da bota. Era mais alto e espigado que Diogo e o seu cabelo castanho-escuro em permanente desalinho dava-lhe um ar de rapaz crescido que se acentuava quando - o que não era frequente - abria a boca num sorriso rasgado que lhe iluminava todo o rosto. Mas, à luz do fogo, ela reparou que o filho já tinha algumas rugas a marcar-lhe a testa e os cantos da boca, que o brilho nos seus olhos castanhos já não era tão luminoso quanto dantes e que havia mesmo uma curva de cansaço na sombra das suas costas desenhada na parede. O seu “bebé” tinha trinta e um anos, quem diria!

- Pedro, não quero ficar só com os netos do Diogo...

- Não, mãe? O que quer dizer com

isso?

- Sabes muito bem o que quero dizer.

E uma maneira desastrada de uma mãe

dizer que acha que estás na idade de te

casares e de teres filhos, também. Acho

que ias ser um pai fantástico...

- Talvez. Mas, para fazer filhos, é preciso um pai e uma mãe.

- Pois... - Maria da Glória remexeu-

se na cadeira, desconfortável. - Talvez

esteja então na altura de pensares nisso, de

encontrares uma mulher para ti e uma mãe

para os teus filhos. Fazia-te bem...

- Fazia-me bem a quê?

Pedro tinha-se virado de costas,

voltando a mexer nas brasas com a bota.

Assim, sem o ver de frente, isso tornava

mais fácil para ela prosseguir com a

conversa.

- Fazia-te bem à tua solidão, à tua

vida, à maneira de veres as coisas, ao teu

humor. Fazia-te bem, Pedro, não teres de
te ocupar só de ti, teres uma mulher e
filhos para cuidar, para proteger, para te acompanhar...
- Como o Diogo: eles aqui e ele no
Brasil, onde se sente melhor?
Ela fingiu não ter percebido que ele
a desafiava a defender o irmão.
- Fazia-te bem partilhar, Pedro.
Partilhar as coisas importantes da vida, as
pequenas e as grandes. Viver sem amor
não faz sentido. É esse o destino das
pessoas normais, que querem ser felizes.
Já fizeste isso uma vez e nunca te vi tão
feliz: tinhas finalmente um objectivo de
vida a sério. Podias tentá-lo outra vez.
- Mãe, não quero falar desse assunto.
- Mas porquê, Pedro? Sou tua mãe:
só te fazia bem falar comigo.
- Não quero falar desse assunto, mãe.
Ela suspirou. De desânimo, de

impotência. Como explicar-lhe que sofrer assim, como ele sofria, era um desperdício do coração?

- Pedro, filho, olha para mim e diz-me uma coisa: nunca mais encaras a possibilidade de voltar a amar uma mulher, de casar com ela, de teres filhos, fazeres uma família, tentares ser feliz ao lado de alguém que te ame e que tu ames?

Ele virou-se e, como ela tinha pedido, olhou-a primeiro, fez um silêncio meditado e respondeu:

- Não digo que não possa acontecer, mãe. Mas não vai ser fácil. Estou mentalizado e preparado para ficar sozinho o resto da minha vida e, por estranho que lhe possa parecer, isso não me mete medo nenhum. Antes pelo contrário: talvez seja menos feliz ou a minha vida faça menos sentido, como a mãe diz, mas aprendi que

assim tenho de certeza muito menos

angústias

e

estou

garantido

contra

sofrimentos e decepções que, a meu ver,

também não fazem sentido. A verdade,

mãe - e desculpe que lhe diga, mas a mãe é

de outra geração -... acho que não percebo

as mulheres de agora. E não sei se quero

ou se tenho interesse em tentar perceber.

Maria da Glória olhou o filho,

angustiada com as palavras dele.

- O que queres tu dizer com isso,

Pedro, meu querido?

- Quero dizer, mãe, que para mim as coisas são sim ples: gosto ou não gosto,

amo ou não amo. Se amo uma mulher,

amo-a mesmo. Não tenho dúvidas, nem

contradições, nem estados de espírito, nem
outra vida para viver onde ela não caiba.
Para mim, que pouco percebo do assunto,
o amor é sobretudo a ausência de
perguntas, de dúvidas, de incertezas. É
paz, segurança, eternidade. O meu pai
nunca teve dúvidas se a amava ou não.
Amou-asempre, à maneira dele, que era a
única que sabia. Amou-a uma vez, amou-a
para sempre. Podia pôr tudo em causa, mas
isso a mãe sabe que ele nunca pôs. E eu
não percebo que as mulheres não pensem
assim. Não percebo!
- Pedro, eram outros tempos! As
coisas, hoje, não são assim tão simples.
Vivemos tempos muito complicados,
difíceis de entender, parece que o tempo foge sempre, tudo é mais rápido, nada é
eterno, nada é adquirido e igual todos os
dias.

- Não é verdade, mãe: o meu cavalo gosta de mim todos os dias. Compreende-me todos os dias, sabe o que eu quero e o mesmo se passa comigo em relação a ele. Se há um dia que eu não o monto, ele sente saudades de mim e todos os dias olha para mim como o seu melhor amigo. Esse amor é eterno e não o questionamos.

- Pedro! Uma mulher não é um cavalo!

- Pois, mãe. Mas, daquilo que eu sei, prefiro o amor de um cavalo. É mais fiável.

Ela olhou-o, estarrecida, enquanto ele se despedia, beijando-lhe a mão e desaparecendo para a sua solidão nocturna.

XIV

Era sexta-feira ao fim da tarde, no Rio de Janeiro. O Sol punha-se cedo, nesta época do ano a que os brasileiros

chamavam Inverno e que, para qualquer europeu, era um suave Verão. Diogo preguiçava, sentado numa cadeira de verga da varanda do quarto, bebendo uma cachaça com gelo moído e lima, a que se chamava “caipirinha”, e escutando o barulho ritmado das ondas rebentando nas areias da praia de Copacabana, do outro lado da rua. Havia uma espuma de mar suspensa sobre a praia e a rua, raros banhistas que mergulhavam nas ondas de água transparente, casais de namorados andando ao longo da praia ou sentados na areia, um vendedor de cocos estacionado na rua, em frente ao hotel, um grupo de homens que jogavam cartas numa tosca mesa de madeira, sob a copa de uma amendoeira.

Mas não apenas a espuma: havia uma indolência no ar daquela tarde, um

vagar nos gestos de quem caminhava, cavalheiros de fato completo com colete que tiravam o chapéu respeitosamente à passagem das senhoras, negros que andavam como bailarinos escutando uma música que vinha de lado algum, mulatas de
dentes
impossivelmente
brancos
rodando como piões sobre as ancas, e polícias que se queriam de ar feroz mas que viravam a cabeça à passagem das mulatas.

Diogo sorriu, olhando a cena.

Convencera-se de que, no mundo inteiro, não havia lugar algum para onde um homem pudesse fugir em busca de liberdade. Tornado território de ódios, extremismos, guerras ou preparativos de

guerras, o mundo parecia entregue a uma casta de visionários dementes ou desumanos - Hitlers, Mus-solinis, Francos, Estalines, Salazares, Getúlios - cuja ambição era pisar, mandar, humilhar, e cuja identidade comum era o desprezo pela liberdade. Deleitavam-se em discursos, berros, ameaças, comícios, paradas militares, fardas, condecorações, e no terror que inspiravam a um séquito de seguidores obsequiosos e tementes ou a resistentes anónimos, arrastados pelas prisões e pelos campos de extermínio,

silenciados,

torturados,

reduzidos

a

imitações humanas. Por cada tiranete auto-

instituído salvador da Pátria ou do género humano, havia milhares, milhões, de

vítimas. Inúmeras Olgas Benários e muitos

outros e outras cujos nomes já ninguém

lembrava, fechados em celas mínimas,

alimentados

com

comida

de

cão,

despojados do espaço, da luz, da paz,

reduzidos ao mais miserável da condição

humana, para expiarem o mais intolerável

dos crimes: terem ousado pensar diferente,

terem duvidado da sabedoria, da justeza,

da

magnificência

desses

chefes

semidivinos. Sim, o Brasil não era

diferente. Havia um militar em cada

esquina, vigiando tudo e mais alguma

coisa, como se o simples gesto de

caminhar na rua, de estar vivo, já fosse

suspeito. Os jornais estavam cheios de

notícias que não prenunciavam nada de

bom, os generais multiplicavam as

ameaças, julgando que a farda era sinal de

razão e de direito, símbolo da Pátria e dos valores, e o enviado do Destino, Getúlio

Vargas, meditava todos os dias na

inevitabilidade de um golpe constitucional

ou militar que poupasse o Brasil à tragédia

de ficar órfão da sua protecção. Sim, o

Brasil era afinal igual, todos os grandes

tiranos ou tiranetes se equivaliam na substância das suas justificações, na cobardia das suas defesas. Mas havia uma diferença, contudo, como se as ditaduras se tornassem ridículas nos trópicos: o povo era demasiado alegre, o mar era demasiado envolvente, a comida não era suave, a cachaça não era inocente, nenhum militar conseguia calar a música, nenhuma ordem apagaria o cheiro a verde da mata e os gritos dos papagaios, os polícias continuariam sempre a virar a cabeça à passagem das mulatas e, por mais que gritassem, que mandassem,

que

ameaçassem, ninguém, jamais, conseguiria calar para sempre aquela absurda alegria,

aquela devastadora liberdade que ele sentia

ali.

Esticou as pernas e suspirou

profundamente, feliz. O Sol descera já no

horizonte, demasiado cedo, como acontece

no Inverno dos trópicos. A luz tremeluzia,

indecisa, nos candeeiros da Avenida

Atlântica, hesitando ainda em vencer a

escuridão que rapidamente ia descendo. O

sol, que era natural, era brasileiro; a luz, que era artificial, era estrangeira, como

tudo o resto no Brasil, fornecida pela

companhia inglesa Light. Lá fora, a

coberto do escuro, os sons tornavam-se

mais nítidos, os risos dos namorados, mais

ousados, e o ruído das ondas, vindas da

Europa e morrendo nas areias do Brasil,

mais próximo. Entrou para o quarto e foi

tomar um duche. Com o cabelo a escorrer água, começou a vestir-se para o jantar:

vestiu as calças pretas, as meias de seda,

os sapatos de verniz preto que tinha

deixado para limpar, a camisa de folhos, o

laço preto, a faixa de cetim preto e o seu elegante smoking branco de linho, que

tinha mandado fazer num alfaiate do

centro. Depois, foi à jarra em cima da

mesa e retirou uma flor vermelha, cujo

nome

desconhecia,

e

colocou-a

cuidadosamente sobre a botoeira do

casaco. Então, reparou na carta pousada

em cima da mesa, uma carta de Amparo,

que lhe tinham entregue na recepção à

chegada e que ele decidira abrir mais tarde.

Valmonte, 7 de Julho de

Meu Querido Marido

Li a tua última carta três vezes ao Manuel e à Assunção. Ela, claro, ainda não percebe nada, mas ele começa a perceber tudo, não se cansa de perguntar por ti e pelo papagaio que lhe hás-de trazer (por favor, não te esqueças de o trazer, acho que a vida dele está suspensa disso!). Todos os dias me pergunta quando é que tu chegas e se o papagaio vai saber dizer o nome dele. Entretanto, já pôs um nome ao papagaio: chama-se “Brasil”, que, para ele, significa tudo o que tem a ver contigo e com a tua ausência.

Agora,

como

podes

imaginar, chegou o Verão, que

é quando eu mais gosto desta

casa e desta terra. Inaugurámos

os jantares lá fora, no terraço, à

luz de velas e de candeeiros a

petróleo, como tu tanto gostas!

Os dias são mais compridos,

acorda-se mais cedo e deitamo-

nos mais tarde, quase que faz

pena ir dormir e não ficar toda

a noite no terraço, a ouvir as rãs

e os grilos, a imaginar-te aqui,

com o teu charuto e o teu

conhaque, a escutar as tuas

conversas,

os

teus

planos

loucos de ires conhecer o
Brasil!
E, agora, atestas tu no
Brasil e, pelo que percebo das
tuas cartas, estás feliz e
entusiasmado! Ainda bem que
assim é! Mas confesso-te que,
se por um lado me sinto
contente por saber que não
tiveste nenhuma desilusão por
esse sonho em que tanto
pensaste, por outro lado, tenho
muito medo, Diogo, que te
apaixones pelo Brasil tanto que
seja sem cura. Sabes, tenho
medo daquilo a que a gente se
habitua.
Quando
te
foste

embora, pensei que não iria ser

capaz de dormir mais nenhuma

noite inteira, sentindo o vazio

ao meu lado, na cama. Pensei

que iria andar os dias todos

como que perdida e ausente,

sem me conseguir concentrar

em coisa nenhuma, hora a hora

imaginando-te aí, tão longe, tão

distraído com outras coisas, tão

distante de nós. E, depois, dei-me conta de que me conseguia

ir habituando. A dormir sem ti,

a acordar de manhã e não te

ver, a começar o dia sabendo

que tu não irias estar presente, a

ir-me deitar sem saber nada de

ti. Habituei-me a criar outras

rotinas, outra maneira de fazer

as coisas, outros pensamentos

com que ocupar a cabeça,
outras distracções para me
esquecer da tua ausência.
Descobri que a distância cria
distância - e não sei se isso é
bom ou mau. Se é uma forma
de defesa passageira ou se é
uma habituação para sempre.
Percebes o que quero dizer?
Desculpa se penso isto, vê se
entendes que não me é fácil,
todos os dias, este papel de
“viúva de brasileiro” em que
me consumo.
E por aqui vamos, meu
querido.
Fizeram-se
as
sementeiras de Verão e, pelo
que diz o pessoal, não vai haver

problemas com as forragens para o gado, este Verão. A parreira por cima do terraço está carregada e acho que este ano, em Setembro, finalmente vamos ter uva de mesa, graças aos cuidados da tua mãe - que, tu sabes, onde toca, faz magia e a parreira é obra dela. Quanto à tua mulher, por incrível que te pareça, tem andado a ler tudo o que encontra: os teus livros e os do teu pai na biblioteca, as tuas revistas e os jornais daqui. Gostava muito de poder falar de tudo isso contigo, de ouvir as tuas opiniões, de escutar as tuas explicações para coisas que não entendo bem. Mas guardo para a tua volta, como

tudo o resto. O teu irmão está ainda mais macambúzio que de costume - agora passa horas a treinar tiro à bala e, na noite de lua cheia, que foi quinta-feira passada, saiu para espera aos javalis e voltou com um porco de 110 quilos, mais outro de 70. Desculpa esta carta tão desenxabida. Já é tarde, os nossos filhos estão a dormir, sossegados, e eu atardei-me no terraço a olhar para as estrelas, talvez esperando que tu desembarcasses de repente, numa delas. Se foste de balão, podias voltar de estrela! Ao

menos,

sempre

tenho

a

consolação de saber que voltas

a tempo da abertura da caça...

Querido, volta depressa,

então! Não me habituo às

saudades!

Um beijo da tua mulher,

Amparo

PS: Não vais acreditar,

mas, além de leitora viciada,

agora comecei a fumar! Fumo

“Antoninos” e estou a gostar!

Diogo tinha um jantar de negócios marcado para o restaurante do casino, com

o influente empresário português sr.

Joaquim João da Trindade, um dos

principais líderes da colónia lusa do Rio.

Ele viria acompanhado do sr. Florentino Ashiff, um brasileiro de primeira geração, filho de libaneses, e ambos viriam acompanhados das respectivas senhoras. Os dois interessavam sobremaneira ao seu negócio: Florentino Ashiff era figura importante e influente na Alfândega marítima do Rio, e Joaquim Trindade controlava grande parte da distribuição e comércio de carnes oriundas das cerca de mil fazendas de gado e café que os portugueses emigrados possuíam nos Estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais - algumas apenas rudimentares, em dimensões e produção, e outras bastante razoáveis ou mesmo grandes.

Trindade - um grosso personagem de tardios cinquenta anos, que já levava quase quarenta de Brasil sem nunca perder o seu sotaque e a sua vozinha suave de beirão -

era um adequado representante dessa impressionante leva, calculada em um milhão e duzentos mil portugueses, que tinha emigrado para o Brasil nas últimas sete décadas (sem contar com os clandestinos ou com os que haviam chegado com bilhetes de 1ª ou 2ª classe, e que, por razões de pura presunção social, se determinava serem apenas visitantes). Haviam começado a chegar em massa após a abolição da escravatura, em 1888, que, de um dia para o outro, despovoara as fazendas de café da sua mão-de-obra negra escrava e as remetera para a falência. Arrebanhados pelos engajadores nas vinhas do Douro, nos povoados de Minho e Beira ou nos campos de fome de Trás-os-Montes, sucessivas gerações de despojados embarcavam vestidos com saias minhotas e tamancos de madeira, homens na flor da

vida, jovens casais com filhos de colo,
para desembarcarem no porto de Santos,
de onde eram directamente despachados
para as fazendas no S. Paulo Railway, ou
acantonados à espera de distribuição na
Hospedaria dos Imigrantes, em S. Paulo,
ou na Ilha das Flores, na baía de
Guanabara, no Rio. Qualquer das duas
instalações tinha capacidade para acolher
provisoriamente até 3000 atarantados
descendentes dos marinheiros da esquadra
de Pedro Álvares Cabral ou da patética
corte do Senhor D. João VI, que agora
procuravam na antiga colónia um futuro
negado na pátria exangue que haviam
deixado para trás.
Em Portugal, o êxodo maciço desta
multidão deixara, por sua vez, os campos ao abandono e a antiga fidalguia fundiária
do Norte e Centro arruinada. Poupado à

emigração, por razões difíceis de entender, o Alentejo não assistiu ao mesmo fenómeno ocorrido no Norte e Centro, onde os grandes proprietários, sem ninguém para trabalhar as terras, se viram forçados a vendê-las aos pedaços, dando origem a sucessivos minifúndios. Com o virar do século, a mãe pátria começou a assistir ao regresso dos primeiros emigrantes de terras do Brasil. Os que voltavam vinham ricos e ansiosos por o mostrar: construíam imensos e horrendos palacetes virados bem para o centro das vilas ou estradas, para que todos pudessem contemplar a sua opulência, e enchiam-nos de palmeiras - que tinham aprendido no

Brasil ser o sinal distintivo das casas e

propriedades que se tinham por ricas.

Aspiravam depois a ver-se socialmente reconhecidos, contribuindo generosamente

para as obras locais de beneficência e

mendigando

à

Monarquia

decadente

alguns viscondados de ocasião ou, mais

tarde, à República recém-instalada, títulos

de comendador de algum mérito acabado

de descobrir. Mas os vizinhos que não

tinham partido, os fidalgos sem terra que

lhes vendiam as filhas como noras e os

intelectuais do seu tempo - como Eça,

Ramalho, Camilo, Oliveira Martins -

tratavam-nos

depreciativamente

de

“brasileiros” e faziam deles um alvo fácil de chacota e desprezo, símbolo universal do mau gosto, do novo-riquismo, da boçalidade e ignorância. Com razão em alguns aspectos, Portugal mostrava assim, todavia, que não era muito dado a admirar quem triunfava, sobretudo se fora de portas.

Mas a esmagadora maioria desses “brasileiros” foram-no de ida sem torna. Honrando a mais antiga e perene vocação portuguesa - a do comércio -, todos aqueles que sabiam ler e escrever não tardaram a instalar-se nos ramos de comércio de venda a retalho, comida e panificação, “secos e molhados” (isto é, mercearia), construção, têxteis, e por aí fora — igual ao que, por cinco séculos, haviam feito os seus antecessores na Costa do Malabar, nas duas costas de África e

mesmo nos antípodas do Japão, da China,

da Malásia. Se há coisa que um português

sempre

soube

fazer

foi

comprar,

transportar, distribuir, armazenar, retalhar e

vender. Justamente o mesmo que Diogo

fazia agora no Brasil. E o mesmo fazia o

distinto sr. Joaquim João da Trindade,

negociante tornado riquíssimo por essa

arte e figura respeitadíssima do círculo da

emigração portuguesa - onde, além de toda a espécie de cargos e sinecuras, era ainda

editor do extraordinário Álbum da Colónia

Portuguesa do Brasil, revista cujas capas

modernistas tinham o saudável hábito de

serem ilustradas com aguarelas de

copiosas mulheres nuas volteando por

cima das cabeças as bandeiras entrelaçadas de Portugal e Brasil.

O sr. Trindade já o esperava no bar do casino, em companhia do sr. Ashiff e das mulheres de ambos - das suas respectivas e impressionantes mulheres. A do sr. Ashiff, que não teria muito mais do que trinta anos, era tão generosamente favorecida pela vida, tão abundante de banhas que em alturas imprevistas espreitavam pelas diversas camadas do seu vestido de crépon azul com transparências prateadas, que dir-se-ia que não cabia em si de contentamento: estava visivelmente deslumbrada por se ver ali, no mais requintado espaço nocturno da sociedade da moda do Rio de Janeiro, aonde a alcandorara a vertiginosa e sempre ascendente carreira do seu marido nas Alfândegas. Inculta, mas não ignorante, a

sr.a Ashiff arregalava os olhos para tudo o que via, custando-lhe ainda a crer que estava sentada no mesmo décor onde haviam estado o príncipe de Gales e o irmão, o duque de York, a actriz Zsa Zsa Gabor, o físico alemão Albert Einstein, o arauitecto americano Frank Lloyd Wright, ou onde Dolores dei Rio filmara cenas de Flying down to Rio, o filme com que Hollywood revelara ao mundo a existência da capital do Brasil. Ao convidá-los para o jantar, Joaquim Trindade matara vários coelhos com uma só cajadada: satisfizera o legítimo anseio de promoção social do casal Ashiff, que doravante lhe ficava credor desse gesto sem preço; apresentava o oficial alfandegário ao seu recente amigo Diogo Ribera Flores, que muito grato lhe havia de ficar pelos serviços inestimáveis que o sr. Ashiff lhe poderia vir a

proporcionar no futuro; e, ajudando o seu futuro associado a melhor escoar a sua mercadoria a caminho da Europa, melhor se servia a si próprio, que visava vir a ser o grande, ou mesmo exclusivo, fornecedor de tal mercadoria. Eis como o interesse de três partes podia ser simultaneamente contemplado, eis como se podia misturar judiciosamente prazer e negócios, eis como se abria caminho naqueles tempos conturbados

e

todavia

cheios

de

oportunidades! Joaquim João da Trindade desapertou o botão do smoking que o incomodava, estendeu para a frente a sua próspera barriga, correu o olhar pela sala,

cumprimentando com um leve aceno de cabeça os seus conhecidos, e sorriu

satisfeito com as circunstâncias. O sorriso

só lhe esmoreceu um pouco quando deu de

frente com a carantonha da estimadíssima

esposa, com os seus óculos de grossos aros

pretos escondendo uns olhos pequeninos e

míopes, o seu ridículo corte de cabelo de

madame de Viseu, o seu berrante bâton

vermelho contrastando com o sombreado

negro do bigode. Era verdade que um

português, para mais da sua importância e

estatuto na colónia, jamais desdenharia da

sua mulher - além de mãe dos seus filhos,

arrancada às berças pátrias em plena

mocidade para o acompanhar naquela

triunfante aventura atlântica. Ah, mas não

fosse a ocasião de negócios - e o sr.

Trindade sorriu, piscando o olho ao criado,

que lhe sorria também, servindo o

champagne - e ele estaria bem melhor ali

acompanhado por uma dessas mulatas do corpo de baile do show das sextas-feiras!

Mas lá diz o ditado: não se pode ter sol na

eira e chuva no nabal. E o sr. Joaquim João

da Trindade jamais se esqueceria da lição

que aprendera quando, como lídimo

representante da colónia, fora visitar um

patrício, velho de 83 anos e chupado por

sessenta de emigração e doenças de toda a

espécie, e cujo único e terminal desejo era

poder ir morrer a Portugal, muito embora,

entretanto, já tivesse inevitavelmente

criado família, que já ia em netos, no

Brasil. Porém, a infame verdade é que

sessenta anos de Brasil não lhe tinham

assegurado sequer o pé-de-meia necessário

para pagar a viagem de regresso a

Abrantes. E, quando Joaquim da Trindade

lhe perguntara se a legítima mulher e

filhos, que sessenta anos atrás deixara em

Portugal, não se ofereciam para lhe

resolver o assunto, o pobre homem virara para ele um olhar profundamente triste e

amarelado por esses anos secos e

molhados, e respondera:

Escrevi-lhes a pedir isso mesmo.

E, então, que responderam?

- A minha mulher está morta, já há

uns anos: dizem que morreu cansada de

esperar pela passagem que eu fiquei de lhe

mandar. E a minha filha mais velha

respondeu-me isto. - E levou a mão ao

bolso, tirando uma carta sebenta, que

estendeu, como se o sr. Trindade a quisesse

ler. - Respondeu assim: “Quem comeu a

carne que roa os ossos.”

E fora assim que Joaquim da

Trindade aprendera que há vantagens em

suportar uma mulher a vida toda e deixá-la desfrutar da carne, para que depois ampare

os ossos.

Purificação da Trindade virou os

seus

pequeninos

olhos

de

coelho,

aumentados pelas lentes, na direcção de

Diogo e perguntou, estendendo-lhe o

menu:

- O que dizem eles aqui, que eu não

percebo nada? Diogo olhou e sorriu,

simpático.

- É francês.

- Ah, bem me parecia! Sabe? - E

virou-se para Suleima Ashiff, que agora

transpirava de nervoso. - Eles têm a mania

de falar francês, para ver se nos

impressionam. Mas não se assuste, minha

querida: aqui o nosso doutor Diogo vai traduzir.

- Não é doutor, é engenheiro -

atalhou o sr. Trindade.

- Isso mesmo: engenheiro. O nosso

engenheiro vai traduzir. Ora, traduza lá!

- Bom - começou Diogo -, *La creme*

de tomate s é sopa de tomate.

- Ah, adivinhei! E que mais?

- A seguir, temos *Les crevettes grises*

à la bahiana, quer dizer camarões à

baiana. Depois, *Le Chateaubriand tienri*

IV à la casserole de legumes é bife com legumes. E *La timbale de glace Arlequin e*

Le tambourin fourré de douceurs é gelado

e doces variados.

- Vinhos? - interpelou o sr. Trindade, com ar entendido.

- Agora, estamos no champagne

Veuve Clicquot. Depois, temos um

Château Lafitte Bordeaux e, com o café,

um Grand Armagnac.

- Parece-me bem - decretou o sr.

Trindade, olhando à volta da mesa, certificando-se de que ninguém ousaria contestá-lo.

- Um homem tão novo e bem-parecido como o senhor, doutor Flores - atalhou, a despropósito, Purificação Trindade -, não deveria andar por aqui sozinho. Esta cidade está cheia de mulheres fáceis, que não querem outra coisa senão amarrar um homem pelas calças.

- Purificação!

- Eu sei o que digo, marido. Aqui o nosso doutor Flores...

- Engenheiro - voltou a atalhar o marido.

- Isso, engenheiro. Vem a dar na

mesma. Para elas, tanto faz: engenheiro, doutor, desde que tenha prata, é tudo igual, marcha tudo. E Deus sabe como os homens, nessas coisas, são mesmo patetas. Não é, marido?

- É mesmo.

- Quantos é que nós não vimos já ficarem de beicinho por estas mulheres da vida, brancas e mulatas e até pretas, e esquecerem-se de que têm uma família lá na terra, à espera deles? Quantos, hem?

- É mesmo - concordou o sr. Ashiff, com um ar profundamente triste.

Após os cafés, os cognacs e os charutos, Joaquim Trindade levantou-se para ir tratar de negócios a outra mesa, deixando a esposa a abanar-se com um leque, enquanto ia torturando Diogo com uma infinidade de judiciosas questões acerca da sua vida pessoal. O sr. Ashiff foi

um cavalheiro e convidou a sua senhora para dançar: um bolero indeciso, que expunha sem grandeza as manchas de humidade entre os refegos sobejantes de Suleima. Aterrorizado com a perspectiva de ficar a sós na mesa com a D. Purificação, Diogo levantou-se, murmurando uma desculpa de ocasião, fez as suas despedidas ao par que dançava e, passando por Joaquim Trindade, agradeceu-lhe o jantar e a ocasião, explicando-lhe, entre um aperto de braço e uma piscadela de olho cúmplice, que ia até ao salão de jogo.

A sala de jogos estava ainda

semivazia àquela hora e só começaria a encher depois de terminado o show no salão principal: as tentações eram várias e havia que administrá-las bem. Mas era assim que Diogo gostava da sala de jogos: com uma atmosfera de igreja, luz fraca, sem frenesins, conversas a baixa voz, ouvindo-se perfeitamente o som da roleta a girar e das fichas a serem manuseadas. Não era a excitação do ambiente nem a tentação do golpe de fortuna que o entusiasmavam, mas sim o prazer do jogo em si mesmo. Por isso, ele nunca jogava roleta, nem banca francesa, nem bacará - jogos que dependiam unicamente da sorte, sem nada que pensar nem tempo para pensar. Jogava antes o 21 ou blackjack, um jogo muito mais calmo e civilizado, que se joga sentado a uma mesa, até um máximo de seis jogadores contra a banca, com

espaço e tempo para fumar um cigarro ou um charuto e beber um whisky - havia até quem aproveitasse para cear à mesa, encomendando umas sanduíches ao bar. O blackjack, tratado depreciativamente por "morte lenta" pelos grandes jogadores de casino (os da roleta), era ainda uma ocasião de convívio social com os parceiros, que, não raro, acabava em troca de endereços e cartões-de-visita, ou uma ida conjunta ao bar, quando já estavam fartos de jogar ou de perder. Cada jogador joga individualmente contra a banca, ganhando quem ficar mais perto de obter 21 pontos com as suas cartas -cada carta valendo o seu valor facial, excepto as figuras, que valem todas dez pontos, e o ás, que vale um ou onze pontos, conforme o interesse do jogador. De início, cada jogador, incluindo a banca, recebe uma

carta aberta e, comparando a sua com a da banca, decide se vai ou não a jogo e quanto é que aposta, indo. Depois, a banca joga com o seu jogo sucessivamente contra todos os jogadores, um de cada vez, começando da esquerda para a direita. O croupier retira de um monte de cinco baralhos, chamado sablot, uma segunda carta para o primeiro jogador: ele confere a soma das duas que já tem e decide continuar ou parar face à previsão que faz do jogo que a banca atingirá com a sua única carta ainda à vista. Pode “puxar” as cartas que quiser, desde que não ultrapasse os 21 pontos: se o fizer, “rebenta” e perde logo a sua aposta para a banca. A vantagem da banca é esta: vê os jogadores “rebentarem” sem sequer ter de “puxar” a sua segunda carta. Às vezes, “rebentam” todos sem a banca ter chegado a jogar. Em

contrapartida, quando no final chega a sua vez de jogar, a banca é obrigada a “puxar” cartas até atingir os 17 pontos e é obrigada a parar logo que os atinja. Outra vantagem teórica dos jogadores é que, quando a soma das duas primeiras cartas é igual a 9, 10 ou 11, podem dobrar a aposta - o que fazem sempre que estão perante um 4, um 5 ou um 6 da banca. Se, nas duas primeiras cartas fizerem 21 (um ás mais um 10), têm um blackjack, que dá direito a serem pagos uma vez e meia o valor da aposta, a menos que a banca também faça blackjack. Nos outros lances vitoriosos, recebem o equivalente ao que apostaram.

De resto, e como sucede com todos os jogos de casino, há um momento para a banca e um momento para os jogadores.

Diogo sabia isso e sabia que a ciência para escapar incólume consistia em estar atento

para distinguir esses momentos e agir em

conformidade: no momento da banca,

deveria restringir as suas apostas ao

mínimo, não ir a jogo senão com uma

“mão” ganhadora; assim que visse chegar

o seu momento, era apostar forte e feio e

manter-se assim até a sorte virar de novo.

O problema é que há muito mais

momentos da banca do que os outros e, às

vezes, a sorte da banca pode durar uma

noite inteira: aí, não há nada a fazer. Mas quem, como ele, jogava apenas pelo prazer

intelectual do próprio jogo, estava ao

abrigo de uma noite trágica. Jamais, nem

que fosse por uma questão de orgulho,

Diogo se permitiria pagar duas estadas no

Copacabana Palace: uma pelo quarto,

outra pelo casino. Aliás, essa era a sua regra de vida: gostava do prazer de todos

os vícios, fugia da dependência de cada

um deles. Desfrutava de tudo, mas não era

viciado em nada. Por isso, de cada vez que vinha ao casino do hotel - mais para se distrair, estar com gente, beber um copo e jogar umas cartas -, ele nunca permitia que essa distracção lhe custasse uma soma desagradável, e o resultado é que o saldo das várias noites em que se viera distrair ao blackjack era-lhe até ligeiramente favorável - o que também não o levava à tentação de imaginar que, com mais tempo e investimento a mesa de jogo, ainda acabaria por conseguir pagar com os lucros a sua estada.

De facto, uma outra razão, bem mais palpável, trouxera-o até ali, esta sexta-feira:

mademoiselle

Claudine,

uma

cabecita loira e tonta que pertencia ao corpo de baile francês que fazia a

temporada no Palace. Três noites antes,

quando ele estava já sentado no bar, depois

de ter trocado as fichas sobrantes por

dinheiro e bebendo um último copo antes

de recolher ao quarto, ela viera sentar-se

no banco ao seu lado, pedindo-lhe lume e

encomendando uma flute de champagne ao

garçon do bar. Estava indiscretamente

bêbada e perdera ao jogo. Confessou-lhe

que tinha saudades de casa, que o sol lhe

fazia mal à pele e que os homens ali não a

respeitavam como merecia. Uma hora

depois, e após uma confusa sessão de

soluços e gemidos misturados, estava a

chorar-lhe nos braços, na cama do seu

quarto desarrumado das traseiras do hotel,

os seus cabelos loiros espalhados pelos

lençóis e o seu corpo de boneca de luxo

brilhando à luz dos candeeiros da Rua de

Nossa Senhora de Copacabana, que entrava pela porta de vidro aberta. Diogo

ficara com vontade de repetir a experiência

e de voltar a serenar a cabecita loira e tonta

de Mlle Claudine. Mas não ignorava que

só um acaso feliz e repetido lhe permitiria

tal veleidade: discretamente interrogado, o

empregado de mesa do pequeno-almoço

dera-lhe uma visão “abrangente” da

situação: Mlle Claudine, que ia a meio da

sua temporada de três meses com o corpo

de baile em actuação no casino do Palace,

muito justificadamente aliás, acrescentava

o seu cachet de bailarina em digressão,

com

uns

after

hours

estritamente

seleccionados
e
adequadamente
recompensados. E parece que havia vários
cavalheiros dispostos a desmentirem os
seus queixumes acerca de não ser
devidamente respeitada (“até um general
do Palácio”, murmurou discretamente o
empregado). Será que o sr. Engenheiro percebia
o
melindre
da
questão?
“Perfeitamente”, sossegou-o Diogo. O que
não o impedia de estar ali.
Às onze da noite, uma hora depois
de se ter sentado à mesa de jogo, Diogo
contou as fichas: tinha entrado com
cinquenta dólares e agora tinha trinta e
sete. Estava a perder treze, uma quantia já

razoável em Portugal, imensa no Brasil, mas quase desprezível numa sala de casino internacional. Ao seu lado havia quem estivesse a perder bastante mais e nas mesas da roleta havia quem estivesse a perder duzentos, quinhentos, ou até mil dólares. Mas ele não gostava de perder ao jogo e estava a ficar cansado de jogar. Pôs de lado vinte dólares e prometeu a si mesmo que não perderia mais do que aquilo e não ficaria mais do que meia hora, fosse qual fosse o resultado então. Começou por apostar dois dólares em cada jogada e ganhou três de seguida. Seria que a sorte da banca estava a virar? Subiu a aposta para quatro e fez um blackjack. Voltou a apostar quatro e segundo blackjack. Assistiu, sem jogar às duas jogadas seguintes, que a banca ganhou para todos, e regressou para ver a banca

rebentar:

uma,

duas,

três

vezes

consecutivas (uma raridade!), sempre com

a sua aposta em três dólares. Voltou a parar

e a recontar as fichas: tinha ganho vinte e sete dólares num quarto de hora, o balanço

da noite estava agora em catorze dólares

de lucro. Apostou dez na jogada seguinte:

saiu-lhe um sete contra um quatro da

banca. A segunda carta foi um três e

dobrou a aposta: Vinte dólares numa

jogada. Fez-se silêncio à roda da mesa e e

pediu carta. Saiu-lhe um valete: vinte

pontos. Ficou. A banca tirou um oito, a juntar ao seu quatro. Depois um três, e

depois outro três: dezoito pontos. Estava

na altura de se ir embora e agradecer aos

deuses da fortuna. Começou a juntar as

fichas e a virar-se para se retirar. Então,
deu
de
caras
com
uma
mulata
deslumbrante, que, a meio metro dele,
seguia o seu jogo, assim como várias
outras pessoas de cuja presença não tinha
dado conta. Transformara-se no centro das
atenções. Pois iam ficar sem espectáculo,
ele tinha trinta e quatro dólares de ganhos
e ia-se embora. Mas ela barrava-lhe o
caminho, sorrindo com uma fileira de
dentes incrivelmente brancos:
- Tu é bom nisto!
Ele olhou-a atarantado. Uma batida
de cachaça, três taças de champagne, meia

garrafa de vinho, um cognac e três whiskies iam fazendo o seu efeito. Não

sabia o que dizer. Via o decote dela que lhe

fazia o peito subido e saído, a pele morena

brilhando no contraste do branco do colar

de pérolas falsas. Queria sair dali mas ela

não se afastava.

- Foi sorte.

- Sorte no jogo, azar no amor. - Ela

estendeu a mão, segurando-lhe no pulso ao

de leve.

- Foi sorte, só. Nada mais.

- Tem certeza de que não é mesmo

azar no amor?

- Só sorte ao jogo.

- Mas a sua francesa não vem hoje...

- O que queres dizer?

- Aqui tudo se sabe, meu bem. Eu sei

que ela não vem: tem outros planos para

esta noite...

Ele virou-lhe costas, irritado. Sem pensar no que fazia, meteu uma ficha de cinco dólares na casa. Saiu-lhe um sete, contra cinco da banca. Na segunda carta saiu-lhe um quatro e ele dobrou. Pediu carta, veio um oito e ele ficou, com dezanove. A banca tirou outro cinco e depois um dez: vinte. Os seus lucros tinham-se reduzido de quase um terço. Irritado, estendeu a mão para apostar uma ficha de dez, mas ela cobriu-lhe a mão, retirando-a.

- Não perca por minha causa o que ganhou até agora! Eu lhe faço uma proposta bem melhor: me dá esses dez dólares para eu jogá-los de uma vez só. Se perder, perdeu você. Se ganhar, saco dez para mim e aposto os outros. Se perder, perdeu dez e eu ganhei dez. Se voltar a ganhar, lhe devolvo os seus dez e o resto é

meu.

- Como é que te chamas?

- Benedita, por gentileza.

- Estou vendo, Benedita. Eu arrisco

dez dólares e tu não arriscas nada. No fim,

se perderes, perco só eu, e, se ganhares,

ganhas só tu! Bem, eu posso estar cansado,

mas ainda não estou completamente

estúpido!

Ela chegou-se para ele, roçando-lhe o ombro com o peito e segredando-lhe ao

ouvido:

- Posso lhe compensar de outro jeito!

- E quem me garante...?

- Você! Você se garante, é só querer!

Eu estou te querendo e por isso vou

ganhar. Não duvida, não!

Ele afastou-se, cedendo-lhe o lugar,

mas ela fez um gesto para que ele ficasse

onde estava.

- Tudo bem! Jogo daqui mesmo.

Apostou os dez dólares num oito,

contra um ás da banca: fez vinte e um, em

três cartas, contra um dezanove da banca.

Sorriu para ele, recolhendo as fichas e voltou a apostar dez, guardando os outros

dez dólares. Saiu-lhe um dez e outro dez à

banca. A seguir, tirou um ás e a banca mais

um dez: blackjack. Entregou dez dólares a

Diogo e recolheu mais quinze para si.

Beijou-o na boca e virou costas à mesa,

arrastando-o pela mão.

- Vem comigo, meu bem.

- Caramba! - exclamou Diogo. -

Nunca vi ganhar vinte e cinco dólares com

tanta rapidez e tão pouco sofrimento!

Diogo nunca tinha estado na cama

com uma mulher negra nem com uma

brasileira: as duas coisas juntas deram-lhe

volta à cabeça. Havia qualquer coisa em

Benedita que lhe fazia lembrar Amparo,

nos primeiros tempos do casamento: o

mesmo instinto selvagem, o mesmo prazer de se entregar e descobrir o outro. Mas

Benedita transformara o instinto numa

ciência: sabia exactamente o que fazer,

quando, onde, e administrava o seu saber

em investidas sucessivas de sensualidade

cujo objectivo sabiamente planeado era

deixá-lo prostrado de prazer e a seguir

gozar no prazer dele. A sua pele era menos

macia, mais grossa que a de Amparo; as

pernas

eram

mais

compridas

e

enroscavam-se nas dele como uma liana na

árvore, havia alturas em que ela parecia

partir-se ao meio pelos quadris, e os seus

dentes

translúcidos

brilhavam

na

penumbra, enquanto ela sorria sempre e

segredava-lhe ao ouvido coisas que o

deixavam entontecido, ou então gemia

baixinho,

em

sons

e

silvos

incompreensíveis. Quando voltou a si,

Diogo deu consigo a pensar que tinha a

estranha sensação de ter feito amor com uma cobra. E de estar envenenado.

- Quantos anos tens, Benedita?

Ela rodou na cama, nua, sem pudor

algum, e estendeu a boca para ele,

depositando-lhe um beijo ao de leve no

peito:

- Dezanove, meu bem.

- Tão novinha! E és do Rio? Ela

sacudiu a cabeça.

- Sou de Minas. Rapariga da roça.

Caipira, mesmo.

- Que faz uma rapariga do campo, da

roça, como dizes, no Rio e no casino do

Copacabana Palace?

- Ai, meu bem! Por que é que todo o mundo me faz sempre a mesma pergunta?

- Por curiosidade, suponho. Porque

você é muito novinha para essa vida...

- Que vida, Diogo? Você o que sabe

da minha vida pra falar isso?

Ele tossiu, embaraçado, olhando o

fumo do seu cigarro a subir em novelos em

direcção ao tecto do quarto.

- Bom, não se avexe, vou te contar.

Vim até à cidade pra tentar arrumar uma

grana pra voltar pra casa. Dei xei lá um

menino de dois anos, entregue com a

minha mãe e quero voltar pra buscar ele e

vivermos junto. Essa história já é muito

batida, mas é verdade: tentei arrumar um

emprego aí, mas não é fácil para uma

negra, vinda do mato. Então, eu comecei a parar aqui, no Copa, de vez em quando e

graças a um amigo sincero que tenho na

portaria, o Reginaldo. Ele te conhece, ele

conhece todos os estrangeiros do hotel e

sabe que estrangeiro está mais afim de

mulata que brasileiro fino, que só gosta

das loiraspolonesas dos cabarets da Lapa.

- Deixou um menino? Seu filho?

- Sim, meu filho. Meu querido

filhinho João dos Passos, o Joãozinho.

- Você é casada, então?

Ela riu-se.

- Casada, sim, com a sorte.

- E o pai dele?

- O pai dele sumiu no mundo. Assim que me viu de barriga, deu o fora e nem

deixou bilhete. Ele é lá de Juiz de Fora, é

capaz de ter vindo morar aqui no Rio, de

ter virado carioca de brejo, como a gente

diz deles. Agora, não quero mais nem

saber.

- E você quer juntar dinheiro para ir

buscar o seu filho, é?

- Isso mesmo. Mas não é pra vir

morar aqui no Rio, não: é pra morar lá em

Minas, ter o meu pedacinho de terra, a

minha chácara, galinhas, porcos, feijão, a

minha mãe e o Joãozinho. É assim um

sonho meio estúpido que eu tenho, mas

você tem de ter algum sonho, né? Senão, a

gente vive se deitando e acordando, sem

razão pra lutar por coisa alguma, né

mesmo?

- É.

Agora Diogo estava a sentir-se

desconfortável: devia dar-lhe dinheiro?

- E você? - Ela debruçou-se sobre o

corpo dele, o peito rijo contra o seu ombro.

- Qual é seu sonho?

- O meu sonho?

- Sim. Por exemplo, que sonho lhe

trouxe ao Brasil?

- Negócios.

- Vem cá! Negócio não é sonho, só

de gente estúpida. Negócio é um

instrumento, digamos assim, pra você

chegar a alguma coisa, algum sonho...

- O meu sonho? O meu sonho é ser feliz, como toda a gente. Viver onde e

como eu me sinta feliz e realizado.

- E onde é isso, já descobriu?

Ele sorriu.

- Não, continuo à procura.

- Ah, mas você vai encontrar! Você

tem muita força!

- Como sabe?

- Sinto-o, vejo nos seus olhos, na

maneira como você fala. Você é muito

fino!

- Fino? O que é isso de fino?

- Você é um homem calmo, mas vê-

se que é determinado. Pode não saber ainda o que quer, mas seguramente sabe o

que não quer. E ninguém vai conseguir

convencê-loa aceitar o que você não quer.

Né mesmo?

Ele sorriu, mais uma vez e agora já

descontraído.

- Como é? Você é bruxa, é psicóloga,

lê nas mãos ou nos olhos?

- Não, meu bem, nada disso. Mas

estudo e presto atenção ao que me

interessa e me atrai. E isso é bem raro.

Todos os homens gostam de rotinas.

Uns gostam de começar o dia tomando o pequeno-almoço em casa e folheando os jornais; outros preferem fazê-lo no café da esquina; outros acham que a barbearia é o lugar certo para tomar o pulso ao dia que está pela frente. Uns gostam de uma boa conversa logo pela manhã, outros só pedem que os deixem em paz e em silêncio. Uns habituam-se a escutar as queixas das mulheres ou as lamúrias dos filhos assim que acordam e esse som de fundo faz-lhes falta, outros só conseguem fixar a porta da rua e só se sentem prontos a enfrentar o dia quando a fecham atrás de si. Mas todos, todos, precisam de uma rotina logo pela manhã. Só os loucos é que não precisam disso - e por isso é que são loucos.

Diogo não tardara a criar a sua rotina no Rio. Começava por tomar o pequeno-

almoço no terraço do Palace, olhando o mar em frente, o seu sumo de abacaxi e a edição do dia do Globo esperando-o já na sua mesa do costume. O criado já sabia o que ele queria - o mesmo de sempre - e sabia também que não gostava de conversar de manhã cedo. Ele lia o jornal de viés, detendo-se apenas numa ou noutra notícia, geralmente sobre economia, que lhe chamava a atenção. Era um jornal alinhado, reflectindo o ponto de vista do governo, e isso era assim como uma comida sem tempero: rapidamente o enfastiava. Sentia falta de notícias da Europa e de Portugal. Mas só por acaso é que se encontrava um jornal estrangeiro à venda no Rio e, quanto aos portugueses, que Francisco Menezes lhe mandava de quando em vez de Lisboa, chegavam com vinte dias de atraso, e, pior do que isso,

traziam consigo a sensação de que nada acontecia em Portugal: nem ao menos um desastre, uma tragédia, qualquer coisa que sacudisse aquela modorra em que o país parecia vegetar, lá longe. “Antes assim para quem está distante - pensava ele. - Não estou a perder nada de interessante.”

Terminado o pequeno-almoço, descia até à porta do hotel, onde, às oito e trinta em ponto, “seu” Aguinaldo vinha apanhá-lo para o levar aos escritórios da Atlântica no centro, no Chevrolet azul-escuro que ele comprara para o serviço da empresa e que fizera Aguinaldo Baptista acreditar definitivamente que, agora sim, agora a firma estava em fase de investimento e expansão. E estava: Diogo pusera ordem e estratégia em todos os

sectores do negócio - fornecedores,

armazenamento de produtos, fretacão de

carga nos navios, expedição alfandegária,

contratos e pagamentos dos clientes no

destino,

relações

com

os

bancos,

escrituração

e

contabilidade.

Cada

empregado tinha agora tarefas claras

estabelecidas e sabia exactamente o que fazer e que resultados se esperavam de si.

O negócio de exportação de “gado de

corte”, como diziam os brasileiros, era

agora a grande aposta de Diogo. Para isso,

era absolutamente indispensável que os

fornecedores não falhassem - nem no prazo, nem na quantidade, nem no preço, nem na qualidade.

Ele aprendera rapidamente que, em negócios desses, um brasileiro nunca diz que não, que é impossível ou que não dá conta do recado. Mas, entre o que dizem, o que prometem, o que juram e o que cumprem, ia quase sempre uma distância que não raro significava a perda de um contrato e de um cliente. Quando dirigira o negócio no Rio, Gabriel Matthäus confiara nos brasileiros, que era quem conhecia, e depois vira-se várias vezes a telegrafar a Diogo e a Francisco, em Lisboa, explicando que a expedição falhara por razões imprevistas.

Avisado,

Diogo

procurara quem lhe desse garantias de cumprir sempre e fazer disso ponto de honra: e ninguém melhor para tal do que um comerciante português, como Joaquim Trindade, que fizera fortuna e nome no Rio justamente por cumprir contratos e não por invocar razões imprevistas para os falhar. Um comerciante da boa escola do Norte de Portugal, a qual há duzentos anos, sem falhar, fornecia os vinhos com que se brindava à mesa dos lordes e dos oficiais da Royal Navy pelos mares do mundo inteiro, era, seguramente, o elo indispensável naquela cadeia que ele estava a montar. Afinal de contas, o negócio nem era

difícil de estabelecer: o Brasil tinha em

abundância o que a Europa necessitava e, em guerra havendo, iria necessitar cada

vez mais. O seu trabalho ali não requeria

grande imaginação nem grande estafa:

arranjar quem fornecesse, arranjar quem

transportasse, e depois os escritórios de

Lisboa

tratariam

de

arranjar

quem

comprasse.

O

resto

eram

detalhes

burocráticos:

alfândegas,

impostos,

pagamentos interbancários, enfim, coisas

que se compunham conhecendo as pessoas

certas, convidando-as para os lugares

certos e abordando-as da maneira certa. E,

nisso, ele era mestre: tinha um dom natural

para cativar, convencer e arregimentar, que

o surpreendia até a si próprio.

- Como é, doutor, falta ainda muito

para que esse cara do Hitler comece a

guerra?

-

impacientava-se

“seu”

Aguinaldo.

Aguinaldo repetia a pergunta quase todos os dias, ansioso por tambores de

guerra.

- Não sou doutor, Aguinaldo! Pela

milésima vez: sou engenheiro.

- E eu lhe explico mais uma vez,

doutor Diogo: não tem engenheiro no Brasil! Aqui, quem estudou é doutor, quem não estudou é sinhô: não existe nada mais! Mas esse tal de Hitler, o que ele está esperando para começar essa guerra na Europa, que vai fazer a gente ficar rico?

E Diogo respondia, embaraçado:

- Bem, esperemos que, contra todas as minhas expectativas, não haja guerra.

- Como não haja guerra, doutor? Sem guerra, a Atlântica não pula adiante! Todo esse negócio do feijão e carne precisa de uma guerra feia e bem demorada! O sinhô mesmo me explicou.

- Vá, seu Aguinaldo, traga-me a lista dos navios carregando para a Europa, no Rio e Santos, no próximo mês.

- É pra já, doutor. Tomara mesmo que o cara se decida logo!

Quando estava nos escritórios, no

centro, Diogo ia muitas vezes almoçar ao Hotel Glória, situado por baixo do Outeiro da Glória. No alto, ficava a igreja com o mesmo nome, com lindíssimos azulejos portugueses e onde as moças gostavam de se casar. Apanhava o bonde no Passeio Público ou, quando tinha tempo, ia a pé, passando pela Avenida 7 de Setembro, a Avenida Central e a deslumbrante Avenida Beira Mar, acompanhando os contornos da baía de Guanabara onde vinham morrer as ondas que, por pouco, não beijavam os jardins do Palácio do Catete, em que vivia e despachava Getúlio Vargas. E, se bem que, caminhando ao longo dessa avenida onde suavemente morria o Atlântico, ele olhasse sempre para o palácio, não fosse Getúlio estar à janela a ver o que se passava, invariavelmente o seu olhar perdia-se nos morros à roda do lugar - a

Urca, o Pão de Açúcar, o Castelo e a Formiga -, assim como também em Copacabana o seu olhar se perdia sempre nos morros, essas fantásticas sentinelas da cidade, manchas verdes exuberantes, eternamente sobrevoadas por gaviões ou urubus em voos circulares e silenciosos.

O Hotel Glória, construído no ano do centenário da Independência do Brasil, em 1922, era o grande rival do Copacabana Palace e, tal como ele, decorado num estilo belle époque, de lustres de cristal, jarras de faiança cheias de flores, cadeirões de veludo em cores de rosa, creme ou verde seco. Ao almoço, era lugar de encontro de políticos, intelectuais, viajantes, homens de negócios, espiões do Palácio e espiões de todos eles, que eram os jornalistas. A mesma gente que Diogo encontrava também no Restaurante Cosmopolita, mais

conhecido como o “Senadinho”, devido à abundância de senadores e políticos que o frequentavam. Ficava na Lapa e ali se podia comer o prato que, feito de encomenda para o ministro de Relações Exteriores de Getúlio, Oswaldo Aranha, acabou por se tornar uma referência da casa: “o filé à Oswaldo Aranha”, um bife alto, com muito alho, acompanhando arroz branco, farofa e batata frita “portuguesa” (ou seja, não fosse isso ferir os direitos autorais do chanceler, aquilo que em Lisboa se chamaria “o bife à portuguesa”). Na própria Rua do Ouvidor, cujos cafés eram muito frequentados por homens de letras, jornalistas, poetas e escritores, havia o Restaurante Rio Minho, onde se podia apreciar a afamada “sopa de peixes e frutos do mar Leão Veloso”, receita de outro chanceler brasileiro que, voltando de

França, a ensinou ao cozinheiro (de novo e sem ferir paternidades, aquilo a que em Marselha se chamava a bouillabaissé). No Restaurante Capela, no coração da Lapa, Diogo ia de vez em quando apreciar o inigualável cabrito assado da casa e aos sábados, por vezes, ia comer a feijoada do Bar Luiz, na Rua do Carioca, uma das mais antigas da cidade. E, enfim, havia outro clássico, que era a Confeitaria Colombo, onde se ia ao final da tarde, beber um aperitivo e dar dois dedos de conversa. Era um café requintado, fundado por uma família portuguesa e com pretensões a imitar um café francês, decoração art nouveau, piano, móveis em jacarandá, espelhos biselados vindos da Bélgica e uma clarabóia de mosaicos coloridos no tecto. Mas, mais do que o seu ar chie ou as suas atracções gastronómicas

franco--portuguesas, eram os fregueses habituais da Colombo que haviam criado a sua fama. Por ali tinham passado o grande poeta romântico Olavo Bilac e o escritor Machado de Assis. Agora, poetas, jornalistas, pintores e outras celebridades intelectuais continuavam a assegurar a tradição da brilhante frequência da Colombo. Lá se podia encontrar o poeta Manuel Bandeira, o crítico Mário Couto, os pintores Di Cavalcanti e Portinari ou a jornalista e poetisa Adalgisa Nery, musa a quem os seus pares não perdoariam, tempos depois, ter-se casado com Lourival Fontes, o homem de imprensa e

propaganda de Getúlio e devotado executor da censura à imprensa e às artes. O português, proprietário da Colombo, não tardou a encantar-se com Diogo, seduzido pelo seu estatuto de homem de negócios em viagem, e não emigrante, e impressionado pelo que avaliou ser um estilo de aristocrata rural português -que, ali no Brasil, e desde os tempos dos célebres “barões do café”, correspondia à mais invejada das acreditações sociais. Sem esforço, Diogo viu-se rapidamente introduzido no círculo e nas mesas dos mais influentes

clientes

da

casa,

previamente apresentado ao ouvido deles

pelo dono como “um conterrâneo meu,

aristocrata, fazendeiro e liberal”. Não

havia tal espécie de português no Rio e ele tez sucesso, como exemplar único.

Trazia, por acréscimo, informações

recentes, pessoais e vividas, da Espanha às

portas da Guerra Civil, da França dividida

entre os fascistas e o Front Populaire e da

Alemanha nazi. E chegara de balão, na

viagem inaugural do Hindenburg: era uma

vedeta. Políticos, empresários e jornalistas

confiavam-lhe informações, segredos e

notícias de quartel que a imensa maioria

dos brasileiros nem sequer suspeitava.

Assim, ele seguia a par e passo as

negociações secretas entre Getúlio e os

nazis para a extradição de Olga Benário, ou os avanços que a AIB - a Acção Integralista Brasileira, a sigla dos fascistas brasileiros comandados pelo jovem e brilhante Plínio Salgado, sob o lema “O Brasil tradicional, humanitário e cristão” - ia conseguindo no coração do regime. Diogo gostava mais de dar informações do que de receber. Gostava mais de escutar a opinião dos outros do que de expor a sua, acerca da situação política brasileira. Não era - ou não era apenas - um instinto de cautela, que as circunstâncias do momento bem recomendavam, sobretudo a um estrangeiro que, ao mais, pretendia estabelecer um negócio permanente no Brasil. Era também um legítimo desejo de ficar fora de tudo aquilo, das confusões políticas brasileiras - ele que não era brasileiro e só estava de passagem, ele que

fugira justamente das confusões políticas

da sua pátria e do clima de velada de

armas da Europa, esperando vir encontrar

ali tudo o que encontrara: espaço, ar, vida,

um país novo e jovem, um país onde três

quartas partes do território ainda estavam

por desbravar e quase tudo ainda parecia

possível e desconhecido. Caramba, na Amazónia, no Pará, no Acre, sabia-se que

havia centenas de tribos de índios nus

pintados de preto e vermelho com o suco

do urucum e do jenipapo e caçando de

arco e flechas, mas ninguém sabia ao certo

quantos já tinham sido avistados e quantos

mais existiriam de que nem sequer havia

notícia! Sabia-se que devia haver, algures,

uma linha de sete fortes construídos em

granito trazido de Portugal e mandados

erguer pelo Marquês de Pombal no século

XVIII para demarcar e defender as

fronteiras do Norte, mas o mato tinha-os

engolido, entretanto, e já não havia

documentos ou memória de homem que os

soubesse localizar. E sabia-se, pelos livros

do jovem escritor Jorge Amado, que, em S.

Jorge de Ilhéus e em toda a Bahia, os

pescadores saíam para o mar em saveiros

que eram quase iguais ainda aos dos

pescadores dos tempos bíblicos. Que havia assaltos nas estradas, bandos de assaltantes

aterrorizando regiões inteiras, jagunços

armados

ao

serviço

dos

coronéis

nordestinos ditando a lei onde o Estado

não chegava, famílias inteiras viajando do

Nordeste para o Sul nos paus-de-arara, em

busca de condições de sobrevivência,

multidões de descendentes de antigos escravos negros e caboclos, cruzados de índio, preto e branco, construindo arranha-céus em S. Paulo e no Rio, milhões de brasileiros de todas as cores e raças deambulando de um Estado para outro, de uma região para outra, em busca de uma nova vida e uma nova esperança, fantásticos músicos e cantores que a rádio revelava num dia e o país todo já idolatrava no dia seguinte, novos deuses de um novo desporto chamado futebol que juntava pretos e brancos numa anarquia de talentos misturados, enfim, uma explosão sociológica incontrolável, incompreensível e impossível de catalogar, porque, no mundo inteiro, nunca tinha existido um país assim como o Brasil, uma tamanha orgia de raças e proveniências, de instintos e emoções, de selvagem e de civilizado, de

primitivo e de moderno, de mar e de

floresta, de cidades e de selva, de sons, de

música, de cheiros, de cores, de amores. E,

sobre tudo isso, mesmo sobre as imensas

tristezas, desgraças, injustiças e abusos de

toda a ordem, sobrava sempre uma

incompreensível alegria - uma alegria que

brotava das montanhas e das florestas por

desbravar, pairava sobre os morros como

os gaviões, descia sobre as cidades com

um cheiro flutuante a clorofila, introduzia-

se nas conversas dos botequins e dos cafés,

infiltrava-se entre o beijo dos namorados

incendiando o seu desejo, transformava-se

em sons nas ruas e em música nos bares, enrolava-se como um novelo sobre a areia

das praias e nunca, nunca, partia pelo mar

fora, abandonando essa terra brasil.

Isso era o que ele não conseguia

explicar aos seus interlocutores brasileiros:

eles queriam, por força, situar o Brasil ao nível das mesmas questões ideológicas, das mesmas divisões, das mesmas escolhas, que atravessavam a Europa; ele queria, mais do que tudo, explicar-lhes que aquilo que o Brasil tinha de grandioso era justamente a sua diferença. Eles queriam o Brasil no mundo, ele queria o Brasil fora do mundo. Acabou por perceber que não tinha razão, mas continuou a deixar-se levar pelo seu devaneio, pelos sentidos e não pela razão.

E foram também os sentidos e não a razão que o levaram a prolongar os seus encontros com Benedita, em lugar de a ter arrumado no baú das experiências sem continuidade, conforme todo o juízo recomendaria. Continuou a procurá-la e a encontrá-la no hotel, no casino, na praia - umas vezes por acaso ou coincidência,

outras vezes por insistência, porque o acaso nunca se repete duas vezes. Voltou a proporcionar-lhe o mesmo pretexto da mesa do blackjack, e umas vezes ela ganhou, outras ele perdeu. Umas vezes ela acrescentou as suas poupanças para o sonho de uma casa no campo com o filho e as galinhas, outras vezes - ou melhor, todas as vezes - ele acrescentou a sua dependência daquele corpo negro e esguio, daquela pele onde as luzes da noite faziam brilhar gotas de suor, daqueles músculos tensos como um arco, das palavras sem sentido que ela lhe segredava ao ouvido, da sua língua sem freio que o incendiava desde a raiz dos cabelos até ao fundo da sua lucidez. E todas as manhãs ele acordava e contemplava o lugar vazio ao lado do seu na cama, os lençóis marcados, manchados, cabelos negros e crespos

agarrados à almofada, restos do seu

perfume barato flutuando pelo quarto,

sinais da sua passagem por todo o lado. E

sacudia a cabeça, enfiava-se no chuveiro,

vestia roupa lavada e saía para o centro,

tentando convencer-se de que não haveria

mais noites assim, mais madrugadas

perdidas entre os braços de Benedita, mais

gritos perdidos no mais fundo do corpo

dela. E logo depois, nessa mesma noite,

saía de coração descompassado à procura

dela, como um drogado expondo a veia ao

veneno, e, se por acaso a não encontrava, a

noite seria branca e o dia seguinte seria

negro.

Até que um dia, regressando do escritório ao fim da tarde, esbarrou contra

uma parede. Ao pedir a chave do quarto na

recepção do hotel, o moço de serviço, que

ele já conhecia bem, olhou-o com um ar

grave e disse-lhe:

- Tem aqui um telegrama urgente,

doutor.

Ele estendeu a mão para o telegrama,

com um presságio de desgraça, como

sempre

têm

os

destinatários

dos

telegramas. Abriu-o e leu:

“PEDRO PARTIU ESPANHA

PARA COMBATER LADO

NACIONALISTAS STOP TUA

MÃE DESESPERADA STOP

FAZES FALTA EM CASA

STOP

AMOR

AMPARO

STOP”

Leu duas vezes. Depois, amarrotou-o e deitou-o para o caixote do lixo, junto ao balcão da recepção. Quis compor uma expressão de indiferença, mas reparou que o outro o olhava sem recuo. Então, sorriu, agarrou na chave do quarto e comentou:

- Acabou-se a festa!

Virou costas, em direcção às escadas, mas arrependeu-se subitamente e voltou atrás:

- Como é seu nome, moço?

- Reginaldo, doutor.

Diogo sorriu: o amigo de Benedita, o que conseguia que ela pudesse entrar no casino do hotel, mesmo sendo mulata, e que assim facilitava os encontros entre ambos.

Quatro dias depois, entregou a Reginaldo uma carta particular e que ele sabia que chegaria ao destino. Era dirigida

a Benedita, continha um cheque de quinhentos dólares para a casa no campo e um curto bilhete jurando que voltaria tão logo possível e pedindo-lhe que, caso mudasse de endereço, deixasse o novo na recepção do hotel. Depois saldou a conta, entregou as malas a “seu Aguinaldo, que se plantava à porta com o Chevrolet da Atlântica, voltou-se para trás uma última vez para ver a fachada do Palace, e partiu direito ao porto, onde o esperava um camarote na 1ª classe do Alcântara, rumo a Lisboa. Tinha chegado ao Brasil pelo ar, agora regressava pelo mar. Doze dias de viagem, em vez dos quatro dias que demorara o voo de balão. “Melhor assim”, pensou ele: tinha mais tempo para se preparar para o regresso.

XV

Os relâmpagos saindo da boca dos

canhões eram quase as únicas luzes que iluminavam aquela noite escura e ventosa. Atrás deles e à distância, havia também as luzes de Aranjuez e, mais a poente, um incêndio subia nos céus indicando algum pueblo ou construção grande em chamas. De resto, para os lados e para a frente, havia só a escuridão total - a espaços e sem aviso, rompida por uma língua de fogo que saía da boca de um canhão, seguida, instantes depois, pelo ribombar surdo e terrível do disparo. Estariam uns quinhentos metros à frente deles - uma bateria de canhões Vickers de 105 mm, que se supunha representar a linha avançada do 5º Regimento da Milícia

Republicana, do general Líster, o mais competente e afamado comandante dos republicanos envolvido na defesa de Madrid. Felizmente, nas trevas reinantes, o oficial que :omandava a artilharia tinha fixado a alça alta de mais e os tiros sobrevoavam a posição onde eles estavam, indo terrar algumas centenas de metros atrás. Ou então, estariam fixados noutra posição das tropas nacionalistas, “ais recuada, e que Pedro não conseguia ver.

O pelotão que Pedro comandava fazia parte do destacamento da Legião Estrangeira Espanhola, integrada no Exército de África, sob o comando do coronel Yagiie. Haviam saído de Sevilha

na última semana de Julho e, após a ocupação de Mérida e Badajoz, dividiram-se em três colunas, que foram tomando pelo caminho Navalcar-nero, Toledo e Torrejón, antes de se reagruparem nas imediações de Madrid. Aí, juntaram-se às tropas coloniais do coronel Varela e aos dez mil homens da coluna do general Mola, reunindo tropas do Exército regular, milícias da Falange e os tão temidos requetés carlistas. Tudo sob o comando supremo do general Francisco Franco, recém-de-signado “caudilho” dessa vasta coligação que juntava toda a direita espanhola:
monárquicos,
católicos,
fascistas, nacionalistas, latifundiários e o celebrado Exército de África, em cujo comando Franco iniciara o levantamento militar de 18 de Julho, para depois

atravessar com ele o estreito de Gibraltar e dar início à Guerra Civil. Para trás tinham ficado três semanas de avanço contínuo, organizado e eficiente. É verdade que, devido à necessidade de eliminar bolsas de resistência encontradas pelo caminho e a algumas pausas e indefinições, que se murmurava serem causadas por rivalidades entre o comando, não fora possível a entrada triunfal em Madrid planeada para 12 de Outubro, o “Dia da Raça”. Mola já não poderia cumprir a promessa feita aos jornalistas que acompanhavam o Exército Nacionalista de tomar um café na Gran Via nesse 12 de Outubro, mas o moral mantinha-se elevado. As comunicações funcionavam, o abastecimento e a logística das tropas estavam

assegurados
regularmente e eles continuavam a avançar
sempre para norte, com o inimigo
recuando à sua frente, e agora já não tendo
que enfrentar terrível calor das primeiras
semanas de guerra, em pleno Verão
andaluz.
Aliás,
começara
a
chover
abundantemente três dias antes e, depois
de ter soterrado o pó e secado a terra, a
chuva começava já a formar as primeiras
poças
de
lama
em
muitos
locais

atravessados. Agora, por exemplo, chovia pesadamente sobre o precário abrigo onde Pedro se instalara para passar a noite ao relento. Recebera ordens precisas do seu comandante de companhia para avançar com o pelotão até determinada zona, escolher uma posição abrigada, cavar trincheiras e esperar pelo desencadear das operações na manhã seguinte.

- Temos informações dos nossos observadores de que os rojos estavam a movimentar canhões aí à frente, junto ao pueblo. Mande os seus homens cavar trincheiras, não vão esses cabrões começar a despejar obuses durante a noite.

Ele bem tentara fazer cumprir a ordem, mas os oito homens que lhe restavam do pelotão deitaram-se por terra, exaustos, mal ele deu sinal de parar para a noite, e não teve coragem de os obrigar a

levantar e cavar trincheiras. Nenhum deles,

aliás,

tinha

ainda

enfrentado

um

bombardeamento de artilharia e a hipótese

parecia-lhes a todos uma abstracção.

Agora, embora os disparos dos Vickers

lhes passassem suficientemente por cima,

até Pedro - que se limitara a cavar para si

dois palmos de trincheira, tentando em vão

dar o exemplo - se arrependia de não ter

Seguido o conselho do seu capitão. E

cosia-se àquela terra bolhada de lama fria,

de cada vez que um relâmpago, saído da

escuridão à sua frente, prenunciava novo

disparo e ele antecipava o estremecimento da terra debaixo do seu corpo e o silvo

sinistro do obus a sobrevoá-lo para se ir

abater nas suas costas, duzentos ou trezentos metros atrás deles, aterrando com um som cavo e profundo de ódio e devastação. Sim, ódio: porque aquela era, sobretudo, uma guerra de ódio. Não era uma guerra por território,] por água, por ouro, pela Pátria contra um invasor, uma guerra de conquista ou de defesa. Era uma guerra unicamente motivada pelo ódio.

Mas agora não queria pensar nisso. Queria apenas descansar e não pensar em nada. Sentado com as costas apoiadas na sua pequena vala que fazia as vezes de trincheira e as pernas saindo para fora, olhava o céu em busca de estrelas que não havia. Pousou a sua Mauser de 9 mm delicadamente ao lado, estendeu a capa de oleado,

uma

espécie

de

gabardina

rudimentar, sobre a cabeça, e, metendo a mão ao bolso das calças, sacou um lenço sujo que desenrolou, tirando lá de dentro meio chouriço e um quarto de pão de centeio, já meio ressequido, parte da ração distribuída de manhã. Depois, tirou do outro bolso o seu inseparável canivete de alentejano e pôs-se a cortar rodelas de chouriço acompanhadas de pedaços de pão: o seu jantar dessa noite. Rodou a cabeça para o lado e, na sombra da noite, viu Gaston, um basco francês, que também estava ocupado a tratar do seu jantar.

- Ei, Gaston, dá-me aí uma rodada de vinho!

O outro atirou-lhe a botija de vinho novo respondendo:

- Pour une cigarette!

Sentiu o vinho escorrer-lhe pela garganta, com um prazer inesperado. Acabou a sua ração de pão e chouriço e bebeu nova golfada profunda. Depois, assobiou para Gaston, atirou-lhe de volta a botija e, a seguir, procurando no bolso da camisa, descobriu um pacote amarfanhado de cigarros. Contou-os: eram cinco. Retirou três para si e atirou o maço com os restantes para o francês. Acendeu um dos seus, inspirou o fumo até aos pulmões, sentiu-se a aquecer por dentro, e de novo olhou para cima em busca de invisíveis estrelas. Em vez disso, mais um clarão à sua frente indicou novo disparo de canhão, veio o estrondo logo depois, sentiu o silvo do obus mais próximo desta vez e o impacto deu-se a menos de duzentos metros da sua posição. Ao seu lado,

Gaston puxou do isqueiro e acendeu o seu cigarro, indiferente às precauções que lhes

tinham ensinado na breve recruta, antes de

se alistarem. Deitou-se também de costas a

contemplar o céu, e exclamou, como se

estivesse a ver alguma coisa que escapara

a Pedro:

- *Ça fait beau comme ça, quand*

même! Chovia agora intensamente, uma

chuva

pesada,

inclemente.

Até

os

artilheiros inimigos pareciam ter desistido

de os bombardear. Pedro deitou-se de lado

na sua escassa trincheira, meteu o lenço no

chão a fazer de almofada e pousou nele a

cabeça, puxando para cima do corpo o

oleado.

Grossas

pingas

de

chuva

escorriam-lhe para o peito ou para os

braços, e as pernas, a descoberto, já

estavam a ncar ensopadas. Lembrou-se da

lareira acesa da salinha da mae em

Valmonte, do calor do lume a aquecer-lhe as pernas, quando se punha de costas junto

ao fogo. Depois recuou ainda mais nas

suas memórias e veio-lhe a recordação

física da mãe a aconchegar-lhe os lençóis

ao corpo Quando ele era apenas um

rapazinho e se tinha ido deitar, à espera de

um beijo de boas-noites. Lembrou-se de

como gostava de puxar os lençóis todos

para cima da cabeça, quando a mãe saía,

porque assim se sentia ao abrigo dos

bichos e de toda a espécie de perigos. E,

tal como então, adormeceu sem medo.

A Guerra Civil de Espanha tinha começado a ser preparada por ambos os lados praticamente no dia seguinte às eleições gerais de Fevereiro desse ano, que haviam apeado a direita do poder e dado a vitória à vasta coligação da Frente Popular, reunindo desde republicanos liberais a anarquistas. Dez milhões de espanhóis tinham votado e a esquerda ganhara por apenas 150000 votos. Rapidamente, os dois blocos opostos extremaram-se e deixou de haver lugar para uma solução ao centro ou até para uma solução pacífica. A direita não estava disposta a um exílio parlamentar na oposição e passou de imediato a tentar seduzir os generais para um pronunciamento militar. A esquerda, sobretudo as confederações sindicais socialistas, comunistas e os anarquistas da

CNT - os mais numerosos e poderosos -

trataram logo de dar início a greves

constantes, ocupação de terras e exigência

de armas ao governo recém-constituído

pela ala moderada dos vencedores das

urnas. Nas ruas, as milícias da Falange e as

dos anarquistas enfrentavam-se todos os

dias com mortos e feridos, e os

assassinatos políticos e ataques à bomba

eram constantes. José António Primo de Rivera, jovem aristocrata filho do antigo

ditador dos últimos anos da Monarquia e

fundador da Falange, escrevia ao general

Franco,

chefe

do

Estado-Maior,

recordando-lhe que, como havia dito

Spengler, “em última análise, a civilização

tem sido sempre salva por um pelotão de

soldados". A ideia de "cruzada" santa contra os novos bárbaros representados pelos "vermelhos" tocara a reunir em toda a direita espanhola, como sempre intimamente ligada à Igreja Católica, com excepção da do País Basco. No lado oposto, pontificava o socialista de esquerda Largo Caballero, um político populista e demagogo, que haveria de fazer o papel de "inocente útil" na infiltração do Partido Comunista, então ainda incipiente, no poderoso Partido

Socialista, para mais tarde o subjugar. “A revolução a que aspiramos - dizia ele, sem medir as palavras - só terá sucesso através da violência.” Os generais da direita iriam fazer-lhe a vontade, sem que tivesse de esperar muito.

A partir do início do Verão, a conspiração militar, em sintonia com as milícias civis de direita, estava montada. Fora organizada pelo general Mola e incluía num dos principais papéis Franco, que o governo republicano afastara para as Baleares. Mas Mola fora enviado para Pamplona, bastião dos carlistas, onde estes logo lhe puseram à disposição, para o momento adequado, uma tropa de 7000 voluntários dos tão falados requetés - fanáticos católicos, ansiosos por morrer e matar em nome de Deus. O posto de chefe do levantamento, uma vez este anunciado,

ficou confiado ao general Sanjurjo, então
no seu exílio em Portugal, e que assim receberia
segunda
oportunidade
de
derrubar
militarmente
um
governo
legitimamente constituído.
Graças aos seus amigos espanhóis
que o visitavam em Valmonte e que eram
membros secretos da Falange, Pedro
conseguiu uma entrevista com o general
Sanjurjo, na sua residência do Estoril,
perto de Lisboa - um dos refúgios
preferidos de todos os conspiradores de
direita caídos em desgraça nos seus países
de origem. O general, que era tão baixo
quanto fanfarrão (fazia-se tratar pelos seus

íntimos como “O Leão do Rif”), começou
por receber quase de forma desdenhosa o
pedido de Pedro para que o recomendasse
ao general Mola, a fim de ser integrado
como combatente nas forças revoltosas,
assim que soasse o primeiro tiro da guerra
civil. Disse-lhe que esmagar a “canalha vermelha” espanhola era tarefa dos
próprios espanhóis. “Dos verdadeiros,
entenda-se: dos que temem a Deus, amam
a Pátria e a família e estão dispostos a dar
a vida pela unidade e honra de toda a
Espanha.” Mas Pedro insistiu, recordou ao
general que era neto de avó espanhola e
que em Espanha o seu nome era Pedro
Ribera - tão espanhol como qualquer outro
genuíno. Depois intercedeu por ele o seu
amigo falangista que o acompanhara até ao
Estoril, e finalmente o indigitado chefe da
revolta iminente dis-pôs-se a condescender

e prometeu escrever pessoalmente ao

general Mola a recomendá-lo. Prometeu e

cumpriu.

Quando Mola enviou ao Exército de

África, em Marrocos, a senha para o

levantamento (“Covadonga”), fixan-do-o

para as cinco horas da madrugada de 18 de Julho, Pedro não foi apanhado de surpresa

no dia seguinte de manhã, assim que

escutou as primeiras notícias na Emissora

Nacional: uma semana antes recebera dos

seus amigos da Falange um telegrama

codificado contendo uma mensagem que

ele sabia interpretar:

“VAMOS ESTAR SEVILHA

POR VOLTA DIA 19 STOP

ESPERAMOS-TE ATÉ FIM

DO MÊS STOP”

A referência ao dia 19 significava, de

facto, que o levantamento em Marrocos

seria a 18, pois que o plano do “Director”, nome de código de Mola, previa que o levantamento no continente ocorresse no dia seguinte ao do Exército de África.

Sevilha, por sua vez, era o local que lhe fora destinado para se apresentar ao serviço das forças do general Queipo de Llano, assim que a cidade estivesse na mão dos nacionalistas. Sevilha, a cidade natal dos seus avós, era onde ele se apresentaria para honrar o que de sangue espanhol lhe corria nas veias e onde, enfim, a sua longa espera por um terreno de batalha em que se pudesse bater pelas suas ideias estaria ao seu dispor.

Na verdade, os acontecimentos precipitaram-se na tarde do dia 17, quando os planos para o levantamento dessa madrugada caíram

nas

mãos

do

governador

de

Melilla,

o

general

Romerales, fiel à República. Enquanto o

general hesitava no que devia fazer, o seu

subordinado, o coronel Segui, destituiu-o e

fuzilou-o, assim como ao comandante

militar e a todas as guarnições que

opuseram resistência ao golpe. Entre os que foram imediatamente passados pelas

armas em Melilla - no que viria a ser a

imagem de marca de ambos os lados nas

semanas e meses seguintes - estava um

certo major De la Puente Bahamonde,

primo direito de Franco, executado com 3

demais

resistentes

após

autorização

expressa do próprio Franco. Nessa mesma

noite, o Marrocos espanhol estava

inteiramente conquistado para os rebeldes

e, no dia eguinte, vindo das Baleares, o

general Francisco Franco

Bahamonde

tomava

posse

do

comando do Exército de África, que ele

bem conhecia e a que devia a sua

fulgurante ascensão militar.

Quando a guerra rebentou, todo o

Exército do continente, os “regulares”, não

contava com mais de 60 000 homens, mal armados, indisciplinados, sem treino de

tiro nem de campanha: uma tropa de opereta, utilizada basicamente no serviço doméstico dos oficiais de carreira, e que a seguir iria tomar partido ou pelo governo legítimo da República ou pelos revoltosos nacionalistas, conforme as circunstâncias, as oportunidades, o medo ou as raras convicções reinantes. Em contrapartida, o Exército de África reunia 30 000 homens bem armados e testados em combate e dentro do qual se destacava a Legião Estrangeira - formada, à semelhança da francesa, com cadastrados e rufias sem nada a perder, mas, ao contrário daquela, quase exclusivamente integrada por espanhóis. Integravam ainda as tropas de África

os

temíveis

“mouros”,

os

combatentes

tribais

marroquinos

comandados por oficiais espanhóis e

especialistas no combate com arma branca e na progressão de acordo com o terreno -

ao contrário dos “regulares”, que era

suposto atacarem de peito feito e em

campo aberto para honrarem as suas

tradições de bravura.

Em Sevilha, aonde chegara apenas

na tarde do dia 17, Queipo de Llano não

tinha

previamente

quaisquer

tropas

dispostas a segui-lo no levantamento que vinha comandar. Ele próprio, aliás, era dado como um general fiel ao governo e foi guardando o segredo até ao último instante que se ofereceu para a tomada de Sevilha - estratégica para apoiar o desembarque do Exército de África no Sul da Andaluzia.

Na manhã do dia 18, apenas acompanhado por quatro oficiais da sua confiança, dirigiu-se sem aviso ao gabinete do comandante militar da cidade e prendeu-o. Depois, fez o mesmo com o comandante do Regimento de Infantaria, substituindo-o pelo único oficial que se voluntariou para o fazer. Saiu então para a rua com apenas 300 homens, incluindo um destacamento da Falange que chegara entretanto para apoiar o levantamento, e foi exigir a rendição do Quartel de

Artilharia da cidade, com a promessa de poupar a vida aos defensores: assim que se renderam, fuzilou-os a todos. A seguir, submeteu a Polícia e obteve, por arrasto, a rendição da Guarda Civil. Enfim, tomou a rádio e o aeroporto, e à noite era senhor de Sevilha, passando às “operações de limpeza”, com base nos registos secretos dos sindicalistas e dirigentes locais de esquerda que o comandante da Polícia lhe tinha confiado, antes de ser executado e contra a promessa de que a viúva receberia uma pensão de sobrevivência.

Por toda a Espanha os levantamentos militares coordenados sucediam-se, nuns casos com sucesso, noutros fracassados. Em muitas cidades, os sucessos dos nacionalistas ficaram a dever-se ou à audácia de que Queipo de Llano dera o exemplo em Sevilha, ou à hesitação dos

governadores locais, nomeados pelos
republicanos, em armar os trabalhadores
que lhes vinham exigir condições para
resistir. Quando isso sucedia, como em
Barcelona, onde os sindicalistas e os
anarquistas, sob o comando de Durruti,
tomaram a iniciativa de assaltar os quartéis
Para se aprovisionarem ao tornar-se claro
que estava em marcha um golpe militar da
direita, a resistência tenaz das milícias de
esquerda foi capaz de derrotar as forças
comandadas pelos oficiais de carreira aderentes ao golpe,
As notícias dos
primeiros fuzilamentos atravessaram toda
a Espanha e em breve ninguém, em
qualquer dos lados, tinha mão nos
fuzilamentos sumários a que os vencedores
se dedicavam logo após obtida a rendição
dos vencidos. Um ódio sinistro, acumulado
ao longo de uma década de tensões

políticas e de campos extremados, vinha ao de cima subitamente, manchando a Espanha toda de um sangue espesso de mortandade fratricida, transformando em simples bestas desumanas os que ontem ainda viviam como vizinhos. Franco declarara que, se fosse necessário, estavam dispostos a matar metade da Espanha - e essa metade, que ele não se importaria de matar, não pensava diferente.

Alguém, todavia, faltou ao festim da morte. Precisamente o indigitado chefe militar do levantamento, o general Sanjurjo. Logo no dia 20, um oficial aviador monárquico dos carlistas tinha-o vindo buscar ao Estoril para o levar a Burgos, onde os nacionalistas tinham instalado a sua Junta de Burgos, designada como comando supremo de Espanha. O general monárquico era a grande esperança

dos carlistas na conquista da chefia do movimento revoltoso, assustados que estavam com comandantes como Queipo de Llano, republicano e maçon, ou Mola, que mandara arriar bandeiras monárquicas hasteadas em Pamplona. Nessa tarde, no rudimentar aeródromo da Quinta da Marinha, ao lado de Cascais, o pequeno grande general despediu-se teatralmente da família, antes de embarcar no avião que lhe fora enviado e levantar voo a caminho da glória e do comando de todas as Espanhas. E, embora os carlistas tenham depois sustentado a tese de sabotagem do avião, os que assistiram à partida contaram antes que foi a vaidade desmedida do general, carregando consigo um estendal de malas cheias dos uniformes que iria desfilar em Espanha, que fez com que o pequeno avião, com excesso de peso na

descolagem, não fosse mais longe do que as árvores no fim da pista, despenhan-do-se em chamas nas quais se consumiram para sempre os sonhos de glória do “Leão do Rif” e, pelo contrário, se alimentaram inesperadamente as então murmuradas altas ambições do general Francisco Franco.

Enquanto os sucessos militares por toda a Espanha se inclinavam para um ou outro lado, sem desfecho ainda claro, duas coisas se tornaram de imediato evidentes: que o que era para ser um levantamento militar esmagador e rápido estava longe disso e, pelo contrário, a situação parecia descambar para uma guerra civil,

prolongada e incerta; e que, a menos que rapidamente se encontrasse maneira de desembarcar no continente os 30000 homens do Exército de África, o destino da rebelião nacionalista estava em maus lençóis. Para transportar essa tropa decisiva, os generais do Exército revoltosos tinham contado a partida com a adesão dos oficiais da Armada, de que o grosso dos navios, não por acaso, estava em manobras no estreito de Gibraltar, no início da segunda quinzena de Julho. As previsões estavam certas, visto que, por longa e frutífera tradição, os oficiais da Marinha de Guerra espanhola eram conservadores,

monárquicos,
tradicionalistas e uma casta de elite autodesignada dentro das Forças Armadas. Mas, se os oficiais aderiram praticamente todos ao golpe, a sua ancestral atitude elitista face ao convés eye consequências adequadas: eles aderiram, os marinheiros não; eles ordenaram e os marinheiros prenderam-nos. De todos os navios da Armada presentes na zona, apenas um cruzador foi capaz de fazer uma só viagem de transporte de tropas, antes que ele próprio caísse nas mãos dos marujos, dedicados à República.

Mas Franco havia previsto a situação: semanas antes, um seu emissário fora a Berlim ter com Hitler, a Roma ter com Mussolini, e a Lisboa ter com Salazar. Hitler disponibilizou de imediato todo o apoio solicitado e o mesmo fez Mussolini,

embora com algumas exigências, para

satisfazer a vaidade italiana. Quanto a

Salazar, aceitou fazer o papel de cúmplice ou instrumento da ajuda alemã, desde que

o facto ficasse prudentemente na sombra.

Ainda os três países fascistas se sentavam

à mesa com a França e a Inglaterra para

discutirem a “neutralidade” comum face

aos

acontecimentos

que

se

tinham

despoletado em Espanha, e já os primeiros

aviões Junkers enviados por Hitler

chegavam a Marrocos, com trânsito por

Portugal, para transportar o Exército de

Franco rumo à guerra. E, enquanto Salazar

fazia judiciosos e florentinos discursos à

nação portuguesa, explicando que não

estava de modo algum envolvido no apoio aos revoltosos espanhóis, já estes tratavam Portugal carinhosamente como “a praia de Espanha”. Não desejando ficar atrás, Mussolini enviou doze aviões Savoia, tripulados por “heróicos aviadores fascistas” italianos. Mas a coisa não começou bem: dos doze, três caíram ao mar durante o voo e um foi obrigado a aterrar de emergência em Argel. Os que chegaram ao destino foram imediatamente aproveitados por Franco, juntando-se aos Junkers alemães e a mais alguns aviões espanhóis na que viria a ser a primeira “ponte aérea” militar da história das guerras. Enquanto em pleno Estreito, dois couraçados alemães impediam pela sua

presença, que a Marinha espanhola ao serviço da República atacasse os barcos de ocasião que ajudavam a transportar as tropas, e a Royal Navy, instalada no rochedo de Gibraltar, fornecia a Franco ligações telefónicas seguras e apoio logístico precioso. E deste modo o Exército de África desembarcou no continente, para começar a segunda "Reconquista" da história de Espanha.

Em Londres, o secretário do Foreign Office, Anthony Éden, continuava acima de tudo obcecado com o perigo da exportação mundial do comunismo, a partir de Moscovo. Foi assim que Éden apoiou a ditadura de direita de Salazar em Portugal e foi assim que apoiou a de Getúlio Vargas no Brasil. E foi assim que impôs à França -onde, todavia governava a Frente Popular de esquerda, de Léon Blum

- a política dita de “neutralidade” absoluta face à Guerra Civil que tinha rebentado em Espanha. Na verdade e à luz do que já se sabia do engajamento sem reservas de Hitler, Mussolini e Salazar ao lado de Franco e dos generais revoltosos espanhóis, a neutralidade anglo-francesa degeneraria, na prática, na desigualdade de meios entre os dois campos em confronto em Espanha. Enquanto a Luftwaffe de Hitler e a Força Aérea e Mussolini ajudavam o Exército de África a atravessar o estreito de Gibraltar e os seus aviões inauguravam uma nova forma de terror bélico - o bombardeamento aéreo das populações civis -, a República espanhola

tinha apegas para lhes opor o simbólico apoio em material militar o México e um Exército composto maioritariamente por camponeses, operários e sindicalistas, cujas armas mais abundantes eram... caçadeiras.

Mas a política oficial dita de “não intervenção” decretada pelas democracias ocidentais e aprovada na Sociedade das Nações iria ter um outro efeito, esse contrariando o que Éden afinal mais temia: a entrada em cena da URSS de José Estaline. De início, o ditador comunista não parecia muito inclinado a envolver-se no conflito espanhol, mas a enorme pressão exercida pelo Komintern acabou por forçá-lo a mudar de política. Depois de duas décadas a

pregar
o
“internacionalismo
proletário”,
os
comunistas de todas as partes do mundo
não conseguiam compreender como é que
a “Pátria do Socialismo” poderia assistir
de braços cruzados a um conflito onde um
povo em armas pela Revolução Socialista
enfrentava uma coligação de todas as
direitas, apoiada por Hitler e Mussolini.
A ajuda militar soviética chegou
mesmo a tempo de ser imediatamente
utilizada na batalha pela defesa de Madrid,
cujo assalto fora lançado em finais de
Outubro
pelas
tropas
nacionalistas,

convergindo do Sul. Conquistar Madrid - que a esquerda prometia vir a ser “a sepultura do fascismo” - significaria o rápido final da guerra, com o triunfo da direita. Mas, quando os bombardeiros Heinkel alemães e os caças italianos Fiat começaram a sobrevoar Madrid, foram inesperadamente interceptados nos céus da capital pelos caças soviéticos Ilyushin IS (“Chato”) ou os monoplanos Ilyushin 16 (“Rata”) e, para delírio das multidões concentradas nas ruas a observar os confrontos aéreos, os pilotos russos provaram não ser inferiores. Juntamente com os aviões soviéticos, chegaram também tanques, artilharia de campanha, metralhadoras espingardas de assalto e uma profusão de conselheiros militares, que rapidamente passaram a enquadrar as forças populares e a dar ordens ao próprio

Exército regular que ficara com a

República.

O preço da ajuda “internacionalista”

foi pesado para os não comunistas.

Estaline mandou também altos quadros políticos, colocados junto a cada unidade

combatente e cada ministro do governo;

mandou a sua polícia secreta, a NKVD,

que, mesmo em tempo de guerra e com o

inimigo às portas de Madrid, não se

dispensou de estender a Espanha as suas

purgas contra os trotskistas, os anarquistas

e as demais famílias políticas que na

Rússia de Estaline tinham como destino

único a morte ou a Sibéria. Quando a

guerra rebentara, o Partido Comunista

Espanhol não contava praticamente como

força política na esquerda: tinha apenas

cem mil militantes, 15 deputados nas

Cortes saídas das eleições de Fevereiro

desse ano (entre 237 de toda a esquerda) e nenhuma força sindical. Com o apoio dos conselheiros enviados por Estaline e com as condições políticas impostas ao governo então chefiado por Largo Caballero, o PCE iria em breve tornar-se a força indispensável de toda esquerda e de toda a resistência aos nacionalistas. Para isso, contaram sobretudo três razões: em primeiro lugar, o clássico esquema comunista de infiltrar-unificar-controlar, aplicado aos sindicatos, ao Partido Socialista, ao Governo e às Forças Armadas; depois, a escolha criteriosa do destino do material militar russo, guardado

para as unidades chefiadas por comunistas ou onde estes tivessem o controle da situação, de tal modo Que generais houve que se filiaram no Partido apenas para Que os seus homens dispusessem de armas para se defender; e, enfim, a ideia genial do Komintern, inspirada pelo chefe do PC francês, Maurice Thorez, de criar uma força de voluntários de vários países e matrizes ideológicas para combaterem em Espanha ao lado dos republicanos. As Brigadas Internacionais chegaram a integrar voluntários de cinquenta países diferentes, desde católicos e liberais de direita até comunistas. Durante toda a guerra, passaram pelas suas fileiras 35 000 civis feitos soldados de uma causa, tendo

metade
deles
chegado
a
combater
simultaneamente. Mas o maior efeito das Brigadas Internacionais e o maior êxito da propaganda do Komintern foi conseguir atrair para as suas fileiras ou para o apoio à causa dos republicanos espanhóis a fina flor da intelectualidade e do mundo artístico do seu tempo. A lista dos intelectuais que militaram pela causa da esquerda espanhola era absolutamente impressionante - não havia, praticamente, um escritor, um músico, um pintor, um filósofo prestigiado, um Prémio Nobel, que lá não figurasse - em contraste com o absoluto deserto do espírito que se vivia

nas fileiras nacionalistas. De um lado estava a inteligência do seu tempo, do

outro a cruz da Santa Madre Igreja. De que

lado estaria Cristo, se estivesse em

Espanha naquele ano de 1936?

Mas o preço cobrado por Estaline à

República Espanhola foi ainda mais alto. A

pretexto de que os nacionalistas poderiam

tomar Madrid em qualquer momento, logo

em Setembro, ainda os nacionalistas não

estavam à vista de Madrid, Alexander

Orlov (aliás, Nikolsky), o chefe do NKVD

enviado por Moscovo, convenceu o

ministro das Finanças, Negrín, e o

primeiro-ministro, Largo Caballero, a

enviarem a reserva de ouro do Estado

espanhol (a quarta maior do mundo) para

“um local seguro”. Esse local, que só estes

três homens sabiam onde ficava... era

Moscovo. Aí chegado, após uma audaciosa

operação

montada

por

Orlov,

os

“camaradas” soviéticos fizeram logo saber qual o preço a pagar: dos 800 000 dólares que, a preços de 1936, valiam os lingotes de ouro, 80 000 eram logo debitados pelo transporte para Moscovo, 70 000 pela embalagem e armazenamento, e 170 000 ao ano pela sua guarda nos cofres do Kremlin. O restante era abatido ao preço da “ajuda” enviada. Contas feitas, depois de se ter despojado da maior riqueza do país e sua grande fonte de financiamento para o esforço de guerra, a República espanhola via-se, ao fim de dois anos, já na situação de devedora à URSS de milhões de dólares.

Nas fileiras nacionalistas sabia-se já

há tempos que os ro/05 estavam agora

mais bem armados e dispunham até de

metralhadoras e tanques soviéticos para a

defesa de Madrid. Pedro sabia-o, assim como sabia também da formação das

Brigadas Internacionais e da simpatia que

a causa republicana conseguira granjear

entre toda a intelectualidade do Ocidente.

Lendo os jornais e os panfletos capturados

ao inimigo, pensava como é que era

possível que gente como Malraux, um

liberal, Saint-Exupéry, um aristocrata

católico, ou mesmo Hemingway - um

apaixonado por caça, touros, mulheres e

charutos, enfim, tudo o que caracterizava a

Espanha genuína e tradicional - pudesse

alinhar do mesmo lado onde estavam os

espanhóis que tudo queriam arrasar, cinco

séculos de civilização desde os Reis

Católicos, para marcharem atrás e as

ordens de Estaline e da Internacional

Comunista!

Usando os seus canais previamente

estabelecidos e a cumplicidade da Polícia de Fronteiras de Salazar, Pedro passara

para Espanha logo no dia 22 de Julho,

apresentando-se no Estado-Maior de

Queipo de Llano, em Sevilha, no dia

seguinte.

Decidiram

colocar

aquele

português de poucas falas mas ar resoluto

numa

das

“bandeiras”

da

Legião

Estrangeira

espanhola,

fundada

pelo

general Millán Astray e cujo grito de

guerra era “Viva la muerte!”. Ao oficial de

alistamento que o entrevistou, Pedro

voltou a usar o seu trunfo de neto de avó

espanhola, a que acrescentou os seus

contactos com a Falange e a sua militância

na União Nacional portuguesa. Quando ele

lhe perguntou se falava línguas, respondeu

que falava francês, além do espanhol

fluente em que respondia às perguntas;

quando lhe perguntou se sabia atirar,

respondeu que caçava desde os oito anos.

Aí, o oficial da Legião levantou para ele os seus trespassantes olhos azuis e sorriu:

- Ah, um companheiro de arte! Seja

bem-vindo, sargento Ribera! Mas não

tenhas ilusões: o teu destino é morrer por

Espanha, na luta contra o comunismo.

- Foi para isso que me alistei -

respondeu Pedro teatralmente.

O legionário voltou a olhá-lo, num

misto de troça e indiferença:

- Pois que a Virgem de Macarena te

proteja, português!

Tinha entrado em combate cinco dias

depois, num pelotão chefiado pelo tenente

espanhol Barrionuevo, à cabeça de vinte

homens, dos quais catorze eram espanhóis

e seis eram estrangeiros: um galês com ar tresloucado chamado Brian, um egípcio

que ninguém, nem ele mesmo, saberia

dizer porque estava ali, o basco francês

Gaston, um fascista americano de Chicago,

que constava se teria alistado na Legião

debaixo de cinco acusações de homicídio,

um colombiano que tinha emigrado para

Espanha em busca de trabalho e acabara

alistado à força na Legião, e ele próprio -

provavelmente o primeiro português a

combater

nas

tropas

nacionalistas

espanholas. A 12 de Agosto estavam a

sitiar Badajoz, integrados na força atacante

do coronel Yagúe e tendo perdido pelo

caminho, nas escaramuças dos pueblos,

dois dos espanhóis e o colombiano

deslocado da história.

Até Badajoz, Pedro tinha abatido,

pelo menos, sete combatentes inimigos

confirmados: não sabia ao certo se os tinha morto ou não, mas tinha-os visto cair

debaixo do fogo da sua Mauser. Não

sentira nada de especial com isso: nem

orgulho nem angústia ou remorso. A

justificação para matar, achara-a de há

muito nas suas convicções políticas:

matava para se defender, como todos os

soldados, e para defender o mundo em que

acreditava, os valores que desde sempre o

guiavam - a nação, a terra, a propriedade, a

fé em Deus e na família, a ordem natural

das coisas. A consciência, se lhe pesava,

apaziguava-a à noite, à roda da fogueira,

entre os camaradas de armas, dividindo o

rancho, limpando as armas para matar de

novo no dia seguinte, lembrando-se da

vida deixada para trás, lembrando-se de

Angelina e da sua deserção, lembrando-se

das traições deste mundo e da obrigação

moral de permanecer fiel àquilo que

jamais o trairia - como essas noites iniciais da guerra, em Agosto, contemplando o céu

da Andaluzia, passando o maço de cigarros

de mão em mão e sentindo esse calor

simples dos companheiros de armas.

Quanto ao acto de matar, em si mesmo, era
Simples: matava para não morrer, num
jogo de esquiva e fuga, de emboscada e
espera, no qual era perito. Se havia uma
técnica para aquilo, descobriu que ela era
incrivelmente fácil: não era como caçar
perdizes ou galinholas ou narcejas,
pássaros que voavam e que atravessavam o
seu horizonte de tiro como um cometa, em
busca do céu e do infinito. Não, aquilo era
como matar lebres: calcular a trajectória e
a velocidade a que fugiam acossados pelo
medo, dar o desconto adequado, disparar e
vê-los cair como rastejantes. Quanto maior
era o medo dos rojos, mais fácil era o tiro.
E, assim que caíam, ele via-se a si próprio,
despojado de qualquer emoção, boa ou má, a recarregar instintivamente, pronto para o
próximo.
Em breve, a sua fama de atirador

mortal corria por toda a companhia: “el português” era calmo como o aço frio da sua arma, como a morte silenciosa que infligia aos inimigos. Via-os correr em campo aberto ou exporem-se fora dos seus esconderijos, e, no momento exacto, levantava-se ele próprio do seu abrigo e abatia-os com a tranquilidade de um campeão de tiro aos pratos. No assalto final a Badajoz, o tenente Barrionuevo teve uma morte absurda, afogado na travessia a vau do Guadiana, tropeçando com água pela cintura e deixando-se levar por um pego do rio, antes que alguém conseguisse lançar-lhe mão. Quatro outros homens do pelotão, espanhóis com crimes às costas, tinham morrido simultaneamente num disparo feliz da artilharia inimiga, todos dizimados pelo mesmo obus. E o galês Brian morrera numa luta corpo a

corpo, na brecha aberta no quartel de Menacho, por onde se infiltraram os legionários, e depois de esgotadas as munições da sua arma, avançando de peito firme direito à baioneta calada de um camponês descalço, logo a seguir abatido com um tiro seco de Pedro, disparado com a arma à anca. E, enquanto o grosso das tropas do coronel Yagiie procurava infiltrar-se dentro da cidade através das clareiras abertas nas suas defesas, Pedro conduziu o que restava da força do tenente Barrionuevo pela Puerta de la Trinidad, pela Calle San Juan e por ruas transversais que ele conhecia como as suas mãos das muitas visitas aos touros e às prostitutas de Badajoz.

Foram os primeiros

a

desembocar na praça central, onde aguentaram até à chegada do grosso das

forças atacantes. À noite, enquanto a

Falange e os requetés carlistas andavam de

casa em casa a prender e transportar para a

praça de touros os suspeitos inimigos, ele

era chamado ao comando da Legião, para

se ver atribuído o posto de tenente e a

chefia dos sobreviventes do pelotão que

quatro semanas antes havia saído de

Sevilha.

Felizmente, nessa noite tinham-nos

mandado tomar posição fora da cidade, a

uns cinco quilómetros de distância na

estrada para Madrid. Durante toda a noite

e na manhã do dia seguinte, eles ouviram

as salvas de tiro constantes: mas não eram

de combates, como logo se percebia, eram

salvas de fuzilaria. À tarde começaram a

chegar notícias da cidade ocupada pelos

nacionalistas: mil e quinhentos milicianos republicanos, feridos em combate, feitos

prisioneiros ou capturados nas ruas e

declarados

suspeitos,

tinham

sido

encerrados na praça de touros e Passados

pelas armas. O cheiro a sangue e a

cadáveres em decomposição, sob o sol

infernal de Agosto, invadia a cidade de

Badajoz, e contava-se que as tropas

“mouras” se tuiham entregue livremente

ao saque das casas dos tidos como

republicanos, sob o alto patrocínio do

comando militar, que assim esperava poder

atrair mais voluntários marroquinos para

as suas fileiras, aliciados pelo direito

medieval de saque. Pedro ouvia tudo

aquilo em silêncio, sem fazer comentários

e procurando nem sequer fazer juízos de

valor. Houvera um momento, na véspera,

quando tinham forçado uma das entradas

da cidade e progrediam em direcção ao

centro, em que ele sentira que perdera o domínio de si mesmo e dos homens que

episodicamente comandava: tinha visto

caírem sob as balas mulheres e crianças e

serem executados à passagem os que

levantavam os braços e se rendiam. Uma

espécie de névoa toldava-lhe a visão e o

raciocínio, enquanto ia correndo de

esquina

em

esquina,

carregando

e

disparando, à esquerda e à direita, sobre

tudo o que mexia. Não saberia dizer se

algumas daquelas mulheres e crianças,

alguns daqueles homens de braços ao alto

haviam sido mortos pelo fogo da sua

Mauser. Não sabia dizer ao certo, nem

queria pensar no assunto. Sabia que para

poder estar ali, para ser parte consciente

naquela guerra onde se defrontavam duas

concepções irreconciliáveis de civilização

e valores, era preciso dotar-se de uma

carapaça de bestialidade humana que era o

preço a pagar pelo triunfo de um mundo que, a seus olhos, era mais justo e mais

humano. E sabia também que, do lado

oposto, a crueldade era exactamente

idêntica.

Na

Madrid

ocupada

pela

esquerda, e sobretudo depois que o general

Mola tivera a infeliz ideia de falar na
“quinta coluna” que estaria à espera dentro
da capital para se sublevar contra os
republicanos no momento decisivo, todos
aqueles que, nem que fosse apenas pela
aparência, se tornavam suspeitos de
pertencer à tal imaginada “quinta coluna”,
eram fuzilados, sem mais. Numa só
ocasião, setenta suspeitos nacionalistas
encerrados na Prisão Modelo foram tirados
das celas e passados pelas armas, como
represália a um bombardeamento aéreo.
Mas, mesmo nos momentos de maior
desvario, provocado pela acção e pelo
risco constante da morte, ele não fingia
ignorar que havia uma fronteira: a fronteira entre matar a quente e em
combate ou matar a frio homens
desarmados e de mãos amarradas. É certo
que ele sabia no que se tinha metido, não

esquecia que Franco declarara que, se necessário, matariam metade da Espanha. Mas isso - que, em última análise, poderia até ser legitimado em ambiente de guerra civil e à luz de uma “justiça revolucionária” e excepcional que não se regia pelos padrões normais - ele sentia que era uma questão entre espanhóis, que não respeitava aos estrangeiros combatentes. E, no seu íntimo, rezava para que nenhum oficial lhe desse a ordem tão

temida de executar prisioneiros.

Badajoz ficara para trás, já lá iam

decorridos três meses daquela feroz

guerra. Agora, ei-los às portas de Madrid e

desta vez com um pueblo pela frente, onde os esperavam as tão temidas tropas do

general Líster, treinado em Moscovo.

Aos primeiros alvores da manhã,

Pedro acordou na sua trincheira de lama,

molhado, enregelado e com o corpo todo

ressequido. Às sete da manhã, passou uma

-carrinha da intendência trazendo os

abastecimentos para o dia: água, café, pão,

latas de conserva, um pouco de presunto,

cigarros e munições. Depois de tomar um

pequeno-almoço de combate, foi até ao

comando da companhia receber as

instruções para o ataque à aldeia situada à

frente deles. Deviam avançar pelo flanco

direito, evitando o fogo de artilharia e

limpando as posições de flanco avançadas

do inimigo, a fim de desbravar caminho

para

o

ataque

frontal

das

forças

concentradas no centro. Às dez horas,

puseram-se em marcha, toda a companhia de cerca de sessenta homens, caminhando

devagar, ao abrigo dos desníveis do

terreno, e na mesma altura em que a

artilharia republicana voltava a abrir fogo,

embora menos intenso do que o da

véspera.

Pararam a quinhentos metros da

aldeia, detidos pelo fogo cerrado de uma

metralhadora inimiga que varria o terreno

à frente deles. Dois homens já haviam

caído e jaziam no chão, um deles gemendo intermitentemente com dores. Mas mesmo a tentativa de o ir buscar era um acto de suicídio. Estavam todos agachados atrás de taludes ou cosidos ao chão atrás de pedras. O capitão que comandava a companhia falava pelo rádio, indeciso sobre o que fazer. Finalmente, elevou a voz acima do troar próximo dos canhões e disse:

- Não há apoio aéreo. Temos de silenciar aquela metralhadora, senão não saímos daqui. Só resta atacá-la de frente.

Pedro observou a situação: a metralhadora estava colocada no terraço que era parte do telhado de uma casa, a entrada do pueblo. Com os binóculos pareceu-lhe distinguir quatro homens ao seu serviço, e um deles, o atirador, já tinha demonstrado ser bom. Até percorrerem aqueles quinhentos metros, quinze ou vinte

homens, pelo menos, seriam abatidos e apenas pela metralhadora. Se, mesmo assim, conseguissem progredir até à casa, uma vez lá chegados, o terraço ficava demasiado alto para ser atacado à granada. Era difícil perceber o que poderiam fazer a seguir. De facto, era essencial calar aquela metralhadora. Pegou nos binóculos e olhou outra vez, devagar, inspeccionando as imediações da casa. Até que viu uma hipótese de solução.

- Capitão, está a ver aquela igreja a uns cem metros à direita da casa e ligeiramente atrás? Pedro estendeu os binóculos ao capitão, que olhou.

- Sim, qual é a tua ideia?

- Vou por fora, com três homens, não mais do que isso. Vamos pela direita, onde eles não nos esperam e corremos para a igreja. Uma vez lá dentro, eles ficam a guardar a porta e eu subo à torre.

- E depois?

- Lá de cima devo ter um ângulo de

tiro aberto sobre o terraço onde está a

metralhadora. O meu plano é abatê-los, um

a um.

- Àquela distância?

- Sim, capitão. Acho que consigo.

Talvez consiga...

O capitão olhou para ele, sem grande

fé no que via.

Resmungou qualquer coisa entre

dentes, olhou para o relógio, olhou para o

céu, procurando em vão aviões, e

devolveu-lhe os binóculos.

- Bons binóculos: são teus?

- Hum, trouxe-os comigo.

- Ah... Quanto tempo precisas para

essa operação de tiro olímpico?

- Se tudo correr bem, dentro de meia hora estarei a disparar do alto da torre.

Assim que o meu capitão vir a
metralhadora a calar-se, pode mandar
avançar os homens. Se ela continuar a
disparar, é porque falhámos...
O oficial voltou a consultar o
relógio.
- Podes ir. Escolhe os homens e vai:
já está a contar.
Saíram em corrida, afastando-se
largamente para a direita, contornando um
cabeço que ficava entre eles e a aldeia. No
fim, estavam apenas a cem metros da
entrada da aldeia, que parecia deserta de
gente e de vida. Se havia defesas antes
disso, eles já as tinham contornado,
deixando-as para trás. Pedro espreitou
cautelosamente, escolhendo o melhor caminho até à igreja. Era essencial
conseguirem lá chegar e entrar sem serem
vistos. De outro modo, era uma aldeia

inteira contra eles. Fazendo sinal aos outros para que o seguissem, Pedro caminhou agachado e em silêncio absoluto mais cinquenta metros. Espreitou outra vez: tudo parecia calmo. Havia milicianos emboscados em duas casas à sua esquerda, entre a metralhadora e a igreja, e agora podiam ouvir as suas vozes, conversando. Estavam a cinquenta metros da entrada da aldeia e depois eram mais uns vinte metros até à porta da igreja. Fez-lhes sinal para se deitarem todos e começarem a rastejar, atrás de si: Gaston, o basco francês, “Rubio”, um valenciano feroz mas com um ar franzino, e Al Gamy, o egípcio de poucas falas que cumpria qualquer ordem sem fazer perguntas. Quinze minutos depois, chegaram à primeira casa na sua trajectória de progressão. Encostaram-se à parede do lado oposto àquele onde tinham

visto os republicanos entrincheirados, e ficaram assim breves minutos a recuperar o fôlego. Al Gamy meteu a mão ao bolso e começou a sacar um cigarro, mas Pedro fez-lhe um gesto para ficar quieto. Hesitou um pouco no que fazer então, mas acabou por se decidir a dividir o grupo ao meio, para assim terem mais hipóteses de um dos pares conseguir chegar à porta da igreja. Fez sinal a Gaston para que seguisse com "Rubio" pela esquerda e mandou o egípcio avançar à sua frente pela direita. Começaram a correr ao mesmo tempo, cada parelha deslizando ao longo de uma das paredes laterais da pequena igreja. Quando dobraram a esquina, desembocando no lado da fachada, deram com um rojo de carabina, guardando a porta da igreja. Ele virou-se, começando a levantar a arma na direcção deles,

deixando escapar uma exclamação surda:

- Mas qué...

Não teve tempo de acabar a frase:

em duas passadas, Al Gamy estava em

cima dele, levou-lhe a mão esquerda à

boca, tapando-a, e com a direita fez um

rápido gesto de cima para baixo junto ao

pescoço dele, e o miliciano caiu nos braços

do egípcio, degolado. Pedro passou por

eles e deitou a mão ao fecho da porta, ao

mesmo tempo que Gaston e “Rubio”

apareciam a correr: a porta estava fechada!

Aquilo não estava previsto e, todavia, era

de prever. Mentalmente, Pedro chamou-se

estúpido a si mesmo, enquanto recuava um

passo, olhando para a porta e avaliando se

ela cederia com um encontrão. Não cederia: era madeira maciça, chapeada a

ferro, que deveria estar ali há dois séculos.

Como se lhe tivesse ocorrido o mesmo

ensamento e quisesse também avaliar a consistência da madeira, Gaston bateu na porta com os nós dos dedos: 5 vezes e depois mais uma. E, como nas histórias infantis, a porta começou a abrir-se silenciosamente
na
sombra
interior
distinguiram uma cara que espreitava. Instintivamente, Gaston empurrou a porta com o ombro, entrando de roldão dentro da igreja, tropeçando no padre que espreitava e caindo os dois enrolados no] chão. Nesse instante soou um tiro nas costas deles e Pedro viu “Rubio” cair fulminado, estatelado a seus pés. Entrou também de cabeça, seguido de Al Gamy.
- A chave, padre! Rápido! Um gesto seu e está morto!

Deram três voltas à chave de ferro e levantaram a pesada tranca, colocando-a atravessada na porta. Pedro suspirou fundo: primeira parte da missão cumprida. E, antes que conseguissem arrombar a porta do lado de fora, já ele teria tido tempo de cumprir ou de falhar a segunda.

- Fiquem aqui de guarda ao padre e emboscados para o caso de eles conseguirem entrar. Não confiem nele, lá por ser padre: qualquer coisa suspeita e abatam-no.

Chegou ao alto da torre outra vez sem fôlego e sentou-se no chão à espera que a respiração estabilizasse. Para o que

se iria seguir, até um suspiro podia deitar

tudo a perder. Ouvia agora vozes na rua,

soldados que corriam de um lado para o outro e distinguiu perfeitamente um grito:

- Fascistas! Entraram para dentro da

igreja!

Aos poucos, foi respirando mais

devagar e levantou-se cuidadosamente,

escondido atrás da casa do sino. Tal como

tinha antecipado, dali não o podiam ver da

rua e ele via o terraço onde estava a

metralhadora, em plano mais baixo e para

a sua direita. Não havia obstáculos entre a

sua posição e o ninho da metralhadora

republicana, mas, caramba, como era

longe! Apontou os binóculos e observou o

alvo: eram quatro de roda da metralhadora.

Havia um na posição de atirador, dois

municiadores atrás, e mais um de carabina,

debruçado sobre o muro do terraço.

Nenhum o estava a ver, a nenhum lhe tinha ocorrido, por enquanto, olhar para cima. Resolveu instalar-se por baixo do sino, ficando de pé, com a arma apoiada no parapeito do resguardo do sino. Lá em baixo, os gritos e correrias aumentavam e ele ouviu o ruído de um tractor que se tinha posto em marcha, algumas ruas adiante. Se calhar, vinham derrubar a porta da igreja com o tractor. Tinha de ser rápido!

Tinha cinco balas na Mauser e a primeira tinha de ser para o atirador. Depois, tinha de rearmar rapidamente e atirar ao que estava armado de carabina, pensando que os que estavam agachados atrás do atirador, e aparentemente sem armas ao alcance, demorariam mais tempo a reagir. Apontou, metendo o alvo na mira e quase teve um baque de desespero ao

aperceber-se de como ele ficava ínfimo

visto assim. Olhou à volta, de cabeça levantada: não havia vento algum. Voltou a

meter a arma à cara e constatou que o

artilheiro tinha mudado ligeiramente de

posição. Corrigiu a mira, susteve a

respiração e rezou mentalmente. “Vaya con

Dios!” O tiro partiu e no instante seguinte

estava a puxar a culatra atrás e a rearmar, procurando o segundo alvo. Quando o

segundo tiro soou, Vlu que o artilheiro

tinha tombado para a frente, caído sobre a

metralhadora. O miliciano da carabina

recebeu a bala em pleno peito, quando

estava a virar-se de lado, e foi projectado

por

cima

do

balcão

do

terraço,

desaparecendo da vista de Pedro. Com o coração a bater descompassadamente, procurou um dos outros dois alvos. Um deles tentava retirar o corpo do atirador de cima da metralhadora para a virar na direcção de Pedro: era um alvo mais fácil exposto de corpo inteiro. Mas, no momento em que premiu o gatilho, já sabia que ia falhar: um ligeiro tremor na arma e, àquela distância, foi o suficiente para ele ver um pedaço de cal da parede levantar-se ao lado de onde estava o seu alvo. Eles já tinham reagido, entretanto: haviam conseguido tirar o corpo morto do artilheiro de cima da metralhadora e estavam agora a rodá-la na direcção de Pedro, um deles apontando-o com o dedo. Ele baixou a cabeça sobre a coronha da Mauser, respirando compassadamente, para se tentar reconcentrar. Antes que

voltasse a espreitar pela mira, a primeira rajada da metralhadora inimiga silvava aos seus ouvidos e fazia soar o sino da igreja.

Mas agora ele tinha recuperado a calma.

Inspirou fundo e voltou a meter a Mauser à cara, indiferente à segunda rajada que batera no sino e nos muros à sua volta.

Procurou o alvo - era apenas uma cabeça que emergia por trás da metralhadora.

Impossível, completamente impossível!

Pensou que, pelo menos, valia a pena o seu trabalho de limpar conscienciosamente a arma todos os dias, certifi-car-se de que o gatilho não tinha folga alguma, de que a mira estava acertada ao extremo. Susteve a respiração e viu que o outro desviava ligeiramente a cara da metralhadora para analisar o resultado da sua última rajada, deixando a descoberto o pescoço e uma parte do peito. Foi então que Pedro premiu

o gatilho e, sem nenhuma surpresa, viu cair o terceiro alvo. Sem pensar sequer e ainda sem respirar, apontou ao último, que parecia petrificado e acertou-lhe em cheio no peito, fazendo-o dobrar ao meio e tombar para trás. Então, lentamente, tirou o carregador e foi-o enchendo. Depois, meteu a própria metralhadora em mira e acertou-lhe dois tiros. Em baixo, ouviu o ruído do tractor que tomava balanço e investia contra a porta da igreja. Mas também ouviu, mais longe e à esquerda, os gritos e os disparos da companhia da Legião que investia a campo aberto sobre a aldeia. Deitou-se de costas no chão do terraço e ficou a contemplar o céu, onde algumas nuvens quietas denunciavam a ausência de vento e desenhavam figuras incompreensíveis.

- Agora, cada um trata de si. Cada

grupo, cada pelotão, que trate de se

abastecer. Tomem conta das casas,

obriguem-nos a arranjar comida, arranjem-

se como puderem. A aldeia é nossa,

pagámos um preço muito alto para a

conquistarmos. Sirvam-se à vontade!

O capitão parecia transtornado,

como se tudo lhe fosse indiferente. Metade da companhia - cerca de trinta homens -

tinha tombado, entre mortos e feridos, no

combate que se seguira, rua a rua, esquina

a esquina, homem a homem. Os

sobreviventes tinham gasto o que lhes

restava de energias a sepultar os seus

mortos e a evacuar os feridos. Não havia

prisioneiros,

não

havia

um

único

republicano vivo entre os defensores do

pueblo.

Do pelotão de Pedro, dois espanhóis

tinham morrido no assalto e um fora

arrastado ainda vivo pelos republicanos

para ser fuzilado com um tiro na nuca atrás

do coreto da aldeia. Gaston e Al Gamy

jaziam por terra, junto à Porta da igreja

quando ele descera da torre. A seu lado,

stavam mortos ou agonizavam cinco

milicianos comunistas do Exército de

Líster. O corpo do padre estava tombado de bruços a meio caminho do altar,

surpreendido na fuga por uma bala nas

costas: morrera sem que se tivesse

percebido de que lado estava e se fora por

militância ou por inadvertência que abrira

a porta da igreja aos nacionalistas. Uma

poça de sangue misturado dos vários

mortos cobria o caminho de laje até à

saída. Pedro esforçou-se por chegar até

onde antes havia a porta sem pisar o

sangue, sem tropeçar nos corpos caídos,

sem se fixar naquele quadro sinistro de

morte. Queria caminhar para a luz, lá fora,

queria poder respirar enfim a plenos

pulmões. Então, ouviu uma voz sumida

que chamou baixinho:

- Tenente...

Ele virou-se e viu que o egípcio Al

Gamy, o soldado que nunca falava, estendia para ele um olhar turvo, de animal

agonizante. Aproximou-se e ele fez o gesto

de passar a mão pelo pescoço, como havia

feito com o miliciano republicano à porta

da igreja, meia hora antes. “Mata-me!”,

suplicava o seu olhar. Pedro aproximou-se

e contemplou-o: uma ferida larga rompia-

lhe o estômago, por onde golfavam

pequenos jactos de sangue, à medida que

ele respirava. Parte das tripas e dos

músculos estavam à vista e um bocado de

uma vértebra partida boiava no sangue que

lhe escorria pelo ventre abaixo. Al Gamy

olhava-o fixamente e, quando ele devolveu

o

olhar,

o

egípcio

baixou

imperceptivelmente a cabeça em sinal de

confirmação. Pedro tirou-lhe a espingarda

que ainda segurava nas mãos. Recuou dois

passos, puxou a culatra atrás, visou o

coração e atirou. Viu o corpo estrebuchar e

depois ficar muito quieto. A cabeça descaiu-lhe sobre o peito e ele permaneceu

com os olhos muito abertos, fixados no

infinito, como se procurasse a barca da

Eternidade para embarcar nela e descer o

Nilo.

Do pelotão que saíra de Sevilha há mês e meio, restavam agora quatro espanhóis e o fascista americano de Chicago, chamado Ken. Pedro reuniu-os a todos, meteu-os dentro de um camião abandonado numa rua e que conseguiram pôr a trabalhar, sentou-se ao volante e começou a sair da aldeia, não sabendo porquê nem para onde.

- Aonde vamos, meu tenente?

Porque não ficamos no pueblo, como os outros?

- Porque não gosto do aspecto disto.

É como ficar sentado à mesa depois de uma comezaina.

Pararam três quilómetros adiante, numa casa pobre do que parecia ser uma pequena quinta agrícola. Não havia vivalma à vista: nem gente, nem animais,

nem sequer uma galinha vadiando. Pedro
fez sinal para que rodeassem a casa e
foram avançando de armas em riste,
batendo o estábulo, a capoeira, a cerca dos
porcos:
nada.
Com
um
pontapé,
arrombaram a porta da entrada e
depararam-se com uma cozinha que fazia
também as vezes de sala. Havia um quarto
à esquerda e outro à direita, mais uma
espécie de lavabo, que os legionários
vasculharam num instante. Nada, nenhum
sinal de vida.
- Há-de haver ao menos um raio de um chouriço 'esta merda de casa! -
exclamou Pablo, um asturiano com quase
dois metros de altura, cuja grande obsessão

era comer e matar.

Pedro tinha-se aproximado das

cinzas do lume extinto a lareira. Soprou-as

ao de leve e viu uma chama minús-cula

que nascia lá dentro.

- Ou muito me engano, Pablo, ou

tens razão.

Percorreu atentamente o espaço com

o olhar. Fez sinal aos outros para se

calarem e ficarem quietos e apurou o

ouvido, como se esperasse escutar o

restolhar de um coelho entre as silvas ou o

assobio da narceja antes de levantar voo.

Passado um instante, sorriu e apontou para

uma grande arca de pão, encostada a uma parede.

- Aí! Afastem isso.

Eles afastaram a arca e debruçaram-

se sobre o chão.

- Ah, tenente, encontrámos a

capoeira!

Havia uma minúscula cave escavada debaixo do chão ocultada pela arca. Lá de dentro saiu um casal de velhos, tremendo de pavor, agarrados um ao outro, e uma jovem mãe segurando uma criança de uns dois anos ao colo. Depois, saíram também quatro galinhas mortas, um pão de centeio inteiro e os chouriços de Pablo.

Pedro tinha-se sentado junto à mesa de madeira, no centro da divisão. Olhou a família em pé, à sua frente. A velha chorava baixinho, segura pelos ombros pelo marido. A criança arregalava os olhos, apertada contra o peito da mãe. Ela usava o filho para esconder o seu peito cheio e jovem, mas Pedro não se deixou iludir. Era bonita, de pele e cabelo morenos, pernas altas, ancas largas de fêmea já parida, e uma luz amarela, de desafio, nos olhos negros, que procurava

esconder, contemplando o chão.

- Nomes? - começou Pedro.

O velho apontou para o seu próprio peito:

- Paço. A minha mulher, Maria das Dores. A minha filha, Lucía, e o meu neto, Firmin.

- Rojos!

- Oh, não! - O velho entrelaçou as mãos, como se fosse rezar. A seu lado, a mulher chorava baixinho.

- Ah, não, cabrões de merda! - interveio Pablo. – Se não são rojos, porque se esconderam de nós?

- Não sabíamos quem vinha lá... os republicanos requisitam tudo, a comida, as pessoas. Resolvemos esconder-nos até as coisas ficarem mais calmas.

- Onde está o teu homem? - Pedro dirigia-se, de olhos nos olhos, à jovem

chamada Lucía.

- Está morto.

- Como?

- Os rojos mataram-no, quando ocuparam o pueblo: era sacristão na igreja...

- Ah, sim? E, então, porque não mataram também o padre?

- O padre António é rojo...

Pedro ficou a olhar para ela. Um desejo animal, de macho, crescia-lhe pelo corpo acima. Não via mulher há meses. Mais: desde Angelina. O pensamento fê-lo estremecer de raiva.

- Quer dizer que vocês são católicos?

- Católicos de missa, de comunhão, à antiga - respondeu o velho, antecipando-se à filha.

-Hum, católicos... E não há uma imagem santa nesta casa: um Cristo, uma

Nossa Senhora, nada?

- Tivemos que nos desfazer delas

com medo dos rojos.

- Enterraram-nas?

O velho e a filha entreolharam-se por

breves instantes e foi ela que respondeu:

- Queimámo-las.

- Queimaram as imagens santas? Ela

assentiu, em silêncio.

Pedro

levantou-se,

pondo-se

a

caminhar pela sala. O resto do seu pelotão

aguardava a decisão do chefe. Os quatro espanhóis contemplavam a mulher, não

escondendo o que lhes ia na cabeça. O

americano era Ken olhava a cena com o

mesmo ar trocista de sempre.

- Bom, nós somos soldados e

tivemos um dia violento. Morreram vários

dos nossos companheiros e estamos

cansados e com raiva a quem os matou.

Entendem?

Eles baixaram a cabeça.

- Queremos ser bem tratados, ou

matamo-los a todos. Quero um lume nessa

fogueira e para já. Queremos um jantar

como deve ser, essas galinhas estufadas

com as batatas que vocês devem ter

escondidas mais o vinho escondido.

Queremos os chouriços aassar no lume,

enquanto esperamos pelo jantar. As mulheres vão tratar disso e tu,viejo, vais

para o estábulo com o teu neto e não sais

de lá enquanto não te formos buscar. Vai,

desanda!

Havia doze garrafas de vinho

enterradas e eles já iam na décima. Há

muito tempo que aqueles homens não

tinham uma refeição assim. Há muito tempo que não tinham uma noite tão descansada, debaixo de um tecto, junto a uma lareira, ao abrigo do frio e da chuva, das bombas e dos atiradores furtivos nocturnos. De vez em quando, o pensamento fugia-lhes para os que ainda ontem estavam com eles e hoje tinham caído. Ou ontem, ou na semana anterior. Podiam estar ali agora, e eles estarem mortos. Amanhã podiam eles estar mortos. Uma campa rasa no cemitério local guardaria para sempre as suas juventudes ou as suas ilusões. Numa tabuleta de madeira, escreveriam os seus nomes, a nacionalidade, a data de nascimento se a soubessem, a data da morte e uma inscrição: “Muerto por Espana”. Ao lado ou próximo, poderia estar outro corpo, outros dados biográficos e outra inscrição:

“Muerto por la Libertad”. Quem teria razão, no final de tudo? Os que estivessem vivos, os que escrevessem a história.

O jantar tinha acabado, a velha fora mandada também para o estábulo e Pablo fora enviado para tomar conta deles, antes que entrasse em coma alcoólico, e com instruções para trancar a porta e dormir encostado a ela, do lado de dentro. Lucía lavava os pratos na pia ao lado do fogão a lenha e fingia não escutar a conversa deles.

Pedro tinha acendido um cigarro e deixava o olhar vaguear pelas chamas do lume na lareira, pensando em Gaston, que ainda ontem dividia este momento consigo, pensando na lareira da salinha da mãe em Valmonte, pensando nos seus sobrinhos e na sorte que tinham em não estar no meio de uma guerra, e pensando em Diogo, lá longe, tão longe, onde era Verão e o

imaginava mergulhando no mar de Copacabana e levando uma vida boa e despreocupada. E pensando, como sempre, em Angelina. Imaginando que ela pudesse estar ali, invisível, a observá-lo, a pedir para que ele não fosse morto, a fazer-lhe um novo retrato, de Mauser em punho, o olhar cansado, o sorriso para sempre esquecido.

- Como é, tenente? Como é que fazemos com ela? – A voz bruta de Ken veio acordá-lo dos seus pensamentos.

- Como é? - fez-se despercebido.

Ken apontou com a cabeça para Lucía. Vá lá, tenente, não me diga que ainda não tinha Pensado no problema!

- Bom - interveio um dos espanhóis - , isto, pelas regras, é assim: o nosso tenente serve-se primeiro e depois vamos nós.

- Isso vai demorar a noite inteira.

Proponho outra solução: jogamos ao poker

e quem ganhar tem o exclusivo da noite.

De manhã, serve-se o tenente, se não tiver

ganho a noite, e depois, se houver tempo,

os restantes, incluindo o Pablo. - E,

enquanto falava, Ken já tinha extraído um

baralho de cartas vermelhas e imundas do

bolso e espalhara-as em leque sobre a

mesa.

- Estou de acordo, mas não ao poker, que é jogo de gringo. - Era outro dos

legionários espanhóis que falava. -

Jogamos

à

“vermelhinha”

ou

aos

“montinhos”, que todos percebemos.

- OK, jogamos a qualquer coisa -

assentiu Ken. - De acordo, tenente?

Pedro observou o seu devastado e

bêbado pelotão sentado à mesa. Todos os

olhares estavam fixos nele, menos o de

Lucía, que continuava de costas. No olhar

de todos eles lia-se o mesmo desejo

animal, o mesmo instinto de saque e de

vitória: a lei da guerra. Aquela mulher

soberba, sozinha e indefesa era um despojo

de guerra: isso era indiscutível. Só faltava

assentar nas regras da partilha.

- Bom, companheiros. Temos de

escolher quem é o primeiro, quem é que tem a noite por conta, não é? Proponho

outra maneira de escolher. Uma maneira

de cavalheiros. Que, afinal de contas, é o

que nos distingue dos republicanos.

- E qual é essa maneira de

cavalheiros? - perguntou Ken, inclinando-

se sobre a mesa, na direcção de Pedro.

- É simples: é a nossa Lucía que escolhe.

Fez-se um silêncio à roda da mesa.

Depois, um dos espanhóis disse:

- Seja, ela que escolha. E depressa, para os outros poderem ir dormir.

Pedro era o mais lúcido de todos.

Estava muito calmo, como nessa manhã, na torre do sino da igreja. Chamou-a:

- Lucía: um de nós vai passar a noite contigo, num dos quartos. Podes escolher qual é, ou então escolhemos nós, às cartas.

- Ei, tenente - atalhou o adepto da “vermelhinha” -, não se esqueça que é um para passar a noite e os outros para de manhã!

- Não, ele não se vai esquecer - disse Ken, olhando Pedro fixamente.

- Então quem escolhes para começar a festa, rapariga? - perguntou um

legionário com a cara marcada pelas

bexigas.

Ela voltou-se, encarando-os a todos.

Tinha uma sombra profundamente triste

nos olhos, mas também um ar de doída resignação. Limpou as mãos ao avental,

depois des-piu-o e pousou-o sobre a

bancada, antes de responder.

- Escolho-o a ele. - E apontou com o

dedo na direcção de Pedro.

Quando se viram a sós no quarto, ela

sentou-se num banco de madeira em frente

à cama e ele sentou-se na cama, não

sabendo muito bem por onde começar.

Estava mais embaraçado do que ela, e era

ela a vítima e ele o algoz. Toda a sua vida

sexual fora feita na complacência fácil das

prostitutas de Estremoz ou Badajoz. E aí

as coisas eram simples: ele pagava e elas

faziam, ou melhor, deixavam fazer. Não

havia dúvidas, nem interrogações nem

estados de alma. Alguns homens, pelo que

ele se fora apercebendo, chegavam a tentar

convencer-se de que as pobres raparigas a quem pagavam os queriam por prazer, se

não mesmo por amor. Esses eram os mais

dignos de dó: pagavam por sexo, mas

também pela ilusão de acreditarem, por

uma breve hora, nos seus dotes de

sedutores. Mas isso nunca acontecera

consigo, mesmo antes de Angelina. Ele

sabia distinguir uma coisa da outra e nunca

esperara ter sexo por amor, nem com as

meninas de Badajoz, nem com quaisquer

outras. Angelina, porém, viera pôr em

causa muita da sua arrogância e todas as

suas certezas - não apenas sobre o amor,

mas também sobre o sexo. Porque era livre

e não dependia dele, ela entregava-se

porque queria e quando queria. E ele

aprendeu que o sexo, e não só o amor,

podia ser uma decisão mútua e um prazer

partilhado por dois. Mas, juntamente com

essa lição, aprendera uma outra a que se

julgava imune: a da devastação emocional que uma mulher que se entregava de livre

vontade podia causar a um homem,

quando essa vontade se extinguia.

E agora ali estava, sentado a olhar

para o chão, evitando o olhar de Lucía.

Tinha a seus pés uma mulher jovem e

apetecível e não sabia muito bem como

desfrutá-la. Não era prostituta nem sua

amante por vontade assumida: estava

disposta a entregar-se para salvar a vida do

filho, dos pais, dela própria. E bastava

olhá-la para perceber que uma mulher

assim merecia bem mais e estaria disposta

a dar bem mais, noutras circunstâncias. Ele

tinha o poder nas mãos, iria exercê-lo e

sabia já que, no final, sentir-se-ia vencido

e com vergonha de si. Era bem mais fácil

se a tivesse encontrado num bordel e

tivessem ajustado o preço.

Ela continuava sentada no banco, as mãos entrelaçadas no colo, olhando um

ponto atrás da sua cabeça. Esperava

ordens.

- Bom, começa a despir-te.

Ela levantou-se, sem dizer palavra, e

fez escorregar a saia pelas pernas abaixo.

Depois, desabotoou a camisa, botão a

botão, e pousou-a cuidadosamente sobre a

cómoda a seu lado. Ele olhava, sem ver,

um desejo frio que não começava nem

subia até à cabeça.

- O que tens, sentes-te mal? Tens de

fazer alguma coisa por causa dos outros,

não é? Porque, se não fizeres nada, vais ter

vergonha, vais-te sentir pouco homem?

Pedro pareceu despertar, olhando-a
então, pela primeira vez, com olhos de ver.
Estava
seminua,
de
pé,
exposta,
absolutamente irresistível. Sacudiu a
cabeça, como se quisesse sacudir as suas
próprias hesitações.
- Não, não é nada disso. Não tenho
de dar explicações a ninguém, nem a mim.
É só que... gostaria que as coisas se
passassem de forma diferente...
- Ah! - Ela sorriu. - Se não
vivêssemos
em
guerra,
tudo
seria

diferente! Tu terias respeito por mim, não

entrarias pela casa adentro como um

salteador, nem reclamarias direitos sobre

mim só porque vocês conquistaram o

pueblo, e tudo o que lá havia, eu incluída,

vos passou a Pertencer.

Pedro olhou-a, sem responder.

- Mas ouve. - Ela parecia ter agora o domínio completo da situação. - Vocês

parece que gostam muito de negociar uns

com os outros, pelo menos acerca de mim,

não é?

- Porque dizes isso?

- Porque tenho um negócio a propor-

te. Um negócio que, Deus me perdoe, só a

guerra justifica que proponha. Um negócio

de quem está indefesa perante seis

homensarmados.

- Qual é a proposta?

- A proposta é esta: em lugar de me

teres agora na cama, fria e forçada,

desejando que acabes rapidamente para me

ir lavar e recomeçar amanhã com os teus

companheiros, eu proponho-me entregar-

me a ti como uma mulher se entrega ao marido o melhor que conseguir. Com esta

condição: só tu é que me tocas. Garantes-

me que amanhã não deixas que ninguém

mais me toque.

Pedro fixou-a intensamente, o seu

desejo agora despertol em cada poro da

sua pele, em cada veio do seu corpo.

- Despe o resto! - ordenou,

brandamente.

Ela despiu as cuecas e depois o

soutien, deixando o seu peito exuberante

ficar solto e exposto, ao alcance de um

gesto.

- Aceitas?

- Quem te garante que eu cumpro?

- Tu. Foi por isso que te escolhi.

Porque vi qualquer coisa de diferente em ti, no meio da bestialidade dos homens de hoje.

Ela cumpriu a promessa. Quanto pôde, o melhor que pôde. Se poderia ainda ser melhor, ele não poderia sabê-lo, mas o que tivera, o que ela lhe dera, a forma como se enroscara nele, como colara o seu corpo ao dele, como gemera baixinho enquanto ele entrava dentro dela, tinha sido mais, muito mais do que algum soldado cobrando direitos de guerra poderia esperar. No fim, ele sentou-se contra as costas da cama, exausto, satisfeito, apaziguado e orgulhoso. Ela, pelo contrário, quis sair da cama para se ir vestir, parecia agora tomada por um pudor ou vergonha súbita que antes não mostrara. Mas ele não a deixou sair: estendeu um

braço e puxou-a de volta à cama, e, sem pensar bem no que fazia, deu consigo a

deslizar a mão pelas coxas dela, pela sua

pele macia e lisa, que palpitava ainda ao

seu toque. Ela ficou estática, olhando em

frente. Quis puxar o lençol para cima para

tapar a sua nudez, mas ele só deixou que

se tapasse até à barriga, e assim continuou

a desfrutar da visão magnífica do seu peito

exposto à luz da vela do quarto.

Pedro acendeu um cigarro e soprou a

primeira baforada sobre o corpo nu dela,

ficando a ver os novelos de fumo flutuar

acima dos contornos do seu corpo, como

se fossem desenhá-los, para que ele não se

esquecesse. De repente, ficou deprimido,

como quase sempre lhe acontecia depois

de estar com uma mulher - mesmo com

Angelina. Pensou em Gaston - como é que

ele teria morrido, a defender a porta da

igreja, para lhe dar tempo de, lá em cima, dizimar um a um, os atiradores de serviço

àquela mortífera metralhadora? Teria

mulher, filhos, pais, uma vida para além da

Legião, ou, como tantos outros, ter-se-ia

alistado exactamente porque não tinha vida

nenhuma e ali, pelo menos enquanto se

estava vivo, estava-se vivo? Al Gamy, o

degolador, o homem sem palavras, que, na

nora da agonia, apenas dissera uma

palavra, uma súplica débil - “Tenente!” - e

fizera o gesto de pedir misericórdia Para si

próprio, o mesmo gesto com que

executava sem Misericórdia os inimigos?

Que procurava ele ali, em terras de

Espanha, um egípcio temente ao Profeta,

morrendo ao serviço da Cristandade? Se

ele não tivesse tido a ideia de tomar a

igreja para dali alvejar a metralhadora,

talvez a esta hora eles estivessem ainda

vivos, deitados no seu; lugar ao lado de

Lucía, enchendo-se da vida que jorrava daquele corpo fantástico de fêmea...

Acordou, quando ainda era quase

noite, com o barulho dos canhões que

pareciam mais próximos. Depois de

realizar onde estava, sacudiu Lucía, que

dormia placida-mente, o calor do seu

corpo perfeitamente palpável e próximo. A

lembrança da noite anterior e a visão da

sua nudez meio destapada pelo lençol de

linho espesso deram-lhe uma vontade

intensa de voltar a possuí-la rapidamente.

Mas de fora veio um grito de um dos seus

homens:

- Tenente, chegue aqui, querem falar

consigo!

Lucía também já tinha acordado e

ele disse-lhe que fosse depressa fazer um

café

para
todos.
Vestiu-se
atabalhoadamente num instante e saiu lá para fora, onde o dia nascia envolto numa neblina, que não se percebia se era de nevoeiro ou de fumo. À porta estava um carro do Estado-Maior e um major que o aguardava com um mapa militar estendido sobre o capot do carro. Fez a continência e o outro olhou-o com um ar desconfiado.
- Sabe onde está?
- Mais ou menos - respondeu Pedro.
- Está aqui. - E o oficial apontou
com o dedo um ponto no mapa. - Ao quilómetro 45 da estrada Madrid-Toledo, à saída daquele pueblo que tomámos ontem e que eles já reconquistaram hoje. Os cabrões lançaram uma ofensiva às cinco da manhã, enquanto vocês, pelos vistos,

dormiam que nem porcos. É o 5º Regimento, de Líster, apoiado portanques russos T-26.

- Tanques?

- Sim, tanques! Desbarataram a nossa Cavalaria, do coronel Monasterio, em Sesena, e agora estão ali no pueblo a reorganizarem-se para continuarem nesta direcção. Pegue nos seus homens, sem perder tempo, e dirijam-se para aqui, ao pé desta quinta. - O major voltou a indicar outro ponto no mapa. - Estamos a fazer convergir para aqui todas as forças da Legião para tentar travá-los antes desta ribeira. Rápido, vão!

O major guardou o mapa e entrou no carro, que arrancou a toda a velocidade. Os homens já estavam todos ao seu lado, rodeando-o em silêncio. Do curral, veio um choro de criança, logo abafado pela

voz da avó. Assim que o carro do Estado-

Maior partiu, fez-se silêncio a toda a volta.

Parecia uma manhã pacífica.

- O café está pronto - disse a voz de

Lucía nas suas costas.

Ken, o americano, virou-se para ver

e depois olhou para Pedro.

- Vamos embora depressa, mas antes

o tenente tem um contrato a cumprir. E eu

vou ser o primeiro. De acordo?

Pedro ficou calado, a olhar em

frente.

O americano entrou na casa e ouviu-

se um alvoroço de duas pessoas que se

debatiam, o ruído de uma cadeira a cair, e depois Lucía voltou a aparecer à porta,

agarrada pela cintura pelo americano, que

a tentava arrastar para dentro.

- Pedro! - O grito dela ecoou dentro

da cabeça de Pedro e desceu-lhe pelo

corpo abaixo, abanando-o. Mas e não se virou. Continuava a olhar em frente, como se estivesse longe dali, e agora, apurando os ouvidos, escutava um barulho de motor estranho, um tractor ou qualquer coisa semelhante, que se arrastava na estrada à frente deles, encoberto por um cabeço que tapava a curva.

Estava ainda a olhar fixamente, quando um monstro verde-escuro, rodando pesadamente sobre lagartas, começou a subir a ladeira, emergindo detrás da curva, a uns cento e cinquenta metros de distância, para a direita. Então, ele viu distintamente, mas sem reacção, a estrela vermelha pintada na frente do monstro que se aproximava, e o oficial com o corpo meio saído da torre, que apontava na direcção deles. “Um tanque russo!”, pensou para consigo, esforçando-se por

acreditar no que via. Depois, a torre do canhão rodou devagar, apontando para a casa, ele escutou distintamente uma ordem gritada numa língua desconhecida, e, ainda petrificado, a última coisa que ouviu foi um ruído seco de metal contra metal, um ruído que logo percebeu ser de morte.

De repente, o céu estava por cima da sua cabeça, havia uma poça espessa de sangue debaixo do seu corpo caído, olhou e viu a perna esquerda torcida numa posição absurda e, quando tentou levantar a cabeça para ver melhor, percebeu que estava colado ao chão e que a sua boca engolia a terra, como se quisesse devorá-la. Antes de adormecer.

XVI

Nada era tão fantástico a seus olhos, tão mágico, tão envolvente, como os jantares de Natal em Valmonte. Para Maria

da Glória, aquele era o jantar para o qual tinha trabalhado e planeado sem descanso, a noite pela qual tinha suspirado o ano inteiro, a noite em que tudo o que os separava ficava posto de lado, tudo o que os juntava se reunia. Tinha ali à mesa a sua família toda: a irmã, o cunhado e os dois sobrinhos; os seus dois filhos - Diogo, regressado do Brasil, um pouco ausente, talvez, mas de volta, e Pedro, regressado de Espanha, coxo e diminuído fisicamente para sempre, mais silencioso que nunca, mas vivo e de novo presente; Amparo, ela própria regressada mentalmente do exílio interior em que a ausência de Diogo a mergulhara; e os seus dois netos, Manuel e Assunção, duas crianças saudáveis e felizes, para quem o Natal ainda era uma espécie de caixa mágica de truques e surpresas Por explicar. E havia os amigos

de sempre, também: o dr. uggia, o médico dos Flores, cuja medicina era tão calma e tao condescendente quanto a sua própria maneira de levar a vida: não havia mal algum sem cura, nem cura alguma que resolvesse para sempre um mal; o velho juiz dr. António Sacramento, ainda republicano convicto, os seus velhos casacos roídos até ao fio, os dentes amarelos do tabaco sem fim; Filinto Paz, dono da farmácia local e a sua esposa, D. Conceição, de cara, corpo e alma à banda, como se a vida fosse um invencível plano inclinado; e o sempre eterno padre Júlio, que Deus conservava por alguma razão incompreensível, agora já dobrado o cabo dos oitenta anos, salazarista por dever de ofício e tranquilidade intelectual, pobre carcaça vergada ao ar do tempo, mas, graças a Deus, ainda muito capaz e sempre

disposto a enfardar-se com um bom almoço ou um melhor jantar de Natal de família. Ali estavam eles todos, reunidos à grande mesa de Valmonte: três gerações de gente da casa, catorze sobreviventes de tantos tempos conturbados, símbolos vivos ou semimorimbundos da continuidade das coisas. Feliz Natal! Sim, feliz, feliz Natal!

Se bem que a curiosidade dos convidados fosse verdadeiramente genuína, não havia razão para tal: o menu do jantar de Natal era sempre o mesmo - canja de peru, com os respectivos miúdos, lascas de cenoura e um fundo de arroz; bacalhau cozido com couves galegas e azeite em abundância, e o peru assado no forno a lenha, recheado com azeitonas, picado de carne e vinho do Porto,

acompanhado por batata palha frita. Mas não era um peru qualquer: era um genuíno peru do campo, com alguns doze quilos de carne, alimentado a bolota o ano inteiro e criado à solta pelo monte, de carne rija do muito músculo ganho a fugir da raposa. Depois de saciados com bacalhau e peru, alguns, não todos, ainda acompanhavam o padre Júlio no ataque às sobremesas e doces:
ananás,
queijo
de
velha
amanteigado, rabanadas, sonhos, bolo-rei e siriia. Maria da Glória, que trabalhara na cozinha dias a fio a preparar o jantar com Amparo e a Maria da Cozinha, demorara anos até perceber que a expectativa

nervosa dos convidados não tinha que ver com o facto de eles ignorarem o que seria

a ementa do jantar, mas com a angústia de

se certificarem de que ela não variava

nunca. De modo que o único tema de

conversa que a comida inspirava era a

comparação entre cada Natal. E, aí, o

padre Júlio emergia do seu quase Além

para revelar uma memória infalível no

assunto:

- Dona Maria da Glória, o peru é

excelente, a assadura está no ponto e o

recheio está bem molhado. Mas permita-

me que lhe diga que o de 33 estava melhor

ainda: esse peru estava inesquecível, saía

fumo de dentro dele!

- Ah, padre Júlio! - interrompia o dr.

Sacramento. - E o bacalhau? Vossemecê

viu bem como este bacalhau se lascava?

Reparou bem na salgadura do peixe? E

notou como as couves se deixavam comer até ao talo?

- Então não vi, doutor? Aqui, à mesa dos Ribera Flores de Valmonte, não há ninguém que consiga descrever melhor a história desta cozinha do que eu! Só acho que o peru de 33 sabia a campo como nenhum outro e deitava fumo por dentro...

Sentado na cabeceira oposta à da mãe, no lugar que fora do pai, Diogo seguia as conversas, com um sorriso condescendente, e adorava esses jantares e, em particular, o de Natal.

Grande parte da sua aprendizagem de vida, a melhor quer para fora, quer por dentro.

Parte das suas memórias de infância, enfim, a parte decilVa

da

sua

personalidade havia sido formada ali, à

mesa de Valmonte. Se fechasse os olhos,

quase conseguia escutar outra vez as

discussões de outrora, ouvir a voz do pai,

Manuel

Custódio,

esgrimindo

pela

Monarquia contra a República, pela ordem

e

autoridade

contra

“o

deboche”.

Naturalmente, ele, como filho mais velho,

ocupara o lugar do pai à cabeceira da

mesa, depois da morte dele. Naturalmente,

os que estavam vivos continuavam a vir

para os jantares importantes, a madeira da

mesa estava mais gasta mas era a mesma, a

cozinha de Valmonte continuava a honrar a

sua honrada fama, a mãe continuava a

responder pela cozinha, pelo jantar, pela

continuidade esperada das coisas. Era

assim a regra: se um caía, outro substituía-

o, de Natal em Natal, de geração em

geração. Ele partira pela Europa fora, vira duas Espanhas a limpar armas para se

matarem uma à outra, vira uma França

também ela assombrada por paixões ou

ódios inconciliáveis, a Alemanha aos pés

de

um

desprezível

austríaco

com

problemas psiquiátricos evidentes, voara

sobre os mares e oceanos numa viagem

onde o sonho e a ousadia da ciência se fundiam num impensável desafio aos deuses, desembarcara num país impossível, fora de todas as classificações e experiências, onde descobrira, com uma lucidez quase cruel, que a fronteira entre o juízo e a perdição e uma linha demasiado ténue - o último raio de sol na praia de Ipanema, o último raio de luz no olhar de uma mulata chamada Benedita, antes que a luz crua da manhã a revelasse a seus olhos, antes mesmo de qualquer outro pensamento, como um corpo exuberante e

escuro exposto na brancura dos lençóis de um hotel de luxo, onde morriam> todas as

manhãs, as suas ilusões de sobreviver

incólume às tentações do mundo.

E, por isso, porque tudo é feito de

ilusões felizmente desfeitas, de equívocos

dos sentidos desmanchados aos primeiros

alvores da manhã, agora ele sabia que

estava em casa. Que estava de regresso a

casa, ao lugar que lhe pertencia, na

cabeceira da mesa de Natal de Valmonte.

Depois de terminado o jantar, depois

de cada um ter homenageado Maria da

Glória à sua maneira, depois de terem

passado ao grande salão, onde um imenso

fogo da lareira alentejana fazia brilhar as

bolas de vidro da árvore de Natal, depois

de se terem apagado as velas de cera que

iluminavam o fantástico Presépio que

Maria da Glória fazia todos os anos, com musgo, pedras, água e serradura a simular

caminhos de terra em Belém da Judeia,
depois que as crianças tivessem tido
finalmente ordem para abrir os seus
presentes, pondo fim a uma longa espera
angustiada, depois que os mais velhos
tivessem também desembrulhado alguns
presentes cruéis que lhes eram destinados -
tais como cobertores de lã para os abrigar
desse frio indecente de que os velhos
padecem eternamente, ou fotografias de
tempos distantes e felizes -, depois de tudo
isso, Diogo foi-se retirando, devagar e
discretamente, de toda aquela confusão e
alegria
absurda,
e
refugiou-se
no
escritório, onde também ardia um mais
suave fogo de madeira de sobro.

Manuel veio ter com ele, trazendo os seus presentes Pela mão e o seu inseparável papagaio Brasil ao ombro.

- Pai, pai! Olha o que me deram!

- O quê, filho?

- Uma caixa mágica!

- Uma caixa mágica? O que é isso?

- Isto. - E estendeu-lhe o que parecia ser uma máquina fotográfica de brincadeira. - Espreitas por aqui e vês coisas lindas: um leão na selva, uma montanha cheia de neve, um toureiro na arena, uma praia no mar...

Ele espreitou: um dos fotogramas era a praia de Copacabana, vista do mar, com a areia em primeiro plano e o Cristo do

Corcovado ao fundo. O coração apertou-

se-lhe. Como se tivesse adivinhado o seu pensamento, Manuel perguntou-lhe:

- Pai, como é o Natal no Brasil?

- Não faço ideia, meu querido. Mas

agora é Verão lá. Suponho que esteja toda

a gente na praia.

- Na praia? Então, lá não há frio? -

Não.

- Não se aquecem na lareira?

- Não, querido: nem sequer têm

lareiras em casa.

- Mas nunca há frio no Brasil?

- Não, nunca há frio.

- É sempre Verão?

- No Rio de Janeiro, é. E na maior parte do Brasil, também.

- Que estranho! Nunca há frio!

Pai e filho ficaram em silêncio,

contemplando o lume. Diogo juntou mais

uma acha ao fogo e viu-o espevitar: lenha

boa, seca ao sol, estalando antes de arder, madeira nobre e antiga, despedindo-se da vida antes de se transformar em cinzas.

- Pai, nunca mais vais ao Brasil sem mim, pois não?

Diogo olhou o filho, como se fosse a primeira vez de muitas primeiras vezes que o via. Com ternura, com um amor diferente de todo o amor diferente que conhecia.

- Não, meu querido. Se puder ser, nunca mais vou sem ti.

Ele pareceu ficar feliz e sereno com a resposta. Diogo puxou-o para si e sentou-o ao colo - a ele e ao papagaio Brasil pousado no seu ombro. Sentiu-lhe os ossos das costelas, os ombros magros, a pele de criança, macia e inocente. Passou-lhe os dedos da mão pelos cabelos finos e encostou-lhe a cara ao ombro.

A porta do escritório abriu-se nas

suas costas. Por alguma razão não explicável, ele desejou que fosse Pedro.

Sem virar a cabeça, escutou uma passada firme no soalho de madeira e depois uma passada indecisa: era Pedro. A porta voltou a fechar-se atrás dele e Pedro avançou também para ao pé do lume, sem dizer nada. Diogo olhou o irmão, que parara de pé, junto a eles. Havia uma outra poltrona vazia em frente à lareira e Diogo fez-lhe sinal para que se sentasse. Pedro sentou-se lentamente, sem o olhar, sempre sem dizer nada.

- Manuel, agora vai brincar com os teus presentes, vai! Deixa-me aqui a conversar com o tio Pedro.

Quando ficaram a sós, Diogo acendeu um charuto, molhou a ponta no copo de cognac e estendeu as pernas em direcção ao fogo.

- Então, Pedro, como estás?

- Bem. E tu?

- Eu estou bem.

- Eu também, Diogo.

- Não: eu estou com a minha mulher
e os meus filhos, mas estou bem. Mas tu,
não. Estás sozinho, estás triste, como
qualquer pessoa vê, não falas com
ninguém, nunca te ris,nunca contas nada...

- Estou em casa, Diogo...

- Sim, estamos os dois. E isso chega-
te?

- A ti, chega-te?

- A mim?

- Sim: não preferias estar no Brasil?

Diogo suspirou.

- Pedro, se estou aqui é porque
prefiro estar aqui. Fim de conversa.

- Eu também: se estou aqui, é porque
prefiro estar aqui.

- Não, tu vieste evacuado de

Espanha, ferido.

Diogo tinha-o ido buscar à fronteira

de Elvas, três semanas antes. Um

telefonema “de um amigo espanhol” tinha-

os avisado de que Pedro seria entregue na

fronteira ao meio-dia do dia tal. Tinha sido

ferido em combate, tinha sido tratado,

estava livre de perigo, mas não podia

regressar ao activo. E era tudo o que lhes

tinham dito, nada mais. E, ao meio-dia do

dia tal, Diogo esperara-o do lado português

da fronteira. Pedro tinha aparecido,

desembarcando de um carro com três

milicianos falangistas. Antes de se virar

em direcção a Diogo, ele perfi-lara-se diante dos falangistas, que o saudaram

com uma continência hirta e a seguir o

braço esticado em frente, que ele retribuiu.

Depois, virou-se para Diogo e começou a

caminhar, coxeando da perna esquerda.

Vinha

vestido

com

um

uniforme

vagamente militar, de capote cinzento coçado, divisas de capitão aos ombros e as insígnias de uma qualquer medalha afiveladas no peito. Trazia uma pequena mala na mão e um devastador ar de tristeza estampado na cara e no seu caminhar hesitante. Diogo recebeu-o com um abraço que ele não devolveu nem ao de leve, retirou-lhe a mala da mão para a colocar no banco traseiro do carro, abriu-lhe a porta do lado do passageiro e deixou que ele se instalasse, sem dizer palavra. Só uns quilómetros adiante se atreveu a romper o silêncio:

- Capitão?

- Sim.

- De que unidade?

- Legião Estrangeira.

- E a medalha, é o quê?

- A Ordem de Cristo, da Falange.

- Então, és um herói de guerra?

- Sou um ferido de guerra: para toda a vida.

- A tua perna não tem cura?

- Disseram-me que não: destroçou os tendões.

- E como foi isso?

- Estilhaços de obus de um tanque russo. Perto de Toledo.

- Ah! Acabou-se a guerra!

- Acabou-se a guerra.

E não disseram mais palavra até Estremoz.

Agora, contemplando-o à luz incerta

do fogo, Diogo dava-se conta de como o irmão envelhecera naqueles oito meses em que não o vira. Não era só o seu ar de tristeza e de solidão, que a diminuição física até poderia em parte justificar. Era mais fundo do que isso: um certo cansaço difícil de interpretar, uma caída de ombros, falta de brilho nos olhos, de leveza nos gestos: parecia ter deixado em Espanha o que lhe restava de juventude, de inocência, de gosto pela vida. E tinha só 31 anos.

- Pedro, podemos falar de Espanha?

Pedro acendeu um cigarro, atirando o fósforo para o lume e ficando a observá-lo a arder.

- O que queres saber de Espanha?

- Estive fora: sei pouco. Como é que é a guerra? Pedro encolheu os ombros, como se tivesse acabado de escutar a pergunta mais idiota do mundo.

- Como é que é a guerra? Bem,

Diogo, eu nunca estive noutra guerra e não

sei como são as outras. Esta é sinistra. Isso

posso garantir. Não é como nos filmes: não

há cavalheiros nem heróis puros. Não há misericórdia nem contemplações. A maior

parte das vezes, nem há prisioneiros - de

um lado e do outro, para te dizer a verdade

toda.

- Fuzilam-nos?

Pedro olhou o irmão nos olhos.

- Fuzilam. Outras vezes, degolam.

Outras, tortura-se até à morte.

- Tu também?

-

Eu

tive

sorte:

nunca

me

convocaram
para
um
pelotão
de
fuzilamento, não tive tempo para isso.
- E se te tivessem chamado? Pedro
sorriu. Um sorriso triste.
- Se me tivessem chamado, eu teria ido, Diogo.
- Não posso acreditar: tu terias ido
matar a sangue-frio homens cujo único
crime era não terem as mesmas ideias que
tu e que esse tresloucado do Franco e dos
seus generais de opereta?
- Teria ido. Assim como eles, os
vermelhos, me teriam fuzilado a mim, pelo
mesmo crime de ter ideias diferentes e de
ter pegado em armas para as defender.
Uma guerracivil é isso: ou não se vai ou,
quando se vai, já se sabe ao que se vai.

- Estavas em Badajoz quando os teus

nacionalistas fuzilaram aquela gente toda

na praça de touros?

- Estava. Estive na tomada da cidade.

Mas mandaram o meu pelotão para fora, para tomar posição na estrada. Não

assistimos a nada disso.

- Mas sabias o que se estava a passar,

com certeza. Até aqui me contaram que

em Elvas se ouvia o som da fuzilaria do

lado de lá e os polícias ao serviço do teu querido Salazar estiveram de vigia toda a

noite e o dia seguinte para entregar os que

escapavam para o lado de cá às forças

desse assassino do Yagúe!

- Sim, onde estávamos também

ouvimos a fuzilaria. Ou melhor, ouvimos

os tiros e calculámos do que se tratava.

- E então?

- Então o quê, Diogo?

- Então tu, que foste voluntariamente defender a Igreja, a Espanha temente a

Deus, os novos cruzados da Cristandade,

como eles dizem, como te sentiste tu ao

combaterao lado de gente que fuzila os

prisioneiros, os combatentes e os não

combatentes,

os

adversários

ou

simplesmente suspeitos de o serem, os

homens, velhos, mulheres e até crianças?

Tu, que nesse combate pela propriedade e

pelos valores cristãos, te alistaste numa

unidade onde os muçulmanos marroquinos

do Exército de África degolavam asvítimas

cristãs a troco de direitos de saque sobre as

suas propriedades e bens?

Pedro agitou-se, irritado.

- Olha, Diogo: há uma coisa, uma

coisa ao menos, que eu conquistei à custa

do meu sofrimento, do meu Próprio

sangue: não vou aceitar mais discursos de moral - nem teus nem de ninguém. Nem

vou perder tempo a explicar-te que nada,

na guerra de Espanha e, se calhar em tudo

o resto, é tão simples e tão linear como a tua boa consciência de burguês de bem

com a vida imagina. Em Espanha, trava-se

uma batalha decisiva e sem quartel entre

duas concepções de vida. E mais, muito

mais, do que ideias políticas: são formas

diferentes de encarar aquilo a que

chamamos civilização. E, nessa luta, já não

há lugar para meias-tintas: de ambos os

lados - de ambos os lados, e não apenas de

um! Não há tréguas, não há misericórdia,

não há sombra de inocência.

- Apesar de tudo, há uma diferença...

- Não, não há, Diogo: isso é o que tu

imaginas ou o que gostas de pensar.

Concedo que a propaganda republicana é muito mais eficaz do que a nossa,

sobretudo entre os meios internacionais

ditos

intelectuais.

Os

republicanos

concentram-se

em

ganhar

as

boas

consciências e a imprensa internacional;

nós concentramo-nos em ganhar a guerra,

com a certeza de que não ficará pedra

sobre pedra em Espanha, se os comunistas

vencerem. E, a seguir a Espanha, virá

Portugal. É por isso que eu fui.

- Para combateres ao lado dessa

gente, que é capaz de fuzilar cinco mil

pessoas numa praça de touros, numa só tarde, e gritar “Viva o Cristo-Rei!”, no meio de um mar de sangue de cadáveres de compatriotas?

- Não foram cinco mil, mas isso não é o que interessa. Diogo, eu não vou perder tempo a explicar-te que os crimes são iguais, exactamente iguais, ou piores a meu ver, do lado deles: a guerra altera todos os comportamentos normais e isso vale para todos. Se te quiseres informar do que fazem os comunistas nas suas zonas ou com os seus prisioneiros, informa-te. Se não quiseres, continua a indignar-te com a tua doce hipocrisia. Mas eu, desculpa que te diga, não vou perder tempo contigo!

Diogo sentiu aquilo como um murro em plena face. Do seu irmão. Ficou minutos calado, também ele a olhar o fogo.

Depois, Pedro começou a levantar-se com

dificuldade, e ele ficou em pânico, com medo de o perder para sempre.

- Pedro, o que foi que nos fez tão diferentes? Os mesmos pais, a mesma educação, a mesma infância, o mesmo amor a Valmonte...?

Pedro estava de pé, oscilando na perna coxa, porque se recusava a usar bengala.

- Nascemos diferentes, Diogo, muito diferentes.

- Em quê?

- Em tudo.

- Tudo o quê? Diz-me!

- Não vale a pena, Diogo. Cada um é como é, e o facto de sermos irmãos é apenas uma coincidência.

Diogo estava siderado com a frieza dele.

- Somos assim tão diferentes em quê, Pedro?

- Olha, Diogo, sinceramente desejo

que sejas muito feliz na vida e que

consigas tudo o que queres e que, no fim,

te sintas em paz e bem contigo próprio.

Mas, na verdade,a tua maneira de viver a

vida só me merece desprezo.

- Ah é?

- É. Tu gostas de Valmonte, mas não

gostas da ideia de teres que defender a tua

terra contra os teus inimigos. Gostas muito

de brincar aos liberais e aos democratas,

deser muito compreensivo com os

trabalhadores da herdade, mas, bem no

fundo de ti, não gostas da ideia de que um

dia eles não se contentem com isso e te

queiram roubar a terra. Fazes muito gáudio

em ser contra o Salazar e o Estado Novo, mas não gostarias de viver numa anarquia

onde cada um não soubesse qual é o seu

lugar e o teu não fosse o de uma vida

confortável e despreocupada, com as mordomias correspondentes ao teu berço e à tua condição social e económica. Gostas muito do teu casamento e da tua família, mas desde que te dêem espaço para passares temporadas só para ti em Lisboa ou, melhor ainda, no Rio de Janeiro, a desempenhar o papel de que tu mais gostas: o de intelectual antifascista, culto e livre, moderno e cosmopolita, capaz de desembarcar de zeppelin e de ler jornais em quatro línguas. Mas o teu mundo só se aguenta, Diogo, porque há outros que pegam em armas e sujam as mãos e as consciências para defenderem o essencial dele.

- É o teu caso?

- É, é o meu caso. Eu peguei em armas para defender aquilo em que acredito e que é o essencial do meu mundo

e também do teu. Em Espanha, senti
sempre, a viver com a ideia da morte de
manhã à noite todos os dias, que estava, de
certa forma, a defender Valmonte: o
mundo que é o nosso, o do nosso pai, o da
nossa mãe, o da Amparo, o dos teus filhos.
Eu, ao menos, lutei por aquilo em que
acredito. Mas não te vi, nem do meu lado,
nem ao menos do outro, Diogo! É fácil
vires agora atacar-me, associando-me ao
que chamas assassinos, mas, quando os
que apregoam as mesmas ideias que tu
estavammetidos até aos ossos na mesma
merda que eu - só que do outro lado -, tu estavas nos casinos do Rio a fazer figura
de antifascista europeu auto-eLivros!
Podes crer que o teupapel foi bem mais fácil que o meu!
Sem voltar a cabeça, Diogo ficou a
ouvir os passos do irmão, que se
afastavam: um firme, outro hesitante e

assim sucessivamente, até à porta do escritório.

Com o regresso dos dois irmãos, voltara a instalar-se uma aparência de normalidade em Valmonte. Na sua ausência, as duas mulheres da casa, Maria da Glória e Amparo, tinham brevemente tomado em mãos a gestão dos problemas correntes, dos trabalhos agrícolas e do pessoal. Na ausência deles, elas tinham dirigido a colheita do milho, a vindima e a apanha da azeitona, as coisas mais urgentes. Agora, regressavam ao seu lugar que era em casa e não no campo, à frente dos trabalhos domésticos e não dos agrícolas. Sempre fora assim e assim voltava a ser.

Pedro retomou a direcção dos trabalhadores e das várias frentes do campo com a mesma naturalidade e áspera

competência com que o fazia desde a morte do pai e desde que Diogo, voluntariamente, se tinha remetido para um papel de retaguarda, mais ligado às decisões de estratégia do que à sua execução no terreno. Na sua curta ausência, Pedro fora a Espanha, vivera a guerra, combatera, decerto matara, e voltara coxo e diminuído Para toda a vida. Mas não falava nunca do que vira nem do que vivera, embora bastasse observá-lo para se perceber facilmente que o que quer que fosse que lhe acontecera em Espanha nunca mais lhe sairia do pensamento.

Aliás, agora era ele que todos os dias, sem falha, devorava todos os jornais que tinham enviado na frente espanhola, todos no lado nacionalista - o Diário de Lisboa, o Século o Diário de Notícias, o Diário da Manhã.

A experiência das suas breves mas intensas semanas de guerra, do lado nacionalista, era porém suficiente para Pedro perceber que os relatos dos jornais portugueses estavam manipulados ou controlados pela censura. E isso começara logo no dia seguinte à tomada de Badajoz, quando o jornalista Mário Neves, do Diário de Lisboa, acompanhado pelo jornalista francês Mareei Dany, da agência Havas, havia entrado em Badajoz e depois enviara da fronteira do Caia um primeiro despacho sobre o que vira na cidade ainda fumegante e manchada de sangue fresco no chão e que a censura deixara passar distraidamente. Nesse telegrama, o jornalista português contava que se tinha encontrado por breves momentos com o

tenente-coronel Yagúe, o comandante das forças assaltantes, e lhe perguntara se eles

tinham levado a cabo fuzilamentos,

dizendo-lhe que se contava que teriam sido

uns dois mil. Segundo o seu relato, Yagúe

olhara para ele, surpreendido com a

pergunta, e declarara apenas:

- Não devem ser tantos...

O quarto telegrama enviado por

Mário Neves para o jornal em Lisboa já

não foi publicado: a censura cortou-o na

totalidade. Quanto ao seu colega francês,

embora estivesse a escrever directamente

para França, teve menos sorte ainda: dos

dez telegramas enviados à agência a partir

da fronteira portuguesa, em quatro dias consecutivos, seis foram retidos na origem

e nunca chegaram ao destino. O que

alarmava a censura portuguesa e Salazar

não era só a possibilidade de se desfazer,

na

opinião

pública
portuguesa
e
internacional, a lenda de que toda a
barbárie,
todas
as
atrocidades,
fuzilamentos sumários e em massa, eram
apenas
obra
dos
republicanos
e
comunistas.
Eles
estavam
também
incomodados com as crescentes acusações
do governo republicano (para todos os

efeitos, ainda o governo legítimo de Espanha) de que, no lado português da fronteira, se colaborava activamente com os rebeldes nacionalistas, facultando-lhes o trânsito e entrega de armas, capturando e entregando-lhes, para serem fuzilados, os elementos de esquerda que se refugiavam em Portugal, e até permitindo, como sucedeu próximo de Évora, que tropas falangistas entrassem em território português para irem atacar um acampamento de refugiados republicanos.

E as coisas ficaram ainda mais fora de controle quando o correspondente em

Lisboa do jornal francês Temps tinha relatado, a partir da fronteira do Caia, a entrega de cinquenta e nove civis espanhóis refugiados em Elvas a tropas marroquinas das forças de Yagúe, por parte das autoridades portuguesas. O correspondente, Jacques Berthet, fora expulso e a fronteira portuguesa fechara-se à passagem de correspondentes estrangeiros. Portugal fazia parte do Comité de Londres, cuja missão era garantir a pretensa neutralidade dos países europeus no conflito espanhol, e notícias como aquelas contribuíam drasticamente

para fazer cair a máscara de neutralidade que o regime adoptara oficialmente.

Pedro, não obstante a sua opção política, não tinha ilusões sobre a informação que lia. Ele tinha lá estado e não se deixava enganar pelos relatos censurados ou militantes dos enviados especiais da imprensa portuguesa. Além disso, os seus contactos na União Nacional, em todo ° Alentejo, e o seu estatuto de homem de confiança do regime permitiam-lhe dispor de informações que poucos mais tinham: o chefe do posto local da PVDE, a polícia política, em Elvas, confirmara-lhe a veracidade dos relatos sobre a entrega de republicanos fugidos para Portugal às forças nacionalistas e até lhe mostrara telegramas que revelavam a intensa actividade de vigilância que a PVDE mantinha agora em toda a raia com

Espanha, canalizando as informações

recolhidas para os governadores civis ou para o quartel-general da polícia, em

Lisboa, que as faziam chegar ao governo.

Dois homens apenas estavam em poder de

todas as informações e deles partiam todas

as directivas: Agostinho Lourenço, o

director da PVDE, e Oliveira Salazar, o

chefe do governo.

Por muito que Pedro guardasse para

si as suas histórias de Espanha, toda a

gente parecia estar ao corrente delas e

agora, quando ia a Vila Viçosa, a Borba,

ou mesmo a Elvas, havia muita gente que

o olhava e cumprimentava com admiração,

nuns casos, ou apenas com um pesado mas

respeitoso silêncio, noutros. Um jornal

local, sem seu conhecimento prévio,

publicara um artigo com a sua fotografia

na primeira página, debaixo do título “Um

herói português na guerra de libertação de Espanha”. E o texto relatava que o “Senhor D. Pedro Ribera Flores, proprietário agrícola em Estremoz, um dos donos da Herdade de Valmonte e filho do saudoso D. Manuel Custódio Flores, ilustre lavrador da província, monárquico e nacionalista, que em Estremoz deixou uma memória de honradez e verticalidade, e ainda de família de origem sevilhana, pelo lado da avó paterna”, havia sido “dos primeiros portugueses - talvez mesmo o primeiro! - a alistar-se ao lado das forças patrióticas do general Franco, tão logo rebentou a revolta contra a anarquia comunista do governo de Madrid, tendo-o

feito justamente na cidade de Sevilha".

que de lá voltara "pouco tempo após (já

que ferido com gravidade na aproximação

a Madrid), mas mesmo assim ainda com

tempo para regressar feito capitão da

Legião, condecorado por actos de bravura

em combate e ferido de guerra, depois de generosamente ter regado com o seu

sangue essa nobre terra de Espanha e essa

nobre causa da sua libertação do jugo

vermelho e negro que em breve deixará,

certamente, de a manchar".

Mas, se para os outros aparecia

como herói, por dentro e só para si, Pedro

sentia-se um falhado, alguém a quem o

destino teimava em fugir. Primeiro, fora

Angelina e uma paixão até aí desconhecida

de si mesmo e a que ele se entregara por

inteiro, para depois ter de assistir,

impotente e indefeso, à sua partida para

Paris, dizendo que o amava mas

abandonando-o sem razão ou explicação

que homem algum conseguisse entender. E

veio então, em Julho de 36, a sublevação

militar e civil da direita espanhola, que lhe

deu uma oportunidade providencial de se

entregar a uma causa, a um combate e a um sentido de missão que era, naquela

altura, a única coisa que o podia resgatar

da inutilidade e falta de sentido da sua

vida. E ele dera-se a essa causa com o

desespero

dos

náufragos:

movera

influências e resistências para ser aceite

como simples combatente numa guerra

que não era sua, despira-se de todos os

privilégios de classe ou de berço para se

sentar em trincheiras de lama partilhando

bocados de chouriço e cigarros com

homens que nunca antes vira e nada

tinham que ver com o mundo de onde ele

viera, mas a quem o unira o facto

determinante de então estarem juntos com

ele nessa tarefa suja da guerra e nessa

impondera-bilidade absoluta de poderem

morrer no segundo seguinte, graças a um

simples

tiro

de

carabina.

Nessas

vertiginosas semanas, entre Sevilha e

Badajoz, e entre Badajoz e o pueblo onde um tanque russo o mergulhara subitamente

na escuridão, tinham passado anos - anos

de camaradagem como nunca antes tinha

vivido, anos de euforia e de angústia, anos

de amizade como jamais nenhuns outros,

anos absurdos de vida que gritava nas
veias dos vivos, por entre o caos, o terror e
o esplendor da morte. Mas também isso o
destino lhe tinha roubado: nem morrera,
nem sobrevivera para prolongar essas
semanas de vertigem. Ficara, outra vez, em
lado nenhum: inválido para a! guerra,
incapaz para a sua causa de viver.
E assim fora devolvido a casa, a
Valmonte, cujos rotineiros destinos lhe
cabia de novo administrar, como se nada -
nem a exaltação do amor nem a
embriaguez da morte - lhe tivesse,
entretanto, acontecido. E, porque não sabia
fazer mais nada e o destino lhe fechara todas as outras saídas, Pedro retomou a sua
rotina e a sua função em Valmonte, como
um foragido retoma a vida na prisão
depois de uma fuga abortada.
Quando o Alcântara entrara a barra

do Tejo, às primeiras horas de uma manhã de Agosto, havia uma neblina de Verão encobrindo ainda o casario branco da cidade, sinal de que o vento estava de sueste e prometia um dia de calor quieto e espesso, um desses dias em que havia como que um rumor de marés sobre Lisboa, os sons correndo de esquina em esquina, todos nítidos e ampliados, de tal forma que, se alguém gritasse lá em cima no Castelo, ouvia-se em Alfama, cá em baixo. Debruçado na amurada do navio, onde estava desde as primeiras horas da madrugada, incapaz de dormir sentindo a terra ali tão perto, Diogo lembrou-se inesperadamente de um poema de Álvaro de Campos, um dos heterónimos de Fernando Pessoa, o seu poeta de cabeceira:

Outra vez te revejo -

Lisboa e Tejo e tudo,

Transeunte inútil de ti e

de mim,

Estrangeiro aqui como

em toda a parte,

Casual na vida como na

alma,

Fantasma a errar em

salas de recordações...

Não se lembrava do resto do poema,

sabia apenas que se chamava “Lisbon revisited” e que Pessoa o havia escrito

cerca de dez anos antes, quando regressava

de uma das suas estadas em Durban, onde

a mãe vivia com as irmãs e o seu padrasto.

Mas aquele poema, em particular, parecia-

lhe resumir toda a angústia, que era

também a sua, entre o desejo de partir de

uma pátria mesquinha e fechada sobre si

mesma e um mundo aberto mas onde um

Português seria sempre, de alguma forma,

um náufrago de Pátria. Nesse dilema,
nessa incapacidade de sobreviver em paz
fora de Portugal ou de se sentir vivo em
Portugal, pessoa definhara como obscuro
empregado de comerão da Baixa lisboeta,
uma figura melancólica e cinzenta dos fins
de tarde no Martinho da Arcada, alguém
que scutava o som dos próprios passos nas
ruas onde, como escrevera, “em breve
serei apenas mais um transeunte que já não
passa”. Nos intervalos do expediente, na mesa do Martinho, na solidão nocturna das
casas de hóspedes a que se acolhia,
escrevia poemas de uma beleza tão
excessiva que a Pátria, assustada, preferia
reconhecer antes como maior algum
obscuro abade-poeta de uma aldeola
“genuinamente portuguesa”. E morrera
assim, quatro meses antes de Diogo ter
partido para o Brasil, na solidão

irrecuperável de um hospital, numa tarde sem história de Novembro. Após o que, o seu primeiro admirador e crítico escreveu no obituário que, antes de tudo, Fernando Pessoa dava ideia de ser “um corpo pendurado”.

Um corpo pendurado. Tal qual como Diogo, pendurado da amurada do navio que o trazia do Rio de Janeiro, e vendo à sua frente, por entre a neblina da manhã de Agosto, Lisboa, o Tejo e tudo à sua espera. Amparo tinha vindo recebê-lo a Lisboa. Esperava no Cais da Rocha, com Manuel pela mão e Assunção ao colo. Ao seu lado, Francisco Menezes, o seu sócio de negócios e amigo de todas as horas. Caminhou para eles esfor-çando-se por se entregar à felicidade daquele momento. Matou mentalmente o Brasil dentro de si, enquanto descia as escadas do Alcântara e

ia abrindo os braços para se acolher nos deles. Sentiu que uma lágrima se escapava dos olhos de Amparo, enquanto a abraçava e estreitava o seu corpo rijo e à medida do seu. Afastou-a suavemente para melhor a ver: estava mais bonita, mais nova, do que se lembrava, o cabelo mais comprido, a cara menos tensa. Tinham passado seis meses, meio ano. Assunção crescera e já tinha cara de gente, Manuel olhava-o deslumbrado e agarrou, como se de um deus se tratasse, o papagaio que ele trazia empoleirado na manga do casaco e que lhe passou para as mãos trémulas de rapazinho: estava parecido consigo, com um ar muito mais sério do que aquilo que se lembrava, como se, na ausência do pai, tivesse estado a desempenhar a função de homem da casa. E Francisco recebeu-o com um abraço que sentiu grato e

reconhecido, murmurando-lhe ao ouvido:

“Belo trabalho que fizeste lá no Brasil,

Diogo!”

Também Lisboa lhe parecia diferente

e para melhor, ao percorrê-la. Da varanda

do Alcântara, ao entrar o Tejo, vira já as

demolições que se haviam iniciado em

Belém, deixando os Jerónimos à vista do

rio e abrindo uma larga clareira que iria

acolher, daí a quatro anos, a grande

Exposição do Mundo Português, com que oficialmente

se

iriam

celebrar

os

oitocentos anos de independência, em

1140, e os trezentos anos da restauração da

independência, em 1640, depois da

anexação dos Áustrias de Castela. Salazar,

por inspiração do propagandista do

regime, António Ferro, e do mestre-de-obras Duarte Pacheco, aproveitara a ocasião histórica para levar a cabo uma realização que mostrasse ao mundo, mas sobretudo aos portugueses, o que era o génio da obra lusa, “do Minho a Timor”. E a cidade começara a mover-se em função da exposição: na Rotunda, erguera-se a estátua do Marquês de Pombal, o mais brilhante e o mais cínico primeiro-ministro que o país jamais tinha tido; novas estradas abriam-se nas saídas de Lisboa, o histórico Café Nicola, no Rossio, fora recuperado e redecorado, uma estrada marginal nascia ao longo da costa e em direcção a Cascais, novos cinemas e hotéis floresciam por todos os bairros e

os

modernos

“eléctricos” da Carris circulavam como

verdadeiros donos da cidade. Francisco ia-

lhe assinalando todas as mudanças,

enquanto percorriam a cidade de carro:

- Isto está a mudar, Diogo! Tenho de

reconhecer que este Duarte Pacheco está a

mexer com tudo isto. O homem, não pára

de ter projectos para novas obras, cada

uma mais; ambiciosa do que a outra:

pontes, estradas, barragens, universidades,

até piscinas públicas! Olha-me aí o novo

edifício do Instituto Superior Técnico: não

é fantástico?

Diogo olhou e sorriu. Não queria

parecer “estrangeirado”, mas não se

conteve:

- É. É a arquitectura grandiloquente do fascismo para encher o olho aos

papalvos. Vi o mesmo em Berlim. Se queres que te diga sinceramente, acho horrendo: uma coisa pesada e esmagadora, cheia de ridículas estátuas e estatuetas neoclássicas. Mas não duvido que os nossos intelectuais e artistas estejam esmagados.

Amparo veio em socorro de Francisco:

- Vá, Diogo, acabaste de chegar, não comeces já a dizer mal de tudo!

- Tens razão, querida. E gosto muito de estar de volta,' só que não consigo achar isto bonito.

- O Brasil é mais bonito? - provocou-o Francisco.

- Só conheci o Rio...

- E é mais bonito?

Diogo riu-se. Fez um gesto largo

com a mão como se quisesse varrer o Rio

do pensamento.

- É mais bonito? - insistiu Amparo.

- Hás-de ver. E mais humano e mais

selvagem. Menos pesado, menos triste. A

natureza é tão fantástica que esmaga

qualquer veleidade de arrogância humana.

Nem ebem uma cidade, é uma revelação.

Mal acabou de falar, arrependeu-se

do que tinha dito, perante o silêncio que se

seguiu.

E à noite, no quarto que sempre tinha sido o seu, em Valmonte, sentiu a sensação

estranha de estar a recomeçar outra vez o

seu casamento com Amparo. Como se não

se

conhecessem

nem

bem

nem

intimamente. Como se nunca a tivesse visto nua, como se nunca antes tivesse mergulhado a cabeça no seu peito, como se nunca tivesse entrado dentro dela. Foi como uma primeira vez, só que agora ele não estava bêbado como depois da festa do casamento. Agora, não tinha desculpa, nem fuga possível: estava lúcido e foi bem lúcido que percebeu que muito do que viesse a ser a sua vida e o seu casamento daí para a frente dependia da maneira como ela sentisse que ele se lhe entregava genuinamente naquela noite e ele sentisse o mesmo da parte dela. Avançou assim com mil cautelas, demasiadas para o gosto de ambos, com mil esforços e delicadezas,

tantas que no fim, quando ela suspirou, aparentemente entregue e saciada, ele

ficou com a sensação de que tudo tinha

corrido mal e ao contrário do planeado.

Amparo vestiu-se no escuro e, antes

de se virar na cama para dormir, pousou-

lhe um beijo na testa e disse:

- Vá, vamos dormir, deves estar

cansado da viagem!

E, quinze minutos depois, ela

dormia, mas ele não. E, quando enfim

adormeceu, ela estava acordada, mas ele

não sabia.

XVII

Agora que os seus dois filhos já

estavam a ficar crescidos e a tornar-se quase independentes dela, Amparo sentia

metade dos seus dias despidos, feitos de

longas horas arrastadas na espera do

regresso deles a casa vindos da escola, a

meio da tarde. Ia fazer trinta anos em

Setembro desse ano, 1937: estava ainda na

idade em que o tempo se arrasta, em que

aquilo que porventura se espera - às vezes

sem se saber bem o quê - parece nunca

mais chegar e nada passa subitamente,

nada foge, nada se perde, nada é

irrepetível.

Só

depois,

como

ela

aprenderia, viria a fase em que o tempo

desliza e, a seguir, a fase em que o tempo

desaparece. Mas, por ora, ainda era a sua

juventude que corria atrás de si e não o

contrário.

Nove anos vividos em Valmonte e

naquela família tinham-na ensinado a amar

a segurança das coisas eternamente repetidas e tão sólidas, nessa repetição,

como as paredes da casa que a tinha acolhido. Aprendera a amar os rituais da casa, da sua organização, da sua antiquíssima ciência de administração, do papel claramente definido de cada uma das personagens desse pequeno enredo familiar, de como estavam estabelecidas as tarefas específicas de cada estação do ano, de como todo o calendário girava invariavelmente conforme a natureza e a sabedoria tinham de há muito estabelecido. Havia a época das sementeiras e a das colheitas, a do acasalamento dos animais e a do nascimento das crias, a de apanhar a fruta de Verão e a de fazer compotas, a da enxertia e poda das árvores e a das queimadas e recolha de lenha, a das

vindimas e da apanha da azeitona e a do

lagar e da fermentação, a das cheias na

ribeira e a das secas no Verão, a de encher cartuchos e polir armas e a da caça, a da

engorda dos animais de criação e a de os

cozinhar no forno a lenha, a de encerar o

chão de madeira e a de caiar as paredes da

casa, a de forrar o estábulo para o Inverno

e a de largar os animais no pasto, e a das ameixas ou dos figos, do mel, das amoras

silvestres, dos agriões da ribeira, das

pinhas, das castanhas, dos cogumelos, das

túbaras, das favas, das beldroegas, dos

caracóis. Ou a das sardinhas, trazidas de

Lisboa pelo Joaquim Peixeiro e anunciadas

pelo tocar do sino na sua furgoneta nos

montes em redor da cidade, confirmando a

chegada do Verão e as festas do S. João.

Agora, justamente, era Junho e

chegava mais um Verão. Chovera todo o

Outono, grande parte do Inverno e quase

toda a Primavera: as ribeiras e os riachos

estavam cheios de água, os campos baixos estavam ainda molhados, havia lameiros

por secar. Nesse Verão, o Alentejo estava

poupado ao pior dos seus flagelos: a seca.

Pior para o trigo, melhor para o milho e

para os pastos. É assim a agricultura, como

um longo casamento: nunca nada está

completamente bem nem completamente

mal. Um agricultor que se queixa do

tempo é como um cônjuge que se queixa

do outro. Porque o amor verdadeiro é

sempre uma escolha sem retorno - quer se

escolha amar um homem, uma mulher ou

uma terra.

Amparo sorriu com a ideia. Deixara

lá em cima, no quarto, o seu marido, ainda

sem vontade de sair da cama. Ela, pelo

contrário, gostava de se levantar bem cedo

e não se importava de trocar o calor do

corpo do seu homem pela frescura de uma

manhã de Verão, na terra. Como era seu hábito, sentou-se para tomar o pequeno-almoço na cozinha - uma cedência que ela

fazia às suas antigas raízes e que Maria da

Glória tentara em vão contrariar, mas

percebendo depois que não havia razão

séria para insistir. O pequeno-almoço de

Amparo também era diferente do da

“sala”: umas torradas com mel, café muito

forte e uma maçã, roída à mão.

- Então, menina, vai às amoras? -

Maria da Cozinha gostava que Amparo

viesse tomar o pequeno-almoço ali, todos

os dias, entre as empregadas, os cães, as

panelas, a borralha da lareira e as

conversas

estouvadas

das

mulheres.

Gostava que ela nunca se tivesse dado ares

de grande senhora, esquecendo de onde
viera e que, pelo contrário, tivesse a fineza
e a elegância de saber habitar naturalmente
um espaço que só ela tinha, entre os salões e a cozinha.
- Amoras, caracóis, nêsperas, o que
aparecer... Sim, vou dar uma volta aí pelo
campo.
Maria da Cozinha ficou à portada,
vendo-a partir e admirando a sua figura
esguia e sensual de jovem mãe, o seu
balançar de ancas, que as pernas altas e o
sangue
de
rapariga
cigana
faziam
inimitáveis.
- O que olha, tia Maria? - perguntou-
lhe a Alda, a sua ajudante de cozinha, uma
moça feia e de bigode, que se lhe tinha

vindo juntar à portada.

- Nada que te interesse, sua

metediça!

- Ah, está a olhar a patroazinha! E o que pensa, tia] Maria?

- Já te disse que não é nada que te

diga respeito, mas, já que estás tão curiosa,

estava a pensar que, por melhores que

sejam essas brasileiras, o meu menino

engenheiro não encontra melhor do que

isto lá no Brasil! E parvo é ele se não o perceber...

- Mas o senhor Diogo foi ao Brasil

em trabalho, não foi atrás de mulheres...

Maria da Glória afastou-a com um

gesto brusco do braço.

- Não te armes em sonsinha, porque

sabes muito bem o que eu quero dizer: eles

vão sempre em trabalho, mas as mulheres

é que não estão lá para ver.

Amparo foi andando em direcção ao pomar, colhendo pelo caminho algumas

amoras, que foi guardando dentro de um cesto de vime. Já havia poucas nêsperas e as que havia estavam quase todas roídas pelos pássaros, e ainda era cedo para as ameixas. Em contrapartida, conseguiu colher alguns pêssegos maduros, de pele aveludada e perfumada. Havia uma fonte natural no lugar onde tinha sido plantado o pomar e a água fora canalizada sabiamente ao longo de caneiros feitos de pedras e telhas de barro velhas, de modo a irrigar permanentemente as filas de árvores de fruto alinhadas. Diogo contara-lhe, e ela não percebera se era verdade ou lenda, que todo o sistema de rega da herdade e do pomar já tinha sido instalado pelos romanos, quase vinte séculos atrás. Talvez não fosse verdade, talvez fosse apenas a imaginação dele, mas o tanque que fora

construído sob a fonte, com o mármore branco e rosa de Estremoz, esse tinha

gravada a data da sua construção: 1776.

Quer dizer que seis ou sete gerações de

Flores haviam passado por ali antes dela,

haviam sentido a frescura da sombra das

árvores e da humidade da fonte suspensa

no ar, haviam, como ela, colhido a fruta e

passeado entre as árvores, escutado o ruído

mágico da água sempre a correr, de

Inverno ou de Verão. Eram coisas como

essas que a faziam pensar na força daquele

lugar, na riqueza daquela terra dos Flores,

no acaso do destino que a fizera poder

estar também ali, colher os frutos, viver

aquela paz, criar os seus filhos, amar e

satisfazer o seu homem e ser amada por

ele. Caminhou até ao tanque de mármore

onde se costumava sentar, mas, quando lá

chegou, apercebeu-se de que Pedro estava

lá sentado, fumando uma cigarrilha e tão
absorto no que pensava, que nem a viu chegar.
- Bom dia, Pedro! Então, não estás a
ver o gado?
- Ah, bom dia, Amparo! Já dei a
volta ao gado todo e agora vim aqui para
ver se apanhava uns pêssegos.
Amparo sentou-se ao lado dele, na
borda do tanque, e instintivamente
mergulhou uma mão na água, que era fria
e transparente.
- Já apanhei os melhores: tens aqui.
Queres?
Ele fez um gesto distraído.
- Depois. Como ao almoço.
Ficaram os dois em silêncio,
escutando o som da água da fonte a cair
dentro do tanque.
- E o Diogo, ainda dorme?
- Ainda.

- Ainda deve estar com as horas do

Brasil...

Ela sorriu à ironia de Pedro: Diogo

tinha voltado do Brasil há quase um ano.

Mas o que Pedro queria dizer, e que ela

também pensava, é que, de certa forma e

desde que lá fora, Diogo nunca tinha

regressado por completo: o corpo poderia

estar ali, a cabeça parecia ter ficado lá.

Agora, e mesmo à distância, andava

obcecado com o seu projectado negócio de

exportação de carne para a Europa. Vivia

entusiasmado com as perspectivas e, sobretudo, com uma ideia que começava a

ganhar corpo na sua teimosa cabeça:

comprar uma fazenda de gado no Vale do

Paraíba. “No futuro, Amparo - explicara-

lhe ele - não quero estar dependente de

fornecedores que vão especular com os

preços, conforme as oscilações do

mercado. Se comprasse uma fazenda de criação de gado, eu conseguiria estar a salvo de tudo, controlando todo o negócio: a produção, o transporte, a comercialização.”

A ideia parecia fazer sentido, mas havia uma coisa que ela não percebia e que o instinto lhe dizia que não iria trazer nada de bom: para quê uma fazenda de gado no Brasil, se ele já era dono de uma herdade de gado, tão boa como Valmonte, onde eles viviam? Ele respondera à objecção dela: “É a diferença entre um grande negócio e um negócio pequeno. Aqui, estamos à mercê das secas, dos pastos, das forragens e a carne não tem categoria para

ser exportada. Lá, a terra é muito mais barata, os pastos são abundantes e duram o ano inteiro e a carne não tem comparação. O custo de produção é muito mais barato e o valor de mercado muito maior. Se houver guerra, a Europa vai comer a carne do Brasil e da Argentina, não a do Alentejo.”

Pedro interrompeu as suas meditações.

- Não gostas nada desta fixação dele pelo Brasil, pois não, Amparo?

- Não.

- Mas ele é capaz de ter razão, sabes? O futuro pode estar lá e não aqui.

- Mas a nossa vida não está lá, está aqui, não é, Pedro? Se fosses tu, que não

tens mulher nem filhos nem nada que te
prenda, eu percebia. Mas ele, não.
- E se ele, um dia, quisesse ir viver
para lá, o que fazias?
- Não sei, Pedro. Já tenho pensado
nisso e rezo para que esse dia nunca
chegue.
- Uma mulher tem de seguir o
marido...
- E eu segui-o, Pedro. Segui-o, não
para muito longe: os quatro quilómetros
que distam de Estremoz a Valmonte, que
foi onde ele me disse que era a sua vida.
Eusou feliz aqui, os nossos filhos são
felizes aqui, a tua mãe é feliz por nos ter aqui...
- Eu sou feliz por vos ter aqui...
Ela sorriu e pousou-lhe ao de leve a
mão no pulso.
- Obrigada, Pedro.
- E verdade: todos somos felizes por

vos termos aqui. Eu, as crianças, o Diogo, não sei como seria o ambiente se vocês não estivessem cá.

- Dás-me razão: que sentido faria irmos para o Brasil? Acho que não temos necessidade alguma de emigrar. Só se muda o que está mal...

Pedro suspirou.

- Pois, cunhada: se alguma vez essa questão se puser, não serei eu a tentar convencer-te daquilo que eu próprio não conseguiria entender.

Ela sacudiu a cabeça, como que para afastar os maus presságios.

- Graças a Deus, não vai acontecer. Apesar de tudo, acho que o Diogo está mais ligado a Valmonte do que a] tudo o resto. E tenho confiança em mim, também!

- É assim mesmo, Amparo! E nem o utópico do meu irmão se atreveria a tentar

levar-te para o Brasil contrariada ou a
deixar-te para trás!
Riram-se os dois ao mesmo tempo e
ela mergulhou a mão no tanque para refrescar a cara.
- E tu, Pedro, quando é que crias
raízes aqui na terra de Valmonte?
- Raízes? Mais do que eu já tenho?
- Vá, sabes o que eu quero dizer:
uma mulher para compor a mesa, mais
netos para a tua mãe, primos para os meus
filhos, sobrinhos para mim e, sobretudo,
umamulher para ti.
- Conheces alguém disponível para o
cargo?
- Eu, não. Mas tu é que tens de estar
disponível.
- Já estive e tu sabes que não
resultou.
- A Angelina não era mulher para ti.
Há males que vêm por bem: ela nunca te

iria fazer feliz.

- Tu nunca gostaste dela, pois não? -

Não.

- Mas o Diogo gostava...

- O Diogo via nela coisas que eu não

via. E eu via outras a que ele não dava

importância.

- Tais como?

Amparo mexeu-se, desconfortável.

- Não há grande interesse em falar

disso agora, Pedro.

- Não, diz-me: talvez me ajude a perceber algumas coisas que nunca

percebi.

Ela olhou-o, indecisa. Quando se

tinha casado com Diogo, ela sentira de

início uma desconfiança inata da parte de

Pedro, que a olhava um pouco como uma

intrusa que, por força dos seus encantos

físicos, alcançara uma posição que não era

a sua de berço e entrara dentro da família sem carta de alforria. Depois, com o tempo e observando a forma como ela se relacionava com a mãe e com a casa, Pedro fora-se aproximando aos poucos, quase contrariado. Ela nunca lhe cobrara isso.

Sempre o percebera, sempre respeitara as suas desconfianças. E hoje tinham uma relação ainda um pouco cerimoniosa e distante e, todavia, estranhamente cúmplice em muitas coisas e,

sobretudo,

em

muitos

silêncios

partilhados. Por isso, hesitou, antes de lhe

responder com toda a lealdade:

- Ela nunca te amou, Pedro. Não por

ti, mas por que isso não faz parte da

maneira de a Angelina viver a vida. Não

digo que não tenha tido uma paixão por ti,

mas nunca te amou verdadeiramente. Tu

foste para ela uma curiosidade, nunca uma

necessidade. Acho que teve sempre

perfeitamente marcado o tempo de que

dispunha Para ti, findo o qual, partiria,

mesmo que tu lhe prometesses este mundo

e o outro. Desculpa dizer-te isto assim,

com esta frieza. Até posso estar enganada,

mas foi o que eu senti, de mulher para

mulher.

- E foi por isso que nunca gostaste
dela?
- Foi.
Ele levantou-se, sem nada dizer.
Caminhou uns passos pelo pomar adentro,
a
perna
esquerda
arrastando
disfarçadamente pelo chão, e voltou-se:
- Então, levas os pêssegos?
- Levo.
Diogo estava sentado na biblioteca, o
seu lugar favorito em Valmonte. As janelas
de
sacada
daquela
longa
divisão
rectangular davam para o pomar e, na

manhã de Junho, ele tinha-as aberto de par em par para que lá dentro entrasse o cheiro dos pessegueiros e o som da água caindo no tanque. Também entrara um pássaro desnorteado, que dera várias voltas à sala, tão admirado quanto ele, até dar outra vez com a saída. Ele estava sentado na poltrona de couro em frente à lareira, onde tantas vezes viera dar boa-noite ao pai, antes de se deitar. Nas manhãs de Outono e de Inverno, as criadas acendiam a lareira logo pela manhã e ele vinha sentar-se ali a ler os jornais e o correio, a seguir ao pequeno-almoço. A partir do início da Primavera, a lareira deixava de ser acesa, as cinzas entranhadas eram limpas, mas ficava um cheiro a fumo gasto que persistia, agarrado às paredes de tijoleira enegrecidas. Então, ele abria as janelas de sacada de par em par e entrava o cheiro a

Verão e todos os sons do Verão. Era disso que ele mais gostava em Valmonte: as quatro estações do ano, nítidas e claramente demarcadas, cada uma com os seus sinais, os seus sons, os seus cheiros, a sua própria ampulheta por onde o tempo escorria, nem devagar nem depressa, apenas no seu ritmo sempre igual.

Esta manhã estava entretido com a leitura de uma carta que lhe chegara do Rio, no correio do dia. Meses atrás, escrevera a “seu” Aguinaldo, incumbindo-o de uma rnissão mais, de que o dito acusou a incumbência e responsabilidade em tom solene e compenetrado: começar a prospectar fazendas que estivessem à venda no Vale do Paraíba, a região cafeeira, dispersa por três Estados - Rio, S. Paulo e Minas - e que fosse adequada ao negócio de criação de “gado de corte” que

ele conjecturava. Nem grande de mais,

nem pequena de mais. A uma distância do

Rio que se pudesse fazer, por estrada ou

caminho-de-ferro, em oito, nove horas, no

máximo. Que tivesse uma casa, mesmo

que rudimentar, em bom estado, que

tivesse água em abundância e que não

viesse com um exército de trabalhadores a quem dar destino. “Seu” Aguinaldo

pusera-se em campo, com zelo e

consciência da importância da sua tarefa, e

o que agora lhe enviava era uma primeira

prospecção

de

um

agente

local,

detalhando, para início de conversa, seis

fazendas, todas para venda.

O café, que durante anos a fio

sustentara o Brasil, tivera um primeiro choque violento quando a Infanta D. Isabel, no final da Monarquia e actuando como regente na ausência do pai, D. Pedro II, abolira a escravatura, sem aviso prévio - muito embora já então fossem conhecidas as suas simpatias pela causa abolicionista. Isso, mais a exaustão dos campos, cultivados sem pousio e sem obedecer a curvas de nível, provocou o descalabro súbito do sector. Seguiu-se o abandono generalizado
da
mao-de-obra
negra
escrava e a ruína da casta nova-rica dos “barões do café” - assim conhecidos por obterem de D. Pedro, em troca de empréstimos à Coroa e financiamento de obras

públicas,
títulos
de
nobreza
(invariavelmente o de barão, que era o
mais baixo em termos nobiliárquicos e o
mais adequado a essa nascente “fidalguia”
sul-americana).
Décadas
depois,
e
recorrendo
à
mão-de-obra
imigrada,
sobretudo italianos e portugueses, a
burguesia endinheirada de S. Paulo
retomou as fazendas e a produção de café
e fez do Estado o mais rico e mais
influente do Brasil. Foi contra eles que se

levantou o “Tenentismo” e que se sepultou a “República Velha”, levando ao poder Getúlio Vargas, na esperança de pôr um travão às chocantes desigualdades entre S. Paulo e o resto do Brasil, entre os possuidores de terras no Paraíba e os miseráveis desapossados de tudo. Mas, mais do que o “Tenentismo” ou Getúlio - a quem os novos barões de S. Paulo acabaram por impor uma Constituição mais à medida dos seus interesses e menos ao desejo de poder absoluto inesperadamente revelado pelo Presidente imposto pelos jovens tenentes -, foi o estoiro da bolsa de Nova York, em 29, e as suas

consequências

na

pauta

das

exportações brasileiras e, acima de tudo,

do café, que conduziram à segunda ruína

das fazendas do Paraíba. Muitas ficaram

para os bancos, muitas outras foram

deixadas ao abandono, para os bichos do

mato e para o próprio mato. Alguns donos,

mais clarividentes, estavam porém a

reconvertê-las em fazendas de gado,

concorrendo directamente com o Rio

Grande Sul, até ai a região largamente

dominante na produção de carne de vaca no Brasil. Era nisso também que Diogo

apostava. Nisso e no resto: não apenas a

produção, mas também a comercialização,

o transporte e a venda na Europa ou nos

Estados Unidos.

Estava ele a digerir as informações

do agente imobiliário do Vale do Paraíba,

quando uma criada lhe veio anunciar uma

visita: Luísa, a mulher do seu amigo de

Estremoz, Rafael Monteiro, o aviador a

quem devia o seu inesquecível baptismo

do ar. Surpreso, respondeu de imediato:

- Mande entrar para aqui.

Luísa entrou de supetão, como

sempre vestida como só ela conseguia, um

abissal decote atravessado por uma

écharpe de seda esvoaçante, uma saia de

pregas com uma racha desvendando as pernas de alto a baixo, os cabelos longos e

soltos em desalinho, ao contrário do que

era a moda de então.

-

Luísa,

que

surpresa!

Posso

oferecer-te um café, uma limonada?

- Não, não, obrigada!

Beijou-o na cara, quase lhe roçando

a boca, e, sem esperar que ele fizesse o

gesto de a convidar, sentou-se na poltrona

a seu lado, agarrou-lhe na mão e lançou-

se:

- Diogo, tens de nos ajudar! O Rafael

foi preso!

- Preso? Preso como?

- Foi preso ontem, pelos cabrões da polícia política. Vieram buscá-lo a casa de

manhã cedo, ainda pensei que o levassem

para o posto da GNR em Estremoz, mas

não: foi directamente para a sede da PVDE

em Elvas. Fui até lá da parte da tarde, não

me deixaram vê-lo nem me quiseram dizer

porque o tinham prendido. Só consegui

entregar umas roupas para ele e um farnel

com um paio e uns queijos que aqueles filhos da puta de certeza quevão comer eles. Não me dizem nada, Diogo! Nem porque está preso, nem até quando, nem se vai lá ficar ou se vão transferi-lo para Lisboa! Perguntei se podia nomear um advogado que o fosse ver, expliquei-lhes que ele próprio, como advogado, não podia ser preso assim sem mais nem menos, e riram-se na minha cara. Estou desesperada, não sei o que fazer, não sei a quem recorrer!

- Acalma-te, Luísa! Vamos tratar disso.

- Desculpa ter recorrido a ti, Diogo, mas acredita que não vejo ninguém mais que me possa ajudar e nem sei se tu podes. Não te quero meter em chatices...

- Não digas isso! Não é chatice nenhuma ajudar um amigo. Ainda menos se preso por esses palhaços da PVDE! Mas

diz-me uma coisa e claro que fica entre nós:fazes ideia porque o terão prendido?

- Ao certo, não, Diogo.

- Ele é comunista, do Partido?

- O Rafael? Não, tu conhece-lo: se alguma coisa fosse, era anarquista, mas ele é demasiado anarquista mesmo para poder ser anarquista!

- De que se poderá tratar, então?

- Espanha...

- Espanha?

- Sim, é o que eu desconfio.

Desconfio que ele andava a fazer uns voos para Espanha, ultimamente. Nunca me disse e eu sempre achei melhor não lhe perguntar, massuspeito que tem que ver com isso.

-

A

levar

coisas

para

os

republicanos?

- Sim: a levar ou a trazer.

Às cinco da tarde, Diogo apresentou-

se na sede da PVDE em Elvas. Pediu para ser recebido pelo chefe de posto e, após

uma espera de quinze minutos numa

salinha decorada com o retrato de Salazar

e flores de plástico numas jarras cor-de-

rosa, foi introduzido no gabinete do

inspector Amílcar de Melo. A personagem

não podia corresponder melhor à sua pior

previsão: era de estatura mediana, de

ombros

largos

e

pernas

desproporcionadamente curtas para o

tronco, testa pequena e olhos muito juntos,

boca de lábios finos encimada por um

estreito bigode aparado, a cara marcada

por borbulhas de juventude mal tratadas e

o cabelo achatado com brilhantina e de

risca perfeita, desde a nuca até à testa. Fato

preto, de tecido brilhante e riscas brancas,

voz baixa e insinuante.

- Senhor engenheiro Flores! Sou um

grande admirador do seu irmão, como já era do senhor seu pai! É um prazer ter

oportunidade de poder conhecer o terceiro

varão de uma linhagem tão distinta!

Queira fazer-me o favor de se sentar.

Aceita um whisky, uma água talvez?

- Não, obrigado, senhor inspector:

estou bem assim.

O inspector sentou-se à secretária em

frente, sem tirar os olhos dele. Uma raposa

avaliando a presa.

- A que devo a honra, senhor

engenheiro?

Diogo contemplou-o, esforçando-se

por parecer absolutamente impenetrável e

frio.

- Vim saber de um amigo meu, que parece que está aqui hospedado.

- Um amigo do senhor engenheiro,

aqui hospedado? -O inspector Melo fez o

seu mais conseguido ar de espanto. -

Quem poderá ser?

- O dr. Rafael Monteiro, de

Estremoz, advogado, piloto civil e meu

amigo de infância.

- Rafael Monteiro? Ah, sim... já

estou a ver! Veio ontem. E é amigo do

senhor engenheiro?

- Amigo de infância.

- Ah, claro! Todos temos amigos de

infância, às vezes esquisitos, não é? - O

inspector passou os dedos pelas pontas do

bigode, esticando-as.

Posso

perguntar-lhe,

senhor

inspector, porque está ele preso?

- Para investigação, claro. Só pode

ser.

- Para investigação? E como é que o

investigam, aqui: interrogam-no?

- Pois, é sempre interrogado,

procedimento de rotina.

- Sem advogado? O inspector tossiu.

- Nesta fase, sem advogado. É o que

está na lei.

- E quanto tempo pode demorar esta

fase, senhor inspector?

- Ah, isso já não sei dizer-lhe. Nós investigamos até chegar a uma conclusão.

Depois, o processo pode seguir para o

comando central, em Lisboa, para mais investigações. Daí, pode ir para o Ministério Público e depois para o tribunal. É difícil dizer quanto tempo poderá demorar, e, depois, também depende sempre da colaboração do suspeito, não é?

- No limite, quanto tempo poderá ele estar assim, sem direito a ver um advogado ou a família?

- No limite?

- Sim, no limite.

O inspector Melo olhou para o tecto, como se lá estivesse afixado o Código Penal.

- No limite, no limite, creio que a lei fala em seis meses. Mas, em processos complicados, o prazo da investigação pode ser prorrogado...

Diogo curvou-se para a frente e

tentou que ele lhe fixasse o olhar.

- Este é um caso complicado, senhor

inspector?

- Não lhe sei dizer, senhor

engenheiro. Ainda ontem o trouxemos...

- De que é ele suspeito?

- Não lhe posso dizer isso, senhor

engenheiro: é segredo da investigação.

- Só lhe quero poupar trabalho, senhor inspector: se suspeita que o dr.

Rafael

Monteiro

tenha

actividades

organizadas contra o regime, está a perder

o seu tempo. Se há coisa que ele

desconhece, é o significado da palavra

organização.

- Mas é um elemento desafecto ao

regime!

- Também eu sou, senhor inspector.

Vai-me prender? O inspector Melo mexeu-

se desconfortavelmente na sua cadeira.

Mas, apesar do desconforto físico, Diogo

apercebeu-se de um brilhozinho de triunfo

nos seus olhos de predador.

- Não me está a dar nenhuma

novidade com essa confissão, senhor

engenheiro! Se quer que lhe diga, de há

muito que sabemos das suas inclinações políticas e só me custa a entender como é

que alguém da sua estirpe pode estar do

lado dos inimigos do regime.

- Porquê? Há alguma lei que diga

qual é o lado certo? “á alguma lei que diga

como é que eu devo pensar?

- Sabe o quero dizer, senhor

engenheiro. O seu pai, se fosse vivo...

- O meu pai, que eu saiba, não fazia

parte das suas relações e não o autorizo a

presumir o pensamento dele.

- Pois, mas o seu irmão, eu conheço:

um herói da guerra de Espanha, um motivo

de orgulho patriótico para todos! Enquanto

que o seu amigo Rafael Monteiro...

- Dr. Rafael Monteiro.

- .. .O seu amigo, desculpe que lhe

diga, senhor engenheiro, é uma vergonha o

senhor vir interceder por ele.

- Ah, sim? E porquê?

- Porque tem sido um elemento

activo na ajuda ao outro lado de lá. - E,

dizendo isto, o inspector Melo fez um

gesto em direcção de Espanha, mas logo

depois calou-se, realizando que já tinha

falado de mais. Mas Diogo não perdeu a

oportunidade:

- Ah, é essa a suspeita! E há alguma

lei que diga que se é herói nacional quando

se ajuda os nacionalistas, mas que se é

inimigo da Pátria quando se ajuda os

republicanos?

O inspector Melo preferiu ficar calado e Diogo insistiu:

- Diga-me, senhor inspector: há

alguma lei que lhe permita prender o dr.

Rafael Monteiro com base na suspeita de

que ele ajudou o governo legítimo de

Espanha?

O inspector continuou em silêncio,

mas as falanges dos dedos estavam

brancas, enquanto ele apertava uma mão

na outra, para se dominar. Diogo, porém,

não se conteve:

- Gostava de saber se a PVDE está

ao serviço da República Portuguesa ou do

general Franco, em Espanha...

Enfim, o inspector Amílcar de Melo

reagiu, levantando-se e olhando-o com um

ar de ódio que colheu Diogo de surpresa, de tal modo
parecia vir de muito longe «

muito fundo.

- Por respeito à família a que o senhor pertence, dou por terminada a nossa conversa agora, sem mais. Faça-me o favor de sair, senhor engenheiro Flores.

- Que tem a minha família a ver com isto?

- Procure nos arquivos.

- Eu não sou polícia, não tenho arquivos.

Se pudesse, o inspector dava-lhe um tiro. Mas, aparentemente, não podia. Limitou-se a fazer um gesto para a porta.

- Faça o favor de sair.

Mas Diogo não se mexeu. Estava de pé e continuava a enfrentá-lo.

- Posso ver o preso? -Não.

- Na sua presença?

- Não.

-Porquê, senhor inspector? Ele não

está... apresentável?

O inspector Melo fez ainda um

esforço supremo para se controlar.

Caminhou até à porta e abriu-a, sem

sequer estender a mão para se despedir.

- O preso em questão foi transferido

para Lisboa esta tarde. Parece que as

coisas são mais complicadas do que se imaginava. Diga à mulher dele que não o

espere Para jantar tão cedo. Mas talvez o

senhor

engenheiro

lhe

Possa

fazer

companhia, entretanto: consta que ela não

é esquisita.

Mal chegou a Valmonte, Diogo foi à

procura do ““mão. Encontrou-o num

pequeno picadeiro coberto que Pedro

fizera construir, prolongando o estábulo.

Cada Vez passava mais horas a cavalo,

talvez porque a cavalo não se notasse a sua

deficiência física, como se notava ao

caminhar. Agora, montava o Fantasma, um

puro-sangue inglês, todo preto e de testa

branca, que contrastava com os cavalos

brancos

de

raça

lusitana

que

tradicionalmente ocupavam a estrebaria de

Valmonte. Pedro volteava a galope, em

círculos à roda do picadeiro, o Fantasma

resfolegando e coberto de suor, e ele próprio, inclinado para a frente sobre o

selim, com uma expressão de obstinado,

como se cumprisse alguma pena. Saudou

Diogo com um gesto de cabeça, quando o

viu entrar, e prosseguiu no volteio ainda mais uns dez minutos, em que só se escutava o som ritmado dos cascos do cavalo na areia escura do picadeiro e a sua respiração cansada reclamando tréguas. Quando, enfim, parou e desmontou, começando a passear o Fantasma à rédea, Diogo aproximou-se.

- Pedro, preciso de falar contigo.

- O que foi?

- O Rafael Monteiro foi preso pela PVDE de Elvas. Fui lá tentar vê-lo e saber porque o tinham preso, mas parece que foi transferido hoje à tarde para Lisboa.

- E que tenho eu a ver com isso?

- Venho pedir a tua ajuda, em nome da Luísa, a mulher dele. Ela não sabe o que fazer, não tem conhecimentos, não o deixam ver um advogado.

- E que queres tu que eu faça?

- Que o ponhas cá fora, Pedro. O Rafael não é comunista nem está, seguramente, envolvido em qualquer conspiração contra o regime.

- Então, porque o prenderam?

- Parece que colaborava com os republicanos, em Espanha. Não sei ao certo: a Luísa julga que ele andava a fazer uns voos para Espanha para levar coisas para os republicanos ou, talvez, para trazer refugiados. Pedro estancou, encarando o irmão.

- Diogo, eu combati do outro lado! Como é que me podes vir pedir ajuda?

- Precisamente por isso. Se tu, que és português, combateste de um lado, o Rafael tem o mesmo direito de ajudar o outro lado. Tu não foste preso por ter ajudado o Franco, pois não?

- Mas nunca esperei misericórdia dos

meus inimigos...

- Mas isso era em Espanha, Pedro!

Rafael foi preso em Portugal e Portugal,

oficialmente pelo menos, não tem partido

na guerra de Espanha: aqui, não há amigos

nem inimigos. Se o prendem a ele, deviam prender-te também a ti.

Pedro ficou pensativo por instantes.

- Não sei o que possa fazer, Diogo...

- De certeza que conheces alguém

que possa fazer alguma coisa! Ele está a

ser torturado, Pedro!

- Como o sabes?

- Não é difícil de adivinhar: por isso

é que não o deixam ver a família nem o

advogado.

Pedro suspirou.

- Tu e as tuas verdades evidentes!

Bom, quanto mais não seja para te

desmentir, vou ver o que posso fazer.

Diogo agarrou na mão do irmão.

- Obrigado, Pedro.

- Não me agradeças antes de tempo.

E não me agradeças por uma coisa que não tenho orgulho algum em fazer. Faço-o por ti, mais nada: o destino do Rafael Monteiro é-me absolutamente indiferente.

Diogo virou as costas para se ir embora, mas, de repente, lembrou-se de uma coisa e voltou para trás.

- Pedro, conheces o inspector Amílcar de Melo, o chefe de posto da PVDE em Elvas?

- Conheço.

- Conheces de onde?

- Conheço. - Pedro limpava o suor do Fantasma com uma toalha de linho.

- E o nosso pai conhecia-o?

- Conheceu-o, sim.

- Como, não me queres contar?

Pedro suspendeu a limpeza do

cavalo e olhou o irmão.

- Não, não tens necessidade de saber.

- Sou filho do mesmo pai, Pedro!

Pedro pousou a toalha, enfiou a mão

no bolso das calças de onde sacou um

maço amarrotado e acendeu um cigarro.

Expeliu a primeira baforada de fumo para

o ar. Parecia mais velho e, sobretudo, mais cansado que o irmão.

- Lembras-te do Gaudêncio, o

rendeiro

a

quem

o

pai

deu

de

arrendamento a courela da Ervideira e que

nunca fez nada dela?

- Lembro-me: aquele que não pagava

renda e a quem tu, estranhamente,

perdoaste um atraso e com quem, depois,

negociaste a saída a bem?

- Esse mesmo. Pois o Gaudêncio não

podia tomar bem conta da courela porque

ele não percebia nada do assunto: nunca

fora agricultor. Era um republicano, maçon

feroz, de Lisboa, e que esteve implicado

no atentado contra o Sidónio Pais.

Apareceu aí, escondido, e o pai, que

odiava o Sidónio, deu-lhe guarida e fê-lo

rendeiro. Mudou de nome e viveu, lá no descampado da Ervideira, sem nunca

ninguém dar com ele.

- E que tem o inspector Amílcar de

Melo a ver com isso?

- O Amílcar era o filho mais velho

do Gaudêncio.

No dia seguinte, Pedro partiu para

Lisboa e três dias depois telefonou ao irmão:

- Diogo, podes vir buscar o Rafael amanhã à tarde.

- Bravo, Pedro! Obrigado! Vou já dizer à Luísa, para ela ir comigo.

- Não, vem sozinho.

- Porquê?

- É melhor assim. Eles estão à tua espera, é só apresentares-te.

- Tu não vais também?

- Não, não há necessidade. Basta ires tu.

Havia apenas um ano que ele não via o amigo Rafael Monteiro, mas parecia que tinham passado vinte por cima dele. Tinha unhas das mãos arrancadas, marcas de queimaduras de cigarros nos braços, um olho quase fechado e negro, equimoses no pescoço e na cara. Mas isso era o menos: o

que sobretudo o impressionava era

lembrar-se da alegria contagiante de

Rafael, a sensação que ele transmitia de

que a vida era um eterno voo de avião,

acima das misérias e tristezas do mundo, e olhá-lo agora, muito quieto e silencioso,

sentado no banco do carro a olhar em

frente, segurando uma na outra as mãos

trémulas, como Se guardasse dentro de si

um segredo vergonhoso de que Jamais se

libertaria e jamais partilharia. Quis levá-lo

a Jantar em Lisboa, passar por um médico

para ser visto, dormir uma noite

confortável no hotel antes de voltar para

casa, distraí-lo de alguma forma. Mas tudo

foi em vão, a única coisa que Rafael dizia

era “vamos para Estremoz”. E assim o

entregou, meia-noite fechada, à porta de

casa e ao olhar aterrorizado de Luísa.

No final do Verão, Diogo decidiu

que tinha de ir ao Brasil, acompanhar

pessoalmente o assunto da compra da

fazenda. Convidou Amparo para o

acompanhar, mas ela declinou o convite:

no mais fundo de si mesma, tinha decidido já que o Brasil não era assunto de família,

mas somente devaneio do marido. Ele

insistiu - mas apenas o suficiente para que,

mais tarde, ela não pudesse vir acusá-lo de

a abandonar enquanto ia a negócios ao

Brasil. Porém, Amparo não resistiu a

comentar:

- Vais ao Brasil, agora? E a época de

caça?

- Há coisas mais importantes do que

a caça...

- Ai há?

- O nosso futuro é mais importante.

Ela achou melhor não acrescentar nada.

E assim ele partiu outra vez, rumo ao

Rio. Doze dias de mar incerto, doze longos dias e noites inquieto, com a sensação de

que, de facto, estava a abandonar o que

não devia e em busca do que não sabia. A

partir da sétima ou oitava noite a bordo,

quando o calor tropical do Sul começou a

tornar mais difícil o sono, ele desatou a

pensar obsessivamente em Benedita.

Tentou afastar os pensamentos, tentou,

mais do que tudo, convencer-se mesmo de

que ela não tinha nada que ver com a sua

viagem e com o seu projecto insano de

comprar uma fazenda de gado no Vale do

Paraíba. Tentou, sim, mas as longas noites

de insónia a bordo do paquete, essas noites

de neblina quente que a proa do navio ia

rompendo, os primeiros sinais de terra,

aves perdidas que volteavam sobre as

luzes do tombadilho, seixos e folhas de

palmeira à deriva na espuma das ondas, e

até - pareceu-lhe uma noite - os sons de

música que vinham da direcção onde ele supunha estar a terra do Brasil, tudo isso,

que mais e mais o aproximava do destino,

lhe dizia que o desejo violento de voltar a

ver Benedita, cheirar o odor inebriante da

sua pele escura, morder o sorriso branco

dos seus dentes perfeitos, sentir o enlace

de cobra das suas pernas ao redor do

corpo, escutar o seu riso de cascata por

desbravar, isso, se calhar mais do que tudo

o resto, era a vontade que o mantinha

atado ao leme - como o marinheiro do

“Mostrengo”, de que falava o poema de

Fernando Pessoa. Nessas coisas, honra

lhes seja, os homens são mais irracionais

do que as mulheres: são capazes de

atravessar um oceano só porque lhes arde

um desejo entre as pernas - embora esse,

jurava ele a si mesmo, não fosse o caso. E,

todavia, a pergunta atormentava-lhe agora as últimas noites da travessia daquele a que os antigos Portugueses chamavam o “Mar Oceano”: estaria ela à espera dele no Rio?

Não estava. Nessas coisas, as mulheres são mais racionais do que os homens: o seu desejo é mais meditado, mais seguro, mais inteligente do que o dos homens. Nasce da cabeça para os pés e nunca esquece a manhã do dia Seguinte.

Benedita tinha deixado um bilhete à sua espera, na recepção do Palace, escrito dois meses antes:

“Querido Diogo

Conforme lhe prometi, deixo aqui essa nota para dar conta de que enfim me cansei dessa vida do Rio e de perseguir a consumação de um

sonho que aqui não vai, jamais,

acontecer.

Arrumei

as

poupanças

que

eu

tinha,

incluindo aquilo que você

generosamente

me

deixou

quando partiu, e me mudei para

Vassouras, com mamãe e meu

filhote, agarrando um tranquilo

emprego na Prefeitura local.

Não é ainda o sonho da

chácara, mas, quem sabe, um

dia não chego lá?

Na

hipótese,
bem
improvável, de uma ocasião me
querer voltar a ver e falar junto
comigo desse sonho, só tem de
me procurar em Vassouras. A
terra é pequena e todo o mundo
se conhece.
Rezo para que você seja
feliz, meu querido.
Benedita.”
Durante semanas, ele guardou o
bilhete de Benedita no bolso do casaco:
por maior que fosse a sua vontade ou o
desejo, não lhe sobrou sequer tempo para
encarar a hipótese de ir à procura dela em
Vassouras. E, além disso, não lhe escapara
o sentido da frase “se algum dia quiser
falar junto comigo desse sonho”. Não, ele
não estava em condições de o fazer, nem

queria. Queria apenas voltar a vê-la, com a mesma ausência de compromissos e “sonhos com que se tinham conhecido. Gastou assim essas semanas a visitar as seis fazendas do Vale do Paraíba que o agente imobiliário vivamente recomendava e que o seu correspondente bancário no Rio avalizara. O preço era umas cinco vezes inferior ao das terras em Portugal, os salários dos empregados residentes eram dez vezes mais baixos ainda do que os salários de miséria que se pagavam no Alentejo, e a água escorria das montanhas, brotava debaixo de terra, corria nos vales e atravessava cada uma das propriedades como se, antes de tudo o resto, fosse a água que lá estivesse. Para quem vinha de terra seca, erva escassa e chuvas imprevisíveis, aquilo era como uma visão do Paraíso. Todas as seis fazendas, sem

excepção, o deixaram cativado. Mas uma delas, a segunda que visitara, era, sem sombra de dúvida, o lugar mais bonito que alguma vez vira à face da terra. Forçou-se a visitar as outras quatro que restavam ainda, sabendo todavia que o seu coração e o seu olhar já haviam decidido.

Chamava-se Fazenda Águas Claras - um nome profético, poético, adequado na perfeição ao que ele, inconfessadamente, procurava. Ficava junto ao - outro nome profético - e um afluente do rio percorria a propriedade, formando uma cascata a uns cem metros da casa, junto aos terreiros que tinham servido para seca dos bagos de café, de modo que o ruído da água, caindo da cascata e correndo ao longo do jardim de jacarandás e do pomar, escutava-se vinte e quatro horas por dia, marcando o ritmo dos dias e embalando as noites. O

homem que a tinha edificado, como tantos outros, alimentara a esperança de um dia ser feito barão pelo Senhor D. Pedro I Imperador do Brasil. Fora há uns sessenta anos atrás, e o que ficara desse devaneio de grandeza era uma alameda de palmeiras-imperiais no caminho conduzindo até a entrada principal da casa e que hoje tinham crescido a uma altura incomensurável, e uma sala de jantar capaz de sentar mais de trinta comensais, e onde o Imperador jamais se sentara.

Quando chegou à Fazenda Águas Claras, o dia estava a morrer e os candeeiros a petróleo, que substituíam a luz eléctrica que ainda não chegara ali, iluminavam as salas atravessadas numa semiescuridão interrompida a espaços

pelos reflexos da luz tremeluzente nos

largos espelhos de talha dourada das

paredes. O dono vivia há muito em S.

Paulo e quem os recebeu, e já os esperava,

foi o capataz da fazenda, um homem muito

magro, de falas escassas, bem educado e

com um olhar azul atento que procurava

adivinhar em Diogo ao que vinha ele.

Chamava-se Tomaz e, logo de imediato,

Diogo simpatizou com ele e, ao longo da

noite e do dia seguinte, notou que o mesmo sucedia com o outro. Os quatro -

Diogo, Tomaz, “seu” Aguinaldo e o agente

imobiliário (que tinha a imensa vantagem

de

só

abrir

a

boca

quando

era

expressamente interpelado) - jantaram na

copa, desprezando a sala de jantar

“imperial” e, em vez disso, aconchegados

num espaço delimitado por dois imensos

armários de loiça e “mercearias” que

ocupavam as paredes laterais, construídos

em genuína madeira de acaju e albergando

ainda o serviço de mesa mandado fazer em

França - em Limoges, mesmo -e que nunca

tivera, todavia, a honra de servir o segundo

e último Imperador do Brasil. E, pelas

portadas abertas para a varanda, escutava-

se sempre, sempre, o som do rio correndo

lá fora.

Ainda se cultivavam uns pés de café

em Águas Claras e foi dele que beberam após o jantar, na varanda virada para o

jardim e para o som da água do ribeiro.

Também havia uma aguardente feita na

fazenda, autêntica e inesperada obra de arte, da autoria de um tal de Quinto Adriano, que percorria as fazendas da região oferecendo oS seus serviços de alambiqueiro e cujo nome, segundo constava, ele fora buscar ao vinho do Porto Adriano Ramos Pinto, a mais conhecida casa de vinho do Porto a ter começado a exportar para o Brasil. Além da aguardente, fazia também as garrafas - uma espécie de réplica em ponto pequeno dos vitrais das catedrais góticas da Europa, e, no dizer resguardado de Tomaz, nisso esgotava todos os seus dons ou utilidades conhecidas.

- Pois parece-me muito bem -

comentou Diogo, rodando o copo entre as mãos, feliz e esquecido de tudo o resto. -

Um homem que faz uma aguardente destas

e que, além do mais, ainda lhe acrescenta

umas garrafas tão artísticas não precisa de

demonstrar mais nenhum outro talento!

E, nessa noite, quando se deixou

adormecer de janela aberta e quando,

através dela e mesmo antes de adormecer,

continuou ainda a escutar o som da água,

quando entreviu a lua em quarto crescente

rompendo uma fiada de nuvens e vindo

deitar-se no soalho aos pés da cama,

quando um pássaro nocturno veio pousar

no beiral da janela, espreitando para dentro

do quarto como se quisesse descobrir

quem era ele e o que fazia ali, nessa noite,

Diogo percebeu que tinha acabado de

descobrir o seu lugar no mundo.

E assim, no dia 10 de Novembro de 1937, no Oitavo Tabelião do Rio de

Janeiro, Diogo Ribera Flores, nascido

Morgado de latifúndio alentejano, em

Portugal, tornou-se dono de uma fazenda

no Brasil, junto ao Rio das Flores, na

confluência dos Estados do Rio, Minas e

S. Paulo. Comovido com o acto, suando as

estopinhas no seu absurdo fato de fazenda

inglesa, Aguinaldo Baptista - que muito

acaso e escondidos méritos tinham feito

executor local de toda aquela demência -

abriu os braços em direcção a Diogo e

estreitou-o num sentido aperto de risonho

futuro:

- Ah, doutor Diogo, a partir de agora,

o seu destino está para sempre ligado ao

destino do Brasil! Agora é que o senhor

pousou mesmo pé nesta terra!

Ao pequeno-almoço, no Copacabana

Palace, Diogo notou que o empregado estava com uns modos estranhos. Serviu-o sem dizer palavra e, quando lhe estendeu como habitualmente o jornal do dia, fez um gesto de recuo, como se se quisesse demarcar das notícias do jornal. Diogo abriu o jornal e leu: nessa noite, Getúlio Vargas consumara, enfim, o seu longamente amadurecido golpe de Estado palaciano. Entre outros, tinham-no apoiado nesse levante silencioso os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, além de Filinto Múller - o chefe da polícia que prendera e desmantelara

a

rede

conspirativa

do

fracassado

golpe

comunista chefiado por Luís Carlos

Prestes, dois anos antes. As eleições

presidenciais

às

quais,

constitucionalmente, Vargas não se poderia

candidatar - estavam suspensas, assim

como

a

própria

Constituição.

A

Assembleia era dissolvida e os partidos

também. A censura à imprensa era

estabelecida
e
criavam-se
tribunais
especiais para julgar os crimes políticos. O
regime
adoptava
duas
directrizes
fundamentais Ordem e Progresso - e
recebia um nome de baptismo: Estado
Novo.
Tal
qual
como
a
ditadura
estabelecida por Salazar em Portugal.
Diogo pousou o jornal na mesa, com
um suspiro. “Porque será que tudo o que é

velho e vicioso gosta de se fazer passar por

novo e virtuoso?” - pensou para consigo.

Atravessara um oceano inteiro para buscar

um país onde a liberdade não fosse uma

ideia viciosa. Mas, afinal, a virtude voara

mais depressa do que ele. Não há volta a

dar contra o destino: ele falhara por um

dia. E assim, como dissera Aguinaldo

Baptista, o seu destino ficara agora para sempre ligado ao desse Brasil Novo que

Getúlio Vargas prometia.

Regressou

a

Valmonte

em

Dezembro, ainda a tempo de gozar os

últimos dias de caça e de passar mais um

Natal em família. Era uma sensação

estranha sair do calor violento e abafado

do Verão brasileiro e entrar no frio

inclemente das manhãs de geada do Alentejo - esse manto branco, de algodão líquido, que descia sobre o campo a meio da noite, tapando a visão de um céu de minério pejado de estrelas e logo o envolvendo de manhã, antes do nascer do dia, quando se encontrava com os outros caçadores na cozinha do monte e juntos se aqueciam à lareira que ardia no chão, enquanto esperavam pelos ovos mexidos, o queijo fresco da véspera e o pão da fornada da noite, quente e ainda húmido e ligeiramente azedo. Por muitos anos guardaria na memória, tão nítida quanto a visão desse céu de estrelas de Dezembro no Alentejo, as imagens dos melhores lances dessa incompleta época de caça em Valmonte. Por muito tempo recordaria, quase voltando a sentir fisicamente a mesma sensação inexplicável, aquela

manhã em que, numa parte da herdade a que chamavam Os Silvados - uma zona dura, de grandes pedregulhos e mato cerrado - o seu cão levantara um par de perdizes, que largaram voo com aquele som abafado de ventoinha produzido pelas asas, uma para a esquerda e outra para a direita, e ele se sequer pensar nem olhar duas vezes, correu a mão para da esquerda e abateu-a “seca”, morta redonda a trinta passos, e depois procurou a da direita na direcção em que a tinha visto arrancar e foi buscá-la a uns cinquenta metros com um tiro letal que a fez cair de cabeça para baixo, sinal de que tinha morrido em pleno voo. Ou uma outra manhã em que ele e Pedro, acompanhados do Júlio Carrasco o melhor negaceiro de Estremoz e arredores, haviam montado as três barracas para a caça aos pombos à negaça (pombos

domesticados com um capuz enfiado na cabeça, que se atiram ao ar, para atrair a atenção do bando que voa lá no alto) e juntos haviam caçado 78 pombos em duas horas, aproveitando com mestria uma "descida" de pombos perfeita - com o céu limpo, o vento a favor, bandos no ar em busca de bolotas no chão e um "negaceiro" capaz de dominar essa arte de caça que é um misto de emboscada e camuflagem, de capacidade de ler o terreno e os elementos, de paciência e infinita calma, e, só depois, de pontaria.

E assim foi passando o tempo e entrou o ano de 1939. O Estado Novo vivia em Portugal um momento de consagração e apogeu. Três meses antes e sem oposição, todos os candidatos da União Nacional, o único partido permitido, foram, obviamente, eleitos para o que era o

mais dócil e monocórdico Parlamento do mundo, a par do Soviete Supremo da URSS. O país inteiro parecia mobilizado para o aparatoso evento que se antevia vir a ser a Grande Exposição do Mundo Português, de 1940, com que o regime pretendia celebrar os seus feitos e mostrar ao povo que eles eram os genuínos continuadores de oito séculos de gloriosa história. A alma da Exposição era o jovem e frenético ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, que acumulava o cargo com o de presidente da Câmara de Lisboa. Mas ele não se ficara pela Exposição: mandara construir a Praça do Areeiro, abrindo uma nova centralidade a Lisboa, delimitara o Parque de

Monsanto,
destinado a ser “o pulmão da cidade”, e,
para o servir, construíra um viaduto sobre
o vale de Alcântara e os primeiros
quilómetros de auto-estrada em Portugal.
No Parque de Monsanto, iniciara as obras
do
Estádio
Nacional,
inspirado
na
arquitectura grandiloquente do fascismo
italiano e do nazismo alemão. De Lisboa a
Cascais, ao longo do estuário do Tejo,
estava também em construção a Estrada
Marginal, ex-líbris da modernidade, e mais
o aeroporto, a ponte sobre o Tejo em Vila
Franca de Xira, e por aí fora, num
frenesim de obras públicas a que só a sua
morte num estúpido acidente de automóvel

poria termo, quatro anos mais tarde.

Mesmo sem esperar pelo fim da

Guerra Civil espanhola, Salazar - que achara melhor, entretanto, chamar a si, em

acumulação, a pasta de ministro dos

Negócios Estrangeiros - reconhecera já o

regime de Franco, sediado em Burgos.

Fora criada a Mocidade Portuguesa -

grupos de jovens vestidos de fascistas e

saudando de braço esticado - inspirada na

Juventude Hitleriana, com quem, aliás,

trocavam visitas. Em breve, a Mocidade

tornou-se obrigatória para todos e passou a

fazer parte do curriculum escolar oficial,

consistindo em aulas mistas de desporto e

actividade física, a par de dissertações

teóricas sobre a Pátria e Salazar -

proclamado pela Assembleia Nacional

“benemérito da Pátria”.

“Morto!

Morto!

Portugal

está

morto!”, pensava Diogo, ao ler os jornais

da manhã, todos os dias. “Um país em que

todos pensam o mesmo, todos dizem o mesmo, todos escrevem o mesmo e todos

juram obediência eterna e devoção ao

mesmo chefe, está morto e enterrado!”

Nada de novo ou de diferente parecia

acontecer em Portugal, com excepção,

talvez, de uma jovem fadista, de seu nome

Amália Rodrigues, que ele fora ouvir

cantar, em companhia de Amparo, no

Retiro da Severa. Amália era, de facto,

diferente: a coisa mais séria que tinha

acontecido no fado, desde Alfredo

Marceneiro. Mas o governo pensava o

mesmo e, em breve, Amália estava

também “expropriada” pelo regime e ao

serviço da propaganda do Estado Novo - como a Nossa Senhora de Fátima, a equipe de futebol do Sporting ou tudo aquilo que porventura pudesse servir de distracção ou de escape ao povo.

Anos antes Salazar traçara directrizes precisas para a agricultura alentejana: a Campanha do Trigo. Segundo as instruções do governo, as extensas planícies alentejanas deveriam ser, na sua maior parte, dedicadas ao cultivo do trigo, quase como monocultura. O Alentejo estava destinado a ser “o celeiro da nação” - quem cultivasse trigo seria apoiado, quem não o fizesse não só não contaria com qualquer apoio do Estado, como até corria o risco de ser olhado como

antiportuguês. Desde a primeira hora,

Diogo esteve contra a Campanha do Trigo.

Pedro desconfiara que ele o fizesse por

razões políticas, mas Diogo tinha puxado

dos seus galões de engenheiro agrónomo

para defender os seus pontos de vista:

- O Alentejo tem um problema

crónico, que é a falta de água - coisa que

nós, em Valmonte, felizmente, não sentimos tanto assim como outros. Mas

aqui chove pouco, os Verões são

demasiado quentes e secos e os Invernos

frios e de geada. O trigo apenas vai

contribuir para tornar a terra mais seca e

ressequida e os pousios terão de ser muito

mais próximos, sob pena de nunca mais

crescer uma erva onde antes esteve trigo.

- O que propões tu, então? - inquiriu

Pedro.

- O oposto de uma monocultura, e

especialmente de uma coisa tão nociva e

desadequada como o trigo. Proponho uma

diversidade de culturas, conforme as

estações do ano, as aptidões de cada

terreno e a quantidade de água no solo. As

pastagens para o gado e o montado de

sobro, com certeza. Um bocado de vinha,

o olival, mel, as hortícolas e árvores de fruto junto à ribeira, milho nos anos em

que chover muito e houver água na represa

no Verão, tremocilha e ervas para a criação

de borregos, porcos no montado a

comerem as bolotas e, mais do que isso:

proponho que Valmonte não seja apenas

uma herdade para produção de gado ou de

cereais ou mesmo para uma produção

diversificada, como eu defendo.

- Como assim?

- Fazemos uma adega e tratamos nós

próprios do vinho e engarrafamo-lo. O

mesmo com o azeite, com com potas de

fruta, mel, queijos, enchidos de porco. Não

nos limitamos a produzir: transformamos a

produção e vendemos o produto acabado.

Criamos uma marca comercial “Valmonte”

-

e

vendemos

para

o

mercado,

directamente para o retalho, sem passar por outros intermediários. Não existe tal

coisa em Portugal - excepto com o vinho.

Temos um novo mercado inteiramente à

nossa espera. Eles que se ocupem do trigo,

Pedro!

- Isso vai precisar de mais mão-de-

obra.

- Vale o preço, Pedro.

Pedro
passeou-se
na
salinha,
pensativo.
- Hum, não sei, Diogo. Nunca
fizemos isso, aquilo que sempre fizemos
foi só criar gado para vender, cortar a
cortiça e entregar as azeitonas no lagar. O
que tu propões,nunca fizemos, nem nós
nem ninguém aqui em redor.
- Alguém tem de ser o primeiro...
- Eu acho - interveio Maria da
Glória, que seguia a conversa atentamente
-, eu acho, Pedro, que aquilo que o Diogo
está a dizer faz sentido. Essa Campanha do
Trigo assusta-me: e se a coisa corre mal?
- Tem preços garantidos, mãe. Trata-
se de fazer pão e o pão ainda é a
necessidade mais básica do país!

- Mas não é a única. O mercado não

se esgota no pão - volveu Diogo.

- Hum... - Pedro ainda não estava

convencido. - Temos de pensar melhor no

assunto.

No final, Pedro levou a sua vontade

avante: metade da área cultivável de

Valmonte fora inscrita no plano nacional de produção de trigo. Ele mesmo negociou

tudo sozinho e só comunicou à mãe e a

Diogo depois de ter assinado os papéis.

Diogo ouviu a notícia sem dizer nada e só

à noite, no quarto, desabafou com Amparo.

- O que Pedro fez... não se faz. Não

apenas cometeu uma asneira, apesar de

avisado para tal, como a cometeu para me

mostrar que, em última análise, é ele que

manda aqui.

Amparo olhou o marido, afundado

na poltrona do quarto: ia fazer trinta e

nove anos daí a meses. Tinha envelhecido ultimamente, os primeiros cabelos brancos despontavam aos lados do seu cabelo negro, lustroso e abundante, que sempre fora um dos seus maiores atractivos. A sua tendência para se fechar sobre si mesmo e alhear-se das coisas tinha-se acentuado desde a sua última viagem ao Brasil. Às vezes parecia flutuar em Valmonte, como se não fizesse parte daquela casa e daquela família. E, justamente, por ironia das coisas, quando parecia interessar-se pelo destino da propriedade, Pedro puxava-lhe o tapete de baixo dos pés.

- Eu acho que tens razão, Diogo. Tens razão naquilo que explicaste sobre a exploração de Valmonte, que, de facto, faz todo o sentido e só demonstra como tu consegues ver para a frente. E tens razão naquilo que dizes sobre o Pedro. Mas tens

de o compreender!

- Porquê?

- Porque ele sente que, ao fim e ao

cabo, a responsabilidade de dirigir a

herdade e tomar decisões todos os dias lhe cabe a ele. É o preço que tu pagas por teres

um pé aquie outro no Brasil...

Dias depois, Diogo recebeu a visita

de Francisco Menezes, o seu sócio e amigo

de sempre, que se tinha anunciado para

jantar e conversar. Diogo acolheu-o com

um tamanho entusiasmo que se diria que

estava a receber o último dos da sua tribo.

Até foi à cozinha indagar sobre o jantar e

confirmar que as perdizes estufadas - o

prato preferido de Francisco - estavam em

devida cozedura e que não faltava a

aguardente de zimbro de Valmonte, de que

o amigo era devoto. Mandou preparar o

quarto azul, na esperança de que ele

ficasse também para dormir, e cuidou de

que]a não faltasse uma jarra de flores

entrançada em jasmim Para lhe perfumar a

noite. Depois do jantar - em que Francisco,

como habitualmente, se excedeu em cortesias com Maria da Glória e elogios a

Amparo - arrastou o amigo para a

biblioteca, trancou a porta e ofereceu-lhe

um charuto da sua caixa: um Sancho

Panza. Esperou que ambos acendessem os

charutos, molhou a ponta do seu no copo

de aguardente, conforme era seu hábito,

expeliu a primeira baforada em direcção

ao tecto, recostou-se para trás na poltrona

de couro genuíno e gasto, e preparou-se

para uma magnífica noite de conversa.

- Então, Francisco, que novidades

trazes de Lisboa? Vai haver remodelação

do Governo?

- Vai.

- Vai? - Diogo não esperava uma resposta tão pronta e tão directa.

- Vai. Vai haver mudanças no Ministério das Colónias e nos embaixadores. O Armindo Monteiro vai para embaixador em Londres. Consta que o Salazar e ele não estão nas melhores relações, actualmente.

- E quem vai para o lugar de ministro das Colónias?

- Não te posso dizer ainda o nome do ministro. Só o do subsecretário de Estado do Ultramar - é assim que se vai chamar a pasta, agora.

- Ah, e quem é o fulano? - perguntou Diogo, distraidamente.

- Estás bem sentado?

- Estou! Porquê?

- O subsecretário de Estado do Ultramar vai ser este teu amigo.

- Tu? - Diogo olhou-o estarrecido. -

Tu agora és salazarista?

Francisco suspirou fundo. Tinha

vindo todo o caminho desde Lisboa a

pensar neste diálogo.

- Não sou salazarista, sou português.

Todos concordamos que vem aí uma

guerra na Europa e terrível. Salazar pensa

que é provável que quer a Alemanha, quer

a Inglaterra se venham a aproveitar do

conflito para tentar deitar mão às nossas

colónias de África e que é preciso ter uma

política firme no Ultramar para estreitar as

relações com a Metrópole e não deixar que

isso aconteça de ânimo leve. Eu estou de

acordo

com

esta

visão:

é

do

interessenacional, e não deste governo especificamente, defender o que é nosso, o

que herdámos dos nossos avós e teremos

de passar aos nossos filhos e netos.

- Francisco, tu não tens filhos,

quanto mais netos!

- Não brinques, Diogo: é uma forma

de expressão. Não é preciso ter filhos nem

alinhar com o regime para concordar que

Portugal não pode perder África. É

aquiloque

ainda

nos

dá

alguma

importância no mundo.

- E tu és o cruzado que vai defender
a África portuguesa?
- Não sou cruzado: fui convidado e,
como português, entendi que não era capaz
de dizer não.
- Entendeste?
- Sim, entendi. E gostava que tu,
como meu amigo, também entendesses
isso.
“Excelente charuto - pensou Diogo. -
Excelente aguardente. Que merda de
tempos estes!”
- Lembras-te do Rafael Monteiro?
- O teu amigo aviador, aqui de
Estremoz?
- Esse mesmo...
- Excelente pessoa, pareceu-me.
- Pois, essa excelente pessoa...
graças à intervenção do meu irmão Pedro,

fui buscá-lo, aqui há uns meses, à sede da PVDE, em Lisboa, onde estava preso.

Vinha

com

nódoas

negras

de

espancamento por todo o corpo, um olho

fechado, marcas de queimaduras de

cigarro nos braços, e não mais do que isso

porque cheguei mesmo a tempo. E sabes

porquê?

- Não.

- Porque era suspeito de ter

colaborado com os republicanos espanhóis

- o governo legítimo de Espanha, nota

bem!

- Não sabia... - Francisco fingiu que

o charuto se tinha apagado e concentrou-se

em reacendê-lo.

- Pois é: tu não vais apenas servir o teu país e o interesse nacional, como dizes. Tu vais fazer parte de um governo que prende e tortura, não apenas aqueles que decide que o ameaçam, mas também todos os que, mesmo em questões de política internacional, não comungam das mesmas ideias que esses fascitóides do Estado Novo. Arranja as justificações que quiseres e que te sosseguem a consciência, Francisco, mas comigo não vale a pena! Era uma vez um amigo!

- É assim que tu vês as coisas? Afinal, és igual aos que criticas: quem não pensar como tu, não pode ser teu amigo!

- Alto, não confundas: eu não mando prender nem torturar os que não pensam como eu. E só não posso continuar teu amigo por uma razão muito simples: porque perdi o respeito por ti e não vejo

maneira de ser amigo de quem não respeito.

Francisco levantou-se, pousando o
copo na mesinha ao lado do sofá.

- Cada um escolhe os amigos que
quer ter e não há nada a fazer. Mas temos
ainda uma outra questão pendente: somos
sócios... - O que sugeres? - Vendo-te a
minha parte e arranjas quem me substitua
em Lisboa. De qualquer modo, não iria ter
tempo nem :ondições para continuar a
dirigir a Atlântica. - Não tenho dinheiro
para te pagar, agora. Acabei de comprar a
fazenda no Brasil, como sabes.

- Pagas a cinco ou a dez anos, não
tenho pressa. Os advogados tratam de
escrever um contrato e não te preocupes:
vendo barato.

- Como a nossa amizade?

Francisco não respondeu. Virou
costas e saiu, fechando ; cuidadosamente

a porta atrás de si.

XVIII

Há decisões que se tomam e que se lamentam a vida toda e há decisões que se amarga o resto da vida não ter tomado. E há ainda ocasiões em que uma decisão menor, quase banal, acaba por se transformar, por força do destino, numa decisão imensa, que não se buscava mas que vem ter connosco, mudando para sempre os dias que se imaginava ter pela frente. Às vezes, são até estes golpes do destino que se substituem à nossa vontade paralisada, forçando a ruptura que temíamos, quebrando a segurança morta em que habitávamos e abrindo as portas do desconhecido de que fugíamos.

Na Primavera de 39, Diogo tinha decidido voltar ao Brasil, para orientar pessoalmente a exploração da Fazenda

Aguas Claras que estava em gestão
corrente desde que a tinha comprado,
entregue à direcção do feitor Tomaz. Mas
Amparo recusou-se a acompanhá-lo,
argumentando que os filhos ainda eram
muito pequenos para os deixar Com a avó
e que estava fora de questão viajarem os
quatro, devido ao preço incomportável por
que ficariam as Passagens de barco. Não
era bem verdade que os filhos ainda
fossem pequenos para ficar: o Manuel
tinha feito oito anos e a Assunção ia fazer
sete. Ambos estavam crescidos, saudáveis
e eram de temperamento independente e
despachado, no que saíam a Amparo e se distinguiam de tantas crianças que nessa
idade ainda vivem agarradas às saias das
mães. Lá no fundo, Diogo desconfiava que
a verdadeira razão da recusa de Amparo
em viajar até ao Brasil era instintiva: ela

não queria, de forma alguma, contribuir para alimentar os sonhos e os projectos do marido no Brasil - os quais sempre julgara não augurarem nada de bom para a família. Mas ele não insistiu. Em vez disso, que-dou-se, hesitante e pensativo, quando Manuel, que assistia a uma das conversas dos pais sobre o Brasil, exclamou de repente:

- Pai, leva-me a mim! Tu prometeste que me levavas...

E assim se chegou a uma espécie de compromisso familiar: viajariam os homens, ficariam as mulheres. Mas isso obrigou Diogo a atrasar a viagem, tendo de esperar que as aulas de Manuel chegassem ao final do ano lectivo. Embarcaram em

Lisboa no dia 25 de Junho, com passagem de volta marcada para meados de Setembro - para a reabertura das aulas e, claro, para a abertura da caça.

Mas, às duas horas da tarde do dia 3 de Setembro, quando tinha acabado de almoçar na fazenda e lia um jornal atrasado no alpendre da casa, ouviu, através da onda curta da BBC, a notícia que iria mudar o destino de milhões de pessoas no mundo inteiro e também o seu: as primeiras horas da madrugada da antevéspera, lá longe na Europa, as tropas de Hitler tinham invadido a Polónia e, ao final da tarde do dia 3, em Londres, o primeiro-minis-tro Neville Chamberlain declarava a Inglaterra em guerra contra a Alemanha, logo seguido pela França. No dia seguinte, Diogo viajou com o filho para o Rio de Janeiro. Tentou, usando

todos os seus contactos e conhecimentos, antecipar o regresso a Portugal, num dos navios que viajariam para a Europa nos próximos dias: mas foi tudo em vão, não havia um lugar vago em navio algum, milhares de europeus, residentes ou de passagem pelo Brasil, disputavam arduamente um bilhete para a Europa. Havia a convicção generalizada de que quem não conseguisse viajar nos primeiros dias teria de o fazer depois com risco da própria vida. Os jornais noticiavam que Royal Navy e a esquadra alemã - sobretudo os seus temidos U-boot -iriam sair de imediato para o Atlântico, norte e sul, à caça uns dos outros e dos navios mercantes das potências em guerra ou

aliadas a ambos os lados: fora assim também que começara a 1ª Grande Guerra.

Passada a primeira quinzena de Setembro, a situação tornou-se ainda mais difícil com a escassez de navios de passageiros: ou eram desviados para transporte de tropas, ou não chegavam a partir da Europa, ou esperavam em Santos e no Rio instruções das casas-mãe. O Astúrias, da C.a Hamburguesa Sul-Americana, onde Diogo e Manuel tinham passagem marcada para o dia 15 de Setembro, foi um dos que não chegaram a zarpar da Europa e a companhia não sabia dizer quando teria novo navio com destino a Lisboa.

Primeiro por telegrama, depois por carta, Diogo e Amparo iam discutindo a situação à distância, nenhum dos dois sabendo muito bem que decisão tomar. Se estivesse sozinho, Diogo teria embarcado

no primeiro navio com destino à Europa, ou mesmo para África, de lá tentando depois chegar a Portugal. Mas, com o filho à sua guarda, ele dava-se conta de repente de quanto a sua liberdade de movimentos estava agora cerceada. Entrou Outubro e Novembro, chegou o Verão ao Rio, e os jornais davam conta dos ataques a navios mercantes em alto mar por parte das esquadras inglesa e alemã. Em Dezembro e com a concordância de Amparo, Diogo inscreveu o filho na escola oficial que distava uns quinze quilómetros da Fazenda Águas Claras, para o início do ano lectivo brasileiro, que começava em Fevereiro, depois do Carnaval.

Enquanto o seu destino ficava suspenso da correspondência dos pais e da sorte da guerra, Manuel, esse, estava deliciado com a situação. Sucedera-lhe o

mesmo que ao pai, três anos atrás: assim que pousara pé no Rio, ficara cativado

pelo Brasil. Primeiro, pelo Rio, onde tinha

passado quase todo o mês de Setembro, à

espera de embarque, e grande parte de

Dezembro, a banhos nas praias de Ipanema

e Copacabana. E, depois, pela região do

Vale do Paraíba e do Rio das Flores,onde

se situava a Águas Claras. : mesmo a

Manuel, ainda criança, não lhe escapara a

coincidência dos nomes - Ribera Flores, .

Concluiu que o lugar era seu.

A fazenda tinha cerca de duzentos

alqueires de terra (um alqueire de Minas

equivalia a cerca de 4,8 hectares, o dobro

do alqueire paulista) e resultara da divisão

de uma sesmaria - doação de terras virgens

e por desmatar, feita pelo Imperador a

quem se comprometesse a cultivá-las de

café - o “ouro negro” que prometia

substituir a riqueza exaurida do ouro de Minas Gerais. No apogeu da época do

café, cerca de 1870, a Águas Claras ficou

ligada à rede ferroviária com as demais

fazendas da região do Rio das Flores, a

qual, por sua vez, ia desembocar na via

férrea que ligava o Vale do Paraíba ao Rio.

Dois milhões de escravos trabalhavam

então nas fazendas de café, assegurando

uma prosperidade e uma riqueza nunca

antes vividas no Brasil por qualquer

segmento da sociedade. A opulência dos

“barões do café”, garantida por essa

semente que cento e cinquenta anos antes

um obscuro sargento-mor, Francisco

Palheta de seu nome, trouxera de uma

expedição à Guiana Francesa, permitiu que

essa nova casta emergente se desse ao

brilho da cultura como o não havia feito a

anterior classe rica dos donos dos

engenhos de açúcar do Nordeste. Quase

todas as casas das fazendas tinham sala de música ou salão de baile e biblioteca,

pintores consagrados foram chamados para

pintar murais nas paredes ou óleos

representando a fazenda e os seus donos e

familiares e, nas viagens destes à Europa,

encomendavam-se mármores e lustres

italianos, loiças francesas, serviços de

prata ingleses, cristais da Boémia e

pinturas flamengas.

Tudo estremeceu de morte em 1888,

com a abolição da escravatura, quando a

multidão de negros trazidos do Nordeste e

do ciclo abandonado do açúcar foi

libertada da noite para o dia. O dono da

fazenda Ubicara, um português de Trás-os-

Montes, foi o primeiro a lembrar-se de

recorrer à mão-de-obra importada: nos

quarenta anos seguintes, dois milhões de

imigrantes, na sua maioria portugueses e

italianos, substituíram os dois milhões de escravos negros libertados. Mas nada mais

voltaria a ser como dantes.

Foi em plena época do apogeu, na

década de setenta, que a casa grande da

Águas Claras, construída em 1836,

recebeu a sua primeira grande reforma e

expansão. Ao desenho original da casa -

um rectângulo linear com piso térreo e

primeiro andar - foi acrescentada uma

nova ala formando um L, a qual ficou

destinada a quartos e casas de banho,

libertando toda a ala principal para a

imensa cozinha e copas, capela, duas salas,

mais a “Sala do Imperador”, a sala de

jantar principal com 32 lugares sentados, e

outra sala de jantar para doze pessoas, que

era a única obviamente utilizada. A

fachada principal era enquadrada ao centro

por uma escadaria de vão único, em pedra

trabalhada, com estátuas de bronze representando a Fertilidade e a Felicidade,

no início dos corrimãos, e chegava-se lá

por uma imensa alameda recta ladeada de

palmeiras-imperiais

com

as

copas

niveladas a uma altura de vinte metros -

sinal infalível dos tempos de riqueza do

café. Mas era na fachada das traseiras,

virada a poente, que ficava o lugar

preferido de Diogo - um alpendre de

pedra, com tecto em madeira trabalhada

com pinturas florais e que abria para os

dois enormes terreiros de seca do café,

onde, no seu tempo, os bagos da planta

desembarcavam a boiar na água de

caneiros que desciam desde os morros das

plantações até à casa. Chamavam então

“lavadouros” a esses caneiros, e o seu

sistema era tão engenhoso que permitia

separar logo os bagos de café entre os

“cerejas”, que vinham arrastados no fundo

da água e seguiam para um dos terreiros, e os “secos”, que boiavam à superfície da

água e eram encaminhados para o outro.

Ao fundo do terreiro, ficava o rio do índio,

que atravessava toda a fazenda e que, ali,

formava uma pequena cascata que tinha o

sortilégio de fazer com que o som da água

a correr se escutasse, dia e noite, em

qualquer ponto da casa, do jardim e do

terreno à volta. O engenho e a tulha

estavam

agora

semiabandonados,

ameaçando ruína, mas a antiga senzala dos

escravos fora transformada em estrebarias,

armazém de forragens e casa do feitor,

bem como do pessoal ao serviço da casa e

da fazenda, que não eram mais do que

umas vinte pessoas. Pouco antes da venda,

e já com o objectivo dela, toda a pintura

rosa-velho das construções fora refeita, e

haviam-se

restaurado

as

portadas

venezianas das janelas, pintadas de verde-

escuro. Por dentro, a casa estava em estado bastante aceitável e tanto o soalho de

tábuas de peroba como as madeiras do

tecto, as janelas de guilhotina e as pedras

da cozinha mostravam que tinham sido

construídas em material capaz de resistir a

muitos anos. A casa, aliás, fora sempre

habitada, ao contrário de muitas outras nas

redondezas, abandonadas pelos donos que

tinham partido para a cidade ou que as haviam deixado em hipotecas bancárias, assim que o ciclo do café abriu falência. Mas, como a Águas Claras, havia agora várias fazendas a trocarem de donos, vendidas a criadores de gado paulistas ou gaúchos e a preços convidativos para quem quisesse tentar novo ciclo de prosperidade no Vale do Paraíba.

Diogo tinha ainda conseguido comprar a casa com a quase totalidade dos seus móveis originais. E por uma razão simples: porque em S. Paulo, onde vivia agora o antigo proprietário, não havia casa que conseguisse albergar armários de trinta metros de frente por três de altura, mesa de jantar para 32 pessoas, fogões de ferro a

lenha capazes de cozinhar seis pratos

diferentes

para

vinte

pessoas

simultaneamente, móveis para guardar

cereais com dez metros de comprido ou

camas de dossel em madeira de jaqueira

pesando quase meia tonelada cada uma.

Junto com os móveis, comprara também as

colchas, toalhas e lençóis de linho, um

trem de cozinha inteiro em cobre e outro

em ferro, jarras, pratos e porcelanas,

algumas pratas e um serviço completo de

Limoges para 24 pessoas, azul-escuro

debruado a ouro. No ano que tinha passado

desde a compra, limitara-se a substituir

alguns sofás por outros que mandara fazer

no Rio, instalara loiças de casa de banho novas, mandara de Lisboa um serviço

Vista Alegre para doze pessoas, e contratara um pintor que estava ainda a acabar de restaurar os frescos da casa, entre os quais o da sala de jantar grande, que ocupava toda a parede do fundo, representando uma vista geral da própria fazenda em pleno auge da exploração do café, tendo em primeiro plano a figuração da comitiva do Imperador D. Pedro II chegando à Fazenda Águas Claras através da alameda de palmeiras e aguardado ao fundo da escadaria de pedra por toda a família da casa e os escravos, impecavelmente alinhados em duas alas para receber Sua Majestade: um sonho,

uma visão do primitivo proprietário jamais consumada, mas que hoje enchia Diogo de um sentimento de ternura inexplicável.

Certo é que ele se apaixonara por aquela pintura assim que a viu e logo então soube que iria comprar a Águas Claras, nem que fosse só por causa dela. Agora, estava integralmente restaurada e nítida, cada pormenor tratado com delicadeza de ourives, e o pintor, depois de ter também restaurado alguns murais das salas e dos tectos de madeira, representando pássaros, flores ou o rio do índio, estava a acabar o seu serviço de quase um ano pondo a descoberto o fresco por detrás do altar da capela, onde Maria Madalena recebia nos braços um Cristo ensanguentado descido da cruz e completamente nu - assim como vimos ao mundo.

Mas, nesse ano e à distância, Diogo

não se limitara a encomendar algumas

reformas na casa. Não perdera de vista o

objectivo principal da compra, que era a

criação de gado para abate - o “gado de

corte”, como diziam os brasileiros. Através do feitor Tomaz, foi ordenando uma série

de compras e cruzamentos, acrescentando

ao parco efectivo da fazenda mais umas

duzentas

cabeças

de

gado.

Gado

“nacional”, das raças Mocho, Sertanejo e

Fran-queiro - as de carne mais apreciada -

a que juntou um verdadeiro luxo: uma

dúzia de cabeças de raça Hereford, entre

elas quatro reprodutores, importados de

Inglaterra, animais de imensa corpulência,

que davam 500 quilos de carne limpa e de

primeira categoria, com grande capacidade de adaptação ao campo e excelentes para o cruzamento com os Franqueiros. Ao fazê-lo, revelara também os seus conhecimentos na matéria e a sua vontade de investir a sério, ganhando uma aura de respeito junto de Tomaz que percebera que o patrão sabia o que era gado e tinha estudado atentamente as condições da sua criação nas pastagens do Vale do Paraíba.

Fazenda Águas Claras, 22 de Março de 1940

Querida Amparo

Estou a escrever no alpendre de casa, como todas as noites escutando o som da água

do rio correndo ao fundo do jardim e dos terreiros de secagem do café, agora vazios e imensos, e também escutando o som dos inúmeros pássaros nocturnos que por cá existem e que gritam morro acima. Tenho a certeza de que tu adorarias estar aqui, agora!

O nosso querido filho foi deitar-se há pouco, que amanhã é dia de escola e aqui o dia amanhece mais cedo e a escola começa às 7.30. Como sempre, irei levá-lo de carro - um percurso de quinze quilómetros numa estrada de terra, que demora uns vinte minutos a fazer. O que significa que ele acorda às seis e meia todas as

manhãs e que vai para a cama

por volta das nove. Sei que

estás, para além de angustiada

com a falta dele, preocupada

também. Mas não estejas,

sinceramente to digo: fora as

saudades que ele tem de ti, da

irmã e de Valmonte (tão

dolorosas quanto as minhas), eu

sinto, cada dia que passa, como

ele se está a adaptar melhor e a

gostar mais deste país. No seu espírito, ele vê isto como umas

férias prolongadas, e mesmo o

regresso às aulas, numa escola

desconhecida e num meio

absolutamente diferente daquilo

a que estava habituado, tem-se

processado muito melhor do

que eu ousei esperar. Nós

preocupamo-nos sempre, mas a verdade é que as crianças se adaptam muito melhor a meios estranhos do que os próprios adultos. A professora já me disse que ele é um dos melhores alunos da turma e isso obviamente que ajuda bastante à adaptação. Também se tem integrado bem com os colegas, que o tratam como alguém quase vindo de outro planeta, fazendo dele o centro das atenções, constantemente solicitado para contar histórias de Portugal, da viagem de barco e até do Rio de Janeiro, que eles,

coitados,
não
conhecem. Depois, ele adora a
casa e a vida na fazenda, é
adorado por todo o pessoal, a
cozinheira Leopoldina (nome
de imperatriz e é ela a
imperadora da casa!) mima-o
com
comidinhas
que
ele
experimenta sempre com uma
curiosidade
e
apetite
insaciáveis, as outras criadas
tratam-no como se fosse um
principezinho, e o Tomaz, o
meu feitor (que é um homem de

poucas falas mas muito valor e uma inteligência sempre desperta), tomou-o a peito e vive a ensinar-lhe coisas do campo, os nomes dos bichos ou das árvores, a montar a cavalo, a fazer armadilhas para pescar traíras ou bagres, que são peixes que descem o rio aqui na fazenda e que são óptimos para comer. E tanto o Tomaz como a Leopoldina passam horas a contar-lhe histórias e lendas dos tempos antigos, da escravatura, dos salteadores dos caminhos, da corrida ao ouro, dos bandidos célebres, como o Lampião. A única coisa com

que te deves preocupar em
relação a ele é que, quando
voltar, vai fatalmente a falar
brasileiro: mas até vais achar
engraçado ouvi-lo dizer coisas
como “papai, o senhor vai botar
vaca pra ferrar, hoje?”
Também adorou o tempo
que
passámos
no
Rio
-
sobretudo, claro, a praia e a
água quente e transparente -
mas igualmente o Cristo do
Corcovado, aonde tivemos a
sorte de subir num dia límpido,
vendo-se toda a cidade aos pés,
e o Jardim Botânico - a única

coisa eterna que o Senhor D.
João VI doou ao Brasil, para
além
da
fatal
burocracia
lusitana. Já lhe prometi que lá
voltaremos
nas
férias
da
Páscoa. Podes crer, Amparo,
que ele está bem e que, dentro
das circunstâncias que nos
obrigam a estar separados por
um
oceano,
tem
sabido
aproveitar

esta
imprevista
distância. Tento, e acho que consigo, não descurar os meus deveres de educação, fazendo o que tu também farias para lhe ensinar os valores que ambos temos como certos. Neste país, onde a riqueza e a opulência convivem paredes meias com a mais extrema miséria - ainda mais do que em Portugal -, ensino-lhe a tratar como iguais os que por fortuna o não são, e que jamai se deve levantar a voz ou a mão contra os inferiores, e razão da classe social, da riqueza ou da cor da pele. que a ira só é justificada contra os fortes e os poderosos.

Pelo meu lado, tenho
aproveitado esta ausência
forçada
para
solidificar
o
negócio aqui no Brasil e lançar
as bases de uma prosperidade e
administração que me permita
depois afastar-me sem temor. A
criação d gado na fazenda está
a correr maravilhosamente e
promete
melhorar
constantemente. Os contratos
de exportação para a Europa
aumentam todos os dias, devido
.à guerra, e tal como eu tinha
esperado.
As

maiores
dificuldades são ao nível da
negociação de transportes, mas,
pouco
e
pouco,
vão-se
resolvendo, sob pressão dos
próprios importadores. Enfim,
por esse lado, tanto a part de
produção como a parte de
comercialização estão correr
lindamente e a Águas Claras
começa já este ano a amortizar
o custo de compra. Claro que
ainda estou endividado com o
banco, mas os lucros de
exploração ja pagam os juros e
vão amortizando o capital: a
curva do negócio já está

invertida e a nosso favor.
A vida aqui na fazenda
segue calma e tranquila e dou
graças a Deus por, no meio
desta provação, longe de casa e
da família, ter comigo o
Manuel, porque melhor com
panhia não podia desejar. Todas
as noites peço para te voltar a
ver em breve - a Assunção, à
mãe e ao Pedro -todas as noites,
antes de se deitar, o Manuel dá
um beijo no teu retrato e reza
por ti. Vocês estão aqui
connosco,
O tempo todo, assim
como eu espero e sei que
também nós estamos no vosso
pensamento. Uma guerra e um
oceano interpuseram-se entre

nós, mas talvez isso acabe por funcionar como um teste ao amor que nos temos. Quanto tempo poderá demorar a guerra, perguntavas-me tu na última carta? Não sei, mas um ano, pelo menos, eu acho que ainda vai durar. Espero bem que a Inglaterra consiga resistir à provação dos bombardeamentos aéreos e impedir a invasão pelas tropas de Hitler. E espero que Roose-velt meta os Estados Unidos na guerra e vá em socorro dos que se batem pela liberdade na Europa, para que este flagelo

nazi tenha um fim rápido. Mas, se por desgraça for Hitler a conseguir fazer ajoelhar a Inglaterra e o mundo livre, eu não voltarei a essa Europa subjugada aos tiranos: serás tu que terás de vir ter connosco, aqui.

E bem verdade, infelizmente, que por cá as coisas também não estão muito favoráveis aos ideais da liberdade.

Getúlio fez-se

descaradamente

aliado

dos

nazis e adepto das ideias

fascistas de Mussolini. Mas,

contraditoriamente ou talvez

não, tem tomado medidas a

favor dos trabalhadores, como

o direito a férias e horário de

trabalho, e, com isso, conseguiu

cativar

a

simpatia

dos

sindicatos - para a seguir, é

claro, os subjugar. Até já lhe

chamam “o pai dos pobres”!

E extraordinário como,

atravessado

um

oceano,
encontramos a mesma retórica,
as mesmas justificações para a
tirania, o mesmo ódio à
liberdade. Como sabes, também
aqui baptizaram a ditadura
deles com o nome de Estado
Novo". Aparentemente, tudo é
novo,
revolucionariamente
novo: o "homem novo", a
"sociedade nova", o "país
novo".
E,
para
justificar
ideologicamente
tudo
isso,
também eles têm o seu António

Ferro:

chama-se

Gustavo

Capanema e é o ministro da

Educação. A sua grande tarefa

“educativa”

consiste

em

arregimentar inte lectuais e

artistas para o serviço do

“Estado Novo”. E a verdade é

que o tem conseguido, usando

uma tratação simples: nós

recebemos,

nós

damos.

Financiam o cinema nacional e

aprovam uma lei de quotas que

o protege e, em troca, os

cineastas dispõem-se a filmar

de acordo com os interesses da propaganda do regime. E o mesmo com o teatro, com a arquitectura “nova”, em estilo fascista-grandioso, ou com a música popular, “devotada à Pátria”. Portinari, o maior pintor brasileiro contemporâneo e comunista de sempre, agora pinta murais encomendados por Capanema exaltando a obra e os valores do regime, e Carlos Drummond de Andrade, o maior poeta vivo do Brasil e desde sempre tido como simpatizante comunista, é nem mais nem menos do que o chefe

de

gabinete

do

próprio

Capanema. Os extremos tocam-se, de facto, e “o pai dos pobres” é a versão tropical e fascista do “pai dos povos” - Estaline, ele mesmo. Prestes continua na prisão, Filinto Miiller continua a chefiar a polícia mas agora é também membro do governo, e Olga Benário, como te contei em tempos, foi entregue aos nazis por Getúlio e ninguém mais soube dela, entretanto. Mas muitos e muitos brasileiros veneram Getúlio. Aqui ao pe há uma fazenda cujo dono é seu

amigo e aonde o Presidente costuma vir passar alguns fins-de-semana, de vez em quando. Construiu-se uma pista de aterragem para ele poder vir de avião e um cinema, onde antes fora uma tulha, para que Getúlio se possa distrair dos problemas da governação.
E, quando consta que ele está de visita à fazenda, formam-se multidões na estrada a caminho de lá, só na esperança de o poder ver ou pedir-lhe a bênção. Os pobres acreditam verdadeiramente que o Estado Novo existe para os defender. Mas os ricos também. Acreditam os miseráveis e os poderosos, os generais e os

intelectuais, os crentes e os
ateus, os antigos senhores do
café e os industriais de S.
Paulo, os fascistas da AIB e os
desamparados do PCB. Getúlio
é um fenómeno: um dia destes,
eu
próprio
hei-de
querer
conhecê-lo!
Mas
desculpa
este
arrazoado que, decerto, pouco
te dirá. Leva-o à conta de quem
não tem com quem desabafar,
aqui fechado entre morros,
nesta lindíssima casa, nesta
deslumbrante fazenda, nesta

tremenda solidão. Sinto-me a
viver uma espécie de tempo
suspenso - nem lá nem cá, sem
pátria, sem lar, sem vida normal
e sem saber até quando. Tento
concentrar-me nas coisas que
me estão próximas, para não
pensar no resto.
Mas não percebas mal: é
daí, de ti e de Valmonte, que eu
sinto saudades e é aí que
gostaria de poder estar, agora.
Beijo-te, como se aqui
estivesses.
Diogo.
As cartas entre ambos foram-se
tornando cada vez mais esparsas. Amparo
foi sentindo que Diogo lhe escreve já
como habitante de outro país, homem de
outra vida: falava do Brasil e da sua vida

na fazenda com Manuel como se aquilo

fosse não já uma passagem, uma situação

provisória,

mas

qualquer

coisa

de

definitivo, que ela não conseguia ainda

destrinçar bem. O ano de 1940 correu até

ao fim, a guerra não dava sinais de poder

terminar em breve nem a médio prazo,

como ele tinha profetizado e nenhum dos

dois parecia disposto a forçar o reencontro:

nem ele se propunha tentar a passagem até

casa nem ela se propunha ir ter com eles. É

bem verdade que as pessoas se conseguem habituar às situações mais estranhas e

imprevistas! O ser humano é feito de

hábitos e de habituações. Ela habituou-se

aos poucos ao lugar vazio a seu lado na

cama, habituou-se até à ausência do filho, embora amargurada pelas saudades. Mais ainda, habituou-se a já nada esperar de novo em cada carta dele que chegava do Brasil. Habituou-se a ser esposa sem marido, mãe sem filho, mulher sem homem. Como milhões de outros seres humanos na Europa, nesses anos, habituou-se a ter a vida suspensa do desfecho dos campos de batalha.

Felizmente - pensava muitas vezes para se consolar - nós não vivemos em guerra,

nem em Portugal, nem no Brasil. Os tempos eram duros e difíceis, as colheitas de Verão tinham sido devastadas pelas intempéries, grande parte do país passava fome e Salazar tentava, obcecantemente, garantir que os Estados Unidos não deixariam de abastecer o país com os cereais que poderiam evitar uma onda de fome trágica. Quase todos os dias, chefes de família miseráveis apresentavam-se no monte para mendigar trabalho, a troco de nada: abrigo, lenha e comida para os seus e um salário simbólico. Amparo odiava a visão deles: odiava a vista da miséria, das criancinhas sujas e descalças, as mulheres de olhar turvo, os homens de ombros caídos, vencidos e vazados de esperança. Do fundo da sua memória, vinham-lhe recordações de infância semelhantes, vinha-lhe a reminiscência das tardes em

que nem ousava perguntar à mãe o que era o jantar, porque tinha medo de a fazer sofrer. Vinha-lhe a imagem do pai, sentado à lareira, de ombros também caídos de cansaço, os olhos despejados de alegria. E, por isso, detestava a visão daqueles miseráveis: evitava aparecer-lhes, tinha medo que algum deles, conhecendo a sua família e a sua origem, suplicasse a sua solidariedade. Invejava a frieza de Pedro, que os contratava ou não apenas conforme as necessidades do trabalho na herdade e a experiência deles. E invejava, mais ainda, Maria da Glória, que saía naturalmente ao encontro dos suplicantes e que tinha sempre, pelo menos, uma esmola para dar, uma roupa velha para oferecer às crianças ou uma refeição para mandar servir na cozinha àqueles pobres de Cristo. A caridade é um luxo de ricos, um prazer

exclusivo de quem nasceu rico. A

consciência de quem nasceu pobre não se

apazigua com essa facilidade: pelo

contrário, só desassossega.

- Amparo! - Ela levantou os olhos do

prato, emergindo dos pensamentos em que estava mergulhada. - O que diz o Diogo,

na carta que recebeste hoje?

- Ah, não diz nada de novo, D. Maria

da Glória! Fala da situação política no

Brasil, fala um pouco da vida na fazenda,

da escola do Manuel - que está a correr

bem, ao que parece - e do negócio do

gado, que também vai correndo bem,

graças a Deus.

-

Sempre

importou

as

vacas

inglesas? – interveio Pedro.

- Sim, comprou umas quantas, ainda

antes da guerra...

- E dão-se bem por lá? São tão

caras...

- Ele diz que sim, que cruzaram muito bem com uma raça local: está muito

contente com os resultados.

- O negócio vai bem, é, filha?

- A fazer fé nele, vai sim, D. Maria

da Glória. Maria da Glória suspirou fundo.

- Ah, eu bem gostava de conhecer

essa fazenda e o Brasil! Essas descrições

que o Diogo faz do rio que passa ao fundo

do jardim da casa, as alamedas de

palmeiras, os morros onde cultivavam o

café, a casa, a sala de jantar para o

Imperador - tudo isso, deve ser lindo! E os

desenhos que o Manuel me mandou da

casa, digo-vos que me têm feito sonhar!

Ele tem-se adaptado muito bem, não tem,

Amparo?

- Acho que sim, D. Maria da Glória...

- Pelo menos, é uma oportunidade

única para ele e o pai estarem juntos e

criarem uma ligação forte. Quando o

Diogo estava no Brasil e o Manuelzinho

ficava aqui, ele sofria tanto com a ausência

do pai!

- Pois, só é pena que agora seja a

Assunção a sofrer com a ausência do pai,

que mal conhece, e do irmão...

Havia um azedume no tom de

Amparo que não escapou a Maria da

Glória.

- Pois é, querida. Mas quem ia

adivinhar que este estupor de guerra ia

começar quinze dias antes de eles

voltarem? Apesar de tudo, sabemos que eles estão bem e eles sabem o mesmo de

nós: há tantas famílias divididas por essa

Europa fora, que não sabem uns dos

outros, nem sequer se estão vivos!

Fez-se um silêncio à volta da mesa,

só quebrado pelos estalidos da lenha que

ardia na lareira. O Natal ia ser daí a três semanas: o segundo Natal seguido sem

Diogo e sem Manuel.

- Mãe, vamos ver se o Diogo volta

depois da guerra...

Maria da Glória voltou-se para o

filho mais novo:

- O que queres tu dizer, Pedro?

- A mãe sabe bem o que eu quero

dizer: não foi só a guerra que o levou. Não é só a guerra que o mantém longe. É mais

qualquer coisa.

- O quê?

- O Brasil, mãe. Não sei porquê, ele

arranjou esta doença do Brasil, esta

obsessão.

- Estás a querer dizer que ele não

volta mais?

- Sim, volta, claro. Volta quando a

guerra acabar, para a ver a si, para ver a Assunção, para ver... - e olhou Amparo nos

olhos - para ver a Amparo. Claro que tem

saudades de todos e de Valmonte. Mas,

quando acabar de matar as saudades, vai

ficar obcecado por voltar ao Brasil.

- E, dessa vez, eu vou com ele, se ninguém mais quiser ir!

- Não era a isso que eu me estava a

referir, mãe.

- Então o que era?

Pedro voltou a olhar para Amparo,

que tinha mergulhado outra vez os olhos

no prato, como se estivesse envergonhada

com a conversa.

- Bem, não interessa...

- Não, diz, Pedro! Diz o que estás a

pensar.

Ele estendeu o braço por cima da

mesa e agarrou a mão da mãe.

- Mãe, acho que todos nos temos de preparar para aceitar que o Diogo emigrou

de facto. Não estará cá mais do que de

passagem. O Brasil é mais forte do que

tudo o resto. Para mim, é impossível de

entender, mas talvez ele consiga explicar

isso, se a mãe o obrigar a dizer a verdade.

- Se eu o obrigar?

- Sim, mãe. Não há nada melhor,

nestas coisas, do que a verdade. Todos

viveríamos melhor com isso.

Amparo levantou, enfim, os olhos do

prato e olhou-o, de fugida.

- Acho que estou a ouvir a Assunção

a chamar por mim. Com licença...

Chegada lá acima, ao quarto, deixou-

se cair de bruços na cama, com vontade de se entregar ao choro e à sua infelicidade.

Há dezanove meses que Diogo partira para

o Brasil, há dezanove meses que ela não via o marido nem o filho. Sim, a guerra interpusera-se estupidamente entre eles, como dizia Maria da Glória. Mas, lá no fundo, Amparo sabia que havia mais qualquer coisa do que a guerra, como dizia Pedro. O que, de facto, os separara não fora a guerra, mas sim o Brasil. Ele não se curara nunca dessa paixão, não se curaria jamais. E ela não quisera partir com ele, como porventura deveria ter feito: o lugar de uma mulher, tinham-lhe ensinado, é ao lado do marido, nem que seja no Inferno ou no fim do mundo. Preferira a segurança da casa e dos dois mil hectares de Valmonte, os jantares em família, os filhos criados ali a vista de todos, o ciclo do campo e das colheitas, as missas de domingo, as festas com data marcada, a continuidade das coisas. Porquê trocar

tudo isso por uma vida longe, num país estranho, onde ninguém os conheceria e tudo teria de ser começado de novo?

Amparo torturava-se com essa dúvida terrível: fora ele que a abandonara ou fora ela que se recusara a acompanhá-lo?

Mas dera-lhe tudo, isso ele não podia negar. Dera-lhe a sua juventude, a sua alegria, o seu corpo. Fora para ele a amante que qualquer homem desejaria ter, nunca se lhe recusara, nunca tinha erguido fronteiras ou tabus, nunca tinha tido vergonha de se portar à altura daquilo que ele lhe chamava na intimidade: “a minha eguazinha insaciável”. Integrara-se na família dele com humildade e

naturalidade, com a consciência de nunca

o ter deixado mal e de nunca ter sido

hipócrita ou deslumbrada, dera-lhe dois filhos queridos de ambos, que ela educara

sempre de acordo com o que ele pensava e

nunca se queixando quando ele partia em

viagem e a deixava a sós com os filhos e

com a família dele. E fora-lhe sempre fiel

em tudo: em corpo e em espírito, em

respeito e em admiração, em lealdade e em

compromisso. Obedecera-lhe, sem nunca

rastejar, aceitara as suas decisões, mesmo

discutindo ou desafiando-o. Só não se

dispusera a segui-lo nessa aventura do

Brasil e porque tinha filhos: talvez tivesse

sido diferente, se fossem só os dois.

Mas duzentos, quinhentos anos, de

fome de terra, que carregava nas raízes

ciganas da sua família, tornavam-lhe

incompreensível esse desprendimento de

Diogo em relação a Valmonte e mesmo a

Portugal,

esse

desejo

diletante

de

expatriamento que o fora consumindo aos Poucos. E não só a ela isso fazia confusão:

Pedro também não percebia o irmão, as

razões do seu mal-estar, a sua vertigem de

horizontes longínquos. O que poderia ter

uma fazenda no Brasil que não tivesse a

herdade deles no Alentejo?

Pedro era diferente: havia nele um

sentido de dever, de aceitação daquilo que

o berço lhe dera - tanto direitos, como

deveres - que escapava a Diogo. Mesmo

agora, que Espanha o mutilara para

sempre, arrastando a sua perna ferida sem

nunca se queixar e esforçando-se por fingir

que nada de diferente se passava, Pedro continuava como antes a dirigir todos os trabalhos da herdade, a acorrer a todos os lados, a tomar as decisões certas em cada momento, a tratar todos os que ali trabalhavam da mesma maneira rude e frontal de sempre. Era o “patrão”, temido mas respeitado, que nunca desfalecia nem hesitava, que nada exigia aos outros que ele próprio não fizesse, que nunca se questionava se preferia estar ali e viver aquela vida ou estar noutro lado qualquer, a viver apenas para si próprio. E isso ela não se conseguia impedir de pensar: Diogo gozava a liberdade que lhe permitia a dedicação dos outros - dela e de Pedro.

“Não, a chave de tudo isto está aqui, em Valmonte pensou ela, virando-se de costas na cama, o seu corpo longo e sensual atravessado numa cama onde

cabiam dois. Quem estiver aqui, colherá os

frutos; quem não estiver, perder-se-á

longe.”

Deitada de costas na cama do seu

casamento, ficou a contemplar os desenhos

de estuque do tecto, que sabia de cor das muitas vezes em que o contemplara

enquanto Diogo entrava dentro dela.

“Volta

depressa,

Diogo!

Volta

enquanto é tempo, enquanto eu estou

assim, com desejos húmidos de homem

sobre mim, com vontade de sentir o meu

corpo esmagado sob o teu e ouvir-te

chamar-me minha eguazinha insaciável.”

Em Águas Claras o pequeno-almoço

era uma refeição decisiva: juntava os

homens, planeava os dias, carregava as

forças. Reunia um misto de tradições gaúchas e mineiras, reflectindo o que havia sido a história da colonização da fazenda: mel e queijo branco de Minas, “pão de queijo”, mate e carne grelhada no fogo, como era de costume no Rio Grande do Sul, leite quente acabado de ordenhar e um café, negro e espesso, assinalando a contribuição paulista. Nos tempos áureos, era costume o proprietário da fazenda reunir-se ao pequeno-almoço com o feitor e os chefes que comandavam as várias frentes de trabalho: a do derrube da mata e do descoivarar, a do plantio e colheita, a da varreação e derriça dos grãos de café, e as das operações de lavagem, secagem nos terreiros, beneficiamento e descasque. Para além disso, para além do café, havia todas as outras produções agrícolas e pecuárias de que se alimentavam na fazenda, o

fabrico de utensílios, panos, alfaias, obras nas várias edificações, captação e represa de aguas, enfim, toda uma actividade contínua e integrada que conseguia fazer de uma fazenda do século XIX um Pequeno universo auto-suficiente onde viviam centenas de pessoas. No auge da prosperidade, o dono da Águas Claras podia gabar-se de que as únicas coisas necessárias ao sustento de todos que não produzidas na fazenda eram o querosene para a iluminação e o sal para a comida. Tudo o resto era fruto da abundância da terra e do trabalho de um exército de negros sem horário, sem salário e sem horizonte que não o da sobrevivência.

Nesses tempos, a Fazenda Águas Claras era pertença de um Werneck de Castro, da linhagem dos Werneck, que se cruzaram com os Lacerda e com os Castro,

constituindo uma das principais famílias fazendeiras do Vale do Paraíba, e de que o mais conhecido representante fora o senhor Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão do Pati do Alferes, dono de sete fazendas e comandante da Guarda Nacional. Anos após a sua morte, descendentes seus haveriam de se distinguir, na barra dos tribunais ou nas bancadas do Congresso Nacional, como defensores do abolicionismo. E, anos mais tarde, descendentes desses descendentes haveriam de vender as fazendas outrora prósperas a preços de liquidação, antes que

o capinzal, que jamais voltara a ser cortado e domado, tomasse de assalto os salões de baile e as imensas salas de jantar onde outrora brilhara o esplendor dos seus antepassados.

Diogo Ribera Flores, proprietário em quarta mão da Fazenda Águas Claras, alentejano eLivros no Vale do Paraíba por moléstia de pátria e acasos da história política europeia, tomava o pequeno-almoço na copa, a sós com o seu feitor, Tomaz. E contemplava os pesados armários de madeira encerada, as loiças debruadas a ouro, os talheres de prata gastos e todos os outros sinais desse passado grandioso agora pendurado nas paredes e arrumado nas gavetas, com um misto de orgulho e nostalgia-Pelo seu dinheiro, pelo seu engenho e ousadia, pelo seu esforço e paixão, ele fizera recuar o

capinzal, salvara da ruína os telhados, as paredes e suas pinturas murais, dera nova vida à casa, novo destino à terra exaurida do café. E, todavia, qualquer coisa o fazia sentir-se ainda como um intruso.

Por isso ele gostava tanto da companhia de Tomaz e tanto se esforçava para sentir que Tomaz o respeitava também. Porque via nele, como na cozinheira Leopoldina, a memória viva desses tempos que ele não vivera, uma espécie de brasão de armas da casa. Tomaz era pouco mais velho do que ele e vivera toda a sua vida na Águas Claras. Em criança, testemunhara os últimos anos de prosperidade e depois a sucessão entre gerações de Wer-necks, a falência para o banco de S. Paulo, a chegada de um novo proprietário que não sabia o que fazer da propriedade arrematada em leilão judicial,

a crise de 29 e o abate dos preços do café nos mercados internacionais, o progressivo declínio da terra e das construções e, enfim, a chegada de Diogo, vindo do outro lado do mar, com a solução em que ele próprio sempre acreditara: a criação de gado. E, em todo esse tempo, ele estivera sempre ali, como se não tivesse outro lado em todo o mundo para onde ir, como se nada mais soubesse fazer do que observar em silêncio e esperar que alguém solicitasse os seus ofícios.

Diogo observou disfarçadamente Tomaz, enquanto ele se servia de mais um copo de sumo de goiaba, do outro lado da mesa. Em breve, faria dois anos que ele vivia na fazenda, em companhia de Manuel. Excepção feita ao filho, Tomaz era a sua única companhia ali. Partilhavam os trabalhos e as conversas sobre o

trabalho, os pequenos-almoços, os jantares e, a seguir, depois de Manuel se ter ido deitar, sentavam-se na varanda e partilhavam o silêncio entre eles, ficando a escutar o ruído do rio ao fundo do terreiro e a beber a aguardente santa de Quinto Adriano. Ou, aliás, era Diogo que bebia: Tomaz era viciado em sumos de frutas e águas e só aceitava fingir que bebia aguardente para não desgostar Diogo. Era um homem estranho, contido em quase tudo: nos hábitos, na maneira de falar, nos gestos, na vida que se lhe conhecia. Era um bonito homem, alto e seco, de olhos azuis profundos e tristes, o cabelo prematuramente grisalho e escasseando,

eternamente vestido de calças de ganga e botas. Diogo achara estranho que ele vivesse sozinho, sem mulher nem filhos nem amante por perto, numa pequena casa junto ao que outrora fora a tulha da fazenda. Quando lhe acontecia, nos primeiros tempos, ir à procura dele em sua casa,
chamava-o
e
ficava
sempre
educadamente à sua espera do lado de fora. Entrou apenas uma vez, quando o próprio Tomaz se sentiu obrigado a convidá-lo a entrar, e foi encontrar uma casa igual ao seu dono - quase despojada de objectos, com raras fotografias antigas da própria fazenda e dos pais e uma pequena estante com livros junto a um sofá

de leitura desconjuntado. Tomaz, sabia ele,

fizera o liceu em S. Paulo e regressara

depois para voltar a viver na fazenda,

trazendo consigo um evidente desejo de aprender que deixara por saciar. Nas

conversas entre ambos, à noite no

alpendre, Diogo aprendera tudo ou quase

tudo o que sabia sobre a história do

Paraíba, o jeito dos seus habitantes, os

costumes locais: Tomaz só não falava

sobre a política brasileira - ou porque não

lhe interessava ou porque, para ele, ficava

distante de mais. Em contrapartida, era um

ávido ouvinte de histórias da Europa e,

particularmente, adorava ouvir Diogo falar

da vida no campo em Portugal, comparar o

Alentejo com o Vale do Paraíba.

Uma dessas noites, a curiosidade de

Diogo foi mais forte do que a sua habitual

discrição para com Tomaz:

- Tomaz, você nunca foi casado?

- Fui, uma vez. Mas durou pouco.

- Não chegou a ter filhos, então?

- Não, Diogo. Não deu.

Ao

princípio,

Tomaz

tratava-o

também por “doutor Diogo”, e Diogo

disse-lhe o mesmo que dissera a

Aguinaldo Baptista:

- Não sou doutor, sou engenheiro.

- Ah, aqui não tem engenheiro, não:

quem estudou é doutor. E mesmo quem

não estudou: basta ter dinheiro ou uma

certa importância.

- Pois, mas eu não sou doutor e não

quero que você me trate por doutor.

- Posso lhe tratar por sinhô, como se tratam aqui os donos de fazenda.

- Tomaz, vamos fazer um acordo: eu trato-o por Tomaz e você trata-me por Diogo. Pode ser?

- Tudo bem, como você quiser.

Esse assunto havia ficado resolvido. E outros mais, que poderiam gerar mal-entendidos entre eles. E assim se foram aos poucos tornando amigos - amigos discretos e, de certa forma, estranhos. Tomaz era quase um segundo pai para Manuel ou Manuel era o filho que ele nao tinha tido. Juntos, saíam para o campo, a cavalo ou a pé, Tomaz ensinava-lhe o nome dos bichos do mato e das aves, ensinava-lhe a estar atento às cobras ou às procissões de formigas vermelhas, às colmeias das marabuntas e aos estranhos de passagem pelos caminhos. Passo a passo, Manuel ia-se tornando um rapaz de fazenda falando um curioso dialecto que

era um misto de português com sotaque do Alentejo e brasileiro com vocabulário caipira. Quando um dia, regressando de mais uma volta pelo campo em companhia de Tomaz, Diogo lhe perguntara até onde tinham ido, ele respondeu:

- O, papai, para lá da curva do vento!

E, uma manhã de sábado, sem escola, quando ele tinha saído a cavalo com Tomaz e Diogo ficara a vê-los partir do alpendre onde haviam tomado o pequeno-almoço nessa manhã, a velha Leopoldina, tendo vindo recolher instruções para o almoço, deixou escapar, enquanto os via também partir:

- Esse menino, sinhô, é uma alegria que chegou para seu Tomaz! É o filhote

que ele nunca teve.

Diogo

não

deixou

fugir

a

oportunidade:

- Mas não teve, porquê: sua mulher

morreu nova foi?

A velha Leopoldina virou para ele

uma cara tão enru gada, tão marcada por

sinais e pregas, que ele não saberia dizer

ao certo se ela era negra retinta ou se os anos a tinham enegrecido assim.

- O sinhô não sabe mesmo?

- Não sei, não.

- Essa vagabunda fugiu com outro,

um desgraçado que passou por aí e a quem seu Tomaz deu cama e comida. Se mandou

com ele, casada há menos de um ano e

dizemque estava até grávida do marido...

Sumiu, que o Diabo a carregue pra sempre.

- E seu Tomaz?

- Ô, ele a procurou um tempo. Fez

uma trouxa, arrumou uma arma e saiu

semanas em busca deles. Decerto pra os

matar...

- E então? Encontrou-os?

Ela olhou para longe, como se ainda

estivesse a ver o dia em que Tomaz saíra

de trouxa e revólver, atrás da sua desgraça.

- Nunca foram encontrados, não.

Diogo fez uma pausa, avaliando a resposta dela. Depois, perguntou:

- E então ele voltou para aqui?

- Voltou, sim, sinhô. Nunca mais

falou do assunto, nunca mais quis mulher.

Dia de domingo, na folga, ele vai até aos

povoados ou até à cidade. Dizem que tem

amantes por lá, tanto mulher da vida como

mulher casada. E que, aí, nos botequins, é

a única altura em que ele bebe, até cair. É

uma vida bem triste, é. Bom que o

garotinho agora esteja aí pra o distrair!

Com licença, sinhô...

Numa

sexta-feira

de

manhã,

sentados ainda à mesa do pequeno-almoço

e enquanto esperava por Manuel para o

levar à escola, Tomaz surpreendeu Diogo

com um pedido inesperado:

- Diogo, se não fizer falta, amanhã, sábado, pego na camioneta e vou a

Vassouras: tenho um monte de compras

para fazer lá, coisas que estão a começar a

nos faltar aqui.

Vassouras ficava a uns cinquenta

quilómetros de distância, três horas de má

estrada, por entre buracos, pedras e árvores

tombadas e lameiros, quando chovia.

- Porque é que você não encomenda,

como costuma fazer?

- São coisas que eu quero escolher

pessoalmente, arreios para os cavalos,

umas ferramentas, algumas coisas pra

mim. E, se você não vir inconveniente,

aproveito e gozo por lá a minha folga.

Volto no domingo à noite.

- Tudo bem - respondeu Diogo, a quem não agradava muito a perspectiva de

o ter ausente dois dias.

- Muito obrigado, então.

- Quando ele se começou a retirar,

Diogo sentiu-se movido por um impulso

súbito.

- Espere, Tomaz! Você vai a

Vassouras, é?

- É o que estava planejando...

- Será que você me poderia fazer um

favor?

- Como não? E só falar...

Diogo olhou à roda, certificando-se de que Manuel não estava por perto. Instintivamente, falou baixo:

- Tenho uma amiga em Vassouras. Enfim, melhor dizendo, conheci uma amiga no Rio, há uns anos atrás, e julgo que ela mora em Vassouras. Gostaria que você tentasse confirmar que ela está lá a viver e que se informasse discretamente do que faz. Se é casada, com quem vive, como vive...

- Problema nenhum: a terra é pequena e eu conheço lá alguma gente. Não será difícil descobrir isso. Me dá alguns detalhes.

- Chama-se Benedita, é mulata e muito linda. Deve ter aí uns vinte e quatro, vinte e cinco anos, e julgo que viverá com

um filho de uns dez anos e possivelmente

com a mãe. Quando foi para lá viver, aqui há uns três anos, trabalhar na Prefeitura,

agora não sei.

Tomaz sorriu.

- Há quanto tempo você não a vê?

- Aí há uns quatro anos. Porque

pergunta?

- Porque essas mulatas bonitinhas às

vezes envelhecem mal e rápido. Mas não

se preocupe: se ainda lá estiver, eu dou

com ela. Alguma mensagem da sua parte?

Diogo estremeceu.

- Não, nada. Nem chegue a falar com

ela. Se puder, veja-a, só para me contar.

- Entendi. Pode confiar.

Como prometido, voltou no domingo

à noite, já todos se tinham ido deitar,

menos Diogo, que aguardava a sua

chegada no alpendre. Viu a luz dos faróis

da camioneta que varriam a alameda de palmeiras-imperiais e pouco depois Tomaz veio ter com ele e sentou-se na sua habitual poltrona de verga, forrada com tecido inglês, coçado pelos anos e picado pelos insectos. Ao contrário das histórias que Leopoldina contava, vinha sóbrio e aceitou uma pinga de aguardente. Falou sobre o fim-de-semana, sobre as compras que havia feito, sobre as transformações que observara em Vassouras, sobre o mau estado da estrada até ali. Meia hora de frases entrecortadas por silêncios, sem nunca mencionar o assunto que Diogo tão ansiosamente esperava. E, quando se despediu para se ir deitar, uma sensação de fracasso final, de abandono definitivo, pousou sobre os ombros de Diogo e ele sentiu que o peso talvez fosse demasiado para suportar. Numa fracção de segundo,

viu-se de malas na mão e o Manuel ao lado, a caminho de “casa”.

Mas Tomaz parou, já de pé e antes de descer os poucos degraus que ligavam o alpendre ao jardim.

- Ah, Diogo, e vi a sua Benedita. Você tinha razão: é danada de bonita! Essa não envelheceu mal, não! Aliás, ainda é um broto...

Diogo sentiu que o coração lhe disparava.

- Onde você a viu?

- À porta da casa dela. Discretamente e sem dar na vista, como você pediu.

- E então? O que descobriu?

- Bate tudo o que você disse: é bonitona, trabalha na Prefeitura, vive com um filho, pouco mais novo que o Manuel, e com a mãe. Não é casada e não tem homem algum, que se conheça. Mas tá assim de gavião, ó... – E fez um gesto com a mão, como se segurasse dentro dela um bando de gaviões prontos a lançarem-se sobre a presa.

- Boa noite, Diogo.

Vassouras fora, nos tempos áureos, a jóia da coroa do Vale do Paraíba. Fundada pouco mais de cem anos antes, nos contrafortes da serra do Mar e no itinerário do que fora o célebre “Caminho Novo”, por onde o ouro de Minas era trazido para Paraty e Santos, a cidade tornara-se a metrópole urbana dos “barões do café” - generosamente

conhecidos
como
a
“aristocracia fluminense - que nela haviam
instalado os seus palácios e palacetes, de
que faziam a sua segunda residência e
onde
gastavam
parte
das
fortunas
acumuladas nas plantações do Vale. Nunca
chegariam, porém, à ostentação dos
senhores da borracha da Amazónia, que,
décadas mais tarde, encarnariam o quarto
ciclo de prosperidade do Brasil, depois do
açúcar do Nordeste, do ouro de Minas e do
café < Paraíba. Nunca chegaram a
construir um teatro barroco para os
cantores líricos da Europa e nunca se

atreveram a acender charutos com notas de libra inglesa. Nem sequer se deixaram iludir pelo canto das sereias de um “progresso” sem destino à vista, quando o caminho-de-ferro lá chegou, em finais do século, e a “Cidade dos Barões” ficou unida à capital do país, com uma comodidade e rapidez outrora inimagináveis. Em vez disso, construíram uma pequena cidade, linda e geometricamente ordenada, que agora teria uns quinze mil habitantes e que guardava, intacta, a beleza das suas construções

coloniais e o perfume dos seus jardins. O que em Manaus seria, mais tarde, pura ambição e desvario, em Vassouras era antes solidez de pedra, harmonia, contenção e escala. Talvez porque aqui a selva não ameaçasse como lá em cima, porque o ar não fosse húmido e abafante, mas antes temperado pela suavidade dos seus 470 metros de altitude e uma brisa longínqua do oceano, do outro lado das serras. Ou talvez porque o Senhor D. Pedro II -um dos mais notáveis soberanos do seu tempo e um dos mais cultos homens do Brasil - ali desembarcara uma vez e deixara instruções claras sobre as obras a fazer, pouco antes de ser sumária e

displicentemente despedido a benefício da instauração da República, sem que, imperialmente, se dignasse sequer esboçar um gesto de resistência.

Fora D. Pedro que sugerira a construção a meio da Praça da Matriz, encimada pela imponente fachada branca da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, de um grande chafariz em cantaria de mármore, centrando as alamedas laterais de altíssimas palmeiras, que hoje era o orgulho de Vassouras - a “Princesinha do Café” ou, mais orgulhosamente, a “Cidade Imperial.”

Diogo já conhecia Vassouras de uma vez que ali fora apanhar o comboio para o

Rio, quando não lhe apetecera meter mãos à empreitada de uma viagem de automóvel por estrada. De certa forma - talvez pela escala urbana pelas cantarias de mármore, as igrejas ou o branco das casas e os telhados de telha de barro, ou talvez porque fosse a mesma a Santa Padroeira da terra - Vassouras fazia-lhe lembrar Estremoz e o coração apertou-se-lhe ao voltar a vê-la. Havia muito de familiar naquela arquitectura e, embora os brasileiros tivessem tendência a desdenhar de tudo o que eram as origens portuguesas, ele reconhecia ali, como em tantos bairros do Rio ou nas fazendas que vira no Vale do Paraíba, a marca daquilo que de melhor os

portugueses

haviam

sido,

feito

e

transportado. Nenhuma colónia de origem

alemã, francesa ou inglesa, mesmo

italiana, teria feito Vassouras como ela era hoje: talvez apenas os espanhóis tivessem

feito semelhante. No Brasil, como na

índia, e ao contrário do que sucedera em

África, os portugueses tinham exportado o

melhor que tinham e os melhores que

tinham. Mas os juízos da história são

muitas vezes injustos e ditados por

circunstâncias e detalhes, mais do que pela

substância das coisas: quem sabe, não

tivesse Portugal exportado para o Brasil,

na infância do século XIX, uma corte de

burocratas chefiada por um rei atrasado

mental, casado com uma ninfomaníaca andaluza, e a história não teria sido diferente? Ou não tivesse o rei, e mais tarde o seu filho D. Pedro, querido voltar para a pequenez lusitana, virando costas à imensidão do Brasil?

Detalhes. Ocupava o pensamento com detalhes, divagações, desencontros da história, à medida que caminhava ao encontro do seu destino. Caminhava como se fosse alheio a si mesmo, como um sonâmbulo, sobre a calçada de pedra de Vassouras e em direcção à morada que Tomaz lhe indicara. E, quanto mais se aproximava, mais o seu passo e a sua determinação se aceleravam. Moviam-no o coração e a solidão e pisava aos pés o dever e a razão. Tão absorto ia, que se perdeu nos seus próprios passos e teve de perguntar a um transeunte o caminho para

a rua onde morava Benedita. O homem parou a pensar por um instante, olhando-o com curiosidade.

- Vosmecê dobre aqui já à direita, aos depois vira na... espere... primeira, segunda, terceira rua à esquerda, e segue então sempre, sempre a direito, até ao fim da vida.

“Até ao fim da vida.” - A frase soou-lhe carregada de sentido e profecias. Baixou o chapéu de palha sobre os olhos e retomou o caminho. Parou à porta da casa indicada, na pequena rua cujo nome de há muito memorizara. Mesmo assim, levou a mão ao bolso das calças e leu, pela centésima vez, o endereço da casa de Benedita, escrito numa folha de um caderno de notas. Certificou-se de que não havia erro possível nem fuga possível. Suspirou fundo e bateu à porta de madeira.

Ouviu uns passos que caminhavam

por um corredor até à porta e uma voz de

mulher que dizia “eu atendo!”. A porta

abriu-se e ele ficou frente a frente com

uma senhora, talvez prematuramente

envelhecida, com essa cor de pele tão

comum ali, que era um misto de branco gasto e preto desbotado, tudo resultando

num amarelo acastanhado, Pigmentado por

sinais e marcas de bexigas, olheiras de

olhar sem fim, olhos profundos mas sem

luz. Ficaram os dois assim, em silêncio,

contemplando-se mutuamente, enquanto

ele se descobria e ela fazia um

imperceptível aceno de cabeça, aprovando

o gesto.

- Que deseja?

- Queria falar com Benedita. É aqui

que ela mora? Ela olhou-o a direito, antes

de voltar a falar.

- E quem deseja?

- Diogo.

Ela abriu um pouco mais a porta, mas plantou-se ostensivamente a meio da

passagem, os olhos negros semi-cerrados

olhando-o,

agora,

como

se

o

trespassassem.

- Sei bem quem o sinhô é, doutor

Diogo, e só lhe pergunto isto: vem fazer

sofrer ou vem pra lhe fazer feliz?

- Venho para tentar fazer nós os dois

felizes.

Novo silêncio. Depois, sem parar de

o olhar fixamente e sem se mover de onde

estava, ela chamou por cima do ombro:

- Benedita, chegue aqui!

Trocaram de lugares na ombreira da porta e, quando Diogo voltou a levantar a cabeça, era Benedita quem agora o olhava. Quatro anos haviam passado suavemente por ela, quase sem se notar. O corpo era o mesmo - longo, de curvas acentuadas, justo ao vestido de chita de desenhos vermelhos. A cara ganhara em traços firmes e marcados o que porventura perdera em frescura. O cabelo negro e selvagem chegava-lhe aos ombros descobertos e a pele tinha o mesmo tom de cobre queimado e a mesma textura lisa e húmida. Quando sorriu, os

dentes

incrivelmente brancos destacaram-se na

sua boca larga, de lábios grossos, com que

ele tantas vezes tinha sonhado. Quando

abriu o seu sorriso, ele sentiu a garganta

seca.

- Diogo! Você aqui!

- Vim te procurar...

- Agora?

- Vim quando pude. Nem antes, nem

depois. Assim que o pude.

- E pra quê?

- Para te dizer que vivo aqui, tenho

uma fazenda com tudo o que você sempre

sonhou.

Ela encostou-se à porta, linda,

sensual, senhora do destino dele.

- E então?

- Queria que tu viesses viver comigo.

- Eu, minha mãe e meu filho?

- Sim: o que você sempre quis.

- Ela sorriu e o seu olhar perdeu-se algures, sobre a cabeça dele, em direcção

ao céu de Vassouras.

- E em que condição eu iria?

- Como dona da casa, Benedita.

Como patroa, ao meu lado.

- Como sua mulher?

Diogo fez uma pausa profunda.

Olhou-a assim, como sempre a sonhara,

como sempre a tinha guardado nos seus

pensamentos. Sabia agora que nada tinha

sido fútil, no longo caminho que o

trouxera até ali. E, portanto, não havia

mais lugar para dissimulações. Podia tudo

perder ou tudo ganhar, podia até não saber

se tudo queria perder ou ganhar. Mas

chegava ao fim uma caminhada, a

travessia de um oceano, longos dias e longas noites de saudades sepultadas na

cumplicidade do travesseiro. Tudo isso

chegara ao fim, agora: fosse qual fosse o desfecho, nada mais continuaria suspenso para sempre. Ele falaria e ela escolheria o futuro de ambos. Suspirou fundo, tranquilo com a sua consciência: poucos homens dariam tanto a uma mulher, poucos seriam tão fiéis aos seus sentimentos.

- Não me posso casar contigo, face à lei e à Igreja porque sou casado, como sabes. Mas, em tudo o resto, serás a minha mulher.

- E porquê?

- Porquê?

- Porquê que eu serei tua mulher em tudo o resto?

- Porque te amo.

Ela distendeu-se, enfim. Abriu os braços para ele e nesse momento exacto, ele soube que, por mais anos que vivesse, nunca esqueceria esse instante em que ela

o chamou e se lhe entregou.

- Vem cá! Tanto tempo que lhe esperei!

XIX

Bateu à porta antes de entrar e esperou que lá de dentro a voz dele respondesse “entre!”.

- Pedro, queria falar contigo, pode ser?

Ele desviou os olhos do lume, que contemplava fixamente há uma meia hora e sem se dar conta disso. Virou a cabeça e viu que era a cunhada, linda como sempre, mas com os seus grandes olhos negros enevoados por uma sombra líquida - ou talvez fosse o reflexo neles do fogo da lareira, ou mesmo, quem sabe, o seu próprio cansaço interior que lhe turvava a vista.

- Claro, Amparo, senta-te aqui.

E indicou-lhe a poltrona vazia ao lado da sua, no escritório. Era o lugar preferido de Diogo em Valmonte, fora o lugar preferido do pai, e era também o seu. Uma espécie de santuário masculino, na grande casa de dois pisos. A custo, mas disfarçando o esforço, fez o gesto de se levantar, enquanto Amparo se sentava.

Bastava uma réstia de humidade no ar para que as dores na perna voltassem. Com o tempo e com uma força de vontade persistente, adoptara duas posturas em relação à sua invalidez parcial: coxeava e chegava a gemer baixinho com as dores quando estava sozinho, e andava quase desembaraçadamente e nunca lhe viam um esgar de dor, se sentia que alguém podia estar a observá-lo. Poucos conseguiam avaliar o seu tremendo esforço e sacrifício, talvez apenas os seus companheiros de

caça de sempre, que sabiam o que custava caçar “de salto”, caminhando a corta-mato, nas manhãs frias e húmidas de Inverno, subindo cabeços, atravessando ribeiras a vau, abrindo caminho pelo meio das estevas orvalhadas, durante horas a fio. Numa atitude colectiva de solidariedade silenciosa, haviam-se habituado a caminhar mais lentamente, a fazer mais paragens do que o necessário, a declararem-se por vezes cansados antes de o estarem, jamais o deixando ficar para

trás
na
“linha”.
Felizmente,
ele
compensava a sua fraqueza com a sua
lendária pontaria, que nenhum Ribera
Flores alguma vez tivera tão apurada e que
parecia cada vez mais inalcançável: se
agora lhe era mais difícil chegar perto das
peças, conseguia porém matá-las de mais
longe.
Pedro, venho falar contigo como
cunhado e como homem da casa, o único
actualmente disponível. E também, se me
concederes isso, como amigo.
- Amparo! Sabes bem que sou teu
amigo e que contas comigo para tudo.
Tudo o que quiseres e que estiver ao meu alcance.
Ela fez uma pausa, parecendo avaliar

o exacto sentido das palavras dele.

- O que se passa, Amparo?

- Recebi uma carta do Diogo, hoje.

Terrível!

Aconteceu alguma coisa ao Manuel?

- Não, não! Graças a Deus, não! Tem

que ver com o Diogo... connosco, apenas.

- Ah...

- Ao mesmo tempo, louvo a coragem

dele em pôr tudo preto no branco...

- Como?

- É assim: diz-me que não voltam antes do fim da guerra, seja isso quando

for. Diz que Portugal, para ele, já significa

pouca coisa e que decidiu de vez que a

vida que tem agora no Brasil é a que quer

para sempre. E diz que tem lá um lugar

para a mãe e outro para a Assunção. Mas,

vê lá tu, não tem lugar para mim...

Amparo

rompeu

em

soluços,

escondendo a cara entre as mãos. Pedro

ficou sem saber o que fazer e estendeu

uma mão para a acariciar, mas ela fez um

gesto a significar que não era necessário.

Ele esperou que ela esgotasse esse choro

reprimido que precisava de pôr fora e que,

aos poucos, se fosse recompondo.

- Desculpa, não era minha intenção

vir para aqui chorar e preocupar-te com

isto, só queria pedir-te um conselho...

- Amparo, podes chorar o que te apetecer, o que sentires necessidade. Todos

nós choramos e, se calhar, seria melhor

que o fizéssemos ao pé de alguém que nos

estima.

Amparo limpou as lágrimas à manga

do vestido e olhou para o cunhado.

Lembrou-se de Angelina e de quanto sentiu então que Pedro devia chorar no silêncio do seu quarto ou nos seus longos passeios a cavalo pelo monte. Estendeu a mão e apertou a dele.

- Eu sei que tu compreendes, Pedro! E estou-te grata Por isso.

- Porque diz ele que não tem lá um lugar para ti?

- Vive com outra mulher, uma mulata com quase metade da idade dele e um filho da idade do nosso. Diz que explicou tudo ao Manuel e que não queria que ele vivesse a esconder de mim um segredo do pai ou que fosse por ele que eu ficasse a saber. Nisso, teve coragem...

- Teve coragem! - Pedro levantou-se sem se lembrar das dores da perna, agarrou na bengala e começou a caminhar pelo escritório como uma fera ferida. - Teve

coragem, esse cobarde desse meu irmão

que separa a mãe do filho e os irmãos entre

si, que divide uma família a meio, para

viver refastelado numa fazenda do Brasil,

amancebado com uma mulata de vinte

anos?

Ela ficou calada e Pedro voltou a

investir.

- Coragem? Coragem para quê? Para abandonar a família, fazer sofrer a nossa

mãe, cobrir de vergonha o nosso nome,

maldizer a terra e a Pátria que são as suas?

Não, Amparo, coragem não é isso!

Coragem é ficar e lutar por aquilo em que

se acredita.

- Eu percebo-te, Pedro, mas também

o percebo e parte a ele. O Diogo tem um

desejo de liberdade, de viver conhecer o

mundo, a que eu nunca dei a importância

que se calhar, devia ter dado. Bastaria que

eu tivesse aceite e ido também com ele e a

Assunção para o Brasil e agora não

estaríamos separados...

- E porque deverias ter ido? Aqui é o

teu lugar, tua casa: se estavas bem aqui,

porque haverias de abandonar tudo e ir

para o outro lado do mundo só por que o

sr. Diogo tem desejos de liberdade, ou o que ele chama de liberdade, que aqui,

coitadinho, o trazia desconfortável?

-

Pedro,

o

Diogo

sentia-se

sinceramente mal aqui! não era um

devaneio nem um fingimento, era genuíno.

Sentia

os

horizontes

fechados

e

mesquinhos, como ele dizia, e não

suportava a situação política. Creio que o

episódio da prisão daquele amigo dele, o

Rafael, foi determinante.

- Ah, sim? E o que encontrou ele lá

de diferente? Vive numa fazenda, como

vivia aqui, e num país com aquilo a que

ele deve chamar uma ditadura fascista, tal

qual como aqui...

- Também eu não sei dizer ao certo,

Pedro. Pergunto a mim mesma muitas

vezes o que foi que me escapou, que eu nunca consegui entender bem, nesta

paixão do Diogo pelo Brasil. Talvez por

ser um país tão grande, tão novo, tão

diferente! Muita gente acha que o Brasil é

a terra onde os sonhos são possíveis e eu

penso que o Diogo sente o mesmo. Apesar

de viver também numa fazenda e apesar de

a situação política lá ser igual, como tu

dizes...

- Quer dizer que tu hoje achas que

ele, quando partiu para o Brasil desta

última vez, já ia com intenção de ir ficando

por lá?

- Não, acho que ainda não. Mas as

circunstâncias vieram dar-lhe um pretexto

que, mais tarde ou mais cedo, acabaria por

acontecer. Nem que ele o forçasse.

Pedro voltou a sentar-se e ficaram calados alguns minutos. Ela contemplava a

tijoleira gasta do chão, como se reparasse

em alguma coisa pela primeira vez. A voz

do

cunhado

interrompeu-lhe

os

pensamentos.

- Bom, pelo menos agora as coisas

estão definidas, sabes tu e sabemos todos

com o que contar. O que pensas fazer?

Amparo abanou a cabeça.

- Não sei, Pedro. Recebi a carta hoje,

como te disse: ainda nem tive tempo de

pensar bem. Só sei uma coisa: quero ver o

meu filho! Quero ver o meu filho, com

guerraou sem guerra!

- Queres que ele viaje sozinho?

- Não sei, não sei bem o que quero: que viaje com o pai ou sem o pai, mas que,

na primeira oportunidade, ele que me jure

que o Manuel estará aqui. E depois que

faça a vida dele lá como quiser!

- E o teu casamento? Vais ficar viúva

de um marido vivo, para o resto da vida?

- Não sei, Pedro. Talvez me possas

ajudar, arranjan-do-me um advogado para

eu saber o que posso fazer.

- Não te podes divorciar, já sabes:
não há divórcio para os casamentos
celebrados pela Igreja.
- Pois, devemos isso ao Salazar, é
uma das coisas que enfureciam o Diogo:
dizia que um homem que nunca se casou
nem pensou em casar-se e ter família não
tinha autoridade para fazer leis de família...
- Não, o que o enfurece são os
compromissos, sejam eles quais forem.
Mas deixemos isso, agora! Eu arranjo-te
um advogado: tanto quanto sei, talvez
possas pedir a anulação do casamento na
Santa Sé. Afinal de contas, ele abandonou
a mulher, abandonou a família, abandonou
a casa e o país e vive com outra, que trata
como mulher. Eu arranjo-te o advogado, o
melhor que houver para questões de
família!
- Obrigada.

Ela levantou-se, fez-lhe uma festa ao

de leve no cabelo e saiu, curvada e em

silêncio.

Em 1936, quando tinha estalado a Guerra Civil de Espanha, era Armindo

Monteiro o ministro dos Negócios

Estrangeiros de Salazar e as suas

instruções eram de ajudar tanto quanto

possível e tão discretamente quanto

possível o lado nacionalista. Mas, em

Novembro desse ano, durante uma reunião

em Genebra, ele cedeu às pressões inglesas

e aceitou que Portugal integrasse o

chamado Comité de Londres, que tinha

como missão vigiar a neutralidade dos

demais Estados europeus perante o

conflito espanhol. Salazar não lhe perdoou

duas coisas: ter ele, desse modo, tornado

mais complicada a tarefa de ajudar Franco

sem dar nas vistas e, sobretudo, ter-se

atrevido a tomar tal decisão sem o seu

consentimento

prévio.

E

Armindo

Monteiro, tido como um dos seus

discípulos mais próximos, foi forçado a

demitir-se, sendo substituído no posto pelo próprio Salazar - que acumularia o cargo

de chefe do governo com o de chefe da

diplomacia, desde finais de 36 até para

além da Segunda Grande Guerra. Para que

a demissão de um dos mais brilhantes

homens do regime não fosse escandalosa

na praça pública, Salazar dar-lhe-ia depois

o lugar de embaixador em Londres, o topo

da carreira diplomática e uma sinecura que

julgava poder vir a ser relativamente

imune a desentendimentos entre ambos.

E assim, todas as noites ao serão, no

Palácio de S. Bento e onde criava galinhas

e patos como se ainda vivesse na aldeia e

sempre assistido em tudo pela sua

governanta dos tempos da Universidade de

Coimbra -, aquele desconfiado beirão

sentava-se na sua poltrona de sempre,

descalçava as botas de polaina do século

passado que insistia em usar ainda, substituía-as por umas pantufas de lã e

ficava

a

ler

e

a

responder

à

correspondência diplomática que lhe

chegava

dos

seus

embaixadores

espalhados pelo mundo. Aos 47 anos de

idade, fizera de si próprio o primeiro

ministro dos Negócios Estrangeiros que

nunca tinha posto um pé no estrangeiro.

Durante toda a guerra, e mesmo para

além dela, a propaganda do Estado Novo

português criaria a lenda de que só a genial

condução da política externa por parte de

Salazar durante aquele período tinha

poupado a Portugal a fatalidade de ser

envolvido no conflito. Missas, acções de

graças e vigílias em Fátima foram

organizadas às dezenas para agradecer a

Nossa Senhora a sorte de Portugal ter

Salazar à frente do país. A “vidente” de

Fátima irmã Lúcia chegaria a confidenciar ao cardeal Cerejeira - colega dos tempos

de Coimbra do ditador e avalista católico

do regime junto do compreensivo Papa Pio

XII - que a própria Nossa Senhora lhe insinuara “pessoalmente”, numa das suas aparições, que Salazar havia sido escolhido por “Ele” para conduzir Portugal na paz e prosperidade. Na verdade, porém, a célebre neutralidade “sabiamente” gerida por Salazar traduziu-se, sim, numa política externa feita de erros graves, ziguezagues ao sabor dos acontecimentos, manhas e expedientes dilatórios e alguns golpes de sorte. Até que, com o desfecho das armas finalmente inclinado a favor dos Aliados, Salazar se rendeu a contragosto às suas exigências -que resistira durante longos anos, invocando a “neutralidade”, ao mesmo tempo que jurava respeitar as

obrigações que adviriam naturalmente da

“mais velha aliança do mundo”, que unia Portugal à Inglaterra, desde o século XIII.

Claramente próximo das ideias do

Eixo, Salazar temia, porém, que Franco

engajasse a Espanha ao lado da Alemanha

nazi, de que o ditador espanhol era

altamente credor, e que esse envolvimento

arrastasse também Portugal para a guerra

ou, pior ainda, desse à Espanha uma

oportunidade e uma cobertura para tomar

Portugal de assalto. Em boa verdade e

durante a primeira metade da guerra, os

seus receios eram justificados pelo

iberismo militante do ministro dos

Negócios Estrangeiros espanhol, Serrano

Surer, um declarado simpatizante nazi.

Graças ao trabalho de sapa do embaixador

em Espanha, Teotónio Pereira, e à sua

facilidade em chegar junto a Franco, foi

possível, todavia, conter os ímpetos

expansionistas do ministro espanhol e a sua tentação de estender o Reich à

Península Ibérica.

Esse foi o primeiro objectivo de

Salazar à frente da pasta e teve sucesso. O

segundo, consumado através de uma

diplomacia sempre no fio da navalha e

ainda

mais

hipócrita

do

que

a

tradicionalmente hipócrita política de

qualquer

ministro

dos

Estrangeiros,

consistiu em dar um pouco do que lhe era

pedido a cada um dos lados e recusar o que pudesse satisfazer um e desagradar de mais ao outro. Aos alemães dava total liberdade para os seus serviços de espionagem se moverem à vontade em Lisboa e dava o volfrâmio, explorado nas minas portuguesas e essencial para o fabrico de armas para a Wehrmacht. Aos Aliados jurava lealdade e dava o menos que podia: só depois de anos de insistências, que no fim já se tinham transformado em ameaças mais ou menos claras, é que cedeu, em Setembro de 43, a concessão de uma base aérea nos Açores, para que americanos e ingleses pudessem tornar mais eficaz o combate aéreo aos submarinos alemães no Atlântico Norte.

O episódio da Base das Lajes conduziu, aliás, à mais importante dissensão que o regime vivera até então e

dele foi protagonista, uma vez mais,

Armindo Monteiro, já na sua qualidade de

embaixador em Londres. Iniciada a guerra,

o embaixador, tido ainda como um fiel do

regime, foi aos poucos seduzido pelo

heroísmo e tenacidade com que os ingleses

resistiam a Hitler, ao mesmo tempo que ia

crescendo

a

sua

admiração

pela

democracia e pelas instituições inglesas.

Ou, noutra versão menos lisonjeira, o seu snobismo e vaidade intelectual levaram-no

a concordar com as ideias dos círculos

sociais que frequentava em Londres -

particularmente o inner circle do secretário

do Foreign Office, Anthony Éden.

Qualquer que fosse o verdadeiro motivo,

quando Londres pediu as facilidades de uso na Base das Lajes, Armindo Monteiro entendeu que os ingleses tinham razão e passou a advogar a sua pretensão junto de Salazar. O que mais o exasperou não foi uma recusa liminar, que nunca chegou a haver, mas o sem-número de expedientes, artimanhas e rábulas pretensamente jurídicas que Salazar foi utilizando para protelar eternamente uma resposta, até que Churchill chegou ao limite da paciência e mandou o recado final: ou nos emprestam a base ou tomamos posse dela - e à força, se necessário. Num gesto de rara coragem ou altivez, Armindo Monteiro assumiu abertamente a sua dissensão, escrevendo a Salazar uma carta de trinta páginas, onde,

entre muitas outras verdades difíceis de encaixar para quem não tinha o hábito de ser contestado, lhe disse: “Lamento que V. Ex.a não tenha sabido aproveitar a ocasião única que a providência lhe deu nesta hora de iniciar, com honra e vantagem, uma política nova.” Como seria de esperar, Salazar respondeu à altura, demitindo o embaixador que se atrevera a desafiá-lo e a quem os ingleses acabavam de condecorar com a Ordem do Banho. Pelo seu próprio punho, à margem da carta, que fez juntar ao arquivo do Ministério, Salazar escreveu: “O mau estado de espírito do embaixador impossibilita-o de bem servir o país no seu posto.” Mas, sabendo que o

despacho

circularia

pelo

Ministério,

chegaria ao conhecimento de todos e

ficaria arquivado para a História, Salazar estendeu-se em considerandos, não se

eximindo a fazer futurologia sobre o

desfecho da guerra. E, onde Armindo

Monteiro previa uma vitória dos Aliados,

Salazar previa antes que “com alguns anos

mais, o embaixador admirar-se-á de ter

ignorado os factos ou confundi-los com a

interpretação do esquerdismo inglês, e

envergonhar-se-á

de

tão

estranhas

manifestações de snobismo”. A seu ver, a

hipótese de vitória dos Aliados não

passava de uma previsão esquerdista e a

oportunidade de converter a ditadura

portuguesa num regime democrático não

era mais do que uma manifestação de

snobismo. Esta última parte, a do

“snobismo”, era a que mais o enraivecia e,

por isso, ele acrescentava ainda: “Esta

carta traduz o grande ar de um grande

senhor que vive em Londres, está

relacionado com os grandes do mundo e fala de tudo isso superiormente a um pobre

homem de Santa Comba, imbuído nos seus

escrúpulos

e

amor

ao

país

do

provincianismo

moral.”

E
era
este
“provinciano moral”, e orgulhoso de o ser,
que tinha a seu cargo a condução da
política externa portuguesa nesses anos
decisivos em que a Europa e o mundo
travavam uma batalha letal entre a
liberdade e a barbárie.
A seguir à crise das Lajes, Salazar
mergulhou na crise do volfrâmio. A
Inglaterra e os Estados Unidos exigiam
que Portugal decretasse de imediato o
embargo às exportações para a Alemanha -
que, segundo eles, representavam metade
das necessidades dos alemães e cujo
termo, escrevia o New York Times, era tão
importante,
que
“poderia

abreviar
rapidamente o fim da guerra". A isto chamava Salazar
"exigências
injustificáveis", e a sua teimosia em não ceder era tanta que o embaixador inglês em Lisboa desabafava para o Foreign Office: "O presidente do Conselho português torna-se cada vez mais intratável à medida que a vitória dos Aliados se desenha." Se se recordassem do apoio que Londres tinha dado a Salazar e ao Estado Novo nos seus primórdios, se se recordassem que, ainda dois anos antes, numa tentativa de o amaciar, o haviam feito
doutor
bonoris
causa
pela

Universidade de Oxford, talvez alguém estivesse agora com as orelhas a arder em Whitehall...

Mas Salazar tinha uma vulnerabilidade que tornava insustentável a sua teimosia: o país e algumas colónias, como Angola, estavam inteiramente dependentes dos fornecimentos de trigo, petróleo e carvão, que lhe chegavam pontualmente dos Estados Unidos, apesar da guerra. De tal maneira que, incitado pelo chefe do governo, que lhe descrevia a situação de aprovisionamento de Portugal como

“aflitiva”,

o

embaixador

em

Washington, João António de Bianchi,

gastava o melhor do seu tempo a

diligenciar pela saída dos navios de

abastecimento com rumo a Portugal e a

enviar a Salazar minuciosos relatórios de

cargas e despachos alfandegários. Porém,

não pôde evitar também alertá-lo para a

“situação explosiva” que se vivia no State

Department em relação a Portugal,

avisando-o de que “duas coisas são de

prever: ou uma acção violenta dos Aliados

sem aviso prévio, ou, o mais provável, o

corte de fornecimentos a Portugal”. E

Salazar percebeu que a parada estava perdida, porque o corte de fornecimentos

significaria a penúria instalada e a

incapacidade de justificar politicamente perante a nação os sacrifícios causados pela ruptura com os Aliados. Já no Alentejo e outras zonas do país se repetiam as greves e manifestações contra a escassez de bens essenciais e, se a violenta repressão policial sufocava as revoltas, não silenciava o descontentamento. E, como ele próprio escrevera no despacho de demissão de Armindo Monteiro, “a luta pela segurança do Regime e seus princípios impõe-se com tanta legitimidade como a luta pela vida, independência e integridade do país”. Quando finalmente cedeu a decretar o embargo das exportações de volfrâmio para a Alemanha nazi, Salazar foi bafejado

por um desses golpes de sorte em que o destino foi pródigo consigo e que a

propaganda oficial transformaria em visão

e génio de estadista. O embargo seria

decretado em 5 de Junho de 1944 e a sua

notícia fez primeira página em vários

jornais ingleses e americanos, merecendo

os elogios do editorial do New York

Times, no dia 6. Tivesse ele decidido

apenas um dia mais tarde, e iria encontrar

todas as primeiras páginas dos jornais do

mundo inteiro ocupadas com a notícia do

desembarque dos Aliados na Normandia,

ocorrido no dia seguinte. E não faltariam

então vozes a dizer que só mudara de

política perante um facto que não era

difícil de adivinhar que iria decidir a sorte

da guerra. Tanto maior foi a coincidência,

quanto ele não fazia ideia do que se

preparava em terras de França e quem o

devia informar o não fazia: em Berlim,

tinha como embaixador um enfastiado aristocrata, o conde de Tovar, o qual,

declarando que nada de importante havia

ali a tratar, meteu férias e partiu para

Portugal nas vésperas do desembarque; e

em Londres, onde, para substituir Armindo

Monteiro, colocara outro aristocrata - o

duque de Palmela -, este não só não

desconfiara de nada, enquanto um Exército

de um milhão de homens se concentrava

debaixo do seu nariz, como também se

limitava a dar conta de mundanidades

diplomáticas nos seus telegramas cifrados.

Hábil em explorar em proveito próprio as

fraquezas alheias, exímio em estimular

vaidades fúteis, todavia úteis, Salazar

colhia assim os resultados da sua aversão a

quem tivesse competência, capacidade e

coragem de pensar por si. Afinal, não fora

o “esquerdismo” nem o “snobismo” de
Armindo Monteiro que haviam mal
interpretado os sinais do tempo, mas sim a presunção
intelectual
ou
o
“provincianismo moral” de Salazar. Mas,
no rescaldo do tremendo erro das suas
avaliações, salvara-se o regime e, com ele,
o homem providencial, anunciado ao país.
Fazenda Águas Claras,
Rio de Janeiro, 6 de Novembro
de 1944
Minha muito Querida
Mãe
Escrevo-lhe, primeiro que
tudo, para lhe anunciar o
nascimento do seu terceiro neto
- ou melhor, neta -no passado
dia 3 de Novembro, aqui

mesmo, na Águas Claras, no Estado do Rio de Janeiro.
Nasceu às 20.45 da noite - menos quatro horas do que aí, o que significa que, pela hora de Portugal, nasceu já no dia 4.
Foi um parto rápido e sem complicações de maior, assistido pelo médico local, o excelente dr. Pedro Laureano, que havíamos mandado chamar umas horas antes, assim que a Benedita começou com as contracções.
Nasceu uma menina morena,

de

olhos

grandes, cabelos pretos e pele

um pouco escurinha, a quem

vamos chamar Aparecida, que é

o nome da Santa Padroeira

desta região e que a mim me

sugere um nome bem indicado

para

o

seu

aparecimento

inesperado na minha vida, nesta

minha nova vida. Tão breve

possível,

mando-lhe

as

primeiras fotografias da sua

neta e indicar-lhe-ei a data do

seu baptizado. Minha querida

mãe: apesar de tudo o que imagino que estará a sofrer por minha causa, por causa das minhas decisões e da nossa ausência, eu queria muito que a mãe encarasse a possibilidade de, assim que possível, vir aqui, conhecer esta minha casa, a sua nova neta e aquela a quem eu considero como minha mulher e sua nora. Julgo que, uma vez aqui, a mãe poderá julgar por si as razões que me levaram a tão drástica mudança de vida e conhecerá também as razões que me fazem ser aqui tão feliz. Sei que uma mãe quer, acima de tudo, a felicidade dos seus filhos e que, ao vê-la, poderá também perdoar-me o que a fiz

sofrer, a si e a outros - e,
sobretudo, à Amparo e à minha
filha Assunção - o que, à
distância, se torna mais difícil
de
fazer.
Já
lhe
expus
longamente as minhas razões
em anteriores cartas e sei que,
no fundo de si mesma, continua
a
amar-me
e
consegue
compreender-me. Sei ainda,
mãezinha, que a senhora não
ignora o muito que eu próprio
tenho sofrido ao longo destes

anos, sem a poder ver, sem escutar a sua voz, sem fixar o seu olhar ou colher o seu beijo de boas-noites. Tenho pago por isso, também eu, um alto preço. Por não a ter a si e saber que a faço sofrer com saudades, que faço sofrer a Amparo com saudades do Manuel e a ele com saudades da mãe, e por saber que tenho uma filha que cresce lá longe, que eu não vejo crescer e que, decerto, nem se lembra da cara do pai.

Como já deve saber pela Amparo, no início de Dezembro, quando começam

aqui as férias escolares, o
Manuel
vai
para
aí,
embarcando no Rio, num navio
e numa rota segura e confiado a
um casal português meu amigo,
que tomará conta dele como se
fosse seu filho. Agora e após o
desembarque dos Aliados na
Normandia e a libertação da
França, a navegação tornou-se
infinitamente mais segura no
Atlântico
e
penso
que,
finalmente, se pode começar a
antever o fim da guerra e deste

pesadelo nazi. De qualquer modo, foi uma decisão tomada entre ambos, a Amparo e eu, e com a consciência de que não era possível prolongar por mais tempo o desejo que o Manuel e a Amparo têm de se voltar a ver, depois de mais de cinco anos de separação.

Obviamente, pensei também na hipótese de eu próprio ir, sobretudo, é claro, para a ver a si e à Assunção. Mas a Amparo disse-me que achava por bem que eu não fosse, dada a minha situação actual, e que a Assunção diz sempre que não tem pai e ela pensa que alguma

aproximação futura entre nós
terá de ser pensada e planeada
com mais tempo - talvez
quando a Assunção for mais
velha e tiver capacidade para
compreender certas coisas da
vida que hoje não estão ao
alcance dos seus treze anos de
idade. Não sei, a mãe me dirá
também o que pensa sobre isso.
Mas imaginei-me aí, sem
poder entrar em Valmonte - a
menos que me dispusesse a
magoar e humilhar a Amparo e
a enfrentar a hostilidade da
minha filha e do meu irmão. A
ter de me instalar, sei lá eu, no hotel de Estremoz, para me
encontrar consigo em almoços
meio clandestinos, comentados
por toda a cidade. Imaginei

tudo isso e senti que a Amparo
tem razão. Eu não sou bem-
vindo na terra onde nasci e que,
é verdade, escolhi trocar por
outra. Além do desconforto que
iria sentir, acho que não teria o
direito de perturbar ainda mais
todos aqueles a quem já magoei
tanto - sem intenção de magoar,
é certo, mas consciente de que
o estava a fazer. Sempre
acreditei, mãe, que não se pode
querer tudo da vida: há alturas
em que é forçoso escolher e
estar disposto a pagar o preço
das escolhas feitas. Pese tudo o
que possam dizer ou pensar de mim, ninguém me poderá
acusar jamais de não ter
escolhido e de não ter estado
disposto a pagar o preço. Não

escolhi o caminho mais fácil
nem aquele que menos teria
magoado
os
outros.
Mas
também não escolhi o mais
cómodo e, para mim mesmo, o
mais hipócrita. E assim escolhi,
minha mãe: peço o seu perdão e
o seu respeito.
Recebi carta do Pedro,
escrita com frieza mas lealdade.
Diz-me que tratou de arranjar
um advogado à Amparo e que
ela iniciou em Roma um
processo para anulação do
nosso casamento: como é
óbvio, nada tenho a opor e, se for
necessário

eu

próprio

testemunhar para dizer mal de

mim mesmo, estou disponível.

Só desejo à mãe dos meus dois

filhos mais velhos toda a

felicidade do mundo, que ela

merece e tanto esperou, que

continue a viver em Valmonte

para sempre, tratada por si

como nora que continuará

sempre a ser e como também

merece. Propõe-me também o

Pedro a compra da minha parte

em

Valmonte

e

eu

vou

concordar. Financeiramente, é

um alívio para mim, que ainda

estou endividado com o banco

para pagar esta fazenda e a

quota do meu ex-sócio na

Atlântica C.a, em Lisboa. Mas,

à parte esse aspecto, ninguém, nem mesmo a mãe, pode sequer

fazer uma pálida ideia do que

representa para mim desfazer-

me da minha herança em

Valmonte e saber que, se calhar,

nunca mais voltarei a ver essa

casa e essa terra em que todos

os dias penso com uma saudade

latejante. Mas também isso faz

parte do preço a pagar e é justo,

afinal, que apenas a mãe e o

Pedro - e, mais tarde os meus

filhos, por herança sua - fiquem

donos daquilo onde sempre

viveram e viverão decerto até ao fim. Assim se arrumam as coisas, conforme é justo.

Mas, minha querida mãe, volto ao princípio desta carta: esta sua neta, que acaba de nascer, é tão sua neta quanto o são o Manuel e a Assunção. A Benedita, que a mãe não conhece, é, à face dos homens e à minha, tão sua nora e tão merecedora de o ser quanto a Amparo. E esta casa onde agora vivo é tão sua quanto o é Valmonte. E eu sinto tanta falta de si como sempre senti. Dar-nos-ia a todos uma felicidade indescritível poder recebê-la aqui, tê-la junto de nós, dois ou três meses que fosse. Além do

mais, minha mãe, eu sei que o
Brasil a deixaria encantada.
Afinal de contas, a algum lado
eu fui buscar as razões do
coração
que
me
fizeram
apaixonar assim por esta terra.
Mãezinha querida: há só
um mar entre nós. Nada mais!
Do seu filho do coração,
Diogo.
Quem nunca sofreu por amor nunca
aprenderá a amar. Amar é o terror de
perder o outro, é o medo do silêncio e do
quarto deserto, de tudo o que se pensa sem
poder falar, do que se murmura a sós sem
ter a quem dizer em voz alta. É preciso
sentir esse terror para saber o que é amar.

E, quando tudo enfim desaba, quando o

outro partiu e deixou atrás de si o silêncio

e o quarto deserto, por entre os escombros

e a humilhação de uma felicidade desfeita,

resta o orgulho de saber que se amou.

Esse íntimo orgulho jamais lhe

passaria: ela amara, dera tudo de si ao homem por quem se apaixonara na flor da

sua juventude, tivera dele dois filhos,

esperara-o sempre, para além de tudo.

Cumprira a sua parte. Depois, a dor da sua

perda atingiu-a como uma lâmina afiada,

que

trespassou

coração,

nervos

e

músculos. Por muito tempo, ficou ali

cravada, uma dor aguda e sempre presente,

uma ferida suja e porosa onde se

misturavam o sofrimento e a raiva, o despeito e a vergonha, esse grito eternamente sufocado na garganta. Ele trocara-a por outra mulher: de outra terra, de outra raça, mais nova, talvez mais bonita e sensual. Trocara a sua mulher e a mãe dos seus filhos por uma mulher que fora já de outro homem e mãe de um filho que não era seu. Não havia limite para a sua dor nem para a sua vergonha. Sem saber o que fazer ou como resistir, tivera momentos em que se sentira à beira de endoidecer, dando consigo, a sós no quarto, tratan-do-se a si própria e em voz alta como ele a tratava em tempos: “minha querida, minha poldrazinha”. Como se a sua própria voz se pudesse transformar na voz dele e fazê-la recuar aos tempos felizes e tranquilos.

Amparo passara o último ano a

tentar sobreviver àquele desastre, a tentar arrancar do peito aquela lâmina cravada a frio. O seu único desejo, a sua obsessão, em todo esse tempo, era ver o filho Manuel. Ao sofrimento e à vergonha que a tinham atingido desde que recebera a carta de Diogo, juntava-se ainda a tortura de saber o seu filho em companhia da "outra", vivendo com ela, comendo à mesa com ela, vendo-a, de certeza, recolher-se ao quarto de dormir com o pai. Imaginava-a tudo fazendo para o seduzir também, dispensando-lhe mimos e atenções, desempenhando o papel de segunda mãe junto dele e de Diogo. Imaginava isso e mais ainda, juntava o ciúme à dor da perda, quando fechava os olhos a noite na cama e já não podia sonhar com ele ali, ao

lado dela, como tantas noites ao longo dos
últimos anos, mas sim ao lado da outra,
dessa Benedita, a quem chamava
“Maldita”, nessas suas intermináveis
noites e madrugadas de tortura. E só
quando, enfim, Manuel chegou, numa
manhã envolta na humidade fria de
Dezembro no Cais da Rocha, quando o viu
descer quase que a medo as escadas do
paquete em proveniência da Cidade do
Cabo, quando a custo reconheceu o filho
naquele rapagão alto e desengon-çado que
caminhava procurando-a com os olhos,
quando então o soube vivo e presente, quando só aí realizou que tinham chegado
ao fim tantas e tantas noites de saudade
miserável, de beijos e lágrimas ensopando
a sua fotografia que lhe sorria de lá longe,
então sim, só então ela voltou a recordar o
que era a sensação de se esmagar contra o

peito de um homem que amava e cobri-lo
de beijos. Só a partir dessa manhã molhada
é que Amparo começou lentamente a
regressar ao mundo dos vivos, onde vivem
os que tanto amaram, tanto sofreram e,
mesmo assim, se reergueram.
Dias depois, ela sentava-se à direita
de Pedro, para o jantar de Natal - o seu
décimo sétimo jantar de Natal em
Valmonte e o sexto consecutivo sem
Diogo. Pedro ocupava desde então o lugar
à cabeceira, em frente de Maria da Glória,
e Amparo sentava-se à direita de Pedro,
sentin-do-se estranhamente protegida e quase feliz,
olhando os seus dois filhos
também à mesa e observando-se a si
própria flutuando acima das conversas,
levada
pela
irrealidade

líquida

do

champanhe e pela consistência daquele

vinho tinto espesso da herdade. Mas, mais

do que tudo isso: pelo desejo arrebatador

de uma noite sem sofrimento, de uma noite

de regresso à vida, de uma alegria que

fosse infantil, esquecida, leve como um

sopro de vento.

Duas tias velhas tinham morrido no

último ano e um dos convidados de sempre

estava agora inválido preso à cama. Mas

os outros sobreviviam e, entre eles o dr.

António Sacramento, rijo e teso, nos seus

72 anos. Aguentou sem vacilar as despesas

da discussão política, que era já uma

espécie de tradição da mesa em Valmonte:

quando Pedro começou a enaltecer a obra do regime, dando como exemplo o Estádio

Nacional, acabado de inaugurar, e quando

tentou justificar a repressão da polícia

política sobre os trabalhadores agrícolas do

Alentejo, que haviam lançado uma onda de

greves contra o custo de vida e a falta de comida e bens essenciais, argumentando

com o discurso oficial de Salazar sobre “a

violação

da

ordem

por

agitadores

profissionais a soldo de Moscovo”, o dr.

Sacramento estendeu-lhe um dedo em riste

e trovejou:

- Veja, meu jovem Ribera Flores, que

Moscovo tem mais com que se entreter a

resistir às hordas nazis do Hitler do que

andar a organizar greves e protestos dos

trabalhadores rurais, aqui, no Alentejo, a

quatro ou cinco mil quilómetros de

distância! E tu achas, porventura, que um

pai que não tem comida para dar aos filhos precisa de inspiração externa para se

queixar?

- Reconheço que a situação está

difícil para todos, mas, e graças à

Campanha do Trigo e à habilidade política

de Salazar, evitando a guerra ao país, ainda

há pão nas mesas - enquanto que outros

povos, por essa Europa fora, morrem

literalmente de fome, quando não morrem

de um bombardeamento aéreo.

- Ah, estás muito enganado, meu

filho! Para começar, a situação não está

difícil para todos: os grandes latifundiários

que aderiram à Campanha do Trigo, com

os preços garantidos e o escoamento

assegurado pelo governo, estão mais ricos

que nunca...

- Como sabe, dr. Sacramento, nós só aderimos em parte...

- Sei, sei: deve-se isso à visão do teu irmão Diogo, que sempre disse que o trigo era dinheiro em caixa a curto prazo e a ruína da terra a seguir.

Houve um breve silêncio incómodo quando o velho doutor pronunciou o nome de Diogo, mas Pedro não deixou que o silêncio se prolongasse.

- Mas foi a Campanha do Trigo que salvou Portugal da fome, antes e nestes anos de guerra.

- Não: são os envios dos americanos. E fome, temo-la, mesmo assim: por isso é que há greves.

- Discordo de si, doutor: acredite ou não, há greves porque o movimento comunista internacional está por detrás delas, já a preparar o pós-guerra e a abertura de uma frente comunista aqui, no ocidente da Europa.

O dr. Sacramento inclinou-se para a frente, soltando uma sentida baforada do último habano que lhe restava em casa e que guardara durante meses para o jantar de Natal em Valmonte.

- Pedro, tu acreditas mesmo nessa treta?

´- Não acredito: eu sei.

- Tu sabes? Tu sabes que é por fazerem parte da “grande conspiração comunista internacional” que homens que apenas se bateram pela liberdade de dizer o que pensamagonizam agora nessa coisa infame que é o campo de prisioneiros políticos do Tarrafal, em Cabo Verde? Que foi por isso que o dr. Ferreira Soares foi abatido pela PVDE Espinho?

- Esse era do Partido Comunista. E os que estão no Tarrafal também o são.

- Alguns são, outros não. E que

sejam! Tu não és fascista?

- Sou nacionalista: defendo a Ordem,

a Família, a Pátria e o Império.

- Sim, caso não saibas, hoje em dia

chama-se a isso um fascista. Mas tudo

bem: eu, por mim, continuo a estimar-te

como sempre te estimei, a admirar as tuas

qualidades de homem e de amigo e,

sobretudo, a respeitar o direito que tens a pensar conforme entendes. Mas, meu caro,

se vivesses na União Soviética, eras

fuzilado ou enviado para morrer aos

poucos na Sibéria. Achas bem?

- Tanto não acho, que os combati, de

armas na mão. Porque sei o que

aconteceria no dia em que os comunistas

tomassem o poder aqui.

- E o que acontecia? Aniquilavam os

que não pensassem como eles! Não é isso

que fazem os teus amigos do Estado

Novo? Qual é a diferença, diz-me?

- A diferença é que nós temos razão

e eles não.

- Ah! E quem decidiu isso?

Antes que Pedro pudesse responder, Maria da Glória arrastou a cadeira para

trás e começou a levantar-se da mesa.

- Acabou a política, meus meninos!

Se não se importam, agora vamos passar à

sala e às outras coisas habituais nesta noite

de Natal e especialmente para as crianças.

Sóqueria dizer que, graças a Deus, tenho-

vos aqui a todos, os que estão à mesa, em

mais um Natal - vivos e amigos como

sempre!

O

dr.

António

Sacramento

precipitou-se para lhe chegar a cadeira

para trás e dar-lhe o braço, segredando-lhe

ao ouvido:

- Peço desculpa, Maria da Glória, se

calhar, hoje fui longe de mais...

Ela sorriu, desvanecida. Era um sorriso que vinha de muito longe,

atravessando anos, décadas, incontáveis

jantares de Natal.

- Meu querido António, você sabe

bem que nesta casa nunca estará nem

longe nem perto de mais: estará no seu

lugar de sempre e eu agradeço-lhe por

nunca ter mudadode casa nem de lugar.

Falo por mim, pelos meus que aqui estão

presentes e pelos ausentes. E acho que me

entende, assim.

Ele inclinou-se e beijou-lhe a mão,

soltando uma nuvem de fumo para os

olhos já húmidos dela.

E, a seguir ao Natal, houve até uma

festa de Ano Novo, no Clube de Estremoz,

onde a boa sociedade local se encontrava

em ocasiões festivas. Era a primeira festa desde que a guerra começara e, embora a

guerra ainda não tivesse terminado, havia

já um certo ar de descompressão, que

encorajara os dirigentes do clube a festejar

o Ano Novo de 1945. Na frente ocidental,

os Aliados progrediam, devagar mas

firmemente, sob a iniciativa das divisões

de tanques do general Patton; a leste e

depois de Estalinegrado, tinha-se tornado

claro que os russos tinham sido capazes de

resistir e agora estavam na ofensiva,

obrigando as tropas da Wehrmacht a fazer

o caminho inverso, recuando debaixo das

condições inclementes daquele Inverno; e,

lá longe, no Pacífico, MacArthur tinha

também passado à ofensiva, recuperando

uma por uma todas as ilhas, ilhéus e atóis

que os japoneses tinham ocupado desde 41. Se bem que tivesse escapado à guerra, Portugal não escapara às restrições, aos racionamentos e à angústia desse longo tempo suspenso que durava desde Setembro de 39. Aqueles cujo coração estivera sempre com os Aliados exibiam-se como vencedores no salão de dança do clube, e mesmo os outros, os que tinham visto na Alemanha nazi o advento do "homem novo", não disfarçavam uma sensação de alívio por pressentirem que a guerra chegava ao fim. Em ambos os lados, apenas uma dúvida permanecia: qual seria o destino do Estado Novo português, depois da vitória dos Aliados - cairia, arrastado pela maré de liberdade

que certamente iria varrer a Europa após a derrota dos regimes totalitários ligados ao Eixo, ou conseguiria ainda sobreviver?

Amparo comparecera ao baile de Ano Novo do clube, em companhia do cunhado e dos seus dois filhos. Pedro desafiara-a e ela arranjara coragem para tanto. Ficara tocada pelo gesto do cunhado e pensara que não podia deixar de estar à altura dele. Não ignorava os mexericos inúmeros que deveriam correr na vila a seu respeito: as pequenas terras interiores de província, como Estremoz, são implacáveis na devassa e com a desdita alheia. Meia cidade, pelo menos, haveria de a olhar e comentar que a “pobre da cigana, achava que tinha o mundo aos pés

e afinal o seu belo príncipe e morgado de Valmonte abandonou-a por outra, lá no Brasil, e consta que miúda e preta!". Mas sabia também que, ao dar-lhe o braço para entrar ao lado dele no clube, ao convidar para dançar uma vez e duas vezes a sua sobrinha Assunção, Pedro mandava a todos uma mensagem que significava apenas: "Ela continua a ser da família, uma Ribera Flores, por casamento. E, quem quiser continuar a dar-se connosco, que não esqueça isso!"

E, ao ver a sua filha a dançar nos braços do tio, delicadamente ajudando-o a disfarçar o desequilíbrio que o arrastar da perna esquerda lhe provocava, Amparo pensava em como os filhos são capazes, até fisicamente, de perpetuar o que os próprios pais já enterraram. De corpo, de cabelo, de movimento, ela era igual a si:

herdara da mãe a mesma leveza um pouco selvagem, quase animal, que faz os homens quedarem-se suspensos da sua passagem ou da sua presença, como se todo o espaço à volta deixasse de repente de existir. Mas do pai herdara também aquele olhar fundo, fechado, ora triste ora luminoso, e um certo inclinar de cabeça que tinha nobreza e distanciamento.

Sangue andaluz, cigano, alentejano.

À beira de fazer catorze anos de idade, era incrível observar como ela parecia mais madura, mais consciente e mais determinada do que o irmão, todavia um ano mais velho. Manuel regressara daqueles anos de Brasil espigado e desengonçado no próprio corpo, a cara marcada por borbulhas e indecisão.

Assunção, pelo contrário, habitava num corpo de ninfa que se ia transformando em

mulher de dia para dia, as pernas altas, as curvas começando já a formar-se, sem

lugar para enganos: ia fazer-se uma mulher

linda. Ali, no salão de baile, quebrando-se

pela cintura onde assentava a mão de

Pedro, flutuando ao ritmo de uma valsa

demodée, os seus longos cabelos soltos

acompanhando os movimentos do corpo e

deslizando como se não pisasse o chão, a

cara ligeiramente inclinada e os dentes

brancos iluminando um sorriso sem ironia

alguma, a sua beleza perpassava através de todos os olhares como uma promessa de

eternidade. “Daqui a muitos anos - pensou

Amparo - ainda se há-de falar em

Estremoz do baile onde a Assunção

apareceu pela primeira vez e todos ficaram

petrificados a contemplá-la.”

Tio e sobrinha dançavam com uma

cumplicidade que enternecia Amparo. Ao

longo dos últimos anos, eles os dois

tinham construído uma relação que nada,

jamais, poderia desfazer. Ela fora, para

Pedro, a filha que ele nunca tivera e ele

fora para ela o pai que ela tinha perdido,

antes mesmo de chegar a conhecer

verdadeiramente. Pedro ensinara-lhe tudo

ou quase tudo o que sabia: ensinara-lhe a

montar a cavalo, a podar árvores, a

acompanhar as sementeiras e as colheitas,

a tratar do gado, a fazer cercas para o

rebanho e, até, a atirar e caçar. E ele, que sempre fora um péssimo aluno, como que

regressara aos primeiros tempos de escola

para a ajudar à noite com os trabalhos

escolares que tinha para fazer. Por amor a

ela, gastara horas e dias a recitar-lhe a

tabuada, a ensinar-lhe a solução para

problemas de matemática e, uma noite,

Amparo chegara mesmo a surpreendê-lo a

tentar explicar à sobrinha o que queriam

dizer versos, todavia tão evidentes, como

os do poeta do século XV João Roiz de

Castelo Branco:

Senhora,

partem

tam

tristes meus olhos por vós, meu

bem,

que nunca tam tristes

vistes outros nenhuns por

ninguém.

Seis anos. Assim se tinham passado seis anos, em que, pouco a pouco, se foi

esfumando a imagem do pai que Amparo

lhe mostrava em fotografia e tentava

reavivar nas suas memórias de criança,

quando à noite a ia deitar e pousar-lhe na

testa dois beijos de boa-noite: “Um por

mim, outro pelo teu pai, no Brasil.” Mas,

de manhãzinha, quando descia para o

pequeno-almoço, a primeira coisa que

Assunção procurava era o tio.

- Tio Pedro, leva-me à escola?

- Levo, querida.

Herdara isso dela, das suas raízes

ciganas: o dom da sobrevivência, a arte da

adaptação.

Juventude é beleza e beleza é

juventude. Tinha lido isto algures, já não se lembrava onde, mas pensava nisso

frequentemente. Pensava nisso agora,

enquanto se despia na casa de banho e se

contemplava ao espelho, antes de entrar na

banheira de água quente, para o seu

habitual banho do final do dia, que era

uma espécie de terapia completa, de corpo

e de espírito.

O espelho revelava-lhe uma imagem

ambígua, indecisa. Seis anos de espera,

seis anos sem homem, tinham causado

danos
visíveis.
As
suas
pernas
continuavam ainda firmes e bem lançadas,
a barriga mantinha-se lisa e o peito, se bem
que já não tivesse a exuberância
provocadora dos anos de juventude, ainda,
julgava ela, era capaz de entontecer um
homem na flor da idade. Quase a chegar
aos quarenta anos, porém, o que o espelho
lhe
cobrava
mais
era
um
certo
adormecimento do corpo, uma resignação
prematura, a ausência daquela espécie de

brilho húmido que se nota na pele e nos músculos das mulheres que ainda são desejadas e amadas. Adormecera na espera vã: era isso que ela via, enterrando-se na água tépida da banheira de zinco.

O seu grande luxo, o seu grande momento de evasão eram aqueles banhos ao final de tarde. Para relaxar, apagava a luz eléctrica e acendia duas velas - além do rádio ligado à electricidade, que instalava sobre a bancada do lavatório, ficando a ouvir o programa de música clássica da Emissora Nacional. A essa hora do dia, era quase sempre piano, música adequada para um banho à luz de velas: nessa noite, Schubert e Bela Bartok, morto no ano anterior. Mas o concerto de música clássica da Emissora

Nacional
foi
inesperadamente interrompido para uma notícia com prioridade, que ela escutou, mergulhada na água:
- “O quartel-general alemão, em Berlim, e o govern do almirante Doenitz anunciaram hoje a morte do Fuhrer Adolf Hitler, bem como do ministro Joseph Goebbels respectivas mulheres. Não foram adiantados mais pormenores. Em Lisboa, uma nota da Presidência do Conselho de Ministros informa que, como é usual nestas circunstâncias, o governo português decretou três dias de luto oficial pela morte, citamos, do chanceler e Presidente alemão... Continuamos com o concerto Impromptus, D-935 de Schubert.”
Amparo sorriu. Mesmo a ela, que pouco percebia d política, não escapava o

absurdo daquilo: com o fim vista, Salazar ainda se agarrava a formalismos jurídicos

para decretar luto oficial pela morte do

“chanceler e Presidente alemão”. Sob a sua

orientação, Portugal fora dos poucos

países a manter até final uma embaixada

aberta na Alemanha nazi, e um dos raros a

manter outra embaixada no regime

fantoche da França de Vichy. Aliás, e tal

como sucedera com a Embaixada em

Berlim, também em Vichy o embaixador

teve artes de conseguir meter férias e

abandonar o posto poucos dias antes do

desembarque dos Aliados em França. Na

altura em que mais necessário era no seu

posto, estava ausente e dera por si um

terceiro-secretário de embaixada, de seu

nome Emílio Patrício - cuja simpatia pelo

marechal Pétain e o regime de Vichy

poderia ter tido até consequências graves,

para além das cómicas, se porventura a

política externa portuguesa tivesse alguma importância ou influência e Salazar,

consequentemente, tivesse necessidade de

ser informado, não pelas ideias políticas do

terceiro-secretário, mas pela realidade dos

factos. Quatro dias antes do “Dia D”, por

exemplo, o jovem Patrício telegrafara a

Salazar dando-lhe conta de que o vice-

cônsul, um francês, fora preso pela

Gestapo, por suspeita de estar ligado à

Resistência. Não se tratando de um

diplomata de carreira, mas de nomeação

honorária, o encarregado de negócios de

Portugal na França ocupada concluía e

sugeria: “Não me assiste, assim o suponho,

nenhum direito de protestar... Penso

mesmo que, se ficar demonstrada a

culpabilidade do vice-cônsul - do que

informarei V. Ex.a apenas tenha resultado

definitivo dos interrogatórios -, se torna

indispensável a sua demissão. Agradecia

instruções como proceder.” E assim, depois de alguns dias deixado indefeso nas

mãos da Gestapo, esta estava em

condições de informar Emílio Patrício e

este transmitir a Salazar que se tratava de

“um caso de espionagem extremamente

grave”. Entretanto, já os Aliados tinham

desembarcado nas praias da Normandia e

Salazar mostrava-se bem mais perspicaz

do que o seu diligente servidor em Vichy e

telegrafava-lhe de volta, aconselhando-o a

informar-se melhor sobre a culpabilidade

do hóspede da Gestapo, pois que

“franceses poderão praticar actos muito

graves aos olhos da polícia ocupante e que

eles consideram dever de patriotismo”.

Mas a visão avisada do presidente do

Conselho português não duraria mais do

que 24 horas: no dia seguinte, enviava para Vichy e ao cuidado de Patrício um despacho avaro de palavras, mas tremendo de consequências para o pobre do vice-cônsul, abandonado à sua sorte nas mãos da Gestapo: “Assinei hoje portaria exonerando vice-cônsul de Portugal em Vichy.” De costas voltadas aos sinais do tempo, e mesmo à medida que os Exércitos de Eisenhower iam libertando a França, o terceiro-secretário Emílio Patrício insistia em informar Salazar de que o marechal Pétain seria indispensável no regime francês do pós-guerra e que, se os alemães não eram populares em França, também os “invasores aliados”, como lhes chamava, eram muito malvistos entre a

população

francesa,

devido

aos

bombardeamentos aéreos. Enfim, dias

depois, Paris foi libertada, Vichy caiu

perante a derrota dos alemães e o zeloso

terceiro-secreta-rio calou-se. A sorte da

guerra estava determinada e Salazar iria ter

que se adaptar.

Amparo, obviamente, não sabia nada disto. Não estava a par do secretíssimo

jogo diplomático travado entre Salazar e

os seus representantes externos na Europa

em guerra. Mas, como muitos outros

portugueses

relativamente

bem

informados, ela percebia que Salazar

estava de coração com o lado errado - ou,

pelo menos, com o lado vencido.

Desligou o rádio e sacudiu a cabeça,

como se quisesse assim afastar para longe

as notícias e a política. Esta era a hora do

esquecimento, quando voluntariamente

deixava que os pensamentos se apagassem

e apenas a noção do corpo permanecesse

atenta.

Deixara a janela da casa de banho

aberta e os sons daquela Primavera

nascente entravam ali dentro. Deslizou um

pouco para baixo, envolvendo-se na água e na espuma espalhada à volta, sentindo o

corpo amolecer. Instintivamente, começou

a percorrer-se com a mão, acariciando o

peito e depois a barriga e as coxas, como

tantas vezes fazia, como tantas vezes fizera

ao longo daqueles longos anos.

“A guerra acabou!”, pensava para

consigo, sem conseguir realizar ainda bem

o significado daquelas simples três palavras. “A guerra acabou. Qualquer coisa de novo tem de começar!”

A luz das velas, da noite que ia chegando de fora através da janela e do vapor suspenso da água quente que embaciava o espelho e formava uma espécie de cortina entre o sonho e a lucidez, também os sons se tornavam indefinidos, entre a percepção e a ilusão.

Pareceu-lhe ouvir passos que caminhavam pelo corredor de tábuas de madeira, mas não ligou importância. Pareceu-lhe que os passos eram hesitantes, como se o seu dono não soubesse bem o caminho que pisava. Depois, os passos tornaram-se mais nítidos e próximos, ora curtos ora pausados, e ela percebeu então que eram reais e eram os passos de Pedro, caminhando em direcção à porta da casa

de banho. Quando ele parou em frente à porta e ela viu que a maçaneta começava a rodar lentamente, pensou se teria fechado a porta à chave, mas não conseguiu lembrar-se. Todavia, não disse nada, nem se mexeu da posição em que estava, com metade do corpo de fora da água, o seu peito exuberante e exposto em direcção à porta por onde ele poderia entrar, a sua mão mergulhada debaixo da água, acariciando ainda a coxa.

Ele entrou, aparentemente sem esperar encontrar a casa de banho ocupada. Deu dois passos para dentro e deteve-se tentando ver e decifrar para além da nuvem de vapor e da luz fraca das velas que iluminava a cena. Então viu-a, seminua e sem se mexer, na banheira, olhando-o sem nada dizer. Instintivamente, deu um passo atrás.

- Ah, desculpa, Amparo... não
sabia... desculpa!
- Espera!
- Sim?
A voz dela interrompera o seu
movimento de se começar a virar.
Continuava, pois, a olhá-la.
- O que querias?
- Ah, peço desculpa, vinha à procura
do meu remédio... ahn... para as dores:
acho que o deixei aquij hoje de manhã...
- Então, procura-o aí.
Ele foi até à bancada do lavatório,
virando-lhe costas, e começou a procurar
desajeitadamente. Agarrou num frasco e
virou-se outra vez.
- Está aqui! Desculpa-me, mais uma
vez. E, agora sim, batia em retirada.
- Pedro!
- Sim?

- Fecha a porta à chave.

- Como?

- Fecha a porta à chave.

- Mas... por fora?

Ela suspirou fundo, antes de responder.

- Não: por dentro.

Assim fez. Rodou a chave na fechadura e encostou-se à porta, fechando os olhos. A última mulher que se lhe entregara voluntariamente fora Lucía, num pueblo de Castilla: e voluntariamente era coisa que ele nunca saberia ao certo, pois que, se na cama se dera sem freio nem pudor, só aceitara isso como contrapartida de não ter de ser passada de mão em mão por cinco soldados que ele comandava. E, antes dela, Angelina - treze anos antes. Que seria feito delas - estariam vivas, mortas, casadas, viúvas, solteiras, felizes,

miseráveis? À parte a recordação delas, tudo o resto, na sua vida amorosa, era um deserto, habitado pelo gosto amargo das putas e do silêncio. Tinha feito quarenta anos na semana anterior. Quarenta anos era mais de meia vida e a sua metade de vida nada tinha para registar: amara uma vez e supunha que também tivesse sido amado, mas já nem isso sabia ao certo. E fora tudo. Depois de Angelina, ele acreditara que a felicidade podia ser apenas a ausência de sofrimento e acreditara que um homem podia viver bem e tranquilo, em paz consigo e com a sua consciência, nada mais tendo do que isso e a nada mais aspirando. Mas, agora, sabia que estava enganado: sabia-o já há uns anos - três, quatro, seis anos - desde que, aos poucos e irremediavelmente, percebeu que estava apaixonado pela cunhada, a mulher do seu

irmão. Desde então, concentrara toda a sua lucidez em jamais deixar que se percebesse o que lhe ia dentro do coração. Mais uma vez, forçara-se a acreditar que poderia viver assim para sempre desde que ela não desaparecesse também, desde que não fosse para o Brasil atrás de Diogo, desde que não escolhesse viver fora de Val-monte. Sim, acreditara que isso lhe poderia ser suficiente: vê-la, acabada de acordar todas as manhãs, com os olhos ainda embotados de sono e um sorriso indeciso que se iria abrindo ao longo do dia, vê-la caminhar como bailarina por entre as árvores do pomar e os canteiros do jardim, ouvir a sua voz suave e quente, conversar com ela à mesa do jantar ou à noite no terraço, enquanto ambos permaneciam atentos aos choros de Assunção. Desde

que ela ficasse assim, ali, para sempre, ele conformar-se-ia, sem nada dizer, sem nada

mais esperar.

Nunca se permitira imaginar que um

dia poderia estar a vê-la nua, dentro da

banheira, à luz trémula das velas e ao

alcance de um olhar, de uma mão, de um

gesto. Que ele não ousava, com medo de

que tudo se desfizesse.

- Pedro, vem cá...

- Queres mesmo?

- Quero tanto!

- E depois: vais-te embora, também?

Ela sorriu-lhe, o sorriso mais bonito

que alguma vez lhe vira.

- Eu nunca te abandonarei, Pedro. Eu não sou mulher de abandonar.

- Eu também não sou homem de

abandonar.

- Eu sei...

Ele caminhou até à banheira,

ajoelhou-se no chão, agarrou-lhe a cara

com as duas mãos e mergulhou na boca

dela, que se lhe entregou com fúria.

Depois levantou-se, ficando uns instantes

em pé a contemplá-la. Levou a mão ao

cinto e começou a desapertar as calças.

Despiu-se todo até ficar nu como ela e

entrou também na banheira, onde a água já

só estava morna. Ela segurou-o pelos

cabelos e puxou-lhe a cabeça de encontro

ao peito. Sentiu-o duro e tenso, músculo

por músculo, o sangue latejando-lhe nas

veias. Apeteceu-lhe soltar um grito de alegria tamanho que se ouvisse pela casa

toda, de Valmonte até ao Brasil, por cima

das terras, dos mares, dos oceanos, dos

anos. Um grito que apagasse tantos anos

de gritos sufocados. - Vem, Pedro, vem!

Faz de mim tudo o que quiseres!

Entre Fevereiro e Agosto de 1942, a

Kriegsmarine alemã tinha atacado 21 navios mercantes brasileiros em alto mar. A imprensa e a rua, se bem que controladas, começaram a exigir uma mudança de campo diplomático por parte do Brasil. O que Salazar não vislumbrara ou não quisera ver para Portugal, Getúlio Vargas viu-o para o Brasil: em 31 de Agosto de 42, ele declarou guerra à Alemanha, filiando-se no campo dos Aliados, e, dois anos depois, a Força Expedicionária Brasileira, composta por 25 000 homens, participaria no desembarque em Itália, envolvendo-se nos combates pela libertação da península itálica, entre os quais a célebre batalha de Monte

Cassino.

Quinhentos

mortos

brasileiros na frente italiana seriam o pretexto político para que amplos sectores da sociedade passassem a reclamar que o fim da guerra na Europa significasse também o fim da ditadura no Brasil. E, em Abril de 45, Vargas cedeu, convocando eleições para uma Assembleia Constituinte ainda esse ano, estabelecendo relações diplomáticas com a URSS e decretando de imediato uma amnistia para os presos políticos. O Estado Novo tinha acabado, mas o destino político de Getúlio Vargas mantinha-se incerto. Após dez anos de prisão, Luís Carlos Prestes foi libertado da Casa de Detenção do Rio de Janeiro. Juntamente com ele, saíram todos os

implicados na falhada intentona de 35, entre os quais o capitão Agildo Barata,

herói solitário da abortada conjura, detido

na prisão da Ilha Grande, em Angra dos

Reis.

Ao ser libertado, Prestes pediu de

imediato notícias de Olga Benário, cuja

sorte

se

desconhecia,

desde

que

desaparecera na escuridão do sistema

prisional nazi. Ninguém sabia o que lhe

acontecera e Luís Carlos Prestes fez um

apelo às agências de notícias, aos

correspondentes de guerra, às autoridades

aliadas, para que a localizassem e

organizassem o seu regresso ao Brasil. Ao

mesmo tempo, quando lhe foi pedida, dez

anos depois da sua prisão, uma opinião

sobre o presidente Getúlio Vargas - o

homem que o encarcerara e que entregara

Olga e a sua filha ainda por nascer nas

mãos da Gestapo -, Prestes saiu-se com uma resposta surpreendente:

- O senhor Getúlio Vargas tem dado

provas das suas boas intenções.

Enquanto

largos

sectores

democráticos do Brasil reclamavam o

afastamento

de

Getúlio,

como

consequência lógica do fim do Estado

Novo, Luís Carlos Prestes e o PCB, pelo

contrário, lançaram-se num inesperado

discurso sobre as vantagens da “união

nacional” e da “unidade das forças

progressistas” - o que não era mais do que

um reflexo da política de cooperação

definida em Moscovo para o movimento

comunista internacional, nos anos a seguir

à guerra.

Mas Prestes, que vira a sua família

destruída por Getúlio, era um caso especial. Muitos que o tinham defendido

no passado, que se tinham insurgido contra

a deportação de Olga, incluindo até o seu

advogado, não podiam simplesmente

aceitar que ele pactuasse com o algoz de

Olga Benário. E, todavia, fê-lo. Logo no

seu primeiro comício após a libertação,

falando para 80 000 pessoas, no estádio do

Vasco, no Rio, declarou:

“A saída de Getúlio Vargas do poder,

neste momento, seria uma deserção e uma

traição que não contribuiria de forma

alguma para a união nacional. Pelo

contrário: depositaria novas esperanças

entre os fascistas e os reaccionários.”

Semanas depois, ele estava em S.

Paulo, para um gigantesco comício

reunindo 60 000 pessoas no estádio do

Pacaembu e mais umas 100 000 no exterior. Antes de chegar a sua vez de

falar, o chileno Pablo Neruda leu o poema

que escrevera para Prestes e cuja última

estrofe rezava: Silencio: Que el Brasil

hablará por su boca. E Prestes falou,

durante hora e meia, repetindo a sua defesa

de Getúlio:

“Se

naquela

época

soubemos

empunhar armas em defesa da democracia,

agora também a defenderemos, apoiando o

governo em defesa da ordem...”

Nessa mesma noite, quando se preparava para apanhar o comboio de regresso ao Rio, na Estação Roose-velt, cercado de admiradores e colaboradores, Luís Carlos Prestes foi abordado por um repórter da United Press, que lhe entregou um telegrama acabado de receber dos escritórios da agência em Berlim:

“Berlim: as autoridades aliadas acabam de confirmar que entre as duzentas mulheres executadas na câmara de gás da cidade alemã de Bernburg, na Páscoa de 1942, estava a senhora Olga Benário Prestes, esposa do dirigente comunista brasileiro Luís Carlos Prestes.”

O “Cavaleiro da Esperança” guardou o telegrama no bolso e embarcou, sem dizer uma palavra. Tinha acabado de defender o apoio de todos os brasileiros ao

homem que entregara a sua mulher às

câmaras de gás.

Como

milhões

de

brasileiros

naqueles dias, também Diogo sorvia as

notícias dos jornais, como se de um

folhetim se tratasse. Sempre acreditara

que, se alguma coisa de útil haveria a retirar daqueles anos de conflito mundial

de uma violência jamais vista, se alguma

lição teria de ser aproveitada do sacrifício

das vidas de milhões de homens e

mulheres na Europa e na Ásia, dos

escombros ainda fumegantes das cidades

bombardeadas até ao osso, era a convicção

de que, pelo menos, a liberdade triunfara

para sempre, no espírito e na memória dos

homens. E só essa vitória valia a pena e

justificava o preço pago. Mas, afinal - ia-o descobrindo todos os dias pelo relato dos jornais brasileiros e da imprensa internacional, de que continuava devoto -, essa palavra, liberdade, podia ter várias interpretações, várias naturezas e vários e estranhos caminhos de acesso. Mesmo em relação a Portugal - onde Salazar, pressionado pelo “ar dos tempos”, se vira obrigado a convocar eleições que anunciara “tão livres como na livre Inglaterra” - a farsa eleitoral que se seguiu,

com todos os candidatos do partido oficial reeleitos sem oposição, passou impune junto da comunidade internacional e dos Aliados, a quem as necessidades de uma nova geopolítica nascida da emergente ameaça a leste tinham levado à conclusão de que mais valia um ditador de direita já conhecido do que uma democracia à solta, no extremo ocidental da Europa.

Restava-lhe assim o Brasil novo e liberto, sem censura nos jornais e sem um polícia atrás de cada sombra.

Nessa noite de Novembro, sentado no terraço onde já tinham chegado todos os sinais do Verão dos trópicos, ele sentia uma paz tão funda que nada parecia poder abalar. O mundo nunca seria, decerto, um lugar tranquilo nem a vida seria uma estrada sempre a direito. Haveria outras noites e outros dias de angústia e de

sofrimento, ocasiões em que hesitaria no caminho a seguir, em que duvidaria de si próprio, em que talvez se voltasse a sentir até dividido ou perdido. Mas agora estava em paz e feliz.

Benedita e ele tinham regressado umas horas antes do Rio, onde já não ia há meses.

Fora encontrar a cidade regurgitando de actividade, acontecimentos, conversas, reencontros. O Copacabana Palace estava cheio e tiveram de se hospedar no também lindíssimo Hotel Glória, em Botafogo, um dos centros de conspiração política nos tempos da

ditadura. Encontrou velhos amigos que o regime e a guerra haviam afastado e até portugueses, seus conhecidos de Lisboa, que lhe deram notícias sobre o ambiente em Portugal. Uma noite tinham ido ouvir a fadista Amália Rodrigues cantar no Casino de Copacabana, um concerto superlotado e a voz de Amália dando ao fado uma força que ele jamais escutara, mergulhando a vasta sala num silêncio hipnótico, só interrompido no final de cada canção pelos aplausos intermináveis de um público arrebatado. Por entre as torrentes de aplausos e gritos de “fadista!”, ele deu por si a limpar algumas lágrimas absurdas que lhe embaciavam os olhos. E, enfim, na manhã desse sábado, foi com Benedita esperar Manuel, que desembarcou no paquete que o trouxera de Lisboa.

Regressava ao Brasil e à fazenda um ano

depois de ter partido para Portugal e regressava a seu pedido, para retomar os estudos no Brasil e viver com o pai, sem prazo de volta. Impusera a sua decisão à mãe, com tanta firmeza e convicção, que ela tivera de ceder, conformando-se outra vez com a realidade de uma família talvez para sempre dividida. Fascinado por aviões, tal como o pai, ele tentara consolá-la, no cais de embarque, em Lisboa:

- Mãe, dentro de poucos anos, já não vai ser preciso ir ao Brasil de barco e demorar doze dias de viagem. Vêm aí os aviões de longo curso, que vão atravessar o Atlântico em menos de vinte horas e alguns pulos pelo caminho: Cabo Verde, Recife, Rio. Vai ver! Em menos de um dia, é só a mãe chamar-me e ponho-me aqui!

Ao desembarcar no Rio, as lágrimas, que Diogo segurara a custo ao ouvir

Amália, tinham-se soltado, livres, no

ombro do filho, já quase da altura do seu.

Manuel crescera, de corpo e de atitude.

Estava esfuziante por estar de volta e, embora também ele se deslumbrasse de

cada vez que vinha ao Rio, a sua ânsia de

ver a fazenda era tamanha que eles

decidiram encurtar a estada na capital e

partir de volta para o Paraíba logo no dia

seguinte.

Ao jantar, para o regresso a casa do

seu mimado “menino Manei”, Leopoldina,

a imperatriz da cozinha, preparara-lhe o

seu prato mineiro favorito: frango à caipira

com quiabo e angu, mais feijão-tropeiro e

couve mineira. Depois, Manuel sairia em

companhia de Tomaz e de Joãozinho, o

filho de Benedita, um ano mais novo do

que ele, para dar uma volta pelos estábulos

e armazéns e ser posto a par das últimas

novidades da exploração da fazenda. A sua

alegria era contagiante, transmitia-se como

uma brisa feliz atravessando a casa toda.

Diogo sentara-se na varanda, como sempre fazia todas as noites - fossem as de

felicidade, fossem as de saudade. Levou

um copo da aguardente de Quinto Adriano

e acendeu um charuto com gestos

pausados, ficando a observar a chama do

fósforo no escuro e a antecipar a volúpia

das primeiras baforadas. Benedita fora

confirmar que Aparecida continuava a

dormir profundamente, no seu berço de

verga, com rendas bordadas de Minas.

Depois veio sen-tar-se ao lado dele e

estendeu a mão para o seu copo de

aguardente, bebendo umas gotas. Era um

ritual: ela não gostava.

- Está feliz, Diogo?

Ele sorriu e segurou-lhe na mão.

- Estou: feliz e em paz.

Assim ficaram, de mãos dadas e em silêncio, durante longo tempo, escutando

apenas o som da água e o rumor das

palmeiras do jardim ondulando ao vento.

Assim os vieram encontrar os filhos, de

regresso do passeio. Benedita levantou-se

e chamou Joãozinho.

- Venha, filho. Vamos deixar esses

dois matar saudades um do outro.

Agora, Diogo contemplava o céu que

se descobrira de nuvens, o olhar fixado

num ponto distante.

- O que vê, pai?

- O Cruzeiro do Sul.

- E que tem o Cruzeiro do Sul?

- Nada de especial. É uma

constelação, a estrela guia do Brasil. Os

antigos navegadores portugueses seguiam-

na para se orientarem no mar até aqui.

- Eu sei.

Diogo olhou o filho.

- Gosto tanto, tanto, de te ter aqui,

Manuel! Nunca ousei sequer sugerir-te que

voltasses, achei que não tinha esse direito.

Mas não podes imaginar a felicidade que

medeste por teres voltado!

- Pai, o senhor merece.

- Mereço...?

A sua pergunta ficou suspensa na

noite, sem resposta. Ele continuava a olhar

o Cruzeiro do Sul, como se procurasse lá em cima a resposta para essa e todas as

outras perguntas. Nenhuma outra luz se

distinguia em todo o redor, excepto uma

fraca lâmpada acesa do lado de fora da

casa onde vivia Tomaz. O resto do mundo

ficava para lá das montanhas, da mata, da

última curva do rio.

Em noites mágicas como aquela, ele

gostava de se deixar ficar ali e adormecer

na varanda, como os cães fazem: meio

adormecidos, meio acordados. Mais tarde,

Benedita viria cobri-lo com uma manta ou

chamá-lo para o quarto. E ele poderia

escolher entre uma noite de estrelas ou a

cama a seu lado.

NOTA DO AUTOR

Este não é um livro de história mas

sim um romance histórico. Nele convivem personagens reais com outros fictícios,

acontecimentos

reais

com

outros

ficcionados. Todavia, o que é histórico -

nomes, lugares, factos - corresponde

rigorosamente ao que aconteceu e resulta

da pesquisa extraída da bibliografia

adiante referenciada ou feita localmente

por mim. Todas as passagens escritas entre aspas são verídicas e textuais, mas certos acontecimentos reais e de importância menor ocorreram em datas não exactamente coincidentes com as que são referidas ou implícitas no texto, de modo a fazê-los coincidir com a cronologia romanesca. Isso, porém, não implica nem com a sua veracidade, nem com o contexto em que sucederam. Aos leitores garanto a seriedade do relato histórico, aos caçadores de erros a inutilidade final do

seu esforço.

MST

AGRADECIMENTOS

-

Ao

Filipe

Villard

Cortez,

comandante da TAP, a quem devo o mais difícil num romance, que é sempre a ideia para a história. Ele vinha aos comandos de um avião, do Rio de Janeiro para Lisboa, e teve a amabilidade de me convidar para ir até ao cockpit. Na escuridão dessa noite sobre o Atlântico, a 8000 pés de altura, contou-me a história do bisavô, que muitos anos antes tinha comprado uma fazenda no Brasil e viajava de Portugal para lá num zeppelin, embarcando na Alemanha. A cena ficou agarrada à minha imaginação e,

tempos depois, convidei-o para almoçar e

ele contou-me mais coisas desse bisavô e

dessas viagens suspensas sobre o mar e

trouxe-me até um menu de bordo do

Hindenburg. Foi o ponto de partida para esta história e espero que ele reconheça

neste livro arecompensa para o seu gesto

dessa noite.

- À Ana Xavier Cifuentes, que

esteve comigo no Equador, e que voltou a

estar comigo outra vez, da primeira à

última página deste livro, num trabalho

minucioso dedocumentação e com um

entusiasmo que, muitas vezes, derrotou o

meu desânimo. Sei que trabalhou para este

livro sem horários, sem desfalecimentos e

sem descrença.

Enquanto eu escrevia, ele ia à frente

desbravando caminho e, logo depois,

seguia atrás, revendo os despojos desses

devastadores

combates

nocturnos.

Seguramente, que há livros mais fáceis de

escrever: esta é a minha maneira e ela não

seria possível sem alguém como a Ana, caminhando ao lado.

À Tereza Cruvinel, primeiro que

tudo, por mais de vinte anos de amizade à

distância e todavia sempre cúmplice e

próxima. Depois, por ter sido a pessoa que

me

ensinou

a

conhecer

e

amar

verdadeiramente o Brasil, para além da

paixão física e instintiva do primeiro

deslumbramento. E, enfim, por me ter

aberto tantas e tantas pistas para este livro,

com a sua sensibilidade, a sua cultura, a

sua inteligência cristalina e a sua alegria de

partilhar que, para mim, foi sempre um

sinal claro daquilo que de melhor o Brasil

me deu até hoje. Tenho um Oceano inteiro

de dívida a seus pés.

A todos, de cima a baixo, os que, na

minha editora, a Oficina do Livro, me

aturaram durante estes três anos de trabalho, nunca duvidaram e sempre me

apoiaram, nunca me regatearam ajuda,

paciência e compreensão, e a quem, no fim

do caminho, eu entreguei um livro que

logo deixou de ser meu.

BIBLIOGRAFIA DE CONSULTA

DO AUTOR

ALMEIDA,

Jayme

Duarte

de,

História da Tauromaquia - técnica e

evolução artística do toureio, Artis,

Lisboa, 1951.

ALMEIDA,

Maria

Antónia

de

Figueiredo Pires de, Elites Sociais Locais

Alentejanas: continuidade e mudança. Avis

1886-1941. Tese de Mestrado em História

Social Contemporânea, ISCTE, Lisboa,

1996.

ALVAREZ, José Luís Pinha, Entre os Cale do Alentejo, Tese de Mestrado em

Ciências Antropológicas, ISCSP, UTL,

Lisboa, 1992.

AMADO, Jorge, O Cavaleiro da

Esperança: a vida de Luís Carlos Prestes,

Publicações

Europa-América,

Mem

Martins, 1976.

AMADO,

Jorge,

Os

Ásperos

Tempos, Livraria Martins Editora, S.

Paulo, 1971 (22.a ed.).

ANDRADE, Eloy, O Vale do

Paraíba, inédito.

ANTUNES,

José

Freire,

Os

Espanhóis e Portugal, Oficina do Livro,

Lisboa, 2003.

AZEVEDO, Cândido, A Crise da

Bolsa que Mudou Portugal: a grande

depressão, Salazar e a formação do

Portugal
Contemporâneo,
Publicações
Europa-América, Mem Martins, 1988.
BAIOA, Manuel, Elites Políticas em
Évora da I República à Ditadura Militar,
Pref. António Costa Pinto, Cosmos,
Lisboa, 2000.
BARRETO, António e MÓNICA,
Maria Filomena (coord.) Dicionário de
História de Portugal, Volumes 7, 8 e 9,
Figuei-rinhas, Porto, 1999.
BEEVOR, Antony, Guerra Civil de
Espanha, Bertrand Editora, Lisboa, 2006.
BENNASSAR,
Bartolomé
e
MARIN, Richard, História do Brasil-1500-
2000, Editorial Teorema, Lisboa, 2000.
BOECHAT, Ricardo, Copacabana

Palace - Um Hotel e sua História, DBA,

Rio de Janeiro, 1998.

BOTELHO, Cândida Maria de

Arruda, Fazendas Paulistas do Ciclo do

Café: 1756-1928, Editora Nova Fronteira,

Rio de Janeiro, 1984. cU

BRANDÃO, Raul, O Padre, Vega,

Lisboa, s/d.

CABRAL, Manuel Villaverde, O

Estado Novo: do 28 de Maio ao fim da

autarcia (1926-1959), BN, Lisboa, 1986.

CANDEIAS, Maria Fernanda Sande,

O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha,

vigilância e fiscalização das povoações

fronteiriças, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras, UL,

Lisboa, 1997.

CARRILLO, Santiago, Memorias,

Editorial Planeta, Barcelona, 1993.

CARULLA, Jordi e CARULLA,

Arnau, La Guerra Civil en 2000 Carteies,
Postermil S.L., Barcelona, 1997.
CARVALHO, Celso Vieira Werneck
de, Memórias, inédito.
CASTRO, Augusto de, A Exposição
do Mundo Português e a sua Finalidade
Nacional,
Empresa
Nacional
de
Publicidade, Lisboa, 1940.
CASTRO, Maria Werneck de e
CASTRO, Moacir Werneck de, No Tempo
dos
Barões,
Bem-Te-Vi
Produções
Literárias Lda., Rio de Janeiro, 2004.
CLARK,
Martin,

Mussolini,

Publicações

Europa-América,

Mem

Martins, 2007.

CORREIA, Luís Miguel, Paquetes

Portugueses, Inapa, Lisboa, 1992.

COSTA, João Bénard da, Histoire du

Cinema Portugais, Comissariado para a

Europália 91, INCM, Lisboa, 1991.

COTRIM, Eduardo, A Fazenda

Moderna - Guia do Criador de Gado

Bovino no Brasil, ed. autor, 1913.

CRUZ, Manuel Braga da, As

Origens da Democracia Cristã e o

Salazarismo,

Editorial

Presença/GIS,

Lisboa, 1980.

CUTILEIRO, José, Ricos e Pobres

no

Alentejo:

uma

sociedade

rural

portuguesa, Livraria Sá da Costa, Lisboa,

1977.

DACOSTA, Fernando, Maçaras de

Salazar, Casa das Letras, Lisboa, 2006

(10.a ed.).

DACOSTA, Fernando, Salazar -

Fotobiografia, Editorial Notícias, Lisboa,

2000.

DEFFONTAINES, Pierre, Geografia

Humana do Brasil, Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística, Rio de Janeiro,

1940.

DELGADO, Iva, Portugal e a Guerra

Civil de Espanha, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1980.

DIAS, Marina Tavares, Lisboa

Desaparecida, Quimera Editores, Coimbra,

1989.

DICK, Harold G. e ROBINSON,

Douglas H., The Golden Age of the Great

Passenger Airships: Graf Zeppelin and

Hinden-burg,

Smithsonian

Press,

Washington D.C., 1985.

DUARTE, Vítor, Recordar Alfredo

Marceneiro, Editora Portuguesa de Livros,

Venda Nova, 1995.

DUROSELLE,

Jean-Baptiste,

Histoire Diplomatique, de 1919 à Nos

Jours, Dalloz, Paris, 1973.

EBERLE, Henrik e UHL, Matthias (org.), O Livro de Hitler, Alêtheia

Editores, Lisboa, 2005.

ECCARDI, Fulvio e SANDALJ,
Vicenzo,
O
Café
-
Ambientes
e
Diversidade, Casa da Palavra, Rio de
Janeiro, 2003.
ESPARTEIRO, Joaquim Marques,
Travessia do Atlântico Sul, s. n., Lisboa,
1973.
FARINHA, Luís, O Reviralho -
Revoltas Republicanas contra a Ditadura e
o Estado Novo (1926-1940), Editorial
Estampa, Lisboa, 1998.
FERREIRA,
António
Quadros,
Painéis das Gares Marítimas de Lisboa:

análise e recepção da modernidade em
Almada
Negreiros,
Fundação
Eng.°
António de Almeida, Porto, 1994.
FERREIRA, Jorge e DELGADO,
Lucília de Almeida Neves (org.), O Brasil
Republicano, Vol. I, II e III, Civilização
Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
FERRO, António, Entrevistas de
António Ferro a Salazar, Pref. de Fernando
Rosas, Parceria A. M. Pereira, Lisboa,
2003.
FERRO, António, Salazar - O
Homem e a sua Obra, Pref. de Oliveira
Salazar, Edições Fernando Pereira, Lisboa,
1982.
FRANÇA, José Augusto, A Arte em
Portugal no Séc. XX (1911-1961),

Bertrand, Venda Nova, 1985.

FRANÇA,

José

Augusto,

O

Essencial sobre Almada Negreiros, INCM,

Lisboa, 2003.

GABINETE

de

Estudos

Olisiponenses, Evocar Duarte Pacheco no

Cinquentenário da Sua Morte, Câmara

Municipal de Lisboa, 1993.

GOMES, Ângela de Castro et alii

(org.), A República no Brasil, Fundação

Getúlio Vargas/Editora Nova Fronteira,

Rio de Janeiro, 2002.

GRUN, Bernard, The Timetables of

History - A chronology of world events

based on Werner Stein's Kulturfahrplan,

Thames and Hudson, Londres, 1975.

GUEDES, Fernando, António Ferro

e a Sua Política do Espirito, Comunicação

à Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1997.

HEMINGWAY,

Ernest,

Verão

Perigoso, Editora Livros do Brasil, Lisboa,

1987.

HOLLOWAY,

Thomas

H.,

Imigrantes Para o Café: café e sociedade

em São Paulo, 1886-1934, Editora Paz e

Terra, Rio de Janeiro, 1984.

JULIÁ, Santos, Historia de las Dos

Espanas, Taururs, Madrid, 2004.

JÚNIOR, Caio Prado, Formação do

Brasil

Contemporâneo,

Editorial

Brasiliense, S. Paulo, 1948.

JÚNIOR, Caio Prado, História

Económica do Brasil, n. id.

JUNTA

da

Marinha

Mercante,

Itinerário das Carreiras Regulares, Lisboa,

1941.

JUNTA de Turismo da Costa do Sol,

A Costa do Estoril: Um Século de

Turismo, Lisboa, 2000.

LANCASTRE,

Maria

José,

Fernando Pessoa: Uma Fotobio-grafia,

INCM, Lisboa, 1981.

LOURENÇO, Eduardo, “Fascismo e

cultura no antigo regime”, in Análise

Social, Vol. XVIII (72-73-74), ICS /UL,

Lisboa, 1982.

MARQUES, A. H. de Oliveira, A

Liga de Paris e a Ditadura Militar,

Publicações

Europa-América,

Mem

Martins, 1976.

MATTOSO,

José,

História

de

Portugal, vol. 7, O Estado Novo, coord.

por Fernando Rosas, Editorial Estampa,

Lisboa, 1993.

MEDINA,

João,

História

Contemporânea de Portugal, tomos 3 e 4,

Multilar, Camarate, 1988.

MEDINA, João, Salazar e os

Fascistas - Salazarismo e Nacional-

Sindicalismo - A história de um conflito

(1932/1935), Livraria Bertrand, Lisboa,

1978.

MEIRELLES, Domingos, As Noites

das Grandes Fogueiras - Uma História da

Coluna Prestes, Record, Rio de Janeiro,

1995.

MÓNICA,

Maria

Filomena,

Educação e Sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária salazarista

(1926-1939), Editorial Presença, Lisboa,

1978.

MONTEFIORE,

Simon

Sebag,

Estaline - A Corte do czar vermelho,

Alêtheia Editores, Lisboa, 2003.

MONTEIRO,

Armindo

e

SALAZAR, Oliveira, Correspondência

Política, 1926-1955, org. por Fernando

Rosas, Júlia Leitão de Barros e Pedro

Oliveira, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

MOONEY, Michael MacDonald,

Zeppelin: A Verdadeira História do

Desastre do Hindenburg, trad. de Pinheiro

de Lemos, Edições Melhoramentos, S.

Paulo, 1973.

MORAIS, Fernando, Olga, Editora Alfa-Omega, S. Paulo, 1985.

MORAIS, Fernando, Olga, a Vida de

Olga Benário Prestes Pergaminho, Lisboa,

1991.

MOURA, Maria Lúcia de Brito, A

Guerra Religiosa na Pri meira República,

Editorial Notícias, Lisboa, 2005.

MULLER, Elda, Casas de Fazenda,

Editora Abril, São Paulo 1996.

MURALHA,

Pedro,

Álbum

Alentejano, Imprensa Beleza Beja, 1931.

NAVARRO,

Luís

Lopes,

Funcionários Públicos, Editora Grá fica

Portuguesa, Lisboa, 1940.

NEGREIROS, José de Almada,

Manifestos e Conferências, Assírio e

Alvim, Lisboa, 2006.

NEGREIROS, Maria José Almada,

Conversas com Sarah Affonso, O Jornal,

Lisboa, 1985.

NEVES, Mário, A Chacina de

Badajoz: relato de uma testemunha de um

dos episódios mais trágicos da Guerra Civil de Espanha (Agosto de 1936), O Jornal, Lisboa, 1985.

NOGUEIRA, Franco, Salazar - A Mocidade e os Princípios 1.° vol., 2.a edição, Livraria Civilização Editora, Porto, 1986.

NOVAIS, Fernando (coord.), História da Vida Privada no Brasil, Companhia das Letras, S. Paulo, 1977-1978.

NUNES, J. P. Avelãs, História de Portugal em Datas: 1926--1974, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

O' BRIEN, Patrick, The Hindenburg, Henry Holt and Com-pany, Nova Iorque, 2000.

OLIVEIRA, César, Portugal e a Guerra Civil de Espanha, 1936-1939, BN,

Lisboa, 1986.

PARK, Edwards, Les Grands As et Leurs Avions, Grund, Paris, 1991.

PAULO, Heloísa, Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP, Minerva, Coimbra, 1994.

PEREIRA, Miriam Halpern, A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930), A Regra do Jogo, Lisboa, 1981.

PÉREZ, Joseph, Histoire de 1'Espagne, Fayard, Paris, 1996.

PIMENTEL, Irene Flunser, Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial - Em fuga de Hitler e do Holocausto, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2006.

PIMENTEL, Sarmento, Memórias

do Capitão, Editorial Inova, Porto, 1974.

PINHEIRO, Francisco, A Europa e

Portugal na Imprensa Desportiva: 1893-

1945, Minerva, Coimbra, 2006.

PINTO, António Costa, “O Fascismo e a Crise da Primeira República - Os

Nacionalistas Lusitanos”, revista Penélope,

n.° 3, Junho de 1989.

PINTO, Jaime Nogueira, António de

Oliveira Salazar, o outro retrato, A Esfera

dos Livros, Lisboa, 2007.

PINTO, Jaime Nogueira, Salazar

Visto Pelos Seus Próximos Bertrand

Editora, Lisboa 2007 (4.a ed.).

PINTO, Teresa de Jesus Cota, A

Exposição do Mundo Portu guês - 1940 e

as suas arquitecturas, Dissertação de

Mestrado Univ. Lusíada, Lisboa, 1999.

PIRES, Fernando Tasso Fracoso et

alii, Fazendas - Solares da Região Cafeeira

do Brasil Imperial, Editora Nova Fronteira,
Rio de Janeiro, 1990.
PIRES,
João
Carlos
Salvador
Urbano, A Memória da Guerra Civil de
Espanha no Baixo Alentejo Raiano,
Mestrado
em
História
Social
Contemporânea, ISCTE, Lisboa, 1997.
PRESTON, Paul, A Guerra Civil de
Espanha, Edições 70, Lisboa, 2005.
QUADROS,
António,
Fernando
Pessoa: vida, personalidade e génio, uma
biografia “autobiográfica”, seguida de

heternoní-mia e alquimia ou do espírito da terra ao espírito da verdade, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2000. \

REBELO, Carlos Alberto, A Difusão da Leitura Pública (1870-1910), Campo das Letras, Porto, 2002.

REGO, José Lins do, Banguê, Editora Livros do Brasil, Lisboa, s. d.

REZOLA, Maria Inácia, O Sindicalismo Católico no Estado Novo: 1931-1948, Editorial Estampa, Lisboa, 1999.

RIBEIRO, M. Félix, Os Mais Antigos Cinemas de Lisboa (1896-1939), Instituto Português de

Cinema,

Cinemateca Nacional, Lisboa, 1978.

RODRIGUES,

Alberto

Pena

e

TORGAL, Luís Reis, O Cinema sob o

olhar de Salazar, o cinema português -

influências das ideologias do Estado Novo

(1933-1974), Círculo de Leitores, Lisboa,

2000.

RODRIGUES, Luís Nuno Valdez

Faria, A Legião Portuguesa (1936-1944), Tese de Mestrado da FCSH da UNL,

orientado por Fernando Rosas, Lisboa,

1994.

ROSAS, Fernando, O Estado Novo

nos Anos trinta - Elementos para o estudo

da natureza económica e social do

salazarismo

(1928-1938),
Editorial
Estampa, Lisboa, 1986.
ROSAS, Fernando, Portugal e a
Guerra Civil de Espanha, Actas do
Colóquio
Internacional,
coord.
por
Fernando
Rosas,
Instituto
Hist.
Contemporânea, FCSH da UNL e Colibri,
Lisboa, 1998.
ROSAS, Fernando, Portugal entre a
paz e a guerra - Estudo do impacte da II
Guerra Mundial na economia e na
sociedade
portuguesas

(1939-1945),
Editorial Estampa, Lisboa, 1995.
ROSAS, Fernando, O Salazarismo e
a Aliança Luso-Britâ-nica: Estudos sobre a
política externa do Estado Novo nos anos
30 e 40, Editorial Fragmentos, Lisboa,
1988.
ROSAS, Fernando, “O Salazarismo
sob a sombra tutelar da Velha Aliança'“, in
O Jornal, 2.° Caderno, 22.3.1985.
SALAZAR, António de Oliveira,
Discursos, Vol. I e II, Coimbra Editora,
Coimbra, 1945.
SANT'ANNA, Sónia, Barões e
Escravos do Café - Uma história privada
do vale do Paraíba, Jorge Zahar Editor, Rio
de Janeiro, 2001.
SANTOS, José Rodrigues dos,
Crónicas de Guerra (vol. 1) Da Crimeira a
Dachau, Gradiva, Lisboa, 2001-2002.

SANTOS, Vítor Pavão dos, Amália -
Uma Biografia, Editoria Presença, Lisboa,
2005.
SCHWARTZ, Lilia Moritz, As
Barbas do Imperador - D Pedro II, um
monarca nos trópicos, Companhia das
Letras S. Paulo, 2004.
SERRÃO,
Joel,
A
Emigração
Portuguesa: Sondagem histó rica, Livros
Horizonte, Lisboa, 1977.
SERRÃO, Joel, Cronologia Geral
dáHistória de Portugal, 2. edição, Livros
Horizonte, Lisboa, 1973.
SHIRER, W. L., Diário de Berlim -
Jornal de um correspon dente estrangeiro,
1934-1941, trad. M. P. Moreira Filho, Liv.
José Olympio, Rio de Janeiro, 1941.

SILVA, Hélio, 1935: A Revolta
Vermelha, Editora Civilizaçã Brasileira,
Rio de Janeiro, 1970.
SILVA, João Lopes da e RIBEIRO,
Gustavo de Almeida, Automóveis Antigos
em Portugal, Inapa, Lisboa, 1990.
SILVA, Maria Beatriz Nizza da,
Documentos para a História da Imigração
Portuguesa
no
Brasil
(1850-1938),
Nórdica, Rio de Janeiro, 1992.
SIMÕES, Nuno, O Brasil e a
Emigração
Portuguesa,
Imprensa
da
Universidade, Coimbra, 1934.

TELO, António José, Os Açores e o Controlo do Atlântico: 1898-1948, Edições

Asa, Porto, 1993.

TELO, António José, Portugal na

Segunda guerra, 1941-1945, Vega, Lisboa,

1991.

THOMAS, Hugh, The Spanish Civil

War, Penguin, Har-mondsworth, 1990.

TOLAND,

John,

The

Great

Dirigibles - Their Triumphs and Disasters,

Dover Publications Inc., Nova Iorque,

1957.

TORGAL, Luís Reis e HOMEM,

Amadeu

de

Carvalho,

“Ideologia

salazarista e cultura popular - Análise da biblioteca de uma casa do povo", in Análise Social, vol. XVIII (72-73-74), Lisboa, 1982.
TRINDADE, Maria Beatriz Rocha e CAEIRO, Domingos, Portugal-Brasil: Migrações e Migrantes, 1850-1930, Edições Inapa, Lisboa, 2000.
WILCKEN, Patrick, Império à deriva. A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821, Civilização Editora, Porto, 2006.
VALENTE, José Carlos, Estado Novo e Alegria no Trabalho: Uma história política da FNAT 1935-1958, Inatel,

Lisboa, 2000.

VASQUEZ, Pedro Karp, Fotógrafos Alemães no Brasil, Meta-limos, Rio de Janeiro, 2000.

Outras Fontes

Arquivo de Oliveira Salazar - AHTT.

MNE - Dez Anos de Política Externa: 1936-1948. A nação portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, INCM, Lisboa, 1973.

MNE - Documentos relativos aos acordos entre Portugal, Inglaterra e Estados Unidos da América para a concessão de facilidades nos Açores durante a guerra de 1939-1945, INCM, Lisboa, 1946.

MNE - Anuário Diplomático e Consular Português 1939/1944, INCM, Lisboa, 1945.

MNE e Imprensa Nacional, Tratado

de Comércio Entre Portugal e o Brasil de 28 de Agosto de 1993, Lisboa, 1936.

MNE - Arquivo, Correspondência

Diplomática, 1938-1945, Lisboa.

Administração Geral do Porto de

Lisboa, Ministério das Obras Públicas e

Comunicações,

Relatório,

Contas

e

Elementos Estatísticos para os anos de

1936 e 1937.

Boletim da Emigração - Ministério

do Interior, Inspecção--Geral dos Serviços

de Emigração, 1931.

Cathalogo da Biblioteca popular de

Extremoz, pref. de José Fernando Pereira

Deville, Typ. Universal, Lisboa, 1882.

Censo da População de Portugal

1930.

Ciclo de Cinema Americano dos

anos 30, organizado pela Embaixada dos

EUA

e

FCG,

Fundação

Calouste

Gulbenkian, Lisboa, 1977.

Correspondência de Pedro Teothónio

Pereira para Salazar, compil. Comissão do

Livro Negro sobre o Regime Fascista,

CLNSRF, Lisboa, 1987.

Horrorosa mortandade feita em todos

os presos políticos que se achavão no

Castelo de Estremoz no infausto dia 27 de

Julho de 1833, com todas as circunstancias

que acompanharão tão inaudita catástrofe e

nomes

dos

assassinos

e

presos

assassinados

por

A.J.F.G.,

Lisboa,

Imprensa da Rua dos Fanqueiros, 1834.

Centro de Arte Reina Sofia, Capa: Cara a Cara, Ministério de Educación y

Cultura, Madrid.

Jornais e Revistas

Diário de Notícias, O Século, Diário

de Lisboa e O Jornal.

Revista História, n.° 88, Lisboa,

Julho/Agosto de 2006.

Revista Nossa História, Ano 2, n.°

19, Abolição, Rio de Janeiro, 2005.

Document Outline

- Rio das flores